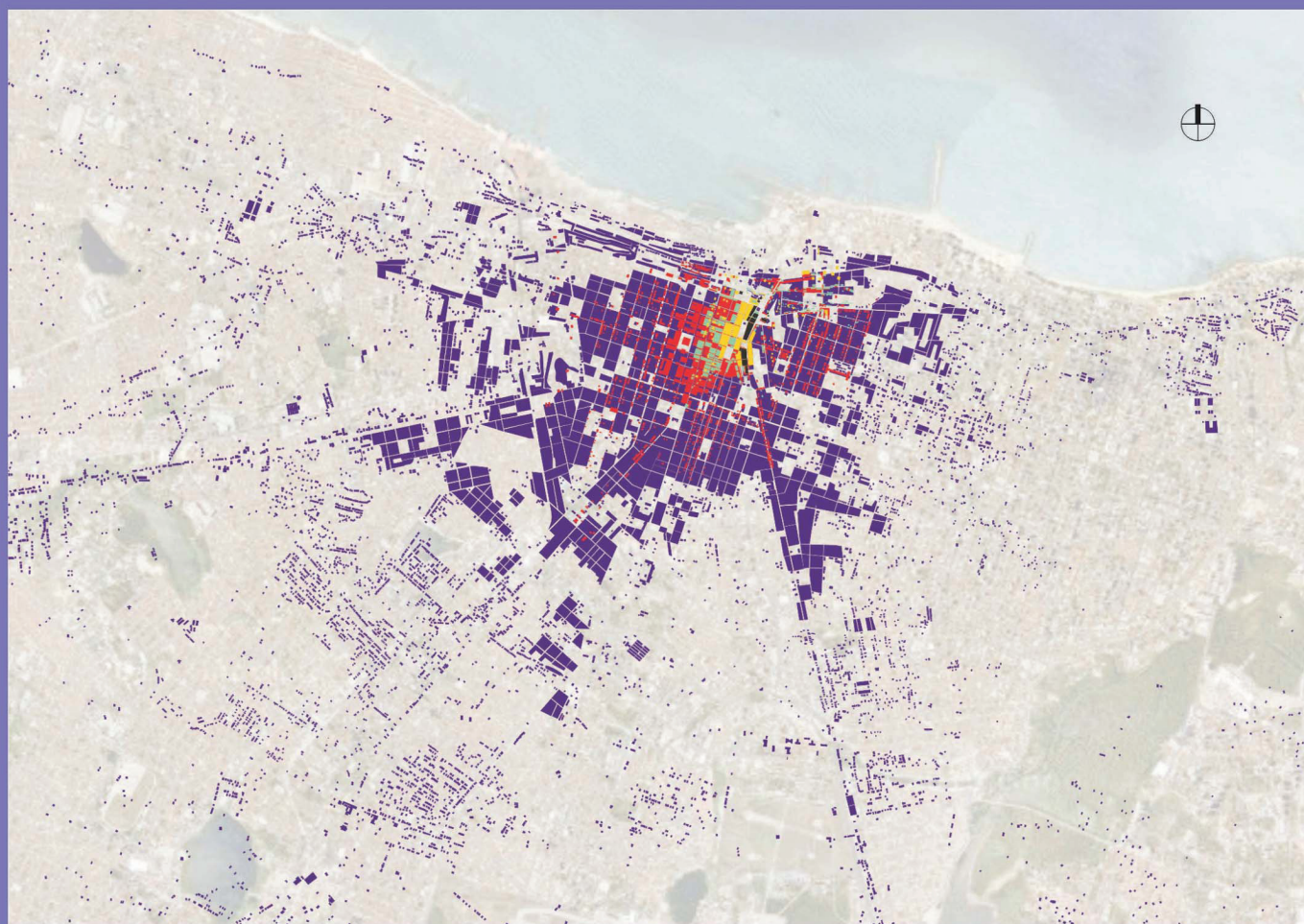


FORTALEZA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA:
PODER PÚBLICO E INICIATIVA PRIVADA NA APROPRIAÇÃO E PRODUÇÃO MATERIAL DA CIDADE
1810 - 1933



MARGARIDA JÚLIA F. DE SALLES ANDRADE
Orientadora: Prof. Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
SÃO PAULO 2012

MARGARIDA JULIA FARIAS DE SALLES ANDRADE

**FORTALEZA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA:
PODER PÚBLICO E INICIATIVA PRIVADA NA APROPRIAÇÃO
E PRODUÇÃO MATERIAL DA CIDADE
(1810-1933)**

Tese apresentada para à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em
Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do
Urbanismo

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

São Paulo
2012

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: margaridajulief@yahoo.com.br

A553f Andrade, Margarida Julia Farias de Salles Andrade
Fortaleza em perspectiva histórica: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933) / Margarida Julia Farias de Salles Andrade . – São Paulo, 2012. 297 p. il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - FAUUSP.
Orientadora: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

1. Urbanização – Fortaleza – Século 19
2. Urbanização – Fortaleza – Século 20
3. Planejamento territorial urbano (História) – Fortaleza I.Título

CDU 301(1-21)

Para Ricardo,
Jana, Dena, Lina, Bruno,
Amanda e Enzo.

AGRADECIMENTOS

Ao Banco do Nordeste (BNB) e à Secretaria de Ciências e Tecnologia do Estado do Ceará (SECITECE), que possibilitaram a realização do Doutorado Inter-Institucional em Arquitetura e Urbanismo (DINTER FAUUSP - DAUUFCE).

À orientadora desta tese, professora Beatriz Bueno, pela amizade e estímulo, orientações de leitura, observações valiosas e pela determinação do seu envolvimento.

Ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo por esta oportunidade de qualificação.

Aos coordenadores do DINTER. O professor Ricardo Bezerra (DAU-UFC) que além de amigo desempenhou de forma firme sua função de coordenador e as professoras Marta Dora Grostein, Cristina Leme e Angela Faggin (FAUUSP) pela orientação sincera.

À Banca Examinadora da Qualificação, pelas sugestões da condução do trabalho.

Ao professor Liberal de Castro, pelas nossas “conversas”, orientações e observações valiosas.

Aos colegas do DINTER, pelo convívio, discussões, e debates, especialmente as duas grandes companheiras Beatriz e Lucila.

Ao amigo Roberto Castelo, pela confiança, presteza e disponibilidade, em especial, no projeto gráfico do trabalho, tanto na etapa da qualificação quanto na da apresentação final.

Ao amigo especial Clovis Jucá, pelo apoio incondicional e desprendimento intelectual, em todos os momentos, do início ao fechamento da tese.

Aos alunos bolsistas, João Ribeiro e Lana Soares, por compartilharem suas experiências na elaboração e preparação das imagens da tese.

Ao colecionador Miguel Ângelo de Azevedo (NIREZ), pelo pronto acesso ao seu imenso acervo iconográfico.

Às amigas professoras, Adelaide Gonçalves e Auxiliadora Lemenhe, da UFC, pela disponibilidade das suas bibliotecas.

Às bibliotecárias Maria José, da FAU - USP e Neiliane, do DAU - UFC, pela presteza e atenção, na busca e obtenção de informações importantes.

À Vera Mamede, amiga de todo momento.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Ceará e da Biblioteca Pública Estadual pela delicadeza do atendimento durante as pesquisas primárias.

Por fim, agradecemos à Prefeitura Municipal de Fortaleza, particularmente à Arq. Vera Feijão, pelo acesso amplo ao acervo de plantas e loteamentos da cidade.

RESUMO

A tese investiga as transformações urbanísticas ocorridas em Fortaleza entre 1810 e 1933, examinando as ações do poder público e o papel da iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade, com foco no espaço intraurbano, na sua tessitura e nos atores envolvidos. À luz da história da urbanização, entendida como um processo social em suas diferentes escalas (local, regional, nacional e internacional) trata na longa duração as permanências e momentos de inflexão. Pretende contribuir ao experimentar novas possibilidades de interpretação da história do urbanismo com base na espacialização e sobreposição de fontes primárias de naturezas diversas – plantas, planos de expansão, códigos de posturas, censos, décimas urbanas, etc – com vistas a interpretar a dinâmica de transformação da cidade em diferentes momentos. A hipótese central é que, até 1933, a cidade de Fortaleza cresceu induzida por planos e normas de regulação urbanística elaborados pelo poder público, mas foi edificada pelas mãos da iniciativa privada. Identifica os protagonistas do setor privado vinculados à produção material da cidade, dando-lhes face, configurando perfis individuais e de grupo, e, sobretudo, quantificando e espacializando seus imóveis. Verificou-se que os maiores proprietários de imóveis urbanos eram negociantes (lusitanos, cearenses e estrangeiros) envolvidos com o comércio internacional.

ABSTRACT

This thesis investigates urban transformations that took place in the city of Fortaleza (Brazil) between 1810 and 1933, examining governmental action and the role of the private sector in relation to land ownership and physical building of that city, focusing on its interurban space, its organization and actors involved. Given the history of urbanization, understood as a social process in its different scales - local, regional, national and international – this study sought to deal, in a long-term historical perspective, with this process continuities and ruptures. This thesis aims at contributing to develop new possibilities of its interpreting town planning history based on urban maps produced from primary sources of various kinds – city blue prints, urban development plans, legislation, census, and urban taxes archives - in order to interpret Fortaleza's urban dynamic at different times. The central hypothesis is that, until 1933, Fortaleza's growth was induced by urban regulatory plans produced by the public government, but the city was built by the private sector. It identifies the main roles of those involved in the private sector linked to the physical production of the city, giving them a face, setting individual and group profiles, and, above all, quantifying and spatializing their properties within the city fabric. It can, also, be noticed that largest urban estate landowners were businesspeople (from Ceará, Portuguese, and other foreigners) involved with international trade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Plano da cidade de Teresina elaborado por João Isidoro França, 1852.	12
Figura 02	Plano da cidade de Aracaju elaborado por Sebastião Basílio Pirro, 1855.	12
Figura 03	Plano de Expansão da cidade de Belém elaborado pelo engenheiro Nina Ribeiro, 1883/86.	14
Figura 04	Plano de Expansão da cidade de Manaus elaborado por João Miguel Ribas, 1895.	14
Figura 05	Plano de Expansão da cidade de Maceió, 1868.	15
Figura 06	Planta da cidade de Maceió elaborada por Américo Laszló, 1932.	16
Figura 07	Plano de Expansão da cidade de Natal elaborado pelo agrimensor Antonio Polidrelli, 1901.	17
Figura 08	Plano de Expansão da cidade de Fortaleza elaborado por Adolfo Herbster, 1863.	18
Figura 09	Planta da cidade de Fortaleza de 1932 inserido o Plano de Adolfo Herbster.	18
Figura 10	Reconstituição cartográficas das bacias hidrográficas do Ceará.	29
Figura 11	Reconstituição dos caminhos de interação da colonização portuguesa segundo Capistrano de Abreu.	31
Figura 12	A rede urbana cearense e suas articulações com as capitanias vizinhas.	32
Figura 13	Exercício de reconstituição cartográfica- Ceará – Estradas que partiam de Fortaleza em 1817. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: Carta/ Marítima e geográfica/ da/ Capitania do ceara/ levantada por ordem / do/ Governo Manoel Ignacio de Sampayo/ por seu Ajudante d'ordens/ Antonio Joze da S ^a Paulet, 1917.	35
Figura 14	Plano aproximado da enseada da Vila de N.S. da Assumpção. Mapa base: Plano aproximado da Enseada da Villa de N. S. da Assumpção [...] tirado pelo capitão de Fragata F ^o [rancisco]. A[ntonio]. M[arques].	36
Figura 15	Plano aproximado da Enseada da Villa de N. S. da Assumpção. Desenho elaborado por Liberal de Castro com objetivo de melhor entendimento da figura 14.	37
Figura 16	Reconstituição cartográfica da enseada da Vila N.S. da Assunção. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: Plano aproximado da Enseada da Villa de N. S. da Assumpção [...] tirado pelo capitão de Fragata F ^o A M Giraldes.	37
Figura 17	Vila da Fortaleza, 1810. Mapa base: <i>Prospecto da Villa da Fortaleza de Nossa Senhora d'Assunção ou Porto do Ceará de Francisco Antonio Marques Giraldes</i> . Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.	39
Figura 18	Carta Topográfica da Capitania do Ceará, 1812. Mapa base: <i>Carta Topográfica/ da Capitania do Ceara/ que a/ SAR/ o Principe Regente/ Nosso Senhor/ Dedicou/ Luiz Barba Alardo de Menezes/ Anno/de/ 1812</i> .	40

Figura 19	Plano hidrográfico da enseada da Vila N. S. da Assunção. Mapa base: Detalhe <i>Carta Topográfica/ da Capitania do Ceara/ que a/ SAR/ o Principe Regente/ Nosso Senhor/ Dedicar/ Luiz Barba Alardo de Menezes/ Anno/de/ 1812.</i>	40
Figura 20	Carta da Capitania do Ceará e Costa, 1813. Mapa base: <i>Carta da / Capitania do Ceará e costa / correspondente levantada por / ordem do Governador Manoel / Ignácio de Sampaio; pelo seu ajudante de ordens Antonio / José da Silva Paulet no / anno de 1813.</i>	41
Figura 21	Planta do Porto da Villa da Fortaleza, 1813. <i>Mapa base: Detalhe da Carta da / Capitania do Ceará e costa / correspondente levantada por por// ordem do Governador Manoel / Ignácio de Sampaio; pelo seu ajudante de ordens Antonio / José da Silva Paulet no / anno de 1813.</i>	41
Figura 22	Exercício de reconstituição cartográfica da planta do Porto e Vila da Fortaleza, 1813, de José da Silva Paulet. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: <i>Detalhe da Carta da / Capitania do Ceará e costa / correspondente levantada por// ordem do Governador Manoel / Ignácio de Sampaio; pelo seu ajudante de ordens Antonio / José da Silva Paulet no / anno de 1813.</i>	42
Figura 23	Bairros da Vila da Fortaleza, 1813. Detalhe da Planta do Porto da Villa da Fortaleza, 1813. Mapa base: Detalhe da <i>Carta da / Capitania do Ceará e costa / correspondente levantada por// ordem do Governador Manoel / Ignácio de Sampaio; pelo seu ajudante de ordens Antonio / José da Silva Paulet no / anno de 1813.</i>	43
Figura 24	Ruas e quadras da Vila da Fortaleza, 1813. Detalhe da Planta do Porto da Villa da Fortaleza, 1813. Mapa base: Detalhe da <i>Carta da / Capitania do Ceará e costa / correspondente levantada por// ordem do Governador Manoel / Ignácio de Sampaio; pelo seu ajudante de ordens Antonio / José da Silva Paulet no / anno de 1813.</i>	43
Figura 25	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1813 - área urbanizada da vila da Fortaleza. Mapa base: Detalhe da Planta do Porto da Vila da Fortaleza.	44
Figura 26	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1799 - quadras e vias. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta do Porto e Villa da Fortaleza, 1817</i> elaborada por Antonio Joze da Silva Paulet.	46
Figura 27	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1799 - ocupação. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta do Porto e Villa da Fortaleza, 1817</i> elaborada por Antonio Joze da Silva Paulet.	47
Figura 28	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1810-13 - quadras e vias. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta do Porto e Villa da Fortaleza, 1817</i> elaborada por Antonio Joze da Silva Paulet.	48
Figura 29	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1810-13 - ocupação. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta do Porto e Villa da Fortaleza, 1817</i> elaborada por Antonio Joze da Silva Paulet.	49
Figura 30	Ruas e travessas da Vila da Fortaleza, 1813. Mapa base: Detalhe da <i>Carta da / Capitania do Ceará e costa / correspondente levantada por// ordem do Governador Manoel / Ignácio de Sampaio; pelo seu ajudante de ordens Antonio / José da Silva Paulet no / anno de 1813.</i>	53
Figura 31	Planta do Porto e da Villa da Fortaleza, 1818. Mapa base: <i>Carta Marítima e Geographica/Captania do Ceará/ Levantada por ordem/ do Govº Manoel Ignacio de Sampaio/ por seu ajudante d´ordens/ Antonio José da As Paulet, 1817.</i>	67

Figura 32	Planta da Vila da Fortaleza e seu porto.	67
Figura 33	Gravura de Fortaleza vista do mar, elaborada por Joaquim José dos Reis Carvalho, 1859.	68
Figura 34	Exercício de reconstituição cartográfica da praça do Ferreira com o beco do Cotovelo. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: planta de 1850, 1859, e o levantamento aerofotogramétrico de 1972.	69
Figura 35	<i>Planta da Cidade de Fortaleza organizada por Antonio Simões Ferreira de Faria em 1850, desenhada em escala reduzida por F. B. de Oliveira em 1883.</i>	70
Figura 36	Exercício de reconstituição cartográfica. Planta da cidade de Fortaleza, 1850. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta da Cidade de Fortaleza organizada por Antonio Simões Ferreira de Faria em 1850, desenhada em escala reduzida por F. B. de Oliveira em 1883.</i>	71
Figura 37	<i>Planta da cidade de Fortaleza, levantada no ano de 1856, pelo padre Manoel do Rego Medeiros – Guaraci de Lavor – copiou.</i>	72
Figura 38	<i>Planta Exacta da Capital do Ceará, abril de 1859</i> , elaborada por Adolfo Herbster, 1859.	73
Figura 39	Exercício de reconstituição cartográfica. Planta Exacta da Capital do Ceará, 1859 - Autora Margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta Exacta da Capital do Ceará, abril de 1859.</i>	74
Figura 40	<i>Plano de expansão da cidade de Fortaleza</i> , elaborada por Adolfo Herbster, 1863.	75
Figura 41	Exercício de reconstituição cartográfica das áreas consolidadas, 1850 - Autora: Margarida Andrade – Mapa base: <i>Planta da cidade de Fortaleza - Antonio Simões Ferreira de Faria em 1850 / desenhada em escala reduzida por F. B. de Oliveira, 1883.</i>	77
Figura 42	Exercício de reconstituição cartográfica de Fortaleza: quadras e vias, 1859. Autora: Margarida Andrade . Mapa base: <i>Planta Exacta da Capital do Ceará, abril de 1859.</i>	80
Figura 43	Exercício de reconstituição cartográfica de Fortaleza: ocupação, 1859. Autora: Margarida Andrade . Mapa base: <i>Planta Exacta da Capital do Ceará, abril de 1859.</i>	81
Figura 44	Exercício de reconstituição cartográfica do plano de Herbster na planta de Fortaleza de 1859. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta Exacta da Capital do Ceará, abril de 1859.</i> Fonte: Planta exacta de 1859/ Plano de Expansão de Adolfo Herbster, 1863.	82
Figura 45	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza : processo de ocupação fundiária de Fortaleza. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: Planta aerofotogramétrica de Fortaleza, 1972.	84
Figura 46	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza, na década de 1850: quadras e vias. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta da cidade de Fortaleza - Antonio Simões Ferreira de Faria em 1850 / desenhada em escala reduzida por F. B. de Oliveira, 1883.</i>	86
Figura 47	Sobrado de Francisco José Pacheco de Medeiros, depois Câmara Municipal.	85

Figura 48	Sobrado do Coronel José Antônio Machado.	85
Figura 49	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza, 1850: tipologias. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta da cidade de Fortaleza - Antonio Simões Ferreira de Faria em 1850 / desenhada em escala reduzida por F. B. de Oliveira, 1883.</i>	89
Figura 50	Portada de entrada do Mercado Público.	87
Figura 51	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza, 1850: usos. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta da cidade de Fortaleza - Antonio Simões Ferreira de Faria em 1850 / desenhada em escala reduzida por F. B. de Oliveira, 1883.</i>	90
Figura 52	Cadeia Pública.	88
Figura 53	Escola do Ensino Mútuo.	88
Figura 54	Santa Casa da Misericórdia.	91
Figura 55	Assembleia Legislativa Provincial de Fortaleza.	91
Figura 56	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza, década de 1860. Proprietários das terras da cidade. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta Exacta da Capital do Ceará, 1859.</i>	109
Figura 57	Anúncio da fábrica de fiação S. Elisa, 1908.	119
Figura 58	Anúncios da Fábrica Proença, 1913.	119
Figura 59	Anúncio do suco de caju, 1908.	120
Figura 60	Anúncio do suco de caju, 1913.	121
Figura 61	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza, 1932 – Ruas as quais se refere o artigo 225 . Autora: Margarida Andrade. Mapa Base: <i>Carta da Cidade de Fortaleza Arredores, levantada, desenhada e impressa pelo Serviço Geográfico do Exército, 1945.</i>	129
Figura 62	Reservatórios metálicos implantados na face sul da praça Visconde de Pelotas (atual Clovis Beviláqua) em 1912.	134
Figura 63	Reservatórios metálicos revestidos de cimento e areia da praça Visconde de Pelotas (atual Clovis Beviláqua).	134
Figura 64	Porto do Ceará, Brasil: Plano mostrando os melhoramentos propostos/Charles Neate.	134
Figura 65	Viaduto Moreira da Rocha, 1906.	135
Figura 66	Viaduto Moreira da Rocha.	135
Figura 67	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1875. Antiga estradas e alguns edifícios emblemáticos . Autora: margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta da cidade da Fortaleza e Subúrbios elaborado por Adolpho Herbster de 1875.</i>	141
Figura 68	Seminário da Prainha, 1908.	141

Figura 69	Colégio das Irmãs.	141
Figura 70	Antigo Palácio do Bispo, atual Prefeitura Municipal de Fortaleza.	142
Figura 71	Colégio da Irmãs.	142
Figura 72	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1875: Espacialização das antigas perimetrais e a evolução da ocupação da cidade. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta da cidade da Fortaleza capital da provincia do Ceará, levantada por Adolpho Herbster de 1888.</i>	143
Figura 73	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza, 1875: quadras e vias. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta da cidade da Fortaleza e Subúrbios, organizado por Adolpho Herbster, arquiteto da Camara Municipal, 1875.</i>	145
Figura 74	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1872: Espacialização do perímetro urbano em Fortaleza, segundo a décima urbana de 1872. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta da cidade da Fortaleza e Subúrbios elaborado por Adolpho Herbster de 1875.</i>	146
Figura 75	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza, 1875 - ocupação e perímetro urbano. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta da cidade da Fortaleza e Subúrbios, organizado por Adolpho Herbster, arquiteto da Camara Municipal, 1875.</i>	148
Figura 76	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1875: Recorte espacial na cidade de Fortaleza – usos, 1875. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engº da provincia e Archº apozentado da Camara Municipal, 1888.</i>	150
Figura 77	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza, 1888: quadras e vias. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engº da provincia e Archº apozentado da Camara Municipal, 1888.</i>	153
Figura 78	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1888: Espacialização dos três planos do Passeio Público de Fortaleza, 1888. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engº da provincia e Archº apozentado da Camara Municipal, 1888.</i>	154
Figura 79	O 1º plano do Passeio Público.	154
Figura 80	O 2º 3º planos do Passeio Público, vendo ao fundo o quebra-mar Hawkshaw e navios.	154
Figura 81	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1890: Espacialização do perímetro urbano em Fortaleza, segundo a décima urbana de 1890. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engº da provincia e Archº apozentado da Camara Municipal, 1888.</i>	155

Figura 82	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza, 1888: ocupação e perímetro urbano. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engº da provincia e Archº apozentado da Camara Municipal, 1888.</i>	158
Figura 83	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza, 1888: tipologia. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engº da provincia e Archº apozentado da Camara Municipal, 1888.</i>	159
Figura 84	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza, 1888: uso. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engº da provincia e Archº apozentado da Camara Municipal, 1888.</i>	160
Figura 85	Cartão postal de 1910 mostrando a vista panorâmica da cidade de Fortaleza.	161
Figura 86	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza, 1888: Jacarecanga, sítios e chácaras. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engº da provincia e Archº apozentado da Camara Municipal, 1888.</i>	162
Figura 87	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza, 1888: Benfica, sítios e chácaras. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: <i>Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engº da provincia e Archº apozentado da Camara Municipal, 1888.</i>	163
Figura 88	Exercício de reconstituição cartográfica de Fortaleza, 1890. Recorte espacial na cidade da Fortaleza - usos. Autora: Margarida Andrade. Mapa Base: <i>Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engº da provincia e Archº apozentado da Camara Municipal, 1888.</i>	166
Figura 89	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1911: Recorte espacial na cidade de Fortaleza – usos. Autora: Margarida Andrade. Mapa Base: <i>Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engº da provincia e Archº apozentado da Camara Municipal, 1888.</i>	168
Figura 90	Cartão Postal de 1909, mostrando o trecho da atual Barão do Rio Branco.	169
Figura 91	Sede da Fênix Caixeiral, associação dos empregados do comercio, datada de 1905.	169
Figura 92	Evolução Formal do edifício da Alfândega de Fortaleza.	170
Figura 93	Av. Pessoa Anta.	170
Figura 94	Mercado de Ferro de Fortaleza. O desenho da fachada mostra o partido dos dois pavilhões ligados por uma rua coberta.	170
Figura 95	Rua Floriano Peixoto(1925), à esquerda o “Mercado de ferro” inaugurado em 18.04.1897.	170

Figura 96	Rua Floriano Peixoto, à direita o “Mercado de Ferro” desmontado em 1938.	171
Figura 97	As três estruturas metálicas do antigo “Mercado de Ferro” de Fortaleza, 1910.	171
Figura 98	Antiga Praça Jose de Alencar, 1920.	172
Figura 99	Igreja do Pequeno Grande em Fortaleza.	172
Figura 100	Interior da Igreja do Pequeno Grande.	172
Figura 101	Fachada do bloco de acesso do Teatro José de Alencar.	173
Figura 102	Fachada da platéia do Teatro José de Alencar.	173
Figura 103	Fachada principal do Grupo Escolar Fernandes Vieira (atual Juvenal Galeno), 1923.	173
Figura 104	Fachada principal do Grupo Escolar Visconde do Rio Branco, 1923.	173
Figura 105	Fachada principal do Grupo Escolar do Benfica, 1923.	173
Figura 106	Escola Normal, 1923.	174
Figura 107	Secretaria da Fazenda de Fortaleza inaugurada em 1927, projeto de José Gonçalves Justa.	174
Figura 108	Detalhe da Secretaria da Fazenda, 1927.	174
Figura 109	Palacete Ceará, projeto de João Sabóia Barbosa, atual Caixa Econômica Federal do Ceará.	174
Figura 110	Banco Frota Gentil (1925), projeto de João Sabóia Barbosa.	174
Figura 111	Cine Moderno situado na Major Facundo próximo à Praça do Ferreira.	175
Figura 112	Palacete Moraes Correa em Jacarecanga.	175
Figura 113	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1922. Espacialização do perímetro urbano em Fortaleza, segundo a décima urbana de 1922. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta da cidade de Fortaleza de 1922</i> (Mapa esquemático).	176
Figura 114	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1922: quadras e vias. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta da cidade de Fortaleza de 1922</i> (Mapa esquemático).	177
Figura 115	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1922: Ocupação. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta da cidade de Fortaleza de 1922</i> (Mapa esquemático).	178
Figura 116	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1920-30: Parcelamento das antigas chácaras de Jacarecanga. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta da cidade de Fortaleza de 1932</i> .	179

Figura 117	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1922: Praça Fernandes Vieira (atual praça do Liceu) - Jacarecanga - Autora Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta da cidade de Fortaleza de 1932</i> .	180
Figura 118	Asilo do Bom Pastor (1928) localizado na Praça Fernandes Vieira.	181
Figura 119	Itapuca Villa nº 375 (nº 1055 em 1936), construída entre 1915-20, na rua Guilherme Rocha.	181
Figura 120	Palacete Plácido de Carvalho localizado na atual avenida Santos Dumont.	181
Figura 121	Aspecto do <i>Boulevard</i> Nogueira Accioly em torno de 1925.	183
Figura 122	Casa de porão alto situada no <i>boulevard</i> Visconde do Cauipe nº 548 (atual 1896).	183
Figura 123	Casa de porão alto situada no <i>boulevard</i> Visconde do Cauipe nº 566 (atual 1940).	183
Figura 124	Palacete com porão alto, implantado no <i>boulevard</i> Visconde de Cauipe (atual 1798).	184
Figura 125	Aspecto das residências da década de 1920 no <i>boulevard</i> Visconde de Cauipe.	184
Figura 126	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1920-30: Parcelamento das antigas chácaras de Benfica - Autora Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta da cidade de Fortaleza de 1932</i> .	184
Figura 127	Aspecto da Av. João Pessoa (antiga Estrada de Arronches) no bairro do Benfica.	184
Figura 128	Antiga chácara de Pierreleveè (1909), depois Colégio Santa Cecília.	184
Figura 129	Família Gentil em frente da antiga chácara no início do século XX.	184
Figura 130	O novo Palacete do Cel. José Gentil.	184
Figura 131	Palacete de João Gentil, Benfica (filho do cel. Gentil).	185
Figura 132	Palacete de João Gentil, Benfica (filho do cel. Gentil).	185
Figura 133	“Porto das Jangadas” na atual praia de Iracema com seu conjunto das residências, 1940.	185
Figura 134	Conjunto das residências localizadas na rua da Beira Mar, 1940.	185
Figura 135	Conjunto das residências localizadas na rua da Beira mar (antiga porto das Jangadas),1931.	185
Figura 136	Vila Morena antiga residência de José Magalhães Porto.	185
Figura 137	“Vila Diogo” do industrial Antonio Diogo de Siqueira.	185
Figura 138	Conjunto de casas de aluguel de propriedade do cel. Francisco Otavio Ferreira Gomes, 1928.	185
Figura 139	Exportadora Cearense, Ltda., fundada em 1925.	186

Figura 140	Seção marítima de Leite Barbosa & Cia, localizada na Av. Alberto Nepomuceno.	186
Figura 141	Armazéns Costa Lima & Myrtil localizado na Av. Alberto Nepomuceno.	186
Figura 142	Armazém de exportação da firma Salgado Filho & Cia localizado na Av. Alberto Nepomuceno.	186
Figura 143	Armazéns Costa Lima & Myrtil localizado na Av. Alberto Nepomuceno.	188
Figura 144	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1922: Recorte espacial na cidade de Fortaleza – usos. Autora: Margarida Andrade. Mapa Base: <i>Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engº da provincia e Archº apozentado da Camara Municipal, 1888.</i>	187
Figura 145	Rua Major Facundo.	188
Figura 146	Loja de Modas e confecções – Torre Eiffel de Paulo Moraes & Filho, situada na rua Major Facundo, 1930.	188
Figura 147	Cartão Postal por volta de 1925. Trecho da antiga rua Formosa, atula Barão do Rio Branco.	188
Figura 148	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1932: Espacialização do perímetro urbano em Fortaleza, segundo a décima urbana de 1932. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta da cidade de Fortaleza de 1932.</i>	189
Figura 149	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza, 1932: quadras e vias, destacado as zonas: comercial, central e urbana. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta da cidade de Fortaleza de 1932 e 1945.</i>	191
Figura 150	Parcelamento de um terreno no lugar da Floresta, zona oeste da cidade, de propriedade de Boris Frères Cia Ltda. na década de 1930, de acordo com o projeto de Fernando Lima.	190
Figura 151	Parcelamento da Chácara Iracema (Vila Iracema) na década de 1930, propriedade de José Gentil Alves de Carvalho, de acordo com o projeto de Fernando Lima.	191
Figura 152	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza, 1932: ocupação, destacado as zonas: comercial, central e urbana. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta da cidade de Fortaleza de 1932.</i>	194
Figura 153	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza, 1932: praça Fernandes Vieira, Jacarecanga. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	195
Figura 154	Desenho e fachada do palacete do engenheiro Thomaz Pompeu Sobrinho um dos exemplares da arquitetura Art Nouveau (1929).	192
Figura 155	Palacete Oscar Pedreira (Aristides Capibaribe) situada na Avenida Filomeno Gomes.	192
Figura 156	Avenida Tomaz Pompeu (antiga <i>boulevard</i> Jacarecanga, atual Filomeno Gomes).	192
Figura 157	Residência de Raimundo Brasil Pinheiro de Mello, avenida Thomas Pompeu nº 836.	192
Figura 158	Palacete Meton de Alencar Gadelha (1930).	193

Figura 159	Exercício de reconstituição cartográfica de Fortaleza: Gentilândia, 1932.	196
Figura 160	Espacialização do perímetro das terras do coronel José Gentil, denominada Gentilândia. Autora: Margarida Andrade.	193
Figura 161	Desenho da Vila Santo Antonio pertencente a Imobiliária Jose Gentil situada na Gentilândia.	193
Figura 162	Matadouro Modelo de Fortaleza, 1926.	193
Figura 163	Matadouro Modelo de Fortaleza inaugurado, 1926.	197
Figura 164	Rua Major Facundo no sentido do Passeio Público, 1940.	197
Figura 165	Rua Barão do Rio Branco (antiga rua Formosa) em torno da década de 1930.	197
Figura 166	Vista aérea da área central de Fortaleza.	197
Figura 167	O primeiro “arranha céu” da área central de Fortaleza- Excelsior Hotel (1928-31).	198
Figura 168	Edifício dos Correios e Telégrafos, (1932-34).	198
Figura 169	Espacialização dos principais edifícios da cidade - Fortaleza, 1930. Autora: Margarida Andrade.	198
Figura 170	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza: uso da praça Pedro II, 1850. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	201
Figura 171	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza: uso da praça Municipal, 1872. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	202
Figura 172	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza: uso comercial da praça Municipal, 1872. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	203
Figura 173	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza: numero de portas dos imóveis ao redor da praça Municipal, 1872. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	204
Figura 174	Vista da face oeste (rua Major Facundo).	200
Figura 175	Vista da face leste (rua Boa Vista).	200
Figura 176	Exercício de reconstituição cartográfica de Fortaleza: tipologias dos imóveis ao redor da praça Municipal, 1872. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	205
Figura 177	Exercício de reconstituição cartográfica de Fortaleza: grandes proprietários dos imóveis ao redor da praça Municipal, 1872. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	206
Figura 178	Exercício de reconstituição cartográfica de Fortaleza, 1872: numeração, lotes, proprietários e usos da praça Municipal, 1872.	207

Figura 179	O Café do Comércio , situado na esquina noroeste da praça do Ferreira, 1908.	208
Figura 180	O Café Java , situado na esquina nordeste da praça do Ferreira, 1908.	208
Figura 181	Praça do Ferreira, tendo o Café Elegante localizado no canto sudeste.	209
Figura 182	Café Iracema , situado na esquina sudoeste da praça do Ferreira.	209
Figura 183	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1890: usos ao redor da praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	209
Figura 184	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1890: tipologias na praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	210
Figura 185	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1890: uso comercial ao redor da praça do Ferreira 1890. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	211
Figura 186	Exercício de reconstituição cartográfica de Fortaleza 1890: grandes proprietários ao redor da praça do Ferreira 1890. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	212
Figura 187	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1890: numeração, lotes, proprietários e usos da praça Municipal, 1890. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	213
Figura 188	Aspecto parcial do Jardim D. Pedro II (praça do ferreira), realizado em 1902.	209
Figura 189	Alameda central do Jardim D. Pedro II (praça do Ferreira), realizado em 1902.	209
Figura 190	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1890: valor dos aluguéis em 1890. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	218
Figura 191	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1911: uso ao redor da praça Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	215
Figura 192	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1911: uso comercial ao redor da praça Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	216
Figura 193	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1911: numeração, lotes, proprietários e usos ao redor da praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	219
Figura 194	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1917: nova numeração ao redor da praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	220
Figura 195	Praça do Ferreira, 1917.	216

Figura 196	Cine- teatro Majestic, 1918.	216
Figura 197	Cine Moderno, 1920.	217
Figura 198	Praça do ferreira 1925.	217
Figura 199	Cartão Postal da Praça do Ferreira, 1920.	218
Figura 200	Cartão Postal da Praça do Ferreira, 1920.	218
Figura 201	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1917: uso comercial ao redor da praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	221
Figura 202	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1920: tipologia ao redor da praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	222
Figura 203	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1920: uso comercial ao redor da praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	223
Figura 204	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1920: numeração, lotes, proprietários e usos ao redor da praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	225
Figura 205	Praça do Ferreira em 1930.	224
Figura 206	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1930: tipologia ao redor da praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	227
Figura 207	Praça do Ferreira na década de 30 anterior à construção do Cine São Luis.	226
Figura 208	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1930: numeração, lotes, proprietários e usos ao redor da praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	228
Figura 209	Praça do Ferreira - Coluna da Hora	226
Figura 210	Fábrica de tecidos Gurgel, Matadouro.	233
Figura 211	Fábrica de tecidos São José, Jacarecanga.	233
Figura 212	Anúncio da Fábrica de Fiação S. Eliza.	233
Figura 213	Propaganda da Casa Albano.	238

Figura 214	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1938 - Prolongamento da rua Liberato Barroso e rua Assunção em 1938. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: Planta de Fortaleza 1945.	252
Figura 215	Loteamento Lydianópolis Nova Cidade (1931).	253
Figura 216	Plano de remodelação e extensão da cidade de Fortaleza, projeto organizado pelo arquiteto Nestor de Figueiredo.	256
Figura 217	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1930-1940. Loteamentos das décadas de 1930 e 1940. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: Planta de Fortaleza 1945.	258
Figura 218	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1930. Loteamento Estância Castelo. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: Planta de Fortaleza 1945.	259
Figura 229	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1930. Perímetro do Decreto 461 de 04.07.1939. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: Planta de Fortaleza 1945.	257
Figura 220	Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1930 e 1940. Espacialização dos edifícios das décadas de 1930 e 1940 da cidade de Fortaleza. Autora: Margarida Andrade.	261
Figura 221	Cine Diogo na rua Barão do Rio Branco (antiga rua Formosa).	262
Figura 222	Casa Parente situado na rua Guilherme Rocha com a rua Barão do Rio Branco(1936).	262
Figura 223	Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1940: tipologia ao redor da praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.</i>	263
Figura 224	Espacialização das linhas de bonde em 1888. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta da Cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará, levantada por Adolpho Herbster, Ex. Engº da Província e Archº aposentado da Câmara Municipal, 1888.</i>	264
Figura 225	Bonde a burro.	264
Figura 226	Bonde a burro.	264
Figura 227	Bonde elétrico na av. Visconde do Cauipe.	265
Figura 228	Bonde elétrico na rua Major Facundo.	265
Figura 229	Alargamento para 30,0 metros, na Av. Sena Madureira realizada em 1913.	266
Figura 230	Espacialização das linhas de bonde em 1922. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: <i>Planta da Cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará, levantada por Adolpho Herbster, Ex. Engº da Província e Archº aposentado da Câmara Municipal, 1888.</i>	266
Figura 231	Beco do Pocinho sobre o riacho Pajeu na direção leste da cidade.	267
Figura 232	Avenida Rockert sentido oeste, próximo as Oficinas da RVC (Oficina do Urubu).	268

Figura 233 Espacialização das linhas de bonde em 1932. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: *Prefeitura Municipal de Fortaleza, Planta da Cidade de Fortaleza levantada pela Administração Revolucionária, 1931-193*”.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Lista dos Homens Brancos, que Habitam Dentro desta Vila de Fortaleza do Ceará	54
Tabela 02	Perfil social de alguns homens brancos - 1799	55
Tabela 03	Algodão exportado pelos portos do Ceará -1811	60
Tabela 04	Negociantes Portugueses	99
Tabela 05	Negociantes Nacionais	99
Tabela 06	Capitalistas	100
Tabela 07	Fortaleza estabelecimentos comerciais - 1862	100
Tabela 08	Inventario do exportador Alfred Harvey - 1847	102
Tabela 09	Artífices de Fortaleza com renda anual de 200\$000 ou superior – 1851	104
Tabela 10	Cidade de Fortaleza: funcionários públicos (1845)	106
Tabela 11	Cidade de Fortaleza: profissionais liberais (1845)	106
Tabela 12	Inventário do comendador coronel José Antônio Machado, 1869	107
Tabela 13	Inventário de Antônio Gonçalves Justa, 1852	110
Tabela 14	Exportação dos principais produtos do Ceará: 1850-1885 (%)	113
Tabela 15	Relação das primeiras indústrias inscritas na JUCEC – Fortaleza	115
Tabela 16	Cidade de Fortaleza: Fábricas 1870 – 1932	116
Tabela 17	Cidade de Fortaleza: Oficinas 1870 – 1932	117
Tabela 18	Cidade de Fortaleza: Comercio varejistas 1870 – 1932	118
Tabela 19	Exportações Cearenses de Algodão em Pluma (1912-24)	120
Tabela 20	População do Município de Fortaleza (1860-1940)	131
Tabela 21	Os Bens de Raiz de Inventários em 1872	147
Tabela 22	Os Imóveis mais caros de Fortaleza em 1872	149

Tabela 23	Relatório da Décima Urbana em 1872	151
Tabela 24	Relatório Geral do Censo de 1887 - Tipologia	156
Tabela 25	Relatório Geral do Censo de 1887 - Uso	156
Tabela 26	Relatório Geral do Censo de 1890 – Finalidade	157
Tabela 27	A percentagem dos Imóveis alugados e de uso próprio em 1890	157
Tabela 28	Casa Exportadoras estrangeiras e nacionais - 1900	231
Tabela 29	Proprietários de imóveis urbanos – 1872	234
Tabela 30	Famílias proprietárias de imóveis urbanos – 1872 – 1890	240
Tabela 31	Famílias proprietárias de imóveis urbanos – 1872 – 1890	240
Tabela 32	Casas Exportadoras proprietárias de imóveis urbanos – 1872 – 1890	241
Tabela 33	Proprietários de imóveis urbanos – 1922	241
Tabela 34	Cidade de Fortaleza: Empresas Particulares	242
Tabela 35	Cidade de Fortaleza: bancos, Casas Bancárias e Cia de Seguros, 1933	242
Tabela 36	Cidade de Fortaleza: Atividades Produtivas – 1887	243
Tabela 37	Cidade de Fortaleza: funcionários Públicos – 1887	246
Tabela 38	Cidade de Fortaleza: Profissionais atuantes entre 1870 – 1895	247
Tabela 39	Cidade de Fortaleza: Profissionais atuantes entre 1920 – 1933	248
Tabela 40	Imóveis urbanos da Imobiliária Gentil – 1936	250

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

INTRODUÇÃO	1
1. OS ANTECEDENTES: FORTALEZA NA COLONIA E A ECONOMIA DO GADO (SÉCULO XVIII-1810)	29
1.1 A PECUÁRIA E A LÓGICA DE CONFIGURAÇÃO DA REDE URBANA CEARENSE NO PERÍODO COLONIAL	29
1.2 A “VILA DO FORTE”	35
1.3 RECONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO E DA ARQUITETURA DA VILA DO FORTE	46
1.4 ATORES SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	51
1.4.1 A CÂMARA MUNICIPAL E A LEGISLAÇÃO EDILÍCIA	51
1.4.2 NEGOCIANTES, COMERCIANTES E PROPRIETÁRIOS DE TERRAS E IMÓVEIS URBANOS	55
2. FORTALEZA CAPITAL DA PROVÍNCIA DO CEARÁ E A ECONOMIA DO ALGODÃO: OS PLANOS DE EXPANSÃO DA CIDADE E AS NORMAS REGULADORAS (1810-1863)	59
2.1 O ALGODÃO E A LÓGICA DE RECONFIGURAÇÃO DA REDE URBANA CEARENSE	60
2.2 ORGANIZAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA MUNICIPAL NO IMPÉRIO	64
2.3 DA “VILA DO FORTE” À “CIDADE DA FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO”	68
2.4 RECONSTITUIÇÃO DOS ESPAÇOS INTRAURBANOS E DA ARQUITETURA	78
2.4.1 TRAÇADO URBANO E A IMPLANTAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES NOS LOTES	85
2.4.2 CARACTERÍSTICAS DO TECIDO URBANO E DA ARQUITETURA	85
2.5 ATORES SOCIAIS NA APROPRIAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	94
2.5.1 A CÂMARA MUNICIPAL	94
2.5.2 NEGOCIANTES E PROPRIETÁRIOS	99
2.5.3 AS CASAS EXPORTADORAS ESTRANGEIRAS	102

2.5.4 AS CASAS BANCÁRIAS	105
2.5.5 OS SETORES MÉDIOS DA POPULAÇÃO URBANA	105
2.6 ALGUMAS TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS	109
3. O PAPEL DA INICIATIVA PRIVADA NA APROPRIAÇÃO E PRODUÇÃO MATERIAL DAS ÁREAS PLANEJADAS (1863-1933)	115
3.1 HEGEMONIA POLÍTICO-ECONÔMICA DE FORTALEZA E CONSEQUÊNCIAS MATERIAIS	116
3.2 ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL DE FINS DO IMPÉRIO À PRIMEIRA REPÚBLICA	125
3.3 LEGISLAÇÃO SANITÁRIA E URBANÍSTICA ENTRE 1865 E O CÓDIGO DE OBRAS DE 1932	127
3.4 O CAPITAL PRIVADO: PORTO, FERROVIA, ÁGUA, LUZ, BONDE E ÔNIBUS	135
3.5 A TRAMA URBANA E OS ATORES	144
3.5.1 RECONSTITUIÇÃO DA ÁREA URBANIZADA EM 1875	144
3.5.2 RECONSTITUIÇÃO DA ÁREA URBANIZADA EM 1888	156
3.5.3 RECONSTITUIÇÃO DA ÁREA URBANIZADA ENTRE 1890 E 1911	169
3.5.4 RECONSTITUIÇÃO DA ÁREA URBANIZADA EM 1922	179
3.5.5 RECONSTITUIÇÃO DA ÁREA URBANIZADA EM 1931-1932	193
3.6 UMA METONÍMIA: A PRAÇA DO FERREIRA, SEUS PROPRIETÁRIOS E USUÁRIOS	204
3.7 ESCRITÓRIOS ESTRANGEIROS E NACIONAIS, NEGOCIANTES, CAPITALISTAS E PROPRIETÁRIOS DE TERRAS E IMÓVEIS URBANOS EM MEIO A OUTROS ATORES	233
3.7.1 PRINCIPAIS FAMÍLIAS DETENTORAS DE IMÓVEIS URBANOS	237
3.7.2 OS SETORES MÉDIOS DA POPULAÇÃO URBANA	246
3.7.3 ALGUMAS TRAJETÓRIAS	252
CONSIDERAÇÕES FINAIS	256
ANEXO I: REDES DE CIRCULAÇÃO E COMUNICAÇÃO – AS LINHAS DE TREM E DE BONDE	270
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	276

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar as **transformações urbanísticas** em Fortaleza entre 1810 e 1933, examinando as ações do poder público e o papel da iniciativa privada na **apropriação e produção material** da cidade. O recorte temporal eleito corresponde a um período de profundas mudanças decorrentes da inserção da cidade em novas lógicas da rede urbana regional e internacional. Desse modo, a pesquisa busca analisar duas escalas do problema, a da **Urbanização** e a do **Urbanismo**.

Na longa duração foram identificados três momentos de inflexão - **1810, 1863 e 1933** - definidos com base na documentação e correspondentes a planos ou levantamentos urbanísticos realizados para a cidade. A baliza cronológica inicial foi definida a partir da mais antiga representação de Fortaleza como capital da Capitania do Ceará, elaborada por Francisco Marques Giralde¹ em 1810; o Plano de Expansão do engenheiro Adolfo Herbster datado de 1863² definiu o segundo corte; e o recorte final dado pelo Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza proposto pelo arquiteto Nestor de Figueiredo³ em 1933.

A planta de **1810** representa a pequena Vila do Forte, correspondendo ao núcleo urbano no momento em que assume o papel de capital da Capitania e de principal porto de embarque do algodão para o mercado internacional. Nota-se que o processo de urbanização acompanha os caminhos da economia algodoeira cearense, tal como estruturado regionalmente e direcionado ao porto agroexportador. O ano de **1863** marca nova inflexão, quando o progresso material cearense alcançou níveis bastante elevados em consequência da Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865). Nesse período de prosperidade, observa-se o poder público induzindo o crescimento da cidade por meio de um plano de expansão proposto pelo engenheiro Adolfo Herbster. Por fim, a baliza final - **1933** - coincide com a introdução tardia de um novo ideário urbanístico (típico da Primeira República), representado no “Plano de Remodelação e Extensão” do engenheiro Nestor de Figueiredo. Proposto, o plano foi refutado de imediato, o que demonstra o fracasso do poder público nos seus esforços disciplinadores e indutores do crescimento da cidade.

Isso porque, como comenta Manoel Teixeira,

Há momentos históricos em que o poder tem maior capacidade de intervir, em que há um conjunto de circunstancias que justificam e propiciam essa intervenção, e em que, em resultado disso, há um maior numero de intervenções planeadas globais, de grande escala. [...]. Ao mesmo tempo, e em todos os momentos históricos, continua a processar-se a construção da cidade através da interacção de múltiplos interesses privados. Cidades cuja construção é menos controlada centralmente e deixada ao cuidado dos vários promotores e interesses privados tende a ser, no seu conjunto, menos regular - do ponto de vista de uma ordem aparente, geométrica - e baseada em princípios de cultura urbanística não codificados explicitamente, que usualmente se designam por populares ou vernáculos (1999:13-14).

¹ “*Titulo completo (escrito no alto e ao longo da prancha) Plano aproximado da enseada da enseada da Villa da Fortaleza de N.S. d’Assumpção/ a qual vulgarmente se chama Porto do Ceará, tirado pelo Capitão de Fragata F M. Giralde em/ setembro de 1810 indo de passagem/ para o Rio de Janeiro Latitude Observada 3o 41M Sul; Longitude (estimada) 30G 37M do Observatório da Marinha em Lisboa, que mandou tirar o actual Governador Luiz Barba Alardo de Menezes.*” (CASTRO, 1997:38)

² Este documento gráfico está inserido no Atlas do Império do Brasil, de Cândido Mendes de Almeida, de 1868.

³ De origem pernambucana e radicado no Rio de Janeiro, trabalhou com Alfredo Agache. Em 1932 propõe um Plano de Remodelação e Extensão da Cidade do Recife, também não realizado.

Assim, a tese pretende, em cada contexto, observar as seguintes questões:

- as mudanças no processo de urbanização e suas consequências no espaço intra-urbano;
- assinalar na configuração do **tecido urbano** aspectos morfológicos como - (traçado, trama planimétrica e volumétrica ruas, quadras, praças) bem como dinâmicas usuais através dos **tipos de ocupação** (baixa e alta densidade, de implantação das edificações no lote e perfil socioeconômico) e sua articulação com redes de infraestrutura (porto, trem, bonde);
- caracterizar a natureza do tecido urbano da cidade de Fortaleza entre 1810-1933, considerando as tipologias edilícias (casas térreas, sobrados e casas de chácaras), as finalidades e os usos (residencial, comercial e misto) dos imóveis, espacializando os proprietários por meio das informações recolhidas na documentação primária (décimas urbanas, inventários, descrições, iconografia e cartografia); reconstituir por exercícios gráficos, os espaços intraurbanos e a arquitetura, com o objetivo de compreender as dinâmicas do processo e as transformações no intraurbano de Fortaleza em diferentes momentos históricos, com base nas várias plantas do século XIX e XX e em documentos textuais; distinguir os agentes sociais envolvidos na apropriação e produção do espaço urbano; e
- analisar os Códigos de Posturas Municipais do Império e compará-los com os Códigos de Obras da República (1893 e 1932), para o entendimento do ideário que norteou as transformações urbanísticas projetadas e/ou realizadas, principalmente na área central de Fortaleza.

BALANÇO DA HISTORIOGRAFIA

SOBRE A HISTÓRICA DA URBANIZAÇÃO, DO URBANISMO E DA CIDADE NO BRASIL

São várias as expressões utilizadas referentes ao tema de estudo: “historia da cidade”, “história do urbanismo”, “história urbana”⁴, “história da urbanização”, cada qual compreendendo um campo de conhecimento e um tipo de enfoque. Vale destacar, conforme menciona Nestor Goulart Reis, que se trata de um campo de estudos recente, tanto na Europa como no Brasil, datado dos anos 1950, período em que se observa crescimento significativo da maioria das cidades nacionais e internacionais.

Em lugar de História da Cidade ou especificamente da História do Urbanismo, o arquiteto e sociólogo Nestor Goulart Reis fala de **História da Urbanização**. Entender a história da urbanização como um processo social, que tem como objetivo “*o estudo do processo em curso, e não do objeto cidade. Até porque esta [cidade] é um produto e um suporte do processo social, e como tal, também está em permanente mudança*” (REIS, 2006:51). A **Urbanização** é entendida como um processo social e sistêmico e sua compreensão envolve a consideração de escalas diferentes – local, regional, nacional e intercontinental em perspectiva histórica de longa duração.

⁴ Segundo Heloisa Barbuy, “*A historia urbana é realizada em diversas linhas de pesquisa desenvolvidas por vários autores, com diferentes perspectiva e objetivos, em áreas como história social (e dentro desta a história cultural), história econômica, história do direito, sociologia, antropologia, geografia e, de forma particularmente intensa, na área de arquitetura e urbanismo*” (2006:17).

A perspectiva mais ampla e fecunda só pode ser encontrada no exame da urbanização como um conjunto de fenômenos sociais de ordem geral [...]. A mais ampla perspectiva de conjunto sobre os problemas de urbanização é, certamente, a que toma como ponto de partida uma conceituação desta como processo social.

Ela permite por em destaque simultaneamente as condições concretas de origem e continuidade do processo no plano histórico e as configurações que assume segundo os contextos empíricos em que se desenvolve. Em cada caso, esse quadro teórico geral vai possibilitar a ordenação dos dados, de modo a favorecer o estudo dos mecanismos de evolução da urbanização e os aspectos recorrentes ou emergentes do processo (REIS, 1999:32).

Assim, optar por pautar este estudo na perspectiva da História da **urbanização**, significa evidenciar processos de mudança em sua diversidade:

pois alguns modelos de descrição e explicação terminam por realizar uma redução, focalizando e destacando determinadas características ou lançando mão apenas de um conjunto reduzido de informações, que tendem a apresentar como unificada uma parcela da realidade, deixando de destacar a sua diversidade (REIS, 1999:53).

[...] compreendendo que as mudanças ocorrem de formas diferentes em regiões e momentos deferentes, por ações de agentes com condições e interesses diversos, ainda que com a mesma modalidade de relações. [...] Pois a diversidade das condições, em cada uma das regiões, sua variações no tempo e nas diferentes escalas, devem estar sempre presentes nos trabalhos (REIS, 1999:53-54).

Quanto ao **Urbanismo**, Nestor Goulart Reis o define como uma forma de intervenção sistêmica na organização do espaço urbano e, para explicá-lo, é preciso considerar “*as características da política de urbanização, nas diferentes escalas [...], do intraurbano, ao regional e ao espaço das relações internacionais.*” (1995:4). Para o autor, não existe um urbanismo “espontâneo” e outro “dirigido”, pois ambos são determinados socialmente, “*sendo sempre configurações espaciais, da estruturação das relações sociais.*” (1995:4). Desse modo, não deveria ser explicado apenas pelas suas formas, mas “*em seus fundamentos políticos, econômicos e culturais, em situações históricas concretas.*” (1995:4). Na esfera do **intraurbano**, tais intervenções condicionam formas de apropriação e produção do espaço urbano, que resultam do embate entre ideias, políticas e instrumentos legislativos com desejos individuais e de grupos sociais.

É na escala do tecido urbano

Que se definem as formas de propriedade de parcelas do solo urbano e a propriedade de parcelas do solo urbano e a propriedade de edificações. É nessa escala que se definem os espaços de acesso e uso público e as formas de organização coletiva dos espaços. É no tecido urbano que se concretizam as formas de desigualdades na apropriação e uso dos espaços, as formas de segregação social e apropriação dos valores econômicos produzidos pelo uso social (REIS, 2006:59).

Nesse sentido, ao tratar das escalas regionais e do intraurbano, buscou-se reconstituir, mediante exercícios gráficos, as dinâmicas na rede urbana e do sistema urbano, analisando os desdobramentos no espaço intraurbano⁵ de Fortaleza. Analisar-se-á o processo de **apropriação e produção social do espaço** material da cidade, dando luz nos agentes envolvidos e verificando o papel do poder público na orquestração ou indução de ações da iniciativa privada. Desta forma, serão destacados certos personagens que representam ações de grupos sociais com base, sobretudo na documentação primária.

A leitura dos anais dos Seminários de História da Cidade e do Urbanismo realizados na última década revela especial investimento em pesquisas sobre a História do Urbanismo e do pensamento urbanístico, em detrimento das pesquisas relacionadas à História da Urbanização. A partir dos anos 1980-1990, observa-se especial interesse pelo período da virada dos séculos XIX e XX. A primeira sistematização dos resultados referente à Primeira República ocorre em 1999, no livro organizado por **Maria Cristina da Silva Leme** - *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*, que reúne estudos sobre oito cidades brasileiras: Belo Horizonte, Niterói, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Vitória. Segundo Cristina Leme, a história das ideias urbanísticas desenvolvida no livro vai “*permitir estabelecer questões e procurar os nexos entre o proposto e o realizado.*” O conjunto dos ensaios discute “*a relação do discurso com a realização; que remete à relação do conteúdo do plano à cidade real. Os interesses em jogo, no discurso e na prática.*” Especial atenção é dispensada às biografias dos profissionais do urbanismo, focalizando “*os dados sobre a formação, a inserção social, a relação com o serviço público, com a universidade, com as instituições de classe*”, com vistas a “*estabelecer a trajetória desta área de conhecimento.*” (LEME, 1999:21).

Nas décadas de 1990 e 2000, observam-se poucos estudos referentes ao período colonial e o Império. A arquiteta **Ivone Salgado** é das poucas a estudar a “História do Pensamento Urbanístico” no Brasil – Império, desenvolvendo um grupo de estudos na Faculdade de Arquitetura da PUC de Campinas. Em seus artigos “Condições sanitárias nas cidades brasileiras de fins do período colonial (1777-1822): teorias e práticas em debate” (1999) e “A modernização da cidade setecentista: o contributo das culturas urbanísticas francesa e inglesa” (2004), recua às teorias médicas higienistas e urbanísticas desenvolvidas especialmente na França no século XVIII, para mostrar que as ideias urbanísticas que nortearam intervenções no Brasil na Primeira República tinham origem em tempos mais recuados e amadureceram nas políticas da gestão urbana implementadas no Império. Integrando o grupo de pesquisadores coordenados pela historiadora **Maria Stella Bresciani**⁶, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da UNICAMP, no projeto temático intitulado “Os saberes eruditos e técnicos na configuração e reconfiguração do espaço urbano: Estado de São Paulo, séculos XIX e XX”, Ivone Salgado coordenou o subtítulo “Saberes da medicina e da engenharia: o higienismo na configuração urbana de São Paulo Imperial”. Este grupo analisa as relações em torno “*da questão municipal, o aspecto dinâmico das posturas municipais e as mudanças ocorridas no papel da técnica e dos saberes da engenharia na discussão da questão urbana no período*” (BRESCIANI, 2006:9), dando luz a um período até então negligenciado pela historiografia.

⁵ Destacou-se para esse estudo um determinado trecho da Cidade entre o Passeio Público e a lagoa do Garrote, no sentido norte e sul, como também maior aproximação nas transformações ao redor da Praça do Ferreira.

⁶ Pesquisa (01.02.2006 a 31.06.2011), tem como coordenadora Maria Stela M. Bresciani, com a equipe de pesquisadores: Cristina Meneguello, Edgar Salvadori de Decca e Ivone Salgado e outros.

Outra linha de investigação com resultados promissores é a da História Urbana, tal como realizada por **Heloisa Barbuy**, que analisa vestígios da cultura material para entender mudanças de sociabilidade. Esta linha da história urbana, advinda da arqueologia, privilegia a dimensão social e cultural nos processos de produção das cidades, com ênfase nos conflitos, tensões e embates entre os diferentes atores envolvidos. Em seus estudos, Heloisa **Barbuy** elege um microterritório⁷ (as ruas do triângulo paulistano), para “trazer à luz dinâmicas que podem ter sido intensamente vividas por indivíduos ou grupos e que ficaram obnubiladas sob o véu das explicações mais gerais.” (2006:21). Por intermédio das transformações no “triângulo paulistano”, a autora evidencia uma “*intrínseca ligação entre o espaço construído e espaço social.*” (2006: 34). Deste modo, explicam-se os pontos de intersecção da história urbana com a cultura material e a história social e cultural.

[...] impõe-se, sobretudo, pelo corte temático escolhido, que aborda aspectos como a conformação material das casas de comércio, sua respectiva inserção no espaço urbano e a circulação de bens de consumo que dinamizam. Nessas noções estão implícitos a circulação e o consumo não apenas de coisas, mas também de idéias, valores e padrões de várias ordens (padrões de confecção, de construção, de práticas sociais e de vida urbana), a serem apreendidos pela perspectiva da cultura material (BARBUY, 2006:25).

Outro trabalho interessante na perspectiva da História Social do urbano é o de **Maria Luiza Ferreira de Oliveira**, *Entre a casa e o armazém. Relações sociais e experiência de urbanização: São Paulo, 1850-1900* (2003)⁸, que lança luz sobre os **setores médios** e **intermediários** da população paulistana envolvidos no **mercado imobiliário** e no **processo de urbanização** de São Paulo, utilizando como principal fonte documental os inventários *post-mortem*. A autora mostra que a paisagem urbana não é homogênea, “*ao contrário do que os projetos urbanísticos da época tentavam produzir*”, apresentando um caráter multifacetado, “*especialmente ao se levar em conta outras estratégias de sobrevivência, outras formas de sociabilidade que não as das classes dominantes.*” (OLIVEIRA, 2005:30). Essa historiadora dá especial atenção aos atores sociais, suas práticas e representações, em oposição aos estudos de perfil mais morfológico.

Essas referências teórico-metodológicas com focos distintos e complementares pautaram o desenvolvimento desta tese. O conceito de **urbanização** como processo social de Nestor Goulart Reis, permite trabalhar a escala da rede urbana (regional e internacional) e suas vinculações com as transformações de Fortaleza desde o momento em que ela assume o papel de protagonista nas relações regionais com o mercado externo. A ideia é observar na escala do urbanismo os mecanismos de apropriação do espaço urbano e o papel dos diversos atores envolvidos. Os estudos de Ivone **Salgado** subsidiam o exame das políticas e das ideias urbanísticas vigentes no Brasil - Império, cujos desdobramentos na Primeira República foram sequenciados por várias pesquisas publicadas em teses, livros, periódicos e apresentações em reuniões científicas.

Na linha da **história urbana**, tal como é desenvolvido por **Barbuy e Oliveira**, pretende-se chegar à escala dos modos de vida cotidiano e como se transformam, verificando os embates com os projetos e as ideias que fundamentavam as propostas e as intervenções.

⁷ Na metodologia utilizada para a reconstituição gráfica de análise e interpretação das transformações de Fortaleza, foram empregadas várias escalas do Município, do perímetro urbano, do tecido urbano e do intraurbano, dentre elas o microterritório da Praça do Ferreira.

⁸ Tese defendida na FFLCH-USP em 2003 e publicada em 2005 pela Editora Alameda.

Alguns autores que tratam de experiências urbanísticas realizadas no Brasil durante o século XIX são também referências fundamentais nesta pesquisa. Convém destacar o trabalho de Cristovão Fernandes Duarte sobre Belém e Manaus (DUARTE, 1996), Verônica Robalino Cavalcanti (CAVALCANTI, 1998) e Geraldo Majela Gaudêncio Faria sobre Maceió (FARIA, 2004), Pedro Antonio de Lima Santos sobre Natal (SANTOS, 1998a), Lígia Tavares da Silva (SILVA, 2008) e Maria Cecília Fernandes Almeida sobre João Pessoa (ALMEIDA, 2004) e Verônica Robalino Cavalcanti sobre Maceió (CAVALCANTI, 1998).

ESTUDO ESPECÍFICO SOBRE O CASO DE FORTALEZA

Este trabalho fundamentou-se em contribuições anteriores realizadas por memorialistas, cronistas, historiadores, arquitetos e geógrafos importantes para a história da cidade de Fortaleza. José Honório Rodrigues e Leda Boechet, no *Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará*, consideram como início da historiografia cearense o ano de 1850, destacando vários historiadores anteriores à fundação do Instituto do Ceará, em 1887, que configuram a primeira geração de pensadores sobre o tema. Depois da fundação do Instituto do Ceará, em 1887, surgiu a segunda geração de estudiosos e investigadores cearenses, sob a influência do Barão de Studart. A terceira geração de autores é formada por Mozart Soriano Aderaldo, Raimundo Girão, entre outros, que se destacam pelo “*mérito da compreensão e da interpretação, do domínio sobre o documento e da adequada aplicação teórica ao texto histórico*” (RODRIGUES, 2002:53). Na retrospectiva que segue, procurou-se organizar a bibliografia supracitada, contextualizando-a e analisando suas contribuições para o presente estudo.

SÉCULO XIX

Tomaz Pompeu de **Sousa Brasil**, Senador Pompeu (1818-1877)⁹, advogado, deputado geral (1846), Senador do Império, professor, jornalista¹⁰, é considerado o precursor dos estudos demográficos e estatísticos no Brasil. Dentre seus trabalhos, destaca-se a primeira edição do *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*¹¹ (Tomo I 1863, Tomo II 1864).

Na literatura, merece destaque o trabalho do memorialista cearense João Brígido dos Santos (1829-1921), advogado, professor, deputado¹² e senador, que baseou sua pesquisa na “*tradição popular e oral [...] a colher pelo interior, ainda vivas, as vozes da consciência popular [...] impregnado do sentimento local da terra e da gente*” (RODRIGUES, 2002:34-35). Em 1912, na Revista do Instituto do Ceará publicou *A Fortaleza em 1810*, uma crônica baseada em dados extraídos dos livros do antigo senado da Câmara (RODRIGUES, 2002:490). Nela, descreve todos os detalhes da “Planta do Porto de Fortaleza”, realizada pelo capitão-de-fragata Francisco Antônio Marques Giralde, em 1810, no governo de Barba Alardo. Relata minuciosamente aspectos da paisagem natural e as transformações no final do XVIII e início do século XIX. Em 1919, pela editora Tyt. Besnard, Frère do Rio de Janeiro, publica o livro *Ceará- Homens e Factos*, reunindo o resumo cronológico e vários ensaios históricos sobre o povoamento do Ceará, como também *Fortaleza em 1810*¹³, onde “*revela uma refinada sensibilidade social [...] e uma ampla visão de nossa realidade*” (MENEZES, 2005:126). Outro ensaio *A Fortaleza de 1845*, foi publicado em 1903 no jornal *Unitário*, assinado por Outro

⁹ Esse ensaio sobre a estatística da Província é resultado de um contrato com o presidente da província Pires da Motta em 1855.

¹⁰ Participou do Jornal O Cearense, ligado ao partido Liberal.

¹¹ Data de 1997 a edição fac-similar, em dois volumes.

¹² Deputado provincial (1864-67), deputado geral (1878-81) Senador do Estado (1892) e deputado estadual (1893-94).

¹³ Em 2001, foi republicado pelas Edições Demócrito Rocha.

Aramac, “pseudônimo do cronista João Brígido dos Santos, proprietário e redator chefe do jornal” (CASTRO, 2005:116). Na época com 16 anos, apoiou-se “em sua prodigiosa memória mas também ao testemunho de terceiros, contemporâneos dos fatos, e nas plantas de Simões de Faria [1850] e do Padre Medeiros “[1856](CASTRO, 2005:116), que vai interessar particularmente.

Antônio Bezerra (1841-1921), jornalista, cronista e autodidata, “foi uma das mais destacadas figuras do Ceará intelectual de seu tempo, que soube projetar-se em grande estilo na vida cultural e política de sua terra” (MENEZES, 2005:107). Em seu texto, *Descrição da cidade da Fortaleza*, publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, em 1895, expôs aspectos de Fortaleza, atendo-se às suas origens e apresentando suas principais edificações e logradouros. Estas três descrições, de 1810, 1845 e 1895, foram de fundamental importância para nossa análise dos atores sociais envolvidos na produção do espaço urbano e para os nossos exercícios de reconstituição da cidade por meio das plantas de Fortaleza datadas do século XIX.

Barão de Studart¹⁴(1856-1938), médico, cronista, geógrafo, historiador e editor de documentos, dedicou-se à pesquisa de arquivos, coleções particulares e bibliotecas brasileiras e europeias, sendo considerado uma das figuras notáveis da historiografia cearense, pois “*ultrapassa realmente qualquer valor puramente local para transformar-se numa expressão nacional. [...] o maior historiador local do Brasil* (RODRIGUES, 2002:45). Entre seus trabalhos publicados, destaca-se o *Pequeno Dicionário Biobibliográfico Cearense*, apresentado entre os anos 1899-1907 em vários jornais do Estado e na *Revista da Academia Cearense*. Posteriormente, foi editado em três volumes com o título *Dicionário Bio-bibliográfico Cearense*, entre 1910 e 1915. O autor fundou a *Revista do Instituto do Ceará*, onde publicou vários textos, ressaltando-se, especialmente, um completo levantamento dos estrangeiros, sob o título *Estrangeiros e o Ceará*.

Paulino Nogueira (1842-1908), jornalista, professor, político conservador e católico praticante, completou em 1865 o Curso de Direito (Recife), sendo deputado à Assembléia Geral Legislativa (1872), Vice-Presidente da Província do Ceará (1823 e 1875) e, em 1878, Presidente da Província. Direciona seu estudo para biografias exemplares do Ceará, dentre elas a de Antonio Rodrigues Ferreira (1842-1908) (O Boticário Ferreira), e a do coronel José Antonio Machado.

João da Cruz Abreu (1866-1947) é médico e adquiriu o título de doutor em 1892 no Rio de Janeiro, fixando sua residência na capital do País, depois de uma temporada no interior de São Paulo (GIRÃO, 1987:33). Mesmo vivendo fora do Ceará, dedicou-se à pesquisa histórica, tornando-se importante colaborador da *Revista do Instituto do Ceará* (1919 e 1922). Dentre suas publicações, foram utilizados especialmente os artigos sobre os Presidentes do Ceará no Segundo Reinado, principalmente sobre Fausto Augusto Aguiar e Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rêgo.

João Nogueira¹⁵ (1867-1947) engenheiro, diplomado em 1896 no Rio de Janeiro, foi nomeado Chefe de Linha da Estrada de Ferro de Baturité. Escreveu *Fortaleza Velha* (1954), resultante da seleção de suas crônicas publicadas nos jornais de Fortaleza entre 1921 e 1942.

Gustavo Adolfo Luis Guilherme Dodt Barroso¹⁶ (1888-1959), advogado, historiador, professor, político, folclorista, contista, cronista, ensaísta, escreveu vários livros, dentre os quais *À margem*

¹⁴ Guilherme Studart.

¹⁵ Filho do desembargador Paulino Nogueira.

¹⁶ Membro e presidente duas vezes da Academia Brasileira de Letras, fundador e diretor do Museu Histórico Nacional.

da História do Ceará (1962), publicado pela Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará. O livro é uma coletânea de artigos sobre eventos do passado cearense, a história da praça do Ferreira, do velho Palácio da Luz, do sobradinho do naturalista Feijó, sobre o primeiro urbanista de Fortaleza e outros temas. Como não indica fontes de consulta, os seus relatos parecem ser fruto de suas observações e vivências pessoais.

SÉCULO XX

Mozart Soriano Aderaldo (1917- 1995), bacharel em Direito, professor, crítico, ensaísta, historiador e genealogista, é autor do livro *História Abreviada de Fortaleza*, reeditado em 1974, na qual foram incluídas várias crônicas recentes; contém um subtítulo - *Crônicas sobre a cidade amada*. O autor reúne uma série de artigos publicados no jornal *Unitário* sobre a antiga rua Formosa, atual Barão do Rio Branco, detendo-se no trecho entre a orla marítima e a antiga rua das Trincheiras, atual Liberato Barroso. Na parte final, descreve a antiga rua da Palma, atual Major Facundo. Do mesmo autor, o livro *A Praça* (1989) é uma importante fonte de informação da praça do Ferreira no século XIX, enfatizando suas várias transformações ao longo do tempo.

Raimundo Girão (1900-1988), historiador, escritor e prefeito de Fortaleza (1933-34), é autor de várias obras sobre o Ceará e a sua capital. O livro *História Econômica do Ceará* (1947) é um dos primeiros estudos sobre a economia cearense, dos primórdios até a década de 1940, numa proposta de resumir os fatos econômicos por meio de uma extensa bibliografia, tornando-se consulta indispensável para o entendimento da economia do algodão no Estado. Dedicou-se também à pesquisa e ao estudo sobre Fortaleza, no livro *Geografia Estética de Fortaleza*, publicado em 1959 e aos apontamentos genealógicos, *Famílias de Fortaleza*, de 1975. O autor descreve a origem de algumas famílias portuguesas e estrangeiras (Albano, Amaral, Gouveia, Machado etc.), atores sociais envolvidos na produção do espaço urbano.

Outros memorialistas, cronistas e poetas também focaram aspectos de Fortaleza, sendo importantes fontes de pesquisa para este trabalho: por exemplo, o pintor, cronista e poeta **Otacílio de Azevedo** (1896-1978), com seu livro *Fortaleza Descalça*, que descreve a Fortaleza antiga e suas lembranças do início do século XX; **Herman Lima** (1897-1981), autor da crônica *Imagens do Ceará*, publicada no Rio de Janeiro em 1958 e atualizada em 1977; e Eduardo Campos (1923-2007), bacharel em Direito, teatrólogo, escritor, jornalista e historiador, autor de *Capítulos de História da Fortaleza do século XIX: o social e o urbano*, de 1985, e *A Fortaleza provincial: rural e urbana*, de 1988, na qual transcreve as Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Fortaleza, aprovadas pela Assembleia Legislativa Provincial em 1835, cotejando-as com as Posturas Municipais de 1835, 1865, 1870 e 1879.

Além desses autores, **Geraldo da Silva Nobre** (1924-2005), professor, historiador, jornalista, pesquisador e “*continuador do projeto de escrita da História à maneira do Barão de Studart*” possui ampla produção bibliográfica. Suas pesquisas nos auxiliaram no estudo dos setores médios da população cujos nomes e perfis foram inventariados no livro *O processo histórico de industrialização do*

Ceará de 1989. Geraldo Nobre realizou um minucioso levantamento nos livros da Câmara Municipal e no Arquivo Público Estadual do Ceará sobre *Qualificação para o serviço ativo da Guarda Nacional da Comarca da Fortaleza, de 16 de abril de 1851*. Outros livros do mesmo autor foram também fonte de pesquisa para nossos estudos, tais como *Introdução à História do Jornalismo Cearense*, de 1974 e *Água para o progresso de Fortaleza*, de 1981, *A capital do Ceará: evolução política e administrativa*, de 1997, além de vários artigos na *Revista do Instituto do Ceará* e em jornais locais.

Entre os arquitetos, destaca-se o trabalho do pesquisador e professor emérito da Universidade Federal do Ceará, **José Liberal de Castro** (1926), fonte de pesquisa indispensável para a nossa tese. Merece destaque o seu livro *Cartografia urbana fortalezense na Colônia e no Império e outros comentários*, de 1982, onde analisa a evolução urbana de Fortaleza por meio da cartografia. Em *Arquitetura eclética no Ceará* (1987), o autor discorre sobre o ecletismo no Ceará, mais especificamente na cidade de Fortaleza. Seus textos publicados na *Revista do Instituto do Ceará* são referências para a compreensão do Urbanismo e da Arquitetura de Fortaleza no século XIX- *Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza* (1994), *Cartografia cearense no Arquivo Histórico do Exército* (1997) e *Tombamento do sobrado do Dr. José Lourenço* (2003). Outras publicações foram também consultadas, tais como “*Localização da chácara Villa Izabel propriedade do livreiro Gualter da Silva*” (2004), *Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada* (2005); esta última comenta o projeto de expansão urbana de 1850, elaborado por José Simões de Faria.

Vale destacar também algumas dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o tema¹⁷. O livro *As Razões de uma cidade: Fortaleza em questão*, escrito inicialmente como dissertação de Mestrado, da socióloga Maria Auxiliadora Lemenhe, foi de fundamental importância para o entendimento da expansão e hegemonia de Fortaleza no contexto da economia algodoeira. Diferencia-se deste trabalho na medida em que enfoca um recorte temporal menos amplo, com objetivos diferentes, mais social e menos material.

À vista do exposto, conclui-se que são vários os estudos realizados por memorialistas, cronistas, historiadores, arquitetos e geógrafos¹⁸ sobre a cidade de Fortaleza, porém é escassa a literatura que busca analisar o **processo de urbanização** numa perspectiva histórica de longa duração (1810-1933), focalizando as **transformações na tessitura urbana** e os **atores sociais** que as promoveram, e dela participaram, com base na seriação de fontes conexas jamais tratadas simultaneamente: décimas urbanas, cartografia, inventários *post-mortem*, legislação, censos, livros de notas. A linha de investigação desta pesquisa advém particularmente dos trabalhos da historiadora Beatriz P. Siqueira Bueno (2005 e 2008). Neles, a autora apresenta uma metodologia original de espacialização de documentação primária (décima urbana de 1809 e 1829, documentação cartorial, projetos arquitetônicos, cartografia e iconografia), reconstituindo os atores e as lógicas de apropriação e produção do espaço urbano de São Paulo por parte da iniciativa privada, lote a lote, numa perspectiva histórica de longa duração.

¹⁷ A tese de doutorado sobre a economia cearense do século XIX, na área de História Econômica da Universidade de São Paulo, é a de Ana Cristina Leite - O Algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial (1850/1880)¹⁷. Denise Monteiro Takeya é autora de outra tese de doutorado, defendida no Departamento de História da USP. Também merecem destaque duas dissertações de mestrado: “*Urbanização, dependência e classes sociais: o caso de Fortaleza*” (1986), da arquiteta Regina Elizabeth do Rego Barros Marques, defendida na Sociologia, Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Centro de Humanidades da UFC, e a da arquiteta Beatriz Helena Nogueira Diógenes, defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, com o título “*A centralidade da Aldeota como expressão da dinâmica intraurbana de Fortaleza*” (2005) e JUCA NETO, Clovis. Urbanização do Ceará Setecentista, as vilas de N. S. da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Salvador: Tese (Doutorado), UFBa, 2007.

¹⁸ Alguns trabalhos merecem destaque: COSTA, Maria Clélia Lustosa. “*A cidade e o pensamento médico: uma leitura do espaço urbano*”. In: Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 02, 2002, e o texto “*Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza*”. In: História, Ciências, Saúde-Manguinhos, 11(1):57-7, jan.-abr.2004.

FORMULANDO QUESTÕES

O JOGO DAS TEMPORALIDADES ENTRE A COLÔNIA E A PRIMEIRA REPÚBLICA

Ao cotejar Fortaleza com outros casos do mesmo período, foi oportuno analisar a natureza das políticas de controle urbanístico empreendidas pelo Estado no Brasil - Império, seja por meio de planos de expansão para orientar o crescimento das cidades preexistentes, seja projetando cidades novas. Buscar-se-á analisar a presença ou não de padrões urbanísticos, induzindo graus de uniformidade planimétrica e volumétrica, com vistas a responder algumas indagações: em que medida Fortaleza é genuína ou similar a outras cidades, principalmente do Norte e Nordeste¹⁹? Em que medida ela segue determinado padrão corrente em outras áreas do Brasil? Havia uma política urbanizadora e urbanística no Brasil - Império? Quais os desdobramentos das políticas urbanas do Império na Primeira República?

A vinda da família real para o Brasil em 1808, a Independência do Brasil em 1822, a interrupção do comércio de escravos com a África em 1850, a Abolição da Escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889, são marcos políticos significativos, que vão produzir mudanças na sociedade e no espaço “*alterações significativas na sociedade e no espaço*” (REIS, 2003:35). Em que medida condicionam mudanças espaciais no território e no intraurbano? Em que medida induzem políticas de controle das ações da iniciativa privada?

Implantou-se um regime monárquico, tendo como imperador o herdeiro do trono de Portugal, e uma economia baseada no trabalho escravo; “*o Império escravocrata, para melhor proveito de suas formas de exploração do trabalho humano, viveu em espaços destinados às classes dominantes, entremeados de espaços ocupados pelas massas escravas, que garantiam a sua operação*”. (REIS FILHO, 1994:15); quais as consequências dessas opções no cotidiano dos espaços intraurbanos?

Em razão das precárias condições sanitárias das cidades brasileiras no início do século XIX, emerge um debate “*marcado por forte intercâmbio cultural com a Europa*” (SALGADO, 2004:333). Assim, “*as teorias médicas e urbanísticas desenvolvidas especialmente na França serão uma referência para o debate que se instaura no Brasil tendo como principal fundamentação a teoria miasmática*. (SALGADO,2004). Esse caráter higienista caracteriza a legislação urbanística difundida no Brasil Imperial, que padroniza a espacialização, tanto das cidades capitais regionais como de outras de porte médio. Segundo Ivone Salgado, o conteúdo do primeiro **Código de Posturas** sancionado pelo decreto legislativo de 1828 ordenava:

A Câmara deveria levantar planos, segundo os quais seriam formadas as ruas, praças e edifícios na cidade e seu termo, e caberia aos arruadores alinhar e perfilar o edifício regulando sua frente conforme o plano adotado pela Câmara. Todas as ruas, estradas ou travessas que se abrissem na cidade e seu termo deveriam ter pelo menos 60 palmos [13,20m] de largura, devendo os rócios, praças e largos formarem quadrados perfeitos sempre que o terreno permitisse (2000:11).

¹⁹ O uso da palavra Nordeste só vai aparecer em torno de 1910 e 1920.

Nota-se, com efeito, uma mudança nos elementos que condicionam a forma de **apropriação e produção** do espaço, substituindo as orientações das **Cartas Régias** e dos **Autos de Fundação** do período colonial pelas orientações dos **Códigos de Posturas do Império**, fundamentadas em “*mudanças ocorridas no papel da técnica e dos saberes da engenharia na discussão da questão urbana no período.*” (BRESCIANI, 2006:9). Disso resultam algumas indagações sobre o Urbanismo das cidades brasileiras no período imperial: existe uma ruptura entre o padrão urbanístico colonial e o padrão do Império? Se há um novo padrão no período imperial, em que medida difere das propostas e intervenções de embelezamento e melhoramentos urbanos da República? Além disso, no que diz respeito ao jogo das temporalidades, em que medida se observa a permanência de padrões urbanísticos da colônia, no Império e aquele do Império em plena 1ª República nas capitais do Nordeste?

Do material levantado nos Anais dos Seminários de História da Cidade e do Urbanismo (1990-2010), nas teses de doutorado e nas dissertações de mestrado acerca das experiências urbanísticas realizadas no Brasil durante o período imperial, verificam-se paralelos entre as realizações urbanísticas nas cidades capitais do Nordeste e Norte e a permanência de práticas vigentes no Império ao longo da Primeira República. Dentro das experiências urbanísticas enfatizam-se dois grupos. No primeiro, estão aquelas cidades planejadas *ex-nihilo*, substituindo as antigas capitais coloniais, como é o caso de **Teresina** e **Aracaju**. No segundo grupo, estão antigos núcleos urbanos que assumiram novos papéis e em função disso se transformam ao longo do Império e na República, orientados por planos de expansão estatais que substituíram o “*tipo de cidade-fortaleza pelo tipo cidade-porto*” (BONFIM, 2005).

NOVAS CAPITAIS PLANEJADAS

Nos casos de **Teresina** e **Aracaju**, ambas são cidades projetadas, na transição do Brasil-Colônia para o Brasil Império - como capitais dos Estados do Piauí e Sergipe, respectivamente.

Teresina foi concebida como sede do Governo da Província, por meio da Lei nº315, de julho de 1852, com desenho do mestre-de-obras português **João Isidoro França**, representando com sua regularidade “*a racionalização de recursos e a simplificação de procedimentos. Função da topografia e de demandas sociopolíticas, resultou na flexibilidade da trama urbana, na articulação das praças e na informalidade dos loteamentos.* (BRAS e SILVA, 2008:43) (Figura 01). Em 1858, com a criação da Companhia de Navegação do Rio Parnaíba, a Cidade tornou-se “*um ativo porto fluvial e centro comercial de toda a província do Piauí*” (DUARTE, 1996:65).

Aracaju foi fundada em 1855²⁰, e está inserida no “ciclo econômico do açúcar”, e seu “*futuro econômico dependia das facilidades de escoamento da produção canavieira. Assim a transferência da capital de São Cristóvão*²¹ para Aracaju veio atender aos interesses da classe produtora de açúcar” (BONFIM, 2005), como também a um interesse político, “*pois a nova localização da capital favorecia a um forte controle sobre as diversas regiões da província*” (BONFIM, 2005). Para elaborar o plano

²⁰ O presidente Inácio Joaquim Barbosa, com o apoio de políticos e senhores de engenho, por meio da Resolução nº 413, de 17 de março de 1855, elevou Aracaju - nascida de um arraial na colina do Santo Antonio, hoje bairro Santo Antonio - à condição de cidade e capital da província de Sergipe Del Rey. Seu nome é de origem tupi, e, segundo estudiosos da língua indígena, significa “*cajueiro dos papagaios*”.

²¹ São Cristóvão nesse momento não oferecia condições geográficas adequadas para a instalação de um porto, onde o comércio pudesse ser feito diretamente.

da cidade, Ignácio Barbosa convidou o então Capitão d'Engenheiros **Sebastião José Basílio Pirro**. Assim “obcecado pelo uso de linhas retas, Pirro prendeu-se nas malhas de um traçado em tabuleiro de damas, [...] Por conta da sua obsessão e por falta de conhecimento do caráter físico do terreno da nova cidade, o engenheiro abusou de aterros.”²² (Figura 02).

Em ambos os casos, observam-se planos sem preocupação com o sitio em questão, o que condicionou desvio entre a proposta e o realizado ou pesados investimentos em aterros.

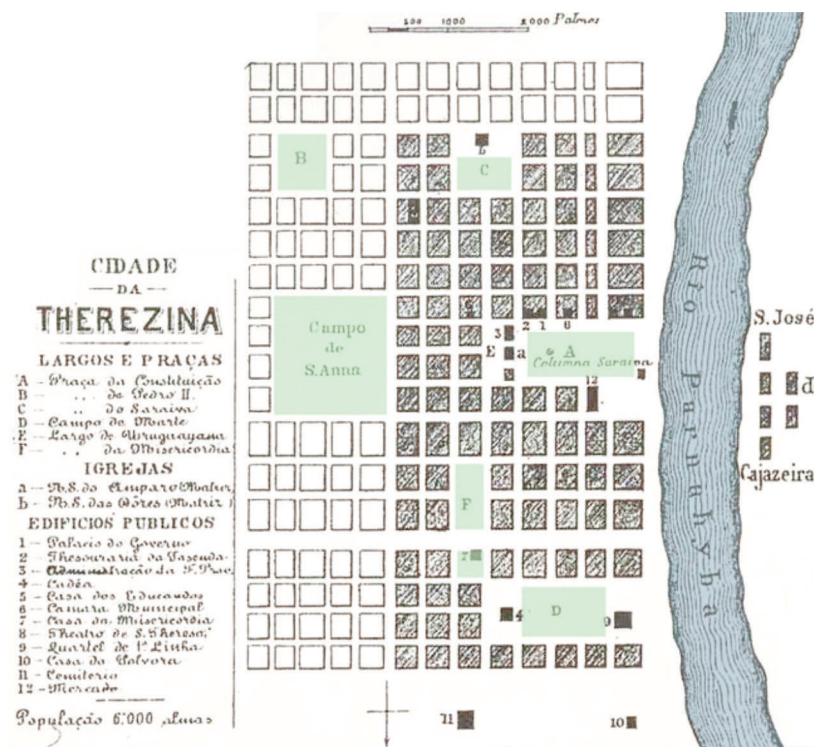


Figura 01: Plano da cidade de Teresina elaborado por João Isidoro França, 1852.
 Fonte: Atlas do Império do Brasil elaborado por Cândido Mendes de Almeida, 1868.

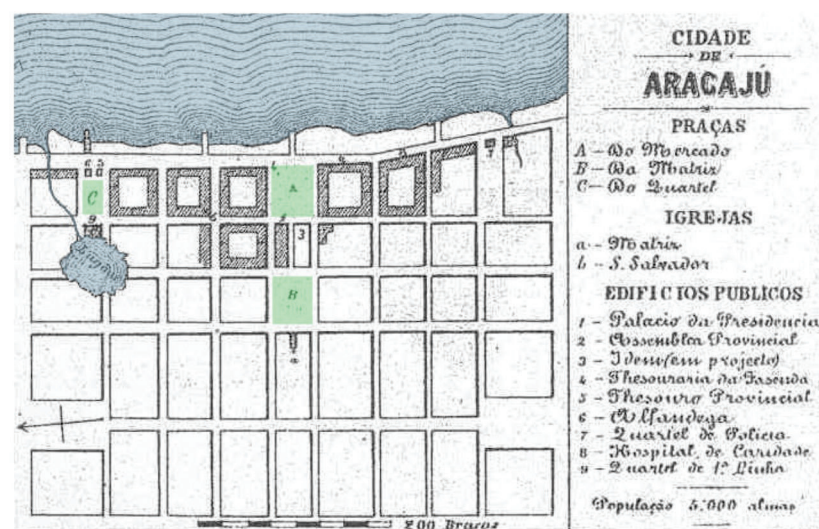


Figura 02: Plano da cidade de Aracaju elaborado por Sebastião Basílio Pirro, 1855.
 Fonte: Atlas do Império do Brasil elaborado por Cândido Mendes de Almeida, 1868.

²² PORTO, 1991: 31

PLANOS DE EXPANSÃO DE ANTIGOS NÚCLEOS URBANOS

Entre as antigas capitais da administração colonial, mereceram planos de expansão **Belém** e **Manaus**, as duas cidades mais importantes do ciclo econômico da borracha na segunda metade do século XIX a 1920. “*Os melhoramentos urbanos introduzidos, através de um programa de pesados investimentos em infra-estrutura, se fizeram acompanhar, em ambas às cidades, da planificação urbanística da expansão de sua malha viária*” (DUARTE, 1996:73). **Belém**, na primeira metade do século XIX, iniciou os “*trabalhos de drenagem do pântano, possibilitando a ampliação da malha urbana, e o arruamento dos bairros de Nazaré e Unarizal*” (DUARTE, 2007:56). A grande **intervenção urbana**, entretanto, se deu no apogeu do comércio da borracha, na administração Antonio Lemos, quando promove, entre 1883-86, “*realizações urbanas, remodelando e ampliando significativamente a cidade a partir das diretrizes*” (DUARTE, 1996:73) do projeto do engenheiro Manoel Odorico Nina Ribeiro. A proposta adotada previa “*a ocupação integral da 1ª Léguas Patrimonial²³ da cidade através de uma sofisticada composição urbanística, articulando a malha ortogonal²⁴ [...] com o traçado do núcleo urbano preexistente*” (DUARTE, 1996: 73) do século XVIII (Figura 03). Uma nova versão do plano foi realizada em 1905 pelo desenhista municipal **José Sidrim**, reafirmando “*os pressupostos fundamentais do plano anterior, tais como a ortogonalidade e a monumentalidade, limitando-se a pequenas retificações no traçado*” (DUARTE, 2007:57).

Em contrapartida, o desenvolvimento econômico de **Manaus** era bastante restrito até a segunda metade do século XIX, pois, somente “*em 1850 a região do atual Estado do Amazonas deixou de ser uma comarca da província do Pará, passando a configurar como província autônoma*” (DUARTE, 2007: 57). Durante a Primeira República, no governo de Eduardo Ribeiro, iniciado em **1892**, foi implantado um **plano de expansão** da Cidade²⁵. Cristovão Duarte identifica na planta levantada de 1895 uma estrutura viária em grelha “*constituída por vias ortogonais orientadas segundo os quatro pontos cardeais, com largura variando entre 20 e 40 metros. As quadras giram, majoritariamente, em torno de 120x120 metros, chegando porem, em alguns casos, atingir o dobro destas medidas*” (DUARTE, 1996:74). A malha viária ortogonal implantada se superpõe à rede de igarapés que cortavam a área urbana, implicando o aterramento dos menores e a canalização dos maiores (Figura 04).

Maceió só se tornou um importante núcleo urbano na virada do século XVIII para o XIX, não só “*em função da atividade comercial suscitada pela atividade portuária realizada na enseada de Jaraguá situado a pouco mais de um quilometro do lugar*” (FARIA, 2004:2), como também pela “*consolidação da importância econômica da região Sul da Capitania de Pernambuco, propiciaram as condições para uma mudança na geografia política e econômica desta região*” (FARIA, 2004:3). Logo após a criação do termo da vila (1817) e da sua autonomia, o capitão-governador Sebastião Francisco de Mello e Póvoas ordenou em 1820 a **José da Silva Porto** o levantamento de uma planta cadastral²⁶ para definir “*aberturas de ruas e a retificação de outras, a demarcação de praças e largos, assim como a demolição de edificações situadas fora dos alinhamentos traçados*” (FARIA, 2004:4). Nas palavras de Geraldo Majela Faria, a intenção desse desenho “*não ultrapassava o gesto de simplesmente geometrizar aquilo que espontaneamente ia sendo construído*” (FARIA, 2004:4). A transferência da capital de Marechal Deodoro para Maceió somente se efetivou em 1839, advindo

²³ Segundo Duarte, a 1ª Léguas Patrimonial “*abrange uma área medida a partir de um ponto fixo, situado no Forte do Castelo, abarcando todas as terras compreendidas num raio de 1 léguas de comprimento (aproximadamente 6.600 metros)*” (1996).

²⁴ As avenidas com largura de 44m e travessa com 22m.

²⁵ Segundo Duarte, no levantamento da bibliografia consultada, não encontrou referências ao plano desenvolvido na cidade de Manaus durante o governo Eduardo Ribeiro, no período de 1891-1900. A referência utilizada baseia-se na análise da Carta Cadastral da Cidade e Arrabaldes de Manaos, levantada pelo engenheiro militar João Miguel Ribas em 1895.

²⁶ Dessa planta só restou uma planta de 1841, realizada pelo engenheiro das obras publicas da Província de Alagoas Carlos Mornay (FARIA, 2004:4).

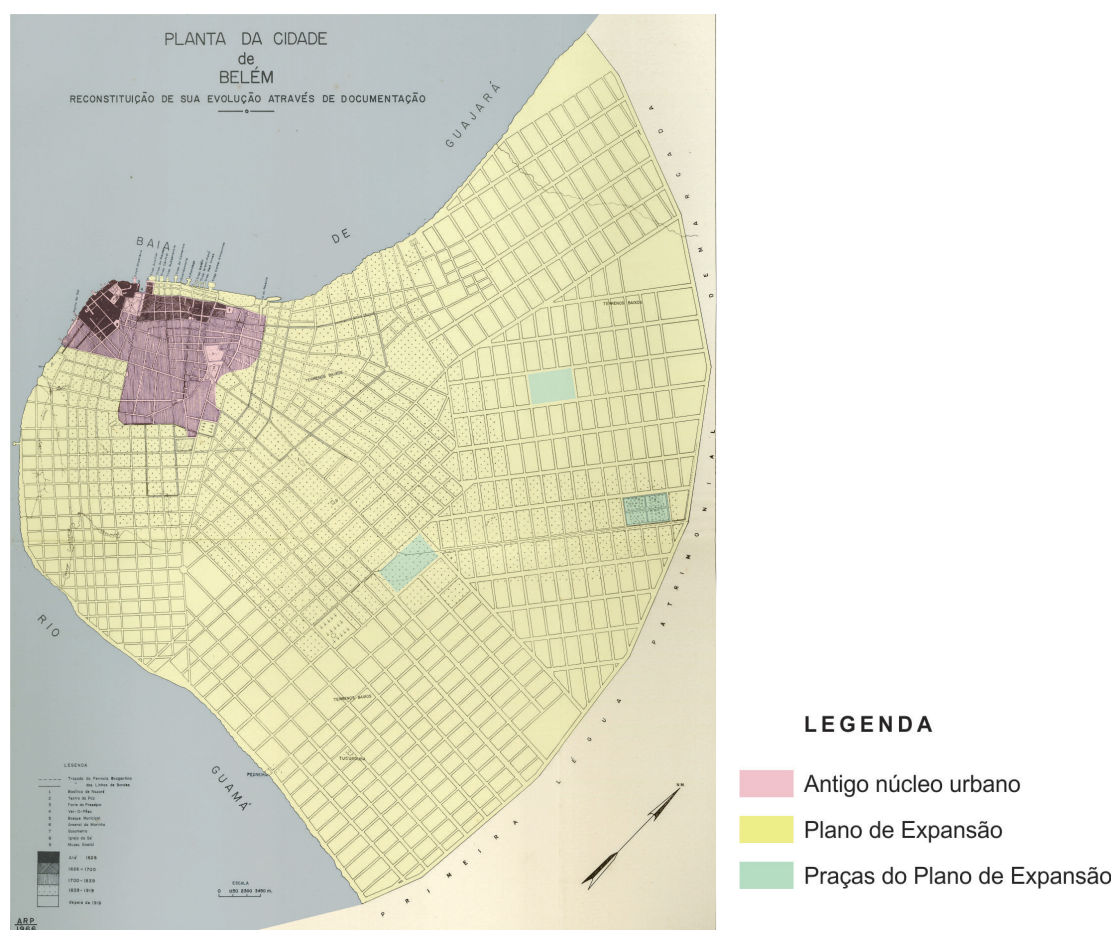


Figura 03: Plano de Expansão da cidade de Belém elaborado pelo engenheiro Nina Ribeiro, 1883/86.
Fonte: PENTEADO, 1968:160.

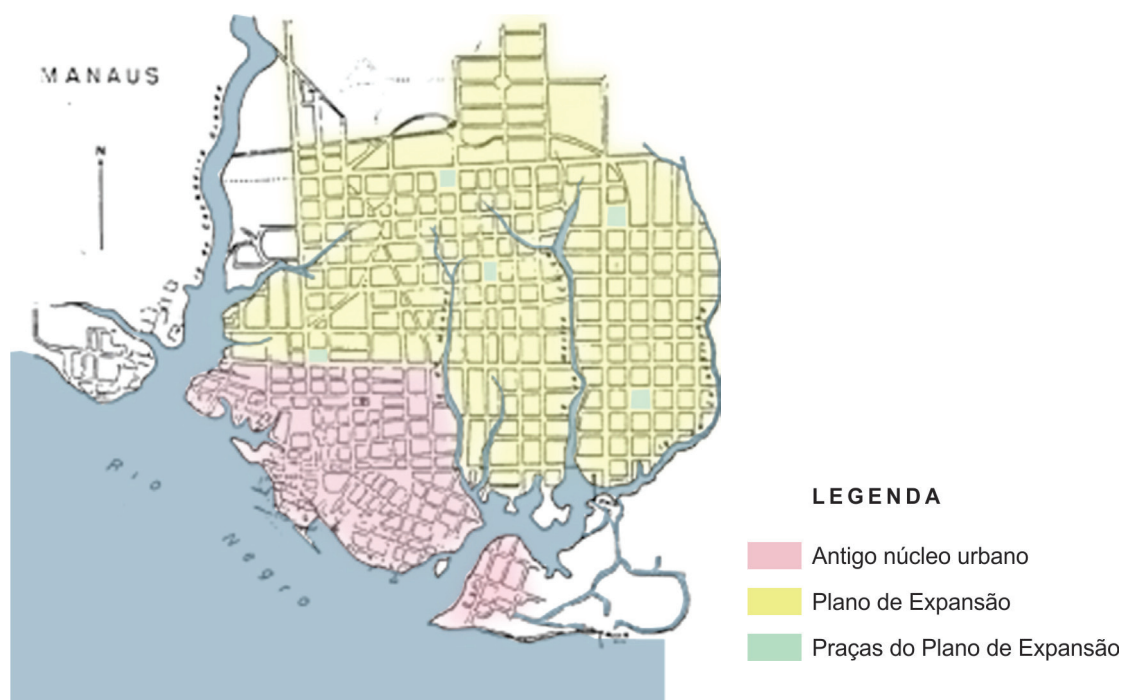


Figura 04: Plano de Expansão da cidade de Manaus elaborado por João Miguel Ribas, 1895.
Fonte: PENTEADO, 1968:160.

do desenvolvimento das exportações de açúcar, tabaco e coco pelo porto natural de Jaraguá. Em 1868, uma planta foi elaborada com a proposta de ampliação do tecido urbano entre o núcleo antigo e o povoado do porto de Jaraguá (Figura 05). Nota-se, entretanto, que esse plano não foi efetivado ao longo do tempo (Figura 06).



Figura 05: Plano de Expansão da cidade de Maceió, 1868.

Fonte: Atlas do Império do Brasil por Cândido Mendes de Almeida, 1868.

LEGENDA

- Antigo núcleo urbano
- Plano de Expansão
- Praças do Plano de Expansão

A criação de gado, a extração do sal, o cultivo da cana-de-açúcar e do algodão no século XIX induziram o crescimento e importância da cidade de **Natal** na lógica da rede urbana do Rio Grande do Norte. Esse momento de impulso da cultura algodoeira exigiu e possibilitou a melhoria da infraestrutura voltada para a produção, transporte, armazenamento, comercialização e exportação do produto. O processo de modernização iniciou-se por volta de 1850 e se consolidou nas primeiras *décadas do século XX*.

Na perspectiva de Pedro Antonio de Lima Santos,

[...] além da organização da burocracia, com a criação de novas instituições e suas instalações, da implantação de infra-estrutura e de serviços urbanos, também abrangeram a elaboração de três planos urbanísticos e ações que visavam o embelezamento e a saúde pública da cidade e da população (SANTOS, 1998:02).

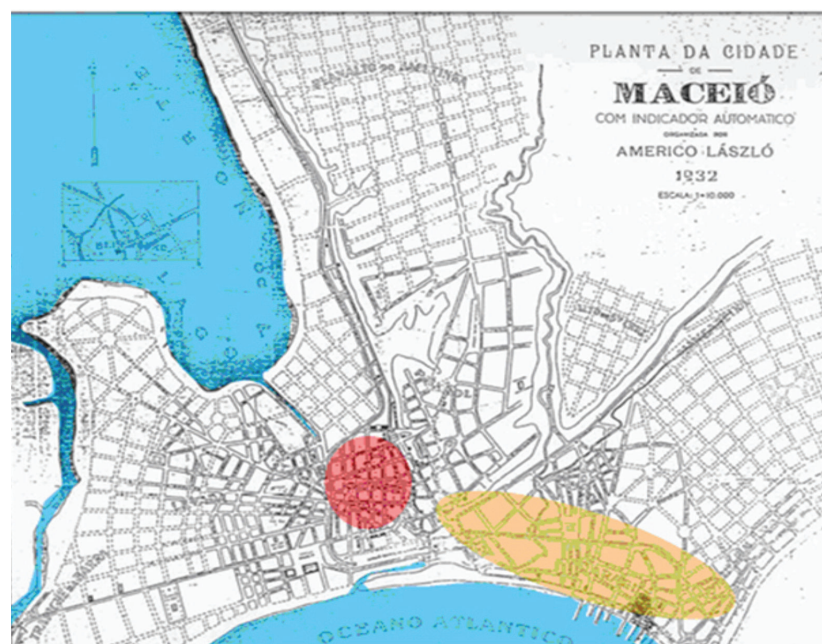


Figura 06: Planta da cidade de Maceió elaborada por Américo Laszlo, 1932.
Fonte: CAVALCANTI, 1998:73.

Notam-se, ao longo do século XIX, algumas medidas, tais como aterros na área da Ribeira, um plano de saneamento (1896), envolvendo a remoção do matadouro e a mudança do Lazareto da Piedade, bem como o arrasamento da represa do Baldo. Somente no século XX, houve uma ação urbanística e saneadora no bairro da Ribeira. No âmbito das políticas de higiene e de saneamento no Baldo e na Ribeira, o governador Tavares de Lira contratou o agrimensor italiano **Antonio Polidrelli**. A implementação do plano de expansão da Cidade Nova foi levado a efeito somente em 1901, conhecido como **Plano Polidrelli**²⁷, que visava “*garantir a expansão da cidade que já se encontrava comprimida nos bairros da Ribeira e da Cidade Alta*”²⁸ (Figura 07). Segundo Pedro Santos, este plano se restringia a um parcelamento e arruamento do solo numa trama em xadrez, orientando a expansão da cidade no sentido sul.

A cidade de **João Pessoa** é a terceira cidade fundada no Brasil (1585) e, até meados do século XIX, tinha como principal atividade econômica o açúcar, mais tarde, acompanhada da cultura do algodão. Localizava-se “*na periferia da rede urbana de cabotagem da civilização canavieira do Nordeste Oriental comandada por Recife, principal centro produtor e exportador de açúcar*” (SILVA, 2008:02). Os anos 1850 foram os mais dinâmicos em termos de ações urbanísticas, realizadas com base nas questões higienistas típicas do Império. A administração do Tenente-Coronel **Henrique de Beaurepaire Rohan** merece destaque, pois se trata de um importante engenheiro militar responsável por capitanear um plano de remodelação da cidade. Liderou o levantamento da planta da Cidade elaborada pelo engenheiro Alfredo de Barros Vasconcelos, e promoveu “*o levantamento de um plano de abertura das ruas da capital e o nivelamento geral das mesmas para viabilizar seu calçamento,*” (ALMEIDA, 2004:54), criando inclusive um Jardim Botânico. Contratou dois engenheiros estrangeiros - Bless e Poleman - que realizaram estudos e obras de infraestrutura, saneamento, abertura de ruas, alinhamento de outras, além de promover a demolição de casas e becos com a

²⁷ Agrimensor italiano Antonio Polidrelli.

²⁸ Declaração do governador do Rio Grande do Norte- Alberto Maranhão, em carta ao escritor Câmara Cascudo (1980).

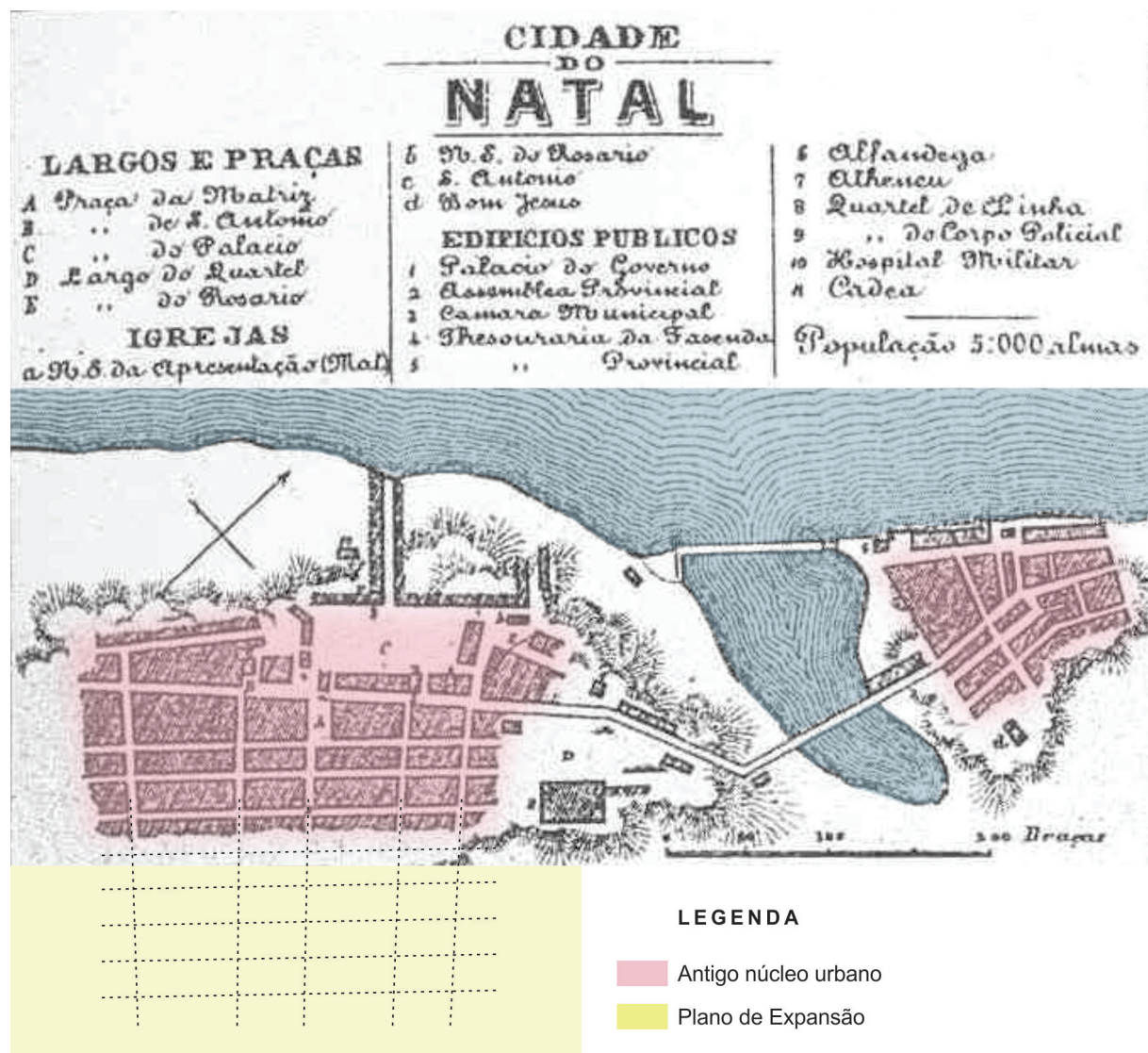


Figura 07: Plano de Expansão da cidade de Natal elaborado pelo agrimensor Antônio Polidrelli, 1901.
Fonte: Atlas do Império do Brasil por Cândido Mendes de Almeida, 1868. LIMA, 1998.

finalidade de prolongar avenidas e ruas (SILVA, 2008:9). A capital paraibana apresentava no século XIX algumas inovações, "seja em estudos e melhor conhecimento da estrutura urbana, na elaboração de posturas que direcionam a formação da cidade ou intervenções na sua estrutura por meio de ações publicas" (ALMEIDA, 2004:44). Assim, esse período foi o "sinalizador de uma serie de transformações urbanas que se desencadeiam de forma mais enfática no século seguinte" (ALMEIDA, 2004:44).

Nesse panorama, enquadra-se o caso de Fortaleza. Até a metade do século XIX, não passava de um pequeno aglomerado, ao contrário do Recife e de Salvador, que, desde o período colonial, eram importantes centros urbanos, em decorrência da economia da cana-de-açúcar. Fortaleza só se tornou o principal núcleo urbano do Ceará na segunda metade do século XIX, graças ao seu papel na comercialização de produtos de exportação, principalmente o algodão, cuja valorização no mercado internacional elevou-se durante a Guerra de Secessão nos Estados Unidos. O engenheiro Adolfo Herbster em 1863 (Figura 08 e Figura 09) propôs o plano de expansão para a Cidade,

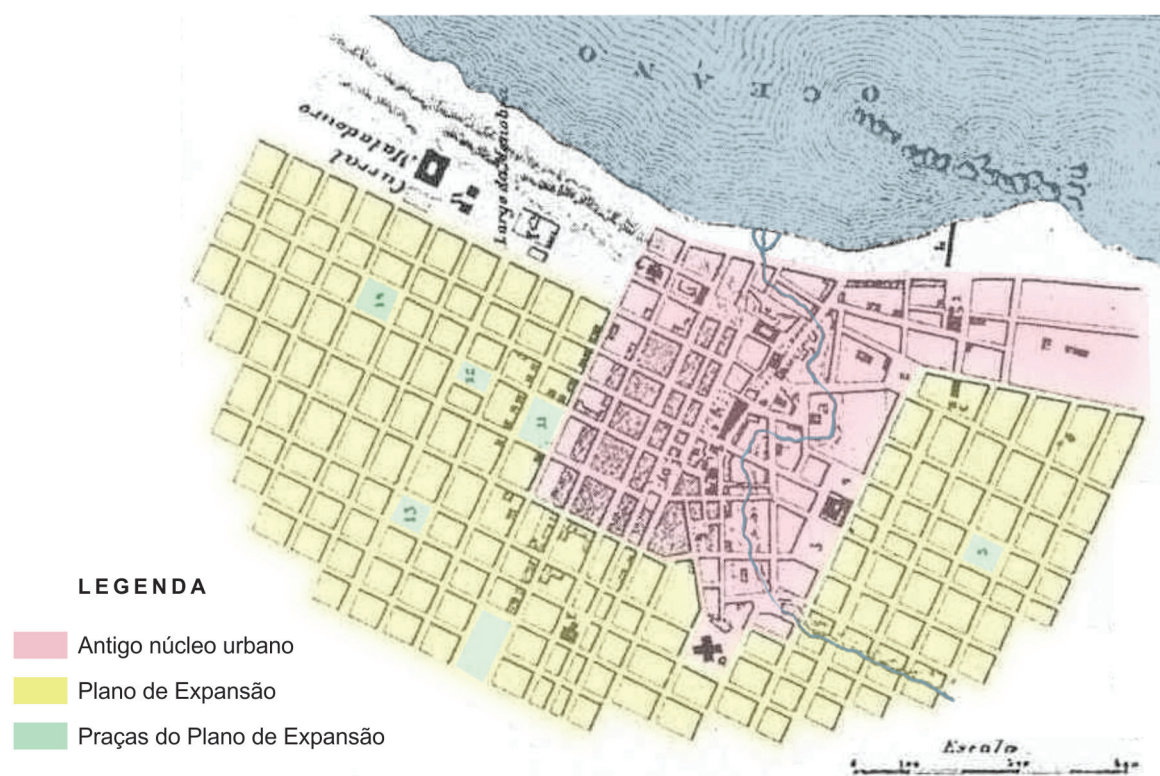


Figura 08: Plano de Expansão da cidade de Fortaleza elaborado por Adolfo Herbster, 1863.
Fonte: Atlas do Império do Brasil por Cândido Mendes de Almeida, 1868.

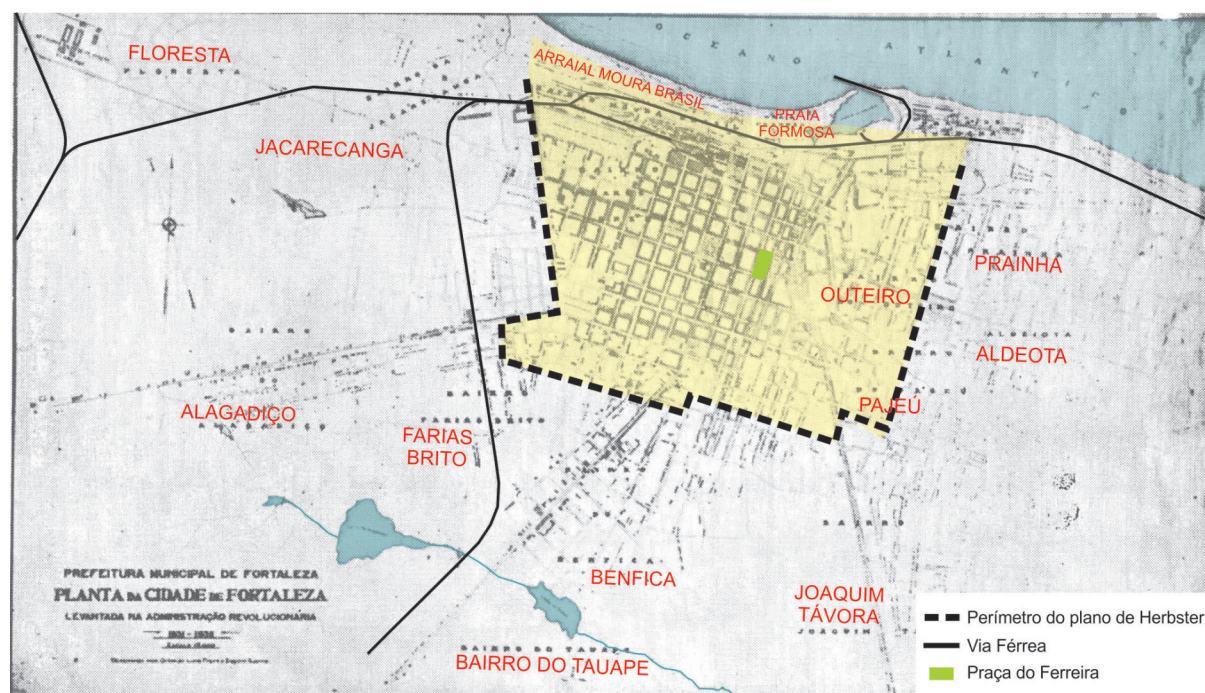


Figura 09: Planta da cidade de Fortaleza 1932 com Plano de Adolfo Herbster.
Fonte: Planta da Cidade de Fortaleza de 1932.

projetando uma área nova equivalente a “*umas seis ou sete vezes aquela ocupada pela cidade na ocasião*” (CASTRO, 1994:86). A planta levantada em 1931-32, informa que “*a cidade ainda não havia conseguido preencher o traçado proposto por Herbster, salvo, pelo menos, de modo descontínuo ao longo das radiais e no trecho da parte leste mais próxima do centro, já no bairro emergente da Aldeota*” (CASTRO, 1994:70) (Figura 09).

Ao que tudo indica, planos de expansão semelhantes, em quadricula, orientaram o crescimento das capitais de porte médio do Norte e Nordeste: Belém, Manaus, Maceió, Natal, João Pessoa e Fortaleza. Observam-se permanências de padrões urbanísticos típicos do Império ao longo de toda a Primeira República: planos de expansão com base no traçado ortogonal, código de posturas localizando a implantação do conjunto urbano, zoneamento de funções (matadouros, lazaretos, cemitérios) e melhorias sutis nas áreas portuárias. As novidades urbanísticas típicas da Primeira República chegaram portanto mais tarde nessas capitais do Norte e Nordeste.

Em contraposição, as cidades de maior porte, mereceram reformas urbanísticas típicas da 1ª República: infraestrutura sanitária, serviços de água, luz, esgoto; melhorias no transporte público; modernização dos portos; grandes avenidas; novos equipamentos urbanos como mercados, matadouros, teatros etc..

Salvador foi a primeira capital do Brasil e a segunda maior cidade do século XIX em número de habitantes, disputando com o Rio de Janeiro a liderança nas exportações do açúcar. A cidade, de “*forma geral passou por transformações em sua estrutura socioeconômica e também espacial com uma ampliação de sua área urbana, um incremento em sua população, a introdução de novos serviços de infra-estrutura e novos meios de transporte*” (PINHEIRO, 2002:12). Durante todo o século XIX, existiu uma preocupação em alterar a malha urbana colonial “*através do alargamento das ruas e praças, a pavimentação das vias principais e a introdução de serviços de distribuição de água, rede de esgoto, iluminação e transporte público*” (PINHEIRO, 2002:13). A maior intervenção com o objetivo de oferecer melhores condições de circulação e salubridade localizou-se na área onde se concentrava a vida comercial e financeira, ou seja, “*na parte de baixo da cidade com o objetivo de ampliar sua área e melhorar seu porto.*” Foi, porém, somente entre 1912 e 1916 que a Cidade passou por uma grande reforma urbanística, encabeçada pelo governador **José Joaquim Seabra**, num momento de franca recuperação econômica, “*ocupando em 1905, o primeiro lugar na produção de cacau, um novo produto de exportação. Todas essas condições – capital estrangeiro, nacional e local – viabilizam a realização das tão desejadas reformas em Salvador*” (PINHEIRO, 2002:225). Essa experiência corresponde ao “*projeto de modernização do porto (1906-1921) e o de remodelação-ampliação do centro de negócios, na Cidade Baixa, e a abertura da avenida 7 de setembro, na Cidade Alta, durante a primeira gestão do governador J. J. Seabra*” (FERNANDES, 1999:172).

Outro exemplo de cidade do Nordeste que merece modernização nos moldes republicanos é **Recife**, importante entreposto comercial da região, com uma condição portuária “*que certamente marcou sua estrutura e fisionomia urbanas*” (MOREIRA, 1996:777). As reformas iniciaram-se no Império, na administração do Conde da Boa Vista, em meados do século XIX, implantando-se “*um modelo de gestão racional que promoveu uma série de obras públicas de fins social, [...] além de*

sedes do poder[...]. Estas obras eram capitaneadas por Luis Vauthier e por outros técnicos europeus” (MOREIRA, 1999:142). A tais iniciativas sucederam a instalação das redes de serviços urbanos (água, saneamento, bondes) todas sob a responsabilidade do setor privado. Ampla reforma urbana, entretanto, ocorreu nas primeiras décadas do século XX, quando foi elaborado e implantado o Projeto de Melhoramento do Porto, em 1908, desenhado por Alfredo Lisboa, associado ao Plano de Saneamento do Recife, elaborado por Saturnino de Britto, entre 1909 e 1915. Assim, por meio do saneamento e do redesenho do bairro do porto, Recife passou por *“transformações significativas que descaracterizaram sua feição colonial”* (MOREIRA, 1999: 14), nos moldes do que se viu em Salvador e se verá no Rio de Janeiro, São Paulo.

Na primeira metade do século XIX, os projetos realizados no **Rio de Janeiro** destinavam-se a resolver problemas de saneamento por meio do aterro dos pântanos e das lagoas, desmontes de morros e nivelamento do solo. Algumas intervenções pontuais no espaço urbano foram propostas, pelo arquiteto francês Grandjean de Montigny²⁹ (1825-1827) e pelo então diretor de Obras Publicas, e Engenheiro Henrique de Beaurepaire Rohan³⁰ (1843), mas poucas foram realizadas. As recomendações pragmáticas de Rohan e o caráter formal de Montigny *“viriam a constituir as bases das inúmeras propostas de intervenção apresentadas na 2ª metade do século XIX”* (VAZ, 1998:6). Em 1874, foi criada a Comissão de Melhoramentos da Cidade, instituída pelo Governo Imperial, chefiada pelo engenheiro civil Francisco Pereira Passos. *“A Comissão era uma resposta às constantes pressões que o estado vinha sofrendo, fruto da falta de resultados obtidos pelos órgãos de saúde pública, assim como da necessidade de combater a caótica situação higiênica da Cidade”* (DAMASCENO, 1996:56). Esse momento *“coincide com os anos prósperos, quando o cultivo do café chega ao seu apogeu, e o Rio impõem-se como o grande centro comercial do País, apesar de ser também um dos mais insalubres e epidêmicos”* (PINHEIRO, 2002:120). Foram apresentados dois relatórios: o primeiro deles (1875) tratava de um plano de expansão para área norte da cidade e o segundo era um plano de melhoramentos para a parte central e os bairros ao sul. Vários projetos de melhoramentos propostos pela Comissão só foram realizados na gestão do Prefeito Pereira Passos (1902-1906), quando a Cidade *“começa a ter um papel fundamental na inserção do Brasil no capitalismo internacional, ao transformar-se de porto exportador de café para centro distribuidor de produtos importados, tornando-se também um mercado consumidor”* (PINHEIRO, 2002:124). Entre o período de 1904-1906, foi realizada uma das maiores políticas de intervenção urbana, com a ampliação da rede de esgotos, o saneamento das praias, *“levando a uma inversão na polarização da cidade, com a abertura de numerosas avenidas³¹ e conseqüente valorização das áreas junto ao mar.”* (REIS, 2003:37). As obras de saneamento, a política de saúde pública, a melhoria no porto, a abertura da av. Central e outras correlatas, a construção da av. Beira Mar e os novos equipamentos urbanos- teatro, biblioteca, Academia de Belas Artes – foram de um novo caráter, diferentes das propostas do Império, embora delas herdassem os clamores.

Simultaneamente, São Paulo merece transformações afins, capitaneadas pela iniciativa privada e orquestrada pelo poder público. Até meados do século XIX, **São Paulo** *“não se distanciou de sua fisionomia colonial e não acompanhou nem de longe a Corte no desenvolvimento urbano que se seguiu no Rio de Janeiro, ou em algumas cidades do litoral do nordeste”* (BRUNO, 1991: 8). Segundo

²⁹ Segundo Lilian Vaz, coube ao arquiteto da Missão Francesa a incumbência de proporcionar à cidade ‘monumentos dignos’ de uma capital (1998:5).

³⁰ O mesmo engenheiro Presidente da Província da Paraíba em 1857.

³¹ Paulo Santos no O Álbum da Avenida Central descreve: *“A avenida começava no Largo da Prainha, hoje Praça Mauá, e terminava na praia Santa Luzia, no lugar em que foi depois erguido o obelisco, num total de 1.800 metros de comprimento, por 33 metros de largura. Por essa largura se esforçou Frontin, mesmo à custa de um pequeno corte no morro do Castelo, porque o objetivo era superar a largura da Avenida de Mayo, de Buenos Aires”* (SANTOS, 1983).

Nestor Goulart Reis, até 1860, a cidade foi “*beneficiada com a expansão da produção do açúcar*”, sendo substituída entre 1840 e 1860, “*pelas lavouras de café*” (2004:111).

Em relação à cidade de **São Paulo**, José Geraldo Simões Junior expõe:

[...] as intervenções públicas de caráter urbanístico ocorridas no período anterior à república restringiam-se unicamente a planos de interligação viária e a algumas obras de dessecamento de várzeas. No relativo aos instrumentos de controle da ocupação do solo, a Câmara prescrevia algumas normas ainda bastante primitivas contidas nos Códigos de Posturas de 1875 e de 1886, obrigando unicamente que as ruas a serem abertas fossem retas, com largura de 16 metros, e que as praças fossem, na medida do possível, quadradas.

O poder público não possuía nenhuma diretriz definida sobre os eixos de expansão territorial que a cidade deveria seguir e nem sobre a infra-estrutura a ser implementada. Coube sempre ao setor privado definir a orientação desses eixos de expansão segundo a lógica de seus próprios interesses: se aos especuladores imobiliários cabia a definição das novas áreas a serem incorporadas à cidade, da mesma forma às empresas companhias (de capital estrangeiro) cabia a definição das áreas de implantação da infra-estrutura básica (1993:127).

As reformas urbanas no centro da Cidade no período republicano aconteceram ao longo das administrações municipais do Conselheiro Antonio Prado (1898-1910), do Barão Duprat (1911-1913) e de Washington Luís (1914-1918). Esses planos “*buscavam harmonizar os objetivos declarados de interesse público e as oportunidades de atuação no mercado imobiliário*” (REIS, 2004:180).

Por tudo o que foi exposto até aqui, observou-se que as cidades brasileiras do período imperial necessitaram de controle sobre as condições higiênicas e sanitárias, principalmente em função dos surtos epidêmicos de febre amarela e de *Cholera morbus*, a partir de meados do século XIX. Para isso o Poder Público atuou mediante a codificação de uma legislação edilícia, definida no Império, que orientava intervenções na cidade. O primeiro *Código de Posturas*³² foi introduzido com o Regimento das Câmaras Municipais (1828), regulamentando um vasto elenco de temas, referentes ao alinhamento, limpeza, iluminação, “desempachamento” das ruas, estabelecimento de cemitérios, matadouros, o alinhamento de ruas, caminhos e edificação, entre outros. Na segunda metade do século XIX, “*embora as ações da municipalidade não se diferenciasssem, de modo geral daquelas indicadas na primeira Constituição brasileira e nas leis subseqüentes que a regulamentaram [...] aos poucos é ampliado o alcance espacial e temporal das deliberações da Câmara*” (BRESCIANI, 2006:9). Várias dessas recomendações de alcance espacial foram mantidas ao longo da segunda metade do século XIX até fins da 1ª República. São exemplos deste tipo de intervenção as propostas de expansão nas cidades capitais do Nordeste (como Fortaleza, Maceió, João Pessoa e Natal) e do Norte (Belém e Manaus). Fortaleza, (com o Plano de expansão de Adolfo Herbster em 1863), Maceió (em 1868), Belém, (na administração de Lemos, entre 1883-86, elaborado pelo engenheiro Manoel Odorico Nina Ribeiro), e Manaus, com uma expansão implantada logo após a República, no ano de 1892. Esses planos de expansão somados aos projetos de criação “*ex-novo*” de capitais (Teresina e Aracaju) utilizaram o traçado em xadrez como padrão planimétrico. Nesse aspecto,

³² As posturas da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza foram aprovadas em 1835 pela Assembleia Legislativa Provincial.

pode-se afirmar que o grau de controle nas capitais do Norte e Nordeste aqui estudadas, à exceção de Salvador e Recife, segue um padrão de intervenção urbana por meio de um plano de expansão ortogonal da malha. No caso de Belém, a composição urbanística mantinha uma articulação entre a “malha ortogonal projetada com traçado do núcleo urbano preexistente” (DUARTE, 1996:73). Fortaleza não era exceção nesse sentido, pois a “malha ortogonal expandindo-se, eliminou as varias radiais [antigos caminhos de penetração] [...], as que permaneceram passaram a iniciar-se em pontos relativamente distantes da parte central da cidade, algumas delas sem interligação direta com a cintura de avenidas” (CASTRO, 1994:68). As diretrizes contidas na expansão física programada previa uma grande ampliação urbana, quase duplicando ou triplicando a área preexistente. Cidades como Fortaleza e Belém se destacam no contexto regional pelo fato de seus planos serem efetivados, ao contrário de Maceió, cujo plano não vingou.

Observam-se continuidades no padrão urbanístico da Colônia para padrões que se seguiram à Independência, ao menos no que diz respeito à regularidade dos traçados já presente nas “preocupações iluministas, que haviam sido introduzidas por iniciativa do governo português, com o objetivo de transmitir uma imagem de ordem e de disciplina” (REIS FILHO, 2004:113). As obras realizadas nas referidas províncias contavam com o apoio de profissionais ainda remanescentes da Colônia, como engenheiros militares, mestres de obra ou agrimensores, tais como: o mestre de obra português **João Izidoro França**³³, o capitão de engenheiros **Sebastião José Basílio Pirro**, o engenheiro **Adolfo Herbster**³⁴, o engenheiro **Manoel Odorico Nina Ribeiro** e o engenheiro militar **Beaupaire Rohan**, e outros.

A vantagem desse traçado milenar

Constitui o meio mais simples e econômico de dividir o solo; permite uma execução rápida por intermédio de técnicas rudimentares de cordoamento das vias; imprime notáveis condições de legibilidade e orientação ao território urbano; estabelece um sistema viário dotado de máxima permeabilidade otimizando a circulação de pessoas e bens; facilita os sistemas de controle sobre a cidade (DUARTE,1996:67)

³³ De origem portuguesa foi secretario geral de obras do governo do Conselheiro José Antonio Saraiva presidente da Província do Piauí, em 1848.

³⁴ Segundo pesquisa de Liberal de Castro, Adolfo Herbster, nasceu em Recife em 1826 e viajou para Paris juntamente com seu pai Jean Baptiste Herbster em 1842. Foi contratado pelo governo provincial de Pernambuco, como engenheiro civil, e posto à disposição da Presidência cearense. Não era engenheiro militar “pois jamais se apresentou como tal, além de não pertencer ao Imperial Corpo de Engenheiros, cujos membros permaneciam temporariamente em locais para onde eram designado. Apesar de ter vivido em Paris, não se tituló em duas escolas às quais solicitamos informações pertinentes. No caso, tanto a Ecole Polytechnique como École des Pont-et-chaussées declaram não guardar em seus arquivos qualquer referncia a Herbster, mesmo entre os estrangeiros ouvintes. [...] De qualquer modo, não podem pairar duvidas quanto ao fato de Herbster ser diplomado, pois a Resolução n. 1161, de 3 de julho de 1865, ‘Aprovado posturas da câmara municipal da cidade da Fortaleza’, assinada pelo Presidente da Província Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, declara textualmente: Secção X –Do Architecto- art. 13- Ao Architecto, que será engenheiro formado nas Escolas do Império, ou estrangeiras incumbe...” (CASTRO, 1994:55-56).

As políticas do Império incluem novas praticas urbanísticas, como códigos de posturas e obras de saneamento (drenagem de áreas pantanosas e zoneamento de funções). Entre essas realizações, observou-se que tais padrões diferem dos impostos na Primeira Republica, no que tange o aparelhamento da infraestrutura nacional, como a reforma e ampliação dos portos (Recife, Salvador, Rio de Janeiro), ao que se associam modernos sistemas ferroviários, a modernização dos centros urbanos tradicionais (Rio de Janeiro, Recife, São Paulo) por meio de grandes cirurgias urbanísticas e obras de saneamento (água, luz, esgoto) (LEME, 1999:22-25). Observa-se a permanência de práticas urbanísticas do Império ao longo de toda a Primeira República em Fortaleza e demais capitais do Norte e Nordeste de porte médio.

HIPÓTESES DA TESE

Com base no estudo de fontes primárias de naturezas diversas – plantas, planos de expansão, códigos de posturas, censos, décimas urbanas etc. – arquitetou-se a hipótese de que, desde a sua eleição como capitania autonôma, a cidade de Fortaleza cresceu induzida por planos e normas de regulação urbanística elaborados pelo poder público, mas foi edificada pelas mãos da iniciativa privada. Coube ao poder público orquestrar o processo de apropriação e produção social dos espaços. A partir de 1933, observa-se mudança no processo. A cidade segue sendo transformada pelas mãos da iniciativa privada, no entanto, o poder público perde a capacidade de indução e condução. Sintoma disso é o fracasso de dois planos reguladores, o de 1933 e o de 1947.

Assim, a intenção é mostrar nesta tese um processo de longa duração a permanência de certas práticas de produção da cidade, a despeito das mudanças políticas. Entre 1810 e 1933, nota-se a presença marcante do poder público na indução do processo de transformação urbana de Fortaleza, tanto por intermédio dos planos de expansão (1850 e 1863), como por meio dos códigos de posturas que nortearam a volumetria e o zoneamento do conjunto. A especialização dos espaços (comércio e serviços na área central, residências nos novos bairros, fábricas e matadouro nas extremidades) foi fruto de políticas de zoneamento emanadas do poder público. A área em torno da praça do Ferreira passou gradativamente por uma mudança de uso de predominantemente residencial para comercial induzida pela legislação vigente. A partir de 1933, verifica-se a falência do poder público de orquestrar a expansão da cidade, seja através do “Plano de Remodelação e Extensão” elaborado pelo arquiteto Nestor de Figueiredo (1933), seja através do “Plano Diretor de Remodelação e Expansão de Fortaleza”, do engenheiro civil José Otacílio Saboia Ribeiro (1947). Desde então, sobressaem loteamentos capitaneados por indivíduos ou empresas, definindo a colcha de retalhos que caracteriza essas áreas de expansão da malha urbana até o presente.

No que diz respeito à iniciativa privada, buscou-se não tratá-la como categoria genérica, mas precisar os protagonistas vinculados à produção material da cidade, dando-lhes face, configurando perfis individuais e de grupo, e, sobretudo, quantificando e espacializando seus imóveis. Percebe-se que os maiores proprietários de imóveis urbanos eram negociantes (lusitanos, cearenses e estrangeiros) envolvidos com o comércio internacional.

METODOLOGIA

MATERIAIS

Utilizam-se dois tipos de fontes - secundárias e primárias - para entender em perspectiva histórica a participação do poder público e da iniciativa privada na apropriação e produção material de Fortaleza. As fontes secundárias constituem-se basicamente de livros, teses, dissertações, artigos em periódicos, de memorialistas, cronistas, poetas, historiadores e arquitetos sobre o período pesquisado. Além dos estudos que balizaram nossa opção teórico-metodológica, todos já mencionados e analisados.

Optou-se nesta tese por cobrir um tempo longo, 1810 a 1933, a fim de perceber as transformações, observando alguns momentos de inflexão, o que levou a utilizar uma variada documentação primária.

A **cartografia** e a **iconografia** juntas, além de documentar a vida da cidade, propõem diferentes leituras, aponta vínculos entre a sociedade civil, o Estado e o mercado. Evidenciando [...] as persistências e as mudanças da paisagem urbana (PASSOS, 2009:20). Fortaleza não possui um grande acervo documental gráfico como algumas capitais do país, o que se explica pela pouca importância da capital cearense na rede urbana brasileira até meados do século XIX. Mesmo assim, realizou-se um exercício de reconstituição gráfica com base na interpretação das séries documentais com vistas a mostrar a dinâmica e os diferentes momentos e as várias escalas do processo. Para tanto, utilizou-se as seguintes plantas³⁵:

- a) *Plano aproximado da Enseada da Fortaleza-1810*³⁶, tirado pelo capitão de fragata Francisco Antônio Marques Giraldes.
- b) *Plano hidrográfico da enseada da Vila N. S. da Assunção ou Porto do Ceará*³⁷. Encarte da Carta Topográfica da Capitania do Ceará de 1812.
- c) *Planta do Porto da Villa da Fortaleza*³⁸. Detalhe da Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará, levantada pelo ajudante de ordens Antônio José da Silva Paulet no ano de 1813.
- d) *Planta da Villa da Fortaleza e seu Porto*. Detalhe da Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará, levantada pelo ajudante de ordens Antonio José da Silva Paulet em 1818.
- e) *Planta da Villa da Fortaleza e seu Porto*³⁹. Detalhe da Carta Geográfica do Ceará, província do Império do Brasil, redigida segundo uma carta manuscrita levantada em 1817 por Antônio da Silva Paulet e segundo as observações e as cartas marítimas de B. Roussin, por Schwarzmann e Martius, 1831.
- f) *Planta da cidade de Fortaleza (1850)*⁴⁰, organizada por Antônio Simões Ferreira de Daria. Desenhada em escala reduzida por J. J. de Oliveira em 1883.
- g) *Planta da cidade de Fortaleza*, levantada pelo padre Manuel do Rego Medeiros em 1856.
- h) *Planta Exacta da Capital do Ceará (1859)*, levantada por Adolfo Herbster.
- i) Plano de expansão da cidade de Fortaleza (1863), elaborado por Adolfo Herbster.
- j) Planta da cidade da Fortaleza e subúrbios (1875), elaborada por Adolfo Herbster.
- k) *Planta da cidade da Fortaleza capital da província do Ceará (1888)*, levantada por Adolfo Herbster.
- l) Planta esquemática da cidade de Fortaleza de 1922.

³⁵ Existem outras plantas portuárias que se apóiam em Adolfo Herbster.

³⁶ Cartas guardadas no Arquivo Histórico do Exército/AHEX (Casa da Memória do Exército) com o número 014 e sob o número 206 no Catálogo da Mapoteca da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército (DSGEX) (CASTRO, Liberal de. Cartografia cearense no Arquivo Histórico do Exército. Revista do Instituto Histórico do Ceará 09-79, 1997.

³⁷ Catálogo da Mapoteca da DSGEX, no 206.

³⁸ Faz parte do acervo da Mapoteca do Itamarati, no Rio de Janeiro. Foi transcrita no livro de ADONIAS, Isa. Imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro, Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

³⁹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

⁴⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

- m) *Planta da cidade de Fortaleza* (1931-1932) levantada na administração Revolucionária.
- n) Levantamento aerofotogramétrico da cidade de Fortaleza, 1945 e 1972, elaborado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Quanto ao acervo iconográfico, foram utilizados o - Álbum de Vistas do Ceará, editado pela Casa Boris em Nancy, no ano 1908, e o Álbum de Fortaleza de 1931. Ambos apresentam, além de belíssimas fotografias, informações sobre edificações comerciais, industriais e educacionais.

Uma das principais fontes de pesquisa deste trabalho são as Décimas Urbanas. Trata-se do primeiro imposto predial estabelecido para as cidades brasileiras, a partir de 1808, contendo a lista de todos os imóveis circunscritos no perímetro urbano. Persistindo na Primeira República, as listas contêm informações importantes sobre a localização dos imóveis, as tipologias edilícias (casas térreas, sobrados), usos predominantes (residência, comércio ou uso misto), seus proprietários, e o estado de conservação (em ruína, se concluído ou em construção). Esses dados auxiliaram no exercício de reconstituição – planimétrica e volumétrica - do antigo tecido urbano de Fortaleza, bem como na caracterização do mercado imobiliário rentista então vigente e dos grandes proprietários de imóveis urbanos. Por meio dos jornais: *Cearense*⁴¹, *Constituição*⁴², *A República*⁴³, foi possível ter acesso às décimas urbanas de 1872, 1868 e 1911.

A **legislação** tem papel importante na configuração do espaço urbano. As posturas municipais de Fortaleza, existentes desde a primeira metade do século XIX (1835, 1868, 1870, 1879), demonstram uma preocupação com as questões de salubridade e o discurso técnico higienista. Outras providências foram aperfeiçoadas no Código de 1893, delimitando zonas exclusivas para casas de taipa e de palha⁴⁴. O *Regulamento da Diretoria Geral da Higiene*⁴⁵, de 1918, também estabelece controle sobre habitação, principalmente das “casas de travessas”⁴⁶, e proíbe a implantação dos curtumes, fabricas de sabão e óleo, couro e sebo, salgadeiras, depósito de sal e borracha dentro do perímetro urbano. Com base nesse regulamento identifica-se a expansão urbana da cidade entre 1888 e 1932. Uma vez que não se tem acesso a uma cartográfica precisa, esse documento subsidiou na elaboração de hipóteses sobre a ocupação da cidade na década de 1920. Trabalhou-se, também, com o *Código Municipal de Fortaleza* (Decreto 70), de 1932, que possibilita uma análise da expansão urbana da cidade.

O **Anuário Cearense**, de 1912, descreve informações sobre o comércio, a indústria, as profissões, e traz um encarte com a planta da cidade, contendo a numeração dos lotes da zona mais comercial de Fortaleza, entre as ruas Major Facundo, Floriano Peixoto e Barão do Rio Branco. Esse documento foi determinante para orientar os exercícios gráficos de interpretação das plantas do século XIX. Outras fontes complementares foram utilizadas: os **inventários** sediados no Arquivo Público do Ceará, especialmente de comerciantes, capitalistas, firmas exportadoras e setores médios da população; os **livros de notas** de compra e venda, arrendamento e hipoteca de casas, chácaras e sítios em Fortaleza; os **Almanaques do Ceará** com a coleção de dados gerais sobre os atores sociais e aspectos de Fortaleza ao longo do tempo; o **Censo de 1887**, onde se encontra o arrolamento das freguesias de São José (Sé), com 7.040 habitantes e de Nossa Senhora do Patrocínio, com 12.241 moradores, totalizando 19.281 pessoas em 1887 em Fortaleza. Outros documentos funcionaram

⁴¹ Esse jornal surgiu nos primeiros dias de 1825 e representava o Partido Liberal. Faziam parte da secção gráfica Leandro de Barros Caminha, Manoel Beviláqua e Francisco Weyne Cambuti (NOBRE, Geraldo[1974].

⁴² Folha fundada em 24 de setembro de 1863, “*surgida por efeito de uma dissidência na agremiação comandada pela família Fernandes Vieira e desaparecida somente com a proclamação da República, em 1889*”. (NOBRE, 2006:96)

⁴³ Na mudança do regime, faz desaparecer “os jornais representativos dos antigos partidos, ou assumindo novos títulos [...] como no caso deste jornal após a fusão com o “*Libertador*” (NOBRE 2006:124). Circulou como o mais importante jornal do período de 1892-1912, correspondendo ao domínio da oligarquia do comendador Antonio Pinto Nogueira Acióli.

⁴⁴ Jornal A República de 18.11.1893, artigo 2.

⁴⁵ Regulamento da Diretoria Geral da Higiene foi aprovado pelo decreto legislativo no1643, em 08 de novembro de 1918. art. 303.

⁴⁶ Artigo 303.

como indicadores sobre comércio e a indústria na Capital: **Catálogo de publicidades** de 1908 e o **cadastro das casas comerciais** de 1922.

MÉTODOS

A **metodologia** utilizada para alcançar os objetivos desta pesquisa foi amadurecida ao longo do processo, numa tarefa bastante árdua. Realizou-se uma série de exercícios de reconstituição gráfica, de análise e interpretação da dinâmica urbana em diferentes momentos, de acordo com os objetivos propostos e com a documentação disponível. Foram preparados sete mapas em AUTO CAD, quatro do século XIX (1813, 1859, 1875, 1888) e dois do século XX (1922, 1932).

Os exercícios de reconstituição cartográfica pautaram-se em informações coletadas em fontes primárias e secundárias, tornando-se importantes documentos de síntese que orientaram o conjunto das reflexões e hipóteses desta tese. Objetivou-se reconstituir sucessivos retratos das **vias, quadras, traçados e morfologias urbanas** de Fortaleza, em diferentes momentos históricos, representando as suas principais fases de desenvolvimento, pondo luz nos atores sociais que produziram e ocuparam os espaços ao longo do tempo. Optou-se por destacar o processo de mudanças no tecido urbano, especialmente na área central, focalizando o entorno da praça do Ferreira em que a parte permite entender a dinâmica do todo.

Para caracterizar a natureza específica do tecido urbano de Fortaleza na segunda metade do século XIX, foram cotejadas as informações dos Livros da Décima Urbana (1872 e 1890) e as do Censo de 1887, obtendo-se desta maneira, a lista dos imóveis por proprietário, o valor total investido em imóvel urbano e seus respectivos endereços, permitindo caracterizar os principais atores sociais envolvidos na apropriação e produção material do espaço urbano da cidade. Processados estes dados, partiu-se para a reconstituição dos espaços intraurbanos – planimétrica e volumetricamente. Para a primeira metade do século XIX, como não se teve acesso a nenhuma Décima Urbana, recorreu-se aos memorialistas na reconfiguração do tecido urbano e tipos de ocupação. Para as questões relacionadas às transformações urbanas na área central de Fortaleza, a análise das Décimas Urbanas, Censo e Código Municipal de 1932 foi essencial para se identificar o processo de espacialização dos espaços e a verticalização na área central da cidade, principalmente em torno da praça do Ferreira.

ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

Esta tese é organizada em **três capítulos**: o primeiro – **Os antecedentes: Fortaleza na Colônia e a economia do gado (século XVIII-1810)**, retrata o papel de Fortaleza na rede urbana regional em fins do período colonial, ressaltando a pecuária como uma das principais atividades econômicas do Ceará e ressaltando os caminhos das boiadas, que configuravam o território cearense articulando às demais capitanias do Nordeste. O segundo capítulo – **Fortaleza Capital da Província do Ceará e a economia do algodão: os planos de expansão da cidade e as normas reguladoras (1810-1863)**, trata da economia do algodão e da redefinição do papel de Fortaleza como porto exportador do produto para o mercado internacional, buscando compreender as políticas que orientaram as transformações da cidade quando da sua hegemonia econômica e político-administrativa a partir de 1799, ano em que foi designada capital da recém-criada Capitania do Ceará, independente da Capitania de Pernambuco. Na escala do intraurbano, buscam-se analisar as consequências das opções e possibilidade condicionados por suas novas articulações territoriais. O terceiro capítulo – **O papel da iniciativa privada na apropriação e produção material das áreas planejadas (1863-1933)** - tem como base as plantas de 1888 e 1932, o Censo de 1887, a Décima Urbana de 1890 e os almanaques, buscando traçar o caráter da ocupação do Plano de Expansão de Fortaleza de 1863 até 1933, numa linha metodológica inédita, ainda pouco explorada pela historiografia. Finalmente, a título de **Considerações Finais**, desenvolvem-se algumas conclusões sobre o desdobramento e as mudanças observadas após a década de 1930, enfatizando o protagonismo das iniciativas privadas em detrimento do Poder Público no processo de expansão urbana da Capital do Ceará.

CAPÍTULO 1

OS ANTECEDENTES: FORTALEZA NA COLÔNIA E A ECONOMIA DO GADO (SÉCULO XVIII-1810)

Neste capítulo pretende-se analisar o papel de Fortaleza na rede urbana cearense no período colonial (1799-1810), ressaltando a pecuária como uma das principais atividades econômicas do Ceará e os caminhos das boiadas, dos quais a cidade ficava à margem. Procurar-se-á compreender as transformações em duas escalas, a do território e a do intraurbano.

As principais fontes utilizadas foram as correspondências oficiais da Câmara, os ofícios e as atas pertencentes ao acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará, bem como os relatórios dos presidentes da Província e do Estado associados a antigas descrições de Fortaleza.

Com base em memorialistas e cronistas, buscar-se-á reconstituir a antiga tessitura urbana de Fortaleza entre 1799 e 1810, mediante exercícios cartográficos pautados em desenhos e plantas antigas, como os do Almirante Francisco Antonio Marques Giraldes (1810) e do engenheiro militar e naturalista João da Silva Feijó (1812), bem como do engenheiro militar José da Silva Paulet (1813).

1.1 A PECUARIA E A LÓGICA DE CONFIGURAÇÃO DA REDE URBANA CEARENSE NO PERÍODO COLONIAL

A base da economia cearense, a partir do último quartel do século XVII, foi a atividade criatória, que se desenvolveu ao longo dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú. As vilas foram fundadas no cruzamento dos caminhos das boiadas, nas margens dos rios ou “*próximas às zonas para agricultura, na maioria das vezes em regiões serranas ou em suas proximidades*” (JUCÁ, 2007:225). “*A partir delas surgem outros caminhos também comunicando a sua área adstrita com o restante do território da Capitania e da América Portuguesa*” (JUCÁ, 2007:141).

Segundo Clovis Jucá, no Ceará, podem ser identificados nas bacias hidrográficas três vertentes (Figura 10): sudeste, norte e oeste. A vertente sudeste compreende as bacias do Jaguaribe, do Pirangy, do Choró, do Pacoti e do Ceará. A do Jaguaribe, além de principal, “*foi a primeira alcançada pelos desbravadores pernambucanos e baianos no final do século XVII*”. A vertente norte abrange as bacias do Timonha, Coreaú, Acaraú, Aracatyassu, Mundaú e Curu. A vertente oeste é formada pela bacia do rio Poti, que banha o sertão de Crateús (JUCÁ, 2007:239-240). Os principais centros urbanos decorrentes da pecuária extensiva foram Aracati e Icó (à margem dos rios Jaguaribe e Acaraú) e Sobral (ao lado do Rio Acaraú). Aracati era o mais importante empório comercial da faixa litorânea, possuindo um porto de entrada e saída de mercadorias, principalmente de carne de sol, realizando intercâmbios mercantis com Pernambuco e a Bahia. Icó, no interior, era o mais importante entreposto comercial entre os sertões do Ceará, Piauí e Maranhão. Sobral era

também bastante próspera, situava-se entre os sertões do norte e as oficinas de charqueadas do rio Acaraú (ANDRADE, 1990). Nota-se, então, que, com exceção de “*Aquiraz, Fortaleza e as vilas de índios, as demais povoações escolhidas encontravam-se, [...] em pontos estratégicos para a produção e circulação dos produtos da atividade criatória. Ou seja, geralmente “as vilas achavam-se nos cruzamentos dos caminhos das boiadas, na foz dos rios – zonas portuárias – em suas margens, ou, ainda, próximas às zonas propícias para a agricultura, na maioria das vezes em regiões serranas ou em suas proximidades”* (JUCA, 2007:249).

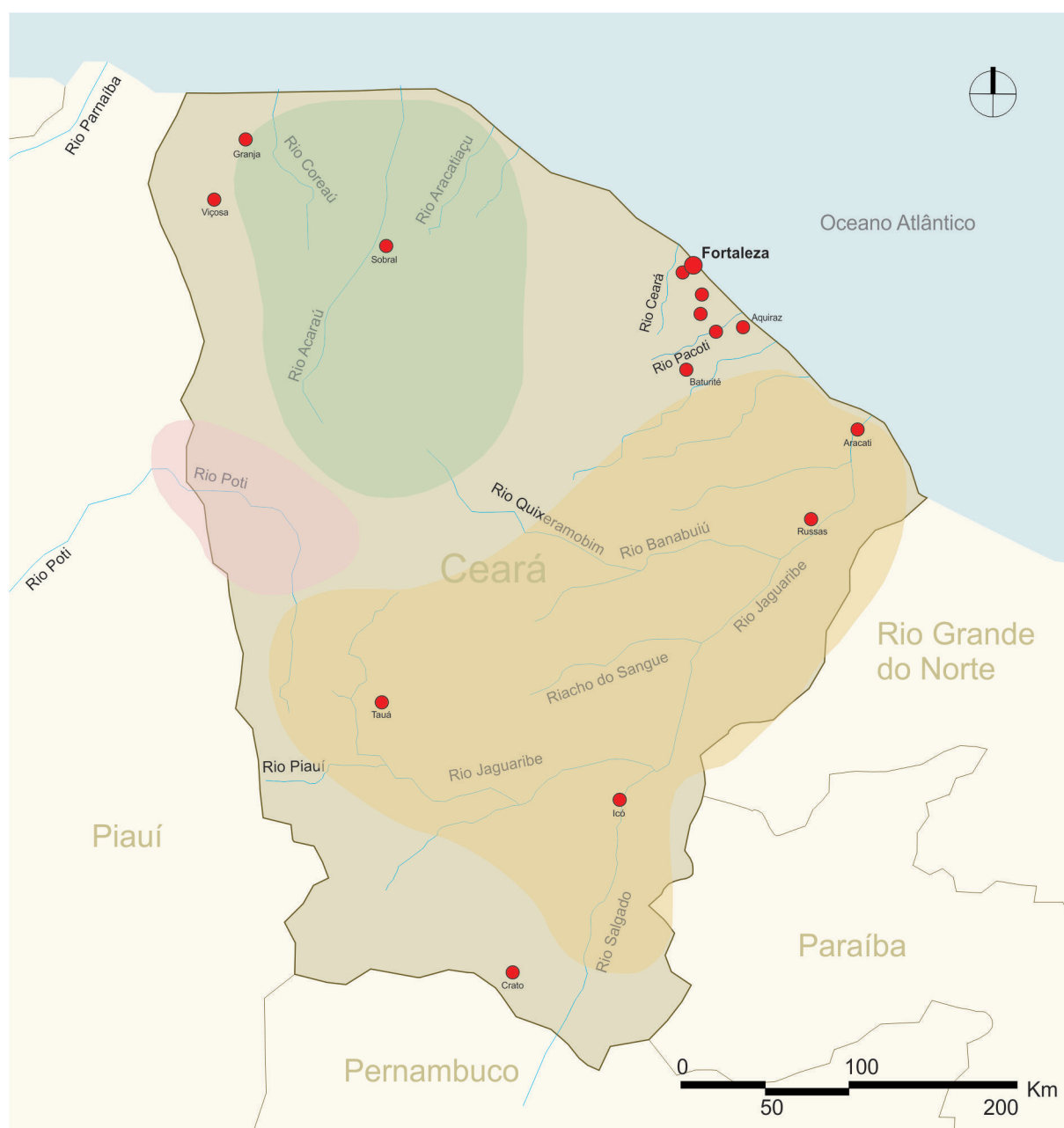


Figura 10: Reconstituição cartográfica das bacias hidrográficas do Ceará.
Fonte: JUCÁ, 2007:240

Clovis Jucá caracteriza o papel dessas vilas⁴⁷ no Ceará:

Na totalidade do projeto de ocupação territorial da América Portuguesa, as vilas criadas no sertão cearense, como sedes do poder metropolitano, adquiriram uma função econômica e política de controle da atividade pecuarista e de pontos nodais, na rede de circulação das boiadas, estruturando e sustentando nexos do Estado Português entre o Ceará e o restante da Colônia, além de divulgarem, mesmo que de forma incipiente, as normas urbanizadoras lusitanas no mundo da pecuária sertaneja. Daí o sentido econômico e político da rede urbana em formação na América Portuguesa; ou seja, pela fixação com a criação das vilas, constituía-se uma unidade política territorial por onde corriam a economia e o movimento expansionista em direção às regiões de fronteiras. Na rede, a heterogeneidade do espaço construído reflete os diferentes níveis do investimento de capital e técnica na totalidade do território, variando de acordo com a importância de cada núcleo no âmbito regional e em sua relação com o todo da América Portuguesa (2007:141).

O historiador Capistrano de Abreu, ao analisar a colonização do Ceará, indica duas correntes: uma em direção ao “sertão de fora” e outra em direção ao “sertão de dentro”. A primeira teria “*ocorrido do litoral para o interior através do vale do Rio Jaguaribe e originária de Pernambuco*” e a segunda “*de origem baiana que teria iniciado a ocupação e colonização a partir do interior*” (SILVA, 1989:81) (Figura 11).

A pecuária foi uma das principais atividades econômicas do Ceará “*com possibilidades lucrativas, embora com uma reduzida produtividade e um pequeno rendimento, e, conseqüentemente, baixo poder de acumulação*” (JUCÁ, 2007:223). Com a expansão das fazendas nos sertões, a travessia do gado em direção aos mercados torna-se longa e árdua, trazendo grandes prejuízos à produção pela perda e emagrecimento do rebanho. Surgem, então, no século XVIII, à foz dos rios, as oficinas de salga que se utilizam do sal no processo de conservação da carne bovina, também chamada “charqueada”⁴⁸.

O processo de produção e comercialização da carne bovina repercute na organização produtiva da Colônia que, por sua vez, influi na forma de ocupação cearense:

Na região açucareira o cultivo da cana e sua transformação em açúcar estiveram desde o início conjugados num mesmo espaço econômico e físico, com os engenhos junto as áreas de cultivo da cana e próximas aos portos. Ao contrario, a produção de carne salgada, pela razões já apontadas – procura de meio natural adequado e proximidade dos pontos de exportação – resultou numa divisão de trabalho entre a fazenda de criar, área de salga e de comercialização externa em espaços distintos (LEMENHE, 1983:24).

A Figura 12 mostra a rede de estradas que articulava a Capitania do Ceará às vizinhas. A mais importante era a *Estrada Geral do Jaguaribe*, que partia de Aracati para alcançar os sertões de Pernambuco e Bahia. Enquanto a *Estrada Velha* ligava Recife ao Maranhão pelo litoral, a *Estrada Nova das Boiadas* interligava a região central, no vale do rio Acaraú no Ceará, com o Piauí e a Paraíba. A *Estrada das Boiadas*⁴⁹ ligava o sertão nordestino com a zona marítima, desde o Piauí, passando pelo interior do Ceará, pelo Rio Grande do Norte, Paraíba até Pernambuco. Havia ainda as *Estradas Camocim-Ibiapaba*, a *Estrada Crato-Oeiras* e a *Estrada Crato –Piancó* (STUDART FILHO, 1977:35-39).

⁴⁷ Segundo Pessoa “*na segunda metade do século XVIII, Portugal passou a implantar uma política sistemática de ocupação dos territórios da América Portuguesa com a constituição de uma rede de cidades*” (2007:19).

⁴⁸ Este processo consiste na salga da carne e tem “*sido explicado como uma solução encontrada pelos criadores para livrarem-se dos impostos - subsídio de sangue - que eram cobrados sobre o gado por ocasião do abate nos açougues públicos, e, sobretudo, como recurso para superar as perdas que o transporte dos animais das zonas de produção para os mercados acarretava*” (LEMENHE, 1983:11).

⁴⁹ Ligava o sertão nordestino com a zona marítima, desde o Piauí, passando pelo Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba até Pernambuco.

Conclui-se que as estradas são “*estruturadas com o processo econômico*”, ou seja “*elas surgem e se ampliam de acordo com as necessidades locais, visando a vinculação intra-regional*” (SOUZA, 2005:16).

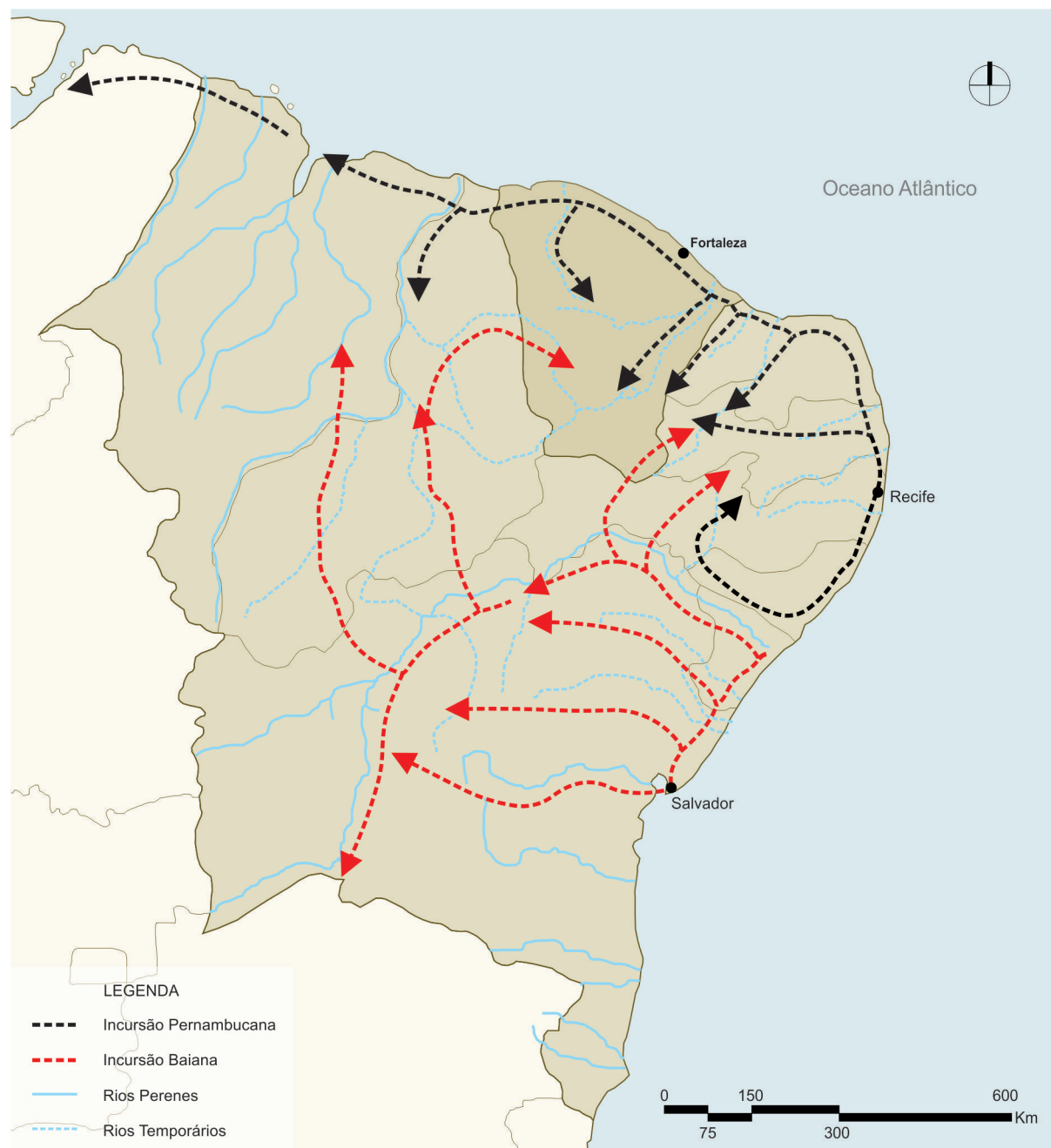


Figura 11: Reconstituição dos caminhos de interação da colonização portuguesa segundo Capistrano de Abreu. Fonte: JUCÁ, 2007: 235.

A pecuária condiciona uma ocupação bastante rarefeita do território cearense, com as povoações concentrando-se inicialmente nos sertões e não no litoral, desencadeando uma rede de caminhos da qual Fortaleza estava apartada. Fortaleza, mesmo elevada à condição de vila em 1726, não passava de um pequeno núcleo distante da atividade pastoril desenvolvida no interior da Capitania.

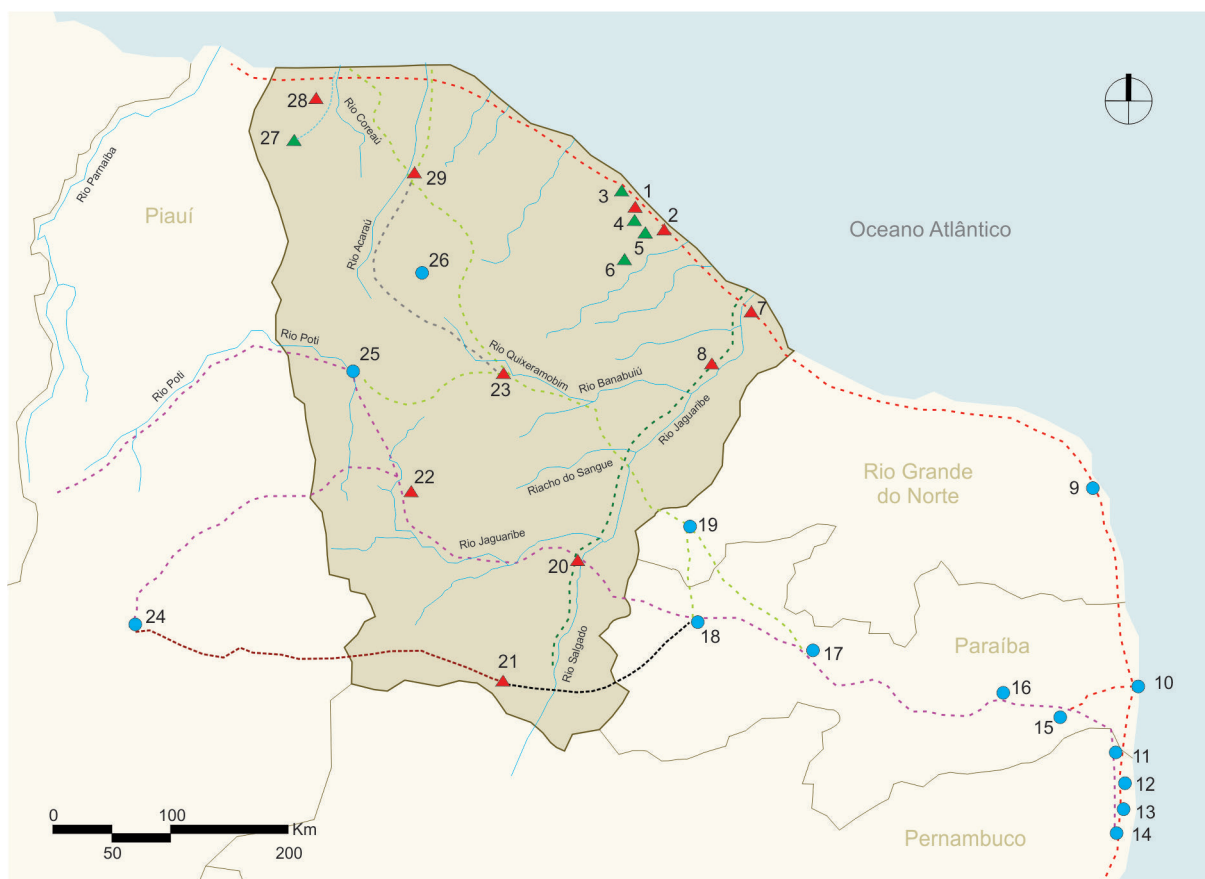


Figura 12: A rede urbana cearense e suas articulações com as capitânicas vizinhas.
 Fonte: JUCÁ, 2007: 244

LEGENDA

- | | | | |
|-------------------|-------------------|--------------------------|-----------------------------|
| 1 Fortaleza | 12 Goiana | 23 Quixeramobim | Estradas |
| 2 Aquiraz | 13 Olinda | 24 Oeiras | --- Est. Velha |
| 3 Caucaia | 14 Recife | 25 Crateús | --- Est. Camocim - Ipiababa |
| 4 Parangaba | 15 Itabarana | 26 Santa Quitéria | --- Est. Nova das boiadas |
| 5 Messeja | 16 Campina Grande | 27 Viçosa | --- Est. das Boiadas |
| 6 Baturité | 17 Patos | 28 Granja | --- Est. da Caiçara |
| 7 Aracati | 18 Piancó | 29 Sobral | --- Est. Crato - Piancó |
| 8 Russas | 19 Pau dos Ferros | ▲ Vilas de Brancos | --- Est. Crato - Oeiras |
| 9 Natal | 20 Icó | ▲ Vilas de Índios | --- Est. Geral do Jaguaribe |
| 10 Campina Grande | 21 Crato | ● Outras Vilas e Núcleos | |
| 11 Igarassú | 22 Tauá | | |

Dois fatores alteram a economia cearense no final do século XVIII: o desenvolvimento da agricultura do algodão para exportação e a independência administrativa do Ceará da Capitania de Pernambuco, em 1799.

A Abertura dos Portos às “Nações Amigas”, em 1808, eliminou o monopólio português sobre o comércio da Colônia, estimulando a inserção do Brasil no mercado externo. A primeira metade do século XIX é considerada um período de “transição, fase de ajustamento à nova situação criada pela independência e autonomia nacional” (PRADO, 1986:192).

O fim do monopólio lusitano reforça “*o cultivo tanto de matérias-primas tropicais importantes para a indústria têxtil em expansão na Europa – como o algodão – quanto de produtos alimentícios - como o arroz e a cana-de-açúcar [...]*” (TAKEYA, 1995:95), trazendo grande prosperidade ao Brasil.

Marcas desta nova fase são visíveis no cotidiano de Fortaleza. Em 1802, é instalada a primeira casa de inspeção de algodão. Em 1803, já se realizava a exportação de algodão para Portugal, chegando ao porto do Mucuripe a escuna “Flor do Mar”, comandada por Antônio Nunes, originária da cidade do Porto⁵⁰. Em 1809, inicia-se o comércio direto com a Inglaterra, através do “Dous Amigos”, de propriedade do português **Antônio José Moreira Gomes**, comandado por seu genro **José Antônio Machado**, conhecido como Comendador Machado⁵¹ (GIRÃO, 1971:138). Em 1811, é fundado o primeiro estabelecimento de negócios estrangeiros, do irlandês Willian Wara⁵². Em 1835 é criada uma filial da Robert Singlehurst & Cia,⁵³ de Liverpool, conhecida como Casa Inglesa que “*sobreviveria, por todo o século XIX, como a principal distribuidora das mercadorias vindas da Inglaterra, além de compradora dos produtos cearenses para o mercado europeu*” (TAKEYA, 1995:112).

O algodão passa a ser o principal produto comercial no Nordeste a partir do terceiro quartel do século XVIII, mas ainda representando “*uma insignificante cultura de expressão local e valor mínimo*” (PRADO JR, 1986). Desde o momento, no entanto, em que se torna importante para o comércio internacional, como ocorrera com o açúcar no século XVI, passa a ser uma das principais riquezas da colônia (ANDRADE, 1974:186). Foi a “*cultura que substituiu a cana-de-açúcar como fornecedora de capitais no período em que atravessava crises devido os baixos preços*” (ANDRADE, 1974:186). Para estimular o desenvolvimento da cultura algodoeira, o governo português introduziu as alfândegas de algodão nos principais portos. A cultura do algodão espalha-se pelo território brasileiro “*facilitado pela relativa simplicidade da produção*” (PRADO JR, 1986:83). Caio Prado Junior afirma ainda que no Nordeste ela não acompanha a antiga cultura do açúcar, mas se fixa na faixa *intermediária entre as planícies de beira – mar e o interior, conhecida como agreste* (PRADO JR, 1986:83).

Manoel Correia de Andrade explica as condições favoráveis do Nordeste para o surto do algodão:

A revolução industrial, utilizando o algodão como matéria-prima na indústria têxtil, estimulou sua produção nas regiões tropicais, sendo o Brasil uma das áreas em que ela se desenvolveu, provocando uma verdadeira revolução no sistema de exploração da terra. Grandes áreas foram desmatadas para a sua cultura, restringindo a área de gado, e para as culturas alimentícias, de vez que a produção do algodão provocou o crescimento populacional da região. Cresciam as culturas do milho e do feijão, associadas à do algodão e a da mandioca. Mas a restrição da área de pastagens não trouxe prejuízos aos criadores, que eram também plantadores de algodão, porque as lavouras, após a colheita, deixavam no solo o “restolho” que servia de alimento suplementar para o gado. Como a colheita se dava na estação seca, esta alimentação vinha dar maior estabilidade à pecuária, diminuindo a necessidade de migrações para grandes distancias. O impacto ecológico, porém, foi muito grande, de vez que a expansão das lavouras acarretou o desmatamento, atingindo áreas de ‘brejos’ e de ‘serras frescas’ que formavam verdadeiras ‘ilhas’ ecológicas de florestas no meio das *caatingas* (2004:49).

⁵⁰ Chega outro navio de Portugal nesse mesmo ano, pertencendo ao português Antônio Manuel Alves e José Pacheco Spinosa (GIRÃO, 1971:138).

⁵¹ Proprietário de uma grande área da cidade de Fortaleza, segundo seu inventário em 1869.

⁵² Foi fundador da Casa Inglesa, depois representada pela firma Holderness e Salgado, ambos empregados de Singlehurst & Cia (STUDART, 1908:360).

⁵³ A Casa Inglesa no Ceará se estabelece sob a razão social de Singlehurst Corlett, Singlehurst & Cia. Transforma-se em 1892 Holderness & Salgados, depois, em 1921, Salgado & Roggers e, por fim, Salgado S.A. (GIRÃO, 1959:151). Em 1882, foi proposto à Câmara Municipal a “*dar-se à rua do Chafariz o nome de Singlehurst em homenagem à casa comercial*” (GIRÃO, 1959:151).

No final do século XVIII, as secas dos anos de 1790 a 1793 desestabilizaram a pecuária cearense, enfraquecendo a exportação de carne ante a produção do charque no sul. Ou seja, a seca “*destruiu e matou quase todos os gados dos sertões desta comarca e por isso veio a perder aquelle ramo de commercio das fabricas de carnes* (GIRÃO, 1947, p.161).

Com a independência administrativa da Capitania do Ceará⁵⁴, foram enviados administradores régios, entre eles os governadores⁵⁵, que passou a habitar na capital, Fortaleza. Àquela altura, a cidade cresceu e mereceu investimentos em infraestrutura para realizar as transações comerciais externas e internas então em curso. Nessa época, foram realizados estudos sobre a situação do porto, e para a instalação da alfândega e do mercado público.

O primeiro governador da Capitania do Ceará autônoma, Bernardo Manuel de Vasconcelos⁵⁶, adotou uma série de medidas, tais como: instalação da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda⁵⁷; a criação da Casa de Inspeção e Arrecadação do Imposto dos Algodões; a construção de três baterias de pedra e cal⁵⁸ no porto do Mucuripe. O governador trouxe consigo o engenheiro militar e naturalista sargento-mor João da Silva Feijó, que foi incumbido de elaborar três plantas da Capitania do Ceará. A Carta Topográfica da Capitania do Ceará de 1812, com o “Plano Hydrographico da Villa” em sua extremidade esquerda, nos ajuda a conhecer o processo de formação e expansão da vila. O autor “*diz ter-se apoiado em dados fornecidos pelo capitão F. A. Marques Giraldes, quer no levantamento do ancoradouro [...] quer no texto anexado ao levantamento*” (CASTRO, 1997:29).

Algumas medidas também foram adotadas visando à melhoria da economia cearense. O terceiro governador do Ceará, Luiz Barba Alardo de Menezes (1808-1812)⁵⁹, impulsionou a agricultura e incrementou o comércio direto, “*até então reduzido quase a permutas com Pernambuco, conseguindo por meio de associações que os negociantes abrissem comunicação direta com alguns portos da Europa*” (STUDART, 1908:327). Implementou em 22 de dezembro de 1808 o primeiro arrolamento da Décima Urbana⁶⁰ em Fortaleza, bem como o recenseamento da Capitania, apurando 125.878 habitantes (Figura 13).

1.2 A “VILA DO FORTE”

A Vila de Fortaleza do Ceará é edificada sobre terra arenosa, em formato quadrangular, com quatro ruas, partindo da praça e mais outra, bem longa, do lado norte desse quadrado, correndo paralelamente, mas sem conexão. As casas têm apenas o pavimento térreo e as ruas não possuem calçamentos, mas n’algumas residências, há uma calçada de tijolos diante. Tem três igrejas, o palácio do Governador, a Casa da Câmara e prisão, Alfândega e Tesouraria. Os moradores devem ser uns 1.200. A fortaleza, de onde esta Vila recebe a denominação. Fica sobre uma colina de areia, próxima às moradas, e consiste num baluarte de areia ou terra, do lado do mar, e uma paliçada, enterrada no solo, para o lado da Vila. [...] Os edifícios são pequenos e baixos, mas limpos e caiados, e perfeitamente adaptados aos fins a que se propõem. Não obstante a má impressão geral, pela pobreza do solo em que esta Vila está situada, confesso ter ela boa aparência, embora escassamente possa este ser o estado real dessa terra (KOSTER, 2003:171-173)⁶¹.

⁵⁴ Ato do governo de Lisboa, de 17.01.1799.

⁵⁵ De 1799 até 1822, o Ceará foi plenamente cartografado. Além disso, foi projetada uma nova fortificação e desenhada a expansão da vila de Fortaleza, além de outras pequenas ações isoladas por todo o território (JUCÁ, 2007:127).

⁵⁶ Em 29 de outubro de 1799, justifica a abertura de uma estrada do Mucuripe a Fortaleza em linha reta, substituindo o caminho pela praia, onde as marés cheias impediam a passagem, além de reduzir o percurso de meia légua (STUDART, 1899, p. 143). Em outro ofício de 01 de abril de 1800, propõe a navegação direta de Fortaleza para Lisboa e “*a introdução em larga escala de negros Africanos*” como medida de “*riqueza da Capitania e utilidade da Metrópole*” (STUDART, 1899:145-146).

⁵⁷ Funcionou inicialmente sobre o calabouço do prédio do Quartel, e depois no prédio onde residiam os governadores e os membros da Comissão Militar, propriedade de João da Silva Villar (STUDART, 1899:146).

⁵⁸ Esta obra tinha como objetivo a proteção contra os franceses que continuavam a cruzar as costas do Ceará. Na construção foram empregados o Tenente Comandante do Corpo de Artilheiros, Francisco Xavier Torres, e os soldados de sua companhia (STUDART, 1899:152).

⁵⁹ Depois da Independência da Capitania de Pernambuco

⁶⁰ Primeiro Imposto Predial estabelecido para as vilas e cidades brasileiras a partir de 1808.

⁶¹ Esse exemplar é uma edição traduzida do original.

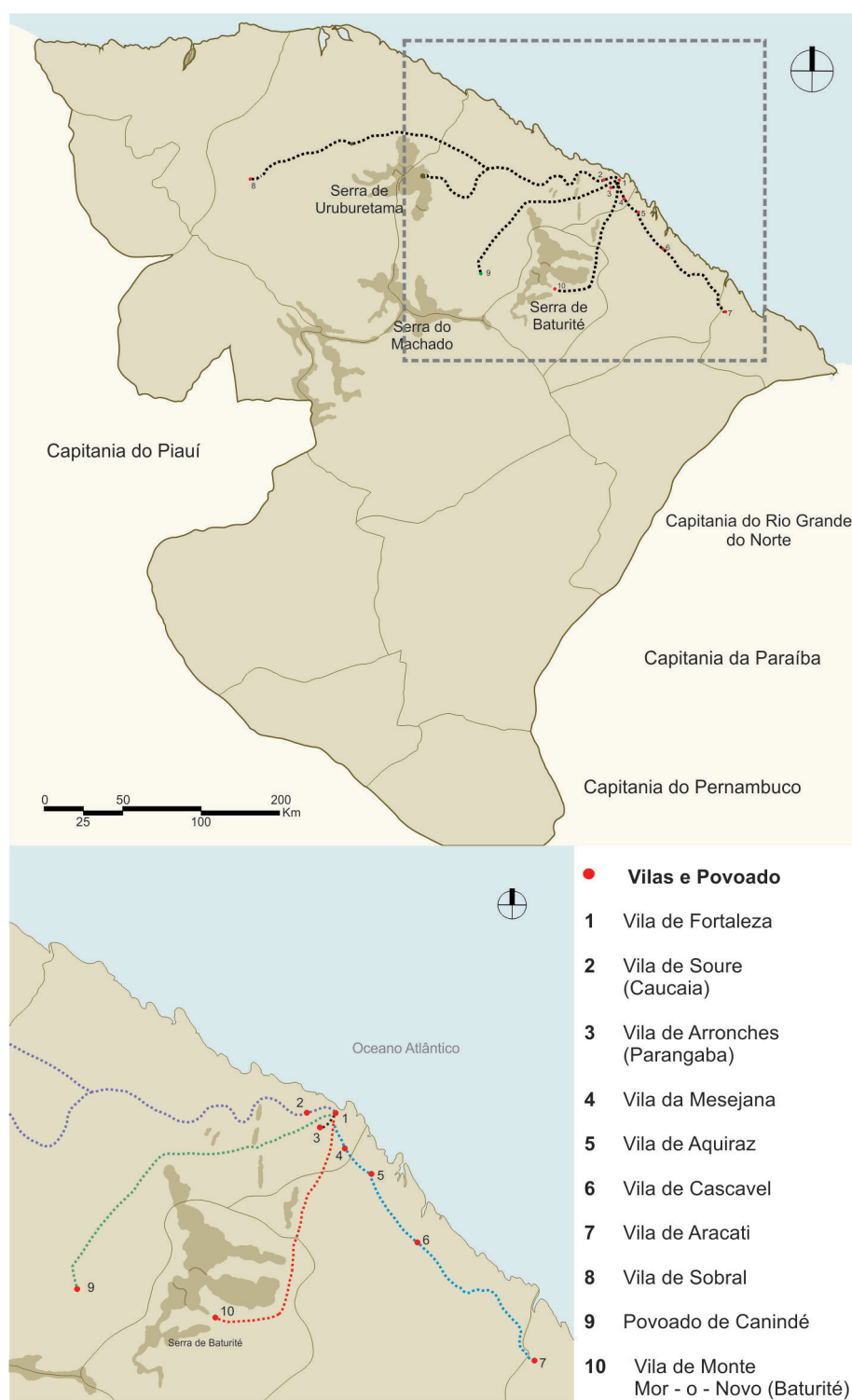


Figura 13: Exercício de reconstituição cartográfica- Ceará – Estradas que partiam de Fortaleza em 1817. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: Carta/ Marítima e geográfica/ da/ Capitania do Ceará/ levantada por ordem / do/ Governo Manoel Ignacio de Sampaio/ por seu Ajudante d'ordens/ Antonio Joze da S.^a Paulet, 1917.

LEGENDA

- Antiga Estrada Geral
- Estrada de Monte - Mor o Novo (Baturité)
- Estrada Real de Soures
- Estrada Real de Arronches
- Estrada de Canindé

Assim descrevia Fortaleza, em 1810, o viajante Henry Koster. Era uma vila de pequena importância, centro captador e exportador do algodão para o mercado externo, principalmente inglês, implantada em solo de areal frouxo, que dificultava a sua expansão física. Esta descrição corresponde ao que está representado no plano da Enseada da Vila de N. S. da Assunção, tirado por Antônio Marques Girdes, em 1810. A estrutura urbana da vila não é alterada de imediato com as mudanças no processo econômico-político da Capitania. Por meio das principais cartas e desenhos antigos, é possível conhecer a forma da vila e suas transformações entre 1799-1810.

No início do século XIX há dois valiosos desenhos traçados pelo capitão de fragata Francisco Antonio Marques Girdes, cujos originais se encontram no Arquivo Histórico do Exército/AHEX, RJ. O primeiro deles é o “Plano aproximado da enseada da Villa da Fortaleza – 1810” (Figura 14, 15 e 16). Segundo Liberal de Castro, “seria a mais antiga representação gráfica da Cidade, posto que carta ou cartas anteriores não permitem se estabeleçam comentários objetivos sobre as primitivas relações espaciais urbanas fortalezenses” (CASTRO, 1997:42). Esta carta “desejava apenas apresentar pontos de referencia para aviso aos navegantes que entram no porto” (CASTRO, 1997:42). Mesmo sem representar a organização física completa da vila, o autor indica importantes referências. O Trapiche da Prainha, destinado ao embarque e desembarque, “um caminho perpendicular à praia. O traçado desse caminho terminava em dois retângulos, que talvez representassem depósitos de mercadorias” (CASTRO, 1997:40).

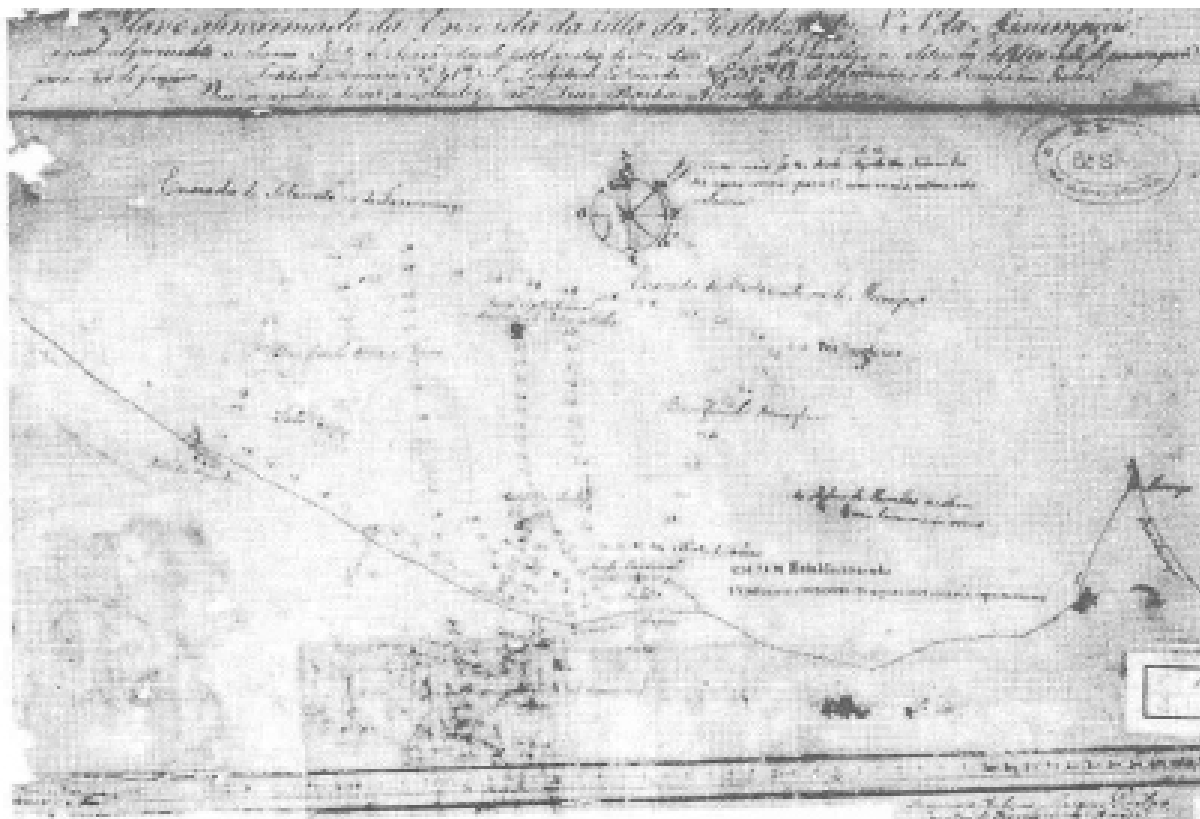


Figura 14: Plano aproximado da enseada da Vila de N.S. da Assumpção. Mapa base: Plano aproximado da Enseada da Villa de N. S. da Assumpção [...] tirado pelo capitão de Fragata Fo [rancisco]. A[ntonio]. M[arques].
Fonte: Arquivo do Exército/AHEX, apud CASTRO, 1997: 62-63.

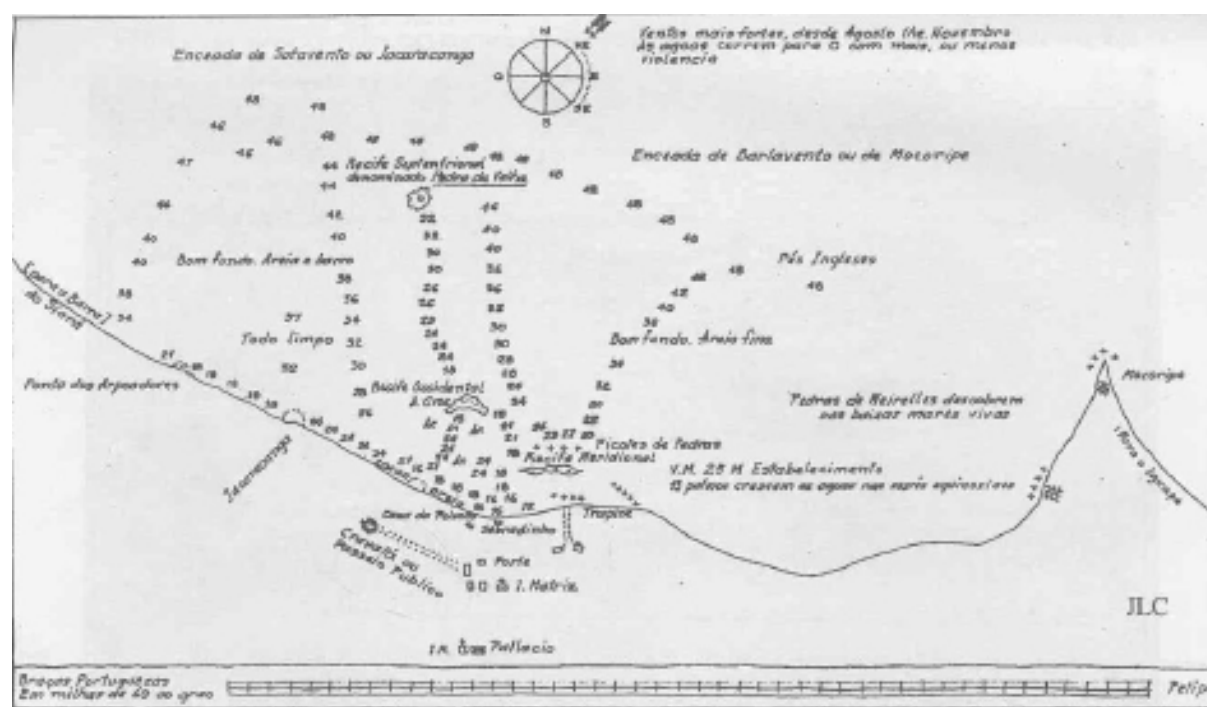


Figura 15: Plano aproximado da Enseada da Villa de N. S. da Assumpção. Desenho elaborado por Liberal de Castro com objetivo de melhor entendimento da figura 14.

Fonte: Arquivo Histórico do Exército / AHEx, apud CASTRO, 1997:63



Figura 16: Reconstituição cartográfica da enseada da Vila N.S. da Assumpção. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: Plano aproximado da Enseada da Villa de N. S. da Assumpção [...] tirado pelo capitão de Fragata Fo A M Giraldes.

Fonte: Arquivo do Exército/AHEx, apud CASTRO, 1997: 62-63.

Ainda segundo Liberal de Castro (1997:40-41),

Antefigurando a atual Avenida Alberto Nepomuceno, saía da praia outro caminho, iniciando-se no ‘Sobradinho’ e terminando num largo onde se erguiam o ‘Forte’ e a ‘Igreja Matriz’. Na continuação desse caminho para o interior, aliás não desenhada, apareciam anotações tais como ‘Pallacio’ e ‘IR’. Esta indicação, posta junto de um pequeno retângulo valorizado por uma cruz, sem duvida configurava a Igreja do Rosário.

Do largo (da Matriz), no rumo noroeste, partia um caminho [...], que, terminava num morro, ao lado do qual está assinalado ‘Cravatá’ ou ‘Passeio Publico’. Nascendo pois em torno do largo da matriz (atual Praça da Sé), esse caminho, dito ‘Passeio Público’, pouco depois receberia a denominação de Rua Nova da Fortaleza, mudada para rua da Misericórdia em meados do século XIX e, já neste século, para rua Dr. João Moreira.

O desenho, portanto, comprovaria graficamente o risco da primeira rua aberta no planalto onde a Fortaleza veio a se desenvolver, rua nascida em ponto no qual a pequena vila começava a se afastar do trecho em declive, de ocupação mais antiga, marcada por um traçado irregular, acomodado às curvas do Pajeú.

O segundo desenho de Francisco Giraldes⁶² tem o título “*Prospecto da Villa da Fortaleza N. S. Assunção ou Porto do Ceará*”⁶³ em 1810. “*Trata-se de uma magnífica representação à vol d’oiseau da Vila do Forte nos anos iniciais do século XIX, talvez a primeira a dar idéia da organização espacial do pequeno aglomerado urbano*” (CASTRO, 1997:47) (Figura 17).

Na figura 17, vê-se que a vila da Fortaleza estava em sitio elevado, apresentando estreita faixa de porto na parte baixa, nos moldes da típica tradição do urbanismo luso. O “prospecto” mostra a **ponta do Mucuripe (7)** ocupada por um sistema de fortificações, composto pelo quartel construído de pedra em 1801 **(2)**, São Pedro do Príncipe e São Bernardo **(3)**, Bateria da Princesa Carlota **(4)**, Bateria de São João do Príncipe **(5)**, todas de madeira e desaparecidas⁶⁴. Observa-se a **Prainha (14)**, que desapareceu com as obras portuárias realizadas a partir do último quartel do século XIX (CASTRO, 1997:50). Vê-se um **Trapiche (12)**, espécie de pier de madeira articulado à **Casa de Prensa de Algodão**⁶⁵ **(15)** e à **Casa de recolher a alvarenga (16)**. “*Entre o Trapiche e o começo do planalto em que a vila se assentou, havia muitas casas, algumas delas dispersas ao longo da suave ladeira de ligação com o alto*” (CASTRO, 1997:51). Está representado no começo desta subida **(17)**, atual av. Alberto Nepomuceno, talvez o sobradinho do sítio pertencente ao naturalista João da Silva Feijó⁶⁶. Assim “*formavam à vista do mar, desde a ponta do Mucuripe (7), casas pequenas e choupanas na praia e sobre as dunas em numero de 37, sendo a última o pequeno paiol da pólvora (21), na extremidade norte*” (BRIGIDO, 2001:218).

Outro desenho importante é a “Carta Topográfica da Capitania do Ceará”⁶⁷, de 1812, elaborada na gestão do 3º Governador do Ceará e atribuída ao sargento-mor naturalista João da Silva Feijó⁶⁸ (Figura 18). A “Carta Topográfica” representa a Capitania do Ceará, seu relevo, rede fluvial, rede de caminhos e rede urbana. Nela é possível compreender a situação geográfica de Fortaleza em meio à

⁶² Capitão de fragata designado pelo Governador Barba Alardo para estudar o porto de Fortaleza (BRIGIDO, 2001:215-216).

⁶³ Coleção Studart, n.33 e Catálogo da Mapoteca da DSGEx n. 1037. Título completo: *Perspecto da Villa da Fortaleza de N. Snra D’Assumpção ou Porto do Seará, Dimensões 58X40 cm. Aquarela sobre cartão, com belo colorido* (CASTRO, 1997:47).

⁶⁴ “[...] destinadas mais a intimidar os nativos do que proteger a colônia contra o ataque dos forasteiros, as fortificações portuguesas aqui feitas no século XVII pouco duraram, desaparecendo todas com o caminhar desse mesmo século. [...] Os fortes que aqui surgiram no correr do século XIX, concluídos com muito mais apuro do que os edificados anteriormente, tiveram também existência ephemera”. (STUDART JUNIOR, 1929/30:86), A “*Carta Geográfica do Ceara*” de 1831, de M. Schwarzman e M. Le Chev de Martins, destaca a existência de apenas um forte. Justificado por Carlos Studart, como falta de manutenção no período da Regência, quando “*foi promulgada uma lei mandando desarmar quase todas as fortalezas do Império, cahiram as baterias em ruína, sendo depois soterradas pelas dunas litoraes*” (STUDART FILHO, 1929/30: 86).

⁶⁵ Segundo Brígido, local onde mais tarde se implantou a primeira Alfândega.

⁶⁶ Liberal de Castro considera “o ‘Sobradinho’ como ‘provável residência’ do Naturalista, [João da Silva Feijó] contrariando João Brígido, que localizava a morada de Feijó bem mais acima, no alto da ladeira, já em frente ao Quartel General[...]”, baseado “*consoante os desenhos, localizava-se na parte baixa da vila, provavelmente para desfrutar do uso farto da água que minava da encosta. Como as divisas meridionais do sitio do Naturalista atingiam o topo da colina, talvez nesse ponto tivesse sido construída nova edificação, posteriormente conhecida por Brígido*” (1997:51). Este sítio depois passa a pertencer a Manuel Franklin do Amaral, com um sobrado, uma casa anexada e mais um terreno “*vis a vis*” do Quartel com 505,5 palmos (111,21m) de frente e fundo de 364,5 palmos (80,19m) (Inventário de 1875, pacote 33).

⁶⁷ Carta sob n. 34 na coleção Studart e sob n. 784 no Catálogo da mapoteca da DSGEx. Título- Carta topographica/ da / Capitania do Ceará / que a / SAR / o Príncipe Regente / Nosso Senhor / Dedicada / Luiz Barba Alardo de Menezes / Anno / de / 1812/. Dimensões: 76,4 [79] cem X 53,4 [58] cm

⁶⁸ Bernardo Manoel de Vasconcelos, o primeiro governador da Capitania autônoma, trouxe como engenheiro o Sargento-mor Naturalista Dr. João da Silva Feijó, (1760-1824) “*incumbido de estudar o paiz, suas produções, seus recursos e sua geografia*” (NOGUEIRA, 1888:250).

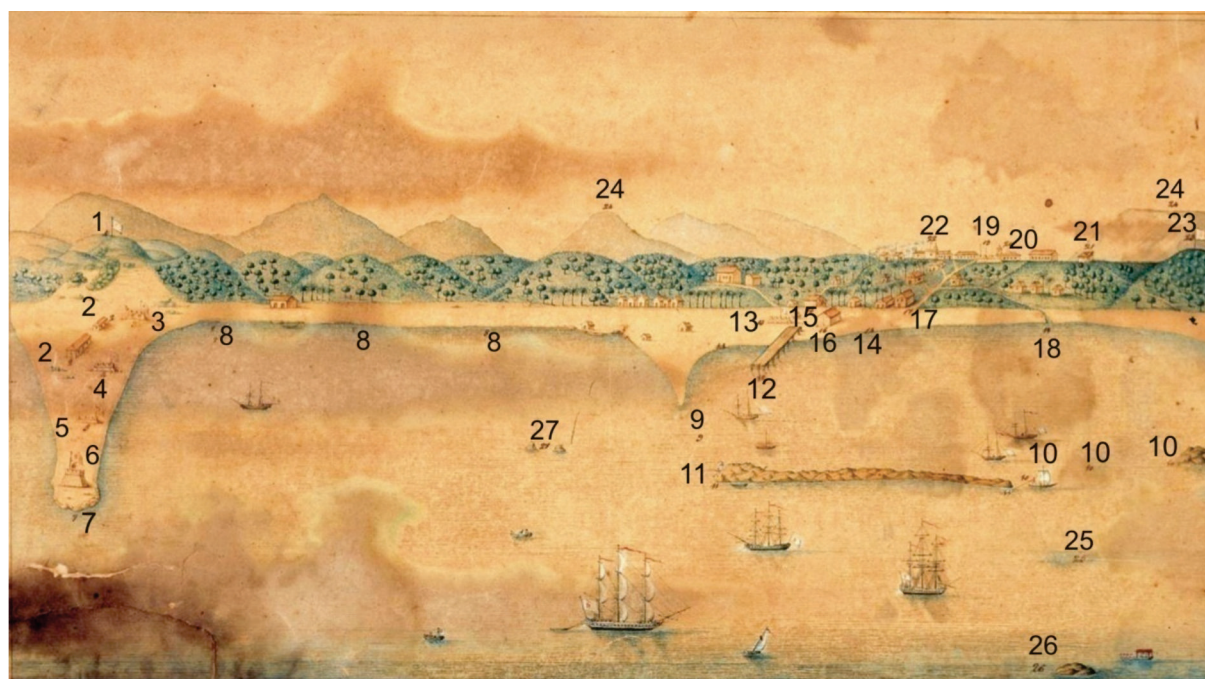


Figura 17: Vila da Fortaleza, 1810. Mapa base: Prospecto da Villa da Fortaleza de Nossa Senhora d'Assunção ou Porto do Ceará de Francisco Antonio Marques Giraldes. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Fonte: REIS, 2000, p.134-135.

1	Morro de Mocaripe	10	Barra do Norte	19	Fortaleza
2	Quarteis de Mocaripe	11	Arrecifes	20	Contadoria e Quarteis de Infantaria
3	Forte de S. Bernardo	12	Trapiche	21	Caza da Polvora
4	Forte da Carlota	13	Reduto da Prainha	22	Igreja da Matriz
5	Forte de S. João do Principe	14	Prainha	23	Morro do Crauata
6	Vigia do Mucaripe	15	Caza da Prensa de Algodão	24	Serras de Marang
7	Ponta do Mocaripe	16	Caza de recolher alvarenga	25	Baixo de Areia
8	Praia de Mocaripe	17	Subida para a V.a do Forte	26	Pedra da Velha
9	Barra da Prainha	18	Barra do Riacho	27	Pedras de Meireles

rede existente. No canto esquerdo, observa-se o “Plano hidrográfico da enseada da vila da Fortaleza de N. S. da Assunção ou Porto do Ceará” (Figura 19), que nos permite compreender detalhes do sitio onde estava implantada a vila. O próprio autor declara ter servido de base para execução de seu desenho a “Carta Demonstrativa da Capitania”, de Antonio Giraldes (CASTRO, 1997:28), descrita há pouco. Mesmo sem a intenção de mostrar a forma urbana da vila e sim os elementos de referencias para os navegantes⁶⁹, esta carta confirma a pequena cidade descrita por Koster.

⁶⁹ “... querendo entrar pela barra de barlavento que tem mais de 300 braças de largura com a sonda de 3 e mais braças no meio e 3 nos extremo, dever-se-há navegar do Mucaripe em direitura a barra do Ceará ou ao 4o N.O. e logo que se enfiar o Palacio ou a igreja do Rosario pelo pau da bandeira do Forte se navegará naquella direcção até a distancia pouco mais ou menos de 30 braças no extremo occidental do Recife meridional, e d’alli em direitura á casa da Polvora, para que o corpo do navio fique no maior fundo[...].” (GIRALDES, 1898:59-60).

⁷⁰ Segundo Castro possivelmente apoiado pela cartografia elaborada pelo naturalista Feijó (1994:61-63).

No governo do coronel Manuel Ignacio de Sampaio, foi contratado o engenheiro militar Antônio José da Silva Paulet, tenente coronel do Real Corpo de Engenheiros. Nesse período foram realizadas importantes obras públicas, entre elas a nova Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e o Mercado Público, que polarizou o comércio de gêneros alimentícios. Paulet elaborou importantes mapas da Capitania cearense⁷⁰, tais como: a “Carta da Capitania do Ceara e costa” de 1813 (Figura 20), com dois detalhe significativos, a “Planta do Porto e Vila da Fortaleza; a Carta Marítima, e Geographica da Capitania do Ceará”, de 1817, e a “Planta do Porto e Vila da Fortaleza”.



Figura 18: Carta Topográfica da Capitania do Ceará, 1812. Mapa base: Carta Topográfica/ da Capitania do Ceara/ que a/ SAR/ o Príncipe Regente/ Nosso Senhor/ Dedicou/ Luiz Barba Alardo de Menezes/ Anno/de/ 1812. Fonte: Mapoteca do Itamarati.



Figura 19: Plano hidrográfico da enseada da Vila N. S. da Assunção. Mapa base: Detalhe Carta Topográfica/ da Capitania do Ceara/ que a/ SAR/ o Príncipe Regente/ Nosso Senhor/ Dedicou/ Luiz Barba Alardo de Menezes/ Anno/de/ 1812. Fonte: Mapoteca do Itamarati.

A organização urbana de Fortaleza decorre da tradição portuguesa de implantações costeiras, “de espaço bipartido, com uma aglomeração na praia (ou na ribeira) e outra, no alto, fortificada,” (CASTRO, 2009:24). Sua implantação definitiva se deu “no litoral, entre as duas bacias marítimas, uma de barlavento, o Mucuripe **(1)**, e outra a sotavento, a Jacarecanga **(2)**. [...] uma aglomeração no alto, defendida pelo Forte **(3)**, e outra na Praia **(4)** [...] (CASTRO:2009:24) (Figuras 21 e figura 22).

Nos primeiros anos do século XIX, o riacho Pajeú “corria em sua baixada ou vale, que naturalmente inundava em sua grandes cheias” e dividia Fortaleza em duas áreas distintas: “na margem direita, o planalto” (BRÍGIDO, 2001:221), denominado de Outeiro da Prainha; na outra borda, uma área mais plana, futura área central. Os dois córregos da Lagoinha e o do Garrote dividiam este planalto em duas elevações⁷². Não é possível estimar a expansão demográfica de Fortaleza na primeira

⁷¹ Planta atribuída a João da Silva Feijó (CASTRO, 1997:62-63)

⁷² Brígido destaca estes dois pontos mais elevados: como sendo do lado sul a área do lote n. 112 da Rua Formosa (atual Barão do Rio Branco) e a do lado norte onde se implanta o Hospital da Misericórdia (Atual Santa Casa) Ainda destaca a palavras de Koster “a fortaleza e o paiol de pólvora (atual Passeio Publico) estavam situados sobre uma montanha de areia.”(2001:222).



Figura 20: Carta da Capitania do Ceará e Costa, 1813. Mapa base: Carta da / Capitania do Ceará e costa / correspondente levantada por / ordem do Governador Manoel / Ignácio de Sampaio; pelo seu ajudante de ordens Antonio / José da Silva Paulet no / ano de 1813.
Fonte: Mapoteca do Itamarati.



Figura 21: Planta do Porto da Villa da Fortaleza, 1813. Mapa base: Detalhe da Carta da / Capitania do Ceará e costa / correspondente levantada por por // ordem do Governador Manoel / Ignácio de Sampaio; pelo seu ajudante de ordens Antonio / José da Silva Paulet no / ano de 1813.
Fonte: Mapoteca do Itamarati.



Figura 22: Exercício de reconstituição cartográfica da planta do Porto e Vila da Fortaleza, 1813, de José da Silva Paulet. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: Detalhe da Carta da / Capitania do Ceará e costa / correspondente levantada por// ordem do Governador Manoel / Ignácio de Sampaio; pelo seu ajudante de ordens Antonio / José da Silva Paulet no / anno de 1813. Fonte: Mapoteca do Itamarati.

metade do século XIX, mas a vila contava com 1.200 habitantes, segundo Koster, em 1810. Em 1816, o governador Barbo Alardo estimou não mais de 3.000 habitantes.

Na descrição de João Brígido, a topografia dividia a cidade em três bairros: “*bairro da Praia*”⁷³(1), *entre o mar e as barrancas; bairro do Outeiro*⁷⁴(2), *a direita do Pajeú e o bairro do Comercio* (3), *à esquerda,*” (BRIGIDO, 2001:224). Ao redor desses bairros havia chácaras e sítios. O bairro no Outeiro da Prainha possuía “*uma vista esplendida sobre o oceano, bafejado de uma brisa constante*” (BRIGIDO, 2001:224) (Figura 23).

O núcleo urbano estava circunscrito ao norte “*por uma rua ou caminho grosso modo paralelo ao mar, aberto em continuação ao lado sul do quartel da Fortaleza*” (1) (CASTRO, 1994:49-50), com algumas quadras na margem esquerda (2) do Riacho Pajeú (3). O engenheiro Paulet, em 1813, projeta a abertura “*de uma rua do lado oriental do riacho Pajeú, então obstáculo físico ponderável à expansão da vila para o leste*” (4) (CASTRO, 1994:49) (Figura 24 e 25).

⁷³ Segundo Bezerra “*desde o começo da vila [...] foi sempre o lugar da Prainha o ponto mais habitado e a Prainha compreendia o terreno que se estende do pé do Outeiro à beira-mar...*” (1992:151).

⁷⁴ Vale destacar que existiam o Outeiro da Prainha e o Outeiro do Colégio.



Figura 23: Bairros da Vila da Fortaleza, 1813. Detalhe da Planta do Porto da Villa da Fortaleza, 1813. Mapa base: Detalhe da Carta da / Capitania do Ceará e costa / correspondente levantada por // ordem do Governador Manoel / Ignácio de Sampaio; pelo seu ajudante de ordens Antonio / José da Silva Paulet no / anno de 1813. Fonte: Mapoteca do Itamarati.

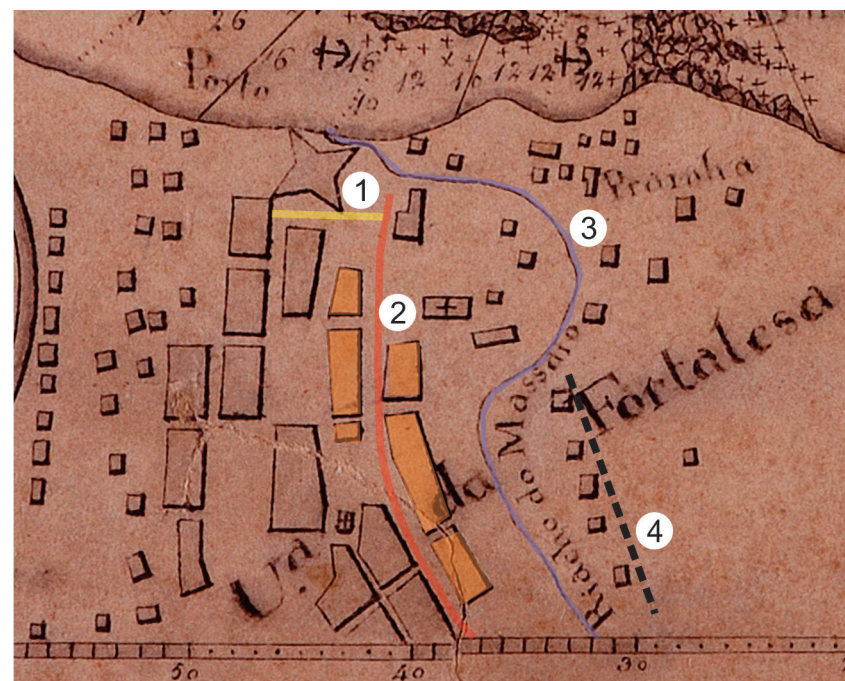


Figura 24: Ruas e quadras da Vila da Fortaleza, 1813. Detalhe da Planta do Porto da Villa da Fortaleza, 1813. Mapa base: Detalhe da Carta da / Capitania do Ceará e costa / correspondente levantada por // ordem do Governador Manoel / Ignácio de Sampaio; pelo seu ajudante de ordens Antonio / José da Silva Paulet no / anno de 1813. Fonte: Mapoteca do Itamarati.

LEGENDA

- 1 Rua paralela ao mar
- 2 Quadras
- 3 Riacho Pajeú
- 4 Rua aberta por Silva Paulet

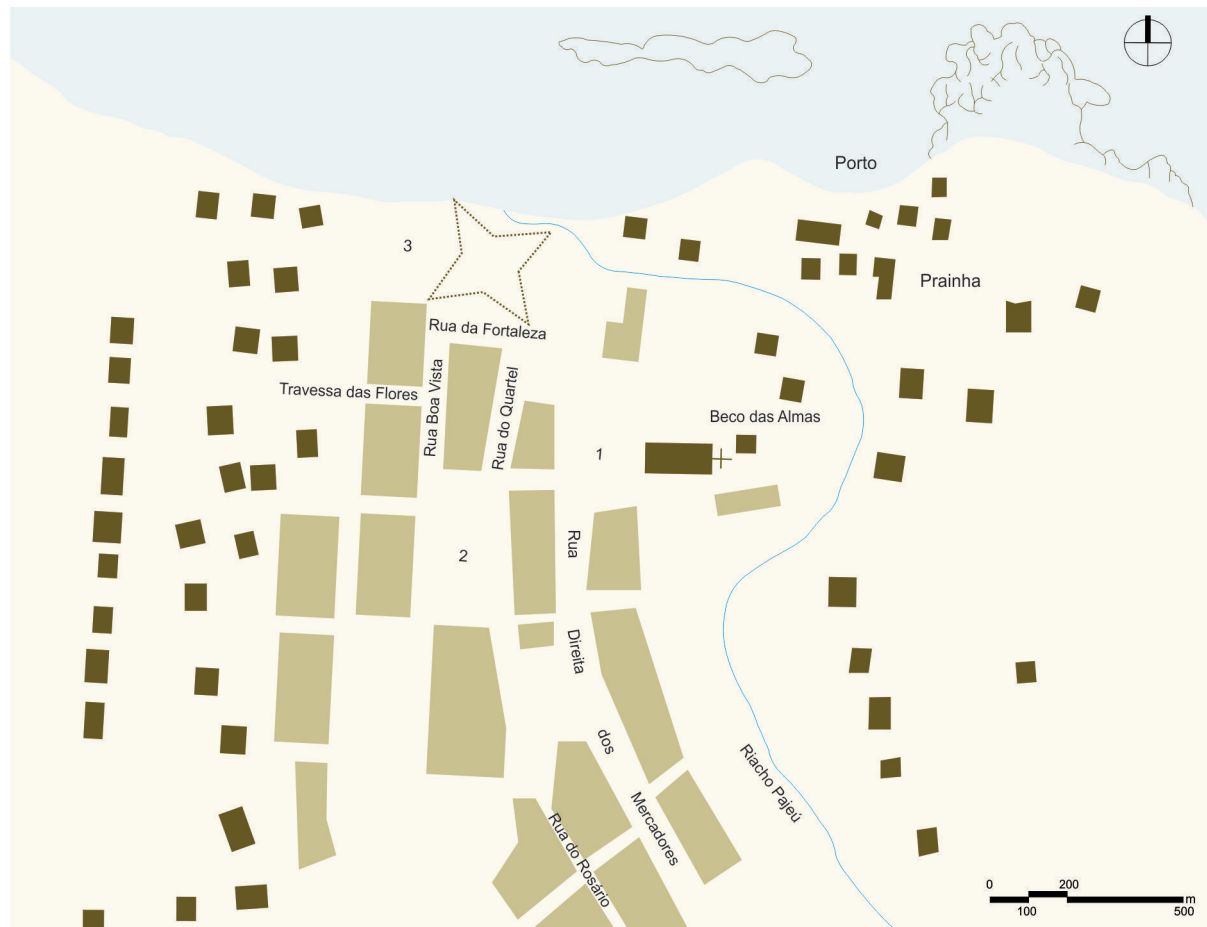


Figura 25: Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1813 - área urbanizada da vila da Fortaleza. Mapa base: Detalhe da Planta do Porto da Vila da Fortaleza.

Fonte: Mapoteca do Itamarati.

LEGENDA

- | | |
|---------------------|---------------------|
| 1 Praça do Conselho | Em construção |
| 2 Praça do Palácio | ■ Quadra |
| 3 Paiol da Pólvora | ■ Ocupação |

1.3 RECONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO E DA ARQUITETURA DA VILA DO FORTE

Realizou-se exercícios gráficos de reconstituição da Vila do Forte entre 1799 e 1810⁷⁵. Os exercícios têm como base as plantas de Giraldes (1810) e de Paulet (1813), às quais foram superpostas informações de outras fontes documentais (descrições da cidade, inventários *post-mortem*, iconografia). Ressaltaram-se o traçado das **vias** e das **quadras**, a localização dos edifícios institucionais (Câmara, Palácio do Governo, Alfândega, Hospital) e das igrejas, principais referências na estruturação do conjunto urbano. Observa-se que a **ocupação inicial** (1799-1810) foi linear e à margem esquerda do riacho Pajeú. Uma via estruturante nasceu ao pé do Forte, paralela ao curso do riacho, e foi designada rua Direita dos Mercadores. A existência de bom lençol freático ali permitiu a implantação de chafarizes dentro do núcleo urbano. A rua Direita dos Mercadores ligava-se à Estrada de Messejana, no sentido sudeste, e à Estrada do Lagamar. Para o Largo do Quartel, num esquema centrípeto, também convergiam outras estradas a de Soure, de Arronches e a do Tauape (Olaría) (Figura 26 e Figura 27).

Em **1810** nota-se a presença de dois núcleos: um pequeno centro urbanizado à margem esquerda do riacho Pajeú, suportando as diversas atividades urbanas, e outro ligado às atividades portuárias. Na área ocidental, verifica-se certa disciplina urbanística, orientada pela Câmara, caracterizada pelas ruas e quadras de traçado regular, alongadas a partir da praça Carolina, cortadas ortogonalmente por algumas poucas travessas. A parte arruada era composta por duas vias orientadas no sentido norte-sul, a rua do Quartel e a rua Boa Vista, e de poucas travessas, muitas vezes denominadas de becos. A travessa das Flores, perpendicular à Boa Vista, era *“bastante freqüentada por causa dos açougues e dava saída para o matadouro e para Jacarecanga”* (BRIGIDO, 2001:225) (Figuras 28 e 29).

Na descrição de Fortaleza, em 1810, João Brígido cita seis ruas, dois becos e três praças⁷⁶. Quanto às praças, descreve a do Conselho (formada ao leste pela matriz, ao oeste pela Casa de Câmara e o Pelourinho), a do Palácio e a da Carolina⁷⁷. O levantamento cartográfico de Fortaleza realizado pelo engenheiro militar Silva Paulet, em 1813, permite constatar a presença dos elementos típicos do urbanismo luso, tal como a rua Direita dos Mercadores (elemento gerador e aglutinador da estrutura física da cidade) e os largos com os principais edifícios civis, religiosos e oficiais. A praça da matriz e a rua Direita são os geradores e estruturadores da malha urbana. A praça Carolina *“fora resultado do reajuste e alinhamento do pátio ou campo situado ao norte e ao poente”* da Casa dos Governadores. *“O aproveitamento daquela espaçosa área se fez de modo a deixar-se, por detrás da casa da Câmara um vasto pátio ou terreno cercado até a Rua Boa Vista”* (GIRÃO, 1959:112). A praça Carolina, de forma retangular, foi geradora do traçado ortogonal das ruas norte-sul - ruas Boa Vista (atual Floriano Peixoto) e da Palma (atual Major Facundo) - e das poucas travessas no sentido leste-oeste. O mercado projetado por Paulet e construído por Simões de Faria foi implantado, acompanhando o alinhamento da rua da Boa Vista que lhe corre paralela. Com a expansão do comércio, essa praça passa a ser conhecida como Feira Velha.

⁷⁵ Utilizou-se a planta de Paulet de 1813, a fim de oferecer uma ideia da expansão urbana de Fortaleza entre 1799-1810.

⁷⁶ Henry Koster refere-se a quatro ruas e uma praça.

⁷⁷ Assim denominada em 1817, em homenagem à arquiduquesa Maria Carolina Leopoldina, por ocasião de seu casamento com D. Pedro I (GIRÃO, 1959:111).



Figura 26: Exercício de reconstrução cartográfica – Fortaleza 1799 - quadras e vias. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: Planta do Porto e Villa da Fortaleza, 1817 elaborada por Antonio Joze da Silva Paulet. Fonte: BRIGIDO, 2001/ CASTRO, 1994/ GIRALDES, 1810 (Planta da enseada)/ MENEZES, 1992/ OUTRO ARAMAC, 1979/ Planta da cidade da Fortaleza, 1859, 1945.



Figura 27: Exercício de reconstrução cartográfica - Fortaleza 1799 - ocupação. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: Planta do Porto e Villa da Fortaleza, 1817 elaborada por Antonio Joze da Silva Paulet. Fonte: BRIGIDO, 2001/ CASTRO, 1994/ GIRALDES, 1810 (Planta da enseada)/ MENEZES, 1992/ OUTRO ARAMAC, 1979/ OUTRO ARAMAC, 1979/ Planta da cidade da Fortaleza, 1859, 1945.



Figura 28: Exercício de reconstrução cartográfica – Fortaleza 1810-13 - quadras e vias. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: Planta do Porto e Villa da Fortaleza, 1817 elaborada por Antonio Joze da Silva Paulet. Fonte: BRIGIDO, 2001/ CASTRO, 1994/ GIRALDES, 1992/ OUTRO ARAMAC, 1979/ OUTRO ARAMAC, 1979/ Planta da cidade da Fortaleza, 1859, 1945.

**FORTALEZA - 1810 / 1813
OCUPAÇÃO**

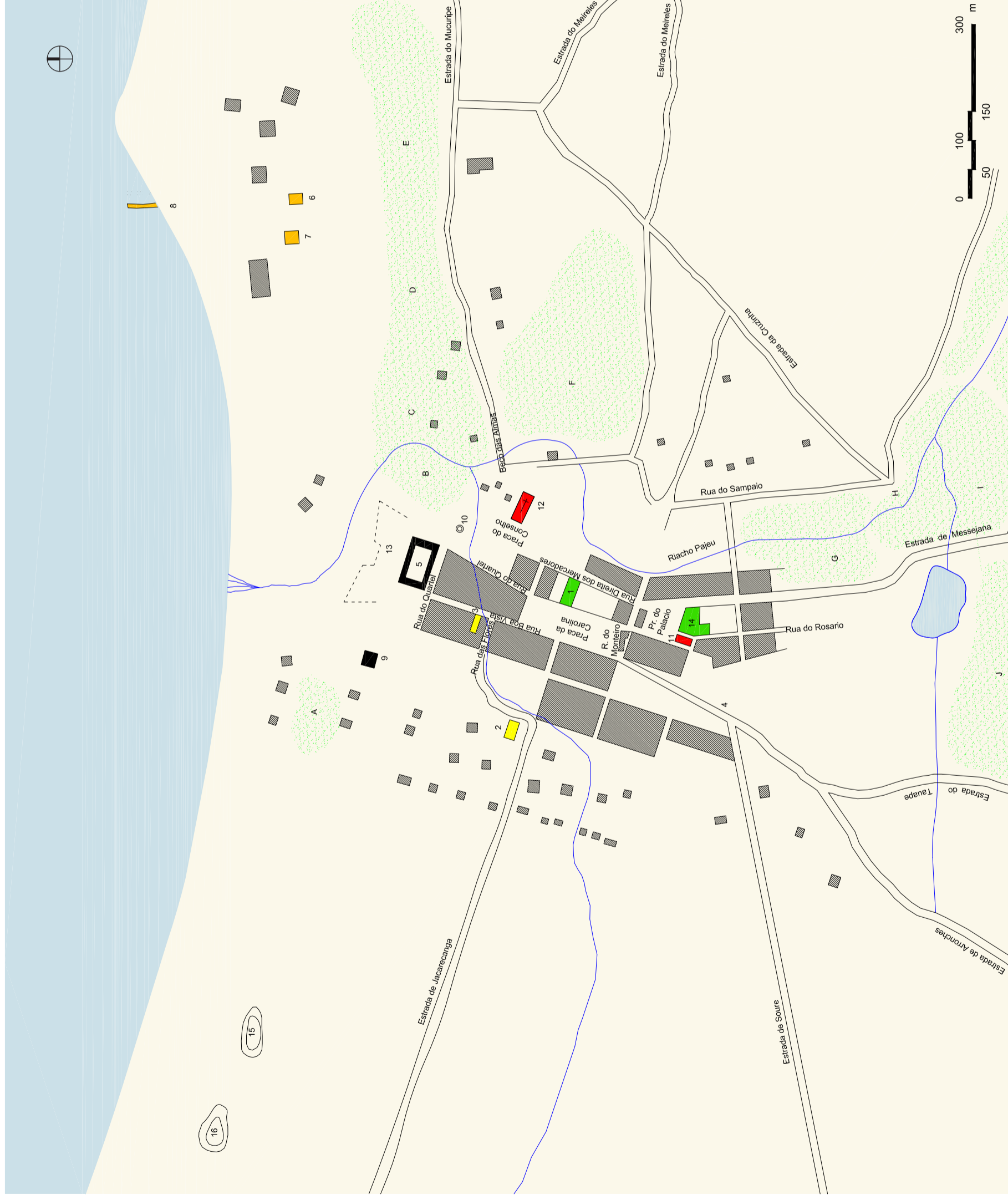


Figura 29: Exercício de reconstrução cartográfica – Fortaleza 1810-13 - ocupação. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: Planta do Porto e Villa da Fortaleza, 1817 elaborada por Antonio Joze da Silva Paullet. Fonte: BRIGIDO, 2001/ CASTRO, 1994/ GIRALDES, 1810 (Planta da enseada)/ MENEZES, 1992/ OUTRO ARAMAC, 1979/ Planta da cidade da Fortaleza, 1859, 1945.

1.4 ATORES SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Pretende-se identificar os principais atores responsáveis pela configuração da Cidade nesse momento, uma vez que “pensar a cidade significa pensar junto à malha urbana e territorial, enfocando-a ainda como um observatório das relações entre homens” (LEPETIT apud SALGUEIRO, 2001:15).

1.4.1 A CÂMARA MUNICIPAL E A LEGISLAÇÃO EDILÍCIA

A ação reguladora das Câmaras no período colonial manifesta-se “*por meio das posturas e apoiava-se, quando possível nos engenheiros e mestres existentes*” (REIS FILHO, 1968: 118).

A Vila do Forte, entre 1799 - 1810, era muito pequena. A Décima Urbana de 1808⁷⁸ registra só 159 prédios, e uma arrecadação de 236\$599 réis: “*O primeiro prédio avaliado foi um de propriedade do patrimônio de S. Jose’ em que morava o vigário Antonio José Moreira*⁷⁹ ao preço de 16\$000 anuaes, e o segundo um em que morava o proprietário, sargento-mor naturalista Joaquim da Sylva Feijó” (STUDART, 1908:331). Comparativamente, em São Paulo, o livro da Décima Urbana de 1809 indica 1281 imóveis circunscritos em duas freguesias (BUENO, 2005:68) e a Décima Urbana do Rio de Janeiro, entre 1808-10, registra 7548 imóveis, em cinco freguesias (CAVALCANTI, 2004:266). Assim, em 1808, no “*auto de audiência geral de providencias e capítulos de correição*”, o ouvidor Francisco Affonso Ferreira já exige que a Câmara “*prohiba de edificar-se no lugar que principia das casas do Capitão Felipe Lourenço e José de Agrella, erectas no fim da rua*⁸⁰ que segue para a Estrada de Mecejana”, antes que as pessoas “*se disponhão a faze-lo no centro da villa e no terreno da casa da pólvora*” (CAMPOS, 1988:43).

O “*Livro de Registro de Officios dirigidos aos Militares da Capitania do Ceará*”⁸¹, de 1812, é de fundamental importância. Destaca os cuidados urbanísticos e as intervenções realizadas pela Câmara na Vila do Forte, tais como melhorias no fornecimento de água potável, preocupação com o alinhamento das ruas e proposta de um novo plano de expansão para área leste da vila. Várias medidas foram adotadas nos primeiros anos do século XIX. Em relação aos cuidados urbanísticos, sobressaem as diretrizes para regularização do traçado urbano. O ofício encaminhado para o tenente-coronel Antonio José da Silva Paulet determinava as diretrizes do alinhamento das vias:

Off.º dirigido ao tenente Coronel An.^{io} Joze da Silva Paulet sobre os requerimentos de J.º An.^{io} Costa, e [ilegível] Manoel [ilegível] de Sá que lhe porão a informar. O requerimento de Joze Antonio Costa que lhe [ilegível] informa im 27 de Julho, e que V. M.^{ce} informou em 29 do dito [ilegível] seguinte = Deverá Jose Antonio da Costa [ilegível] de maneira que a frente das casas alinhamento que vem das casas de Joze Coelho Bastos, como se acha determinado no auto de posse e cordoamento lavrado em 27 de maio de 1805 pelo Almotacé Joze de Castro e Silva, documento n.º 6, e confirmado não só pelo [acórdão] de julho de 1811, documento n.º [?], como também, por hua licença do Almotacé de 12 de Julho de 1811, documento n.º 9, e como este p.^a de [moto?] próprio [necessa ...?] palmo do cunhal da parte direita, documento n.º 2, vindo por esta forma a fazer hua nova tortura na rua, motivo este porque a outra devia com o effeito ser embargada. Deve o Sup.^{te} corrigir este defeito, fazendo avanças o dito cunhal tanto quanto for

⁷⁸ Tem-se acesso à Décima Urbana de 1808 na Revista do Instituto do Ceará, de 1895, que transcreveu a notificação do Auto do 10 lançamento da *Décima Urbana da Villa da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção, Capitania do Seara Grande - “em que sua alteza Rial o príncipe Regente Nosso Senhor mandou imppor Decima nos seus respectivos rendimentos pelo Alvará de 27 de Junho do corrente anno de mil oitocentos e oito – Escrivam Freire - Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e oito annos aos vinte dois dias do mez de Dezembro do dito nessa Vila da Fortaleza Capitania do Seara Grande do Doutor Desembargador Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca Francisco Affonso Ferreira onde fui vindo eu escrivam da Inspecam do Algodão desta mesma Villa abaixo nomeado no impedimentodos da Correscan e sendo ahi fez o mesmo Ministro como superintendente da Nova Coleta da Decima que se há de cobrar pelos rendimentos dos Predios Urbanos desta mesma Villa vir perante si o Doutor Francisco Luiz de maris sarmento como Fiscal nomeado por ele dito Ministro para a mencionada Coleta, ao Capitam Domingos Fernandes Pinto como hum dos homens bons desta Villa, a Clemente Tavares da Lus como homem bom do Povo, aos dois carpinteiros Luiz Ignacio Pereira, Manoel Roberto Goiana e o pedreiro Boaventura Garcia do Amaral, que todos haviam sido nomeados pelo mesmo Ministro e aprovados pela Rial Junta da Fazenda desta sobredita Villa para Membros da Nova junta que sua Alteza Rial Manda criar pello Alvará de vinte sete de Junho próximo pretérito ao corrente anno ao fim de se avaliarem os rendimentos dos Predios Urbanos desta sobredita Villa para delles se exigir Décima na forma que determina o referido Alvará relativamente ao presente anno de oito centos e oito e sendo ahi pelo mesmo Ministro a todos foi difirido o juramento dos santos Evangelios em hum livro delles em que puzeram suas mãos direitas sob o qual lhes encarregou que bem e verdadeiramente numerassem e avaliassem os rendimentos dos mencionados Predios Urbanos desta referida Villa assim aquelles em que moram os seus respectivos Proprietarios como aqueles que estam dadas a aluger fazendo tudo o mais que tocar a seus officios e serviço de sua Alteza Rial pena de incorrerem nas da Lei e recebidos por elles ditos juramentos assim o prometeram fazer de que de tudo para constar mandou o dito Ministro fazer este Autoneste Quaderno em que com todos assignou e mandou que satisfeitas a assignaturas se desse principio a referida Numeraçam e avaluacam dos referidos reditos e eu Balthazar Freire Lopes Escrivam o escrevi. Affonso Ferreira- Francisco Luiz de Maris Sarmento- Domingos Fernades Pinto- clemente Tavares da Lus- Luis Ignacio Pereira- Manoel Roberto Goiana- Stignal de Boaventura Garcia do Amara” (1895:139).*

⁷⁹ Existe um inventário do tenente Antônio José Moreira, de 1831, pacote 87^a, casado com a inventariante Maria da Penha Beviláqua; não possuía bens de raiz, porém era dono de três escravos. Dívida passiva- José Maria Eustáquio, Antonio Rodrigues Samico e o boticário Antônio Rodrigues Ferreira.

⁸⁰ Rua Direita dos Mercadores.

⁸¹ Livro n. 33, Registro de Officios e Ordens dirigidas por este Governo ao Vedor da Gente de Guerra e aos chefes e mais Officiaes de Linha e Milicias.

necessário para que a frente de toda a caza fique justamente no alinhamento das cazas de Joze Coelho Bastos = O Requerimento de Manoel Correia de Sá, que lhe mandei informar em [?] de Agosto, e que ...

Este ofício confirma a ação reguladora realizada pela Câmara já desde 1805, quando o Auto de cordoamento foi lavrado.

Outro ofício merece destaque:

...tendo o Tenente Coronel João da Silva Feijó⁸² gratuitamente offerecido hua das nascentes d'agoa que tem seu sitio, ou chacara para hum chafariz publico, ordeno a V. M.^{ce} que passe a **nivelar o terreno**, e a por em pratica as mais operações que lhe parecem necessárias para se determinar o **lugar em que se pode erigir o dito chafaris, afim de que o publico possa utilizar-se da generosa offerta** deste bom e honrado patritota, e do rezultado de suas observações me dará V.M.^{ce} parte. D.^s G.^e a V. M.^{ce} Villa de Fortaleza 26 de Abril de 1812 = Manoel Ignacio de Sampaio = Snr Antonio Jose da Silva Paulet. Tenente Coronel do Real Coprpo de Engenheiros (p.11) (Grifou-se).

Trata-se do primeiro chafariz público de que se tem notícia, dotando a vila de água potável, no entanto implantado em propriedade particular, o que causou transtorno quando da mudança do proprietário, fruto do seu fechamento para utilidade publica “*sem indenizar a fazenda publica, que fez a despesa das construções e a câmara municipal, que tinha a propriedade dela*” (BRÍGIDO, 1979:40).

Silva Paulet foi o ultimo engenheiro-militar enviado para a Capitania do Ceará no período colonial, com o objetivo de realizar levantamentos cartográficos do território e realizar obras arquitetônicas e intervenções urbanísticas, como, por exemplo, reconstruir a velha Fortaleza:

Tendo varias pessoas desta Capitania contribuído com avultadas quantias para as fortificações della tenha resolvido reparar e por em hum melhor estado de defeza a Fortaleza q' da o nome a esta Villa. Por tanto deve V. M.^{ce} passar a levantar a Planta da dita Fortaleza do quartel que lhe fica conjunto e das cazas contiguas e a vista da planta me proporá V. M.^{ce} o plano de reedificação que julgar mais conveniente, e econômico tendo em vista que o fim principal da dita Fortaleza deve ser dominar o fudeadoiro dos Navios e Barcos costeiros batter a bara grande e abarretar como também **bater a principal avenida desta Villa para a parte do mar que he a ladeira que vem da prainha**. Deos Guarde V. M.^{ce} Villa da Fortaleza 20 de Maio de 1812 . Manoel Ignacio de Sampaio. S.^r Antonio Joze da Silva Paulet. Ten.^{te} C.^{el} do Real Corpo de Engenheiros. (p. 23) (Grifou-se).

⁸² Em 11 de julho de 1812 na casa da Câmara, presidido pelo Juiz de Fora Dr. José da Cruz Ferreira, presentes os vereadores, Capitão João Ferreira Gomes, Manoel Ferreira Guimarães e o procurador do Conselho, José Antônio Machado. O Tenente-Coronel João da Silva Feijó, oferece “*gratuitamente e generosamente ao povo desta vila a água de sua chácara, do seu sitio junto a freguesia... . Como entre os olhos d'água que possui neste sitio há um que, [...] suponho em altura do nível suficiente de ser levado para fora, a ponto de ser aproveitado em utilidade do publico, por ser o objeto das aguadas publicas desta vila*” (NOGUEIRA, 1888:272-273).

Pelo que se depreende do ofício, a preocupação da Câmara era reparar e reedificar parte da fortaleza da vila, bem como definir a principal “avenida” relacionada à prainha, até então uma simples ladeira sem calçamento.

Sobre a regularidade e os passeios laterais das vias públicas:

Havendo um grande número de pessoas que pertencem a casas nobres, e outras nesta Villa, e sendo necessário que ellas **fiquem todas alinhadas com devida regularidade**, e em tudo **conforme ao plano que me consta que a Camera desta Villa tem adoptado**, e que a bem disto os passeios sejam arranjados de forma que o publico se possa delles servir sem risco de quedas, **evitando-se os degraus** que ategora estavam em uso de fazer, encarrego a V. M.^{ce} da inspecção sobre todos os ditos novos edificios, e lhe ordeno que tome as medidas que jugar necessárias para que ellas sejam conforme ao que acima digo, para o que terá V.M.^{ce} debaixo de suas ordens o **arruador Manoel Camelo**, esperando eu que V.M.^{ce} em tudo se haverá com aquela honra, circumspecção e prudência de que he dotado afim de que os proprietários sejam incommodados o menos que for possível. D.^s G.^e a V.M.^{ce} Villa da Fortaleza 19 de Junho de 1812 = Manoel Ignacio de Sampaio = Sn.^r Antonio Joze da Silva Paulet, tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros e Ajudante das Ordens deste Governo (Grifou-se).

No que diz respeito ao plano para a vila do Forte, foram encontrados dois officios, um do mês de junho e outro de novembro:

Tendo-me a Camara desta Villa remetido o plano que a mesma Camara tinha approvedo para a edificação desta Villa, mas em que a experiência tem mostrado q' he necessário fazer **algumas alterações**, o qual plano V. M.^{ce} achará junto a este, ordeno a V. M.^{ce} que examinando-o com madureza, e reflexão proponha a mesma Camara as modificações, e alterações que nelle ha a fazer, em que V. M.^{ce} deverá principlamente ter em vista a commodidade, e **interesse dos particulares**, e como do publico e o **prospecto agradável, e elegante das principaes ruas traçadas no mesmo plano**, cujas modificações hua vez que tenham a approvação da Camera, deverão subir à minha presença, para lhe dar a ultima sanção. D.^s G.^e V. M.^{ce} Villa da Fortaleza. 27 de junho de 1812 = Manoel Ignacio de Sampaio = Sn.^r Antonio José da Silva Paulet, Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros e Ajudante das Ordens deste Governo (Grifou-se).

Para satisfazer a requisição que em officio de 21 do corrente me fez a Camara desta Villa, deve V.M.^{ce}, nos momentos que lhe deixarem livres as obras de que já se acha encarregado, **levantar a planta desta Villa**, incluindo nella o **contorno da nova Fortaleza**, e a vista della propor a Camara o **plano de edificação** que lhe parecer mais adequado, e em que deve ter em vista; primeiro, **conformar-se quanto for possível ao plano já adoptado pela mesma Camara na parte de Oeste desta Villa**; segundo, causar o **menos incomodo possível aos donos das casas que ja se achão edificadas posto que com a maior irregularidade na parte de Leste**. E de assim o haver executado me dará parte. Deos Guarde a V.M.^{ce} Villa da Fortaleza 23 de Novembro de 1812 = Manoel Ignacio de Sampaio = Sn.^r Antonio Joze da Silva Paulet, Tenente Coronel Engenheiro e Ajudante de d'Ordens deste Governo (Grifou-se).

Esses dois officios sugerem a existência de normas urbanísticas para o traçado de ruas e praças adotadas pela Câmara para o lado oeste do riacho Pajeú, às quais o plano de Paulet deveria se

adaptar⁸³. Solicitava-se, sobretudo, plano para parte leste do Pajeú. Como se pode verificar na figura 30, as ruas no sentido norte e sul estão representadas em amarelo e as travessas em vermelho, ao oeste da praça Carolina (1). Tais medidas enquadram-se nas recomendações portuguesas do século XVIII, comuns a partir do período pombalino, que tinham o “*objetivo de transmitir uma imagem de ordem e de disciplina*” (REIS, 2004:113), por meio de padrões para o traçado das ruas, quadras e a elevação dos edifícios conforme um mesmo gabarito.

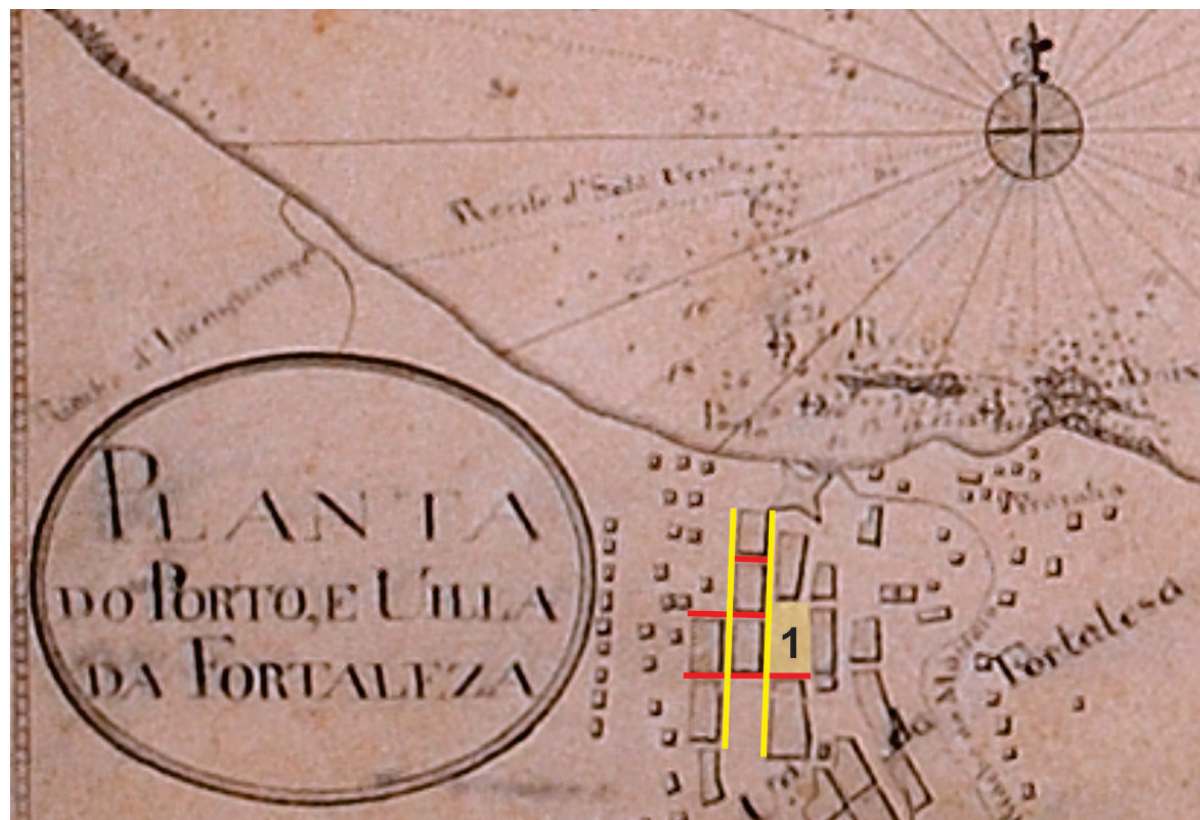


Figura 30: Ruas e travessas da Vila da Fortaleza, 1813. Mapa base: Detalhe da Carta da / Capitania do Ceará e costa / correspondente levantada por// ordem do Governador Manoel / Ignácio de Sampaio; pelo seu ajudante de ordens Antonio / José da Silva Paulet no / anno de 1813.
Fonte: Mapoteca do Itamarati.

Os vereadores, em 04 de setembro de 1822, “*acordarão em que na Rua travessa que faz frente para a Praça das Trincheiras, edificada de cazas de palha, quem nella quizer edificar cazas de telha o podelo fazer, obtendo para isso licença deste Senado, e pagando as Cazas de palha a seos donos, pelo preço de sua avaliação*” (INDEPENDÊNCIA DO BRASIL-CEARÁ, 1972:186).

⁸³ O Livro de Ata da CMF atesta correção do Plano “... *Accordarão mais em abrirem hum officio do Illustrissimo Gor desta Capitania Ignacio de Sampaio da data de oito de julho do corrente anno sobre o Plano de edificação desta Villa. Abrioce outro do tenente Coronel de Engenheiros Antonio da Silva Paulet ao qual acompanhava a correção do Plano desta Villa e se julgou muito útil e digno de se por em pratica e que daqui por diante todo aquele que quizer edificar será obrigado a cumprir a risca o dito plano*” (Livro de Atas da Câmara Municipal apud CASTRO, 1994:67).

⁸⁴ Depois chamada a rua do Sampaio e atualmente rua Governador Sampaio.

A primeira intervenção urbanística realizada pelo engenheiro Silva Paulet foi a abertura de uma rua do lado leste do riacho Pajeú, denominada Norte⁸⁴, que “*por certo se destinava a balizar algum sistema ortogonal, provavelmente desejado para o trecho leste da cidade, todavia não consubstanciado por consequência de posterior intervenção*” (CASTRO, 1994:49). Talvez o plano de expansão desenvolvido em 1850 por Antonio Simões Ferreira de Faria, auxiliar de Paulet, se originasse do modelo proposto por seu superior, como se analisará mais adiante. Nota-se na situação acima o desejo de incorporar à nova malha as casas de palha, convertendo-as em casas cobertas de telha, alinhadas as ruas novas e implantadas em lotes definidos.

1.4.2 NEGOCIANTES, COMERCIANTES E PROPRIETÁRIOS DE TERRAS E IMÓVEIS URBANOS

Fortaleza mantinha o comércio diretamente com o exterior desde 1803, quando chega ao porto de Mucuripe o primeiro barco com origem na cidade do Porto, a escuna “Flor do Mar”, comandado por Antônio Nunes. Em 1805, “*uma sumaca de propriedade do cearense Pedro Jose da Costa Barros rumava a Lisboa, saindo de Aracati, com um carregamento de algodão, e iniciando a linha reta dessa vila à Metropole*” (GIRÃO, 1947:173).

Com base na lista dos homens brancos de 1799⁸⁵, pode-se caracterizar o perfil social dos homens mais ricos da vila, os negociantes e comerciantes. Na Tabela 1, observam-se 47 homens brancos, sendo 19 provenientes do Ceará, 14 do Reino, 6 das Ilhas, 5 de Pernambuco, 1 do Rio de Janeiro e 1 de Minas Gerais. Destes, 13 são negociantes e somente 3 possuíam “negócios grandes” - Antônio de Castro Viana Junior, Antônio José Moreira Gomes e Felipe Lourenço - todos portugueses.

TABELA 1

LISTA DOS HOMENS BRANCOS, QUE HABITAM DENTRO DESTA VILA DE FORTALEZA DO CEARÁ					
Nº	HABITANTES	NATURAIS	EXIST.	OCUPAÇÕES	POSSIBILIDADES
1	O Capitão- Vianna ⁸⁶ mor Antonio de Castro	Reino	29	Suas boyadas	Dezesseis mil cruzados
2.	Joaquim José Rodrigues de Caldas	Reino	12	Escrivão da Real Fazenda	O seu decente tratamento
3.	Emigdio Pinto de Vasconcelos	Rio de Janeiro	10	Oficial da Real Fazenda	O seu decente tratamento
4.	Antonio de Castro Viana Junior	Ceará	-	Negocio grande	Do melhor de vinte cruzados
5.	Luiz Antonio da Silva Vianna	Reino	16	Negocio	De doze mil cruzados
6.	Francisco de Castro Vianna	Reino	14	-	-
7.	Juiz de órfãos Vicente Ferreira Forte	Ceará	-	-	Vinte mil cruzados
8.	Manoel Lopes de Abreu Lage ⁸⁷	Olinda	20	Farmácia	Um conto de reis
9.	José Joaquim Candeias Dias	Reino	17	Cirurgia	Quatro centos mil reis
10	Gregório Alves Pontes ⁸⁸	Reino	24	Negocio	Mais de trinte mil cruzados
11	Francisco Alves Pontes	Ceara	-	Caixeiro	-
12	Antonio José Moreira Gomes ⁸⁹	Reino	26	Negocio grande	Setenta mil cruzados
13	João da Silva Tavares	Minas	5	Professor de gramática	-
14	João Manoel Casemiro	Reino	12	Taberneiro	Hum conto de reis
15	Francisco Pinto	Ilhas	03	Taberneiro	Quatrocentos mil reis
16	Luiz Martins de Paula	Reino	08	Negocio	O melhor de dez mil cruzados
17	Antonio Martins Ribeiro	Reino	04	Negocio	Hum conto de reis
18	José Pacheco Spinoza	Ilhas	12	Negocio	Doze mil cruzados
19	João Pacheco Ferreira	Ilhas	04	Negocio	Quinhentos mil reis
20	José de Agrela Jardim	Ilhas	04	Caixeiro	-
21	José Ribeiro Lima	Ceará	-	Pescador	-
22	Manoel Antunes Gomes	Reino	04	Taberneiro	Duzentos mil reis
23	Felipe Lourenço	Reino	24	Negocio Grande	Sincoenta mil cruzados
24	Francisco Pereira de Souza	Ceará	-	Caixeiro	Quatro centos mil reis
25	João da Roxa Moreira	Pernambuco	07	Taberneiro grande	Quatro mil cruzados

⁸⁵ Deve-se considerar que a população da Capitania era composta, além dos homens brancos, por índios, cabras (índio com negro) e mamelucos (índios com os brancos) (NOGUEIRA, 1889:22). A distribuição dessa população se dava em 18 vilas, dessas, 05 de índios, além de varias povoações. “*Cada uma é governada por seus respectivos capitães-mores e juizes ordinários, todos subordinados ao governo geral da capitania, residente na vila da Fortaleza, que é a capital, e de um ouvidor e corregedor etc*” (NOGUEIRA, 1989:23).

⁸⁶ Português da Vila de Viana, termo do Bispado de Braga. Homem rico e proprietário de bens de raiz entre elas “*as duas casas da Rua do Rosário, das quais, através de acréscimo e reformas, resultou o Palácio da Luz, ate mais recentemente morada dos governadores cearenses.*” (GIRÃO, 1975: 176-77). Quando faleceu em 1801 o prédio foi “*penhorado, e a junta de Fazenda o vendeu em 1802 à Câmara*” (BRIGIDO, 2001:197).

⁸⁷ Vereador 1789, Juiz Ordinário em 1790 e Juiz de órfão em 1795.

⁸⁸ Faleceu em 1803.

⁸⁹ Capitão - mor, construiu um grande patrimônio no Ceará, como também teve uma projeção bastante significativa no comércio e na política. Proprietário do sitio das Olarias do Cocó.

26	José Ferreira da Silva	Ceará	-	Lavoras	Quatro mil cruzados
27	Manoel Feles de Souza	Ceara	-	Lavoras	Seis centos mil reis
28	Antonio Gomes da Silva	Pernambuco	04	Taberneiro	Cem mil reis
29	João Pereira de Oliveira	Pernambuco	40	Negocio	Oito mil cruzados
30	José Ignacio de Oliveira	Ceará	-	Negocio	Seis mil cruzados
31	João Carlos Manoel de Sabóia	Ceara	-	Negocio	Dez mil cruzados
32	João Ferreira Gomes	Ceará	-	Taberna	Quatro mil cruzados
33	Braz Ferreira Gomes	Ceará	-	Lavoras	Oito centos mil reis
34	Manoel Alves Pontes	Reino	08	Taberna	Seis mil cruzados
35	Antonio da Rocha Bezerra	Pernambuco	08	Taberna	Quatro mil cruzados
36	Jose do Vale Façanha	Ceará	-	Lavoras	Quatro mil cruzados
37	Antonio José de Medeiros	Ilhas	42	Negocio	Quatro mil cruzados
38	Francisco Estácio	Ilhas	03	Taberna	Seis contos mil reis
39	Luiz Gomes dos Santos	Pernambuco	20	Taberna	
40	Antonio Acácio	Ceara	-	Taberna	
41	Francisco Saquete	Reino	24	Lavoras	
42	Antonio Ferreira Gomes	Ceara	-	Carapina	Cem mil reis
43	Manoel Ferreira da Silva	Ceara	-	Carapina	Duzentos mil reis
44	João Francisco Coelho	Ceara	-	Carapina	Cem mil reis
45	Francisco Coelho	Ceara	-	Carapina	
46	Francisco Rodriguez	Ceará	-	Carapina	
47	Miguel dos Anjos	Ceará	-	Alfaiate	

Fonte: Projeto resgate. Documentos avulsos da Capitania do Ceará, [post, 1799, janeiro; 17] Lista de homens brancos que habitam a vila da Fortaleza. CT: AHUACLCU017, CX.13, D.721.

Consultando os inventários *póst-mortem* dos homens mais ricos da cidade nesse período, percebe-se o perfil social de alguns desses personagens (Tabela 2), na sua maioria portugueses natos.

TABELA 2

PERFIL SOCIAL DE ALGUM DOS HOMENS BRANCOS - 1799			
Nº	HABITANTES	OCUPAÇÃO	ORIGEM
1	Antonio José Moreira Gomes	Negócio Grande	Português
2.	Francisco Xavier Torres	-	Português
3.	Manuel Caetano de Gouveia (1791-1865)	-	Português
4.	Antonio Francisco da Silva	-	Português
5.	Coronel José Antonio Machado	Negociante grande	Português
6.	Antonio Gonçalves Justa	-	Português

Fonte: Inventários *Post-Mortem*

Dentre os grandes comerciantes no início de 1800, destaca-se o capitão-mor **Antônio José Moreira Gomes**⁹⁰ (f.1823), português rico e influente, grande proprietário de escravos, criador de gado nos sertões de Canindé e lavrador nas terras do Cocó. Dele emana o tronco da família Machado, uma das mais ricas e dona de grande parte do Município de Fortaleza a partir da primeira metade do século XIX. Veio para o Ceará em 1773⁹¹, “e cedo conseguiu patrimônio e enorme projeção no comercio e na política da Colônia” (GIRÃO, 1975:318). Foi considerado pelo Barão de Studart - “homem de 1ª representação na Capitania, consideravelmente rico e muito estimado dos seus conterrâneos”. A esse português se deve o desenvolvimento do plantio de algodão no Ceará⁹². Na serra de Uruburetama,

⁹⁰ Homem de primeira representação da capitania, consideravelmente rico e muito estimado de seus conterrâneos (RIC, 1906:349), representado pelo numero 12 da lista de homens brancos. Possuía também casa de comércio e imóveis na vila, gado e fazendas nas proximidades de Fortaleza e nos sertões do Canindé. (GIRÃO, 1975:320).

⁹¹ No quadro dos homens brancos, sua permanência em Fortaleza era de 26 anos.

⁹² Esta análise é apoiada na obra Barão de Studart apud GIRÃO, 1975:318.

estimulou os agricultores a plantarem algodão em larga escala, “já adiantando-lhes dinheiro e fazendas, já ensinando-lhes a maneira de construir engenhos para o descaroçamento do algodão e o modo de ensacá-lo” (STUDART apud GIRA, 1975). A produção nessa serra gradativamente foi crescendo, passando de 78 arrobas (em 1777) para 234 arrobas (em 1778), chegando posteriormente a 5.000 arrobas de algodão em pluma. Antonio José Moreira Gomes ampliou o comércio direto com o exterior, inicialmente com Lisboa e, em 1809, com Londres, para onde o navio “Dous Amigos”, sob a responsabilidade de seu genro Jose Antônio Machado, conduziu “3736 arrobas de algodão, 450 arrobas de açúcar e 1267 couros salgados, tudo no valor de Rs. 20.487\$000” (GIRÃO, 1947:173-174).

Segundo seu inventário, datado de 12 de março de 1823, seu patrimônio era vultoso:

[...] pertenciam-lhe, afora um sem conto de moveis, escravos, semoventes, ouro, prata e cobre, **muitos prédios** nesta então vila⁹³, inclusive **a casa de morada⁹⁴ com seu sótão e armazéns, adiante, atrás e dos lados**, e bem assim varias fazendas de criar, uma nas vizinhanças da Capital, como por exemplo a “Aldeia Velha” e a data da “Lagoa Passaré”, obtida por sesmaria a 17 de fevereiro de 1808, e outros na Ribeira do Canindé, tais como a “Sariema”, e “Santa Clara” e “Ipueiras” (GIRÃO, 1975:320) (Grifou-se).

O capitão-mor Antônio de Castro Vianna era português da Vila de Viana do Castelo, termo do Bispado de Braga. Homem rico, era proprietário de bens de raiz, entre elas “**as duas casas da Rua do Rosário, das quais, através de acréscimo e reformas, resultou o Palácio da Luz, ate mais recentemente morada dos governadores cearenses**” (GIRA, 1975: 176-77) (Grifou-se). Quando faleceu em 1801, o prédio foi “penhorado, e a junta de Fazenda o vendeu em 1802 à Câmara” (BRIGIDO, 2001:197). O seu sítio Tauape, desmembrado do sítio Aguanambi, em 20 de dezembro de 1791, foi vendido ao padre vigário da Vila de Arronches, Manuel Francisco Rodrigues da Cunha (BEZERRA DE MENEZES, 1992:156).

Embora seu nome não figure na lista dos homens brancos, merece também destaque o português-militar **Francisco Xavier Torres**. Participa do governo do 1º governador do Ceará autônomo, Bernardo Manuel de Vasconcelos (1799-1802), como 1º tenente comandante da Companhia de Artilharia do Ceará (1960, p.427), **sendo responsável pela construção da fortificação no Mucuripe**. O inventário, datado de 1847⁹⁵, revela uma grande porção de terras em Jacarecanga, zona oeste da cidade⁹⁶, e o sitio das Torres⁹⁷, com fruteiras, localizado na parte sul da matriz.

Observa-se que os grandes negociantes envolvidos com o comercio internacional eram, em geral, de origem portuguesa. Antes das firmas estrangeiras eram eles que protagonizavam o lucrativo comércio de exportação e importação, realizado por intermédio de Lisboa, num período em que o comércio internacional da Colônia era monopólio de Portugal.

Quanto aos setores médios da população urbana, é possível identificá-los com base na tabela 1.1 supra citada: alfaiate (1), caixeiro (1), carapina (5), cirurgia (1), escrivão da Real Fazenda⁹⁸(1), Oficial da Real Fazenda (1), lavouras (5), negócio (11), pescador (1), professor de gramática (1), tabernas (6), taberneiro (5). Os membros evidenciam uma vila com uma vida urbana bastante tímida em princípios do século XIX.

⁹³ Em 12.06.1823 foi reconhecida pelo juiz de fora e provedor de ausentes, interino João da Rocha Moreira, como herdeira universal sua filha Antônia Moreira da Conceição, casada com José Antônio Machado. Mais adiante serão mostrados seus imóveis localizados em Fortaleza.

⁹⁴ Morada na antiga rua do Rosário.

⁹⁵ PACOTE 115, PROCESSO 08.

⁹⁶ Essas terras de Jacarecanga testando com as de José Braga, Nossa Senhora do Rosário e pelo poente com terras de José Agrela Jardim.

⁹⁷ Segundo Bezerra de Menezes, esse nome era devido às filhas do sargento-mor (1992:151).

⁹⁸ Quando o Ceará se tornou independente de Pernambuco, foi criada uma Junta de Fazenda, subordinada ao Real Erário. “Na Junta assistiriam, com assento e voto, o governador da capitania, como presidente; o ouvidor geral, como juiz dos feitos, a cargo de quem ficaria a jurisdição contenciosa, com apelação e agravo para o juiz dos feitos da Fazenda Real na corte; um procurador da Fazenda [...] um tesoureiro geral [...], emprego para o qual seria escolhida pessoa dotada de inteligência e probidade e muito abonada e desembaraçada de contractos para com a real fazenda; um escrivão da receita e despesa, chamado escrivão deputado, [...]” (GIRÃO, 1947:187-188) (Grifou-se).

CAPÍTULO 2

FORTALEZA CAPITAL DA PROVÍNCIA DO CEARÁ E A ECONOMIA DO ALGODÃO: OS PLANOS DE EXPANSÃO DA CIDADE E AS NORMAS REGULADORAS (1810-1863)

No capítulo anterior, mostrou-se o papel de Fortaleza na rede urbana cearense no período colonial, constatando-se o seu isolamento durante a predominância da atividade pecuária. Neste capítulo, examinar-se-á Fortaleza desde o advento da economia do algodão e seu papel como porto exportador do produto para o mercado internacional, convertendo-a em centro hegemônico político-administrativo a partir de 1799, quando foi designada capital da Capitania do Ceará, então independente da Capitania de Pernambuco. Na escala do intraurbano, buscar-se-á, em paralelo, verificar as transformações ocorridas até 1863. A data-limite refere-se ao plano de expansão elaborado por Adolpho Herbster para readequar o espaço urbano às exigências de uma nova realidade econômica.

O processo de urbanização da cidade Fortaleza na primeira metade do século XIX está diretamente associado à economia algodoeira no Ceará e seu papel central na rede agroexportadora do produto. Assim, faz-se necessário compreender a relação entre o ciclo do algodão e a organização do espaço de Fortaleza entre 1810-1863. As transformações urbanísticas realizadas na capital do Ceará inserem-se na política urbanizadora vigente a partir do Império, que reestruturou administrativamente as províncias e os municípios, divulgando padrões por meio de códigos de posturas que homogeneizaram as cidades brasileiras de norte a sul. Na linha do capítulo anterior, analisar-se-ão as dimensões do território e do intraurbano.

As principais fontes primárias utilizadas neste capítulo foram os inventários *post-mortem* dos negociantes proprietários de imóveis, os livros de notas, as correspondências oficiais da câmara e os ofícios, todos pertencentes ao acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará. Essas informações foram complementadas com dados dos relatórios dos presidentes da Província e antigas descrições sobre Fortaleza.

Com base no levantamento das fontes primárias, cotejadas às secundárias, foram analisados aspectos pouco conhecidos da antiga tessitura urbana no período de 1810 a 1863, mediante exercício de reconstituição cartográfica com base nas plantas dos engenheiros militares Antônio José da Silva Paulet e Adolfo Herbster e do arruador e cordeador Antônio Simões Ferreira de Faria. O resultado são três pranchas de **quadras e vias**, três pranchas de **ocupação** referentes a cada inflexão (1810-1813 e 1845-1850) e outras três pranchas contendo informações sobre a ocupação das quadras e lotes, tipologias edilícias e usos predominantes em Fortaleza entre 1840 e 1850.

2.1 O ALGODÃO E A LÓGICA DE CONFIGURAÇÃO DA REDE URBANA CEARENSE

Dois fatores vão influenciar a economia cearense no final do século XVIII: o desenvolvimento da agricultura do algodão para exportação e a independência administrativa do Ceará da Capitania de Pernambuco, em 1799⁹⁹.

Como já expresseo, a Abertura dos Portos às “Nações Amigas”, em 1808, eliminou o monopólio português sobre o comércio da Colônia, estimulando a inserção do Brasil no mercado exterior.

O fim do monopólio lusitano reforçou “*o cultivo tanto de matérias-primas tropicais importantes para a indústria têxtil em expansão na Europa – como o algodão – quanto de produtos alimentícios – como o arroz e a cana-de-açúcar [...] (TAKEYA, 1995:95) trazendo grande prosperidade ao Brasil.*

Inglaterra torna-se um grande produtor e exportador de artigos têxteis no final do século XVIII. Os avanços tecnológicos externos atingem, sobretudo, a economia algodoeira do Nordeste. Assim os ingleses implantam uma política agressiva na conquista de novos mercados, buscando conquistar o comércio exterior (LEITE, 1994:22).

A França inicia também o comércio direto com o Brasil na primeira metade do século XIX, no entanto, “*dependia de embarcações inglesas e de outras nacionalidades para o transporte das mercadorias que circulavam em seu porto no decênio de 1827 a 1836, dos 996 navios de comercio chegados no Brasil, vindos da França, apenas 567 eram de fato franceses*” (TAKEYA, 1995:70). Em decorrência da “*competição dos produtos brasileiros com as colônias francesas, os navios da França tinham naturalmente dificuldades em encontrar carregamento para as viagens de regresso, o que tornava os transportes muito mais dispendiosos*” (DEVEZA apud TAKEYA, 1995:70).

A industrialização da França foi bastante lenta em virtude da carência de carvão e ferro, da vagarosa expansão dos principais portos franceses, da carência de capitais aplicados na indústria, da inexistência de um mercado interno amplo e de oferta abundante de mão de obra para as indústrias (LEITE,1994:30). Mesmo assim, até 1870, o seu “*desenvolvimento industrial se caracterizou pela predominância do setor têxtil.*”

Ao longo do século XIX, as relações franco-brasileiras intensificaram-se, incluindo o Brasil entre os 15 principais países com os quais a França mantinha relações comerciais. As principais mercadorias importadas, procedentes do Brasil no final desse período, em ordem de importância, eram o café, o açúcar, os couros e o cacau. O algodão ocupava o quinto lugar, sucedido pelo fumo, a madeira e a borracha. Gradativamente, o algodão deixa de fazer parte dos principais produtos brasileiros exportados para a França (TAKEYA, 1995:83), restringindo-se a maior exportação para a Inglaterra, por meio de navios que partiam do porto de Fortaleza.

Lentamente, Fortaleza inicia sua hegemonia econômica, política e administrativa¹⁰⁰ sobre as outras cidades do Ceará, na primeira metade do século XIX, em torno dos anos 1820 e 1830, processo que se completa na segunda metade dos Oitocentos.

⁹⁹ Até 1657 o Ceará esteve ligado à Capitania do Maranhão, parte do Estado do Maranhão e do Grão-Pará, criado em 1621, independente do Estado do Brasil e subordinado à Metrópole, e até em 1799 esteve unido à Capitania de Pernambuco. Com este novo estatuto administrativo concedido por carta régia de 17.01.1799, a capitania do Ceará passou a ser comandada por governadores e como pela Coroa portuguesa. Como Capitania autônoma, podia comercializar diretamente com Portugal e colônias ultramarinas. Até então Fortaleza era a sede da Ouvidoria do Ceará (como Aquirás por algum tempo), a partir desse momento passou a ser a capital da Capitania autônoma do Ceará, em lugar de Aquirás.

¹⁰⁰ Em 1726, Fortaleza foi elevada à categoria de vila, tornando-se sede do poder político - administrativo, apesar de não ser o núcleo urbano mais importante. Em 1799, o Ceará desmembrase da Capitania de Pernambuco. Em 1823, Fortaleza foi elevada de vila à condição de cidade (ANDRADE, 1990:75).

Fortaleza esteve à margem da economia pastoril, mas, com a valorização do algodão no mercado mundial no século XIX, converteu-se no principal porto de embarque desse produto e centro da economia cearense:

A economia do Ceará reproduz, em escala menor, a expansão geral da agricultura brasileira. Ocorre a ampliação dos ramos tradicionais, pecuária e da cultura algodoeira. Diversifica-se a agricultura com o desenvolvimento da cultura do café, exploração da borracha e da cera da carnaúba. Estes dois últimos produtos, mesmo que insignificantes no conjunto da economia, não deixaram de compor os itens da pauta de exportação, como foi o caso da borracha, e de permitir a ampliação das trocas do Ceará com províncias vizinhas, como as que fizeram através da cera de carnaúba. [...] Contudo, se a expansão não foi suficiente para alterar a posição do Ceará no contexto da economia brasileira, pois continuaria como uma das áreas mais pobres do país, colocaria a Província numa situação mais vantajosa, da que tivera nos períodos precedentes, no mercado internacional (LEMENHE, 1983:109).

A descrição geográfica¹⁰¹ atribuída ao ajudante de ordens, o tenente-coronel Antônio José da Silva Paulet (1778-1837)¹⁰², enviado à Capitania do Ceará em 1812, chama a atenção para as condições¹⁰³ das principais vilas da Capitania no início do século XIX, mostrando a fragilidade da rede urbana gerada em torno da economia criatória. Quase todas as vilas se encontram arruinadas, sem comércio e patrimônio, à exceção de Icó¹⁰⁴, Aracati¹⁰⁵ e Sobral¹⁰⁶. As vilas dos índios (Soure, Messejana e Arronches), mais próximas de Fortaleza, Paulet recomenda que sejam unidas à vila da Fortaleza¹⁰⁷ (PAULET, 1898:16-18).

Em relação à Vila do Forte (Fortaleza), Paulet descreve:

Fortaleza é assento do governo, com um batalhão de tropas regulares, um juiz de fora que é auditor da tropa e juiz da alfândega. Há uma caza de câmara arruinada: não tem cadeia, e servem-se as autoridades civis de uma cadeia militar¹⁰⁸; [...] **A villa é pobre, seo commercio de pouco vulto**, ainda que o **porto é soffrivel**, apesar de ser uma enseada, mas como só as immediações do termo até a serra da Uruburetama, parte do termo do Aquiraz, e parte do termo da villa de Monte-mór o Novo se surtem da Fortaleza, o commercio é muito menor do que o do Aracati. **Não há uma só caza de sobrado**¹⁰⁹, e **as térreas são muito inferiores**. O solo é de areia solta, o tijolo, cal e madeiras são caros, e tudo concorre para ser muito dispendiosa a edificação (PAULET, 1898:16-17) (Grifou-se).

Na escala regional, no início do século XIX:

O Ceará se encontrava todo interligado por estradas por onde circulavam as boiadas, resistentes à seca de 1793 e seus derivados, o algodão que se tornou a principal fonte econômica da Província cearense por toda aquela centúria e todos os demais produtos que abasteciam as vilas. Estes caminhos também levavam à Bahia, ao extremo oeste do território brasileiro e ao litoral nordestino brasileiro (JUCÁ, 2007: 254 -255).

¹⁰¹ Revista do Instituto do Ceará, 1898:05-33.

¹⁰² Segundo Liberal de Castro, Silva Paulet era português de Vila de Nogueira de Azeitão, “integrante da Armada Real, transferiu-se para o Exército ao chegar ao Brasil, em 1808, como membro do séquito da família real” (1994, p.48).

¹⁰³ O Dr. Guilherme Studart, em nota a esta descrição na Revista do Instituto Histórico do Ceará de 1898, garante que o autor é o Ouvidor Rodrigues de Carvalho, em 1816, e não Antonio José da Silva Paulet.

¹⁰⁴ Segundo Paulet, Icó é o “termo mais povoado e civilizado da comarca e a villa de muito comércio, em proporção das mais villas, como indiquei, pela produção dos gados nas duas margens do Jaguaribe, bem que as sêcas têm tornado dezertas muitas fazendas pela plantação do algodão, compradores de sóla, que ahi vão dar dos termos vizinhos; e mais seria o seo commercio, si as serras não fossem tão faltas de nascentes; o que obriga os habitantes a carregarem agua para beberem de uma legua e mais”(1898:27-28).

¹⁰⁵ Segundo Paulet, Aracati “é a mais opulenta da capitania, de mais população dentro da villa, e aonde se acham cazas de sobrado; o que é devido a ser o ponto de embarque das produções dos algodões e sólas do seo termo, ... Conseqüentemente é o porto de desembarque dos gêneros, que de Pernambuco vem para este lado da capitania”. “O porto é mui mesquinho, por bancos de areia movediça [...]” (1898:13-14).

¹⁰⁶ Para Paulet, Sobral “tem uma caza de câmara e uma cadeia por acabar. [...] O commercio de exportação reduz-se a 70.000 meios de sóla, que annualmente se navegam para Pernambuco; o mais é gado. Não produz algodão; [...] Há na villa uma única caza de sobrado”.(1898:18-19).

¹⁰⁷ É o que acontecerá.

¹⁰⁸ A Cadeia era localizada no Quartel.

¹⁰⁹ Os dois primeiros sobrados só foram construídos em torno da década de 1820, pertencentes a José Antônio Machado e Francisco José Pacheco de Medeiros.

Na *Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará*, realizada por Paulet em 1817, vê-se que cinco estradas chegavam em Fortaleza: a **primeira**, a *antiga Estrada Geral*¹¹⁰, passando pela vilas de Messejana, Aquirás e Aracati, a conectavam às Capitânicas do Rio Grande do Norte e Pernambuco; a **segunda** em direção à vila de índios denominada *Vila Real de Soure* (atual Caucaia), ligava-a a Sobral, Parnaíba e Maranhão; a **terceira** dirigia-se ao povoado de Canindé; a **quarta** à *vila de Monte-Mor* o Novo da América (atual Baturité); e a **última** à *vila Real de Arronches* (atual Parangaba).

A lavoura algodoeira espalhava-se pelas serras de Aratanha¹¹¹, Baturité e Uruburetama, próximas a Fortaleza, estendendo-se para o sertão (Meruoca, Pereiro). A tabela 3 revela que, em 1811, Fortaleza suplanta as outras vilas cearenses na exportação do algodão (42,9%), tornando-se o único porto a manter contato com o mercado inglês.

TABELA 3

ALGODÃO EXPORTADO PELOS PORTOS DO CEARÁ -1811			
DESTINO			
PORTO DE EMBARQUE	PERNAMBUCO	INGLATERRA	TOTAL
Fortaleza	2.128 (18,7%)	9.226(81,3%)	1.354(42,9%)
Aracati	9.249 (100%)	-	9.249(35,0%)
Acaraú	5.581(100%)	-	5.581(21,1%)
Camocim	0,278 (100%)	-	0,278(1,0%)
Total	17.236(65,1%)	9.226(34,9%)	26.462(100%)

Fonte: BRÍGIDO, 1910:182-183 e Lemenhe, 1991:63.

Clovis Jucá complementa:

Embora o Ceará estivesse totalmente interligado e ligado a outras capitânicas por estradas carroçáveis, não significava a existência de uma rede de abastecimento interno de produtos locais, exceto os derivados da pecuária sertaneja e cada vez mais o algodão, que deu sentido econômico para a futura Província por todo o oitocentos. (JUCÁ, 2007:256)

A Vila do Forte foi elevada à categoria de cidade em 17 de março de 1823, sendo denominada Cidade da Fortaleza de Nova Bragança, posteriormente redenominada Cidade da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Na década de 1830, Fortaleza supera Aracati em importância econômica¹¹². O presidente da Província, José Martiniano de Alencar¹¹³ (1834-1837), investe no desenvolvimento cearense e no avanço material da capital. Dentre suas propostas, instituiu o Banco Provincial do Ceará, em 1835, e iniciou a abertura de estradas, substituindo os antigos caminhos, a fim de “*chegar à capital os recursos, e produtos de todas as partes da Província*” (ALENCAR, 1836:3). Construiu também o açude Pajeú¹¹⁴, sob a direção do arquiteto francês Jean Seraine¹¹⁵ (STUDART, 1918:197).

¹¹⁰ Estrada Velha de Capistrano de Abreu.

¹¹¹ Sargento-mor Albano da Costa dos Anjos, pernambucano, era proprietário de grande parte da Serra de Aratanha (Pacatuba, atual área metropolitana de Fortaleza). Seus dois filhos foram grandes comerciantes de Fortaleza, com a empresa Albano & Irmão (Casa Albano), situada nas proximidades da praça do Ferreira (GIRAO, 1975:17-34).

¹¹² “A capital que, por volta de 1814, [...] apresentava menor arrecadação sobre produtos exportados do que Aracati, em 1835 supera, em muito esta última” (LEMENHE, 1991:86). Enquanto o porto de Fortaleza, em 1835, arrecadou 35:953\$512 o de Aracati 9:545\$509. (ALENCAR, 1836:5).

¹¹³ Padre Alencar foi duas vezes presidente do Ceará, senador do Império e proprietário de imóveis na capital.

¹¹⁴ As terras pertenciam ao sítio do boticário Bernardo Teixeira.

¹¹⁵ O arquiteto francês Jean Seraine esteve na 1ª administração de Martiniano de Alencar. “Eram então preocupações do governo a imigração de estrangeiros e a construção de obras, que embelezassem e melhorassem as condições da cidade” (STUDART, 1918:197).

1918:198), a fim de abastecer o chafariz localizado em frente ao Palácio. Segundo Girão, este espaço transformou-se num “*agradável logradouro, preferido, nos seus passeios, pela ‘gente boa da terra’*” (GIRÃO, 1959:132). Por outro lado, em meados do século XIX, as condições sanitárias desse mesmo espaço público tornaram-se uma preocupação do médico Castro Carreira, responsável por encabeçar uma política higienista na Província.

A Lei nº 29, de 27 de setembro de 1837, estabeleceu um plano de intervenção urbanística para a área do porto:

Art. Único. Fica aprovado o plano da Prainha mandado levantar pela Camara Municipal d’esta Capital, com a deferença porém, que tanto a rua d’Alfandega nova, como d’Alfandega velha, devem seguir até os sítios de Antônio José Pereira, e de Albino José de Faria, ficando huma travessa de quarenta palmos entre os ditos sítios, e o de Martinho José Ferreira dos Santos para dar livre transito para o mar aos habitantes do Outeiro. A Camara indenizará previamente a quaesquer proprietários do valor das bemfeitorias, que houverem nos terrenos occupados pelas sobreditas travessas, e rua, precedendo as formalidades necessárias.

Já a Lei nº 36, sancionada em 05 de outubro de 1837¹¹⁶, garantiu a desapropriação para utilidade municipal e provincial, quando a finalidade fosse o crescimento urbano da cidade.

Segundo Geraldo Nobre,

Alencar também foi “autorizado a fazer a contratação de oficiais manuais e mecânicos na Europa, a fim de suprir as falhas existentes; e, além disso, planejou a organização de companhias de trabalhadores, o que significaria a oficialização do principio do trabalho livre na Província, decorrente, aliás, da circunstancia de ser a escravidão, em seu território, quase exclusivamente domestica (1989:123).

Isso se justificava, pois a mão de obra escrava no Ceará na década de 1840 representava 13% de sua população e em 1860 era apenas 8% (SILVA, 2002:89). Depois da grande seca de 1845 o algodão entrou novamente num período de prosperidade que exigiu maiores investimentos; “*os agricultores cearenses passaram a vender seus escravos, por ser a única e mais rápida maneira de adquirir dinheiro para financiar as lavouras. Assim, o Ceará passou a ser, no Nordeste, um dos maiores fornecedores de cativos para o Sudeste* (SILVA, 2002:90).

Fortaleza, que em 1810 contabilizava 1.200 habitantes, passa a registrar 8.896 em 1848. Nessa década foi instalada a iluminação¹¹⁷ a *azeite de peixe*. Para o serviço, foi contratado o negociante **Vitoriano Augusto Borges**¹¹⁸, com obrigação de instalar 44 lâmpões, mantê-los “*limpos e brilhantes, e conservá-los acesos desde as seis horas da tarde até que amanheça o outro dia, ou até que saia a lua. Nas noites de lua só será obrigado a fazer acende-los do seu ocaso em diante*” (ABREU, 1919:120).

Pode-se concluir assim que, a partir do momento em que Fortaleza se tornou hegemônica

¹¹⁶ O artigo 1º se refere nos seguintes casos: 1. Defesa, ou segurança, 2. Salubridade. 3. Abertura, ou melhoramento de estradas, canaes, portos, aguadas, pastos, construções de pontes, ranchos, ou servidões e commodidades necessárias ao uso d’estes objectos. 4. Abertura, ou melhoramentos, aquedutos, fontes, e logradouros públicos. 5. Instituições de Caridade, ou instrução, edificação de Cadieas, Casas de Correção, e qual-quer outro estabelecimento, ou edifícios para uso publico, fabricas, matas e servidões para elles. 6. Materiais para os objectos acima referidos, no caso de não poderem haver-se de outro modo sem grande demora, ou extraordinária despreza. Segundo o artigo dez do parágrafo terceiro do Acto Adicional de 1834, que compete às Assembléias Legislativas, a desapropriação por utilidade municipal ou provincial.

¹¹⁷ Em 01.03.1848.

¹¹⁸ Filho do grande comerciante Martinho de Oliveira Borges. Em 1845, residia e era proprietário do sobrado na praça Pedro II, atual praça do Ferreira.

no território cearense, mereceu uma série de atenções urbanísticas típicas das políticas urbanizadoras vigentes no Brasil - Império. Com vistas a dotar o espaço urbano da capital das condições sanitárias, viárias e infraestruturais condizentes ao seu novo papel na lógica da rede urbana regional e internacional, foram realizados planos de expansão e projetos para novos equipamentos e serviços. Fortaleza, ao concentrar os grupos sociais responsáveis pela produção e comercialização do algodão – os negociantes ligados ao comércio externo – e ao reunir as condições necessárias à circulação de mercadorias e à acumulação de riquezas, mereceu investimentos nos espaços urbanos fundamentais para essa nova fase da economia cearense.

2.2 ORGANIZAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA MUNICIPAL NO IMPÉRIO

Enquanto no período colonial as vilas criadas pela administração portuguesa “*tinham como função assegurar a dominação metropolitana,*” serem “*as sedes da administração das capitâneas,*” e “*os principais núcleos intermediários de controle do Estado português sobre os aglomerados menores e as áreas de produção*” (LEMENHE, 1991:78), no período imperial, a natureza do controle se altera, a fim de “*viabilizar a construção do estado nacional e a hegemonia da classe dominante brasileira.*” (LEMENHE,1991:78).

No Primeiro Reinado (1822-1831), a Constituição de 1824 estabeleceu uma Monarquia Constitucional e os mecanismos institucionais essenciais para uma nova organização do país recém-independente (GOUVEIA, 2008:21-22).

Em 1828, a Lei das Câmaras Municipais retirou parte das suas competências herdadas do período colonial. Embora outras alterações tenham sido introduzidas pelo Ato Adicional de 1834, a Lei de 1828 “*nunca foi revogada pelo Estado imperial, permanecendo como a principal referência da organização político-administrativa no âmbito local*” (GOUVEIA, 2008:22). O Ato Adicional de 1834¹¹⁹ restringiu ainda mais o poder das câmaras municipais “*às administrações provinciais, em termos da gestão dos assuntos locais*” (GOUVEIA,2008:23). Na mesma direção, o Ato Adicional de 1840¹²⁰,a reforma do Código de Processo Criminal¹²¹ modificado em 1841 e a recriação do Conselho de Estado e do Poder Moderador (1843) introduziram ampla reformulação da organização político-administrativa do Império que persistiu até fins do século XIX.

Verifica-se que o Brasil em todo o período imperial é marcado por um regime político centralizador de poder, que instala uma economia modernizadora, “*sobretudo com a influencia dos comerciantes ingleses, sem adotar o liberalismo*” (FAORO, 2001:291). Para Luciano Aronne Abreu¹²², entretanto, esta centralidade “*não foi suficiente para eliminar as diversidades regionais e o poder das oligarquias locais*” .

Deve-se destacar, contudo, o fato de que, mesmo com a política imperial centralizadora vigente nesse período, “*em momento nenhum foi o estado capaz de governar efetivamente sem fazer acordos com grupos privados para contar com a sua cooperação*” (URICOECHEA, 1978:112). O “*governo central estava agudamente consciente dos limites frágeis de sua autoridade [...] e estava consciente da impossibilidade de*

¹¹⁹ “*O centralismo assegurava um maior controle sobre o país, ao passo que a autonomia das províncias poderia ocasionar a mudança nas relações internas de produção. Em razão da superfície de nosso território, da diversidade climática, das peculiaridades de cada região, o desenvolvimento econômico processava-se de modo irregular, sujeito a eventualidades imprevisíveis*” (MERCADANTE, 1965:128).

¹²⁰ Esse ato alterou à constituição de 1824, suprimiu o Conselho do Estado. “*Os presidentes de província continuaram a ser designados pelo governo central, mas criaram-se Assembléias Provinciais com maiores poderes, em substituição aos antigos Conselhos Gerais*” (FAUSTO, 2006:87).

¹²¹ “*Em 1832 entrou em vigor o Código de Processo Criminal, que fixou normas para a aplicação do Código Criminal de 1830. O Código de Processo Criminal deu maiores poderes aos juízes de paz, eleitos nas localidades*” (FAUSTO, 2006:87).

¹²² Luciano Aronne de Abreu. Autoritarismo e democratismo: uma leitura do Estado Novo.

http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1209137920_ARQUIVO_TEXTOANPUH2008.pdf

governar isoladamente, sem angariar serviços litúrgicos de grupos privados.” (URICOECHEA, 1978:112). Com a implantação da política de partidos, *“as próprias províncias começaram a fazer pedidos de recursos ao estado em troca de apoio eleitoral”* (URICOECHEA, 1978:113).

Para o entendimento dos desdobramentos disso na urbanização, do território nacional e das províncias, principalmente, no ordenamento do espaço urbano, é importante entender o papel das câmaras municipais no período imperial, pois se observa que as resoluções municipais eram determinadas por leis gerais vigentes no Brasil todo, principalmente a partir da primeira metade do século XIX. Desde o período colonial, a administração das vilas e cidades brasileiras era desempenhada pela Câmara Municipal, que tinha funções político-administrativas, judiciais, fazendárias e de polícia. Essa municipalidade era regida pelas Ordenações Filipinas (1603), *“referência legal básica da estrutura e funcionamento das câmaras municipais durante o período colonial”*¹²³ (ARQUIVO NACIONAL, 1985:69) Sua estrutura era composta por juizes ordinários, procuradores, vereadores, tesoureiros, almotacés e outros. Competia aos vereadores¹²⁴, além das funções de fiscalização, a incumbência normativa, isto é redigir as posturas municipais e os editais policiais.

Consoante Lemenhe,

Nas capitâneas, agora províncias desfavorecidas com a retração econômica do período, consolidaram-se, sobretudo na fase de expansão do final do século XVIII e começo do seguinte, uma camada de proprietários rurais fortalecida por setores de extração urbana- comerciantes, profissionais liberais aqueles associados- que, respaldada no liberalismo e mesmo em idéias republicanas e federalistas, pretendia autonomia para reger seus interesses independentemente de um poder central, como o que havia constricto nos tempos coloniais. (1991:76).

Após a independência, as antigas capitâneas administradas por governadores régios foram transformadas, com a lei de 23.10.1823, em províncias¹²⁵, conduzidas pelo presidente da Província, nomeado pelo poder central. *“Mas havia uma importante diferença: o governador concentrava todos os poderes, ao passo que o presidente¹²⁶ de província administrava apoiado nas decisões de uma Assembléia Provincial”* (MATTOSO, 1992:248), sem comandar os poderes judiciário e militar. Para abrandar os poderes regionais, o Governo central indicava membros de outras regiões como presidente das províncias, relegando os poderosos regionais ao posto de vice-presidente¹²⁷.

Segundo Raimundo Faoro, *“o espírito da Independência, com o estímulo prestado pelas câmaras locais ao príncipe, a aprovação do texto constitucional por elas, faria supor que o espírito municipal conquistaria lugar de relevo nas novas instituições políticas”* (2001:364). Pelo contrário, gradativamente, as Câmaras Municipais perderam seu poder de decisão, reforçando os poderes da Assembleia Provincial, restringindo suas *“atribuições administrativas, especialmente nos setores viários e de higiene e saúde”* (MATTOSO, 1992:250).

A Carta Constitucional de 1824, além de estabelecer a organização do Império e das províncias, limitou os poderes judiciários das Câmaras:

¹²³ As Ordenações Filipinas foram recopiladas sistematizadas da legislação portuguesa anterior a 1603: as Ordenações Afonsinas, vigentes a partir de 1446, e as Manuelinas, que vigoram de 1521 até a publicação daquelas em 1603. (ARQUIVO NACIONAL, 1985:69).

¹²⁴ A Receita Anual da Câmara de Fortaleza em 1812 atingia 138\$680, mediante o contrato real das carnes (80\$000), das aferições (10\$000), pescueiros, isto é, licenças para erigir currais de pescaria, do rio Ceará até Mundaú (30\$000) e pesqueiro do rio Cocó (18\$000) (PEIXOTO, 1906:11). Em 1850 essa receita foi reduzida.

¹²⁵ “Entre 1808 e 1821, as palavras capitania e província eram usadas de forma alternada na legislação, utilizadas para designar as unidades territoriais do império luso-brasileiro e sua administração regional. Nesse sentido, as províncias do Brasil oitocentista deram continuidade às unidades que prevalecem na administração colonial: as capitâneas hereditárias, abolidas por Pombal, em 1759, depois de gradualmente transformadas em capitâneas régias.” (VAINSFAS, 2008:587-597).

¹²⁶ “Alem do mais geralmente era “nomeado por uma província distinta da sua província de origem” por um período de tempo bastante curto” (URICOECHEA, 1978:110).

¹²⁷ Por sua vez, a Carta Constitucional de 1824 especificava que a administração das cidades brasileiras era realizada pelas câmaras municipais, cujos membros eram escolhidos por meio de eleições diretas.

Todas as posturas municipais – que em geral tratavam da preservação da ordem e da saúde pública – deviam ser aprovadas pelos Conselhos Gerais das províncias, que podiam revogá-las ou modificá-las. Em períodos eleitorais, isto é, de vacância dos Conselhos, essas portarias eram submetidas à aprovação do presidente da Província. Qualquer ‘ato político’ era expressamente proibido. Para vender, alugar ou permutar os bens imóveis do município, por exemplo, as Câmaras dependiam da autorização do presidente. Qualquer contrato de locação devia ser submetido ao referendo do Conselho Geral. Tratava-se, por conseguinte, de um regime centralizador, que submetia a municipalidade à autoridade provincial.

Na Constituição do Brasil de 1824, o capítulo alusivo à organização municipal da Carta de 1824, era composto por três artigos:

Art. 167. Em todas as Cidades, e Villas ora existentes, e nas mais, que para o futuro se crearem haverá Câmaras, às quaes compete o Governo econômico, e municipal das mesmas Cidades, e Villas.

Art.168. As Câmaras serão electivas, e compostas do numero de Vereadores, que a Lei designar, e o que obtiver maior numero de votos, será Presidente.

Art.169. O exercício de suas funções municipaes, formação das suas Posturas policiaes, applicação das suas rendas, e todas as suas particulares, e úteis attribuições, serão decretadas por uma Lei regulamentar (Grifou-se).

A Lei de Organização Municipal de 01 de outubro de 1828¹²⁸, no artigo 24¹²⁹, reduz a autonomia municipal¹³⁰, tornando-as corporações meramente administrativas, impedidas de exercer qualquer jurisdição contenciosa¹³¹. No seu artigo 72 trata sobre despesas e inclui como fontes de receita as multas à desobediência das posturas policiais e as rendas provenientes da venda¹³², aforamento, arrendamento ou administração dos bens do Conselho, isto é, do patrimônio municipal.

Na lei de 1828, Art.66, as novas atribuições das câmaras municipais dizem respeito à “policial” (policial = boa ordem), *“pelo que tomarão deliberações, e proverão por suas posturas”* os seguintes itens: alinhamento das ruas e praças, limpeza, conservação e reparos das calçadas, pontes, fontes, chafarizes, iluminação *“e quaesquer outras construções em benefício commum dos habitantes, ou para decôro, e ornamento das povoações”*¹³³. No mesmo titulo, em seu parágrafo 2º, também define como responsabilidade das câmaras o estabelecimento dos cemitérios, o asseio dos matadouros públicos, esgotamentos de pântanos, colocação de curtumes e *“quanto possa alterar, e corromper a salubridade da atmospheria”*. Essa lei *“aboliu ao mesmo tempo boa parte das jurisdições herdadas do período colonial [...] permanecendo como principal referencia da organização político-administrativa no âmbito local”* (GOUVEIA, 2008:22).

Assim, o Art. 71 determina que as câmaras decidam *“em geral sobre os meios de promover e manter a tranqüillidade, segurança, saúde e comodidade dos habitantes, o asseio, segurança, elegância, e regularidade externa dos edifícios, e ruas das povoações, e sobre estes objectos formarão as suas posturas [...]”*¹³⁴.

¹²⁸ A partir da metade do século XVII, com a presença do procurador do rei e depois presidente das câmaras municipais – o juiz de fora, é evidente “o esvaziamento do poder das câmaras, [...] [e o reforço de] suas competências de natureza administrativa, em detrimento das suas funções políticas” (SALGADO, 1985:72).

¹²⁹ (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-K_22.pdf).

Pesquisado em 30.01.2010 Coleção de leis do Império, 1821-1830- Legislativo, Título II, Funções Municipais, art. 24, p.78

¹³⁰ Percebe-se que o poder local detinha mais autonomia na fase colonial do que na imperial.

¹³¹ <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>, pesquisado em 30.01.2010. Atos do Poder, Título II, Funções Municipais, art. 24, p.78.

¹³² Em seu artigo 42, a Câmara não pode vender, aforar ou trocar bens imóveis do Conselho sem autoridade do Presidente da província.

¹³³ <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>, pesquisado em 30.01.2010. Coleção de leis do Império, 1821-1830- Legislativo, Título III, Posturas Policiais, art. 66, §1º, p.83.

¹³⁴ <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>, pesquisado em 30.01.2010. Coleção de leis do Império, 1821-1830- Legislativo, Título III, Posturas Policiais, art. 66, §1º, p.85.

O Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, no art. 1º, transformou os conselhos gerais das províncias em assembleias legislativas provinciais, determinando, no art. 2º, o número de representantes provinciais: 36 membros nas províncias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo; 28, nas do Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Sul; e 20 nas demais províncias.

Estudo de Uricoechea mostra que, na década de 1830, houve uma tentativa de descentralização em algumas questões político-administrativas e judiciárias de caráter local, entretanto os presidentes das províncias seriam indicados pelo poder central. Portanto, esse movimento foi “*incompleto, na medida em que não ocorreu a indispensável e paralela descentralização administrativa*” (1978:110).

Nota-se na lei n. 105, de 12 de maio de 1840¹³⁵, a retirada também dos instrumentos políticos do poder local:

[...] retirou o que restava de poder às municipalidades, pois os juízes de paz (magistrados eleitos que tinham tanto funções judiciárias como policiais) foram substituídos por magistrados de carreira que, nomeados pelo governo central, acumularam as funções de delegados de Polícia, passando a chefiar os subdelegados. Assim, conferindo maior autonomia aparente ao poder local, o Estado reforçou a centralização.

As conseqüências dessa política urbanizadora centralizada no Brasil-Império logo se evidencia espacialmente.

Como foi visto, a partir da lei de 1º de outubro de 1828, as câmaras municipais tornaram-se progressivamente corporações meramente administrativas, tendo como responsabilidade sobretudo a deliberação dos códigos de posturas. No mesmo ano a lei nº 173, de 14 de novembro de 1828, declara que pertence também às câmaras a inspeção sobre saúde pública, ou seja “*os exames e visitas nos comestíveis, boticas e lojas de drogas*”. A Assembleia Legislativa Provincial só vai aprovar a primeira Postura da Câmara Municipal de Fortaleza em 5 de junho 1835.

Na linha do primeiro Código de Posturas do Rio de Janeiro, de 1832, o Código de Posturas de Fortaleza de 1835 exige “*que todos os habitantes desta Cidade, e Povoações do Município, ou sejam proprietários, ou rendeiros, são obrigados a trazerem limpas as frentes de suas cazas, becos, e fundos de quintaes por onde haja trânsito público [...] (art.5)*”. A lei nº 8 de 7 de julho de 1835 determina a supressão dos fiscais das câmaras municipais e seus suplentes pois serão os juízes de paz e os inspetores de quarteirões os que fiscalizarão o cumprimento das posturas (art. 1. e art. 2) (CAMPOS, 1988:55). Na administração do Dr. Fausto de Aguiar, ante as questões levantadas pelo “médico da pobreza” Liberato Castro Carreira, aprovaram-se temporariamente duas posturas votadas pela Câmara Municipal orientando certo zoneamento de funções: a primeira “*só permitia salgadeiras fóra da cidade e das povoações e prohibia estender nas ruas ou largos desta cidade couros humidos qua exahalen máo cheiro*”; a segunda proibía “*a criação ou conservação de porcos- ainda mesmo em ciqueiros – no perimetro urbano até a distancia de meia légua*” (ABREU, 1928:39).

¹³⁵ Coleção de leis do Império 1831-1840. Essa lei interpreta alguns artigos da Reforma Constitucional, p.5.

A lei complementar de 1838¹³⁶, publicada pelo presidente Manoel Felizardo de Souza Mello, disciplina sobre as cercas das casas e casas de palhas encravadas em terrenos aforados. A regulamentação sobre trajés, transporte de carne para o matadouro, lançamento de lixo em locais proibidos, pesca com rede de arrasto, venda de leite e de peixe é determinada pela lei nº 308, de 24 de julho de 1844, publicada pelo presidente José Maria da Silva Bittencourt. Tendo em vista a preservação da qualidade da água, o presidente José Maria da Silva Bittencourt proíbe, por meio da lei nº 329, de 19 de agosto de 1844, “a lavagem de roupa ou qualquer objecto, que concorra para a putrefação das águas, nos lugares que não tem esgotadouros que offereção uma corrente perenne”.

2.3 DA “VILA DO FORTE” À “CIDADE DA FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO”

No período entre 1810 e 1822, várias medidas foram adotadas para a melhoria do desenvolvimento da cultura do algodão e da infraestrutura urbana. Durante a gestão do 4º Governador do Ceará independente de Pernambuco, Manoel Ignácio de Sampaio, o engenheiro tenente coronel do Real Corpo de Engenheiros José da Silva Paulet traçou duas plantas da vila e seu porto, que mostram a estrutura básica dos antigos caminhos que ligavam o núcleo urbano às outras áreas do “termo” e às outras vilas (Figura 31). Têm-se assim a Picada do Mocuripe¹³⁷, a Estrada da Crusinha¹³⁸, a Estrada do Laga Mar do Cocó, duas Estradas d’Messejana (Aquiraz), Estrada do Tauape (Riacho), Estrada Mont Mor (Baturité), Estrada d’Arronches (atual Parangaba) e Estrada d’Soure (atual Caucaia). Alguns desses caminhos que articulavam a vila ao comércio regional vão orientar a expansão futura de Fortaleza, num esquema radioconcêntrico, convertendo-se nos vetores de crescimento da cidade.

A “Planta da Vila da Fortaleza e seu Porto” (1831)¹³⁹, decorrente de Paulet (1818), apresenta um número mais reduzido de caminhos à (da Crusinha e o de Messejana), acrescentando a Estrada de Jacarecanga em direção à Barra do Ceará, e nomeando outras como o Laga Mar do Coco para Precabura, Messejana para Aquiraz e Tauape (riacho) para Olarias (Figura 32).

Segundo o desembargador José Raimundo de Paços de Porbem Barbosa¹⁴⁰, em 1822, a cidade estava dividida em cinco bairros: Bairro da Matriz, Bairro da Prainha, Bairro das Trincheiras (nas proximidades da atual praça do Ferreira), Bairro do Pocinho e Bairro do Açogue (LIMA, 1999:80).

Em 1841, Daniel Kidder comentava:

A cidade é inteiramente construída sobre areia. Se andamos a pé, a areia incomoda os pés; se o sol está quente, ela nos queima e, se sopra o vento, a areia enche-nos os olhos. São de areia os leitos das ruas e o passeio lateral, com exceção dos pontos pavimentados com lages ou tijolos. Quer se saia a pé, a cavalo ou em algum veículo, a areia nos incomoda sempre! E não raro são necessários dez bois para um só carro (1980).

¹³⁶ Lei nº 135, de 1 de setembro de 1838.

¹³⁷ Saía do Largo da matriz e seguia pela Cacimba do Povo (rua do Sol, atual Costa Barros).

¹³⁸ “... partia também do Largo da Matriz, separava-se da picada do Mocuripe na cacimba do povo, buscando rumo de sueste, atravessava quase diagonalmente” a atual praça Figueira (BEZERRA, 1992:141).

¹³⁹ Esta Carta Geographica do Ceará, No 57, foi, segundo Barão de Studart, “redigida segundo uma carta manuscrita levantada em 1817 por ordem do governador Aampaio por Paulet, e as observações e cartas marítimas do Barão de Roussin, por Mr Jos: Schwarzmanne Mr Le Chev: de Martius, Munich, 1831. (1923, p.359) Numero 781 no Catalogo da Mapoteca da DSGEX” (CASTRO, 1997:33).

¹⁴⁰ Membro da Junta de Governo da Villa de Fortaleza, dividiu a vila em cinco bairros, para fins policiais (LIMA, 1999: 80).

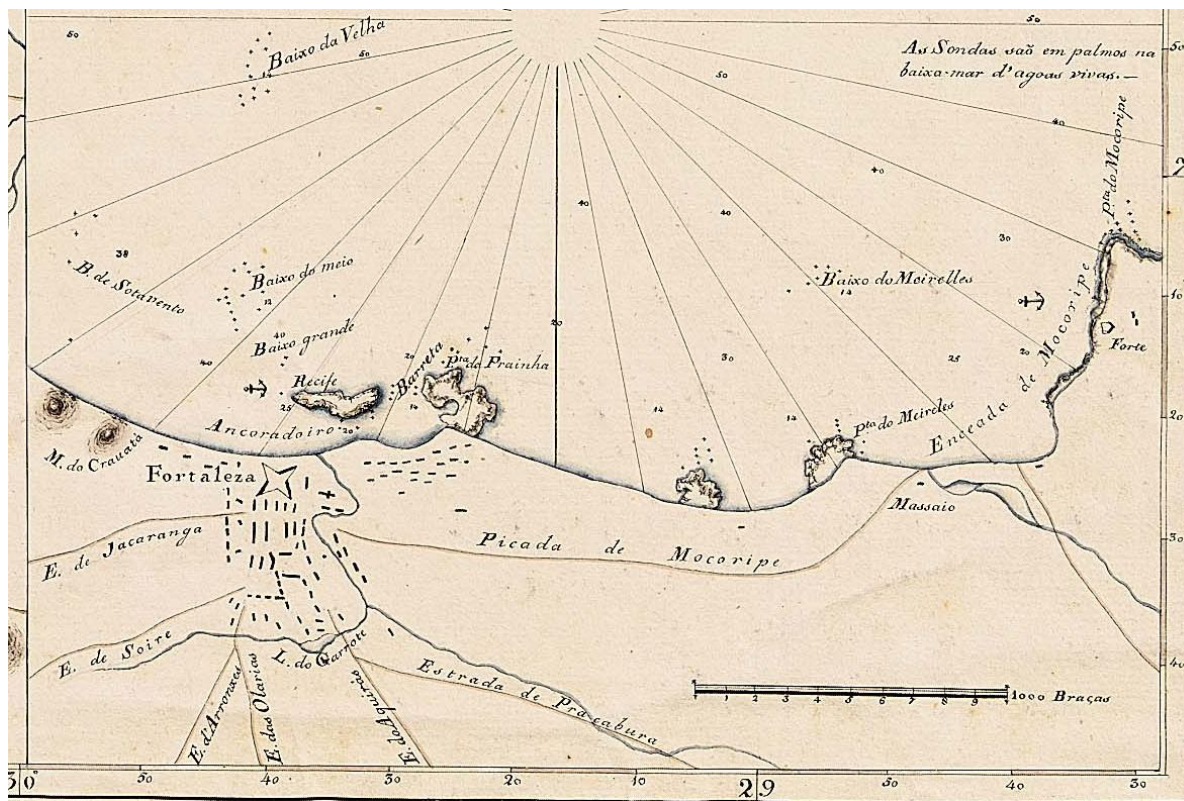


Figura 31: Planta da Villa da Fortaleza e seu Porto Carta Geographica do Ceará / Provincia do Imperio do Brasil/ redigida segundo uma carta manuscrita levantada em 1817 por ordem do Governador Manoel Joaquim de Sampaio por Antonio José da Silva Paulet e segundo as observações e as carta marítimas do B. Roussin/ POR/Mr JOS: SCHWARZMANN E Mr LE CHEV. DE MARTIUS, 1831.

Fonte: Mapoteca da DSGEX

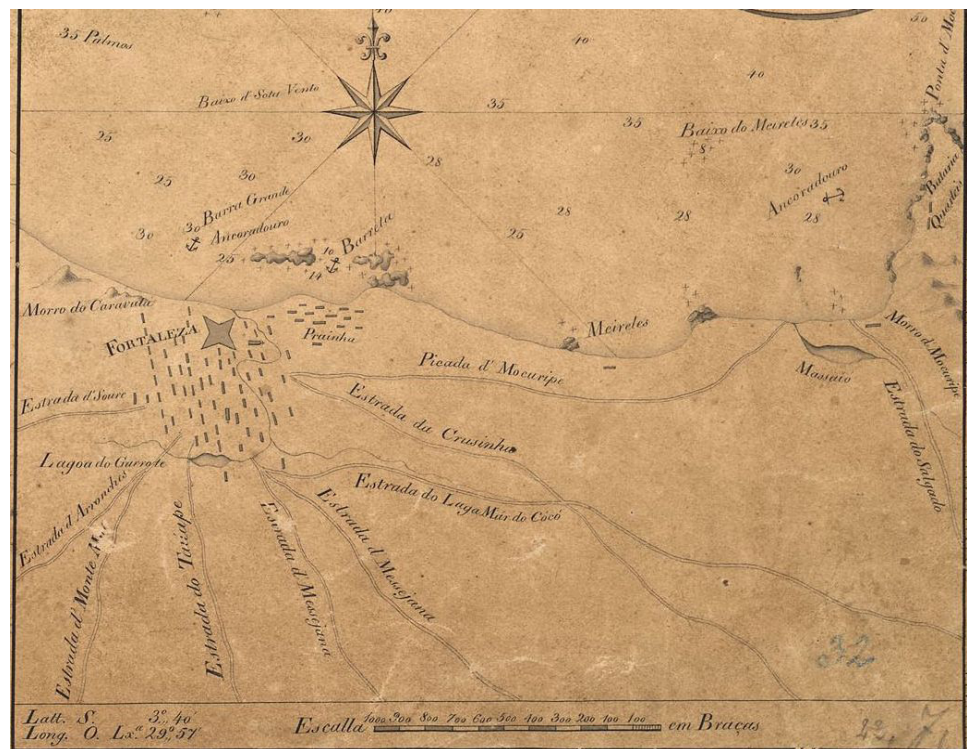


Figura 32: Detalhe da Carta / Marítima e Geográfica / da / Capitania do Ceará. / Levantada por ordem / do / Govor Manoel Ignácio de Sampayo / por seu ajudante d'ordens / Antonio Joze Sa Paulet 1818.Planta da Villa da Fortaleza e seu Porto.

Fonte: Mapoteca da DSGEX



Figura 33: Aquarela de Fortaleza vista do mar, elaborada por Joaquim José dos Reis Carvalho, 1859.
Fonte: Coleção Nirez.

A gravura de Joaquim José Reis Carvalho (Figura 33), datada de 1859, reitera a imagem descrita por Kidder e representa Fortaleza ainda como uma pequena cidade, concentrada, sobre uma colina, com uma estreita faixa de praia fronteira.

Instala-se em Fortaleza, em 1825, o boticário Antônio Rodrigues Ferreira Filho, futuro militante do Partido Conservador, e gestor da cidade por quase duas décadas como presidente da Câmara (1842-1859)¹⁴¹. No início da gestão do Boticário Ferreira (1842), a área urbanizada mais densa estava concentrada ao oeste do riacho Pajeú e ao longo das ruas da Amélia (Senador Pompeu), da Palma (Major Facundo) e da Boa Vista (Floriano Peixoto), todas no sentido norte-sul. Mesmo com as restrições imposta às câmaras municipais no período imperial, Ferreira conseguiu realizar importantes obras, tais como a abertura de cacimbões em praças públicas e a redefinição do contorno da praça D. Pedro II (atual do Ferreira), eliminando o chamado “beco do Cotovelo”¹⁴², que cortava a praça em diagonal, remanescente da antiga estrada do Arronches¹⁴³ (Figura 34). “*Buscando dar à praça forma retangular, a Câmara obteve do governo provincial a lei [n. 264 de 06.12.1842] que autorizava a intervenção,*” anunciando em seu artigo 1. “*Fica a camara municipal desta capital autorizada a reformar o plano da mesma eliminando delle a rua do Cotovello afim de ficar alli uma praça que se denominará – Praça de D. Pedro II*”. Demoliu também os chamados “quartos d’Agostinha” na antiga Praça José de Alencar para construção da nova Assembléia. Outra interferência que merece destaque é a do Largo do Garrote (hoje Voluntários da Pátria), onde o Boticário “*fez demolir uma casa que estava fora do alinhamento*”¹⁴⁴, *obstruindo a passagem franca e a vista para [a Estada de Messejana] o actual boulevard do Visconde do Rio Branco*” (FONSECA, 1887:37).

Nota-se, com efeito, o aumento das articulações da vila com o sertão, em decorrência do crescimento do comércio do algodão. Com a nova dinâmica econômica regional e a conseqüente expansão urbana da Capital, foram realizadas diversas obras de infraestrutura: estradas, pontes e principalmente as quatro “aguadas públicas” (Cacimbas do Povo, Pocinho, Lagoinha e Jacarecanga) (OUTRO ARAMAC, 1958:247).

Quando o Boticário Ferreira assumiu a Presidência da Câmara, em 1842, solicitou elaboração de uma planta da cidade, no entanto, somente em 1850, a Câmara Municipal promoveu o levantamento da planta da Cidade da Fortaleza, realizado por Antônio Simões Ferreira Faria.

¹⁴¹ O presidente da Câmara naquela época possuía poder executivo.

¹⁴² Com as demolições das casas que formavam o triângulo, permitiu definir a forma retangular da praça. As casas pertenciam ao “*coronel Machado, negociantes Martinho Borges, D. Anna Senhorinha e Antonio Lopes Benevides.*” (FONSECA, 1887:36).

¹⁴³ Antigo nome da Parangaba.

¹⁴⁴ Segundo a Ata de 19.04.1848, essa casa pertencia a Antônio Simões Ferreira Faria, antigo auxiliar de Silva Paulet e torna-se arruador e cordeador da Câmara até a chegada de Herbster.



Figura 34: Exercício de reconstituição cartográfica da praça do Ferreira com o beco do Cotovelo. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: *Planta de 1850, 1859, e o levantamento aerofotogramétrico de 1972*. Fonte: MENEZES, 1992, CASTRO 1994, Biblioteca do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Ceará.

LEGENDA

- Uso institucional
- Uso residencial
- Uso comercial
- Ocupação do Beco do Cotovelo

Em 1850, Antonio Simões Ferreira de Faria, arruador e cordeador da Câmara de Fortaleza¹⁴⁵, desenhou uma “Planta da Cidade de Fortaleza” (Figura 35), registrando ruas, quadras e as áreas já edificadas¹⁴⁶. Além dessas informações, inclui um projeto de expansão urbana para a zona ocidental e oriental do riacho Pajeú. Na área ocidental da cidade, o arruador projeta o crescimento do núcleo urbano, talvez obedecendo ao ordenamento urbanístico definido por Paulet, caracterizado por um traçado ortogonal, com quadras regulares (Figura 36).

A nova malha urbana proposta por Simões difere da posterior trama projetada por Herbster, configurada a partir dos dois eixos formados pelos antigos *boulevards* Santos Dumont e da Conceição (atual Dom Manuel).



Figura 35: Planta da Cidade de Fortaleza organizada por Antonio Simões Ferreira de Faria em 1850, desenhada em escala reduzida por F. B. de Oliveira em 1883. Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

¹⁴⁵ De nacionalidade portuguesa, residia “à rua do Sampaio num sobradinho, hoje substituído pela casa de residência de Monsor Liberato Dyonisio da Costa” (STUDART, 1923:362).

¹⁴⁶ Alguns marcos urbanos não são registrados nessa planta de 1850: cemitério São Casemiro (1844), cemitério inglês e o Campo da Amélia (atual Praça Castro Carreira) “amplo vazio urbano, doado à cidade pela família do Brigadeiro Francisco Xavier Torres, a fim de servir como zona de exercícios da tropa da fortaleza da Assunção.” (CASTRO, 2005:113).

¹⁴⁷ Rua do Outeiro, da Palha e da Boa Hora.

¹⁴⁸ O engenheiro era integrante da Diretoria de Obras de Pernambuco, “cedido ao governo provincial do Ceará em 1855. Dois anos depois, firmou contrato com a municipalidade fortalezense, no cargo de ‘arquiteto da Câmara’, logo lhe sendo solicitado elaborar uma planta da cidade” (CASTRO, 2005:118).

Em 1856, o Padre Manoel do Rego Medeiros levantou outra planta da cidade de Fortaleza, cuja copia está assinada por Guaraci Lavor. Trata-se de uma versão da planta de Simões de Faria, “atualizando-a e mostrando, com ruas abertas e já com denominações próprias¹⁴⁷, vias que estavam apenas sugeridas pelo arruador oficial da Câmara” (CASTRO, 2005:115) (Figura 37).

Três anos mais tarde, o engenheiro da Província e arquiteto da câmara Adolpho Herbster¹⁴⁸ elabora outro levantamento cartográfico, a “Planta Exacta da Capital do Ceará”, executada em abril de 1859, que “é um verdadeiro retrato mapográfico em escala ampla, de 1:4.000, no qual ficam assinalados todos os elementos significativos da cidade, devidamente identificados.” (CASTRO,



Figura 36: Exercício de reconstituição cartográfica. Planta da cidade de Fortaleza, 1850. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: *Planta da Cidade de Fortaleza organizada por Antonio Simões Ferreira de Faria em 1850, desenhada em escala reduzida por F. B. de Oliveira em 1883.* Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.



Figura 37: Planta da cidade de Fortaleza, levantada no ano de 1856, pelo padre Manoel do Rego Medeiros – Guaraci de Lavor – copiou. Fonte: FORTALEZA, 1979:22.

2001:141), (Figura 38). Trata-se de um levantamento da área construída, com as edificações públicas, a nomenclatura das ruas e os vários caminhos¹⁴⁹ que se dirigiam ao sul, ao leste e ao oeste, norteadores da futura expansão da cidade. Destacam-se as palhoças ladeando as vias nas extremidades da cidade, representadas todas com pontinhos. Surpreende a quantidade delas, destinadas à moradia da população mais pobre da cidade. Envolve a área urbanizada um denso coqueiral, representado também com potinhos aleatoriamente pulverizados (Figura 39).

Segundo Liberal de Castro

a cidade era totalmente circundada por ‘casas de palha’, em numero realmente impressionante. Ressalte-se curiosamente, que entre o circuito das palhoças e a parte construída da cidade se desenvolvia uma cinta aparentemente despovoad, talvez constituída por sítios ou zonas por arruar, funcionando como um espécie de cordão de isolamento social. Havia, porem, casebres na zona urbana, aliás assinalados em planta, ocupando geralmente o trecho final de algumas ruas norte-sul. Assim, a denominação ‘rua do Fogo’ imposta a uma parte da atual Major Facundo (entre a praça do Ferreira e a rua Pedro Pereira) faz transparecer a presença de edificações incendiáveis, isto é de palhoças” (1979:63).

Quatro anos depois da “*Planta Exacta da Capital do Ceará*”, em 1863, o engenheiro e arquiteto Adolfo Herbster elabora um plano de expansão para Fortaleza. O plano foi publicado no Atlas do Império do Brazil de Cândido Mendes de Almeida¹⁵⁰, sob o titulo “*Planta topographica da cidade da Fortaleza, Capital do Ceará levantada e organizada em 1863 pelo engenheiro da província e architecto da Câmara Municipal Adolpho Herbster*” (ALMEIDA, 1868) (Figura 40). Acompanha o mapa da Província do Ceará.

¹⁴⁹ Estes caminhos eram antigas estradas de penetração (futuras radiais); alguns funcionavam como caminhos por onde o gado penetrava a cidade.

¹⁵⁰ Professor de Geografia e de História no Liceu São Luiz, na antiga província do Maranhão (AGUIAR, 1996).

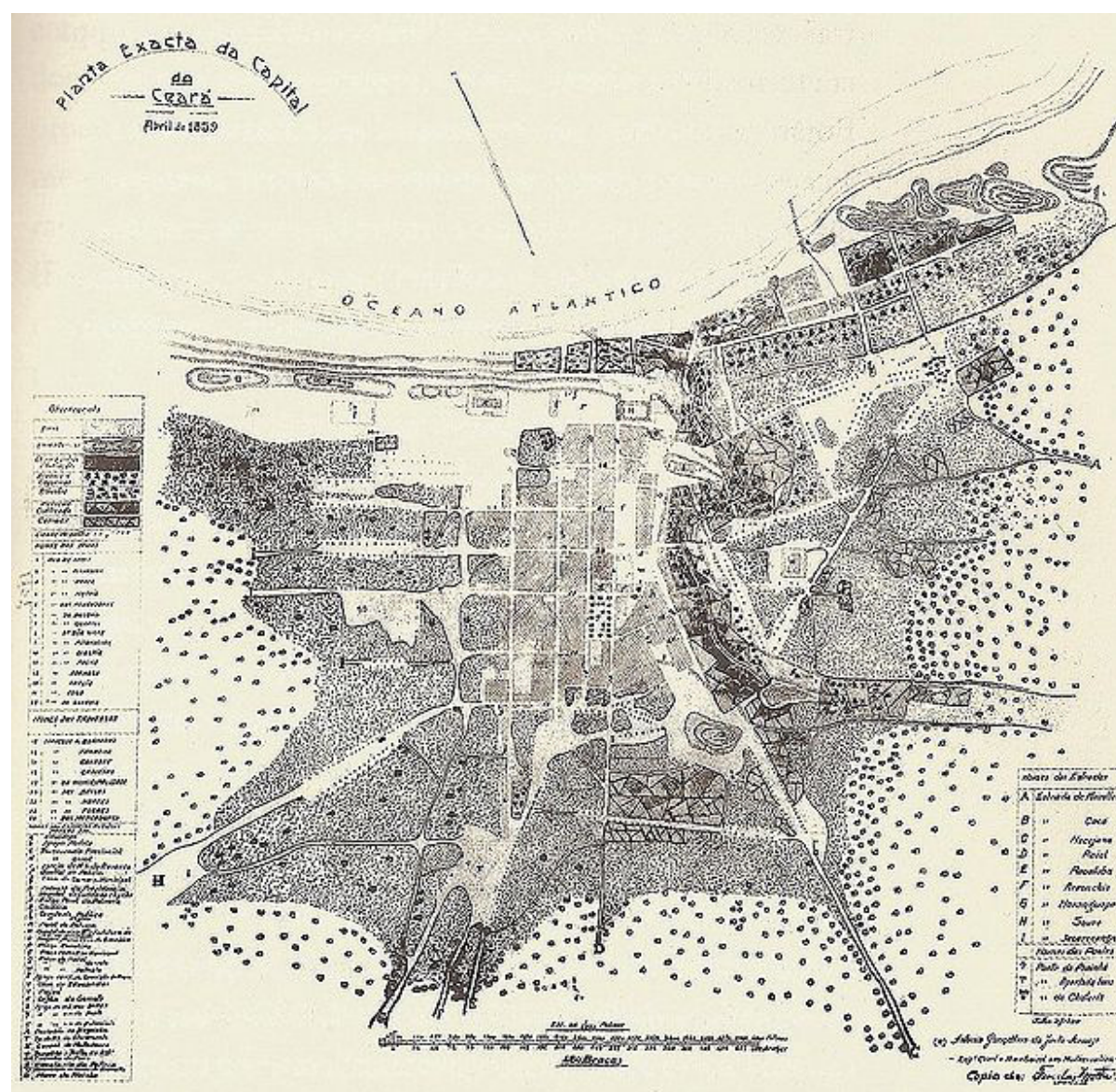


Figura 38: Planta Exacta da Capital do Ceará, abril de 1859, elaborada por Adolfo Herbster, 1859. Fonte: FORTALEZA, 1979:22

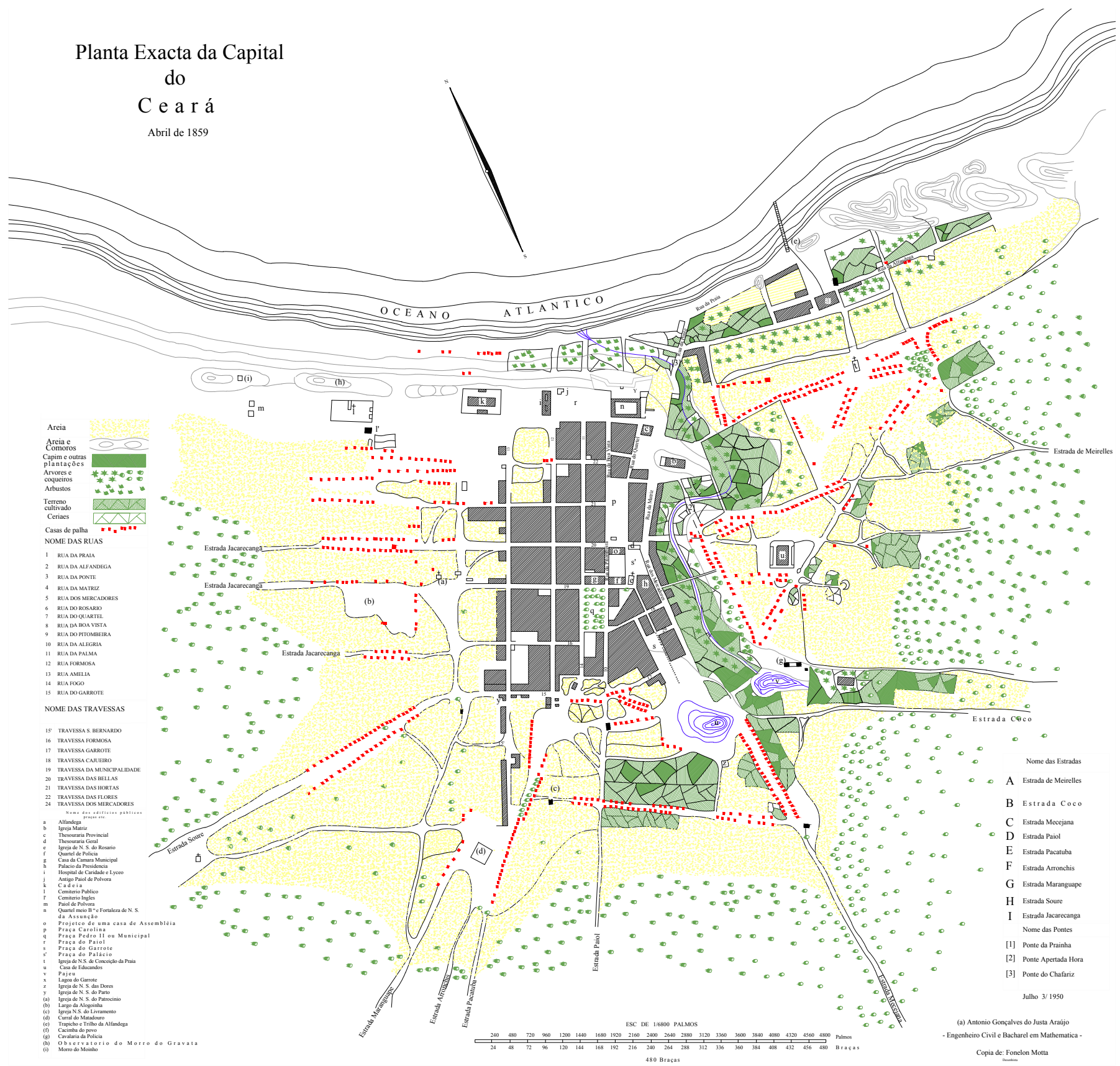
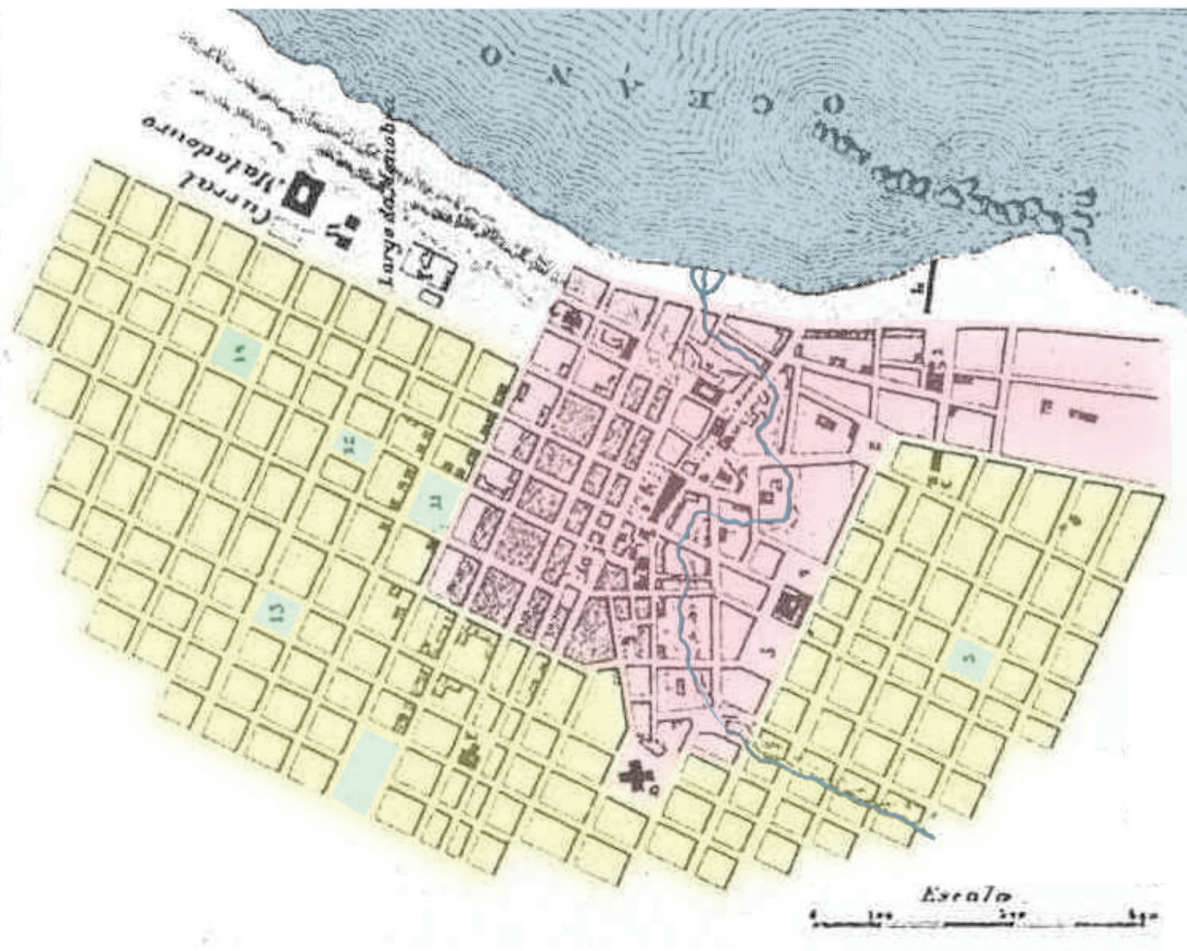


Figura 39: Exercício de reconstituição cartográfica. Planta Exacta da Capital do Ceará, 1859 - Autora Margarida Andrade. Mapa base: *Planta Exacta da Capital do Ceará, abril de 1859*. Fonte: FORTALEZA, 1979:24.



CIDADE da FORTALEZA

LARGOS E PRAÇAS	Elizabel	e Cadea
1 da Alfândega	14 das Coreatias	f Consistorio
2 da Conceição	IGREJAS E CAPELLAS	g Alfândega
3 da Leopoldina	A. N. S. de Ribamar (M)	h Trapiche
4 do Collegio	B. N. S. do Rosario (M) d'ho	i Praça do Mercado
5 das Educandas	C. N. S. da Conceição	j Camara Municipal
6 da Matriz	D. N. S. das Dores	k Assembleia Provincial
7 do Palacio	E. N. S. do Livramento	l Thesouraria Geral
8 Carolina	EDIFICIOS PUBLICOS	m Provisal
9 da Alegria	a Palacio Episcopal	n Deposito da Pulvera
10 Municipal	b . . . do Governo	
11 do Patrocínio	c Fortaleza e Quartel	
12 da Ingeuita	d Hospital	

População —
18.000 almas.

LEGENDA

- Plano de Expansão
- Antigo núcleo urbano
- Praças do Plano de Expansão

Figura 40: Plano de expansão da cidade de Fortaleza, elaborada por Adolfo Herbster, 1863.
Fonte: Atlas do Império do Brasil por Candido Mendes de Almeida, 1868.

2.4 RECONSTITUIÇÃO DOS ESPAÇOS INTRAURBANOS E DA ARQUITETURA

O plano de expansão de Adolpho Herbster segue padrão urbanístico recorrente no Brasil-Império. Uma quadricula regular estende-se ao redor do velho núcleo, prolongando as ruas existentes. Assemelha-se aos planos de expansão de cidades como Maceió (1868), Belém (1883) e Manaus (1892). O mesmo padrão da quadricula é verificável em cidades novas, como Aracaju e Teresina, bem como em todas aquelas fundadas junto aos eixos ferroviários Brasil afora.

Realizou-se uma série de exercícios gráficos de interpretação das plantas supracitadas com o objetivo de compreender as dinâmicas do processo de urbanização e as transformações ocorridas em Fortaleza (1850, 1859 e 1863). Os exercícios têm como base as plantas de Simões e de Adolfo Herbster, sobre as quais foram sobrepostos dados de outras fontes documentais (descrições da cidade, inventários *post-mortem*, iconografia). Ressaltaram-se o traçado das ruas e das quadras, a localização dos edifícios institucionais (Câmara, Palácio do Governo, Alfândega, hospitais) e das igrejas, principais referências na estruturação do conjunto urbano. Reconstituiu-se a tipologia dos imóveis (casas térreas, sobrados e lojas) e foram localizadas as chácaras, espacializando os usos predominantes na área urbanizada (residencial, comercial e misto). A praça do Ferreira, coração da cidade, mereceu especial atenção, por ensejar futuras alterações importantes, cujos desdobramentos serão tratados no capítulo 3.

No exercício de reconstituição da **planta de Simões** (1850), verifica-se o crescimento do núcleo urbano no sentido oeste, segundo um traçado ortogonal constituído de ruas norte-sul e travessas leste-oeste, tendo a rua Amélia (atual Senador Pompeu) como limite. É importante destacar ao sudoeste a lagoa do Garrote (atual Parque da Liberdade) e o açude do Pajeú, localizado no encontro da estrada de Messejana (atual Visconde do Rio Branco) com a atual rua Pinto Madeira, hoje desaparecido. Observa-se com esta expansão a transferência do matadouro para fora da cidade, deslocado para a estrada de Arronches (Parangaba), possibilitando a expansão da área urbanizada. A parte oriental, chamada **Outeiro da Prainha**, caracteriza-se por uma ocupação “irregular”, rarefeita, composta de várias edificações dispostas sem nenhuma regularidade, às vezes acompanhando os caminhos. A exceção era a rua do Norte (atual Governador Sampaio), projetada por Paulet, que nascia no largo da Matriz (praça da Sé), dirigindo-se para o sul até encontrar uma das curvas do riacho Pajeú. A principal característica do plano de expansão de Simões são as ruas e travessas paralelas e perpendiculares a dois eixos de orientação - a rua do Norte e a rua que ladeava na direção sul a chacara da família Guimarães (atual Prefeitura Municipal), todas representadas por linhas pontilhadas. Simões também planeja uma pequena reticula no sentido leste e sul, tentando adaptar a malha à antiga Estrada de Messejana (Figura 41).

Liberal de Castro relata:

A planta de 1850 refletiria, assim, um clima de expectativa de progresso, subjacente no imaginário da população. Deste modo, ficaria explicada a decisão da Câmara de querer contar com um instrumento de exame da organização física da capital, a fim de lhe planejar um desenvolvimento urbano controlado.

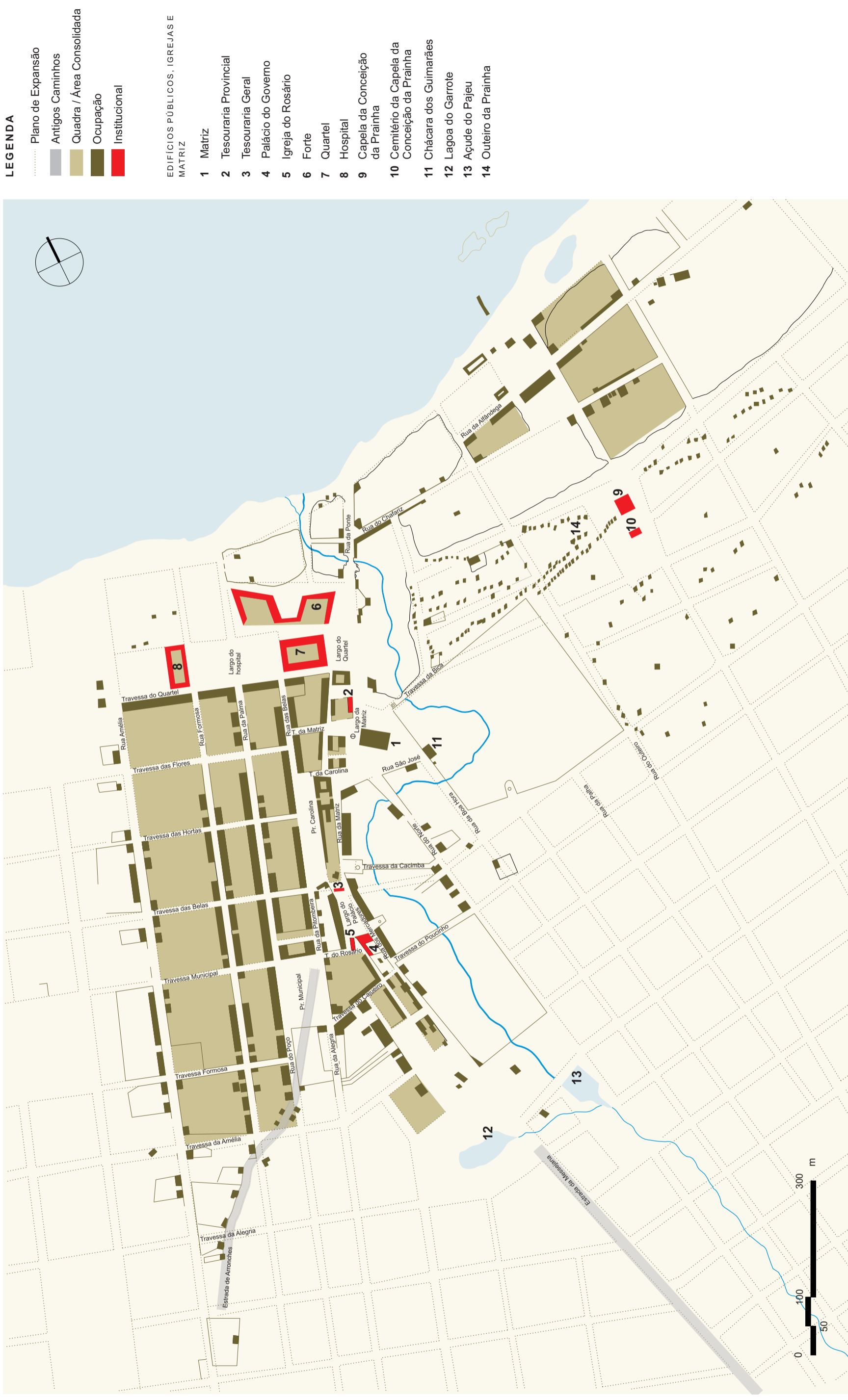


Figura 41: Exercício de reconstituição cartográfica das áreas consolidadas, 1850 - Autora: Margarida Andrade - Mapa base: *Planta da cidade de Fortaleza - Antonio Simões Ferreira de Faria em 1850 / desenhada em escala reduzida por F. B. de Oliveira, 1883*. Fonte: *Planta da cidade de Fortaleza, levantada no ano de 1856, pelo padre Manoel do Rego Medeiros - Guaraci de Lavor - copiou.*

Farias, o velho arruador da cidade, integrado às aspirações gerais, não apenas procurou providenciar o levantamento da realidade material que deparava, mas decidiu propor uma expansão do quadro urbano, tanto evidenciando o prolongamento previsto para as ‘travessas’ na zona ocidental da cidade, continua, mas, principalmente, oferecendo um risco em retícula para vasta área quase desabitada de além Pajeú (2005:108).

Na expansão para o leste, Liberal de Castro acrescenta:

A fim de configurar a trama viária que se propunha, Simões Faria levantou um sistema de ruas paralelas, perpendiculares à rua do Norte e que deveriam ser cortadas por outras tantas ‘travessas’ paralelas. Como roteiro de ação, tomando como ponto inicial das paralelas a esquina onde morava. Faria traçou uma rua que flanqueava a face sul da chácara da família Guimarães. Em seguida, levantou inúmeras ruas paralelas (‘travessas’?) à cerca sul da chácara, diretriz norteadora do seu projeto. Uma dessas ruas de maior presença nascia na parede do açude do Pajeú, [...] Para além desse ponto, próximo da saída para a Messejana, a cidade se acabava, o que não impediu Farias previsse a continuação das ruas paralelas até bem mais adiante (2005:111).

Comparativamente, às plantas do arruador e cordeador Simões¹⁵¹ e a do engenheiro Herbster (1859) são distintas. Herbster faz um levantamento rigoroso com auxílio de instrumentos topográficos, resultando numa planta mais exata. Segundo Liberal de Castro, esta planta “*não é simples representação topográfica*¹⁵² *mas verdadeiro retrato da cidade, pois nela Herbster assinala a área ocupada, a nomenclatura das ruas, todas as edificações públicas além de mostrar o uso do solo no perímetro urbano.* (CASTRO, 1979:61). Quanto à expansão da área ocupada e edificada, nota-se um processo lento, mas já firmando “*vetores de expansão para oeste e para Sul, cuja resultante se dirigia para o Sudoeste, como a indicar antecipadamente a direção de maior peso que a cidade iria conhecer no futuro*” (CASTRO, 1979:61). Na planta são assinaladas, além da nomenclatura das ruas, as várias estradas¹⁵³ de acesso à cidade, todas convergindo para a área central, antecedendo um futuro plano radial. Espalham-se também na zona periférica vários caminhos ligando locais diferentes, ladeados por casas de palha, chamadas de palhoças. Registra-se um total nove estradas, 15 ruas, nove travessas, cinco praças e três pontes (Prainha [1], Apertada Hora [2] e Chafariz [3], o Cemitério de São Casemiro e o Cemitério dos Ingleses). Indica também, por meio de convenções gráficas, os vários tipos de solo e vegetação: areia e “comoro” (dunas), capim e outras plantações, árvores e coqueiros, arbustos, terreno cultivado, cereais e casas de palha (Figura 42 e 43).

Ao redor dessa área urbanizada, havia uma concentração de sítios e chácaras, como é o caso das terras do padre Chaves, sesmaria¹⁵⁴ que foi fracionada por herança em pequenos sítios e chácaras. O “sitio Chaves”¹⁵⁵, depois conhecido como “Olho d’água”, foi arrematado em hasta pública pelo sargento-mor Antonio Francisco da Silva, português, rico comerciante, “*que se notabilizou porque transacionava diretamente com Lisboa*” (GIRÃO, 1975:19)¹⁵⁶. Em 1831, foi vendido a Joaquim Mendes da Cruz Guimarães e, em 1866, a Tesouraria da Fazenda o adquiriu por compra para servir para a construção do Palácio Episcopal e do Seminário¹⁵⁷ (MENEZES, 1992:150). Outros

¹⁵¹ Este levantamento traz algumas incorreções, pois foi realizado por cordeamento.

¹⁵² Na planta, identificam-se dois morros Gravatá (h) e Moinho (i), “um vale os separava proporcionando na área, um dos poucos acessos diretos à praia, dado topográfico que explica porque a atual rua Padre Mororó se inicia na orla marítima ao contrario das outras ruas paralelas que lhe ficam próximas” (CASTRO, 1979:62).

¹⁵³ Segundo referencia do mapa: Estrada de Meireles, Cocó, Messejana, Pacatuba, Arronches, Maranguape, Soure e Jacarecanga, onde se identifica os mesmos caminhos apontados nas plantas de Paulet.

¹⁵⁴ As terras da vila constam da sesmaria de 02.04.1683 “pelo capitão-mor de então, Bento de Macedo Faria, aos soldados Antonio Rodrigues[...] e Manuel de Almeida Arruda [...] era de uma légua de largura, da Lagoa do Mucuripe [...] caminhando para a Fortaleza, e três para o sertão.” (MENEZES, 1992:147). Uma parte das terras de Rodrigues foi doada em 1723 a São José, padroeira da igreja Matriz de Fortaleza e as de Arruda para o Padre Domingos Ferreira Chaves. (MENEZES, 1992:104).

¹⁵⁵ Em 1749, o testamento do Pe. Chaves designava uma parte de suas terras, implantado atrás da matriz, onde estava implantado esse sitio para seu afilhado Manuel Ferreira Chaves.

¹⁵⁶ Na frente, existia o sitio do engenheiro Sargento-mor naturalista João da Silva Feijó. Posteriormente passa a pertencer a Manoel Franklin do Amaral e depois de 1875 aos seus herdeiros.

¹⁵⁷ Atual Prefeitura de Fortaleza.

sítios destacam-se ao oeste do riacho Pajeú (o do naturalista Feijó, Marinhãs, Cajueiros¹⁵⁸, Tauape, Aguanambi), principalmente nas proximidades dos cursos d'água, “*substitutos eficientes para os equipamentos hidráulicos inexistentes nas moradas urbanas*” (REIS, 1970:30). Alguns sítios “*se dedicavam às atividades nitidamente rurais, com objetivos econômicos*” (CASTRO, 2004:103), como por exemplo, o sítio Cocó do cel. Machado, com casas de vivenda, de engenho, de purgar, e de fazer farinha, com aviamentos, engenho de ferro, caldeiras, alambique de cobre e mais pertences, poucos canaviais, coqueiros, laranjeiras, e outras fruteiras, avaliado por 25 contos de reis¹⁵⁹. As chácaras “*quase sempre voltadas para produção de consumo doméstico, interpolavam o mundo rural com a vida urbana, trazendo o campo para a cidade*” (CASTRO, 2004:103).

Como descreve Gustavo Barroso, o naturalista Feijó residia numa casa “*em cujos fundos corria o riacho Pajeú [...] e, na chácara que a rodeava, além do córrego, havia nascentes de boa água. Ficava na antiga rua de Baixo, [...] em frente ao quartel [...] o prédio ficava um tanto afastado do centro da via pública, entre árvores seculares*” (BARROSO, 1962:196-7). Notam-se, na área urbanizada, dois núcleos: um à margem esquerda do riacho Pajeú, suportando as diversas atividades urbanas, e outro na praia ligado às atividades portuárias marcado pela antiga alfândega e um trapiche de desembarque. Fora da área arruada, notam-se vários caminhos secundários. Na zona leste, em meio a grande quantidade de casas de palha acompanhando os antigos caminhos para o sertão, já se encontra construída a Casa dos Educandos (atual Colégio da Imaculada Conceição).

Observa-se desde 1850, com o plano de Simões, uma intenção de expandir a cidade para além do riacho Pajeú, na área denominada de Outeiro. O **plano oficial de expansão** de Adolfo Herbster, de **1863**, é o marco da mudança na estrutura urbana da cidade. É nessa década que Fortaleza se torna o principal núcleo da Província, graças ao seu papel na comercialização de produtos de exportação, principalmente o algodão, cuja valorização no mercado internacional elevou-se durante a Guerra da Secessão nos Estados Unidos. Thomaz Pompeu, em seu ensaio, descreve a cidade com 16.000 habitantes, “*contando com os suburbios ocupados por casas de palha*”, possuindo “*960 casas de tijolo alinhadas e entre estas uns oitenta sobrados, e fora do alinhamento, 7.200 casas cobertas de palha*”, o que corresponde a **88 % de choupanas** (1997:22). Aqui merecem algumas perguntas: como as palhoças seriam incorporadas ao plano de Herbster? Houve uma política de reassentamento e inclusão da população excluída pelo plano? Ao que indica, o plano e as posturas municipais induziram à eliminação das palhoças nas novas áreas arruadas cabendo à iniciativa privada comprá-las e reedificar novas edificações com materiais construtivos mais duráveis e conforme o alinhamento das ruas.

Sobrepondo o plano de 1863 na planta de 1859, onde se nota uma vasta malha em xadrez encobrindo as estradas que ligavam Fortaleza ao sertão (futuras radiais) (Figura 44). Destas, somente três permaneceram: a Estrada de Messejana (BR-116), a Estrada do Soure (BR-222), a Estrada Arronches (avenida da Universidade), “*em pontos relativamente distantes da parte central da cidade.*” (CASTRO, 1994: 68).

Com base no estudo de Liberal de Castro, este plano de expansão “*seria uma transcrição da planta ‘reformada’ da cidade, entregue por Herbster aos vereadores em fins de 1861* (Ata da sessão de

¹⁵⁸ Limitado pelas ruas Chafariz (atual Jose Avelino), rua da Praia (atual Pessoa Anta), rua Sena Madureira e travessa da Praia (atual Boris).

¹⁵⁹ Inventário de 1869, pacote 18.



- LEGENDA**
- 1 Quartel e Fortaleza de N. S. da Assunção
 - 2 Paioi da Póvoa
 - 3 Hospital de Caridade e Liceu
 - 4 Igreja Matriz
 - 5 Tesouraria Provincial
 - 6 Tesouraria Geral
 - 7 Igreja de N. S. do Rosário
 - 8 Palácio da Presidência
 - 9 Casa da Câmara Municipal
 - 10 Igreja de N. S. da Conceição da Praia
 - 11 Alfândega
 - 12 Curral do Matadouro
 - 13 Açude do Pajeu
 - 14 Ponte do Chafariz
 - 15 Igreja N. S. do Livramento
 - 16 Trapiche e Trilho da Alfândega
 - 17 Quartel de Polícia
 - 18 Igreja N. S. do Parto
 - 19 Mercado Público
 - 20 Cadeia
 - 21 Cemitério Inglês
 - 22 Cemitério Público
 - 23 Antigo Paioi
 - 24 Igreja
 - 25 Igreja de N. S. do Patrocínio
 - 26 Projeto dum Casa de Assembléa
 - 27 Casa de Educandos
 - 28 Cavalaria da Polícia

- A Praça d'Amélia
- B Praça do Paioi
- C Largo do Quartel
- D Largo da Matriz
- E Praça da Carolina (Feira Velha)
- F Largo do Palácio
- G Praça Pedro II ou Municipal
- H Praça do Garrote
- I Rua Amélia
- J Rua Misericórdia
- J' Rua Formosa
- K Travessa das Flores
- K' Rua da Palma
- L Travessa das Hortas
- L' Rua da Boa Vista
- M Travessa das Belas
- M' Rua do Quartel
- M'' Rua do Plombreira
- N Rua Fogo
- N' Travessa da Municipalidade
- O Rua da Alegria
- O' Travessa Formosa
- P Travessa Cajueiro
- P' Rua do Garrote
- Q Rua do Rosário
- Q' Travessa São Bernardo
- R Rua da Matriz
- R' Travessa dos Mercadores
- S Rua Sampaio
- S' Rua da Ponte
- T Rua da Praia
- T' Rua da Alfândega
- U Travessa do Poucinho
- U' Travessa Garrote

Figura 42: Exercício de reconstituição cartográfica de Fortaleza: quadras e vias, 1859. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: *Planta Exacta da Capital do Ceará, abril de 1859*. Fonte: *Planta da cidade da Fortaleza, 1859/ BEZERRA, 1992*.

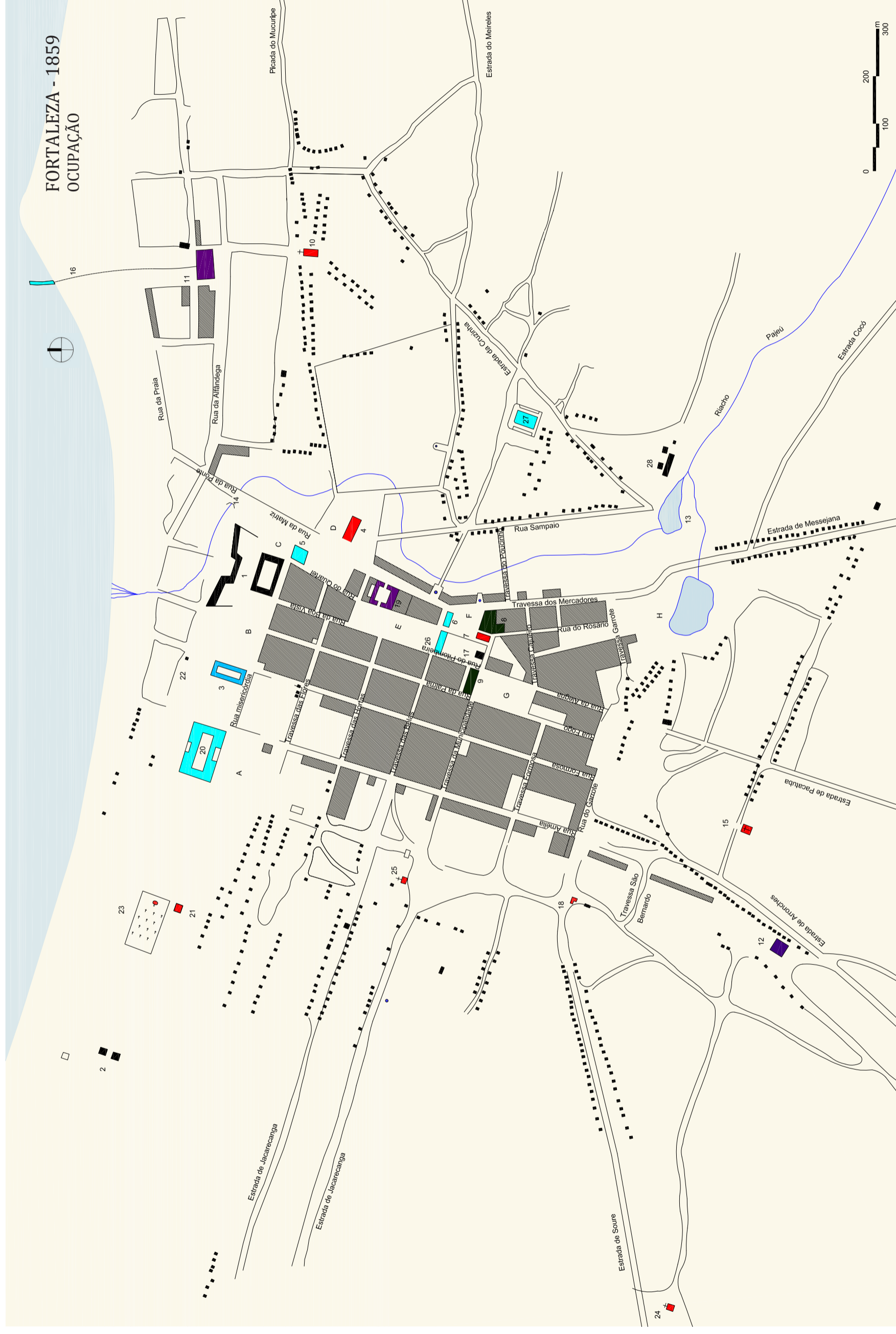


Figura 43: Exercício de reconstrução cartográfica de Fortaleza: ocupação, 1859. Autora: Margarida Andrade . Mapa base: *Planta Exacta da Capital do Ceará, abril de 1859*. Fonte: *Planta da cidade da Fortaleza, 1859/ BEZERRA, 1992*.

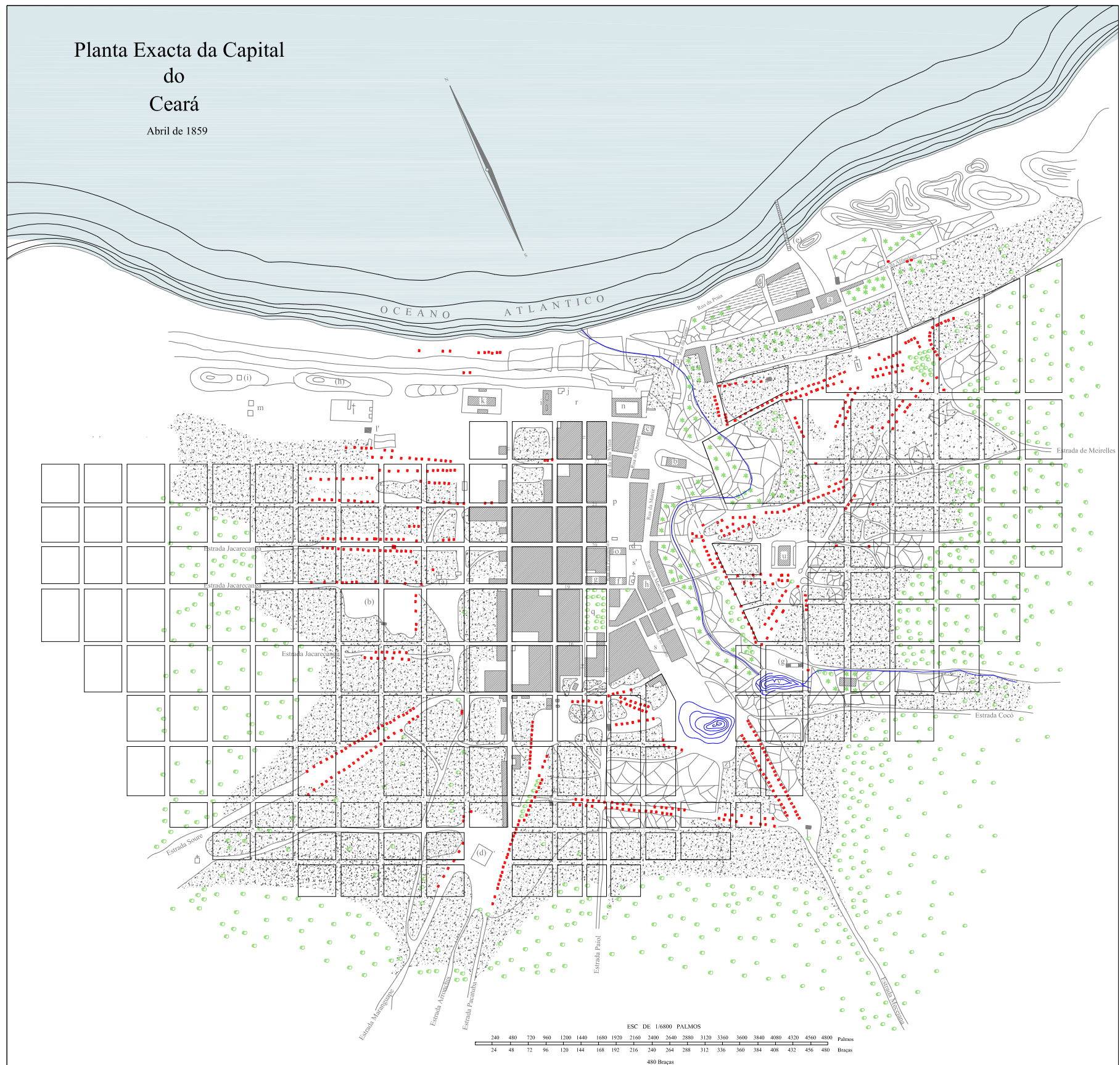


Figura 44: Exercício de reconstituição cartográfica do plano de Herbster na planta de Fortaleza de 1859. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: *Planta Exacta da Capital do Ceará, abril de 1859*. Fonte: Planta exacta de 1859/ Plano de Expansão de Adolfo Herbster, 1863.

14.11.1861), compilada por determinação da Câmara para resolver problemas então surgidos com o crescimento fortalezense” (CASTRO, 1994:85). A planta registra “uma área projetada para expansão que equivaleria umas seis ou sete vezes aquela ocupada pela cidade na ocasião” (CASTRO, 1994:86). No sentido leste a oeste “cobria uma largura de cerca de dois quilômetros, desde a atual Rua João Cordeiro até a Praça Gustavo Barroso (do Liceu)” (CASTRO, 1994:86).

2.4.1 TRAÇADO URBANO E A IMPLANTAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES NOS LOTES

O parcelamento do solo predominante em Fortaleza foi orientado por um traçado ortogonal, com “ruas” no sentido norte-sul e “travessas” no sentido leste-oeste. A ocupação aconteceu primeiramente nas ruas de sentido norte-sul, nos lotes do lado da sombra, isto é, na testada leste, “protegida do sol à tarde, principalmente depois das 4 horas em que todos gostavam de se aprontar para espairar à janela ou na calçada” (CASTRO, 1982a:71) Estes lotes, no primeiro momento, iam de um extremo a outro da quadra, tendo frente para uma das ruas e fundo para outra. Mais tarde ocorreu a ocupação das testadas do “lado do sol”, também de rua a rua, e, em seguida, “à medida que a cidade crescia os vazios urbanos iam-se preenchendo. Assim as casas de esquina começaram a subdividir o quintal, [...] cujo muro se voltava para as ‘travessas’ construindo quatinhos ou pequenas casas de aluguel” (CASTRO, 1982a: 72) (Figura 45).

Observam-se nos inventários várias casas em lotes profundos que iam de rua a rua, principalmente na rua Amélia (Senador Pompeu), com “fundo correspondente” para a rua General Sampaio, rua Nova e rua da Palma. Um exemplo é a casa com três portas na rua da Palma com fundo para a rua Formosa, pertencente a Martinho de Borges (Inventário de 1864), contígua ao sobrado que foi de Vicente Mendes. As ruas demarcam quadras de formato retangular, com lotes de dimensões variadas: “as dimensões das testadas das casas procediam dos velhos padrões de divisão fundiária, usuais no período colonial [...] Eram medidas em palmos e seus múltiplos de frente das casas testadas” (CASTRO, 2007:21). Esse padrão corresponde ao “sistema de fenestração das fachadas, de feição, expresso pelo ritmo porta/janela/porta, em que prevalecem os cheios sobre os vazios” (CASTRO, 1999:67).

2.4.2 CARACTERÍSTICAS DO TECIDO URBANO E DA ARQUITETURA

O exercício de reconstituição cartográfica da cidade na década de 1850 revela a área urbanizada, composta de espaços pouco especializados, verificando-se a mistura das funções urbanas numa mesma área (residência, uso misto, comércio, serviços, edifícios públicos, civis, religiosos e militares) (Figuras 46). A única exceção é a atividade portuária situada na praia, com alfândega, armazéns de exportação e trapiche. No Outeiro da Prainha, observa-se a presença de inúmeras casas de palha espalhadas ao longo dos caminhos que articulavam Fortaleza ao entorno. O exercício revela também que boa parte dos imóveis pertence a negociantes e capitalistas.



Figura 45: Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza : processo de ocupação fundiária de Fortaleza. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: *Planta aerofotogramétrica de Fortaleza, 1972*.
 Fonte: Biblioteca do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Ceará.

LEGENDA

- Ocupação ao nascente
- Ocupação ao poente
- Subdivisão dos lotes de esquina
- Limites dos lotes



Figura 47: Sobrado do Pacheco, depois Câmara Municipal.

Fonte: Coleção Nirez.

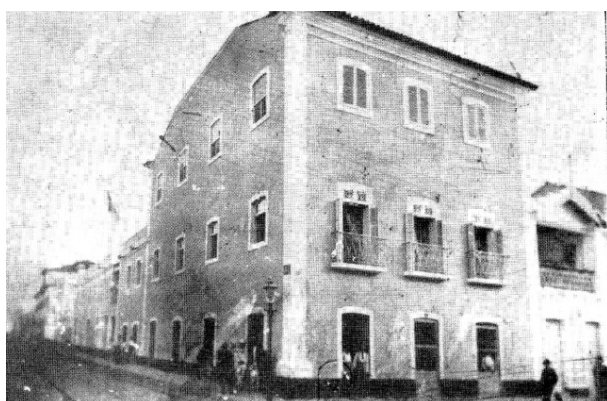


Figura 48: Sobrado do Coronel José Antônio. Machado.

Fonte: Coleção Nirez.

¹⁶⁰ “Portas, em fala fortalezense, designavam portas e também janelas. Na verdade, uma ‘casa de duas portas’ era, de fato, uma ‘casa de porta e janela’. Esses tipos de casas térreas conheceram disseminação nacional, embora recebessem nomenclatura que variava com os locais” (CASTRO, 2007:20).

¹⁶¹ Inventário de 1837, Pacote 87-A.

¹⁶² Inventário de 1852, Pacote 95.

¹⁶³ Nobre afirma que o José Pacheco provavelmente foi “o seu próprio construtor ou mestre de obras, reconhecidamente habilidoso” (1989:122). Com as seguintes dimensões: 50 palmos (11m) de frente e 96 palmos (21,12m) de fundo, e a “outra na Rua Nova com 96 palmos (21,12m) de frente compreendendo a parte do fundo para parte do quintal da mesma casa do sobrado” (LIVRO 15, CAIXA 3 – Livro de notas).

¹⁶⁴ “Acreditava-se que sobre as areias de Fortaleza não se podia construir e edificar casas elevadas e sobrados porque o terreno frouxo não suportaria o peso de um alto edifício, além disso, não era admissível um particular possuir uma casa mais alta do que a do presidente. Levantar um sobrado, além de ser uma empresa perigosa, seria também um desafio à autoridade” (NOGUEIRA, 1980). Na Décima Urbana de 1922, o imóvel pertencia a Gerson Gradwohl e em 1927 foi vendido ao comerciante Plácido de Carvalho.

¹⁶⁵ Presidente da Comissão Militar que julgou e executou os revoltosos da Confederação do Equador no Ceará (GIRÃO, 1989:34).

Constata-se a predominância das **casas térreas** (Figura 2.16), de uso exclusivamente residencial, com duas portas ou de porta-e-janela. Sua implantação se enquadra na divisão fundiária típica do esquema colonial, ocupando a testada de lotes estreitos e profundos, com cerca de 20 palmos (4,40m) de frente e um ou meio quarteirão de fundo, sem recuos frontais e laterais, portanto no alinhamento das ruas. Esse “lote padronizado, ensejaria a difusão da chamada casa-corredor, cujo plano se repetia sem alterações em qualquer lote” (CASTRO, 1987:219). As variantes das “casas de duas portas¹⁶⁰” “contava aproximadamente com 20 palmos (4,40m); das de três portas, com 30 palmos (6,60m); com 40 palmos (8,80m); e assim por diante. (CASTRO, 2007: 21). O programa dessas casas segue um padrão recorrente em todo o Brasil, com ou sem corredor, lateral ou central, articulando a sala na frente, as alcovas, a “varanda” ou no fundo, um pequeno “puxado” com a cozinha, tal como descreve Nestor Goulart Reis no Quadro da Arquitetura do Brasil, publicado em 1970. Nas casas de duas portas, entretanto, “o acesso aos interiores cruzava a sala de visitas, enquanto nas casas ‘casas de três portas’ e em variantes mais amplas, o ingresso à casa já se fazia isoladamente por meio de uma ‘entrada’, nome dado a um estreito vestíbulo, que se prolongava pelo corredor de circulação” (CASTRO, 2007: 21).

Este modelo servia de critério de taxação dos edifícios urbanos. O inventário *post-mortem* de **Antônio Francisco da Silva**¹⁶¹ confirma a tipologia, os materiais, as técnicas e os sistemas construtivos predominantes, bem como o predomínio de casas destinadas a renda de aluguel. Por exemplo: casa de porta e janela, de taipa, na rua da Palma, avaliada em 100\$000; outra de porta e janela, com bica, na mesma rua da Palma, avaliada em 50\$000; e outra coberta de telha, avaliada em 600\$000. Na praça Carolina, uma casa “com frente de tijolo e demais compartimentos de taipa” foi avaliada em 800\$000 réis e estava alugada por 4\$290 réis. O inventário de **Antônio Gonçalves da Justa**¹⁶², de 1852, dá a ideia do valor das casas na rua Amélia: uma casa com três portas e cacimba foi avaliada em 1:500\$000 réis; uma casa com duas portas e cacimba foi avaliada por 1:500\$000 réis; outras duas com três portas e cacimba, foram avaliadas por 1:600\$000 réis. O inventariado possuía nove casas entre uma e três portas.

Geralmente as casas térreas de pequeno porte têm o sistema de cobertura de meia-água voltada para o quintal. Segundo Tedim Barreto, essa expressão “é conhecida e consagrada em todo o Brasil [...] (mas) não será ocioso notar que entre nós, há telhados de duas, três, quatro e mais águas; mas apenas o telhado de uma água é chamado de ‘meia-água’.” (BARRETO,1975:206). Ao longo desse período, a volumetria da cidade foi lentamente se transformando. Nos primeiros anos, a paisagem urbana era caracterizada por casas térreas, datando apenas da década de 1820 os primeiros sobrados. Desse período são os dois sobrados na praça D. Pedro II (atual Ferreira), de Francisco José Pacheco de Medeiros¹⁶³ (Figura 47), adquirido pela Câmara Municipal em 1831, e o sobrado do rico comerciante português Coronel Jose Antônio Machado¹⁶⁴ (Figura 48), com três andares, construído em 1825 pelo engenheiro militar Conrado Jacob Niemeyer¹⁶⁵. Em 1850, Fortaleza já contava com 26 sobrados, sendo três de madeira.

O sobrado do coronel Machado tinha aparência robusta e a modulação de três portas para a rua da Palma (Major Facundo). No térreo, observam-se três portas e no primeiro andar três janelas rasgadas com guarda-corpo individual, o que indica provavelmente seu uso misto – comércio



Figura 46: Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza, na década de 1850: quadras e vias. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: *Planta da cidade de Fortaleza - Antonio Simões Ferreira de Faria em 1850 / desenhada em escala reduzida por F. B. de Oliveira, 1883.* Fonte: Outero Aramac, 1979/ MENEZES, 1992/ CASTRO, 1994, *Planta Exacta de 1859*, Herbster.

LEGENDA

- 1 Quartel
- 2 Forte
- 3 Santa Casa de Misericórdia
- 4 Igreja Matriz (reconstrução)
- 5 Tesouraria Geral
- 6 Igreja do Rosário
- 7 Palácio do Governo
- 8 Casa de Câmara e Cadeia
- 9 Aguada Pública
- 10 Ponte na Rua de Baixo
- 11 Tribunal do Sanguê
- 12 Riacho Pajeú
- 14 Mercado Público
- 15 Antigo Beco do Cotovelo
- 16 Assembleia Provincial

Imóveis identificados: proprietários e inquilinos

- 01 Quantos do Teles
- 02 Afiliate Antônio Apertada
- 03 Secretário da Câmara Pedro José fluza Lins
- 04 Porteiro da Câmara Moura
- 05 Nove casas pertencentes ao negociante português Joaquim José de Almeida
- 06 Três casas pertencentes ao negociante português Joaquim José de Almeida
- 07 Capitalista português José Lins de Oliveira
- 08 Negociante português José Maria Eustaquio Vieira
- 09 Sobrado do Teles
- 10 Capitalista Construtor Luis Rodrigues Samito
- 11 Jasinto José de Sousa Pimentel
- 12 Negociante português Frederico José Pereira
- 13 João Antônio da Silva
- 14 Antônio de Oliveira Borges (Fábrica de chapéu)
- 15 Presidente da Assembleia Provincial Doutor Miguel Fernandes Vieira
- 16 Portugues negociante Antônio Gonçalves Justa
- 17 Major Ourives Antônio Belarmino Bezerra de Menezes
- 18 Portugues negociante Joaquim José de Almeida
- 19 Portugues vereador suplente Pedro José
- 20 Farmácia Mamede
- 21 Farmácia Mamede
- 22 Portugues vereador José Dias Macieira
- 23 Boutica de Antônio Eloi da Costa
- 24 Escrivão da Alfândega Inácio Ferreira Gomes
- 25 Agência de Vapores Henrique Elley
- 26 Capitalista José Joaquim da Silva Braga
- 27 Negociante Smith de Vasconcelos (Padaria)
- 28 Professor Deputado J. Saldanha Marinha
- 29 Negociante Joaquim José Barbosa Filho
- 30 Comércio Paes Pinto
- 31 Vereador José Pío Machado
- 32 Manuel Feiz de Almeida e Sá
- 33 Cel. José Antônio Machado
- 34 Negociante Vereador Francisco Barroso
- 35 Negociante Manuel José Cavalcante
- 36 Boutica do Ferreira
- 37 Negociante Martinho de Oliveira Borges
- 38 Vicente Mendes
- 39 Deputado (Suplente) Doutor Thomaz de Sousa Brasil
- 40 Alfaiataria Xico
- 41 Comércio do português Manuel José Saigado de Couto
- 42 Comércio de José Maria Eustaquio Vieira
- 43 Empregado da Alfândega Manuel José de Vasconcelos (Papi)
- 44 Chácara de Joaquim Fonseca Soares e Silva
- 45 Manoel Franquim do Amaral
- 46 Antigo Sobradinho de Madeira Antônio José Moreira Gomes (depois Manoel Bezerra de Albuquerque)
- 47 Chácara de Mendes & Irmão
- 48 Antiga Chácara da família Torres
- 49 Casa do inglês Sislehurst

- Occupação
- Sítio
- Palhoça

na parte de baixo e residência nos andares superiores do sobrado; essas atividades conjugadas possivelmente realizadas pelo próprio proprietário. Desprovido de ornamentos, destacam-se apenas os cunhais e a cimalha arrematando a cobertura.

Em 1850, dos 1.418 imóveis existentes, apenas 28¹⁶⁶ (1,9%) eram sobrados (Figura 49). Destes, a maioria estava concentrada na rua Nova (Barão do Rio Branco), o restante na rua da Palma (Major Facundo), e dois na face oeste e norte da praça D. Pedro II (praça do Ferreira).

A cidade, até 1818, não possuía um mercado público¹⁶⁷: “a *pequena e a grande permuta se faziam em lojas e vendas que se encontravam na Rua Direita dos Mercadores e na do Rosário*” (BRIGIDO, 2001:229). O governador Sampaio, para construir o Mercado Público, teve de vencer a oposição de todos os “atravessadores” e “monopolistas”, vereadores da Câmara em sua maioria. Este movimento era comandado pelo capitão-mor João Moreira Gomes¹⁶⁸, que se opunha “*por todos os meios ao estabelecimento de todo e qualquer agricultor ou negociante, que viesse de fora, e pudesse de alguma forma destruir o seu bem estabelecido monopólio*” (PEIXOTO, 1906:19). Finalmente, foi convocado o negociante Lourenço da Costa Dourado, que se comprometeu a financiar a construção, “*ficando religiosamente aplicados para o seu pagamento tanto os alugueres dos lugares do mesmo Mercado, como a imposição sobre os aguardentes*”. O termo foi lavrado na Câmara, então presidida pelo juiz de fora José da Cruz Ferreira, levando dois anos (1812-1813) para vencer os obstáculos.

O projeto do novo mercado deve-se ao engenheiro militar José da Silva Paulet e a construção foi arrematada pelo mestre arruador e cordeador português Antonio Simões Ferreira de Faria (Figura 50). Após o fim das obras do Mercado Público, o comércio começou a se desenvolver nos arredores da antiga praça Carolina. Na virada da segunda metade do século XIX, o comércio se diversificou, tornando-se mais refinado, e localizando-se ao longo da rua da Palma e em torno da praça do Ferreira (Figura 51).

Fortaleza se consolidou como principal núcleo político-administrativo após a Independência do Brasil. A década de 1830 marcou a preponderância da capital em relação ao Aracati, ao mesmo tempo, condicionando mais investimentos em obras públicas¹⁶⁹. Fortaleza, gradativamente, vai sendo “*equipada para o exercício das funções comerciais e burocráticas, em detrimento dos demais núcleos urbanos da província*” (LEMENHE, 1991:96) bem como merece outras intervenções com implicações higienísticas, tal como o Cemitério¹⁷⁰ São Casemiro¹⁷¹ (1847-1848), projetado pelo tenente Tenente Dr. Juvêncio Manuel Cabral de Menezes, ao lado do pequeno Cemitério dos Ingleses.

O engenheiro da Província Dr. Manuel Caetano Gouveia (1824-1852), importante figura no cenário das obras públicas, projetou e construiu em 1850 a Cadeia Pública¹⁷² (Figura 52), “*uma das primeiras a atender às modificações impostas pela nova legislação penitenciária imperial*” (CASTRO, 1973:25), e “*a mais antiga realização do neoclassicismo oficial fortalezense*” (CASTRO, 1982a:56).



Figura 50: Portada de entrada do mercado público.

Fonte: GIRÃO, 1959:86.

¹⁶⁶ Sendo dois de madeira, um localizado na rua de Baixo, pertencente ao capitão Antônio José Moreira Gomes, “com escada por banda” e outro sobradinho de taipa no estilo de Moreira, antiga residência dos governadores.

¹⁶⁷ Em 1814, o mercado se achava instalado em um telheiro pertencente à Casa da Câmara, praticamente em ruína. No fim de 1814, deu-se o início da obra.

¹⁶⁸ Pertencia a lista de homens brancos de 1799 com o número 12. Sogro do grande comerciante Coronel José Antônio Machado.

¹⁶⁹ Na administração de Alencar, o arquiteto José Antônio Seifert, natural da Boêmia, projetou a antiga Alfândega, já demolida (STUDART, 1918:199).

¹⁷⁰ As posturas da Câmara do Rio de Janeiro proibindo o enterramento nas igrejas foi normatizada em 28.01.1832, enquanto Salvador em 1835.

¹⁷¹ O seu abandono se deu devido “as precárias condições do solo junto da antiga duna.” (CASTRO, 1979:62). Local hoje ocupado pelos escritórios da RFFSA.

¹⁷² O presidente Francisco Silveira da Mota, em 1850, “ordenou ao engenheiro Manuel Caetano Gouveia [filho do comerciante português Antonio Caetano] que organizasse a planta [da cadeia pública] e desse começo aquela obra.” (MENEZES, 1992:75), entretanto não pôde concluir a obra pois faleceu muito cedo.



Figura 52: Cadeia pública.
Fonte: Coleção Nirez.



Figura 53: Escola do Ensino Mútuo.
Fonte: Coleção Nirez.

Conforme se observa no relatório do engenheiro Manoel Caetano Gouveia ao Conselho de Obras Públicas:

Sendo a segurança a qualidade essencial das prisões, eu queria obtela sem sacrifício da salubridade, e mesmo d'aquelles indispensáveis commodos que exige a moralidade, e que, não tornando agradável a vista de um preso, devesse contudo concorrer para que a sua posição não seja totalmente miserável.

Neste intuito, dei a cada enxovia doze janelas, e estabeleci um grande corredor para animar a ventilação, e ao mesmo tempo obter-se fácil vigilância; o arejo é ainda augmentado pela grandeza que dei ao pé direito do edifício.

Verão da planta, um muro de conveniente altura isola o edifício da vista do público, e uma só porta fornecerá todo o serviço. Assim, os presos serão vigiados por toda parte, isolados do exterior e collocados em prisão segura e salubre. (ABREU, 1936: 138).

A Repartição das Obras Públicas foi criada pela Resolução Provincial nº 833 de 1857, envolvendo “trabalhos de variadas artes, ou officios manuais, notadamente pedreiros, marceneiros e ferreiros, aparecendo o Governo Provincial como o principal executor e contratador” (NOBRE, 1989:122). Nessa época foram construídos o Conselho Administrativo da Província, a Escola de Ensino Mútuo (Figura 53), Santa Casa da Misericórdia (Figura 54) e a rampa do Palácio da Presidência, delimitando a praça General Tibúrcio¹⁷³. Após a seca de 1845, houve um período de prosperidade (1851-1860), refletido tanto nas atividades realizadas pela iniciativa privada como nas obras públicas. A construção do edifício da Assembleia Legislativa Provincial, projetado pelo engenheiro Adolfo Herbster¹⁷⁴, “figura como uma das peças mais importantes do neoclassicismo do País” (CASTRO, 1977), destacando-se nesse exemplar provinciano o pórtico em pedra lioz portuguesa (Figura 55). Em 1854, foi iniciada a construção da Alfândega de Fortaleza, localizada na atual Capitania dos Portos, arrematada por **José Rufo Tavares**.

Numa economia ligada ao comércio marítimo, as propostas de melhoramentos do porto de Fortaleza tornam-se uma questão preponderante. “Os primeiros colonizadores preferiram o abrigo seguro do Mucuripe, mas, com o desenvolvimento da cidade havia interesse na existência de um porto ao pé da cidade” (CASTRO, 1979:57). Em 1857, o trapiche proposto por Gouveia foi construído “sobre uma estacada de madeira avançada para o mar, em forma de ponte, servindo para embarque e desembarque de passageiros e mercadorias. Este trapiche, de madeira com cobertura de telhas, foi munido de guindaste e carretas sobre trilhos para suspensão e transporte das mercadorias”¹⁷⁵. Gradativamente, a ponte foi sendo aterrada e, a partir de 1870, o embarque só podia ser feito em maré alta.

Fortaleza enfrentou dois problemas quanto à aquisição de materiais para as construções. Primeiro a dificuldade de produzir tijolos, trazidos de locais distantes¹⁷⁶, e segundo a utilização da argamassa de barro e areia no lugar da cal.

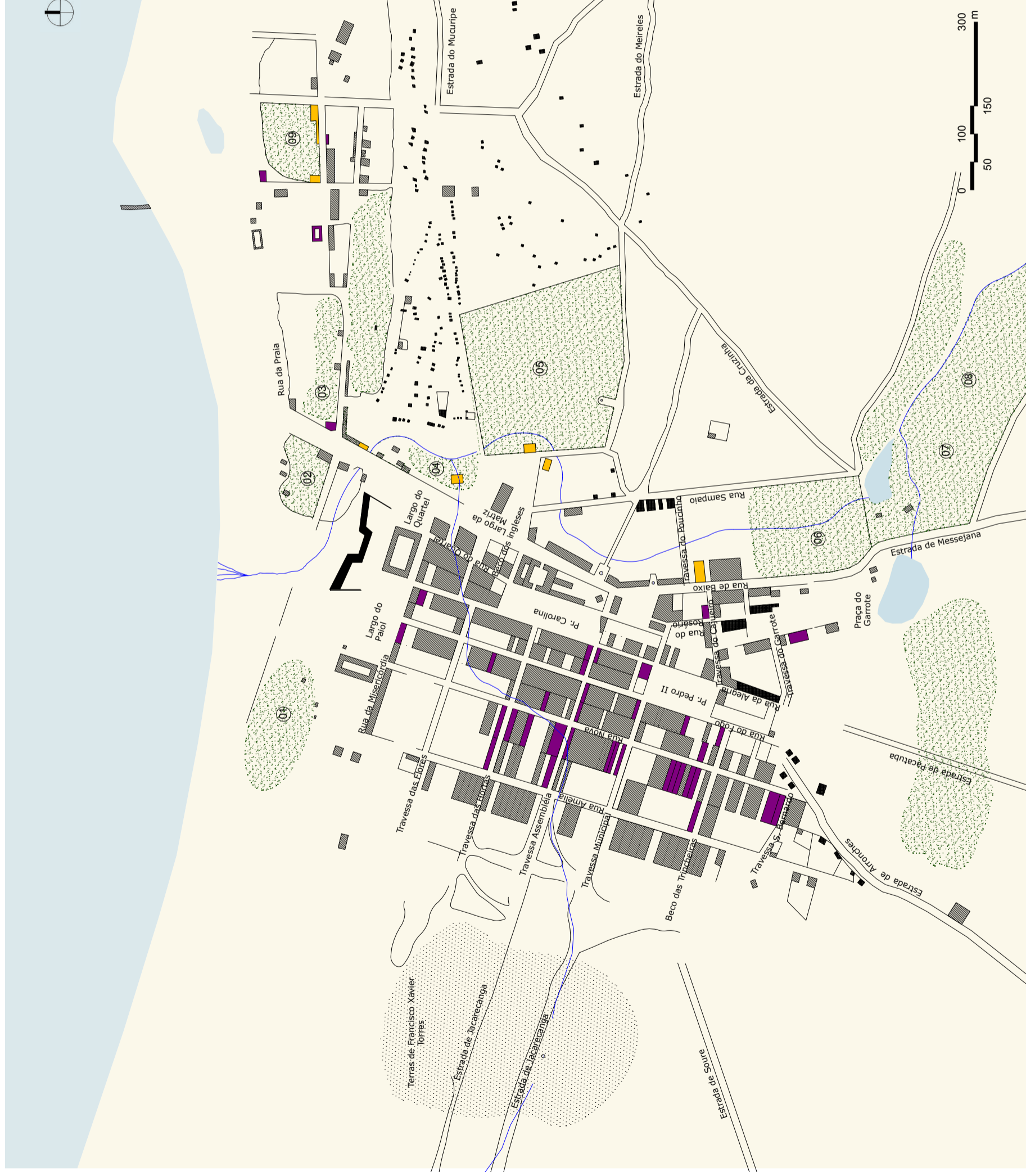
¹⁷³ A cargo do Sargento-mor Joaquim Inácio da Costa Miranda e executado pelo pedreiro Braz Quintão de Sousa.

¹⁷⁴ As obras de carpintaria foram executadas pelo mestre Antonio da Rosa e Oliveira (NOBRE, 1989:124).

¹⁷⁵ ALBUM DE FORTALEZA DE 1931.

¹⁷⁶ Os tijolos vinham muitas vezes de Aracati, como também a cal, “quando não era importado de Lisboa.” (CASTRO, 1982:53).

FORTALEZA DÉCADA 1850 TIPOLOGIAS



- LEGENDA**
- 01 Sítio do Manoel Moreira da Rocha
 - 02 Sítio Papi
 - 03 Sítio dos Coqueiros (João Gomes Nobre)
 - 04 Sítio do Major Manoel Franklin do Amaral
 - 05 Sítio do Cel. Joaquim da Cruz Guimarães
 - 06 Sítio D. Ana da Costa (depois Sítio Gouveia)
 - 07 Sítio Francisco Pereiro Marinho (Sítio Marinhas)
 - 08 Sítio Bento de Sousa Pereira
- Sobrados
 - Térreas
 - Cháccaras
 - Palhoças
 - Sítios

Figura 49: Exercício de reconstrução cartográfica - Fortaleza, 1850: tipologias. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: *Planta da cidade de Fortaleza - Antonio Simões Ferreira de Faria em 1850 / desenhada em escala reduzida por F. B. de Oliveira, 1883.* Fonte: CASTRO, 1994 / MENEZES, 1992 / Outro Aramac, 1979 / Planta exata da capital do Ceará, 1859, organizada por Adolfo Herbster.

FORTALEZA
DÉCADA 1850
USOS

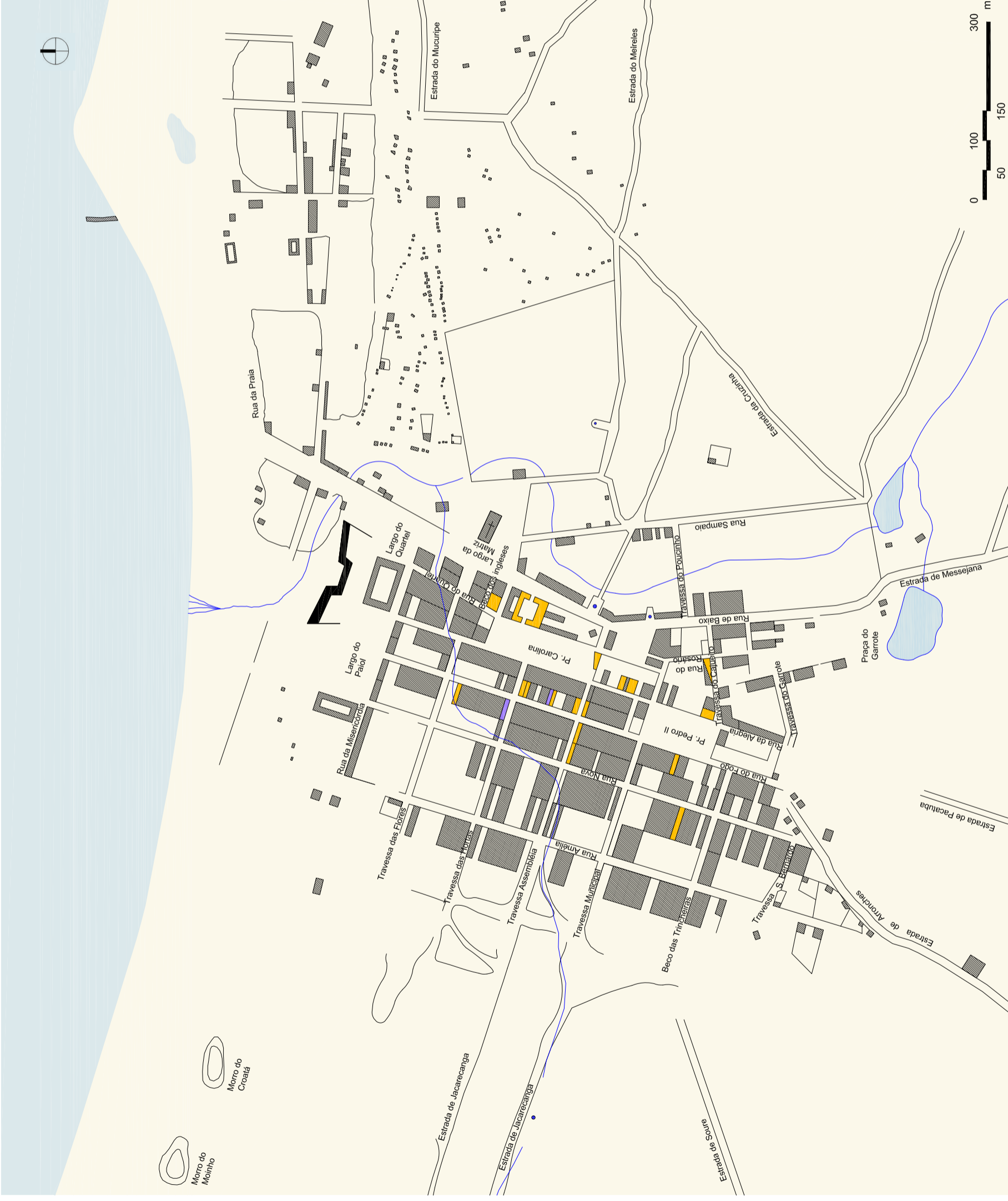


Figura 51: Exercício de reconstrução cartográfica - Fortaleza, 1850: usos. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: *Planta da cidade de Fortaleza - Antonio Simões Ferreira de Faria em 1850 / desenhada em escala reduzida por F. B. de Oliveira, 1883.*
Fonte: CASTRO, 1994 / MENEZES, 1992 / Outro Aramac, 1979 / Planta exata da capital do Ceará, 1859.

Segundo Liberal de Castro,

A fabricação de tijolos, feito de barro misto com diatomita extraído das lagoas periféricas à cidade, conduz à solução cabal do problema [...]. Os tijolos brancos, leves, meio porosos, achatados (‘romanos’, no dizer de um visitante, por certo mais pela forma do que pela cor) ofereciam grandes vantagens, tais como o pouco peso da unidade, a rapidez de aderência à argamassa de cal e areia, além de ser antitérmicos. A relativa porosidade que tinham, pouco agravava, dado que o solo era seco, arenoso e o efeito das chuvas podia perfeitamente ser combatido pelo reboco (1982a: 53).

João Nogueira aponta a existência dos três sobradinhos de madeira, “*que contrastavam pela altura e gênero de construção com o casario de taipa, de beira e bica e acachapada, de então*”. O mais antigo situa-se na praça do Conselho (largo da Matriz); o segundo era edificado nos fundos do quintal do Palácio do Governo, antiga residência do negociante Antônio José Moreira Gomes¹⁷⁷; e o último, conhecido como sobrado de Lucas Torres, situado em frente à praça da Sé (CASTRO, 1980:170-171).

Quanto à cobertura das antigas casas térreas, “*apresentavam cobertas de duas águas, em cangalha, uma vertendo para a rua e outra, para o quintal*” (CASTRO, 2007: 21). Na segunda metade do século XIX, “*alcançaram certos padrões construtivos, em que se destacava a retirada das beiradas, substituídas por calhas beneficiadas com cornija superpostas por platibandas*” (CASTRO, 2007: 21). Quanto ao madeiramento das cobertas, “*havia uso generalizado da carnaúba, nas linhas e nos caibros. Estes sempre aplicados conforme a modalidade chamada de ‘caibros juntos’, assim denominados por rejeitarem o emprego de ripas*” (CASTRO, 2007: 21).

Fortaleza, ao longo da primeira metade do século XIX, gradualmente deixou de ser um pequeno núcleo captador do algodão, para atender às imposições da inclusão do Ceará no mercado internacional. A “*Planta da Fortaleza, 1859*” e a “*Descrição da cidade da Fortaleza*” de 1845 registram **15 ruas**¹⁷⁸, **nove travessas**¹⁷⁹, **quatro cacimbas** d’aguadas públicas¹⁸⁰. Existiam nesse período as seguintes praças: a praça da Sé¹⁸¹, a mais antiga, a praça Carolina¹⁸² ou da Feira Velha, em frente ao mercado público construído por Silva Paulet; o largo das Trincheiras¹⁸³, atual praça do Ferreira; a do Paiol em frente ao mar; a da Amélia “*campo deserto da sesmaria da Jacarecanga*” (OUTRO ARAMAC, 1958:232); a do Garrote, localizada na lagoa do mesmo nome; a do Palácio; o largo do Quartel e o largo do Hospital, futuro Passeio Público.

O papel e a importância das praças, segundo Lilian Vaz, “*variam conforme as culturas e as épocas e a intensidade da vida pública, e seu espaço é relacionado principalmente às atividades de caráter político, social, religioso e econômico*” (1999:140).

A **praça do Ferreira**, em 1813, ainda era um grande areal longe da praça da Matriz, com contornos indefinidos. Na década de 1820, foram construídos dois sobrados na extremidade norte¹⁸⁴, um deles adquirido pela Câmara Municipal. O terceiro prédio que definirá as ruas que partiam da praça é o do Ensino Mútuo¹⁸⁵ (esquina sudeste). Mesmo assim, a Feira Nova era considerada uma “*área não central e quase fora da cidade*”, “*muito distante da maior parte dos moradores*”, “*situada no fim de sua zona*



Figura 54: Santa casa da Misericórdia.

Fonte: Coleção Nirez.



Figura 55: Assembleia Legislativa Provincial de Fortaleza.

Fonte: Coleção Nirez.

¹⁷⁷ Sogro de Antonio José Machado.

¹⁷⁸ Segundo Outro Aramac e complementado com as plantas de 1850 e 1856, existiam em Fortaleza as seguintes ruas: Amélia, Formosa, (Palma, Fogo), (Alegria, Pitombeira, das Belas), Rosário, de Baixo, Quartel, Sampaio, Praia, Chafariz, Alfândega, São José, da Boa Hora, (Mercadores, Matriz e da Ponte) e as travessas: do Quartel, Flores, Hortas, das Belas, Municipal, Formosa, Matriz, Amélia, Alegria, Cajueiro, Pocinho, da Cacimba, da Bica.

¹⁷⁹ Segundo Outro Aramac e complementado com as plantas de 1850 e 1856, existiam em Fortaleza as seguintes travessas: do Quartel, Flores, Hortas, das Belas, Municipal, Formosa, Amélia, Alegria, Cajueiro, Pocinho, da Cacimba, da Bica.

¹⁸⁰ Cacimba do Povo, Pocinho, Lagoinha, Jacarecanga

¹⁸¹ Antiga Praça do Conselho, depois da construção da igreja em 1854 foi denominada de largo da Matriz, passando para largo da Sé (1861), Caio Prado em 1889, em homenagem ao presidente Antonio da Silva Prado, da Sé em 1890, em 1903 recebe o nome de Dr. Pedro Borges em homenagem ao médico, senador, deputado e presidente do Ceará e finalmente da Sé.

¹⁸² Depois da construção do Palacete da Assembleia Legislativa (1871) fica conhecida como Praça da Assembleia.

¹⁸³ Em 1859 foi denominada Pedro II, em homenagem ao Imperador, após a morte do Boticário Ferreira foi nomeada Praça do Ferreira, também foi conhecida como Praça da Municipalidade, em virtude da localização da Intendência Municipal.

urbana”, e sendo a “*ultima praça de entrada*” (ADERALDO, 1989:35) do gado para comercialização na cidade. Em 1842, com a desapropriação e a demolição dos casebres do beco do Cotovelo, é denominada de Feira Nova “*uma espécie de rossio secundário*” (CASTRO, 2001:129). Nessa ocasião, a praça da Carolina foi denominada de Feira Velha. O Código de Postura de 1865 determina que as praças Municipal (praça do Ferreira) e da Assembléia (praça da Carolina) fossem designadas para “*a compra e venda de frutas, legumes, hortaliças, tabuleiros, leite, ovos e cargas de qualquer gênero alimentício, fumo e capim*” (Art.88). A praça dos Voluntários¹⁸⁶ foi destinada à compra e venda de cavalos, porcos, carneiros e cabras” (ART 89) e as Praças do Patrocínio e do Encanamento (praça Paula Pessoa) “*para deposito de madeira de todas as qualidades e de materiais destinados à venda*” (Art. 90). A especialização dos espaços esteve nos horizontes das políticas urbanísticas a partir do Império Fortaleza é o exemplo típico de uma cidade de porte médio do Brasil.

2.5 ATORES SOCIAIS NA APROPRIAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

2.5.1 A CÂMARA MUNICIPAL NO CONTROLE DO CRESCIMENTO URBANO DE FORTALEZA

A cidade começa a crescer. Segundo Tristão Alencar Araripe, sua população em 1848 é de 8.896. Havia nesse momento 1.418 prédios, 40% (571) cobertos com telhas e 60% (847) de palha (ABREU, 1919:120). A palhoça faz parte do cenário urbano, não só nos arredores como em trechos das ruas norte-sul e algumas travessas. A vereação de 4 de setembro de 1822 já alertava para a substituição das casas de palha:

Acordarão em que na Rua travessa que faz frente para a praça das Trincheiras [Praça do Ferreira], edificada de cazas de palha, quem nella quizer edificar cazas de telha o podelo fazer, obtendo para isso licença deste Senado, e pagando as Cazas de palha a seos donos, pelo preço de sua avaliação (Grifou-se).

As Posturas da Câmara Municipal de Fortaleza, (lei nº. 135, de 01 de setembro de 1838) estabelecem normas para as casas de palha:

As casas de palha, que se acharem encravadas em terrenos aforados por outros, quando não se convencionem os donos dessas mesmas casas com os foreiros, serão avaliadas na forma das leis em vigor para serem, pagando-as o foreiro pela avaliação (Art. 68).

As Posturas de 1835 proibiam “*levantar cazas, ou outro algum Edifício sem preceder licença da Câmara a fim de serem alinhadas na forma da planta adoptada, pelo Arruador da Camara com assistência do Inspetor*”. Também determinavam a nomeação de um arruador por parte da Câmara “*para alinhar as propriedades, que se pretenderem erigir nesta Capital*”, sendo pago a ele, “*por quem*

¹⁸⁴ O sobrado do Pacheco, futura Casa da Câmara, localiza-se de frente para as ruas Boa Vista (Floriano Peixoto), rua Municipal (Guilherme Rocha) e travessa Pará. O segundo, do Cel. Machado, foi construído na esquina noroeste das ruas Municipal (Guilherme Rocha) e da Palma (Major Facundo).

¹⁸⁵ Este local foi questionado pela Câmara em 1828 por varias razões: 1. por não ser central e quase fora da Cidade, na última praça de entrada; 2. pelo calor que sofreriam os alunos a partir do meio dia até dezoito horas, por ficar com uma das frentes para o poente; 3. por ser muito distante da maior parte dos moradores, que teriam de se deslocar dos arredores das praças do Conselho e da Carolina e até do lugar Prainha para o fim da Cidade; 4. por incomodar os educandos, fazendo-se sair da Prainha em pleno meio dia, ou às quatorzes horas, rompendo areias quentes nas horas de maior calor; 5. que por tudo isso o lugar mais próprio seria nas proximidades da matriz (ADERALDO, 1989:35).

¹⁸⁶ Esta praça localizava-se nas proximidades do antigo caminho de Messejana (Estrada empedrada de Messejana) e próximo da lagoa do Garrote onde “*matavam-se a sede e a fome do gado vindo dos lados de Messejana*” (ADERALDO, 1974:104).

erigir o edifício”, sessenta réis por “*cada palmo de frente de rua que alinhar*” (Arts. 1 e 2).

A Lei nº 328, de 19 de agosto de 1844, publicada pelo presidente da Província José Maria da Silva Bitencourt, proibia “*lavagem de roupa, ou de qualquer objecto*” que concorresse para “*putrefação das águas, nos lugares que não tem esgotadouros que offereção uma corrente perenne*” (art. 71). Também vetava “*as cercas e plantações em roda das aguadas públicas, bem como a edificação de casas, quando a distancia das mesmas às margens [...] não exceder pelo menos a sessenta palmos*” (Art. 72).

A Câmara Municipal de Fortaleza¹⁸⁷ elabora as Posturas Policiais que são aprovadas pela Assembléia em 1835, em 1838 e em 1844, demonstrando preocupação com as questões da cidade, com base nos discursos higienistas pautados na Teoria Miasmática¹⁸⁸, vigentes no período. As normas edilícias porem, ainda não fixavam padrões de uniformização das fachadas dos imóveis.

A política higienista desenvolvida no Brasil - Império inspira-se no debate médico vigente na França no período:

O século XVIII cultiva um espírito higienista que considera a aeração como meio eficaz de expulsar das cidades as miasmas e doenças. Com o objetivo de prevenir as epidemias, tão temerosas como mortais, médicos e administradores denunciam a presença dos cemitérios e hospitais no interior das cidades. Pierre Patte será um dos protagonistas deste debate com a teoria da localização dos cemitérios fora da cidade (SALGADO, 2003:25).

No âmbito de Fortaleza, coube ao médico Castro Carreira estimular o poder público para melhoria das condições sanitárias da cidade, mediante a sugestão de algumas medidas higienistas. Essas ações preventivas começam pelos espaços públicos, matadouro, feiras e pelo açude do Pajeú:

O matadouro do açougue deve ser mudado para o lado opposto do curral, pois que, o lugar onde se faz a matança, já está muito impregnado de sangue e outras materiais em putrefação; cumpre que sejam enterrados todos os restos de fato e mais pertences etc (Grifou-se).

A **feira** é um foco, que só aprecia quem lá vai. É preciso ter o maior cuidado nos misteres de nossa alimentação; seria de grande conveniência proceder-se a uma inspeção sanitária em todos os quartos e tabernas [...]. Cumpre não consentir no centro da cidade salgadeiras de couro, como existe uma por trás da rua dos quartéis: as nossas ruas, conquanto largas, espaçosas e bem arejadas, precisão, todavia, dos cuidados dos fiscais da câmara, afim que não ajuntem immundices; [...]; tenha-se cuidado para que não empoçem as águas da chuva¹⁸⁹; grande cuidado reclamão as águas estagnadas nos quintais da rua de Baixo, [...] não podemos deixar de lançarmos as vistas para um intitulado açude do Pajehú, onde se pretendeu fazer deposito d’agua para um chafariz de inverno. O que se pode esperar de um charco, onde se acha uma porção não pequena d’agua empoçada, e onde a lavagem de roupa e animaes se acha unido substancias vegetaes e animaes em putrefação, senão um verdadeiro foco de emanações deletérias (ABREU, 1928, P. 37) (Grifou-se).

¹⁸⁷ Em 1831, a Câmara era composta pelos seguintes vereadores: presidente Martinho de Oliveira Borges (grande negociante), Joaquim Lopes de Abreu (capitão), José Maria Eustáquio Vieira (português negociante, residente na rua Formosa, no lugar do antigo matadouro, e sua loja localiza-se na rua da Palma), José Joaquim da Silva Braga (capitalista, faz parte da comissão responsável da reconstrução da Matriz), Antonio Joaquim Pereira, Antonio Nunes de Mello (português) Ignacio Ferreira Gomes (escrivão da Alfândega), Manoel José Cavalcante (negociante) e Manoel Alves de Carvalho (português)(FUNDO – Câmaras Municipais, serie/ordens/ Fortaleza, 22.01.1831).

¹⁸⁸ Segundo Yvone Salgado a grande cidade da Europa no século XVIII “*cultiva um espírito higienista que considera a aeração como um meio eficaz de expulsar das cidades os miasmas e doenças*”. A Teoria Miasmática se propaga também no Brasil e considera que o aparecimento das doenças era causado pela ação de emanações pútridas originadas de matéria orgânicas em decomposição existentes em lugares como pântanos, águas estagnadas, etc. Assim observam-se as várias propostas para combatê-las através da “*eliminação de tudo o que produzisse gases malcheirosos*”: aterro de todos os lugares pantanosos, condenação dos enterramentos dentro das igrejas, a falta de controle sobre os navios, sobre trânsito de manadas e transportes de carnes na cidade (SALGADO, 1999:351-354).

¹⁸⁹ “*As ruas de Fortaleza não eram providas de calçamento*” (ABREU, 1928:37).

Ante esse diagnóstico, o presidente Dr. Fausto Augusto Aguiar consultou a opinião de três médicos, José Lourenço, Castro Carreira e Marcos Theofilo “*sob a necessidade do dessecamento da Lagoa do Garrote, e o alcance que poderia ter em benefício da saúde pública*” (ABREU, 1928:58). O Dr. Carreira afirmou que havia inconvenientes das águas empossadas, mas podia ser conservada; Dr. Theophilo condenou a permanência da lagoa, considerando o dessecamento uma medida sanitária e o Dr. José Lourenço defendeu arduamente a conservação (ABREU, 1928:58).

Segundo diretrizes decorrentes da Teoria Miasmática proibiam-se o lançamento de dejetos e o empoçamento de água para evitar que a matéria orgânica em estado de putrefação exalasse miasmas (gases), supostos causadores das doenças. O médico continua seu relatório dando destaque às áreas do Outeiro, da lagoa do Garrote e da rua da Palha¹⁹⁰, as mais pobres da cidade:

Aos Srs. Inspectores de quarteirão do Outeiro, Garrote e rua da Palha cumpre vigiar o estado da pobreza, por que esta em geral balda de recursos, são por natureza pouco assejados; entendemos ser de grande consideração vellar sobre eles, nós, que temos muitas vezes ocasiões de os observar, nos horrorizamos algumas vezes, além da miséria, com o desleixo e porcaria; fazemos da nossa parte, o que podemos, porem torna-se preciso, que haja quem nos ajude” (ABREU, 1928:38).

O relatório das autoridades médicas para o Presidente da Província¹⁹¹, datado de 1846, denuncia a precariedade dos sepultamentos nas igrejas:

Na Matris onde 08 a 10 corpos são sepultados em uma mal cavada cova, estando quase na superfície da terra os últimos cadáveres que se enterrão, sendo tão mal cobertos, que quando entrão e, putrefação não se pode passar para aquelle lugar (apud OLIVEIRA, 2007:73).

Em virtude dessa situação, o médico Castro Carreira aconselha a criação de um cemitério fora do centro urbano, construído na gestão do presidente da Província Casimiro José de Moraes Sarmiento (1847-1848). Trata-se do Cemitério de São Casemiro (1848), no sopé do morro do Crotá¹⁹², “*segundo projeto do Tenente Dr. Juvencio Manuel Cabral de Meneses*” (CASTRO, 1982a:62).

O presidente Fausto Augusto de Aguiar, em 1848 (lei 464), determina como deverão ser os sepultamentos: “*os cadáveres dos indivíduos que fallecerem nesta cidade, e seus subúrbios, só poderão ser sepultados no Cemitério do Crotá (art.1)*”.

O jornal *O Cearense* denuncia este estado de abandono relativo ao asseio:

Mas resta um objecto sobre o qual muito chamamos a atenção do governo, já que a câmara, a quem competia, não tem dado providencias. Queremos fallar dos monturos de immundices que obstruem alguns beccos, do pouco aceio que existe no nosso mercado, da falta de limpeza que geralmente se nota em nossas ruas, onde não é raro acharem-se animaes em putrefação.

¹⁹⁰ Denominação dada a uma parte da atual rua Floriano Peixoto, entre a praça do Ferreira e a rua São Bernardo (Pedro Pereira).

¹⁹¹ Caixa não catalogada: Saúde Publica. Papéis avulsos. Offícios expedidos e recebidos das autoridades médicas para o Presidente da província. 21 de abril de 1846. Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC.

¹⁹² Onde hoje funcionam os escritórios da antiga Rede Viação Cearense. Em 1866 é construído o novo Cemitério São João Batista.

O becco, por exemplo, da casa de Sr. Garcia acha-se tão immundo pelo despejo de materiais fecaes que nelle fazem, que só por si seria capaz de empestar uma cidade (ABREU, 1928:51).

Este trecho nos permite observar o estado de insalubridade vigente na cidade na virada da segunda metade do século XIX. As áreas do Outeiro, lagoa do Garrote e rua da Palha eram as mais abandonadas, aquelas com maior concentração de palhoças. Nesse momento verifica-se o controle da Câmara Municipal na expansão urbana por meio dos Códigos de Posturas, de um plano para orientar as edificações, renunciando futuras políticas higienistas.

Quando o Boticário Ferreira assume a Presidência da Câmara¹⁹³, no período de 1842 a 1859, concretiza algumas realizações, mesmo com a dependência da autorização do presidente da Província e da Assembleia Provincial. A mais significativa é a intervenção realizada na praça Municipal¹⁹⁴, autorizada pelo presidente José Joaquim Coelho, conforme a Lei nº 264, de 06 de dezembro de 1842.

Art. 1. Fica a camara municipal desta capital autorisada a reformar o plano da mesma eliminando della a rua do Cotovello afim de ficar alli uma praça que se denominará – Praça de D. Pedro II.

Art.2. A camara irá comprando, e fazendo logo demolir as casas da mesma rua, em proporção das sobras da sua receita em cada anno que ficão applicadas a este fim, além dos donativos offerecidos por alguns cidadãos em beneficio da referida praça.

Art.3. Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Mesmo com passagem rápida no governo da Província, o Coronel Joaquim Mendes (1850) realiza importantes obras publicas. Solicita à Câmara Municipal que determine o lugar onde se deveria construir a nova cadeia, “*visto como ia ser inutilisada a que existia no quartel do corpo fixo desta cidade*”. A obra foi contratada por **José Agrella Gouveia** e finalizada em 1854. Decreta também o nivelamento e a arborização da praça Carolina, com o auxilio do cordeador municipal (ABREU, 1922:24). A arborização das cidades insere-se no âmbito das políticas higienistas do período, promovendo o “*enxugo*” das áreas pantanosas e o sombreamento das ruas e praças para além de seu embelezamento.

Na ata da sessão de 06 de agosto de 1859, a Câmara decide que o engenheiro Pierre Florent Berthot¹⁹⁵, junto do engenheiro da província Adolfo Herbster, determinem o local do novo matadouro: “*pouco se sabe da localização definitiva desse matadouro, tratando-se talvez da obra que veio a ser executada ao pé do morro do Croatá, um pouco a oeste do Cemitério de São Casemiro*” (CASTRO, 1994:60).

A segunda metade do século XIX é marcada pelo aumento das exportações de algodão, em virtude da Guerra da Secessão nos Estados Unidos, e por maior dinamização do comércio cearense. A cidade inicia o seu crescimento, associado a sua condição de centro exportador do algodão

¹⁹³ Em 1845, a Câmara Municipal de Fortaleza era composta pelos seguintes vereadores: presidente – Antonio Rodrigues Ferreira (Boticário Ferreira), José Pio Machado (Juiz de Paz), José Maximiano Barroso (escrivão de órfãos) José Dias Macieira (português) João Batista da Guerra Machado (português), Francisco Fidelis (negociante, com sua loja na rua da Palma) Joaquim Teixeira Leite (negociante português, com sua loja na rua da Palma), Manuel Alves de Carvalho (português) Francisco Dutra Macedo (português) e os suplentes Pedro José Antonio Viana (português), Pedro Lopes de Azevedo (português), Joaquim José de Almeida (português). Observam-se alguns nomes de grande comerciantes.

¹⁹⁴ Era assim denominada antes de ser chamada de D. Pedro II e depois Ferreira.

¹⁹⁵ O engenheiro Frances Berthot contratado pelo governo imperial para estudar as condições do porto da cidade, entre 1852-62 (ALBUM DE FORTALEZA 1931).

cearense, economia ligada ao comércio marítimo. Com a expansão crescente da cidade, a partir de 1860, é aprovado o plano para expansão¹⁹⁶ de Fortaleza elaborado pelo engenheiro da província Adolfo Herbster, destacando-se na Ata de 18 de abril de 1861¹⁹⁷ as seguintes posturas aprovadas:

Art 1o – O plano desta Cidade será o seguinte: Abrir-se-há hua grande rua de cem palmos de leste a oeste e outra igual de Norte a Sul o mais proximo que for possível a parte edificada, fasendo esta Cidade hum dos 4 angulos destas duas ruas.

Art 2o – Os outros tres ângulos limitarão, o do leste até a aldeota e Aguanamby, o do sul até Porangabuçu e o do oeste até Jacarecanga.

Art 3o – Dentro destes limites ninguém poderá levantar Casa de qualquer natureza que seja, nem fazer propriedade maior do que um quarteirão de Casas segundo a planta sob pena de demolição e de trinta mil reis de multa.

Art 4o - O Engenheiro da Camara fará a planta da Cidade conforme o Art 1o e fará logo abrir as ruas e travessas para o lado por onde mais se estender a edificação.

Nota-se também uma preocupação da administração pública municipal com a arborização e conservação das árvores das ruas e praças da cidade, *“investindo também contra a derrubada de árvores nos quintais particulares”*, pois *“a destruição contribuía para aumentar o calor da cidade e, por outro lado, as arvores protegiam as ruas e casas contra fina poeira soprada pelo vento”* (JUCÁ, 2003:37).

A Câmara tenta solucionar alguns problemas urbanos por meio da lei de nº 1.007, de 11 de setembro de 1861, dedicando *“com mais severidade e atenção a problemas concernentes”* (CAMPOS, 1988:86) ao ritmo das construções da cidade. Percebe-se na resolução nº1162 de 03 de agosto de 1865, o disciplinamento das construções de casas térreas dentro dos limites da cidade. O artigo 2º define a altura das edificações em 4,84m [22 palmos] *“desde a soleira até a base da cornija”*; as portas deviam ter 3,08m de altura e as janelas 2,20m, *“tendo umas e outras 4,30m de largura.”* Determina também que as *“vergas serão góticas ou semicirculares abertas ou fechadas”*, e as *“frentes serão guarneçadas de azulejo ou de cal, coloridas menos de preto”* (§ 1º e § 6º). O 7º parágrafo disciplina também em 2,0m a largura das calçadas e cada porta deveria ter de 0,11m a 0,22m de soleira superior ao passeio. Está vetada a construção de *“sótãos, trapeiras ou águas furtadas sobre a parte dos telhados das casas térreas, cujas águas despejarem nas ruas”* (Art. 18). Alguns artigos proíbem hábitos que não podiam ser mais permitidos numa área urbana: *“um só individuo conduzir mais de cinco cavalos, burros ou bois, carregados ou sem cargas, pelas ruas desta cidade”* (Art. 20); *“equipar-se ou correr a cavalo ou em burros pelas ruas da cidade”* (Art. 22); e *“conduzir-se magotes de gado vacum, cavalgar e muar pelas rua desta cidade ”* (Art. 20).

Segundo o “Ensaio Estatístico do Senador Pompeu” (1863), a população de Fortaleza envolvendo os subúrbios ocupados por casas de palha contava 16 mil habitantes. A área urbanizada envolvia apenas oito ruas *“muito direta espaçosa e calçadas”* e oito praças, *“sendo notáveis três que estão plantadas de arvoredos, existindo nelas cacimbas publicas”*. Entre os principais edifícios, segundo o autor, destacavam-se o Palácio do Governo, o Hospital da Misericórdia, os dois quartéis militares, Casa dos Educandos Artífices, a Cadeia, o Paço Municipal, a Catedral, as duas tesourarias, a

¹⁹⁶ Como foi destacado, este plano de expansão segundo, Liberal de Castro, seria “uma transcrição da planta reformada da cidade, entregue por Herbster aos vereadores em fins de 1861” (CASTRO, 1994:85), no entanto para esta pesquisa, foi considerado o ano de 1863, citado no Atlas do Império do Brasil, de Cândido Mendes de Almeida, editado em 1868.

¹⁹⁷ Apud CASTRO, 1994:85.

Alfândega, o Armazém da Pólvora, o Cemitério. Destaca-se ainda o porto formado por um arrecife, “*que vae areiando consideravelmente*” com “*uma ponte ou trapiche de desembarque, e na ponta do Mucuripe um pharol de luz fixa*” (POMPEU, 1997:22-23). Todos estes edifícios e infraestrutura urbanos são típicos da passagem da colônia para o Império, presentes por todo o Brasil.

A Resolução 1.162, de 03 de agosto de 1865, no seu artigo 5º, determina: “*na edificação das casas o proprietário será obrigado a numerá-las, assim como a retocar a numeração das existentes, logo que se deteriore ou apague*”. Em 1869 a Câmara contratou **José Maria Ventura** “*para o retocamento de 35 dísticos de ruas e praças de Fortaleza que se achavam esmaecidos*” (ADERALDO, 1989:54). Em 1876, **João Luiz Rangel** foi contratado para colocar numeração nas casas e nomear ruas e praças por meio de placas de ferro “*pelo sistema adotado na capital do Império*” (PORDEUS, 1963:340). Em 1870, o presidente da Província determinou que “*toda casa sita no perímetro desta cidade, dentro do qual se faz o lançamento da décima urbana, estando em arruamento, será numerada com placas de zinco esmaltado, contendo o numero em alto relevo*” (PORDEUS, 1963:341). A casa “*em arruamento porem isolada a grande distancia de outras, só será numerada quando estiver completo e claro existente entre ela e outras da mesma rua*”¹⁹⁸ (PORDEUS, 1963:341). Os imóveis nas praças receberam uma numeração específica, os números pares no lado oeste e sul e ímpares no norte e leste.

A homogeneidade das normas urbanísticas Brasil afora, com base nos padrões da corte, denotam a existência de uma política de urbanização bastante eficiente. Cumprida com maior ou menor rigor aqui e acolá, tal política foi responsável pela homogeneização da paisagem urbana.

2.5.2 NEGOCIANTES E PROPRIETÁRIOS

Na primeira metade do século XIX, com a Abertura dos Portos e a Independência do Brasil, verificam-se alguns atores sociais atuando com destaque nas zonas portuárias: além dos comerciantes portugueses, destacam-se as firmas estrangeiras, ambos relacionados com o comércio internacional.

Segundo Caio Prado Junior, “*até a Independência, e ainda em pleno Império, [...] o comércio brasileiro é exclusivamente estrangeiro, e dele são sistematicamente afastados os nacionais*” (1966:34). Destaca um relatório de 1799, do Marques de Lavradio, “*logo que aqui chegam (os portugueses) não cuidam de nenhuma outra coisa que se fazerem senhores do comércio que aqui há, não admitirem filho nenhum da terra a caixeiro, por onde possam algum serem negociantes.*” (PRADO JUNIOR, 1966:34) Na Colônia e parte do Império, portanto, os negociantes eram predominantemente portugueses natos. O mesmo demonstra Maria Aparecida Borrego (BORREGO, 2010) e inclusive Heloisa Barbuy (BARBUY, 2006) para o caso de São Paulo colonial e João Luis Fragoso (FRAGOSO, 2010) para o Rio de Janeiro.

Como descreve Leitão,

No Ceará como em outras capitâneas as linhas demarcadoras entre as atividades de varejo e atacado nem sempre eram claras. Grandes comerciantes que vendiam no atacado também possuíam lojas de varejo. Esses mesmos homens também possuíam comércios fixos ao mesmo tempo em que realizavam o comércio

¹⁹⁸ Isso se confirma nas décimas urbanas.

itinerante. É certo que os comerciantes volantes ocupavam posição de menor prestígio do que aqueles que possuíam comércio fixo. Sua mobilidade estava sempre a provocar desconfiança da administração pública no que se referia a extravios, contrabandos e negócios escusos. Os mascates não eram portanto vistos com bons olhos por grande parte da população, que os responsabilizava pelos aumentos dos preços e pelo prejuízo das casas comerciais estabelecidas. Os comerciantes vindos de Portugal para o Brasil compunham uma classe heterogênea.[...] Além do grande comércio, uma classe de pequenos comerciantes, caixeiros ou mascates a ascender socialmente, função de seu trabalho e dedicação aos negócios (2001:37-38).

Durante todo o século XIX, o aumento da atividade comercial em Fortaleza se acentua, permitindo a formação de uma camada de negociantes que terá papel fundamental no desenvolvimento da cidade. Com base em documento de Outro Aramac, intitulado “Fortaleza de 1845”, pode-se caracterizar o perfil desses negociantes ao longo da primeira metade do século XIX.

O português sargento-mor **Antônio Francisco da Silva** (falecido em 1837) era um personagem rico da cidade, proprietário de várias casas na rua do Quartel e na praça da Carolina, além de adquirir o sítio dos herdeiros do Padre Chaves, arrematado em hasta pública por 1:100\$000 réis, em 1831, e vendido para Joaquim Mendes da Cruz Guimarães.

O rico negociante português **Manuel Caetano de Gouveia**¹⁹⁹ (1791-1865) deu origem à família GOUVEIA. Foi acionista do Banco Provincial, participando com 10 ações, isto é 1:000\$000 (um conto de réis). Era casado com Francisca D’Agrela Gouveia (1801-1870), filha de José Agrela Jardim²⁰⁰. Foi Vice-Consul de Portugal no Ceará e “*militou na política ao lado de José Antonio Machado, enfrentando os Castros* (família Castro e Silva)” (GIRÃO, 1975:296)²⁰¹. Duas filhas do casal, Francisca e Mariana, casaram-se com dois irmãos portugueses e comerciantes: Desidério Antônio de Miranda²⁰² e Guilherme Augusto de Miranda²⁰³. Seu inventário atesta um patrimônio de três imóveis na rua Conde d’Eu (antiga rua Direita dos Mercadores): o de n.º 84 com duas portas; o de n.º 86 com três portas; e o terceiro de quatro portas, todos com “fundo correspondente” para a rua do Rosário, avaliados em 7:000\$000 réis. Possuía também um sítio nessa mesma rua, com “fundo correspondente” para a rua do Sampaio no Outeiro, medindo 1.147 palmos (252,34m) de frente por 938 palmos (206,36m), com casa sede de cinco portas e outra casa em ruína²⁰⁴. Além deste, era proprietário do sítio Vila Velha, na baixa do rio Ceará, e várias terras no interior do Ceará, principalmente Imperatriz, Canindé, Aracati.

Os imóveis para renda de aluguel concentram-se predominantemente nas ruas norte-sul: Boa Vista (Floriano Peixoto), rua da Palma (Major Facundo), rua Formosa (Barão do Rio Branco) e rua Amélia (Senador Pompeu). Seus detentores eram predominantemente comerciantes portugueses cujas fortunas resultam de atividades urbanas e rurais - terras, casas, sítios, comércio, escravos²⁰⁵, gado, empréstimos de dinheiro a juros e renda de aluguéis de imóveis. Observa-se a mobilidade desses indivíduos mais ricos, mudando-se certamente para zonas melhores e mais valorizadas. No caso do deputado Thomas Pompeu e Dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães²⁰⁶, em 1845, moravam na rua da Palma e no ano de 1852, segundo o inventário do negociante Antonio Gonçalves Justa²⁰⁷,

¹⁹⁹ Trouxe de Pernambuco Antônio Rodrigues Ferreira (Boticário Ferreira) para trabalhar na sua casa comercial. O presidente Fco Silveira da Mota em 1850 “ordenou ao engenheiro Manoel Caetano de Gouveia que organizasse a planta (da cadeia pública) e desse começo aquela obra” (BEZERRA DE MENEZES, 1992:75).

²⁰⁰ Número 20 do quadro dos homens brancos de 1799, na tabela 1.01. Considerado também um das maiores fortunas do norte da província. Casado com Mariana Francisca Pires Chaves, tiveram somente uma filha Francisca D’Agrela Gouveia (1801-1870), casada com Manoel Caetano de Gouveia (1791-1865) em 1821 (1975, p. 295).

²⁰¹ GIRÃO, 1975:296.

²⁰² Possuía seus herdeiros, na décima urbana de 1872, dois imóveis na travessa do Chafariz no 14 e no 16, dois na rua Boa Vista no 13, no 35, dois na rua Formosa no 87 e no 89 e na praça do Palácio no 4.

²⁰³ Possuía na décima urbana de 1872, um imóvel na rua Conde d’Eu no 103.

²⁰⁴ Essas propriedades (sítios e casas) foram avaliadas em 44:200\$000.

²⁰⁵ Segundo Silva “desde o seu surgimento, o elemento servil no Ceará chegou ao máximo, em termos percentuais, na década de 1840, quando representava 13% de sua população. Em 1860, era apenas 8%, chegando a 4% no primeiro recenseamento geral do Brasil, em 1872. Dentre várias causas que concorreram para esse declínio destacaram-se: a suspensão da importação de escravos desde a década de 1820, a exportação de cativos para as províncias do Sudeste e as missões de diversa natureza” (2002:89).

²⁰⁶ Bacharel pela Academia de Olinda (1837), promotor público (1839), juiz municipal e de órfãos (1843), deputado geral (1850-52).

²⁰⁷ Pacote 95, 1852.

constam residindo na rua Amélia. O mesmo aconteceu com o major Ricardo Bravos Sussuaruna, que residia na rua Boa Vista e depois na rua Amélia.

Além disso, observa-se também que essa elite de negociantes cresceu ao longo da primeira metade do século XIX, passando de 13 negociantes (em 1799), para 42²⁰⁸ (em 1845). Destes, 29 eram negociantes portugueses, nove negociantes nacionais e cinco capitalistas de nacionalidade indeterminada (OUTRO ARAMAC, 1958:230-256) (Tabelas 4, 5 e 6).

TABELA 4

NEGOCIANTES PORTUGUESES	
01. Antonio Gonçalves da Justa	
02. Antonio Eugenio da Fonseca	
03. Antonio Fernandes Farias	
04. Antonio José Maria Jorge	
05. Benedito Luis dos Santos	
06. Desidério Antonio de Miranda	
07. Frederico José Pereira	
08. Francisco Luís Salgado	
09. Guilherme Augusto de Miranda ²⁰⁹	
10. João Antonio do Amaral²¹⁰	
11. João Martins d'Aguiar	
12. José Antonio Machado	
13. José Maria Jorge	
14. José Smith de Vasconcelos	
15. Joaquim Jose d'Almeida	
16. Joaquim José Pereira Marroquim	
17. Joaquim Teixeira Leite	
18. Manoel Afonso Botelho	
19. Manuel da Costa Moura Bravo²¹¹	
20. Manoel Antonio da Rocha Junior	
21. Manuel Joaquim Neiva	
22. Manuel Pais Pinto de Vasconcelos	
23. Manuel Jose Pereira da Costa	
24. Manuel Jose Salgado Couto	
25. Martinho de Oliveira Borges²¹²	
26. Narciso José Ferreira	
27. Pedro José Antonio Viana	
28. Rodrigo Teixeira Leite	
29. Tiago José de melo	
30. Vitoriano Augusto Borges²¹³	

Fonte: OUTRO ARAMAC, 1958:230-256.

TABELA 5

NEGOCIANTES NACIONAIS	
01. Antonio Eloy da Costa, comendador	
02. Antonio Rodrigues Ferreira Filho ²¹⁴	
03. Antonio Vicente	
04. Francisco Fidelis Barroso	
05. José da Silva Matuto	
06. Manuel Jose Cavalcante	
07. José Henrique Samico²¹⁵	
08. Joaquim José Barbosa Filho	

Fonte: Outro Aramac, Fortaleza de 1845. *Revista do Instituto do Ceará*, 1958:230-256

²⁰⁸ Tristão de Alencar Araripe em 1848 faz referencia a 46 negociantes (ABREU, 1919:120).

²⁰⁹ Casado com a filha de Manuel Gaetano de Gouveia.

²¹⁰ Possuía 26 imóveis assim distribuídos: rua da Amélia no 141, no 142, no 143, no 174, s/n, s/n, s/n, rua das Trincheiras no 4, no 6 e no 8, rua Formosa no 116, no 120, no 141, no 143, no 147, no 149, no 155, no 157, rua São Bernardo no 44, no 46, no 48, no 50, s/n, s/n, s/n, s/n, rua do Chafariz no 125, (faleceu em 1878).

²¹¹ Seu inventário de 1864 (Pacote 164) possuía oito imóveis: rua da Palma 78, casa com quatro portas onde mora seu filho Raimundo da Costa Bravo, avaliada em 5:500\$000, rua da Palma no 82 com quatro portas onde mora Carlos Felipe Rabello de Miranda, avaliada em 5:500\$000, rua da Palma 83, onde mora Sabino Lopes, avaliada em 3:500\$000, rua da Palma no 94 casa com três portas avaliada em 5:000\$000, praça do Ferreira no 6 onde mora a viúva Florinda Rosa Maria do Jardim de Jesus, com três portas, avaliada em 5:500\$000, Armazém na rua Formosa no 79 com três portas, avaliada em 3:500\$000, rua Formosa no 97, casa com tres portas, avaliada em 3:500\$000 e rua Formosa no 111, onde mora João Justino da Cunha.

²¹² Faleceu 1863, adquiriu da Câmara Municipal a casa da rua Conde d'Eu, no 42 (antiga rua dos Mercadores) no ano de 1833 (GIRÃO, 1975:67). Teve quatro filhos nascidos em Portugal: Antonio de Oliveira Borges (falecido em 1892), Vitoriano Augusto Borges (falecido em 1893), Fco Ferreira Borges (segundo GIRÃO nada se sabe sobre ele, no entanto na décima urbana de 1872 possuía quatro imóveis: rua Boa Vista no 2, rua da Palma no 3, Praça do Ferreira no 12, rua Conde d'Eu no 74 e José Antonio Borges (faleceu solteiro).

²¹³ Filho de Martinho de Oliveira Borges, Em 1872 possuía dez imóveis, seis na rua Conde d'Eu, no 44, no 46, no 48, no 50, no 52, no 54, no 56 e três na praça dos Voluntários, no 11, no 13, no 23.

²¹⁴ Boticário, juiz de paz e presidente da Câmara, tornou-se um destacado gestor publico e militante do Partido Conservador.

²¹⁵ Filho de Ângelo Rodrigues Samico (falecido em 1844), empregado da Alfândega, e Ana Joaquina Samico. Casado com Rosalina Henriqueta Samico e tiveram quatro filhos: Henrique Cezidio Samico, José Henrique (falecido em 1874), Roberto Samico e Josefa Henriqueta. Falecido em 1851, segundo inventario Inventario 1852, pacote 134. Possuía uma casa na rua do Rosário com três portas com cacimba, avaliada por 600\$000 (seiscentos mil réis) e uma casa de comercio, com o balanço da liquidação no valor de 2:948\$108. Luiz Rodrigues Samico que aparece na décima urbana de 1872, como proprietário de 19 imóveis é irmão de seu pai Ângelo.

TABELA 6

CAPITALISTAS	
01.	Mendes & Irmão (pai - Antonio Mendes da Cruz Guimarães, 1816/41) ²¹⁶
02.	Antonio Teles de Menezes
03.	José Joaquim da Silva Braga
04.Martins Zabunba
05.	Luis Rodrigues Samico²¹⁷

Fonte: OUTRO ARAMAC, 1958:230-256

2.5.3 AS CASAS EXPORTADORAS ESTRANGEIRAS

Após a Abertura dos Portos, no topo da organização comercial estavam aqueles que atuavam na exportação do algodão. Cabia às grandes casas exportadoras o papel de agentes financeiros, mesmo após a criação das primeiras instituições de crédito. Assim, essas firmas financiavam os agricultores como forma de garantir a compra antecipada da safra e contratavam “os *carreteiros através dos quais se fazia todo o transporte das mercadorias em comboios de animais do interior para a capital*” (GIRÃO, 1947:193). Essas firmas vão investir nas atividades comerciais²¹⁸ e desempenhar um papel fundamental na evolução do comércio cearense.

Com o crescimento do comércio em Fortaleza, outras casas exportadoras estrangeiras sucederam-se: Kalkmann & Cia, John William Studart, Henry Ellery, Alfred Harvey, Richard Hugges. “Ao *findar a década de 1860, Fortaleza contava com nada menos de quinze casas estrangeiras, afora as de origem portuguesa com tendência à nacionalização e radicação na terra*” (SOUZA,1968:14). Assim, em 1862, existiam 357 estabelecimentos comerciais, dos quais 84 estrangeiros e 273 luso-brasileiros. Importa destacar que aqueles estabelecimentos dedicados às atividades de exportação e importação (escritórios de comércio e armazéns) eram majoritariamente (60,0% e 75,0% respectivamente) de propriedade de estrangeiros (Tabela 7). Ou seja, os estrangeiros roubam a cena, tomando para si o comércio internacional da mão dos ricos portugueses de outrora.

TABELA 7

ESTABELECEMENTOS	FORTALEZA ESTABELECEMENTOS COMERCIAIS - 1862		
	NACIONALIDADE DO PROPRIETÁRIOS		
	BRASILEIROS	ESTRANGEIROS	TOTAL
Estabelecimentos de comércio (representação)	05	07	12
Lojas de fazenda	38	15	53
Tabernas	49	24	73
Quitandas	87	06	93
Boticas	03	01	04
Armazéns (provavelmente escritório de representações)	04	12	16
Fábricas (sabão, charutos)	02	02	04
Oficinas (alfaiates, sapateiros, etc.)	70	06	76
Açougues	09	06	15
Casa de roupas e calçados feitos	06	05	11
Total	273	84	357

Fonte: GUABIRABA, 1978:37-38, LEMENHE, 1983:137

²¹⁶ Na décima urbana de 1872 possuíam quatro imóveis em Fortaleza: rua Boa Vista no 31, rua Amélia no 135, rua do Quartel no 16 e rua Formosa no 57.

²¹⁷ A décima urbana de 1872 confirma essa afirmação, pois só nessa rua Samico possuía 12 imóveis (nos 63, 65, 72, 74, 76, 78, 80, 82, 86, 98 e 100), mais cinco na rua das Hortas (nos 51, 53, 55, 57 e 59) e mais dois na rua Formosa (nos 54 e 56).

²¹⁸ Gêneros alimentares, vinhos, bebidas, vestuários em geral, porcelanas etc.

Francisco Luis Salgado²¹⁹ português, que chega em Fortaleza em 1852, “*servindo a principio de caixeiro, por fim montou casa comercial*” (GIRÃO,1975:373). Possui como bens de raiz algumas propriedades na cidade de Fortaleza²²⁰: dois sobrados avaliados em 10:000\$000 (dez contos de réis). (Rua Boa Vista e Amélia) e três casas de três portas²²¹ (Largo dos Voluntários, Rua do Cajueiro); um sítio na serra de Baturité, no lugar denominado Riacho do Negro, avaliado 400\$000 reis; uma fazenda denominada Monte Alegre, própria para criar e plantar, avaliada em 800\$000 reis; dívidas ativas; e dez ações da Companhia de Gás desta cidade, avaliada em 1:000\$000 réis²²².

Estas firmas chegaram a monopolizar os carregamentos entre Ceará e os portos internacionais. Por exemplo, a Cia “*inglesa Booth Line , de Liverpool, a começar de 1866 e, três anos mais tarde, com os da Red Cross, também britânica, as quais acabam fundindo-se, para fazer de modo quase exclusivo os carregamentos entre o Ceará e os cais europeus e norte americanos*” (GIRÃO, 1947:349). Os portos como Liverpool, Hamburgo, Havre, Barcelona, Lisboa e Nova York figuram na lista dos mais acessados.

Algumas dessas firmas abasteciam-se de produtos europeus via porto de Recife, como informa Raimundo Girão, encarecendo-os para os consumidores cearenses

De alguns anos para trás intensificara-se a mania das viagens dos comerciantes ao Recife, onde se abasteciam do indispensável ao sortimento de suas lojas. A viagemzinha ou peregrinação anual tornou-se uma obsessão, que a imprensa criticava como pruridos de novos-ricos, e combatia veementemente como prejudicial aos interesses gerais, pela alta dos preços que trazia a compra dos efeitos europeus na praça intermediária de Pernambuco, em vez de feitas directamente da Europa, em condições melhores. O exemplo eram os estabelecimentos de Singlehursts & Cia., de Corlett & Cia., de Jose Smith de Vasconcelos, de Pacheco Mendes, de Rocha Junior e outros, que negociavam dessa forma, podendo vender mais barato (1947:323).

Além dos negociantes relacionados com o comércio atacadista internacional, havia aqueles que se destacavam no comércio varejista. Dentre eles, **José Smith de Vasconcelos**²²³ (1817-1903), primeiro Barão de Vasconcelos, português e inglês de educação, que se estabeleceu na cidade com o comércio de secos e molhados na loja “Bom Sertanejo” (Zé Barateiro). Depois diversificou seu comércio para produtos finos - fazendas, perfumaria, artigos de armarinho, objetos de luxo, porcelana, cristais, tapetes (REGO, 1935:114-115), todos importados directamente das praças europeias, mantendo “*o que havia de mais em moda no tocante a tecidos superiores*” (GIRÃO, 1947:322). Instalou uma padaria, em 1852, com máquinas apropriadas à preparação de biscoitos finos e massa de pão²²⁴ de tipo Provença. Associou-se ao genro Richard P. Hugges, com razão social J. Smith de Vasconcelos & Hugges, depois passando para J. Smith de Vasconcelos, Hugges & Cia²²⁵. Na Inglaterra, denominou-se Vasconcelos, Ridgway & Co. Seu filho Rodolf Smith de Vasconcelos, cearense, foi o segundo Barão de Vasconcelos.

John William Studart²²⁶ - chegou em 1842, recebendo matricula no Livro de Registro de Estrangeiros, declarando profissão de caixeiro. Foi comerciante e vice-cônsul britânico no Ceará. Em 1872 possuía somente um imóvel na rua da Palma nº 37 e alugava outros dois na mesma rua

²¹⁹ Faleceu em 01.01.1868; seu inventario é de 1869. Casado com Virginia da Rocha (falecido em 1923) filha de Joaquim da Rocha Moreira. Seus filhos: Alfredo da Rocha Salgado 1855-1947, liderança no comércio do Ceará. Torna-se em 1875 guarda-livros do estabelecimento de sua genitora. Em 1878 trabalha na organização britânica conhecida como CASA INGLESA – Singlehurst & Co, ate sua liquidação em 1892, constituiu com George Holderness a firma Holderness & Salgado, depois Salgado, Rogers & Cia e em 1921 Salgado, Filho & Cia. (Sócios: Alfredo seu filho José Salgado e o sobrinho Eurico Salgado Duarte) Em 1936, constituíram uma sociedade anônima – Casa Salgado S. A., sendo a primeira a montar prensa hidráulica para o enfardamento de algodão, no Ceará (GIRÃO, 1975: 373).

²²⁰ Sobrados na rua Boa Vista (Floriano Peixoto e na rua Amélia (Senador Pompeu), Casas com 3 portas: largo dos Voluntários e duas na travessa do cajueiro , Terreno a rua da Cadeia fundo correspondente e casas no Sitio Jacarecanga.

²²¹ Avaliadas em 4:600\$000.

²²² Seus herdeiros possuíam nove imóveis em 1872 na rua da Alegria no 10, no 17, rua do Cajueiro no 13 e no 15, praça dos Voluntários no 19, rua da Assembléia no 3, s/n, rua Boa Vista no 30, no 50.

²²³ Tornou-se Barão de Vasconcelos em 1869. “Depois, com as prosperidade alcançadas, passou ao commercio de fazendas finas, perfumaria, artigos de armarinho, objectos de luxo, porcellanas, cristaes, tapetes, tudo importado directamente das praças europeas, mantendo sempre a mercearia, onde se encontravam finas conservas e superiores vinhos e licores estrangeiros” (REGO,1935:114-115).

²²⁴ ABREU, 1935:114.

²²⁵ Representante da Liverpool Northern Brazil Steamers, “primeira companhia de navegação a manter uma linha regular de vapores para o intercambio entre Fortaleza e os portos da Europa” (NOBRE,1989:360).

²²⁶ Pai do Barão de Studart (Guilherme Chambly Studart).

(nº 34 e nº 54) pertencentes, respectivamente, a Jose Lourenço de Castro e Silva e a Jose Francisco da Silva Albano, respectivamente.

Henry Ellery²²⁷ chegou em 1843, dedicando-se ao ramo de exportação e importação, com armazéns na rua da Alfândega (rua Dragão do Mar), possuindo o conhecido “trapiche Ellery”, próprio para o embarque e desembarque de produtos na zona portuária. Entre seus negócios, destaca-se o comércio de carnes secas, montando a sua oficina na rua da Palma (Major Facundo). Segundo seu inventário, possuía apenas duas casas, uma na rua Formosa (Barão do Rio Branco)- com cinco portas, murada com cacimba de tijolo, avaliada em 5:500\$000 réis; e outra na rua da Palma (Major Facundo)- com cinco portas, murada, e com cacimba, avaliada 3:000\$000 réis. Entre seus devedores aparecem Albano & Irmão (63\$000 réis), Salgado & Irmão (2:084\$360 réis), José Antônio Machado (220\$270 réis), Justa & Faria (829\$966 réis), Gurgel & Irmão (2:335\$966 réis). Entre seus credores Singlehurst Corlett & Cia (4:630\$431 réis), Guimarães & Irmão (6:302\$958 réis), José Caetano Cardoso (53:302\$976 réis), Pinto Leite & Irmão (6:302\$958 réis), Manoel Caetano de Gouveia (4:668\$000 réis) e Tasso & Irmãos (3:606\$333 réis)²²⁸.

Alfred Harvey, casado com Mariana Alves de Abreu, tornou-se importante comerciante e grande proprietário de imóveis, como se nota no seu testamento de 1847 na tabela 8:

TABELA 8

INVENTÁRIO DO EXPORTADOR ALFRED HARVEY - 1847			
LOCALIZAÇÃO	IMÓVEL		ALUGUEL ANUAL
01.	Rua Formosa nº 15	Casa alugada a João Antonio Damasceno,	40\$000
02.	Rua Formosa nº 54	Armazém	120\$000
03.	Rua Formosa nº 40	Casa alugada a Francisco Dutra Macedo	240\$000
04.	Rua da Palma nº 122	Armazém	60\$000
05.	Rua da palma nº 122	Sobrado	60\$000
06.	Rua da palma nº 20	Casa alugada Henrique Cals	96\$000
07.	Rua da Palma nº 94	Residência do inventariado	
08.	Praça Carolina nº 50	José Joaquim da Sª Braga	
09.	Praça Carolina nº 169	Armazém	200\$000

Fonte: Inventário de Alfred Harvey 1847, pacote 95

Estes comerciantes envolveram-se “*em tudo aquilo que beneficiasse a atividade comercial de modo geral e favorecesse a expansão de seus negócios na província*” (TAKEYA, 1995:113), como por exemplo, participação na diretoria da Associação Comercial fundada em 1868 (tendo como presidente Henrique Kalkmann, e na diretoria Ricardo Hughes), na criação de bancos, na implantação da primeira Estrada de Ferro de Baturité²²⁹ para o escoamento da produção e na fundação de companhias de seguros.

²²⁷ Casa-se com D. Ana de Castro Saldanha, filha de João José Saldanha Marinho, e neta, pelo lado materno, do capitão-mor Antônio de Castro Viana, (numero um da lista dos homens brancos no Ceara) proprietário das casas que, mediante sucessivas reformas, se transformaram no Palácio da Luz (GIRÃO, 1975:152).

²²⁸ Inventário Henrique Ellery, pacote 122 de 1856.

²²⁹ A Companhia Cearense de via férrea de Baturité tem como o maior acionista a firma Singlehurst & Comp. com 200 ações (Jornal Cearense de 10.02.1871).

No capítulo 3 a interpretação e espacialização das décimas urbanas de 1872, 1890 e 1911, permitirá observar a concentração das terras e imóveis urbanos nas mãos dessas firmas de importação e exportação.

2.5.4 AS CASAS BANCÁRIAS

Em 1835, para dar suporte às ações dos comerciantes internacionais de maioria lusitana, foi criado o Banco Provincial²³⁰, por iniciativa do Presidente da Província José Martiniano de Alencar. Na Assembleia Geral de 1836, foi nomeada a 1ª Junta de diretores entre os 46 acionistas: delegado capitão-mor Joaquim José Barbosa, português José Antônio Machado (Coronel Machado) e o capitalista José Joaquim da Silva Braga. Para tesoureiros, o cônsul português Manoel Caetano Gouveia, o comerciante português Martinho de Oliveira Borges e o capitalista Luiz Rodrigues Samico. Como guarda-livros foi nomeado João Batista de Castro e Silva.

Os 46 acionistas eram assim distribuídos: com 20 ações - 2:000\$000 (dois contos de réis) - José Martiniano de Alencar²³¹; 10 ações - 1:000\$000 réis - comendador Joaquim Mendes da Cruz e português **Manuel Caetano de Gouveia**; 05 ações - 500\$000 réis - Francisco de Paulla Pessoa, português **José Antonio Machado**, José Joaquim da Silva Braga, português **José Maria Eustáquio Vieira**²³², Luiz Rodrigues Samico, Manoel José de Albuquerque, Martinho de Borges e Padre Manoel Ribeiro Bessa de Holanda Cavalcante; 04 ações - 400\$000 réis - Joaquim José Barbosa e Vicente Alves da Fonseca; duas ações - 200\$000 réis - Antonio Telles de Menezes, Benedicto dos Santos, Henrique Alves, João Facundo de Castro Menezes, Joaquim José Machado Pimentel, português José Dias Macieira e o português Pedro Lopes de Azevedo; uma ação - 100\$000 réis - Agostinho Francisco Barreto Tocantins, André Bastos de Oliveira, Antonio Joaquim Pereira, Francisco de Paula Martins, Francisco Xavier de Araujo Morgado, Ignácio Pinto de Almeida e Castro, João da Rocha Moreira, João Franklin de Lima, João Paulo Miranda, Joaquim José Barbosa Junior, Joaquim José Rodrigues, português Jorge Accusio Silveira, José de Castro e Silva, José de Castro Silva Junior, Luiz Vieira da Costa Delgado Perdigão, Manoel de Torres Câmara, Manoel Delermano Paes, Manoel José de Vasconcellos, Padre Antonio de Castro e Silva, Padre Bento Antonio Fernandes, Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar, Padre Francisco de Paula Barros, Padre Manoel Severino Duarte, português negociante Pedro José Antonio Vianna, Simão Barbosa Cordeiro e Thomaz Lourenço da Silva Castro (BEZERRA NETO, 2006:263). Observam-se entre estes nomes, os portugueses já analisados e vários outros importantes negociantes de sucesso. Eles investem em bancos com o intuito de “*terminar com o monopólio das casas exportadoras*” (LEITE, 1994:118).

2.5.5 OS SETORES MÉDIOS DA POPULAÇÃO URBANA

Como se detectou anteriormente, os grupos sociais dominantes nesse período são comerciantes portugueses e cearenses e os estrangeiros proprietários de firmas relacionadas ao comércio internacional. Entre os homens urbanos, identificam-se inúmeros oficiais mecânicos que ganham

²³⁰ Tendo como maior acionista o próprio Presidente Alencar. Foi fechado em 30.03.1839, depois do Banco do Brasil foi o primeiro a ser instalado (LEITE, 1994:118).

²³¹ Possuía vários imóveis na Praça do Ferreira

²³² Inventário de 1854, (Pacote 134) Possuía 13 escravos, ouro, prata, cobre e gados e um sobrado na rua Formosa 37 com cinco portas de frente com fundo para a rua Amélia, “no lugar do primitivo Matadouro” (OUTRO ARAMAC, 1958:234), avaliado em 12:000\$000, outro sobrado de quatro portas na mesma rua, avaliado em 1:000\$000, com dividas ativas entre outros Manoel Franklin do Amaral.

mais de 200\$000 réis por ano, com um padrão de vida superior a outros segmentos urbanos²³³, também compondo a pirâmide social local (Tabela 9). Tristão de Alencar Araripe indica 276 artífices com renda inferior a 200\$000 réis (ABREU, 1919:120).

TABELA 9

PROFISSÃO	ARTÍFICES DE FORTALEZA COM RENDA ANUAL DE 200\$000 OU SUPERIOR - 1851						
	FAIXAS ETÁRIAS			Total	GRUPOS DE RENDA (*)		
	18/25	26/50	mais de 50		200\$	250\$ a 500\$	mais de 500\$
Alfaiates	09	35	02	46	40	06	-
Arquitetos	-	01	-	01	-	-	01
Carpinteiro	05	40	02	47	45	02	-
Chapeleiros	-	03	-	03	03	-	-
Ferreiros	01	05	01	07	07	-	-
Funileiros	04	03	-	07	06	-	01
Impressores	05	02	-	07	05	02	-
Latoeiros	01	-	-	01	01	-	-
Marceneiros	02	04	-	06	04	02	-
Oleiros	08	-	10	18	18	-	-
Ourives	05	03	02	10	07	02	01
Padeiros	02	02	01	05	03	01	01
Pedreiros	07	09	01	17	17	-	-
Sapateiros	11	44	03	58	58	-	-
Seleiros	-	01	-	01	01	-	-
Tanoeiros	-	01	-	01	-	01	-
Tartarugueiros	-	02	-	02	02	-	-
Torneiros	02	-	01	03	03	-	-
Total	62 25,8%	155 64,6%	23 9,6%	240 ²³⁴ 100%	220 91,7%	16 6,7%	04 1,6%

Fonte: Qualificação para o serviço ativo da Guarda Nacional da Comarca da Fortaleza em 1851, no Arquivo Público, apud NOBRE, 1989:108-116.

Destaca-se nesse quadro grande proporção de trabalhadores manuais, relacionados ao vestuário, com a presença marcante de oficinas de alfaiates (46) e de sapatos (58). As mais importantes **oficinas de alfaiatarias** são as de Luis Figueira de Albuquerque Lins, José Barcelos e Silva (rua Amélia), Luis José Bolachinha (travessa das Trincheiras), José Felipe Santiago Aratu, Antonio Lourenço e João Furtado de Mendonça²³⁵. Quanto aos **sapateiros**, alguns pertencem a famílias importantes: Antônio de Sousa Catunda, Antônio José de Oliveira Praxedes, Francisco da Cunha Bezerra, Rufino José Pacheco de Medeiros²³⁶, Modesto de Almeida Brasil, Raimundo Cavalcante Uchoa e Pascoal Bailão (NOBRE, 1989:108-109). Nem sempre eram os proprietários dos imóveis onde desenvolviam suas atividades e, quando muito, possuíam a própria morada. Na tabela 9, observa-se a expressiva presença de trabalhadores ligados à **construção civil**, como pedreiros (17), oleiros²³⁷ (18), arquitetos (um) e mestres de obras (seis), “*a primeira vista insuficientes as necessidades de uma população crescente*” (NOBRE, 1989:109). Dentre eles, Francisco de Paula Tavares Coutinho foi qualificado como artífice e registrou uma renda anual de 600 réis. Geraldo Nobre fala de sua origem pernambucana e que aqui na cidade “*projetou, como arquiteto, edifícios públicos e residências particulares, e contratou a execução de varias obras, ao ponto de granjear elevado conceito na sociedade fortalezense*” (NOBRE, 1989:109), o que explica sua renda anual elevada. Os **oleiros** também são muitos, “*certamente os fabricantes de tijolo e telhas, pois seriam*

²³³ Segundo Geraldo Nobre “A renda daquelas oficinas [pedreiros, carpinteiros, marceneiros [...] era equivalente, em muitos casos, à dos negociantes, agricultores, funcionários públicos e outras categorias profissionais [...] atingindo a duzentos mil réis anuais, o que tornava obrigatória a inscrição deles na Guarda Nacional” (NOBRE, 1989:107).

²³⁴ Tristão de Alencar Araripe (ABREU, 1919:120) indica um numero de 276 artífices, supõe-se talvez corresponde aqueles com renda inferior de 200\$000 mil réis anuais não arrolados na Guarda Nacional.

²³⁵ Outro Aramac refere-se apenas a seis alfaiates na sua descrição da Fortaleza de 1845.

²³⁶ Filho de Francisco José Pacheco de Medeiros, proprietário do sobrado situado na atual Praça do Ferreira e adquirido pela Câmara Municipal em 1831.

²³⁷ Aqueles fabricantes de tijolo e telha. Outros produziam potes, vasos para consumo da população.

numerosos os que trabalhavam o barro, produzindo potes e outros vasos, de grande utilidade e consumo [...]” (NOBRE, 1989:110). Os **mestres de obras** são em número de seis, a saber: João Francisco Rabelo, João Francisco de Oliveira, Antônio Simões Cadarcho, Augusto Fernandes Hitzschky, Manuel Duarte Pimentel e José Antonio Seifert²³⁸ (OUTRO ARAMAC, 1958: 248-249). Entre os profissionais da **construção**, destaca-se o engenheiro alemão Augusto Fernandes Hitzschky, responsável pelo serviço de pavimentação, e pela reconstrução da Igreja Matriz, no valor de 1:030\$000 réis. Na leitura da partilha de seus bens, de 1858, sobressaem grandes porções de terras fora do perímetro urbano²³⁹. Constrói a Igreja Outeiro da Prinha (N. S. da Conceição), em 1839, com planta assinada pelo arquiteto José Antônio Seifert (alemão). Quanto aos mestres **carpinteiros** (47) e os mestres **marceneiros** (6)²⁴⁰, observa-se um número bastante significativo. Entre os primeiros aparece o filho do comerciante português Manoel da Costa Moura Bravo, Brasilino da Silva Braga, pertencente à família do capitalista José Joaquim da Silva Braga.

Quanto aos outros profissionais envolvidos nas obras públicas oficiais e de infraestrutura urbana, há, no governo de Manuel Ignácio de Sampaio (1812-1820), o ajudante de ordens e tenente-coronel de engenheiros Antônio José da Silva Paulet e o mestre de obras públicas Antônio Simões Ferreira de Faria²⁴¹.

No grupo dos **artesãos**, destacam-se também os **ourives**²⁴², com as seguintes funções:

[...] conserto de relógios, jóias, caixas de músicas e outros instrumentos com armação de metal, chumbavam dentes, etc. prestando os seus serviços à população de renda mais alta e afeiçoada ao luxo, enquanto as pessoas de menos posses se contentavam com objetos confeccionados com ossos ou substâncias assemelhadas, a exemplo do casco da tartaruga, aproveitado, no fabrico de bolsas e de pentes, principalmente, por artífices especializados, cuja raridade é atestada pela falta de registro, nos dicionários, da palavra tartarugueiro, encontrada na relação de qualificados de que se faz menção (NOBRE, 1989:111).

Os **ferreiros** e os **funileiros** (fornilheiros) eram poucos, apenas sete em cada ramo: os primeiros com renda anual de 200\$000 réis; os segundos com a renda até de 600\$000 réis. Este reduzido número talvez se justifique, num contexto em que os materiais dominantes eram o barro, a madeira e o couro²⁴³. Existiam também somente três **oficinas de torneiros**²⁴⁴.

Outro grupo bastante incipiente é o de representantes das **artes gráficas**, registrando-se sete impressores, cuja renda anual variava entre 400\$000 réis a 200\$000 réis. Manuel Felix Nogueira trabalhava na impressão de alguns jornais da Província, como o *Cearense*, além de dirigir uma tipografia. Antonio Ribeiro do Nascimento²⁴⁵ era proprietário do estabelecimento industrial, destacando sua renda anual de 950\$000 réis, cifra somente atingida por “*negociantes grossistas, exportadores e importadores*” (NOBRE, 1989:113).

Quanto aos **funcionários públicos**, também compõem o quadro social da cidade em número expressivo (170), conforme se observa na tabela 10, destacando-se principalmente os funcionários da Assembleia Provincial, (31), da Alfândega (25) e da Administração(22).

²³⁸ Morava no sobrado da praça do Garrote (OUTRO ARAMAC, 1958:249).

²³⁹ Terras na Água Fria, no Cocó, com casa de morada, fábrica de açúcar, de aguardente e farinha de mandioca, possuía também seis escravos.

²⁴⁰ Carpinteiros: Joaquim Antonio de Sousa, Manuel José de Santiago, João da Costa Pontes, Manuel da Costa Moura Bravo Junior, Antonio Simões Ferreira Junior, Brasilino da Silva Braga, Manuel Francisco de Holanda e José Rufo Tavares Junior. Marceneiros: Aderaldo de Alencar Araripe, Francisco Herculano Rocha Escura, João Beviláqua e Jose da Silva Baima Junior, “pertencentes a famílias de notória influencia.” (NOBRE, 1989:109).

²⁴¹ A partir de 1820, quando Paulet deixa o Ceará, “Farias continuou integrado ao quadro mínimo de profissionais da municipalidade. Trabalhou por décadas como arruador da cidade, [...] bem como exercendo paralelamente as atividades outras no serviço público e no setor privado.” (CASTRO, 2005: 99) É dele o plano de expansão para Fortaleza em 1850. Somente foi substituído por Adolfo Herbster em 1863.

²⁴² Os mais evidentes- João Cassiano de Menezes, Joaquim Rodrigues Corumba (Cazumba) e Cipriano Corlino (Carolino) de Moraes. José Flaminio Benevides obteve ao longo dos anos um alto prestígio: dirigente da União Artística, depois eleito para a Câmara Municipal de Fortaleza e finalmente para Assembleia Legislativa Provincial. Outros profissionais de grande experiência: Elias Martins de Sá e Joaquim Gomes Brasil. Também merecem destaque Vicente do Carmo Ferreira Chaves e Manoel do Carmo Ferreira Macedo.

²⁴³ “O barro, a madeira e o couro constituíam, no estágio de civilização atingido na Província ao findar a primeira metade do século XIX, as matérias-primas suficientes para prover a população da quase totalidade dos bens necessários à subsistência, ao conforto e às próprias atividades econômicas, em termos de instrumental, parecendo ainda muito distante a Idade do Ferro, tímidos, como eram, os ensaios de metalurgia [...]” (NOBRE, 1989:111).

²⁴⁴ Manuel Pereira de Jesus, o seu filho José Pereira de Jesus.

²⁴⁵ Proprietário também de cinco padarias em Fortaleza, bem maior do que as de Pedro Lopes de Azevedo, dos irmãos Manuel Rodrigues da Silva e Antônio Rodrigues da Silva, e de Galdino da Costa Guerra.

TABELA 10

CIDADE DE FORTALEZA: FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (1845)	
GRUPOS OCUPACIONAIS	NÚMEROS
Autoridades Judiciais	09
Funcionário da Administração	22
Funcionário da Assembléia Provincial ²⁴⁶	31
Instrução Pública secundária e primária	16
Juízes da Paz	04
Funcionários da Alfândega	25
Funcionários do Correio	04
Oficiais militares ²⁴⁷	30
Funcionários da Câmara ²⁴⁸	16
Tesouraria da Fazenda	13
TOTAL	170

Fonte: Outro Aramac (1958, 241-246)

Quanto aos profissionais liberais, totalizam 47, conforme se pode aferir na tabela 11, destacando-se os advogados (18), os médicos (24) e os dentistas (5).

TABELA 11

CIDADE DE FORTALEZA: PROFISSIONAIS LIBERAIS (1845)	
GRUPOS OCUPACIONAIS	NÚMEROS
Advogados	18
Dentista	05
Médicos	24
TOTAL	47

Fonte: MENEZES, 1895: e Almanaque 1896

Quanto à incipiente manufatura cearense, destacam-se **fabricas de cigarros**, (cuja concorrência do sul impediu a expansão de suas atividades), a “Fundição Cearense”, (fundada por estrangeiros, depois adquirida por empreendedores locais), bem como as padarias que cresceram “*devido à iniciativa de portugueses recém-chegados ao Ceará.*” (NOBRE, 1989:24).

Conclui-se, então, que, em fins do século XIX, existia em Fortaleza um número significativo de artesãos livres, que compunham os setores médios da população, estimulando o mercado imobiliário rentista, já que muitos não eram proprietários de imóveis e os alugavam de terceiros. Basicamente os setores médios da população de Fortaleza eram integrados por trabalhadores relacionados a ofícios mecânicos (pedreiros, marceneiros etc.), funcionários públicos e profissionais liberais (advogados, médicos e dentistas). Comparativamente ao período precedente, é notável o crescimento da cidade e o incremento da vida urbana, com uma divisão técnica e social do trabalho cada vez mais acentuada.

²⁴⁶ Suplentes dos deputados- 02.

²⁴⁷ Oficiais reformados- 14.

²⁴⁸ Suplentes- 03.

2.6. ALGUMAS TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS

Com base nos inventários *post-mortem*, no documento de Outro Aramac, intitulado “Fortaleza de 1845”, pode-se concluir que os grandes proprietários de terras, sítios e imóveis urbanos eram negociantes grossistas, exportadores e importadores. Para qualificar o perfil desses “capitalistas” escolheram-se algumas trajetórias individuais típicas da primeira metade do século XIX.

Grande negociante era o português **Coronel Jose Antônio Machado** (falecido em 1869), que sucedeu os negócios do sogro Antônio José Moreira Gomes²⁴⁹, e atuou na vida político-administrativa da Província em vários cargos. Em 1820, recebeu sua patente de capitão da 9ª Companhia de Voluntários do Comércio do Ceará e, em 1842, a comenda de Comendador da Ordem de Cristo. Foi um dos componentes do Governo Provisório presidido por Francisco Xavier Torres, assumindo várias vezes o governo da Província. Na análise do seu inventário *post-mortem* surpreende o número de imóveis que ele possuía, 15 no total, de tipologias e materiais variados (Tabela 12).

TABELA 12

INVENTÁRIO DO COMENDADOR CORONEL JOSÉ ANTÔNIO MACHADO, 1869		
LOCALIZAÇÃO	IMÓVEL	AVALIAÇÃO
01.Praça da Assembléia	Casa com três portas de frente feita de tijolo	3:500\$000
02.Praça da Misericórdia com quina da Rua Boa Vista	Uma frente arruinada	5:000\$000
03.Praça da Misericórdia nº 11	Casa de taipa	800\$000
04.Praça da Misericórdia nº 9	Casa de taipa	800\$000
05.Praça Municipal (Ferreira) n.49 / Travessa do Cajueiro	Casa com sótão e cinco portas de frente	8:000\$000
06.Rua da Palma nº 100	Casa junto ao sobrado com duas portas de frente	3:000\$000
07.Rua da Palma, nº 102	Sobrado de dois andares, com três portas	25:000\$000
08.Rua da Palma, nº 53	Casa com três portas de frente	3:000\$000
09.Rua do Rosário nº 18	Casa de taipa com duas portas de frente	800\$000
10.Rua do Rosário nº 8	Casa de taipa	600\$000
11.Rua Municipal c/ frente para a Rua Formosa nº 103 e nº 105	Casa com cinco portas de frente	7:000\$000
12.Travessa do Cajueiro nº 12	Casa com quatro portas de frente	1:600\$000
13.Travessa do Cajueiro nº 10	Casa de tijolo	1:600\$000
14.Travessa do Cajueiro nº 8	Casa	1:600\$000
15. Travessa do Cajueiro nº 4	Casa de tijolo com quatro portas de frente	1:600\$000
TOTAL		31:409\$900

Fonte: Inventário José Antônio Machado, Pacote 18, 1869, Arquivo Público do Estado do Ceará

²⁴⁹ Número 12 da lista de homens brancos de 1799.

Além dos imóveis urbanos (Tabela 12) urbanos, possuía dois sítios na Prainha de Fortaleza e o grande sítio Cocó, comprado de várias pessoas, extremando pelo “*nascente com o mar e pelo norte com o mesmo mar, pelo sul com o Rio Cocó, pelo poente a estrada que segue desta cidade para Mecejana até estremar com terras de São José para a parte do norte compreendendo todo o Outeiro, Meireles e Mucuripe*”²⁵⁰. Seu inventário atesta ser também proprietário do “*terreno foreiro a fazenda publica na margem do Rio Cocó com 1.855 braças (4.111m) de comprimento à margem da estrada que através do mesmo rio defronte do Sitio da inventariante, rio acima até alem do riacho AGOA-NAMBI*”²⁵¹. No **Sítio Água Fria**, as terras de plantar extremavam pelo **nascente** com a terras de José Bezerra, e do falecido José Ribeiro, pelo **sul** com terras da extinta Villa de Mecejana, pelo **poente** com terras de Joaquim Lopes de Abreu Laje e herdeiros de João José Saldanha Marinho, pelo **norte** com o rio Cocó, cujas terras foram compradas a Bento José da Costa e José Mendes Pereira, com casa para engenho, caldeiras, engenho e cercado avaliado em 5:000\$000 réis. Em quase todos os inventários desses comerciantes aparecem dívidas passivas e ativas, demonstrando o empréstimos de dinheiro a juros. Seu filho Antônio José Machado Filho (1809-1861) destaca-se na vida política como deputado da Assembleia Legislativa (Provincial), deputado geral pelo Ceará e depois senador. Segundo o inventário do Coronel Machado, as suas quatro filhas casaram-se com médico, comerciantes e políticos. **Felina Delmira Machado** casa-se com o Dr. Antônio Domingues da Silva²⁵², médico, professor e deputado geral e provincial (GIRAO, 1975:357); Luisa Maria Machado com o negociante Joaquim José Rodrigues²⁵³; Leopoldina Machado com o coronel Manuel Felix de Azevedo e Sá²⁵⁴, comerciante, tesoureiro da Fazenda Estadual e deputado provincial; Antonia Machado da Fonseca com o português comendador Francisco Coelho da Fonseca, comerciante e Cavaleiro da Ordem da Rosa.

Na segunda metade do século XIX, o engenheiro Adolfo Herbster realiza um desenho representando os quatro grandes proprietários de terras da cidade (Patrimônio de São José, Patrimônio de Nossa Senhora do Rosário, herdeiros do Coronel José Antonio Machado e as terras do seu genro o Comendador Francisco Coelho da Fonseca²⁵⁵ (Figura 56). Em 1723 foi efetivada a doação das terras de Antônio Rodrigues²⁵⁶ a São José, padroeiro da vila, e em 1724 “*para evitar desavenças, assinaram os dois donatários Antonio Rodrigues e Padre Chaves a escritura*”²⁵⁷ (BEZERRA, 1992:106). A doação a Nossa Senhora do Rosário se realiza pelas netas de Antônio Rodrigues e em 28 de novembro de 1748, a escritura é assinada (BEZERRA, 1992:106). As terras do coronel Machado foram adquiridas de várias pessoas e seu testamento (1869) atesta ser ele dono de quase a metade das terras de Fortaleza, que extremavam ao leste e ao norte no mar, ao sul no rio Cocó e ao oeste na estrada de Messejana.

Outro influente negociante pertencente à colônia portuguesa de Fortaleza foi **Antônio Gonçalves Justa**. Segundo Outro Aramac, foi um dos maiores construtores da rua Amélia, impulsionado pelo dinheiro do Banco Provincial. Em 1852, segundo seu inventário, possuía 36 escravos²⁵⁸, gado, terra na serra da Aratanha, bem como emprestava dinheiro a juros²⁵⁹ com letras vencidas da firma estrangeira Singlehust Collet & Cia no valor de 5:451\$324 réis (Tabela 13).

²⁵⁰ Correspondendo quase à metade da Fortaleza

²⁵¹ Estas terras pertenciam até 1815 aos parentes do Pe. Chaves, depois foram vendidas a Bernardo José Teixeira e em 1831 já pertenciam ao Cel. Machado (BEZERRA, 1992:149).

²⁵² Inventário de 1890, pacote 102.

²⁵³ Inventário em 1846, pacote 131.

²⁵⁴ Inventário em 1871, pacote 163.

²⁵⁵ Português, comendador, comerciante e Cavaleiro da Ordem da Rosa era casado com Antonia, filha do comerciante português Coronel José Antônio Machado.

²⁵⁶ Em 02 de abril de 1683. foi concedida a sesmaria de uma légua de largura, da lagoa do Mucuripe ou lagoa do Papicu, caminhando para Fortaleza, e três léguas para o sertão, pelo capitão-mor Bento de Macedo Faria, aos soldados Antônio Rodrigues, assistente na Fortaleza desta capitania, e Manuel de Almeida Arruda. A parte deste foi perdida por prescrição, e sendo requerido para o padre Domingos Ferreira Chaves (MENEZES, 1992:147).

²⁵⁷ Em 15.06.1816, por solicitação de Bernardo José Teixeira, “tendo comprado uma sorte de terras contigua a do quadro do Santo, requereu ao Juiz de Fora Manuel José de Albuquerque para medir e demarcar dita terra pela parte que confinava com a do Santo.” (IBID., 1992:139).

²⁵⁸ Vale destacar que a participação dos escravos nesses inventários era insignificante “talvez porque não fosse compensadora no caso do preparo das carnes secas, da produção da farinha, do curtimento do couro, etc. cujos custos ficariam elevados com a compra e a manutenção de africanos ou seus descendentes.” Em alguns inventários os escravos aparecem como patrimônio em pequeno numero, pois “a população de cor servia às pessoas da casa, da mãe de criação (babá) à criada de quarto”(NOBRE,1989:48). No livro de nota de 1853-1857 aparece Manuel Franklin do Amaral hipotecando dois escravos a Martinho Borges pela quantia de 2:000\$000 e Antônio Esteves Bento hipoteca para os negociantes Francisco Luis Salgado, Francisco Coelho da Fonseca e José Smith de Vasconcelos casa na rua do Garrote, dois escravos, sitio em Baturité no valor de 4:000\$192.

²⁵⁹ José Joaquim Candeia, nove da lista dos homens braço em 1799, João Evangelista e Manoel Pereira Lima.

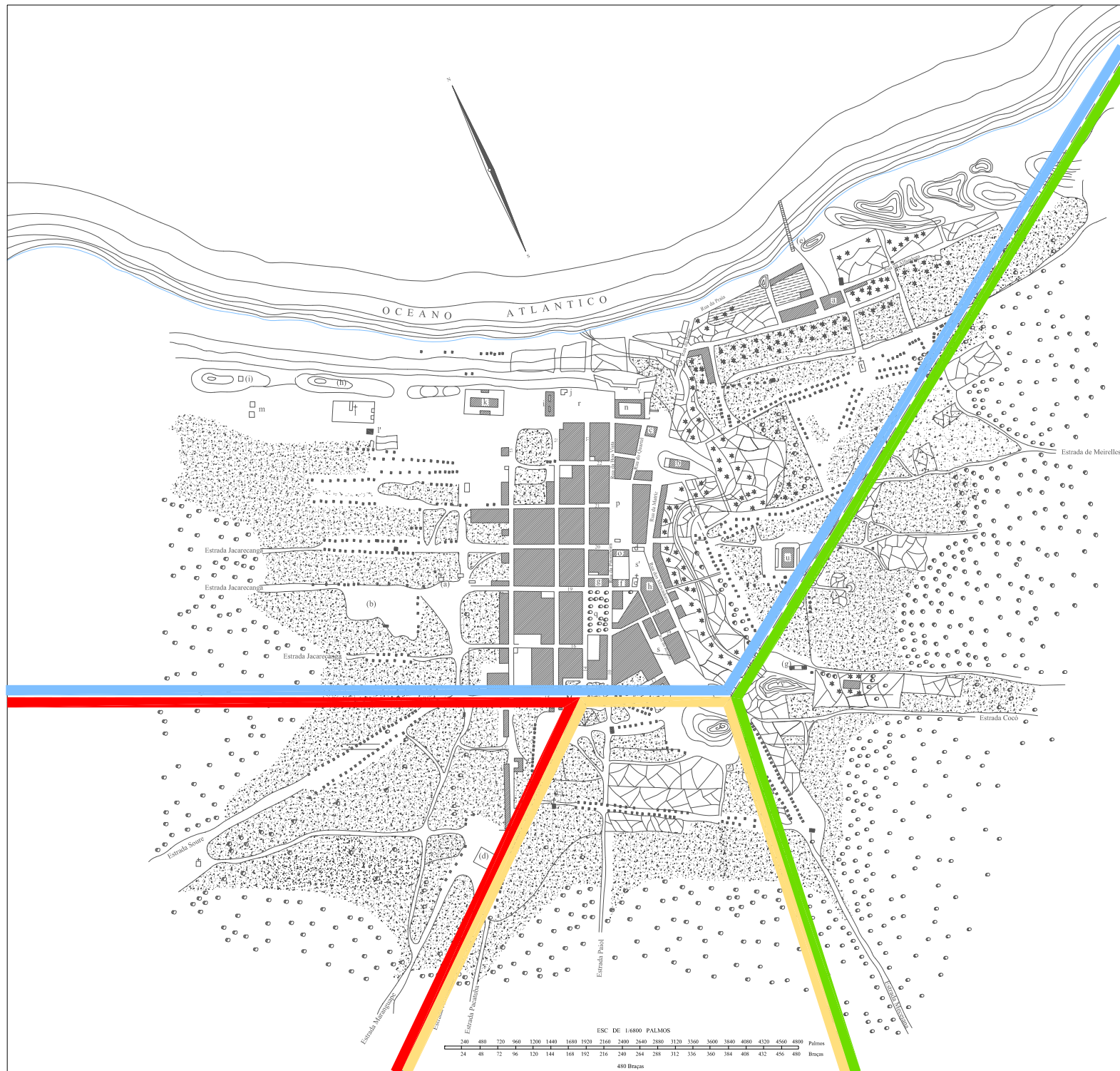


Figura 56: Exercício de reconstituição dos proprietários de terras da déc. de 1850 na Planta Exacta da Capital do Ceará - 1859
 Fonte: MENEZES, 1992. Levantamento de Adolfo Hebster, 1874, encarte do Inventário da Baronesa de Ibiapaba.

LEGENDA

- | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| — Terras do Patrimônio de São José | — Terras do Comendador Francisco Coelho da Fonseca |
| — Terras dos herdeiros do Coronel José Antônio Machado | — Terras do Patrimônio de Nossa Senhora do Rosário |

TABELA 13

INVENTÁRIO DE ANTÔNIO GONÇALVES JUSTA, 1852 ²⁶⁰		
LOCALIZAÇÃO	IMÓVEL	AValiação
01. Rua Amélia	Casa térrea com três portas, com cacimba, onde mora José Xavier de Castro e Silva	1:500\$000
02. Rua Amélia	Casa térrea com três portas, com cacimba onde mora português Dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães ²⁶¹	1:500\$000
03. Rua Amélia	Casa térrea com três portas, com cacimba onde mora Luis Vieira da Costa Delgado Perdigão	1:600\$000
04. Rua Amélia,	Casa com três portas, com cacimba onde mora Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasi ²⁶²	1:600\$000
05. Rua Amélia	Casa térrea com três portas, com cacimba, onde mora Major Antonio Ricardo Bravo	1:000\$000
06. Rua Amélia	Casa com três portas, com cacimba	1:000\$000
07. Rua Amélia	Casa com três portas, com cacimba, onde mora Joana de tal	1:000\$000
08. Rua Amélia	Casa com uma portas e uma janela, com cacimba, onde mora o Alferes Rodrigues	800\$000
09. Rua Amélia	Casa com duas portas, com cacimba	800\$000
10. Rua Formosa	Casa térrea com três portas	600\$000
11. Rua Formosa	Sobrado	5:056\$025
12. Rua da Palma	Casa com duas portas	1:000\$000

Fonte: Inventário Antonio Gonçalves Justa, Arquivo Publico do Ceará, Pacote 95, 1852

Estes perfis individuais podem ser generalizados como perfil do grupo hegemônico no cenário urbano regional atuante na segunda metade do século XIX.

²⁶⁰ Inventário em 1852, pacote 95.

²⁶¹ Barão de Vasconcelos (1814-1876), 1837-bacharel pela Academia de Olinda, em 1840- Promotor Publico, 1843- Juiz Municipal e de órfãos de Fortaleza, 1842-1843- deputado provincial e depois deputado geral (1850-1852) (VASCONCELOS, 1906:187-8).

²⁶² O bacharel em direito Thomas Pompeu de Sousa Brasil, deputado em 1845, não possuía nesse momento imóvel próprio para morar. Em 1877 passa a ter um patrimônio bastante expressivo (vários imóveis residenciais espalhados na cidade e terrenos urbanos), além de ações da Estrada de Ferro e da Cia de Gás.

CAPÍTULO 3

O PAPEL DA INICIATIVA PRIVADA NA APROPRIAÇÃO E PRODUÇÃO MATERIAL DAS ÁREAS PLANEJADAS (1863-1933)

No capítulo anterior, mostrou-se a economia do algodão redefinindo o papel de Fortaleza como porto exportador do produto para o mercado internacional. Nesse período de prosperidade, o poder público induz o crescimento da capital por meio de um plano de expansão datado de 1863 e conduz o processo mediante uma série de Códigos de Posturas.

Neste capítulo, objetiva-se focar essas **dinâmicas no espaço intraurbano** e analisar a implantação do Plano de Expansão de Herbster, de 1863 até 1933. Buscar-se-á analisar o papel da iniciativa privada na apropriação e produção material da área planejada em meio aos instrumentos de orquestração mobilizado pelo poder público. Para tanto elegeu-se como documentação primária: plantas antigas (1875, 1888, 1922 e 1932), Censo de 1887, décimas urbanas (1872, 1890 e 1911), imposto predial (1922 e 1934), Descrição da Cidade da Fortaleza²⁶² de 1895, inventários *post-mortem* e almanaques. Com efeito, procurar-se-á analisar as lógicas que presidiram a ocupação do Plano de Expansão de Fortaleza de 1863.

A primeira providência foi vetorizar as plantas de Fortaleza de 1875, 1888, 1922 e 1932, com o objetivo de reconstituir os aspectos materiais e sociais do tecido urbano arrolados via documentos supracitados. Depois de compilados, os dados recolhidos no Censo de 1887²⁶³ e nas décimas urbanas (1872, 1890, 1922 e 1936) foram organizados e lançados nas bases cartográficas. O Censo de 1887²⁶⁴, realizado pela Chefia de Polícia, traz importantes informações sobre todas as ruas, casas e estabelecimentos comerciais e de serviços, contendo o nome de cada um dos moradores, especificando suas funções (chefe de família, esposa, agregados, empregados, escravos etc.), nacionalidade, idade, estado civil, grau de instrução, profissão, ou seja, traçando um perfil da população urbana de Fortaleza. Complementando o censo e permitindo espacializá-lo, as Décimas arrolam todos os prédios inseridos no perímetro urbano, contendo informações sobre seus proprietários, a localização dos imóveis, tipologias e usos. Foram elaborados, no primeiro momento, alguns exercícios gráficos sobre as quatro plantas. Como não se dispunha de informações²⁶⁵ para a cidade toda, optou-se por um recorte espacial compreendendo a antiga área urbanizada no século XIX - formada pelas ruas Floriano Peixoto, Major Facundo, Barão do Rio Branco, Senador Pompeu, General Sampaio e 24 de Maio - a fim de entender o processo de especialização dos espaços (comércio e serviços). Em momento posterior, analisar-se-á a área em torno da praça do Ferreira que passou por uma mudança de uso, (de predominantemente residencial para comercial), que correspondeu a mudanças nas tipologias edilícias (de casas térreas para edifícios verticais). Para a reconstituição da praça do Ferreira as principais fontes primárias utilizadas foram as décimas urbanas, o censo de 1887, os almanaques, os inventários

²⁶² BEZERRA, 1992.

²⁶³ Esse arrolamento complementa as informações da décima urbana de 1890, quanto aos imóveis alugados, ou seja, descrevendo todos os inquilinos.

²⁶⁴ É composto de cinco volumes, sendo dois referentes à paróquia de São José e três alusivos à paróquia do Patrocínio. A coleção pertence ao Arquivo Público do Estado do Ceará, tendo sido microfilmada para a Biblioteca Pública do Estado.

²⁶⁵ Principalmente no que se relaciona à numeração dos imóveis.

post-mortem e os livros de notas. Essas informações foram complementadas com relatórios dos presidentes das provinciais do Ceará, *álbuns* de fotografia (1908, 1931), outros diversos relatórios e descrições sobre Fortaleza.

3.1 HEGEMONIA POLÍTICO-ECONÔMICA DE FORTALEZA E CONSEQUÊNCIAS MATERIAIS

A segunda metade do século XIX “resulta em ultima análise da emancipação do país da tutela política e econômica da metrópole portuguesa” e “assinala o momento de maior transformação econômica na história brasileira” (PRADO Jr, 1986:192).

Caio Prado Jr acrescenta:

Isto já se começa a observar nitidamente logo depois de 1850. [...] A abolição do tráfico africano consumado naquele ano, terá por efeito imediato desencadear as forças renovadoras em gestação. O país entra bruscamente num período de franca prosperidade e larga ativação de sua vida econômica. No decênio posterior a 1850 observam-se índices dos mais sintomáticos disto: fundam-se 62 empresas industriais, 14 bancos, [...] 20 companhias de navegação a vapor, [...] 3 transporte urbano, 2 de gás, e finalmente 8 estradas de ferro (1986:192).

Quanto à produção no Nordeste, Paul Singer destaca:

A partir de 1860 a produção nordestina de algodão se beneficiou com a Guerra da Secessão norte-americana, que retirou provisoriamente a produção americana do mercado internacional, e também do interesse das indústrias têxteis inglesas por novas fontes de abastecimento de matéria prima para livrarem-se da dependência da produção dos EUA. Com isto, a Inglaterra passou a incentivar a produção em países como Brasil e Índia o que aumentou a participação do algodão brasileiro nos mercados mundiais (1977:315).

Deve-se notar, entretanto, que, à medida que o algodão adquire relevância nas exportações, torna-se vulnerável às oscilações do mercado internacional, ora participando ora sendo excluído desse mercado por seus concorrentes. Serão necessários acontecimentos internos nos Estados Unidos para que o Brasil conheça períodos de prosperidade²⁶⁶.

A economia do Ceará vai reproduzir em escala menor a ampliação da cultura algodoeira. No Ceará, o algodão, a partir de 1848, volta a adquirir valor comercial, atingindo seu ponto mais alto nos anos 1860. Na tabela 14, verifica-se que o algodão é o principal produto exportado ao longo de todo o período entre 1850 e 1885, chegando a atingir em alguns momentos mais de 50% do valor total dos principais produtos exportados pelo Ceará.

²⁶⁶ Esses acontecimentos se referem às Guerras da independência (1824) e da Secessão (1860).

TABELA 14

EXPORTAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO CEARÁ: 1850-1885 (%)							
PERÍODO	1850	1855	1860	1865	1870	1875	1880
	1855	1860	1865	1870	1875	1880	1885
PRODUTO	V.O*	V.O*	V.O*	V.O*	V.O*	V.O*	V.O*
Café	13,6	20,4	36,0	9,5	10,3	28,2	22,1
Algodão	59,1	40,3	38,6	72,6	67,1	33,1	63,3
Açúcar	5,2	21,2	9,5	5,3	4,6	5,6	7,4
Borracha	4,9	0,5	1,9	1,7	6,5	5,0	1,1
Couros	17,2	17,5	14,0	10,8	11,5	28,0	6,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: GUABIRABA, 1978:183-4. * Valor Oficial

Segundo Boris Fausto,

A principal atividade econômica do Nordeste não teve o mesmo destino do café, embora continuasse a ser relevante. O açúcar manteve o segundo lugar na pauta das exportações brasileiras após ser superado pelo café, com exceção do período 1861-1870, em que foi ultrapassado pelo algodão (2006:135).

Esta nova fase de prosperidade, conhecida como “Idade do Ouro”, coincide com uma série de mudanças no espaço cearense:

[...] a província cobriu-se de algodoadis; derribavam-se as matas seculares do litoral às serras, das serras ao sertão; o agricultor com o machado em uma das mãos e o facho n’outra deixava após si ruínas enegrecidas. Os homens descuidavam-se da mandioca e dos legumes, as próprias mulheres abandonavam os teares pelo plantio do precioso arbusto; era uma febre que a todos alucinava, a febre da ambição (GIRÃO, 1959:150).

Por outro lado, quando a paz nos Estados Unidos se restabelece, o preço do algodão brasileiro é objeto de grandes baixas, repercutindo nas regiões produtivas. Ainda assim, o algodão, a partir de 1865, passa a ser de grande importância no movimento comercial da Província e se destaca como principal produto de exportação, ligando-se claramente com a estruturação urbana de Fortaleza e com a chegada mais intensa dos comerciantes estrangeiros, novos agentes sociais nesse processo. Antes mesmo da seca de 1877-79, o preço do algodão começa a cair, intensificando-se em contrapartida o tráfico interprovincial²⁶⁷, atingindo entre 1871 a 1876 a exportação de 3.252 cativos (SILVA, 2002:99). “A saída deles não causava nenhum prejuízo econômico, pois a mão-de-obra servil não era fator importante na produção agropecuária. Pelo contrario, trazia dinheiro para os proprietários de escravos e renda para a província através do imposto de exportação de cativos[...]” (SILVA, 2002:100-101). Baseado no levantamento de notas específico para esse tipo de registro entre o período de 1865 a 1872, Pedro Alberto de Oliveira Silva constata elevado índice de exportação para o sul “e a presença de conhecidos traficantes de escravos, tais como, Joaquim da Cunha Freire

²⁶⁷ “Enquanto o abolicionismo crescia, as províncias do Norte se desinteressavam da manutenção do sistema escravista, a ponto do Ceará ter declarado extinta a escravidão por conta própria, em 1884. [...] O destino dos ex-escravos variou de acordo com a região do país” (FAUSTO, 2006:123-4).

(Barão de Ibiapaba), Jacob Cahn, Francisco Coelho da Fonseca” (SILVA, 2002:100) e outros.

Segundo José Ramos Tinhorão,

Quando, afinal, em 1880, o inverno anuncia, após três anos de ausência, o advento de um novo período de prosperidade para o Ceará, os grupos comerciais urbanos, interessados na circulação da riqueza, já tinham podido perceber o entrave que representava para o “progresso” a retenção de capitais no desmoralizado comércio de escravos.

É, pois, esse interesse na maior circulação da riqueza, em face do aparecimento de um mercado interno, que explica, desde logo, a presença de representantes do alto comércio de Fortaleza ao lado de elementos da nova classe média, na luta pela extinção do regime servil (1966:49).

A **indústria cearense** na década de 1860 era bastante embrionária “*atendendo a necessidades da população, particularmente notáveis no tocante à proteção contra a intensidade dos raios solares, mediante o uso do chapéu*” (NOBRE, 1989:126). Existiam outros estabelecimentos industriais, sendo implantados na cidade: fábrica de selins²⁶⁸, padaria²⁶⁹, metalúrgica (Fundição Cearense)²⁷⁰, fábrica de vinhos e licores do português Francisco Luis Carreira²⁷¹, charutos do português Domingos da Cunha Taborda²⁷², fábrica de sabão²⁷³ e o ramo tipográfico. Embora o primeiro investimento no setor de fiação e tecelagem no Ceará tenha sido na década de 1880, as tentativas e proposições referentes a esse tipo de investimento são do início do século XIX²⁷⁴. As primeiras tentativas reais de concretizar esse investimento surgem a partir de 1870, por parte dos **Albanos** (coronel Joaquim da Cunha Freire) e os **Justas** (1872)²⁷⁵, o farmacêutico Candido Franklin **Amaral** (Barão de Canindé) e o negociante João Reydner (1877), João **Cordeiro** e João da Rocha **Moreira** (1879). Em 1878, o Governo Provincial promete garantia de juros ou subvenção a quem dotasse a Província com estabelecimentos deste gênero. O Almanaque de 1870 destaca a presença também de fábricas de fogos artificiais²⁷⁶ (4), de sabão²⁷⁷ (2) e uma de chapéu de sol de Carlos Hardy, situada na rua da Palma nº 86.

Em 9 de maio de 1877, instala-se a Junta Comercial (JUCEC) em Fortaleza, pois “*até então, os comerciantes cearenses eram obrigados a fazer a sua matrícula, na forma determinada pelo Código Comercial Brasileiro de 1850, na Capital de Pernambuco, onde funcionava um Tribunal do Comércio*” (NOBRE, 1989:140). Foram eleitos como deputados representantes do comércio: Joaquim da Cunha **Freire** (Barão de Ibiapaba), (presidente); Luis de Seixas Correia, João Cordeiro, Antônio dos Santos Braga Junior, José Cândido Cavalcante, bacharel Joaquim Mendes da Cruz **Guimarães** (secretário); Hermínio Olímpio da Rocha (arquivista); e Miguel Fernandes **Vieira** (tesoureiro).

A JUCEC apresentou na publicação comemorativa do seu primeiro centenário a relação das 10 primeiras indústrias inscritas; dessas, seis estavam localizadas em Fortaleza com um investimento de 1.071:000\$000 (mil e setenta e um contos de réis)²⁷⁸, conforme a tabela 15.

Segundo o Almanaque do Ceará de 1888:

Conta a Fortaleza algumas fabricas de cigarros²⁷⁹, óleos, tecidos etc, a fabrica de fiação e tecidos dos Srs POMPEU & IRMÃOS, a de óleos do Barão de Ibiapaba é

²⁶⁸ Proprietário- Francisco Antonio Beleza, (1854), funcionando durante 50 anos.

²⁶⁹ Segundo Nobre apenas duas padarias funcionavam no início da segunda metade do século XIX, “sabendo-se, aliás, que as famílias de baixa renda consumiam a farinha de mandioca no desjejum, devido ao preço elevado da farinha de trigo importada” (1989:127).

²⁷⁰ Esta antiga metalúrgica foi instalada como sucursal da firma pernambucana de Spears & Marden, com a razão social Spears & Hoonholtz, de James Spears e José Paulino Hoonholtz. A inauguração da fundição a vapor ocorreu em 1868, segundo o jornal Cearense.

²⁷¹ Este estabelecimento teve bastante êxito, chegando a obter prêmios e menções honrosas em Exposições Nacionais e Mundiais. (NOBRE, 1989:130).

²⁷² Segundo Geraldo Nobre, “*a fabrica de Taborda, se não foi fechada, passou a novos proprietários, possivelmente a José Antonio Pereira, que, em 1869, adquiriu por compra, um estabelecimento do ramo, denominado ‘União Popular’, no qual produziu, além de charutos, cigarros[...].*” (NOBRE,1989:131). Luis Ribeiro da Cunha & Sobrinho implanta sua firma fora da cidade. Outra fabrica do chamado sabão-massa pertencente a Amaral & Silva vai ser implantada nas proximidades do centro urbano da cidade (rua da Cadeia com a rua Dom Pedro) (NOBRE, 1989:132).

²⁷³ Esse ramo industrial tinha certo desenvolvimento no Ceará entre 1861-1870, a fim de atender “ao consumo crescente da população urbana” (NOBRE, 1989:131).

²⁷⁴ Na fala do presidente da Província, Marechal Campos Pereira da Silva, quando da instalação do Conselho Federal da Província em 01.12.1829, defendeu a criação de uma fabrica de fiação e tecelagem: “*O estabelecimento de uma ou mais fabricas poderia suavizar em parte a situação principalmente esta de fiação e tecidos, não só pela decadência do mesmo algodão na Europa, como pelo consumo do país, e mesmo de importação para esta Corte, pois sendo país benigno na sua produção, seria até de grande prejuízo aos direitos da Nação o seu total abandono*” (GIRAO, 1947:216).

²⁷⁵ O Ministério da Agricultura nega o privilégio solicitado pelos ALBANOS e os JUSTAS para implantar uma fabrica de tecidos. Caetano José de Mesquita, Luiz Pacheco de Medeiros, ambas na estrada de Arronches, José Nunes Coimbra Padre – Nosso na Estrada de Messejana e a outra José Martins de Almeida.

²⁷⁶ Caetano José de Mesquita, Luiz Pacheco de Medeiros, ambas na estrada de Arronches, José Nunes Coimbra Padre – Nosso na Estrada de Messejana e a outra José Martins de Almeida.

²⁷⁷ Luis Ribeiro da Cunha & Sobrinho e Luiz da Silva Amaral.

²⁷⁸ Considerado “uma importância expressiva, remanescente, como se pode supor, dos saldos do comércio externo acumulados na fase de alta dos preços do algodão do Brasil, do rendimento dos escravos vendidos para outras Províncias em numero apreciável e, mais proximamente, da assistência financeira do Governo Geral e ajudas diversas por ocasião da Grande Seca” (NOBRE, 1989: 143).

²⁷⁹ Rua do Trilho, atual avenida Tristão Gonçalves.

movido a vapor e possui aparelhos aperfeiçoados; a de óleo do Sr. Guilherme Rocha extrai exclusivamente o azeite de mamona; [...]. Há três fábricas de sabão²⁸⁰ na capital [...].

TABELA 15

RELAÇÃO DAS PRIMEIRAS INDÚSTRIAS INSCRITAS NA JUCEC – FORTALEZA ²⁸¹				
EMPRESA	SEDE	CAPITAL *	ATIVIDADE	SÓCIOS
Ferreira & Martins	Fortaleza	26	Fábrica de Sabão	Bernardo Ferreira da Cruz e Antonio Pereira Martins.
P. A. Motta & Cia	Fortaleza		Fabrica de Sabão	P. A. Motta
Cia Fabrica de Fiação e Tecidos “União Comercial”	Fortaleza	600	Fiação e Tecelagem	Manoel Teófilo Gaspar de Oliveira, Dr. Álvaro Teixeira de Sousa Mendes
Cia Fabril Cearense de Meias ²⁸²	Fortaleza	100	Fabricação de meias	Negociante José Albano Filho (presidente), proprietário Antonio Domingos dos Santos (tesoureiro) e Dr. Álvaro Teixeira de S Mendes (secretário)
Cia Cearense de Curtume	Fortaleza	100	Curtume	Capitalistas - Manoel Gomes Barbosa ²⁸³ , José Joaquim Simões ²⁸⁴ e farmacêutico Carlos Studart
Holanda Gurjão & Cia	Fortaleza	200	Fiação e Tecelagem	Clementino H. Lima e José Borges Gurjão
Álvaro Mendes & Cia	Fortaleza	45	Fabrica de Cal e Pedras de Mármore	Álvaro Teixeira de Sousa Mendes e João Octavio Vieira

Fonte: NOBRE, 1989:148 * CAPITAL (em contos de réis)

Esses investimentos pioneiros caracterizavam-se pela predominância de pequenos estabelecimentos com baixo nível de mecanização e espalhados na cidade, misturando-se muitas vezes com as próprias residências, como, por exemplo, a de refinação de açúcar de Costa & Cia, na praça do Ferreira nº 49, a de gelo de Dias Pinheiro & Cia, na rua Major Facundo nº 62. Por outro lado, as manufaturas têxteis vão exigir uma nova estrutura fabril, com edificação própria, dispendo de maquinarias estrangeiras, novos padrões de administração e localizando-se, dispersamente, nas proximidades da linha férrea²⁸⁵. A primeira fabrica de fiação e tecidos cearenses em Fortaleza foi implantada na rua Santa Isabel, pelos irmãos Tomaz e Antonio Pompeu de Sousa Brasil e o cunhado, Dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli (POMPEU & Irmãos)²⁸⁶, em 1882, com as seguintes características:

[...] 252 palmos (55,0m) de comprimento sobre 115 palmos (25,0m) de largura com 17 portas de frente, tendo em seu programa oito compartimentos: deposito de algodão, deposito de combustível, casa da caldeira, do motor a vapor, do batedor, escritório, armazém de deposito de fazendas e o corpo central de maquinas de fiação e tecelagem (Jornal Gazeta do Norte).

²⁸⁰ Segundo Viana “pode-se atribuir à ocorrência de um surto de investimentos em industria têxtil no Ceará, entre os anos de 1881 a 1895, ao maior dinamismo que passou a viver, no período, a economia cearense, em decorrência do ‘boom’ algodoeiro de 1864 a 1875, da realização de elevados gastos públicos com a seca de 1877 a 1879 e da intensificação das exportações de escravos para outras províncias principalmente nos anos dessa seca” (VIANA, 2006:189).

²⁸¹ Alguns estabelecimentos industriais de Fortaleza constituídos depois de 1877, não foram relacionados: refinaria de Açúcar de Linhares & Cia, Serraria Ponte, de Ponte & Cia Ltda., Fabrica de Tecidos de Pompeu & Irmão, Fabrica de Massas Alimentícias e Confeitaria, de Antonio Russo Italiano.

²⁸² Implantada no Boulevard do Imperador, “enfrentava a concorrência da atividade que, no mesmo ramo, vinha desenvolvendo o Colégio da Imaculada Conceição, aproveitando a mão-de-obra, de baixo custo, de meninas órfãs” (NOBRE, 1989:152).

²⁸³ Grande proprietário de imóveis urbanos (48) e um dos diretores da Cia Ferro-Carril do Ceará.

²⁸⁴ Negociante português residia na chácara de Jacarecanga.

²⁸⁵ Por exemplo, a fábrica de Marques da Silva & Cia na rua da Praia no 39 (atual Pessoa Anta) e a de A. Pires & Cia na rua Com. Luiz Ribeiro (atual Liberato Barroso).

²⁸⁶ Por exemplo, a fábrica de P.A. Motta & Cia na praça Visconde de Pelotas (atual Clóvis Beviláqua).

Em 1895, quando a população de Fortaleza teria menos de 50 mil habitantes, “*apresentava um parque industrial que, para as condições da época, se podia considerar apreciável*” (NOBRE, 1989:154). Os estabelecimentos industriais mais importantes são as fabricas de fiação de tecelagem, localizadas na capital: fábricas de Fiação e Tecido Cearense de **Pompeu & Irmãos**²⁸⁷ (1882), Tecidos União Comercial da Cia Fabrica de Fiação União Comercial (1891), Cearense de Meias de Cia Fabril Cearense de Meias (1891), Ceará Industrial de **Holanda Gurjão & Cia** (1894)²⁸⁸ e Industrial Progresso de Pompeu & Cia (1899). Além dessas, merecem referência: a **fabrica de vinho, aguardente e licores** (a mais antiga localizada na rua Sena Madureira nº 59, pertencente a Francisco Luis Carreira); outras cinco fabricas de vinho de caju (Antero Theophilo, J. Januário Jefferson de Araújo, Mamede & Irmão, Joaquim Teophilo Rabello, Rodolpho Teophilo); outra de bebidas alcoólicas e fermentadas (A. Borges & Cia); outra de licores (Ernesto B. da Silva); uma de cidra (David Lacorona); as **fabricas de cigarros** (Lopes Sá & Cia²⁸⁹, de Marques da Silva & Cia²⁹⁰ e a de A. Pires & Cia²⁹¹); a **fabrica de louças** (de João Francisco Sampaio); a **fabrica de calçados** (Napoleão & Irmão); a **fabrica de extração de óleos** (Alfredo Salgado); a **fabrica de cal-marmórea** (Álvaro Teixeira de Sousa Mendes - gerente); a **empresa construtora** de Isaac Amaral & Cia; a **Olaria** do Cocó (Manuel Rodrigues de Santos Moura); a **Refinação de açúcar**²⁹² (Costa & Cia); a **Fabrica de gelo**²⁹³ (Dias Pinheiro & Cia); a **Fábrica de gravatas** (Altière & Gabrielle); as **fábricas de moer café** (Roberto Ferreira e Januario Irineu); duas **fundições** a vapor (Estrada de Ferro de Baturité e José Candido Freire); uma **fabrica de carruagem**; e 14 estabelecimentos de panificação e massas alimentícias²⁹⁴.

Na primeira República (1889-1930), o algodão permaneceu a principal economia, mas a Abolição da escravidão não condicionou o fluxo imigratório de estrangeiros, o que não exclui a presença de um reduzido número de imigrantes. No Estado, não existia um movimento republicano bem estruturado e consolidado. As atividades político-partidárias aqui foram exercidas por liberais ou conservadores, divididos em quatro facções.

Nas tabelas 16, 17 e 18, entre 1870-1932, ressalta-se o crescimento dos números de fábricas, oficinas e estabelecimentos voltados ao comércio varejista.

TABELA 16

CIDADE DE FORTALEZA: FÁBRICAS 1870 – 1932					
	1870 ²⁹⁵	1887 ²⁹⁶	1895 ²⁹⁷	1920	1932
Aniagem	-	-	-	-	03
Cal marmóreo	01	-	01	-	-
Calçados	01	01	01	01	02
Carruagem		-	01	-	-
Chapéu de Sol	01	-	-	03	-
Cigarros/Charutos	-	02	03	03	04
Curtumes	01	-	-	01	02
Destilação e bebidas	09 ²⁹⁸	04	08	06	09
Doces	-	-	-	01	02
Doces Gelados	-	-	-	-	02
Fogos Artificiais	04	-	-	-	-

²⁸⁷ Esta fábrica foi totalmente destruída pelo movimento popular de 9 de novembro de 1912 para derrubada do governo de Accioly.

²⁸⁸ Pertenceu a vários proprietários: Matos Lima, Aquiles Boris e Antonio Diogo Siqueira.

²⁸⁹ Situada na rua Tristão Gonçalves 66.

²⁹⁰ Situada na rua da Praia 39 (atual Pessoa Anta).

²⁹¹ Situada na rua Comendador Luis Ribeiro (atual Liberato Barroso).

²⁹² Situada na praça do Ferreira.

²⁹³ Situada na rua Major Facundo 62.

²⁹⁴ NOBRE, 1989:195-196, BEZERRA DE MENEZES, 1992:186 e Almanaque 1896.

²⁹⁵ Almanaque do Estado do Ceará 1870.

²⁹⁶ Censo de 1887.

²⁹⁷ Complementado pelo Almanaque de 1896.

²⁹⁸ Vinho de caju (5), vinho, aguardentes e licores (1), bebidas alcoólicas e fermentada (1), Licores (1) e Cidra (1).

Gelo	01	01	01	01	03
Gravatas	01	-	-	-	-
Louças	01	-	01	-	-
Malas	-	-	-	01	04
Meias	01	-	-	-	02
Moagem de Cereais à vapor	-	-	-	01	-
Moer Café	02	-	-	-	-
Mosaicos	-	-	-	01	03
Panificação/ Massas Alimentícias	-	-	14	14	05+16
Refinação e Torrefação	01 ²⁹⁹	01	01	04	05 ³⁰⁰
Sabão e Algodão/Óleos	06 ³⁰¹	03	03	03 ³⁰²	06
Selas, selins, arreios	04	04	-	-	-
Tecidos e Fiação redes	04	-	-	01+04	13
Tijolos, telhas	01	-	-	-	-
Usinas de beneficiamento de algodão- Prensa Hidráulicas	-	02	02	06	09
Velas	-	-	-	-	01
Vidros	-	-	01	-	-
TOTAL	39	18	37	51	91

Fonte: Almanques 1870, 1896, 1920 e 1933, Censo 1887, BEZERRA DE MENEZES(1992).

TABELA 17

CIDADE DE FORTALEZA: OFICINAS 1870 – 1932					
	1870 ³⁰³	1887 ³⁰⁴	1895/96 ³⁰⁵	1920	1932
Alfaiataria	-	06	15	13	-
Barbeiro/de barbearia	-	06	20	07	-
Bahuleiros	-	-	03	-	-
Carpina	-	01	-	-	-
Carpinteiros	-	01	10	-	-
Chapeleiro	-	-	01	-	-
Colchoaria	-	-	-	01	02
Colcheiro	-	-	01	-	-
Engenho a vapor para serragem	02	-	-	-	-
Encadernação	02	01	09	03	02
Ferreiros	-	-	05	-	-
Fogueteiros	-	-	02	-	-
Funilaria	03	-	08	03	04
Fundições	-	02	02	04	04
Latoeiro	01	-	-	-	-
Marceneiros/ Carpintaria/Serraria	06	02	09	08	12
Marmoaria	-	-	02	03	02
Ourivesarias/Relojoaria/joalheria	07	02	09	07	-
Prensa hidráulica	03	-	-	-	-
Sapataria	06	04	09	06	-
Seleiros	-	-	01	-	-
Tanoeiro	-	-	-	02	-
Tinturaria	-	-	-	03	-

²⁹⁹ Refinação de açúcar.

³⁰⁰ Torrefação de café e pilação de milho.

³⁰¹ Fabricas de sabão.

³⁰² Proença, Irmão & Cia (rua General Sampaio 48), Antonio Diogo de Siqueira & Filho (Boul Duque de Caxias) e Teophilo Gurgel Valente, Usina Gurgel (bairro do Matadouro).

³⁰³ Almanaque do Estado do Ceará 1870.

³⁰⁴ Censo de 1887.

³⁰⁵ Complementado pelo Almanaque de 1896.

Tipografias	07	05	08	11	13
Torneiros e Tanoeiros	05	02	05	-	-
TOTAL	42	27	117	71	33

Fonte: Almanques 1870, 1896, 1920 e 1933, Censo 1887, BEZERRA DE MENEZES (1992)

TABELA 18

CIDADE DE FORTALEZA: COMERCIO VAREJISTAS 1870 – 1932					
	1870	1887 ³⁰⁶	1895 ³⁰⁷	1920	1932
Açougues	26	03	10	-	-
Agencias de Leilões	-	03	04	-	-
Alfaiatarias	-	01	-	13	11
Armarinhos	-	-	-	-	07
Armazéns	-	32	-	-	-
Armazéns de Depósitos	-	-	42	-	-
Armas e Munições	-	-	-	-	02
Armazéns de açúcar	02	-	-	-	-
Armazéns de estivas e Miudezas	-	-	-	22	50
Armazéns de farinha de trigo	03	-	-	-	-
Armazéns de Gasolina e Querosene	-	-	-	-	04
Armazéns de madeiras	03	-	-	-	-
Armazéns de sal	-	-	-	-	04
Ateliers de retrato à crayon e a óleo	-	-	-	01	-
Ateliers de Piano	-	-	-	02	-
Ateliers Fotográficos	-	-	-	03	-
Artigos Dentários	-	-	-	-	02
Automóveis e acessórios	-	-	-	-	09
Bilhares	-	-	02	-	-
Bodega	-	21	-	-	-
Botica	-	05	-	-	-
Cafés	-	01	03	11	-
Camisaria	-	-	-	-	05
Casa de fumo	-	-	-	01	-
Casa de maquinas de Costuras	-	-	-	02	-
Casa de Moveis	-	-	-	04	-
Casa de Penhores	-	-	-	01	-
Casas de vender bilhetes de loterias	02	-	-	-	-
Casas exportadoras	-	-	-	13	31
Casas Importadoras	-	-	-	21	72
Chapelaria	-	01	-	-	-
Chapéu de sol	-	-	-	-	01
Confeitarias	-	-	-	-	04
Corretagens	-	-	-	-	06
Deposito de carvão vegetal	01	-	-	-	-
Depósitos de álcool motor	-	-	-	-	03
Escritórios comerciais/loterias	-	01	02	-	-
Farmácias/Drogarias	-	01	12	-	25
Fotografias	-	-	01	-	06
Hospedarias	-	-	10	-	-
Hotéis/ Pensões e casas de cômodos	-	-	02	14	-
Instalações Sanitárias	-	-	-	-	02
Joalherias	-	02	-	06	10

³⁰⁶ Censo de 1887.

³⁰⁷ Complementado pelo Almanaque de 1896.

Laboratórios químicos farmacêuticos	-	-	-	-	05
Leiteria	-	-	-	01	-
Livrarias	02	01	04	-	04
Loja de alfaiates	06	-	-	-	-
Loja de Calçados	04	-	-	-	-
Loja de chapéu de sol	01	-	-	-	-
Loja de charutos e cigarros	04	-	-	-	-
Loja de instrumentos de música	01	-	-	-	-
Loja de fazendas	63	-	-	-	-
Loja de ferragens	02	03	-	-	-
Loja de miudezas	-	01	-	-	-
Loja de quinquilharias	12	-	-	-	-
Loja de valores	-	01	-	-	-
Loja para artigos para Seleiros e Sapateiros	-	-	-	02	-
Lojas de calçados	-	-	-	10	12
Lojas de Fazendas e miudezas	-	24	-	42	46
Lojas de Ferragens, Louças, Vidros e miudezas	02	03	-	09	21
Lojas de Modas e Confecções	-	06	-	25	-
Molduras e espelhos	-	-	-	-	03
Lojas de Secos e Molhados	14	13	-	160	-
Loterias	-	-	-	-	01
Maquinas de Costuras	-	-	-	-	04
Materiais de construção e lenha combustíveis	-	-	-	10	-
Mercearias	-	-	-	09	21
Movelarias	-	-	-	-	10
Padaria	09	02	16	-	-
Perfumarias	-	-	-	-	02
Quiosques	-	-	14	-	-
Quitandas	54	01	-	-	-
Rádios, vitrolas e discos	-	-	-	-	04
Restaurantes	-	01	02	01	-
Tabacarias	-	-	-	05	-
Tavernas	78	-	-	-	-
Tinturaria	-	-	02	-	04
TOTAL	289	241	485	388	391

Fonte: Almanques 1870, 1896, 1920 e 1933, Censo 1887, BEZERRA DE MENEZES(1992).

Entre o período de 1900 e 1930, surgem mais sete fábricas têxteis: Santa Elisa, de **Antônio Diogo Siqueira** (1904); União e Trabalho, de **Matos Lima & Cia**; Santa Maria de **Manuel J. de Lima** (1918); Usina Gurgel, de **Teófilo Gurgel & Cia** (1919); Santo Antônio, de **Antonio Diogo Siqueira** (1925); São Luiz, de **Antônio Diogo Siqueira** (1925); São José, de **Frota Siqueira Ferreira Gomes & Cia Ltda.** (1926); e Baturité, de **Jose Pinto do Carmo & Filho Ltda** (1927). Nota-se que muitas foram implantadas no bairro de Jacarecanga junto da linha férrea que em 1919 foi deslocada para lá. As propagandas desses estabelecimentos seguem padrões estéticos difundidos Brasil afora (Figuras 57, 58, 59 e 60).

A primeira década do século XX é marcada por um grande numero de usinas de beneficiamento do algodão dispersas no Nordeste com a finalidade de realizar “*além do beneficiamento e prensagem do algodão, aproveitamento dos subprodutos algodoeiros: óleo, resíduo e linter*” (ALMEIDA, 1989:31).



Figura 57: Anúncio da fábrica de fiação S. Elisa, 1908. Fonte: Almanaque do Brasil, 1908.

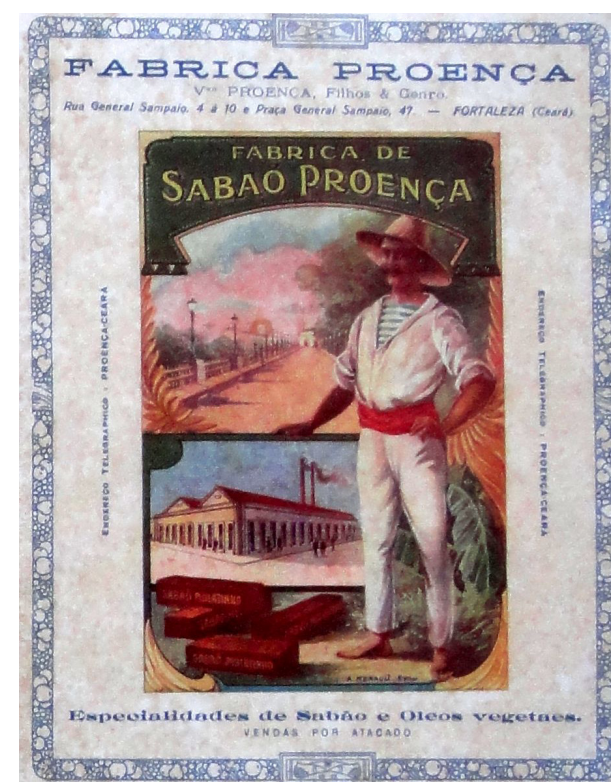


Figura 58: Anúncio da Fábrica Proença, 1913. Fonte: Almanak Hénault, 1913.



Figura 59: Anúncio do suco de caju, 1908.
Fonte: Almanaque do Brasil, 1908.

No caso de Fortaleza, em 1886, já existiam duas fábricas de óleos vegetais pertencentes ao Barão de Ibiapaba e ao Dr. Guilherme Rocha (VIANA, 1994:393). Em 1909, contavam-se nove fabricas de óleo no Ceará, sendo três em Fortaleza, pertencetes aos industriais **Antônio Diogo de Siqueira**, Costa Martins & Cia e Mendes & Irmão. O Almanaque do Ceará de 1914 apresenta apenas três fabricas sobreviventes em meio a criação de mais três: **Theophilo Gurgel & Cia**, A. C. Mendes e F. Miranda e Cia - todas localizadas na capital.

A produção do algodão no Nordeste, ao perder a posição no mercado internacional, direciona-se “predominantemente ao mercado nacional. Esta transformação acarretou perda no ritmo de crescimento da produção não só nesta região mas nas demais áreas produtivas do País” (VIANA, 1994:402). No Ceará, as exportações do algodão a partir de 1911 voltam a se intensificar, como se pode confirmar na Tabela 19, com exceção dos anos da seca de 1915 e 1919 e nos anos seguintes, quando as exportações são reduzidas no seu volume (VIANA, 1994:402). Assim “a produção cearense de algodão expande-se vigorosamente a partir de 1921, alcançando a safra de 1923³⁰⁸ o nível mais elevado em toda a história econômica do Estado até então, como consequência” (VIANA, 1994:402) de alguns fatores “o inverno regular naquele ano, do preço elevado do produto e do retorno ao Ceará, em 1922, de grande numero de trabalhadores agrícolas que tinham emigrado com a seca de 1919” (VIANA, 1994:403).

No decorrer do século XIX, a Inglaterra “constitui, em termos de mercados consumidores, o grande comprador”. A França³⁰⁹ “também esteve entre aqueles países de destino dessa exportação, pelo menos até os anos oitenta, quando a produção nacional passou a destinar-se, preferencialmente, ao mercado interno” (MONTEIRO, 2002).

TABELA 19

ANOS	EXPORTAÇÕES CEARENSES DE ALGODÃO EM PLUMA (1912-24)			
	ESTADOS	EUROPA	AMÉRICA DO NORTE	TOTAL
1912	6.677.757	368.150	-	7.045.907
1913	4.814.311	4.038.017	-	8.852.328
1914	5.007.988	2.404.872	1.495.319	8.908.179
1915	5.043.314	89.775	-	5.133.089
1916	-	-	-	4.470.728
1917	5.695.590	680.960	10.829	6.387.379
1918	9.211.695	87.640	-	9.299.335
1919	5.084.877	1.025.978	7.980	6.118.835
1920	4.246.019	1.508.339	152.455	5.906.813
1921	9.308.125	2.460.278	53.200	11.821.603
1922	8.546.873	7.479.135	-	16.026.008
1923	10.610.536	3.629.087	-	14.439.623
1924	6.638.025	1.244.868	-	7.882.893

Fonte: VIANA, 1994:428.

³⁰⁸ O Almanaque de 1924 garante que entre 1921 a 1923 o Ceará atingiu o segundo lugar na produção nacional e o primeiro no Nordeste.

³⁰⁹ Denise Monteiro assume que a expansão comercial francesa possui uma especificidade regional, “as províncias distantes da capital do Império, a atuação comercial francesa teve um peso muito maior do que aquele que lhe costuma ser atribuído nos estudos sobre o comércio estrangeiro no Brasil, no século XIX” (2002:232). Ou seja, enquanto nas grandes cidades, Rio de Janeiro, Recife e Salvador, a atuação do comércio varejista foi mais presente, nas outras “cidades-polo de mercados regionais,” ao contrário, o foi o comércio atacadista (2002:232).

Do exposto, é possível concluir que a manutenção da hegemonia de Fortaleza ao longo do século XIX e primeiras décadas do XX se deve ainda à produção e comercialização algodoeira. A cidade concentra os comerciantes, agentes sociais do processo de acumulação, e reúne uma infraestrutura capaz de dar suporte a esse processo e estabelecer novos espaços hegemônicos na trama urbana.

3.2 ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL DE FINS DO IMPÉRIO À PRIMEIRA REPÚBLICA

Como visto, a partir da Independência (1822), foi implantada uma nova organização político-administrativa no Império, que persistiu até o advento da República. O Ato Adicional (1840) alterou a Constituição de 1824, eliminando o Conselho do Estado, criando as Assembléias Provinciais com grandes poderes, como por exemplo o de “fixar as despesas municipais e das províncias” e “lançar os impostos necessários ao atendimento dessas despesas, contanto que não prejudicassem as rendas a serem arrecadadas pelo governo central” (FAUSTO, 2006:87).

Segundo Faoro,

O segundo Reinado, cuja centralização será sua nota essencial, ruiu quando os suportes dessa realidade política e administrativa entraram em colapso. A exaustão do trabalho servil e o crescente aumento do contingente assalariado puseram em risco a teia comercial e creditícia armada na corte (2008:521).

O Decreto nº 4.644, de 24 de dezembro de 1870, ampliou os poderes dos presidentes de províncias por meio de nomeações e demissões e, no transcorrer da segunda metade do século XIX, estes foram “os agentes do poder central na gestão dos assuntos político-administrativos, econômicos e judiciários” (LEMENHE, 1991:108). Outra medida importante no Império foi a aprovação, em janeiro de 1881, da Lei Saraiva, que propunha uma reforma eleitoral, estabelecendo o voto direto para as eleições legislativas.

A centralização imperial não era mais possível- o esteio que a mantinha de pé, na década de 80, estava partido. A abolição deu-lhe o golpe fatal, não porque arredasse do trono a classe agrícola, mas ao romper o esquema tradicional da agricultura comercial, vinculada ao crédito, negócio de intermediação exportadora, e, com ela, o estamento político. Retornar a ela, como no fim da Regência, seria impossível, por falta dos suportes do poder (FAORO, 2008:526-7).

Com o advento da República em 1889, instala-se uma nova organização político-administrativa, referendada pela Constituição Federal de 1891. Observa-se no artigo 68 que “os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse”. O texto do decreto inaugural de ordenamento jurídico republicano, de 15 de novembro de 1889, estabelecia no artigo 1º como “forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa” e versava no artigo 2º sobre as ex-províncias que passariam a partir de então a compor



Figura 60: Anúncio do suco de caju, 1913.
Fonte: Almanak Hénault, 1913.

os Estados Unidos do Brasil. No artigo 3º estabelece que “*cada um desses Estados, no exercício de sua legitima soberania*”, decretaria oportunamente a sua Constituição. O Governo Provisório, por meio do Decreto nº 7 (20.11.1889), extinguiu as assembleias provinciais, fixando os poderes dos governadores, “*competentes para exercerem também em caráter provisório funções executivas e legislativas*”³¹⁰. O Decreto nº 29 (03.12.1889) estabeleceu uma Comissão com o propósito de elaborar um Anteprojeto de Constituição, para ser enviado à Assembléia Constituinte.

A primeira Constituição republicana é promulgada em fevereiro de 1891 e a Constituição Política do Estado do Ceará³¹¹ foi promulgada em 12 de junho de 1892. Como consequência da Proclamação da Republica, as Câmaras Municipais foram dissolvidas e substituídas pelos **Conselhos de Intendência Municipal**. O Decreto nº 3-A de 15.01.1890, cria o Conselho de Intendência Municipal em substituição às Câmaras, até a promulgação definitiva da Constituição dos Estados Unidos do Brasil e do Estado Confederado do Ceará. No lugar dos vereadores, foi nomeado um Conselho “*composto de cinco membros. Sob a presidência de um d’elles, eleito na primeira sessão de cada mez*” (Art.1º), com a incumbência de “*fixar a receita e despeza publica dos municipios, com aprovação do governo*” (§ 1º), “*ordenar a despeza e arrecadar as rendas*” (§ 2º) e “*fazer executar todas as obras municipaes*”, além de fornecer a policia administrativa e econômica, assim como a tranquilidade, segurança, comodidade e saúde de todos os seus habitantes (§ 4º). O parágrafo 5º acrescenta como atribuição “*rever, alterar, substituir, revogar os actuaes editaes e posturas municipaes, creando novas se assim o exigir o bem publico do municipio*”. Cabia ainda ao Conselho de Intendência “*o exame e a sindicância de todos os actos da camara dissolvida, de todos os contractos existentes, providenciando nos termos das leis vigentes, ratificando ou anulando quaesquer delles, ainda que estejam em execução*”³¹², reservando ao Governo Provisório o direito de restringir, ampliar ou suprimir quaisquer dessas atribuições.

A Constituição Política do Estado do Ceará, de 12 de junho de 1892³¹³, determina a Câmara Municipal como principal responsável pelos órgãos da administração municipal, composta de vereadores, um **intendente** na sede do Município, “*funções executivas e tantos subintendentes quantos forem os districtos em que a camara dividir o municipio*”. Os vereadores deveriam eleger dentre eles o intendente e os subintendentes seriam eleitos pela Câmara Municipal, composta de dez vereadores³¹⁴. São atribuições da Câmara Municipal “*deliberar, resolver e legislar sobre qualquer assunto que entenda com a policia, economia e administração local de accordo com a Constituição do Estado e a da União*” (art.101). Quanto às ações do Intendente, eram “*prestar contas annualmente de sua administração, no primeiro dia da primeira sessão da Camara, apresentando semestralmente o balanço da receita e despeza, com a demonstração e documentos comprobatórios*” (art.106 - item 4). Além disso, “*apresentar relatorios, orçamentos dados estastísticos, relativos aos serviços, obras, bens e negócios municipais*” (art.106 - item 5). A Lei de 5 de setembro de 1895 redefiniu a competência das Câmaras Municipais para taxar o exercício de industrias e profissões, porém sem exceder a terça parte da importância dos lançados pelo Estado, proibindo a taxaço sobre o transito de produtos de um município para outro (MENSAGENS, 1896:28). Mesmo assim, quase todas as Câmaras do Estado “*tem entendido que são completamente soberanas, continuando a não ligar grande importância às leis*” (MENSAGEM, 1896:28). “*Essas irregularidades, porem,*

³¹⁰ http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0014242_02_cap_03.pdf.

³¹¹ A Constituição do Estado conferiu ao Poder Legislativo, e não aos conselhos municipais, o direito de elaborar a sua lei orgânica, definindo os seus poderes, especificando as suas funções (MENSAGEM, 1900:9).

³¹² Decreto 04.01.1890, artigo V.

³¹³ TITULO VI - Município

³¹⁴ Os cargos de vereador, intendente e subintendente não são remunerados (Título VI artigo 102).

confio, serem sanadas pela proxima execução da lei nº 264, de 26 de setembro ultimo, que conferiu ao Presidente do Estado a faculdade de nomear e demitir livremente os intendentes municipais” (MENSAGEM, 1896:28). Observa-se, pois, uma divisão do Poder Legislativo da Câmara³¹⁵ (que delibera), e do Poder Executivo e administrativo (exercido pelo intendente), entretanto a Câmara ainda era a responsável por medidas relativas ao espaço urbano.

A lei do Estado do Ceará nº 1.190, de 5 de agosto de 1914, promoveria outra alteração, substituindo o nome do intendente municipal pelo de prefeito. Casimiro Ribeiro Brasil Montenegro (1864-1947) foi o último intendente e o primeiro prefeito de Fortaleza com mandato de 1914 a 1918. A lei nº 764, de 12 de agosto de 1904, altera o art. 96 da Constituição Estadual, que dava aos vereadores a faculdade de eleger entre si o Intendente, passando então os prefeitos municipais a serem nomeados pelo Presidente do Estado. A Lei nº 1.942, de 14 de novembro de 1921, dispõe sobre a organização municipal, e determina que a Câmara “*é o poder deliberativo do município e compor-se-á de 12 vereadores na capital, de 9 nas cidades e de 7 nas vilas*” enquanto “*o prefeito é o chefe do governo executivo do município*”. Ambos são eleitos por sufrágio direto e maioria de votos do eleitorado do município (art. 15 e 27). A Constituição Estadual de 1925 define que os prefeitos e a Câmara “*são eleitos por sufrágio directo do eleitorado do município, aquelles por dois annos e estas por quatro, exceto o Prefeito da Capital que é de livre escolha do Presidente do Estado*” (art.89).

3.3 LEGISLAÇÃO SANITÁRIA E URBANÍSTICA ENTRE 1865 E O CÓDIGO DE OBRAS DE 1932

Para o entendimento do processo de urbanização e, principalmente, do ordenamento do espaço urbano, é importante entender o papel da Câmara Municipal na passagem do Império à Primeira República.

A Câmara³¹⁶ continua atuando na organização do espaço da cidade por meio do levantamento das plantas de 1875, 1888, e dos quatro Códigos de Posturas de 1865, 1870, 1879 e 1893. Somente em 1932, a Prefeitura Municipal realiza o Código Municipal e a planta de 1932.

Com a expansão crescente da cidade, a partir da década de 1860, surge o Código de Posturas de 1865, que acentua a preocupação com o binômio saúde pública-higiene, por meio de obrigações impostas a proprietários urbanos. Para orientar a expansão crescente da cidade, os mesmos instrumentos do Império permaneceram válidos na Primeira República. Na década de 1860, é redigido um novo Código de Posturas pela Câmara Municipal de Fortaleza, aprovado pela Resolução nº 1.161, de 3 de julho de 1865³¹⁷, contendo 20 capítulos e 11 seções.

Esse código define a função e as obrigações dos arquitetos e engenheiros na orientação do processo de transformações da cidade:

Art. 13. Ao arquiteto, que será engenheiro formado nas escolas do Império, ou estrangeiras incumbem:

§ 1º Alinhar as ruas, praças, pontes, cães, estradas, casas e toda e qualquer obra

³¹⁵ “*Se a Câmara vota ou estatue medidas prejudiciais aos interesses do município, o Intendente tem o direito de veto, com efeito suspensivo sobre o ato expedido por deliberação do Conselho. Não é porem, o veto absoluto. Ele está sujeito ao corretivo da própria Câmara, que, por dois terços de votos, poderá manter a sua deliberação*” (MENSAGEM,1900:9).

³¹⁶ Em 1870, a Câmara era composta pelos seguintes vereadores: presidente Cel Joaquim da Cunha Freire (Barão de Ibiapaba) negociante; Trajano Delfino Barroso, advogado; Ten. Cel Ant. Gonçalves da Justa, comerciante e político conservador; Ten. Cel Fco Coelho da Fonseca, negociante (loja de fazenda); Capitão Jose Fco da Silva Albano (Barão de Aratanha), negociante (Albano & Irmão); Ant. Nunes Teixeira de Mello, Bernardo Pinto Coelho, negociante (rua Amélia 187); José Antonio Martins, comerciante (loja fazenda-praça dos voluntários); João Leonel de Alencar, Pedro Nogueira Borges da Fonseca, negociante (herdou a Botica - praça do Ferreira 24) (ALMANAK, 1870:125).

³¹⁷ Essa postura foi aprovada no governo do bacharel Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello. Contem 20 capítulos e 11 seções. No regulamento dos empregados da Câmara Municipal da cidade da Fortaleza, no Título Único dos empregados, apresenta os cargos dos empregados: secretário, ajudante do secretario, arquivista, porteiro, contínuo, procurador, três fiscais no distrito da Capital, advogado, médico, arquiteto, zelador do matadouro público, zelador da Cacimba do Povo, zelador da cacimba da Alagoinha, um fiscal no distrito de Arronches, em Soure, em Parazinho, em Siupé, em Trairi e em Messejana, um zelador do curral de Arronches e um zelador do açude de Soure.

de arquitetura, medição, arqueação, perfil, nivelamento e calçamento.

§ 2º Dar a planta, plano e orçamento de qualquer obra municipal.

§ 3º Inspeccionar as obras da câmara, quer se fação por contrato, arrematação, ou administração.

§ 4º Levantar a planta da cidade, e povoações do município, quando lhe for ordenado pela câmara.

§ 5º Dar seu parecer por escrito, quando assim exigir a câmara, ou seu presidente.

Na Resolução nº 1.162, de 3 de agosto de 1865, acentua-se a preocupação com o binômio saúde pública - higiene, por meio de obrigações impostas aos habitantes.

Os moradores da rua do mercado são obrigados a limpar o riacho que corre pelos quintais de suas casas, quando forem avisados pelo fiscal (Art. 59).

Os habitantes desta cidade são obrigados a ter varrido areia das frentes de suas casas até o meio da rua (Art. 33).

Os despejos de material em vasilhas, das 9 horas da noite em diante em lugares que forem designados pela Câmara (Art. 55).

A secção II disciplina também sobre a salubridade pública, impondo o zoneamento de funções urbanas, sobretudo marcado pelo deslocamento dos ofícios poluentes e barulhentos para os arrabaldes ou subúrbios da cidade, fora do perímetro urbano. É definida, assim, a localização dos curtumes, salgadeiras e das fabricas:

É proibido ter-se nas casas desta cidade, fornos de cozer ou torrar tabaco, fábricas de destilar aguardente; de sabão; de azeite ou quaisquer outras, em que se trabalhe com ingredientes que exalam vapores, que corrompem atmosfera e só serão permitidos nos arrebaldes ou subúrbios com licença da Câmara (Art. 44).

Mesmo que as atividades industriais e comerciais fossem incipientes, as condições e a localização das fábricas na cidade mereciam nesse momento a atenção dos códigos de posturas. Trata-se de uma política da República Velha, em continuidade à do Império, que muitas vezes desagradava os empresários urbanos, tal como se pode ver nesta declaração do “Jornal do Ceará - 1868”:

Colhe-se a declaração de um insatisfeito, o Sr. Carreira, que deixou de fazer o seu alambique funcionar “em virtude de uma postura municipal, que proíbe os alambiques dentro dos limites da cidade”. Diante do embargo, vais transferir a fabrica para Jacarecanga (CAMPOS, 1985:104).

Alguns artigos proíbem hábitos que não podiam ser mais permitidos numa área urbana: “*um só individuo conduzir mais de cinco cavalos, burros ou bois, carregados ou sem cargas, pelas ruas...*”

(Art. 20); “equipar-se ou correr a cavalo ou em burro pelas ruas...” (Art. 22); “conduzir-se magotes de gado vacum, cavalari, e muar pelas ruas desta cidade” (Art. 22).

Não se pode deixar de destacar a preocupação dessa legislação de compatibilizar o modo de viver rural com o urbano, principalmente porque o “matuto” e o “sertão” têm presença obrigatória nos hábitos, costumes e no processo de urbanização de Fortaleza. Os próprios nomes das ruas e travessas (das Flores, do Cajueiro, do Pocinho, das Hortas) evidenciam uma maior relação com o sertão do que com o mar (CAMPOS, 1988:83).

Como mencionado no capítulo anterior, essas posturas dispõem também sobre a volumetria dos imóveis, cornijas, largura das calçadas conforme se observa nos artigos 6 e 7:

As casas térreas que se construírem dentro dos limites da cidade terão pelo menos 20 palmos [4,4m] de altura na frente, entre as soleiras das portas e a base da cornija. As portas, quando de verga direita ou de verga semicircular ou gótica fingida, terão no mínimo 13 palmos (2,86m) de altura e cinco e meio de largura, e as janelas oito, e quando de verga semicircular ou gótica aberta, terão as portas 12 palmos (2,64m) de altura até a imposta do arco. Os claros e cunhais terão pelo menos sete palmos (1,54m) de altura e a cornija e acrotérios a quarta parte da altura da frente (Art. 6).

As casas que se construírem nas duas avenidas de cem palmos (22,0m) terão 22 palmos [4,40m] de altura na frente, entre a soleira das portas e a base da cornija. Terão todas as cornijas e acrotérios, cuja altura corresponderá a uma quarta parte de altura de frente. As portas, quando de verga direita ou de verga semicircular ou gótica fechada, terão 14 palmos [3,08m] de altura e 6 de largura [1,32m], e quando de verga semicircular ou gótica aberta, terão as portas doze e meio palmos [2,75m] de altura até a imposta do arco, e as janelas oito palmos. Os claros e cunhais terão pelo menos a largura das portas e as janelas; o espelho terá 8 palmos [1,76m] de altura e as soleiras das portas serão assentadas um palmo [.22m] acima do nível das calçadas, os contraventores serão multados em dez mil réis, além de ser demolida a parte da casa que se não conformar com a presente postura (Art. 7).

Passa a ser exigido, com maior ênfase, o disciplinamento do espaço urbano por meio do respeito do traçado em xadrez formulado em 1863 por Adolfo Herbster. Por exemplo, posturas municipais, publicadas em 1868, mencionam que as choupanas somente poderiam ser construídas com autorização da Câmara, e que estas deveriam estar alinhadas em relação às ruas principais e aos becos. Essa preocupação se reflete na planta de regulamentação do espaço urbano de 1875, quando o arquiteto Adolfo Herbster tenta impor o traçado em xadrez sobre as ocupações das casas existentes³¹⁸ na antiga estrada do Cocó.

Em 18 de junho de 1868, a Câmara Municipal aprova provisoriamente posturas adicionais³¹⁹:

Art. 28 Ninguém poderá vender água potável dentro desta cidade, à exceção da Companhia do encanamento d’água do sitio Benfica, ao infrator uma multa de 20 mil réis;

³¹⁸ Esse conjunto está localizado entre a rua Duque de Caxias e a Clarindo de Queiroz, próximo à estrada de Messejana.

³¹⁹ Correspondência da Câmara de 03.04.1868.

Art. 29 As carroças deverão ser licenciadas;

Art. 30 canecas com capacidade de 20 litros;

Art. 31 Vestuário dos empregados;

Contrariando a Postura, a Companhia do Encanamento d'água do Sítio Benfica divulga no jornal *Cearense*, de 14 de julho de 1868, que a água vendida nas carroças custa cada caneco 40 réis e nos chafarizes 20 réis.

Cinco anos depois da vigência desse Código, é estabelecido a Resolução 1.365, de 20 de novembro de **1870**, distribuindo racionalmente os assuntos em 8 títulos e 87 capítulos. Há duas inovações que dizem respeito, especificamente, à **salubridade** das casas, ruas e lançamento de dejetos:

É proibido fazer limpeza ou despejo de matérias fecais em outro lugar, que não seja na praia do porto das jangadas para baixo, e da ponte do desembarque para cima (Art. 47, § 3).

Lavar roupa de pessoas acometidas de moléstias contagiosas em outro lugar, que não seja a foz do ribeiro denominado Jacarecanga (Art. 47, § 7).

Demonstra este artigo que o porto das jangadas até a ponte de desembarque, bem como a área das chácaras junto ao riacho Jacarecanga, estavam nessa época fora do perímetro urbano.

A Resolução no 1.365, de 20 de novembro de 1870, publicada pelo presidente desembargador João Antônio de Araujo Freitas Henriques, apresenta um regulamento anexo, com dois capítulos e 28 artigos, que mencionam sobre Edificação – “*as ruas e travessas da cidade e povoações do município terão a direcção e a largura indicadas na planta respectiva, ou determinadas pela câmara, observando-se o mais perfeito alinhamento e conveniente nivelamento*” (Artigo 1º). Estabelece normas para casas de palha e taipa (artigo 2º): “*nenhuma edificação de casas, ainda mesmo de taipa ou palha, nem construcção de cercas começara no espaço comprehendido na planta da cidade e na das povoações, sem preceder alinhamento, assim como nivellamento para as casas de alvenaria*”. Também determinava um “*alinhamento especial affastado um metro do estabelecido para as demais edificações*” (artigo 3º).

As **posturas de 1870**, no capítulo IV, contemplam o uso e aproveitamento de “*açudes, riachos ou aguadas e distribuição d'água potável para consumo*.” No art. 49, adverte “*os proprietários de terras no Alagadiço Grande, Urubu e Jacarecanga, de não utilizarem sangradouros de açudes e tapagens sem a profundidade recomendada, e largura – de um metro – como o exigirem o inverno e as condições da represa*”. (CAMPOS, 1988:108).

A Resolução nº 1.682, de 2 de novembro de 1875, acrescenta normas para as casas de palha ou de taipa:

É proibida a edificação de cercas, casas de palha, ou de taipa dentro do quadro limitado pelas ruas do Pajehú, Livramento e Boulevard Imperador, inclusivamente; como também as casas de paredes singelas, de tijolo somente nas ruas que se acharem calçadas. O infrator soffrerá a multa de 10\$000 reis e será a obra demolida a sua custa (Art. 2º).

O **Código de 1879** é uma edição melhorada da coleção de leis de 1870. Nesse momento, os habitantes da cidade ainda *“depositam os dejetos fecais ‘durante um ou dois dias’ em ‘depósitos de ferro ou de madeira,’ ‘fazendo à noite a sua remoção para o mar. E mais serio os que habitam as margens dos córregos Jacarecanga e Pajeu servem-se destes para esgoto”* (CAMPOS, 1988:117). Surge a partir desse Código a figura do encarregado da limpeza da cidade, através de carroças, com objetivo de remover

Todas as matérias orgânicas e inorgânicas suscetíveis de se corromperem e de viciarem o ar ambiente pela exalação de miasmas ou de incomodarem as pessoas que transitam e de impedirem o transito publico com pedras, tijolos, telhas etc., terras soltas, lamas, animais mortos, restos vegetais e de animais, águas estagnadas e tudo o que se compreende na palavra imundice³²⁰.

Nesse período, a cidade inicia o seu processo de ocupação da área definida pelo plano de Herbster relacionada à sua condição de centro exportador do algodão cearense, o que condiciona maiores investimentos na política higienista então em curso.

As posturas municipais vão sendo aperfeiçoadas com novas providências, como é o caso do **Código de 1893**³²¹, já da República Velha, que acrescenta medidas inovadoras quanto à pratica da invasão de moradias em nome da limpeza e saúde, mostrando que tais práticas vêm garantir a reprodução das relações sociais. O artigo 91 determinava que *“as casas e seus quintais serão vistoriados quando a intendencia julgar conveniente, a bem da salubridade,ou por intermédio de comissões nomeadas para dito fim”*³²². Constata-se também mais uma determinação referente à higiene: *“o medico fará sempre parte da comissão necessária para a vistoria, de que se trata”*³²³. Em seu artigo 2º, delimita zonas exclusivas das palhoças fora do perímetro urbano: *“É proibido dentro da circunscrição urbana edificar casas de palha ou de taipa assim como construir cercas ou currais. Multa de 30\$000 ao infrator”*. Ou seja, na República às palhoças e casas de taipa foram definitivamente apartadas do perímetro urbano.

As normas concernentes aos Serviços Sanitários passam, em 1918, a ser de competência da **Diretoria Geral de Higiene**, que elabora um regulamento no qual decreta a inspeção sanitária nas habitações particulares e coletivas, estabelecimentos, lugares e logradouros públicos, sendo feita uma série de exigências quanto às habitações em geral. Essas rnormas de controle das habitações vêm reforçar aquelas que haviam sido esboçadas no Código de 1893: *“todas as casas novas ou reparadas, e as de aluguel que vagarem serão visitadas pelo Inspetor sanitário que verificará se oferecem ou não as condições indispensáveis de higiene e asseio para serem habitadas”*³²⁴. Essas normas regulam também as casas de travessa³²⁵: *“não será permitido a habitação em casas ou cômodos chamados de travessa, sem área livre ou quintal e sem instalação sanitária (Art. 312) como também “não é permitida a habitação em porões e sótão que tenham iluminação e arejamento deficiente” (Art. 314)*. Essas formulações de controle de habitação reforçam aquelas que haviam sido esboçadas no Código de 1893, vigente a partir de então por todo o Brasil.

Por outro lado, a cidade passa por um processo de adensamento no sentido leste-oeste desde 1872³²⁶, com a presença de inúmeras “casas de travessas”, o que justifica a presença na legislação

³²⁰ Resolução 1.818, de 01.02.1879, art. 22.

³²¹ Código de Posturas de 1893, In: Jornal A República de 18.11.1893.

³²² Código de Posturas de 1893, artigo 91, In: jornal A República, de 18.11.1893.

³²³ Código de Posturas de 1893, artigo 91. § 2. In: jornal A República, de 18.11.1893

³²⁴ Regulamento da Diretoria Geral da Higiene, aprovado pelo Decreto Legislativo no 1.643, em 08.11.1918, artigo 303.

³²⁵ Como foi visto, a cidade passa por um processo de adensamento no sentido leste-oeste desde 1872, com as “casas de travessa”, o que justifica essa legislação.

³²⁶ Na Décima Urbana de 1872, as ruas de travessa (leste-oeste), Assembleia, Flores, Hortas, Municipal, São Bernardo, Trincheiras e D. Pedro já apresentam parcelamentos.

do controle de certas práticas sociais recorrentes espalhadas por toda a cidade, dificultando, portanto, a realização de uma rígida política de especializações dos espaços e segregação social.

O regulamento vem reafirmar e ampliar os Códigos de 1879 e 1893, ao proibir também a implantação, dentro do **perímetro urbano**³²⁷, das seguintes fábricas: curtume, sabão e óleo, couro e sebo, salgadeiras, como também depósito de cal, borracha de maníoba não beneficiada, estufas de torrefação de tabaco, fundições, ferrarias e outras oficinas de obras metálicas, fábricas ou depósitos que exalem mau cheiro³²⁸.

A Câmara Municipal de Fortaleza, por meio da lei de 27 de dezembro de 1917³²⁹, normatiza sobre a limpeza pública:

Art. 1 – Fica desde já proibido o depósito de lixo das casas particulares, em qualquer ponto do leito das ruas da cidade, inclusive as sargetas e passeios.

Art. 2 – As carroças da limpeza municipal receberão o dito lixo, que deverá ser retirado pelos conductores no limiar das portas, onde será collocado em recipientes apropriados, de modo que não deixe escapar nenhuma parcella de resíduos nelles accumulados, quer por extravasão, quer por fendas ou aberturas.

Art. 3 – Para execução do artigo antecedente, as suas calçadas da cidade, das 7 horas da manhã até as 4 horas da tarde, serão percorridas pelas referidas carroças, que darão aviso pelo continuo tilintar de uma sineta. (Edital Nº 25 da Prefeitura de 1917).

Na administração do presidente desembargador **José Moreira da Rocha** (1924-28), foram inaugurados os serviços de águas e esgotos sanitários de Fortaleza iniciados em 1908, tendo sido criada para execução e manutenção desses serviços a “Repartição de Saneamento e Obras Públicas”³³⁰.

O Prefeito Municipal de Fortaleza, major **Manuel Tibúrcio Cavalcanti**, considerando o **Código de Posturas de 1893** insatisfatório para as “*necessidades gerais dos municípios e da Municipalidade, por sobremodo omissa e antiquada*” e usando de suas atribuições legais, resolve decretar, em 13 de dezembro de 1932, um novo Código Municipal³³¹. Uma das mudanças mais significativas que se pôde observar foi o fortalecimento do Poder Executivo concentrado na figura do prefeito municipal. No artigo 19, por exemplo, determina que “*para os efeitos e aplicação do presente Código e demais fins administrativos fica o município dividido em quatro zonas: central, urbana, suburbana e rural*”. Além disso, “*a divisão de terrenos em quadras e a destas em lotes somente será permitida se forem devidamente aprovados ou modificados pela Prefeitura os planos respectivos, devendo o interessado requerer, previamente a aprovação de um ante-projeto, com a indicação das ruas a serem abertas*” (Art. 25). Por sua vez, “*nenhuma construção, reconstrução, acréscimo, reforma, concerto, demolição ou limpeza se fará sem previa licença da Prefeitura*” (Art. 70). No capítulo I das “disposições gerais”, determina que “*nas ruas de caráter evidentemente residencial as edificações serão sempre recuadas do limite da via pública e isoladas dos lotes ou edifícios vizinhos por meio de áreas laterais*” (Art. 108). O prefeito, no Relatório de 1932, apresentado à Interventoria, relata: “*a construção da planta da cidade (a de 1931) veio tornar evidente a necessidade inadiável de ser adotado um plano para o sistemático desenvolvimento da cidade e a conveniência de ser consultado um urbanista sobre o seu*

³²⁷ Em seu artigo 484, define a zona urbana da Capital para os efeitos deste regulamento: isso será apresentado mais à frente.

³²⁸ Regulamento da Diretoria Geral da Higiene, artigo 482, p.272.

³²⁹ Lei publicada pela Prefeitura Municipal no Edital 25 de 1917 na Gazeta Oficial do Estado do Ceará de 1917.

³³⁰ Lei no 2.176 de 30 de setembro de 1924, tendo na 1ª Divisão – Administração Central, 2ª Divisão Água e Esgotos e 3ª Divisão Obras Públicas (Relatório de 1926:55-56).

³³¹ Código Municipal, Decreto no 70 de 18 de dezembro de 1932.

traçado” (GIRÃO, 1943:205). A política de urbanização da República segue os moldes definidos no Império, criando para tanto novas instruções e quadros técnicos.

Na estrutura administrativa, o prefeito, antes de conceder ou negar o alvará da construção, deverá observar o estudo e o parecer da Secção de Obras e Viação (Art. 74). Trata-se de uma política vigente em todo o País, com base no estabelecimento de uma estrutura administrativa semelhante, destinada a gerir o processo de transformação das cidades brasileiras.

Na nova numeração pautada no sistema métrico-decimal é introduzida por meio deste Código, sendo orientadas as ruas norte a sul, do mar para o sertão, e as ruas leste oeste separadas “*pela via-eixo constituída pela sequência da Avenida Alberto Nepomuceno, rua Conde d’Eu, rua Sena Madureira e Avenida Visconde do Rio Branco*” (Art. 41), segundo cada uma para o lado correspondente, (os pares relacionados ao lado direito e os ímpares ao lado esquerdo).

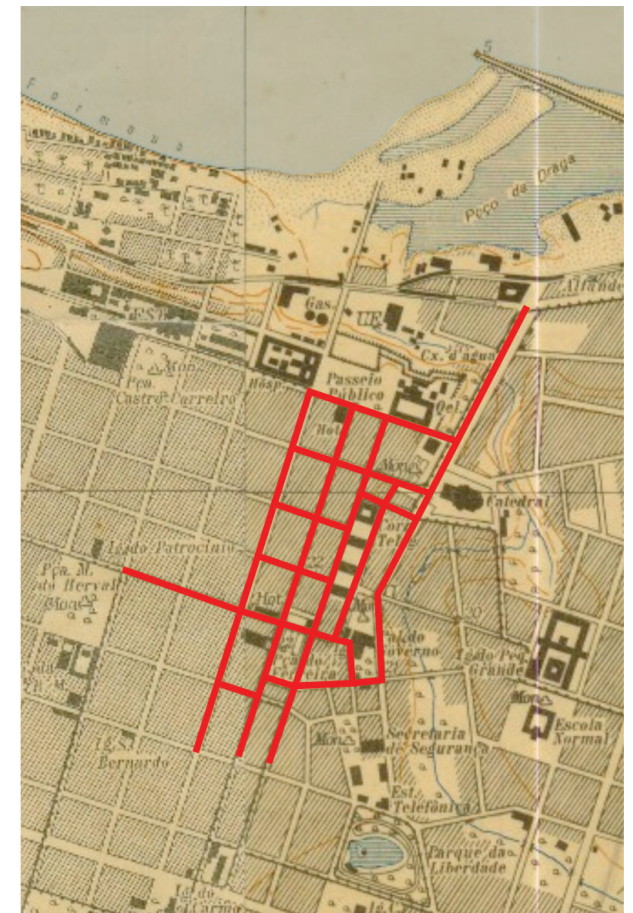
Em seu capítulo XIV, sobre altura dos edifícios, determina (artigo 225)

nas construções e reconstruções de prédios às ruas Floriano Peixoto, Major Facundo e Barão do Rio Branco, no trecho compreendido entre a praça dos Mártires e a rua Pedro Pereira, a rua Gen. Bezerril entre as ruas João Moreira e Pedro Borges; a rua Sena Madureira entre a Avenida Pessoa Anta e a rua Pedro Borges; as ruas João Moreira, Castro e Silva, Senador Alencar e São Paulo, no trecho compreendido entre a rua Sena Madureira e a rua Barão do Rio Branco, a rua Guilherme Rocha, entre a rua Rosário e a Praça Marques de Herval; a travessa do Crato, entre a rua Sena Madureira e a rua Floriano Peixoto; a Avenida Pessoa Anta, entre a avenida 3 de Outubro e rua Barão do Rio Branco; a rua Liberato Barroso, entre as ruas Major Facundo e Barão do Rio Branco; e a rua Pedro Borges, entre a rua Major Facundo e a rua Sena Madureira – somente serão permitidos sobrados (Art. 225) (Figura 61).

Esse decreto favorece o processo de verticalização da zona central e da zona comercial induzindo a construção de prédios de dois ou mais pavimentos.

O Código de Posturas do Município, de 1932, dedica capítulo específico às casas populares, permitindo a sua construção no perímetro suburbano “*a uma distancia nunca inferior a cem metros da zona urbana*”. No perímetro rural é permitida a construção de casas de um só pavimento (Art.345). O capítulo XI versa sobre vilas e determina que “*os grupos de habitações denominadas “vilas” somente poderão ser construídos fora da zona urbana*” (art. 346, 1932:90). No artigo 348, determina que “*as entrada para as vilas terão a largura mínima de dois metros (2,00m), com portões de ferro, tendo a numeração que lhes couber, pelo logradouro onde estiverem situadas.*” (1932:90). É nítida a política de segregação social vigente a partir de então.

Na administração do **prefeito Raimundo Girão** (1933-34), o Decreto-lei 1.780, de 07.08.1933, considera vilas “*o conjunto de 10 casas, pelo menos, construídas de acordo com a disposição das leis municipais e cujo aluguel não exceda 50 mil réis por mensais por unidade*” (Art. 2). No artigo 3, estabelece, também, normas mais rígidas e minuciosas, em que as casas deveriam obedecer aos seguintes requisitos:



— Ruas às quais se refere o artigo 225 (de 1932).

Figura 61: Representação das ruas do artigo 225.
Fontes: Planta de Fortaleza de 1945.

- a) serão isoladas entre si ou conjugadas duas a duas, dividindo cada casa ou grupo separar-se das demais por uma área lateral de um metro e meio de largura no mínimo.
- b) serão recuadas dos alinhamentos da via pública três metros no máximo.
- c) cada casa ocupará a área coberta de 40 m² e conterà pelo menos quatro compartimentos, um dos quais destinado ao banheiro e sentina [vaso sanitário], ligado à rede de esgoto, onde houver.
- d) não será permitida a comunhão de quintais.
- e) quando situados em local que não exista rede de esgoto, serão providos de fossas sépticas, mas de modo que cada fossa tenha capacidade necessária para servir a 100 pessoas, tomada a média de 10 habitantes para cada casa.
- f) Nas vilas situadas, nas zonas servidas de abastecimento público d'água, cada casa deverá ter uma pia com torneira, na cozinha, quando forem situadas onde não haja esse serviço, deverão referidas vilas dispor de um poço fechado à prova de mosquitos e provido de bomba (Art.3).

Pode-se verificar, que essa legislação introduz a necessidade de recuos e que as casas deveriam ser isoladas umas das outras na lateral e na frente para a rua. Além disso, a legislação estabeleceu limitações de área coberta e do número mínimo de compartimentos, sendo proibida também a comunhão de quintais.

O proprietário Antônio Diogo Siqueira possui 66 unidades na Vila Diogo (1922), 20 unidades na Vila Araken (1932) e 42 na Vila Gurgel; a firma Pompeu & Cia possuía 50 unidades (1926) e o industrial Filomeno Gomes possuía 86 unidades na Vila São José (1928-33) em Jacareacanga. O almanaque de 1932 apresenta uma relação de 15 vilas operárias de aluguel isentas de impostos, com 293 casas, nas quais somente duas, Pompeu e Diogo, são ligadas à indústria têxtil.

3.4 O CAPITAL PRIVADO NA MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA E DOS SERVIÇOS URBANOS: PORTO, FERROVIA, ÁGUA, LUZ, BONDE E ÔNIBUS

Fortaleza, que em 1810 registrava 1200 habitantes, passa a registrar 16.000 em 1860, atingindo 42.458 habitantes em 1872. Em 1877 observa-se um decréscimo demográfico para 27.000, seguido de novo crescimento gradativo a partir de 1900. Em 1900, a população de Fortaleza cresce para 48.369 habitantes, atingindo em 1920 o total de 78.536. No período de 20 anos, a cidade aumenta sua população em 62,37% conforme a Tabela 20. Enquanto isso Salvador cresce 38%, Recife 111,5%, Rio de Janeiro 67,5 e São Paulo 141%. Há registro de duas secas no Ceará, em 1915 e em 1919.

TABELA 20

POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA (1860-1940)		
ANO	Nº DE HABITANTES	%
1860	16.000	-
1870	42.000	+162,50
1877	27.000	-35,71
1890	40.902	51,14
1900	48.369	18,26
1910	65.816	36,0
1920	78.536	19,3
1930	126.666	61,3
1940	180.185	129,43

Fonte: Anuário Estatístico, 1936.

Esse crescimento populacional, entre 1860 e 1870, de 162,5 %, é considerado por Liberal de Castro

Um numero vago, pois a área com continuidade urbana ocupava aproximadamente 50 hectares, onde no máximo, viveriam talvez umas 4.000 pessoas. Se acrescentarmos outro tanto, para os moradores do mar de palhoças que cercava a parte construída, teríamos uns 8.000 habitantes como total da população urbana. A outra metade morava na zona rural da paróquia, quer dizer, praticamente o atual município de Fortaleza, excluído o distrito de Messejana (1982a:55).

Por outro lado há uma diminuição de população no final da década de 1870. Esta redução acentuada pode ser explicada pela grande seca de 1877, que se prolongou até o final de 1879, juntamente com a epidemia de varíola.

1877-78-79 representam o aumento da deslocação e dos sofrimentos da população cearense, o reinado da varíola sob todas as formas e com intensidade nunca vista em país algum do globo, havendo o obituário de Fortaleza em 1878 se elevado a 57.780 mortes, 24.989 é por conta da varíola (STUDART, 1924).

A grande seca de 1877, que se prolongou até o final de 1879, juntamente com a epidemia de varíola, ensejou um grande deslocamento da população do campo para a cidade, levando a Província a tomar algumas medidas, conforme se vê na notícia do jornal *O Retirante*:

O governo tem ultimamente mandado erigir algumas palhoças, ou propriamente ranchos para abrigo de parte da população desvalida que emigra continuamente para esta capital [...] surgem então a idéia de se mandar cobrir provisoriamente de palha a parte do edificio do mercado publico em construção na Praça Marques de Herval. Já que se acha dentro do perímetro da cidade, lugar muito arejado, portanto higiênico com mais facilidade e prontamente poderão ser recolhidos esses infelizes retirantes (22.07.1877).

Em 1878, existiam 13 abarracamentos³³² na cidade, 114.404 “retirantes”, (incluindo homens, mulheres e crianças) distribuídos nos arredores da cidade: Meireles (11.435); São Luiz e Aldeota (10.102); Pajeú (5.996); Boa Esperança³³³ (2.476); Alto da Pimenta (20.035); Benfica (23.750); São Sebastião (13.800); Tejubana (6.237); Alto do Moinho (9.213); Lagoa Seca³³⁴ (2.236); Jacarecanga³³⁵ (7.039) e os da Via – Férrea³³⁶ e dos Engenheiros³³⁷ (2.085)³³⁸ (RELATÓRIO, 1878:52).

Ao mesmo tempo, determina a construção de obras publicas a fim de proporcionar trabalhos para os flagelados. Essas pessoas eram empregadas em conduzir pedras para o calçamento da cidade e das estradas de Soure e Messejana, fabricar tijolo e telha, construir abarracamentos, abrir poços, na limpeza da cidade e subúrbios, nas obras do muro da Residência Episcopal, dos Quartéis de Linha e Policia, do Paiol da Pólvora, do Asilo de Mendicidade, dos açudes do Pajeu e Alagadiço, etc.. (RELATÓRIO, 1878).

Fortaleza passou a ter nos anos 1860 “*não só a primazia do comercio direto com a Europa – nas linhas de vapores ingleses -, mas também com as outras províncias, uma vez que seu porto foi incluído nas rotas que se estendem para a região sudeste, ligando-a ao mais importante porto do país*” (TAKEYA, 1995: 110). É a partir dessa década que ocorre a **modernização da infraestrutura urbana** em função das mudanças de papel que a cidade assume na lógica do sistema urbano, regional e internacional.

O **abastecimento de água** potável do sitio Benfica foi implantado por meio da Resolução 1.023, de 27 de novembro de 1862, concedendo a **José Paulino Hoonholtz**, empresário, a obra de encanamento da água potável do sitio Benfica, bem como o privilegio de vender água à razão de 20 réis a caneca por 50 anos. A Resolução determina o encanamento da água do Benfica para quatro chafarizes, situados nas seguintes praças: dos Voluntários, Ferreira, Assembleia e do Passeio Publico. O artigo 5 decreta que a Câmara Municipal fechará as cacimbas de água potável logo que o encanamento for concluído e estiverem funcionando todos os chafarizes (STUDART, 2001:172-173). Em 27 de novembro de 1862, foi transferido o contrato à Ceará Water Co. Ltd, inglesa, que explorou o serviço até a grande seca de 1877-79. No artigo 51, a Companhia do Benfica é forçada a utilizar na venda de água “*canecas, que tenham capacidade de vinte litros as quais serão aferidas pelo encarregado da câmara*”³³⁹. No Regulamento dos empregados da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza, o capítulo II, referente aos deveres e atribuições, encarrega o arquiteto de “*verificar se os chafarizes, reservatórios, tanques, carroças, canos e válvulas, empregados pela Companhia*

³³² Eram “quadriláteros de 200 a 300 metros de cada lado, com casaria alinhada e em grande parte coberta de telha, com enfermaria, deposito de viveres, pequena botica, assentamento de quatro a oito caldeiras, poço e lavanderia” (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/211/000048.html>).

³³³ Este abarracamento à beira mar e a sotavento está em via de construção, sendo destinado a substituir o da lagoa do Garrote, dentro da cidade.

³³⁴ Está sendo reconstruído e aumentado, os habitantes ocupam-se na construção de um açude no mesmo lugar, próximo ao Alagadiço Grande.

³³⁵ É o melhor dos abarracamentos, compondo-se de três grandes quadriláteros, servindo de modelo para os demais. A construção principal ocupa a praça da Jacarecanga.

³³⁶ Constava de choupanas dispersas ao longo da via – férrea e na praça da estação central.

³³⁷ Aproveitando os dois quarteirões de casas cobertas de telha dos engenheiros residentes na Capital foi construído nas proximidades o novo abarracamento denominado Engenheiros. .

³³⁸ Os dois estão sob a direção do engenheiro Adolpho Herbster.

³³⁹ Artigo 51 parágrafo 1º.

d'água do Bem-fica, conservam-se no fornecimento desta com o asseio devido, se são observadas as posturas, e se há regularidade no serviço."

Observam-se no anúncio do jornal *Cearense* reclamações da população sobre a qualidade dos serviços da Companhia, como, por exemplo, em 18 de janeiro de 1871:

Reclamação ao Dr. Ribeiro gerente de fornecimento d'água do Benfica:

- "Há ruas onde quatro dias não passam as carroças da Cia, pois o contrato é obrigado a mandar fornecer água às portas de cada um.

Resposta do gerente:

- "Quem, pois, quizer ser melhor servido e tiver meios mande encanar água."

O Jornal então responde, mandando a Câmara abrir as cacimbas e deixar quem quiser vender água.

A lei nº 334, de 04 de setembro de 1896, autorizou o Governo do Estado a renovar o contrato celebrado em 16 de fevereiro de 1891, modificando-o em 07 de maio de 1892. O contrato foi rescindido em 03 de junho de 1895. A Lei nº 515, de 31 de outubro de 1898, autoriza a contratar, com quem mais vantagens oferecer e mediante concorrência pública, a canalização de água potável para o abastecimento desta capital. O Estado garantirá, por espaço de 20 anos, juros de 7% sobre o capital efetivamente empregado nas obras, não excedendo este de 5 mil contos, moeda brasileira. A Lei nº 924, de 16 de julho de 1908, autoriza os estudos para o serviço de abastecimento de água e de esgoto na cidade e a realização das respectivas obras por administração, empreitada ou concessão.

Foram apresentadas duas propostas³⁴⁰: uma do engenheiro João Felipe Pereira³⁴¹, e outra pela *City Improvements, Limited*, de Londres. Na concorrência pública realizada no governo de Nogueira Acioly, em 1910, saiu vencedor o engenheiro Dr. João Felipe Pereira. Em 1912 foram instalados dois reservatórios metálicos³⁴² num dos pontos mais altos da área central, na face sul da praça Visconde de Pelotas (atual Clovis Beviláqua), nas imediações da rua Dr. Antonio Pompeu. A falta de conservação dessas caixas d'água implicou no envolvimento e substituição do fundo metálico das caixas com concreto armado³⁴³ entre 1924-26 (RELATÓRIO, 1928:60-61) (Figura 62 e 63).

Nas cidades brasileiras ao longo do Império, o **porto** "não passava de um conjunto desarticulado e mal construído de trapiches de madeira, [...]. Cada um destes trapiches tinha o seu dono" (HONORATO, 2002:167). No caso de Fortaleza, o inglês Henry Ellery, dedicado às atividades de exportação e importação em grande escala, possuía armazéns na rua da Alfândega (atual Dragão do Mar) e um trapiche³⁴⁴ próprio para seus embarques e desembarques (GIRÃO, 1959:152). A área era denominada bairro da "Praia"³⁴⁵:

A capital do Ceará não possuía nem uma baía profunda como Salvador nem a foz de um rio como Recife, onde as embarcações de pequeno e médio porte pudessem se abrigar no período colonial, com um mínimo de segurança. Seu porto teria que ser construído em mar aberto e em uma área onde a costa é atingida pela corrente das guianas e onde os ventos constantes de direção nordeste provocam o assoreamento da foz dos rios e o caminhar incessante das dunas, dificultando a construção de portos (SILVA:1982:4).

³⁴⁰ Para estudar e emitir parecer sobre as propostas, foi composta uma comissão: Dr. Thomas Pompeu de Souza Brasil e os engenheiros Antonio Epaminondas da Frota e Carlos Pinto de Almeida.

³⁴¹ Professor catedrático de Hidráulica, Abastecimento d'Água e Esgotos da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

³⁴² Segundo o Relatório do Presidente do Estado, Cel. Antonio Frederico de Carvalho Motta, de 01 de julho de 1912: "Vão bem adiantados as alvenarias para os dois grandes reservatórios de distribuição, devendo a base do primeiro d'elles ficar concluída dentro de poucos dias. As torres e os reservatórios metálicos destinados aos reservatórios de distribuição também já estão nesta Capital, e a respectiva montagem terá início assim que terminem as alvenarias da base do primeiro reservatório. Igualmente já está nesta Capital cerca de metade do material cerâmico e parte do material metálico destinado aos Colletores de esgotos. [...] Todo o material metálico para a sua construção está importado. As obras dos esgotos deverão começar antes do fim do corrente mez" (1912:17).

³⁴³ Primeiro, envolveu em concreto todos os elementos das torres e transformando-os em construção de ferro-concreto, segundo, suprimiu todas as barras diagonais por cantoneiras de concreto armado, e terceiro, substituiu os fundos de chapas metálicas das caixas d'água por outros feitos em concreto armado. As paredes cilíndricas foram revestidas com argamassa de cimento e areia "por mera questão de ordem esthetica, para harmonia do conjuncto, visto que o metal dessas paredes achase em perfeito estado de conservação" (RELATÓRIO, 1925:92).

³⁴⁴ Denominado "Trapiche do Ellery".

³⁴⁵ "Mantido isolado por longo tempo, o bairro retratava velhos esquemas portugueses de urbanização, caracterizados pela cidade no alto e o porto na parte baixa interligados por um caminho em ladeira [...]" (CASTRO, 1994:73).

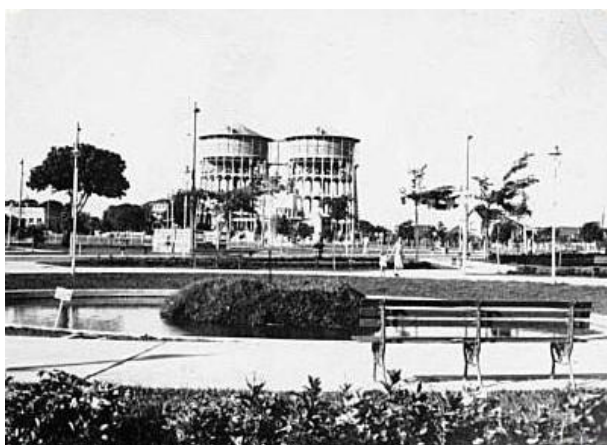


Figura 62: Reservatórios metálicos implantados na face sul da praça Visconde de Pelotas (atual Clovis Beviláqua) em 1912. Fonte: Coleção Nirez.



Figura 63: Reservatórios metálicos revestidos de cimento e areia da praça Visconde de Pelotas (atual Clovis Beviláqua). Fonte: Coleção Margarida Andrade.

Esta descrição esclarece a grande dificuldade de se implantar os diversos projetos³⁴⁶ elaborados por engenheiros entre 1826 e 1867 para o porto fronteiro a Fortaleza. O crescimento do movimento marítimo justificava as várias tentativas de solucionar as dificuldades de escoamento³⁴⁷ de seus produtos. Um importante relatório foi elaborado pelo eng. **Zozimo Barroso**, em 1860, no qual manifesta “preferência à enseada do Mucuripe que certamente possui melhores condições” e acrescenta que, para essa enseada, “é que deviam ser dirigidas todas as atenções, no interesse de criar um porto comercial na província, porque está abrigada dos ventos reinantes da costa pela ponta do mesmo nome: reúne a condição de fácil acesso pela profundidade d’água,” como também “oferece grande espaço livre de embaraços para a construção de uma doca e estabelecimento de um ante porto, aparelhos de reparação (*graving docks*) e de visita de navios” (ALBUM DE 1931).

O engenheiro inglês Charles **Neate**³⁴⁸ (1870), mesmo achando que a enseada do Mucuripe era a melhor para a localização do porto, atendeu à solicitação da Associação do Comércio, apresentando um plano baseado nos projetos anteriores (Figura 64).

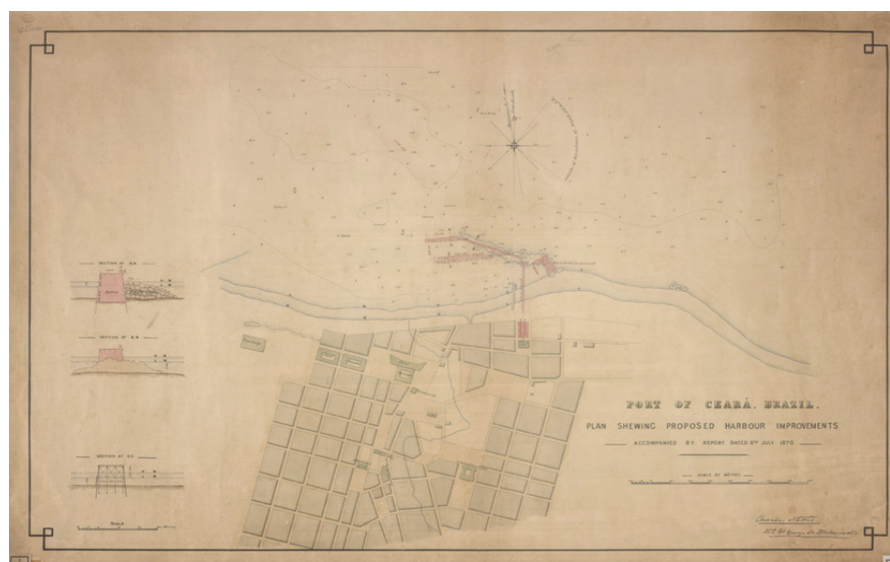


Figura 64: Porto do Ceará, Brasil: Plano mostrando os melhoramentos propostos/Charles Neate. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

³⁴⁶ Capitão João Bloem, (1826), J. E. Seraine, (1830), engenheiro Henrique Augusto Millet, (1854), cel. de Engenharia Ricardo José Gomes Jardim (1858), engenheiro Frances Pierre Florente Berthot, (1858) onde propõe “elevação do recife existente no ancoradouro, a construção de um caes [...] e a muralha em Meireles” (STUDART, 1918:208), Cap. Tente. Giacomo Raja Gabaglia, (1860), engenheiros Barroso e James Foster, (1866), eng. Law Blont (1867).

³⁴⁷ O Governo Imperial investe no final da década de 1860 na melhoria das alfândegas nas cidades litorâneas brasileiras a fim de aumentar sua base tributária. A partir do decreto 1.746, de 1869, “passou a estimular a formação de empresas privadas com o fito de melhorar os portos – na realidade criar no País portos coerentes com onovo momento da economia nacional e internacional – e explorar o seu movimento” (HONORATO, 2002:176).

³⁴⁸ Em 1853, esse engenheiro foi contratado para realizar estudos do porto do Rio de Janeiro (HONORATO, 2002:167).

Em 1874, o inglês John **Hawkshaw** foi convidado pelo Governo Imperial para dar parecer sobre as obras dos portos brasileiros. Segundo seu Relatório sobre o Ceará, os melhoramentos deveriam ser feitos no porto atual, pois a cidade possui “considerável capital em armazéns, prensas de algodão, repartições e edifícios para o comércio. É por isso que a Associação Comercial do Ceará tem toda razão de opor-se à mudança do porto para Mucuripe” (HAWKSHAW, 1909:183-188). O Relatório destaca também as condições de embarque e desembarque das mercadorias e dos passageiros:

O algodão e outros produtos são transportados dos armazéns e empilhados na praia nas horas de pré-mar; na baixa mar, grande numero de homens empregam-se no transporte as alvarengas, [...]. Esses homens entram no mar com água pelo pescoço, as mercadorias ficam molhadas com freqüência; quando o mar esta agitado, os trabalhadores são arrastados e os gêneros ficam perdidos.

O desembarque de passageiros é muito difícil. Raras vezes podem os botes aproximar-se de terra: o embarque e desembarque praticam-se, geralmente, em jangadas à vela. De ordinário os passageiros molham os pés ao desembarcar, e ficam inevitavelmente molhados os que se arriscam a embarcar a preá-mar (HAWKSHAW, 1909:185-186)³⁴⁹.

Em razão de tais condições, no Relatório, o inglês John Hawkshaw propõe executar um quebramar de 670m de extensão, com alinhamento paralelo à linha de recifes, em vez de construí-lo sobre estes “*de maneira a servir de cais, ao longo do qual os navios possam carregar e descarregar*” (HAWKSHAW, 1909:187). A ligação desse com o litoral será “*por meio de um viaduto aberto fundado em estacas de parafuso, e será construído em bloco de concreto e pedra do Mucuripe*” (HAWKSHAW, 1909:187). Em 1881, em missão do Governo Imperial, o engenheiro estadunidense **Milnor Roberts** estuda vários portos brasileiros, inclusive o do Ceará. Somente em 1883, foram contratados os engenheiros **Tobias Laureano Figueira de Melo** e **Ricardo Lange** para implantar o projeto de John Hawkshaw. Após a apresentação dos planos definitivos, constituiu-se em Londres um contrato com a Companhia “*Ceará Harbour Corporation*”, sendo as obras iniciadas em 1886, incluindo o prédio da Alfândega nova³⁵⁰. “*Todo esse conjunto acabou assoreado, formando uma pequena bacia de águas paradas popularmente conhecida por Poço da Draga, ainda hoje protegida por restos do quebra-mar, o chamado Paredão*” (CASTRO, 1982a:76-77).

Em 1891, o engenheiro **Alfredo Lisboa**, juntamente com o engenheiro fiscal **L. Baldwin Bent**, indicou várias providências (dragagem, abertura de canal no viaduto e a construção de um dique). Na mesma época, o engenheiro **Coimbra** propõe um dique de 500 metros³⁵¹. Em 1891 ainda, a diretoria da *Ceará Harbour Corporation* encarrega o seu consultor técnico, engenheiro **John Bruce**, para emitir um parecer a fim de remediar o estado do porto. Propôs então a construção de um espigão em pedra tosca com 400 metros de comprimento e a 800 metros ao leste do viaduto, na praia de Meireles. A Companhia “*Ceará Harbour*” apresenta novo plano em 1895, semelhante ao de Hawkshaw, somente alterando o tamanho da bacia e a profundidade. Posteriormente, o engenheiro **Domingos Sérgio de Saboia e Silva** apresenta, em 1896, um plano de melhoramentos. Embora sejam muitos os projetos, nada ficou resolvido e o prazo do contrato se expirou pelo Decreto nº 2.816, de 17 de fevereiro de 1898. Como estas propostas não foram realizadas, prevaleceu o uso da velha ponte da Alfândega (viaduto Moreira da Rocha), projetada por Sérgio Saboia, inaugurada em 1906 e reformada em 1924 pelo engenheiro Francisco Saboia de Albuquerque (CASTRO, 1982a:77) (Figuras 65 e 66).

Somente dez anos depois (1908), foi criada a “Sub-comissão dos Portos de Fortaleza e Camocim”, sob a chefia do engenheiro **Manoel Carneiro de Souza Bandeira**, “*integrando o seu projeto a bacia do plano de Hawkshaw*”. O porto de Fortaleza em 1920 foi incluído no programa das grandes obras contra as secas do Nordeste, merecendo um novo projeto do inspetor de portos, o engenheiro **Lucas Bicalho**³⁵², que propõe um suplemento ao projeto anterior, ou seja, um cais acostável de 294m e um viaduto de 10m para a comunicação com o continente. A firma contratada **Norton Griffiths & Company Limited**, “*executou 255 metros incompletos de estacada, com 100 de estrado*”³⁵³, entre o

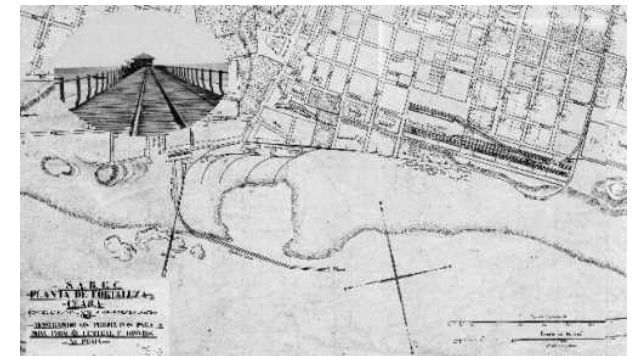


Figura 65: Viaduto Moreira da Rocha.

Fonte: <http://www.ofipro.com.br/preservando/porto1.htm>



Figura 66: Viaduto Moreira da Rocha.

Fonte: <http://www.ofipro.com.br/preservando/porto1.htm>

³⁴⁹ RIC, 1909:183-188.

³⁵⁰ Inaugurada em 1891, construção feita de pedra “com escadas, balaustres e calçadas de ferro, fundidos nas usinas da Saracen Foundry de Walter Macfarlane Co, de Possilpark, bairro da cidade de Glasgow, na Escócia,” (CASTRO 1982:77), a mesma que forneceu a estrutura do Teatro José de Alencar (1908).

³⁵¹ Esse dique deveria estar “situado a 800m a leste do viaduto e dirigido transversalmente à praia.” (Álbum de 1931).

³⁵² Decreto no 14.555, de 17.12.1920.

³⁵³ Esta ponte, mesmo sendo construída depois da ponte Metálica, é conhecida como ponte Velha.

período de 1920-1923. Essas obras portuárias foram construídas pelo engenheiro J. H. Kirwood, assessorado por George Ivan Copte, Robert Bleaby e Sebastião Fragelli. O comandante **Álvaro de Vasconcelos** apresenta “*uma proposta para a construção, por meio de tarefa, de uma bacia interior ao quebra-mar Hawkshaw, aproveitado no plano Bandeira, sugerindo uma solução que visava a futura execução desse plano*” (ALBUM DE 1931). Aproveitando essa sugestão, o presidente da Inspetoria de Portos, Matos Peixoto, propõe ampliar a bacia e substituir a atracação para dois navios. Mais uma vez, o local da Prainha para as atividades portuárias mostrou-se inviável, sendo cogitado novamente a transferência do porto para a enseada do Mucuripe, sugestão defendida pelo engenheiro **Porto Carrero**, chefe da “Fiscalização dos Portos do Ceará” (1928). Coube ao engenheiro **Augusto Hor Meyll**, em 1930, o projeto, assim justificado: “*ou temos o porto na enseada do Mucuripe, ou nunca teremos um porto em Fortaleza*”. O Decreto – lei 544, de 07 de julho de 1938, do presidente Getúlio Vargas, decide sobre a localização do novo porto na enseada do Mucuripe. “*Ainda assim, o Plano Nestor de Figueiredo, elaborado em 1933, valorizava a ponte de desembarque, fronteira à cidade, dela fazendo nascer um feixe de avenidas triunfais*” (CASTRO, 1982a:77). Os resultados desse processo de modernização do porto só serão visíveis na década de 1940, quando o porto é finalmente transferido para o Mucuripe.

O início da construção da primeira **ferrovia** da Província deu-se em 1870 pela “*Companhia Cearense da Via Férrea de Baturité*”, constituída por empresários cearenses até 1878. Ligava inicialmente Fortaleza - Pacatuba com ramal até Maranguape. Os objetivos foram ampliados ao longo dos anos numa tentativa de prolongar a linha até o extremo sul do Estado, facilitando assim o “*comercio de Fortaleza na captação de produtos para o mercado externo e distribuição dos bens importados*” (LEMENHE, 1983:135-136). Alguns grupos destacavam-se nessa sociedade anônima com as maiores cotas: **Singlehurst & Comp.** (200 ações), **Barão de Ibiapaba** (comerciante cel. Joaquim da Cunha Freire, 200 ações), **Barão de Aquiráz**, Gonçalo Batista Vieira (150 ações), **Tomas Pompeu de Sousa Brasil**, (senador Pompeu - 60 ações), **Jose Joaquim Carneiro** (50 ações), comerciante **José Francisco da Silva Albano** (50 ações)³⁵⁴. Em 1872, a construção da Estrada de Ferro Fortaleza-Sobral (região norte do Estado) denominada estrada de Ligação, envolveu também empresários cearenses: **Antonio da Cruz Guimarães**, **José Joaquim** e outros. Estas duas empresas foram encampadas³⁵⁵ pelo Governo Imperial no período da seca (1877-79) até 1898, por meio do Decreto 6.916, de 1878. Depois foi realizado um contrato com a firma Novis & Porto, sendo rescindido e transferido, em 1910, para a companhia inglesa, South American Railways Construction Company Limited, com sede em Londres (SARCOOL). Em 1915, o Governo Federal reassume novamente a administração das duas ferrovias.

No perímetro urbano, a ferrovia saía da praça da Estação (antigo Campo da Amélia) em direção ao sul, subindo pela rua do Trilho (atual Av. Tristão Gonçalves), na altura da rua Coelho (atual Domingos Olímpio), inclinando no sentido sudoeste pela Av. Carapinima (mesmo sentido ao boulevard Visconde do Cauipe), cruzando o riacho Tauape, passando pela lagoa de Parangaba rumo ao Sudeste. Em 1919, este percurso é alterado, transferindo o ramal oeste para fora da área central ao longo da avenida Francisco Sá e outro no sentido sudoeste. A ferrovia intensifica a atividade comercial, aumentando o número de comerciantes na capital, “*atraídos pelo lucro que prometiam os negócios da exportação-importação e as trocas mercantis em geral*” (TAKEYA, 1995:111).

³⁵⁴ Jornal Cearense de 10 de fevereiro de 1871.

³⁵⁵ As ações da Cia foram permutadas “por apólices da dívida pública interna e transferindo-se para o governo a estrada, seus ramais, suas obras, dependências e materiais de toda a espécie, bens imóveis e moveis, dívidas activas, concessões, direitos e favores a ela outorgados pela Província” (GIRAO, 1947: 353).

Segundo Takeya,

A “prosperidade” da província, nesse período, que aliás coincide com uma “prosperidade geral do país”, ocorria, portanto, como um resultado de maior articulação da economia cearense com o mercado externo, ao mesmo tempo em que a promovia. Essa articulação foi garantida pela estruturação de uma economia primário-exportadora, que estabelecia o lugar ocupado pela atividade produtiva do Ceará no amplo contexto do mercado internacional. Era esta economia, em processo de aprofundamento de sua integração à Divisão Internacional do Trabalho [...] (1995:113).

No que diz respeito ao transporte coletivo urbano, pela resolução nº 1382, de 23 de dezembro de 1870, a Presidência da Província concede a **Estevão José de Almeida, Firmino Candido de Figueiredo e Pinheiro da Palma & Cia** privilégio exclusivo por 50 anos “*para colocarem trilhos de ferro nas ruas para transporte de passageiros e cargas por meio de carros movido a vapor. Os empresários são obrigados a estender suas obras, de modo que liguem a esta cidade o povoado de Messejana*” (CEARENSE, 1871).

Em 1880, a sociedade anônima “*Companhia Ferro Carril do Ceará*”³⁵⁶, constituída pelos cearenses comendadores **Francisco Coelho da Fonseca**³⁵⁷ e **Alfredo Henrique Garcia**³⁵⁸ estabeleceu linhas de bonde puxado a burro. Atuou até 1898, quando foi adquirida pela firma **J. Pontes & Cia**, formada pelos sócios **Thomé Augusto Mota, João Pontes de Medeiros e Solón Costa e Silva**. Manteve a mesma denominação de **Ferro Carril do Ceará até 1905**. Em 1906, a empresa passou a ser propriedade da **Sociedade T.A. da Mota & Cia**³⁵⁹, formada pelos sócios **Thomé Augusto da Mota e Solón Costa e Silvav**³⁶⁰. Em 1912, são transferidos os direitos para a companhia inglesa *The Ceará Light & Power Company Ltd*³⁶¹, que instala bondes elétricos entre 1913 e 1947.

A lei nº 76, de 19.08.1893, autoriza à Câmara Municipal de Parangaba conceder privilégio, por prazo de 25 anos, para o estabelecimento de outra linha de bondes de tração animal ou elétrica, entre a vila de Parangaba e o bairro do Benfica desta Capital. Uma **segunda companhia** foi fundada como sociedade anônima³⁶² entre 1894-1902, denominada “*Companhia Ferro Carril de Porangaba*” que entre 1902 a 1918 pertenceu à firma Gondim & Filhos³⁶³.

Uma **terceira companhia** de bonde foi a “*Companhia Ferro Carril do Outeiro*”³⁶⁴, fundada como sociedade anônima entre 1896³⁶⁵ e 1898, passando para **J. Pontes & Cia** até 1912, quando foi transferida, por compra, à firma inglesa “*The Ceará Tramway Light and Power Ltd*” substituindo também gradativamente os bondes de burro pelo bonde elétrico³⁶⁶.

Estas duas linhas serviam o bairro do **Outeiro**³⁶⁷ (1896) e da **Aldeota**. A primeira partia da praça do Ferreira seguindo pelas praças General Tibúrcio e José de Alencar, ladeando o mercado, atravessando a praça Caio Prado, a rua São José, a praça Figueira de Mello, ate à praça Benjamin Constant (antiga praça Barão de Ibiapaba). Desse ponto em direção leste, existiam 3.600 m de

³⁵⁶ Jornal Cearense de 10 de fevereiro de 1871.

³⁵⁷ A Cia foi criada pelos Decretos no 5110 de 09.10.1872 e no 6.620 de 04.07.1877, com o capital de cem contos de réis, tendo como diretoria: presidente, engenheiro José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, diretor secretario, Dr. Rufino Antunes de Alencar e tesoureiro o negociante João Cordeiro. A Assembleia Legislativa decreta em 15.09.1893 projeto 120: Art 1º- Havendo cahido em caducidade o privilégio concedido pela lei nº 1382 de 28 de Dezembro de 1870 e contracto de 28 de agosto de 1875 a empreza Ferro Carril do Ceará, por falta de cumprimento do mesmo contracto e suas alterações, cessando a esta as garantias do mesmo privilégio, ficando-lhe somente o direito de manter as linha actualmente construídas e o respectivo serviço. Anais da Assembléia Legislativa. Decreto no 151 de 30.01.1891. O vice-Governador do Estado, usando da faculdade que lhe confere a clausula 21.ª do contracto celebrado em 28 de Agosto de 1875, em virtude do qual gosa a companhia « Ferro Carril do Ceará » do privilegio para assentamento de trilhos de ferro nas ruas desta capital; resolve no : Art. 1º. Fica a Intendência Municipal da Fortaleza incumbida da fiscalização da companhia « Ferro Carril do Ceará», cessando nesta parte a attribuição que exerce o Director das Obras Publicas por força do regulamento de 7 Abril de 1890.

³⁵⁸ Casado com Antonia, filha de José Antonio Machado. Proprietário de uma grande área de terras em Fortaleza, e possuía sete imóveis: rua Senador Pompeu 79 e 81, rua Formosa 72, sobrado e 74 e rua São Paulo 51,53 e 55 (Décima Urbana 1890).

³⁵⁹ Possuía dois imóveis na praça Marquez de Herval, segundo a Décima Urbana de 1872.

³⁶⁰ Em virtude da Lei nº 916 de 24 de agosto de 1907, a Câmara Municipal de Fortaleza concedeu privilegio ao cidadão Thomé A Motta, proprietário da Companhia Ferro Carril do Ceará, para o estabelecimento, uso e gozo, de uma uzina geradora de energia elétrica para a tração dos veículos da referida Empresa e ao mesmo tempo para a distribuição de força motriz e luz às casas particulares, respeitado, porém, o contracto celebrado pelo estado com a Ceará Gaz Company Limited na parte referente ao serviço de iluminação publica. (Almanaque do Ceará 1910).

³⁶¹ A Câmara, presidida por Thomas Antônio de Carvalho, em 05 de maio de 1911, concede à Empresa Ferro Carril do Ceará prorrogação, por mais trinta e cinco anos, do privilégio em cujo gozo se acha, com a condição, porém, de substituir a tração animal pela electrica a imprimir. No seu artigo 2o clausula 1a – As substituições das linhas devem ser iniciadas no praso máximo de um ano e estar terminadas dentro de três annos a contar da data do contrato. (Jornal A Republica de 10.05.1911, p.03). <http://bancodedados.cepimar.org.br/bdceara>.

³⁶² A empreza ingleza City Improvements, comprou, por 85.000 libras, óu seja 1.275:000\$000, a Companhia Ferro Carril do Ceará, sendo lavrado o contracto provisorio em nota do tabelião Feijó, assignando-o pela City o snr. Griffith Williams e por parte da empreza cessionaria o snr. Thomé A. da Motta. (Jornal – Unitário 01.12.1910, p.01).

³⁶³ Essa sociedade anônima era formada por 83 sócios segundo o registro da Junta Comercial de 31.10.1894: Acrízio Coelho, Ada N. Fabio, Aldon & Benetto, Alfredo Fabio, Alprício Menescal, Anna Barbosa Geraldo, Antônio Albano, Antônio Augusto Loureiro, Antônio Belarmino C. de Holanda, Antônio Braga, Antônio Dias Pinheiro, Antônio Gonçalves da Justa, Antônio Machado Coelho, Antônio Paulo da Costa, Antônio Pinto Nogueira Brandão, Antônio Ribeirão Brazil Montenegro, Antônio Risso Italiazzo, Antonio Roiz da Silva Figueiredo, Arminda Silveira, Barão de Ibiapaba, Beatriz Silveira, Casimiro Montenegro, Cezar Pinto Simões, Cosme Alves Ferreira, Descartes Selvas Braga, Dias da Rocha Maria, Eleonice Cals, Elias Pinto Simões, Farias Cordeiro, Gondim

trilhos até à fábrica de tijolos no Sítio Cocó³⁶⁸ do capitão Manoel Rodrigues dos Santos Moura³⁶⁹. (LIMA, 1999:105). A segunda partia também da praça do Ferreira até a estação da Empresa localizada nas proximidades da rua Gonçalves Ledo. Completava a linha do Tiro do Standart do Exercito um trole até à rua Carlos Vasconcelos³⁷⁰ (LIMA, 1999:105).

A *The Ceará Tramways, Light & Power Co. Ltd.* Através de concessão pública do município de Fortaleza a partir de 1913, encampa os serviços de **viação urbana por tração elétrica**, como o **fornecimento de luz e força para iluminação pública e particular**³⁷¹, monopolizando-os desde então.

Em 1924, a Light solicita ao presidente do Estado o aumento de preço das passagens de bondes. Este, por sua vez, convida alguns representantes dos empresários da cidade para discutir o pedido. Compareceram as seguintes pessoas: coronel Maximiano Leite Barbosa, (vice-presidente da Associação Comercial); Minervino Silva, (presidente da Sociedade Deus e Mar); Leandro Pimenta Lyra, (presidente da Associação dos Merceeiros); coronel Adolpho Siqueira, (prefeito municipal e presidente da Phenix Caixeiral); José Agostinho da Silva, (presidente do Circulo Católico São José); Barão de Studart, (presidente do Centro Medico Cearense); coronel Antonio Fiuza Pequeno; Dr. Luciano Veras; João José Vieira da Costa, (presidente da Câmara Municipal); e E. M. Scott, (gerente da Light). Após essa reunião, o Presidente do Estado designou uma comissão para estudar uma contra proposta, idealizada por Antonio Fiúza Pequeno (Associação Comercial), Leandro Lyra (Associação dos Merceeiros), Theophilo Cordeiro (Centro Artístico), deputados Francisco de Paula Rodrigues, Rubens Monte e Costa Souza e vereadores João José, Thuribio Motta e Demóstenes Brígido.

Foi decidido que

As passagens de primeira serão de 200 reis por secção, tendo porem o passageiros, nas linhas de mais de uma, o direito de pagar a passagem inteira por 300 reis. Nestas condições se acham as linhas de Estação e Outeiro, ás quaes se deverá incorporar a de Alagadiço, cuja distancia não comporta três secções, Para estas três linhas portanto, e as que de futuro se prolongassem em identidade de condições, ficaria estabelecida a passagem inteira de 300 reis, como aliás se usa em toda a parte e é de todo o ponto razoável e equitativo, ficando de pé, nos outros casos, a passagem de 200 reis por secção isoladamente. (DIÁRIO DO CEARÁ, 10.02.1924).

Em contrapartida, a empresa teria de executar previamente as obrigações contratuais, ou seja³⁷²:

- 1^a - Melhoramento do serviço de iluminação dos suburbios da cidade.
- 2^a - Limpeza e reparo radical dos bondes.
- 3^a - Substituição imprescindível do seu sistema de cortinas.
- 4^a - Substituição de agulhas.
- 5^a - Reparo ou substituição dos freios dos carros de maneira a ser assegurada a sua eficiencia.
- 6^a - Augmento da capacidade de energia para nunca serem prejudicados os diferentes serviços.
- 7^a - Augmento de numero de desvios para evitar as demoras resultantes de

e Filhos, Gracinda Silveira, Henrique Cals, Hoaro Teixeira de Souza Mendes, Izabel Simões, Jeronymo Ferreira Braga, João Aires Dorgeval, João Benício, João de Arcial Souto, João Luiz, Joaquim Albano, Joaquim de Oliveira Torres, Joaquim Sá, José C. Brazil Montenegro, José Eloy da Costa, José Francisco de Abreu, José Marçal, José Maria da Silveira, José Miguel Silveira, José Mileno Menescal, José Motta, José Pinto Simões Filho, José Theodorico de Castro, José Theophilo, Julio Braga, Julio Fiúza, Levi Fieres, Lucien Reishofer, Luiz Albano, Luiz Lopes da Cunha, Manoel Carlos Melo Ceval, Manoel Ferriz Alves da Silva, Manoel Francisco da Silva Albano, Manoel Pereira, Manoel Roiz Santiago, Maria Viana de Holanda, Martiniano Peixoto de Alencar, Menescal Campos, Miguel Gusti, Miguel Joaquim da Motta, Minervino Abreu, Monsenhor José Albano, Olegário Antônio dos Santos, Olímpio Barcelo, Parente & Garcia, Pedro Castro Samico, Possidônio Porto & Cia, Raimundo Teixeira do Santos, Raimundo Theófilo Ramos, Satyro Verçosa, Simões Irmão & Cia, Tiburcio A. Abreu Lage. <http://bancodedados.cepimar.org.br/bdceara/empresa/index.html>.

³⁶⁴ A firma teve os seguintes sócios: Antonio Grangeiro Gondim (fundador), Anna Garcia Gondim, Maria Granjeiro Gondim, Maria Garcia Granjeiro e Arlindo Granjeiro Gondim (último diretor gerente).

Sua estação se localizava um pouco além da atual rua Gonçalves Ledo, antiga rua do Guajeru.

³⁶⁵ A empresa foi constituída em 24.04.1896, sendo registrados os Estatutos da Cia na Junta Comercial em 30.04.1896. Em 1903 a Diretoria era composta pelo Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil, presidente, Alfredo Pompeu de Souza Magalhães, gerente e como conselho fiscal: Francisco Russas, Antonio Gonzaga de Almeida e José Albano Filho.

³⁶⁶ A última a ser beneficiada foi a do Alagadiço.

³⁶⁷ Esta linha começará na praça da Sé prosseguirá pela ruas do Conde d'Eu e Assembleia até o Colégio de Educandas. Em 1886, foi alterado o antigo contrato celebrado em 28.08.1885. A linha do Asilo de Mendicidade entrará em vigor logo que ele comece a funcionar. <http://bancodedados.cepimar.org.br/bdceara/principal1.php>. A linha Outeiro a partir de 1929 muda para Santos Dumont.

³⁶⁸ A Lei no 319 de 31 de agosto de 1896, autoriza a Câmara de Fortaleza a conceder privilégio a Manoel Rodrigues dos Santos Moura para construção de uma via-ferrea de tração animal ou dinâmica que, partindo da praça Benjamin Constant, nesta capital, vai ter ao sítio Cocó da propriedade do concessionário. Este privilégio não pode exceder de 35 anos com a clausula de reversão das obras e materiais para o Município.

³⁶⁹ <http://bancodedados.cepimar.org.br/bdceara/empresa/index.html>. O Almanaque de 1896 faz referência a fábrica de tijolo no Cocó, de Manoel Rodrigues dos Santos Moura.

³⁷⁰ Na planta de 1945, essa linha se estendia até a rua Silva Paulet.

³⁷¹ Este serviço em 1930 “abrange toda a área urbana e suburbana da capital e se estende ainda ao antigo município de Porangaba, hoje mero distrito de Fortaleza, porem distante desta cerca de sete quilômetros.” (Álbum de Fortaleza 1931).

³⁷² Este documento foi assinado pelo Diretor da Associação Comercial – Fiúza Pequeno.

desarranjos que ocorrem e que provocam excessivas esperas nos pontos de encontro dos bondes.

8ª - Acção rigorosa da administração, para que não se repitam os constantes desagradados aos passageiros, por effeito de desatensões de conductores e motorneiros, as mais das vezes asperos e implicantes.

9ª - Augmento regular dos salarios de todo o pessoal do serviço da Companhia.

O Centro Artístico Cearense deliberou em Assembleia Geral (14.02.1924) submeter à apreciação da Companhia às seguintes condições:

1ª - A The Ceará Tramway Light & Power Ca. Ltd. Se obrigará a inauguração de carros especiaes para a 1ª classe, higienicos e confortaveis, passando os actuaes carros para a cathegoria dos de 2ª classe ao preço de cem reis, e a serem rebocados pelos de 1ª, que não poderão trafegar, sob pretexto algum, sem o respectivo reboque;

2ª - A Companhia se obrigará a construir uma Linha Circular, com o seguinte itinerario: partindo do ponto terminal da actual linha da Via Férrea, seguindo pelas ruas 24 de Maio, Flores, Imperador, dos Coelhos, até ao Boulevard da Conceição, por onde voltará até ao Boulevard Duque de Caxias, rumando a rua da Leopoldina em direcção ao Seminario que contornará pelo lado Norte, para descer pela rua D. Rufino de Alencar e fazer o entroncamento na linha da Praia, frente a Sé.

Em 1925, a Light introduz alguns melhoramentos: prolongar a linha da **avenida Epitácio Pessoa** até a **praia do Peixe**, numa extensão de 600 metros; transformar em linha dupla o trecho da rua Guilherme Rocha, compreendido entre a rua Barão do Rio Branco e praça Marquez do Herval; aumentar o desvio da linha de **Fernandes Vieira** e **Mororó** para dar passagem a seis ou oito bondes; recuar o desvio da linha da **Praia** até entrar na **avenida Sena Madureira**, instalando mais dois desvios no **Outeiro**; prolongar a linha de **Fernandes Vieira** pelo **boulevard da Jacarecanga**, até o canto do **cemitério**, à **margem da E. F. de Baturité**, próximo a **E. A. Marinheiros**; prolongar a linha **via Férrea**, pela rua **24 de maio**, até a esquina da **rua das Flores**³⁷³. Nesse momento, a Ceara Light “*põe em circulação os novos bondes de 200 réis a passagem, bem como os de 100 réis, estes em muito menor numero, o que irrita a população*”³⁷⁴. Em razão da insuficiência de bondes da segunda classe, o jornal O Nordeste sugere o “*trafego simultâneo dos bondes de 1ª e de 2ª, para todas as linhas. Só assim ficarão servidos os caixeiros, operários e outras classes cujos recursos não são tão fartos que deixem margem a uma tão rápida duplicação de despesas*”. Depois da greve popular contra os bondes de 200 réis, “*o povo quebra carros – a Policia carrega sobre a multidão – Paraliza-se o trafego urbano*”³⁷⁵. Notam-se vários protestos contra os serviços da Light; o que obriga o poder público a definir algumas medidas reguladoras para evitar abusos fruto deste monopólio. O relatório do engenheiro fiscal Rubens Monte clama pelo o cumprimento do compromisso estabelecido no ano de 1924 pela empresa. Na ocasião do relatório a empresa possuía 23 carros de primeira classe e 17 de segunda em circulação.

Em 1926, são estabelecidos as primeiras linhas de ônibus, fazendo com que a empresa Light proponha junto à municipalidade “*a revisão do respectivo contracto, subordinando o seu programa de remodelação ao monopólio dos serviços de transportes coletivos, em todo o município da capital*”³⁷⁶.

³⁷³ Inaugurado somente em 03.02.1928 (Diário do Ceará de 24.06.1925).

³⁷⁴ <http://bancodedados.cepimar.org.br/bdceara/principal1.php>

³⁷⁵ Jornal do Comercio de 29.09.1925, p.04.

³⁷⁶ Relatório da Câmara Municipal de Fortaleza de 01.12.1927.

A primeira linha de ônibus da cidade foi implantada pela **Empresa Matadouro Modelo**, fundada em 1926. Partia da praça do Ferreira ao novo Matadouro Modelo³⁷⁷, sendo vendida em 1927. Seus proprietários foram: Abel Ribeiro, Adamir Câmara Ribeiro Falcão, **Antonio Diogo de Siqueira**, Antonio Veríssimo Freire, Arthur Themoteo e Cesar Cals de Oliveira. A **Empresa Pedreira** (Pedreira & Companhia) foi a segunda, fundada em 1929, tendo como proprietário **João de Carvalho Góes e Oscar Jataí Pedreira**. A linha partia do centro para Brasil Oiticica, Carlito Pamplona, Jacarecanga e Vila Operária São José. Outras linhas surgem na década de 1930: **Empresa Mauricio e Irmãos** fazia a rota Benfica–Centro, sendo seu proprietário Jose Mauricio Ribeiro. A **Empresa Maia**³⁷⁸, do proprietário Antonio Maia de Oliveira, também realizava rotas para Otavio Bonfim, Parangaba e São Gerardo, todas partindo do centro da cidade.

Observa-se a perpetuação da política de terceirização dos serviços públicos ao capital privado do Império em plena Primeira República. O sistema de concessão de privilégios orquestrava o processo, cabendo ao poder público regular e fiscalizar a qualidade dos serviços da cidade. Remete-se o leitor ao ANEXO I para completar informações referentes às redes de circulação e comunicação.

3.5. A TRAMA URBANA E OS ATORES

Como foi dito, na segunda metade do século XIX, há duas valiosas plantas elaboradas pelo arquiteto da Câmara³⁷⁹ Adolpho Herbster: a primeira é a “*Planta da Cidade da Fortaleza e subúrbios*”, de 1875; e a segunda a “*Planta da cidade da Fortaleza / Capital da Província do Ceará*”, de 1888.

3.5.1 RECONSTITUIÇÃO DA ÁREA URBANIZADA EM 1875

Na linha dos realizados nos capítulos anteriores, foram elaborados alguns exercícios gráficos de interpretação das plantas antigas, com o objetivo de compreender o papel da iniciativa privada na apropriação e produção material da área planejada, entre 1863 a 1933. A ideia é analisar aspectos gerais da ocupação do Plano de Expansão de Fortaleza de 1863, valendo-se de fontes primárias textuais raramente espacializadas. Os exercícios têm por base as plantas de Adolfo Herbster (1875, 1888) e duas do século XX (1922 e 1932), as décimas urbanas (1872, 1890 e 1911), o Imposto Predial de 1922 e 1936, o Censo de 1887, os códigos de posturas (1865 a 1932), os almanaques, as descrições da cidade, os inventários *post-mortem* e a iconografia. Buscou-se ressaltar a real ocupação das quadras em diversos períodos, sempre utilizando os edifícios institucionais (Câmara, Palácio do Governo, Alfândega, Porto, Estação dos Bondes) e as igrejas, como principais referências na estruturação do espaço urbano. Espacializou-se o processo de ocupação e transformação da cidade em duas escalas: a primeira correspondendo à área composta pelas ruas norte-sul (ruas Boa Vista, Palma, Formosa, Amélia) e leste-oeste (rua da Misericórdia até a rua Dom Pedro); a segunda, correspondendo ao entorno da praça do Ferreira. Reconstituiu-se nessas áreas a tipologia dos imóveis (casa térreas, sobrados e lojas) e os usos predominantes (residencial, comercial e misto), tanto na antiga área urbanizada como em torno da praça, constatando a transformação de área residencial para comercial.

³⁷⁷ Situado na antiga Estrada de Pacatuba, no lugar denominado Tauape.

³⁷⁸ Esta funcionou entre 1930 a 1943.

³⁷⁹ A Câmara Municipal, em 08.01.1857, contrata os serviços de Adolpho Herbster, conforme a Ata da sessão. (CASTRO, 1994:57).

A **planta de 1875** é de grande importância, pois representa o plano de expansão de 1863, sobre a cidade real. Nesta planta, observa-se o primeiro trecho dos trilhos da ferrovia, consequência do contrato de 1870 entre o Governo Provincial e a “Cia Cearense da Via Férrea de Baturité”, que partia da estação ferroviária, subia pela Tristão Gonçalves (antiga do Trilho) (6), na direção sul, servindo como elemento indutor do primeiro processo de ocupação das áreas adjacentes ao eixo ferroviário por indústrias têxteis a partir de 1881. Destacam-se também na planta alguns serviços públicos: o gasômetro e o reservatório de “água do Benfica”, (alimentado por poços profundos), e na zona oeste, o Cemitério de São João Batista fora do perímetro urbano. Esta planta representa a área edificada (contínua e compacta), um pouco maior do que a de 1859, indicando “*vetores de expansão para oeste e para o sul, cuja resultante se dirigia para o sudoeste*” (8), antecipando “*a direção de maior peso que a cidade iria conhecer no futuro*” (CASTRO, 1982a:61) (Figura 67). Fortaleza limitava-se ao **norte**- pela Rua da Praia e Misericórdia; ao **leste** pela Rua de Baixo (Conde d’eu); ao **sul** pela rua D. Pedro e ao **oeste** pela rua Amélia (atual Senador Pompeu). “*Fora deste âmbito, excetuados o Palácio do Bispo (2), o Colégio das Irmãs (4) e o Seminário (3), tudo eram areias, casas de palha, uma ou outra casa de tijolo com sofrível aparência*” (NOGUEIRA, 1981:30), não representadas nessa planta (Figuras 68, 69, 70 e 71).



Figura 67: Exercício de reconstituição cartográfica. Fortaleza em 1875. Antigas estradas e alguns edifícios emblemáticos em Fortaleza, em 1875. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: “Planta da cidade da Fortaleza e Subúrbios elaborado por Adolpho Herbster de 1875”. Fonte: Planta da cidade da Fortaleza de 1875, Castro, 1994.

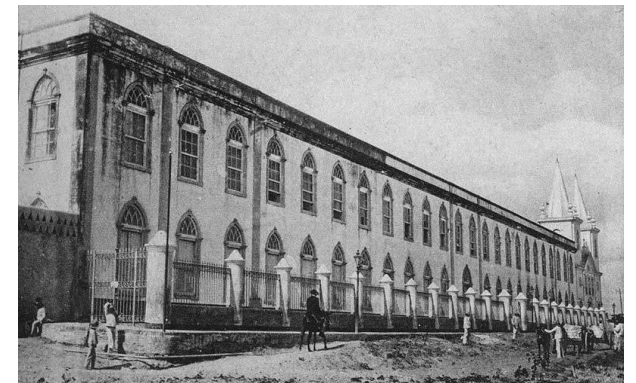


Figura 68: Seminário da Prainha. Fonte: Coleção Nirez.



Figura 69: Colégio das Irmãs. Observar, à direita o primeiro momento do colégio com somente o pavimento térreo. Fonte: Coleção Nirez.



Figura 70: Antigo Palácio do Bispo, atual Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Fonte: Coleção Margarida Andrade.



Figura 71: Colégio da Irmãs. Observar, à direita o colégio com dois pavimentos, depois de 1925.

Fonte: Coleção Nirez

Em torno da área efetivamente urbanizada verifica-se uma ocupação rarefeita da zona projetada pelo plano de expansão de Herbster. O Outeiro da Prainha “ficava sobranceiro ao mar, em frente da reduzida faixa portuária, compreendendo a parte mais avançada do tabuleiro sobre o qual a cidade se assenta” (CASTRO,1994:67). Os antigos caminhos que ligavam a cidade ao sertão foram em parte incorporados no projeto de expansão, configurando as vias radiais da malha ortogonal predominantes. Esse é caso da estrada de Messejana (atual Visconde do Rio Branco) (9) e da antiga estrada do Cocó, nas imediações da estrada de Messejana (5). Outros caminhos foram empurrados “para o exterior da área planejada como os que dirigiam para o Oeste, em busca do Barro Vermelho (Antônio Bezerra), do Alagadiço e do Urubu (atual zona industrial) (CASTRO, 1982a:64). Com relação às estradas do Arronches (Parangaba) (10), da Pacatuba (atual Marechal Deodoro) (11), do Soure (atual Caucaia) (7), o engenheiro “tratou de dar a esses logradouros um desenvolvimento retilíneo admitindo mesmo a viabilidade de nascimento de novas malhas referidas ortogonalmente a essas saídas” (CASTRO, 1982a:64). São identificadas junto às radiais (antigos caminhos) uma série de chácaras.

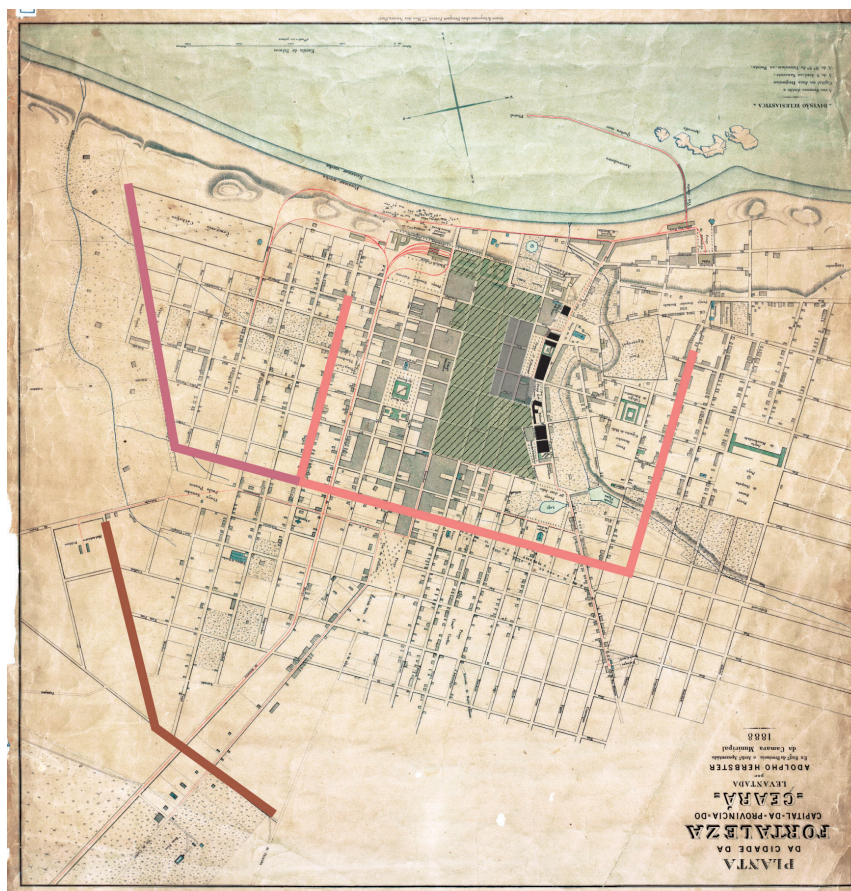
Observa-se no plano de Adolpho Herbster a previsão de vias perimetrais (Figura 72) desde a planta de 1875³⁸⁰. A **primeira perimetral** é definida pelo circuito das avenidas Imperador, Livramento (atual Duque de Caxias), Conceição (atual Dom Manuel). A **segunda perimetral** “figurava na proposta do traçado de uma via de fechamento do perímetro urbano oeste da cidade, dita Boulevard da Jacarecanga” (CASTRO, 1994:76) (as atuais av. Filomeno Gomes e Padre Ibiapina). A **última**, fora do plano, surge “espontaneamente” pela Estrada do Gado, antigo caminho ligando os “Currais da Feira de Arronches” ao matadouro, configurando parte da futura av. Treze de Maio. A largura dessas avenidas é de 100 palmos (22,00m) e as vias 50, 60 e 70 palmos, ou seja, de 11,00m, 13,20m e 15,40m; os quarteirões variavam entre 110,00m e 143,00m.

Na reconstituição das **quadras e vias** correspondente à planta de 1875, percebe-se a inserção da área planejada sobre um território outrora composto de várias estradas e caminhos que constituirão as futuras radiais e ruas, bem como dos dois riachos, Pajeú (leste) e Jacarecanga (oeste), e diversos recursos hídricos em seu entorno (Figura 73).

O Município de Fortaleza, no recenseamento de 1872, contava com **42.458 habitantes**. Como já mencionado, “as atividades rurais ocupavam população numerosa, de sorte que na parte urbanizada não viviam 20 mil pessoas” (CASTRO, 1994:67). Ao redor da área planejada, havia uma concentração de chácaras “que se agregavam nos arrabaldes mais agradáveis” (CASTRO, 1994:67), como se observa no anúncio do Jornal Pedro II, de 07 de junho de 1885, sobre o arrendamento da “Chácara na Jacarecanga”, de Luis Ribeiro da Cunha:

Arrenda-se um bom sitio, com muito coqueiros, fruteiras, muitos cajueiros, grande baixa com capim de planta, plantações de cana, mandioca e outras novidades, todo cercado, com divisões para ter vaccas, bom curral, bom banheiro, boa casa de familia, água corrente todo anno, boa cacimba, com água potável, a melhor d’esta cidade. Além do que fica mencionado – tem boa casa de residencia, muitos commodos e espaçosos, é assobradada, alta, em bela posição, com quatro fachadas, avanrandada, tendo na frente magnífico terraço muito saudável e fresco, pois é muito arejada, em frente a uma rua empenhrada desde o tope da escada até a cidade, onde se faz o trajecto em 15 a 20 minutos. Pode-se arrendar com mobília ou sem ella; a tratar com Luiz Ribeiro da Cunha.

³⁸⁰ A reconstituição dessas perimetrais foi realizada na planta de 1888.

**LEGENDA**







- | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  1º Perimetral |  Ocupação linear da Vila do Forte (1799-1813) |
|  2º Perimetral |  Planta de Adolfo Herbster 1859 |
|  3º Perimetral |  Contribuição de Paulet |

Figura 72: Exercício de reconstituição cartográfica. Fortaleza em 1875. Especialização das antigas perimetrais e a evolução da ocupação em Fortaleza, em 1875. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: “Planta da cidade da Fortaleza capital da provincia do Ceará, levantada por Adolpho Herbster de 1888”.

Fonte: CASTRO, 1994.

Ressalta-se, também, alguns sítios e fazendas em processo de parcelamento por seu proprietários, principalmente às margens das estradas empedradas do Arronches, Messejana e Soure, futuras áreas de expansão urbana da cidade, fora do traçado proposto por Herbster.

Exemplo são as terras de Antônio Francisco Góis, na estrada de Soure no “Alagadiço Grande”:

Fazenda agrícola situada a 4.000 metros desta cidade com excelente casa de sobrado para viver, fábrica de fazer açúcar e farinha, com pequeno engenho de ferro, aviamento de fazer farinha, plantado de cana, mandioca e alguns coqueiros, carroça e seus pertences com 80 braças (176,0m) de frente, limitando seus fundos nos Arpoadores com as terras de D. Maria Torres, sendo o terreno aforado a N. S. do Rosário, avaliado a 20:000\$000.

Terreno no Alagadiço Grande aforado a N. S. do Rosário na estrada que vai a Soure, com 80 braças (176,0m) de frente e fundos até encontrar com a estrada que separa as terras das “Aningas” extremado ao nascente com as terras de João Luiz Rangel e ao poente com os do finado Cel. José Machado, avaliado em 100\$000.

Sítio Alagadiço Grande com uma casa de tijolo, coqueiros, tendo de frente 50 braças (110,0m) com os fundos correspondente até as terras do finado Gouveia e encravada de frente com as terras do finado Visconde do Cauipe e ao nascente com as do finado Antonio de Oliveira sendo o terreno foreiro N. S. do Rosário, avaliado a 2:000\$000 (INVENTÁRIO, 1886).

Isso também fica claro, nos anúncios do jornal *Cearense* sobre o início do parcelamento dessas áreas:

Vende-se 3.200 palmos [704,0m] de terreno, á [à] margem da Estrada empedrada de Arronches, entre o cercado do Dr. Justa Araújo e o sítio do Sr. Kalkmann, em lotes de 50 [11,0m], 100 [22,0m], 200 palmos [44,0m], a dois mil reis por cada palmo, terra foreira a N. S. Rosário pagando somente de foro anual dois reais por palmo (Jornal Cearense de 24 de maio de 1868).

Até o dia 15 de fevereiro vindouro acha-se aberta a concorrência à venda de lotes regulares de terreno próprio para edificação, compreendidos no sítio do finado Major Manoel Franklin do Amaral, com 36 palmos [7,92m] de frente e fundo correspondente, prestando-se á edificação de uma boa casa de 3 portas, e contendo água correntes de olhos d’água existente no mesmo sítio, baixa mui fresca e fértil para capim, coqueiros, laranjeiras, bananeiras e outras arvores frutíferas etc.

Vende-se um ou mais lotes conjuntamente, conforme as vantagens que forem oferecidas pelos compradores, os quais poderão com antecedência examinar e escolher. As pessoas que pretenderem dirijam suas propostas á qualquer dos abaixo assinados. Paulina Carmo, Francisco de Assis e Henrique Theberge (Jornal Cearense de 25 de janeiro de 1871).

Conclui-se que também existia no subúrbio, principalmente junto das antigas estradas, um “mercado de terras” incipiente realizados pelos próprios proprietários de fazendas, sítio e chácaras, que tomavam a iniciativa de parcelar e transformar o uso de suas terras.

Por sua vez, no perímetro urbano de Fortaleza, foram inventariados **1.347 imóveis**. Segundo a Décima Urbana, a área urbanizada era composta de **39 ruas** (Alegria, Alfândega, Amélia, Assembleia, Boa Vista, Cadeia, Cajueiro, Capela - Outeiro da Praia, Chafariz, Conceição, Conde d’Eu, Dom Pedro, Flores, Formosa, em frente ao mar, Garrote, Hermínio, Hortas, Imperador, Imperatriz, José de Barcelos, Lagoinha, Leopoldina, Livramento, Mercado, Misericórdia, Municipal, Pajeú, Palma, Patrocínio, Praia, Quartel, Rampa da Conceição, Rosário, Sampaio, São Bernardo, São de Luiz Gonzaga, Seminário, Trincheiras), **6 travessas** (Alfândega, Assembléia, Boa Vista, Chafariz, Sé, Calçamento do Cemitério), **11 praças** (Alfândega, Assembleia, Ferreira, Lagoinha, Marquez de Herval, Misericórdia, Palácio, Quartel, Sé, Visconde de Pelotas, Voluntários) e o Outeiro dos Educandos. As Estradas Messejana, Arronches, Soure, Major Thomaz, assim como **dois povoados**

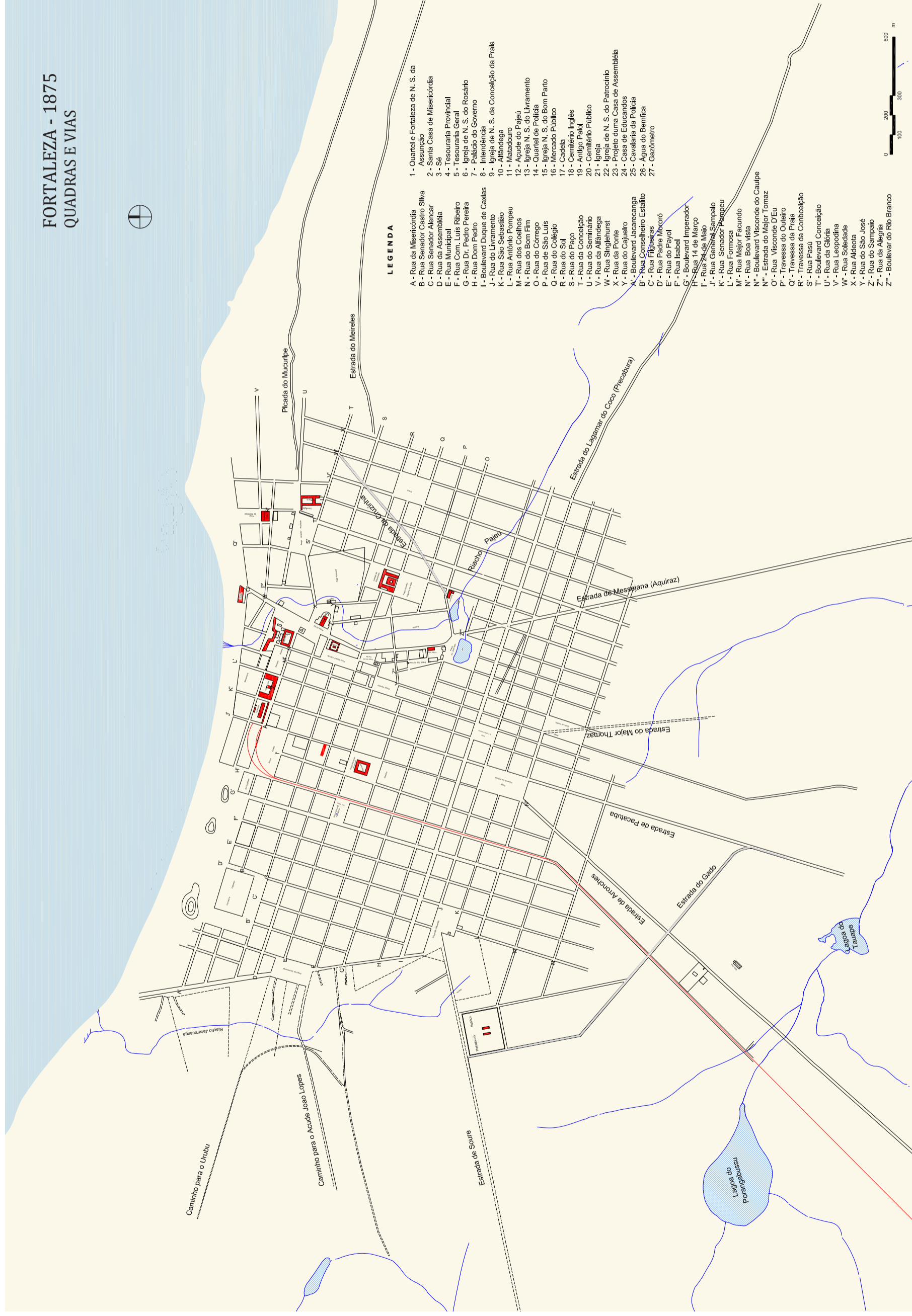


Figura 73: Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza, 1875: quadras e vias. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: Planta da cidade da Fortaleza e Subúrbios, organizado por Adolpho Herbster, arquiteto da Camara Municipal, 1875. Fonte: Planta da cidade de Fortaleza 1859, 1875, 1945.

- Meireles e Mucuripe - estavam fora do perímetro urbano (Figura 74).

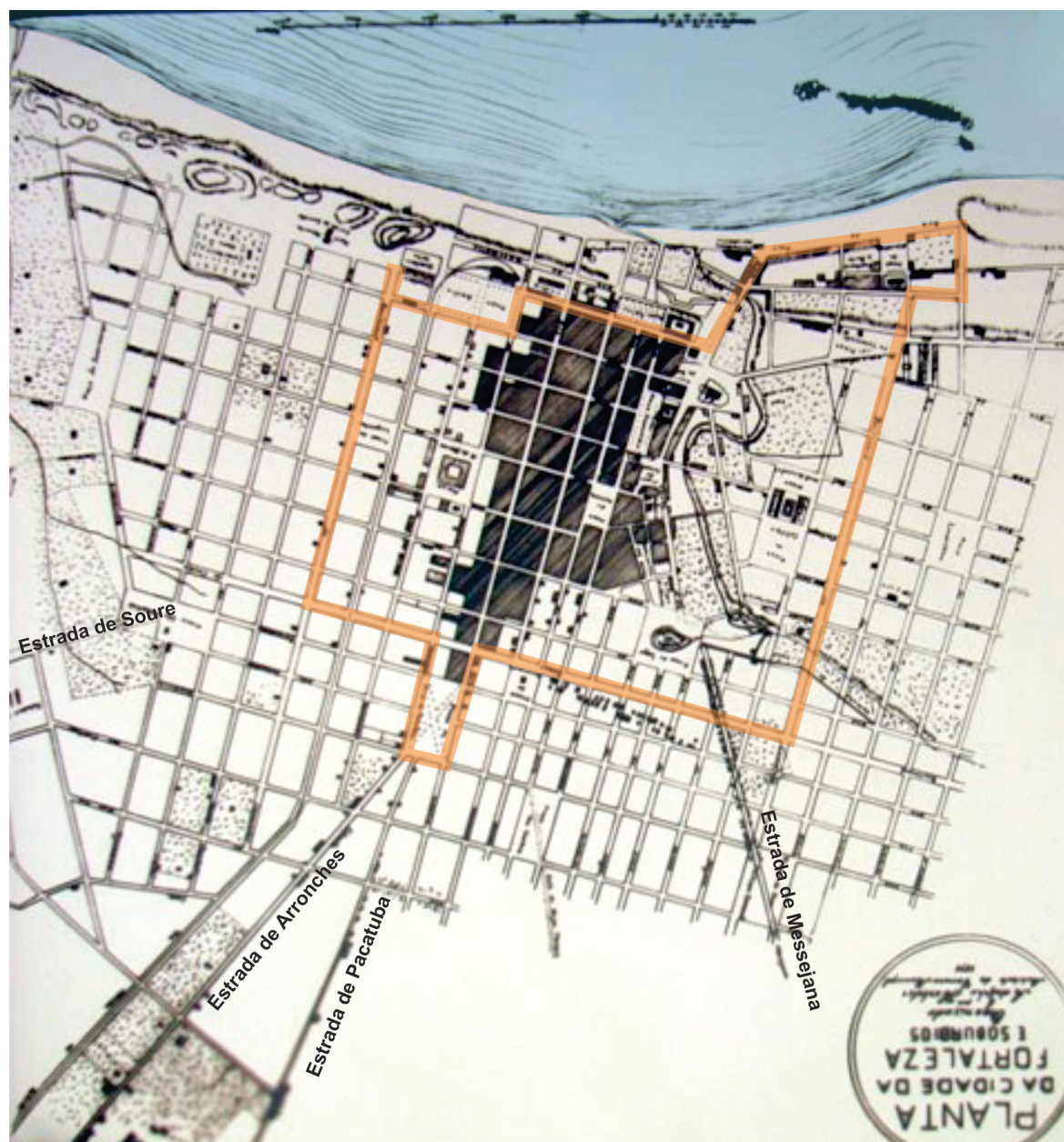


Figura 74: Exercício de reconstituição cartográfica. Fortaleza 1872. Espacialização do perímetro urbano em Fortaleza, segundo a décima urbana de 1872. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: “Planta da cidade da Fortaleza e Subúrbios elaborado por Adolpho Herbster de 1875”.
Fonte: Décima urbana de 1872.

A sobreposição dos dados da Décima Urbana de 1872³⁸¹ à planta de reconstituição do engenheiro **Adolfo Herbster**, de 1875, revela a grande área a ser ocupada no futuro, ultrapassando as limitações topográficas além do riacho Pajeú, na região denominada de Outeiro. Nota-se que o sudeste era a área efetivamente ocupada. A planta assinala as “avenidas”³⁸² periféricas à cidade, em 1875, e a listagem da Décima de 1872 nelas revela poucos imóveis, tais como: na rua do Imperador, nº 32; na rua do Livramento, nº 23; na rua da Conceição, nº 6.

³⁸¹ A cobrança da Décima Urbana no Brasil iniciou-se em 1808 (Alvará de 27 de junho de 1808). Este foi o primeiro imposto predial, estabelecido na Corte e estendido às demais cidades, vilas e lugares notáveis situados à beira-mar (BUENO, 2005:61). Esse tributo “deveria ser cobrado a todos os proprietários de prédios urbanos na razão de 10% do valor dos imóveis.” Primeiramente, foi criado para formar e dirigir os lançamentos uma Junta da Décima Urbana, sendo substituída em 27.08.1830 pelos coletores da Décima (Alvará de 27 de junho de 1808). Raquel Glezer demonstra a instabilidade da estrutura da décima urbana ao longo do império: cobrança local até 1835, quando passou a ser provincial, e em 1842, municipal, retornando a provincial em 1844. Em 1845 passou a ser a Décima das Casas dos Conventos. Entre 1856-1857 foi transformada em imposto geral, com alíquota de 5%. Voltou a ser municipal, em 1858, sobre as casas dos conventos. Em 1873, o imposto voltou a ser cobrado em geral, além da Décima das Casas dos Conventos, com alíquota menor. A partir de 1881 passou a ser o Imposto Predial, de arrecadação provincial, com alíquota de 10% para as casas de conventos e corporações de mão-morta, e de 6% sobre as outras. [...]. E nos anos finais do Império, os recursos arrecadados se tornaram novamente provinciais, a fim de cobrir os gastos com serviços públicos de água, esgoto e iluminação” (GLEZER, 2007:205). Assim, a “décima urbana tornou-se sinônimo de área urbana. Por ser sinônimo de área urbana presta-se de maneira exemplar à reconstituição da sua tessitura” (BUENO, 2005:62).

³⁸² Na Décima Urbana de 1872, essas ruas mais largas ainda não eram chamadas de avenidas ou boulevards e sim de rua do Imperador, rua do Livramento e rua da Conceição.

A **rua da Amélia**, limite oeste da área ocupada, tinha o maior número de imóveis (194); destes 30 casas eram comerciais (cinco açougues, sete quitandas, 12 tavernas e quatro lojas de fazenda). Em segundo lugar, posicionava-se a **rua Formosa**, com 168 imóveis arrolados, composta de 33 casas de comércio³⁸³. A **rua da Palma** tinha 148 imóveis arrolados, possuindo 61 casas comerciais bastante diversificadas³⁸⁴. A ocupação do **Outeiro dos Educandos** na zona leste da cidade era ainda muito incipiente, sendo tributados somente sete imóveis³⁸⁵ (Figura 75).

No perímetro urbano, foram cadastrados **1.347 imóveis** para fins de tributação. Destes, 1.097 (81,50%) eram imóveis residenciais e 250 (18,50%) comerciais. As casas, térreas ou sobrados, tinham de duas a cinco portas, sendo que o número de aberturas orientava a atribuição de valor aos imóveis. Nesse período, as funções urbanas e as camadas sociais se misturavam no tecido urbano. Os imóveis mais e menos valorizados em termos imobiliários coexistiam às vezes na mesma rua. Os bens de raiz de alguns inventários retratam essa afirmação na Tabela 21.

TABELA 21

OS BENS DE RAIZ DE INVENTÁRIOS EM 1872		
LOGRADOURO	CARACTERÍSTICA DO IMÓVEL	AValiação (RÉIS)
Rua da Palma 48	Casa térrea com três portas	4:000\$000
Praça do Palácio 10	Casa térrea com três portas	4:000\$000
Rua da Amélia 92	Casa térrea com três portas	3:500\$000
Rua da Cadeia 79	Casa térrea com três portas	4:000\$000
Pr. Marquez de Herval 32	Casa térrea com três portas	3:000\$000
Rua da Palma 71/esquina Assembléia	Casa térrea com cinco portas	12:000\$000
Rua Formosa	Casa com sótão com cinco portas	15:000\$000
Rua da Amélia 116	Casa térrea com cinco portas	10:000\$000
Rua da Amélia 94/esquina rua da Assembléia	Sobrado com três portas ³⁸⁶	30:000\$000
Rua da Cadeia 103	Casa térrea com duas portas de frente	1:500\$000
Rua Boa Vista 78	Casa térrea com duas portas	1:500\$000
Rua Formosa	Casa de duas portas de frente	1:800\$000
Rua da Palma 78*	Casa com quatro portas	7:000\$000

Fonte: Inventario de 1872 de Diogo Jose da Silva (pacote 203), *Inventario Manoel da Costa Bravo 1872

³⁸³ Armazém de farinha de trigo (1), madeira (1), secos e molhados (6), loja de fazendas (14), ferragem (1), loja e fabrica de charutos e cigarros (2), calçados franceses (1), quinquilharias, perfumaria, cristais, sedas, lãs, brinquedos, (2), padaria (1), quitanda (3), padaria (1)

³⁸⁴ Açougue (1), Armazém de farinha de trigo (1), madeira (1), secos e molhados (8), casas de vender bilhetes de loterias (1), lojas de alfaiates (2) loja de chapéu de sol (1) loja de fazendas (20), ferragem (1), loja de louças, cristais e vidros (1), loja de instrumentos de musica (1), loja e fabrica de charutos e cigarros (1), loja de livros (1), calçados franceses (1), quinquilharias: perfumaria, cristais, sedas, lãs, brinquedos, (6), tavernas (9), padaria (1).

³⁸⁵ Deve ser lembrada a grande concentração de palhoças na área do Outeiro, nas proximidades da Casa dos Educandos, segundo o Relatório do médico Castro Carreira.

³⁸⁶ Em 1878 pertencia a Ant. Mendes da Cruz Guimarães, segundo seu inventário (pacote 98).

³⁸⁷ Rua da Palma - 9\$600, 10\$800, 12\$000, 14\$400, 16\$800, 18\$000, 19\$000, 19\$200, 20\$000, 21\$600, 24\$000, 25\$000, 30\$000, 36\$000, 42\$000, 48\$000, 50\$000, 60\$000, 72\$000, 75\$000, 96\$000, 144\$000. Formosa - 1(7\$200),3 (7\$500), 6 (9\$600), 1 (10\$800),6 (12\$000),7(14\$400), 4 (16\$800),2 (18\$000), 4 (19\$200), 4 (20\$000), 3 (21\$600),14 (24\$000), 2 (26\$400),12 (30\$000)1 (31\$000)17 (36\$000), 5 (40\$000), 9 (42\$000), (44\$400),4 (48\$000),9 (50\$000), 1 (51\$600),8 (54\$000), 6 (60\$000),1 (70\$000), 1 (74\$000), 1 (74\$400)2 (84\$000), 1 (80\$000), (86\$000).

Confirmando tal hipótese, os impostos da arrecadação provincial revelam, nas principais ruas norte-sul (Boa Vista, Palma, Formosa, Amélia), valores variados³⁸⁷. Por exemplo, na rua Formosa, entre os imóveis arrolados, o menor imposto pago foi de 7\$200 réis (imóvel pertencente a Manoel Nunes de Mello), e o maior 86\$000 réis (imóvel de Francisco de Paula Bruno). A média de valores dos impostos na referida rua são: 14 (24\$000 réis), 12 (30\$000 réis), 17 (36\$000 réis), cinco (40\$000 réis), nove (42\$000 réis), quatro (48\$000 réis), nove (50\$000 réis), oito (54\$000 réis) e



Figura 75: Exercício de reconstrução cartográfica - Fortaleza, 1875 - ocupação e perímetro urbano. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: *Planta da cidade da Fortaleza e Subúrbios, organizado por Adolpho Herberster, arquiteto da Camara Municipal, 1875.* Fonte: *Planta da cidade de Fortaleza 1859, 1875, 1945.*

seis (60\$000 réis).

A tabela 22 apresenta os imóveis mais valiosos, permitindo verificar quão espalhados estavam na cidade.

TABELA 22

OS IMÓVEIS MAIS CAROS DE FORTALEZA EM 1872		
LOGRADOURO	IMÓVEIS	VALOR DO IMPOSTO (RÉIS)
Praça da Misericórdia	Propriedade União Cearense	240\$000
Rua Amélia	Propriedade Sociedade 16 julho	160\$000
Rua da Palma	Propriedade José Felix de Almeida	144\$000
Praça da Assembléia 9	Propriedade Singlehurst & Comp ^a	132\$500
Rua da Palma 86	Propriedade do Barão de Aquiráz ()	120\$000
Rua Conde D'Eu 109	Propriedade Diogo José da Silva, herdeiros	120\$000
Praça do Ferreira 2	Propriedade do Barão de Aquiráz ()	100\$000
Rua da Praia 13	Thelesphoro Caetano de Abreu	100\$000
Rua da Praia 15	Thelesphoro Caetano de Abreu	100\$000
Rua da Praia 43	Propriedade de Augusto Barbosa de Castro	96\$000

Fonte: Décima Urbana de 1872

Em contrapartida, os imóveis mais baratos situavam-se nas extremidades do perímetro urbano. No *boulevard* Imperador, variavam entre 4\$000rs-12\$000rs; no *boulevard* do Livramento 4\$000rs-14\$000rs; no *boulevard* da Conceição 10\$000rs-14\$000rs; no Outeiro da Prainha 6\$000rs-14\$000rs; e no Outeiro dos Educandos 7\$000rs-12\$000rs.

As ruas relacionadas à **zona portuária** (rua da Alfândega, do Chafariz, da frente do mar, da Praia, a praça da Alfândega e as travessas Alfândega e Chafariz) possuem 112 imóveis. A rua da **Praia** concentrava o maior número de armazéns: José Smith de Vasconcelos Hughe & Cia, Francisco Coelho da Fonseca & Filho J. U. Graf Cia; Luiz Ribeiro da Cunha & Sobrinho; Singlehurst & Cia; Kalkaman & Cia; Luis Sand & Cia; José Joaquim Carneiro; Joaquim da Cunha Freire & Irmão; Fonseca & Irmão; e Oriano & Irmão. A rua da **Alfândega** conta com dois imóveis de José Smith de Vasconcelos Hughes e um da empresa Kalkmann & Cia. Na **praça da Alfândega**, situam-se os armazéns de Antônio Severino de Vasconcelos & Irmão, Singlehurst & Cia e Kalkmann & Cia, além de oito tavernas. Dos proprietários registrados na zona portuária: José Joaquim Carneiro possuía 25 imóveis; Telésforo Caetano de Abreu, 11; Manoel Ferreira do Nascimento, 6; Singlehurst & Cia, 5³⁸⁸.

Focando a área formada pelas ruas Floriano Peixoto, Major Facundo, Barão do Rio Branco, Senador Pompeu, General Sampaio e 24 de Maio (Figura 76) analisou-se a dinâmica de transformação desse extrato do tecido urbano. Esta área passou por transformações em suas atividades produtivas, com a progressiva substituição das residências por edifícios vinculados ao setor terciário: lojas de fazendas, ferragens, livros, calçados, armazéns, fábricas de charutos e cigarros, tavernas, padarias, açougues, hotéis, banco etc. De um total de 251 imóveis voltados para comércio varejista em 1872, 213³⁸⁹

³⁸⁸ Dois de uso próprio e três alugados.

³⁸⁹ Correspondendo 84,8%.

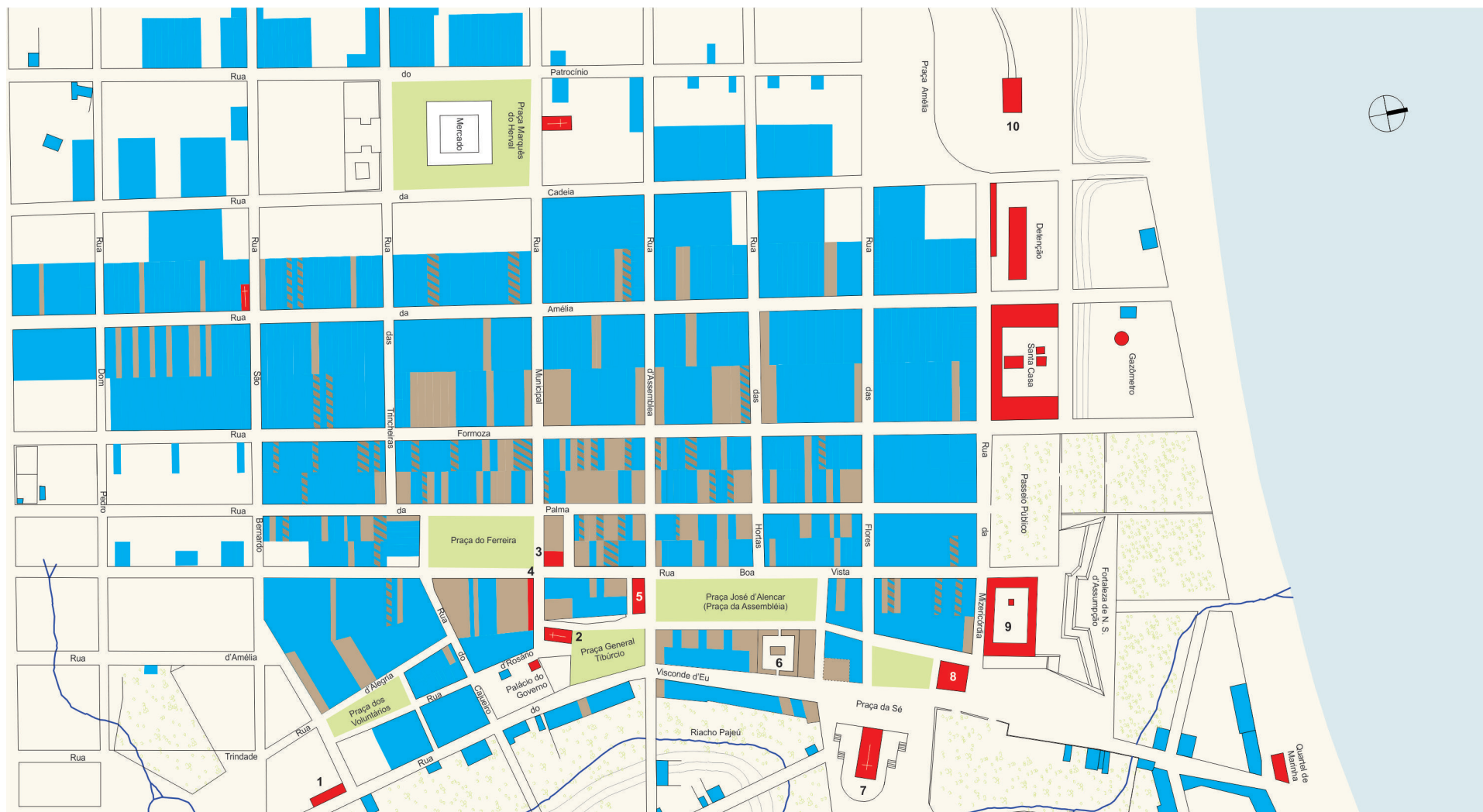


Figura 76: Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1875: Recorte espacial na cidade de Fortaleza – usos, 1875. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engo da provincia e Archo apozentado da Camara Municipal, 1888. Fonte: Décima urbana, 1872/ Encarte da planta da zona mais comercial da Fortaleza, do Anuário de 1912/ Jornal Constituição, 1872.

LEGENDA

	Uso institucional		Casas de palha	1	Artigos Bélicos	6	Mercado Público
	Uso residencial		Linha dos bondes	2	Igreja N. S. do Rosário	7	Sé
	Uso comercial		Praças	3	Câmara Municipal	8	Tesouraria
	Uso misto			4	Ensino Mútuo	9	Quartel do 11º Bat. Infant.
				5	Assembléia Legislativa	10	Estação Central da Estrada de Ferro de Baturité

localizavam-se nessa área.

Na tabela 23 comparou-se dados fornecidos pela Décima Urbana de 1872 referente às diversas ruas que integravam o trecho recortado.

TABELA 23
RELATÓRIO DA DÉCIMA URBANA EM 1872

Ruas	Total de Imóveis / rua	Total de Comercio/ serviço/rua	Total de Imóveis do recorte/rua	Total de imóveis do recorte Comercio/ Serviço
Rua do Patrocínio	23	-	23	-
Rua da Cadeia	58	7	58	7
Rua Amélia	272	36	159	23
Rua Formosa	223	45	214	34
Rua da Palma	158	70	155	63
Rua Boa Vista	131	19	122	14

Fonte: Décima Urbana de 1872

Para o trecho recortado, completam os dados anteriores à listagem de estabelecimentos comerciais publicada no Almanaque do Ceará de 1870. Observa-se na **rua da Palma** (atual Major Facundo) situava-se comércio mais diversificado, envolvendo desde lojas de fazenda (20), tavernas (9), secos e molhados (6), quinquilharia (6) e oficinas³⁹⁰ (12) até um teatro, totalizando 65 firmas comerciais, o que corresponde a 41,9% dos 155 imóveis arrolados nesse trecho. Ao contrário, a **rua da Cadeia** era a que apresentava menor quantidade de comércio (7) e a **rua do Patrocínio** era totalmente residencial. Na **rua Formosa**, predominavam as lojas de fazenda (14), de secos e molhados (6) e as oficinas³⁹¹ (6), num total de 34 edifícios comerciais. Na **rua da Amélia**, observa-se o predomínio de pequeno número de casas comerciais (23), menos sofisticadas, tais como tavernas (11), quitandas (8), açougues (4) e engenho a vapor para serragem (1).

As residências coexistiam lado a lado com o comércio. Na **rua da Palma**, constata-se a presença de alguns **negociantes**: comendador João Antonio Machado³⁹² (nº 102, esquina com a praça do Ferreira); Richard P. Hughes³⁹³ (nº 64), John Willian Studart (nº 27), o **capitalista** Barão de Ibiapaba no sobrado (nº 46), **presidente da Câmara e 2º vice-presidente da Província** Joaquim da Cunha Freire (nº 50), professor de francês do Liceu e médico José Lourenço de Castro e Silva (nº 32). O imóvel mais caro da rua pertencia ao pequeno comerciante José Felix de Almeida³⁹⁴ (nº 84, valor do imposto 144\$000); o segundo, mais valorizado ao Diogo José da Silva (nº 71, valor do imposto 129\$000) e o terceiro ao Barão de Aquiráz (nº 86, valor do imposto 120\$000). Os grandes proprietários de imóveis dessa rua eram o Barão de Aquiráz (10) e a família Silva Albano (9).

O comércio também convivía com residências na **rua Formosa**, marcada pela presença de comerciantes – o **vereador** Francisco Coelho da Fonseca³⁹⁵ (nº 72), o **vereador** e comerciante

³⁹⁰ Relojoeiro (2), marceneiros (2), alfaiate (2), barbeiro (1), armadores (1), pedreiro (1), fotógrafo (2) e fábrica de chapéu de sol.

³⁹¹ Ourives (2), funileiro (1), marceneiro (2) e barbeiro (1).

³⁹² Participa da diretoria da Companhia União Cearense.

³⁹³ Tesoureiro da Companhia União Cearense.

³⁹⁴ Pequeno comerciante, possuía uma taverna na rua da Palma 73 e outro imóvel na rua Formosa 85 no valor de 40\$000.

³⁹⁵ Comendador genro do Cel. José Antonio Machado e, como foi visto, um dos grandes proprietários de terras.

³⁹⁶ Presidente da Associação Comercial do Ceará.

Antonio Gonçalves Justa (nº 94), Luis Ribeiro da Cunha³⁹⁶ (nº 70), Severiano Ribeiro da Cunha (nº 84), **suplente de vereador** João Antonio do Amaral Jr. (nº 114), **arquiteto da câmara** Adolpho Herbster (155), engenheiro-chefe das obras publicas Dr. José Pompeu de Albuquerque Cavalcante (nº 157). Os cinco imóveis mais caros pertenciam ao Barão de Aquiráz (nº 37, imposto 84\$000, nº 103, nº 105 e nº 104, imposto de 60\$000 cada). A rua Formosa apresenta um número maior de grandes detentores de patrimônio imobiliário: a família **Cunha Freire** dispunha de 18 imóveis³⁹⁷, a família Silva **Albano**³⁹⁸ (14), Gonçalo Batista **Vieira**, (Barão de Aquirás) (10) e Luis de **Seixas Correia** (9).

Na **rua Amélia**, constata-se a presença do **solicitador** Luis Rodrigues Samico Sobrinho (nº 80), do **secretario da Câmara** Trajano Delfino Barroso (nº 74), do **juiz de paz** Pedro Fiúza Lima (nº 38), do 3º vice-presidente da Província Dr. Manoel Soares da Silva Bezerra (nº 82), do engenheiro-ajudante da repartição de obras públicas Dr. Henrique Theberge, e de Thomas Pompeu de Souza Brasil. Os maiores proprietários da rua Amélia eram Luis Ribeiro da Cunha (17), Luiz Rodrigues Samico (11), Luis de Seixas Correia (8) e o mais caro imóvel pertencia à “Sociedade 16 de julho” (160\$000) e aos herdeiros de Diogo José da Silva (60\$000).

Nota-se a concentração de instituições civis e religiosas nessa área: Palácio do Governo, Casa da Câmara Municipal, Matriz, a Igreja do Rosário, o Forte com o Quartel, Assembleia, Tesouraria da Fazenda, Estação Central da Estrada de Ferro de Baturité.

3.5.2 RECONSTITUIÇÃO DA ÁREA URBANIZADA EM 1888

A terceira **Planta da Cidade da Fortaleza de 1888**, levantada por Adolpho Herbster, representa as mudanças na estrutura urbana e a ocupação de áreas a leste, oeste e sudeste, “*consolidando em definitivo as radiais ainda não absorvidas pela expansão da malha ortogonal*” (CASTRO, 1994:70). Na reconstituição das **quadras e vias** ocupados, percebe-se uma alteração na rede ferroviária com o surgimento de um novo ramal de ligação com o porto (1879), que condicionou o assentamento de trilhos na rua Padre Mororó até o cemitério a fim de possibilitar a manobra do trem (Figura 77).

A primeira fábrica têxtil, Pompeu & Irmão, está registrada nas proximidades da linha do trem, exatamente na rua Antônio Pompeu com Princesa Isabel. Para ela é direcionada, no fim da década de 1890, uma linha de bonde, partindo de hora em hora da praça do Ferreira às 7 horas da manhã e funcionando até às cinco horas da tarde. Em 1906, esta linha é absorvida pela linha do Matadouro (ALMANAQUE, 1899).

Nesta planta, estão assinalados os três níveis do Passeio Público³⁹⁹ já concluídos (Figura 78):

O 1º Plano,[1] em posição elevada, na cota dos 17 metros sobre o nível do mar, densamente arborizado e iluminado a gás hidrogenado, estendia-se (e ainda se estende) da rua da Misericórdia (Dr. João Moreira) até o novo muro de arrimo, transformado em alameda de onde se descortinava esplendida vista do mar (Figura 79). O 2º Plano [2], situado uns seis metros mais baixo, podia ser divisado do alto do guarda-corpo da esplanada superior. No 3º Plano [3], ainda mais abaixo, mas um pouco acima do nível do mar, foi escavado um lago artificial alimentado pelas águas do riacho Pajeú (CASTRO, 2009:75) (Figura 80).

³⁹⁷ Joaquim da Cunha Freire, Barão de Ibiapaba (7), Luis Ribeiro da Cunha (11) e Severiano Ribeiro da Cunha (1).

³⁹⁸ José Francisco Albano (7), Manoel Francisco da Silva Albano (7).

³⁹⁹ As obras de implantação do Passeio Público (antiga Praça dos Mártires) segundo João Nogueira “foi pelos anos de 1879 que o negociante Tito Antonio Rocha, português de nascimento, mas cearense pelo coração, tomou a si o encargo de transformar aquela praça cheia de areia em um logradouro publico existente.” (NOGUEIRA, 1981:18). O Jornal Cearense de janeiro 1864, relata que foi “mandado desapropriar três sítios na praia fronteira a Praça da Misericórdia para o projetado Jardim Público”.

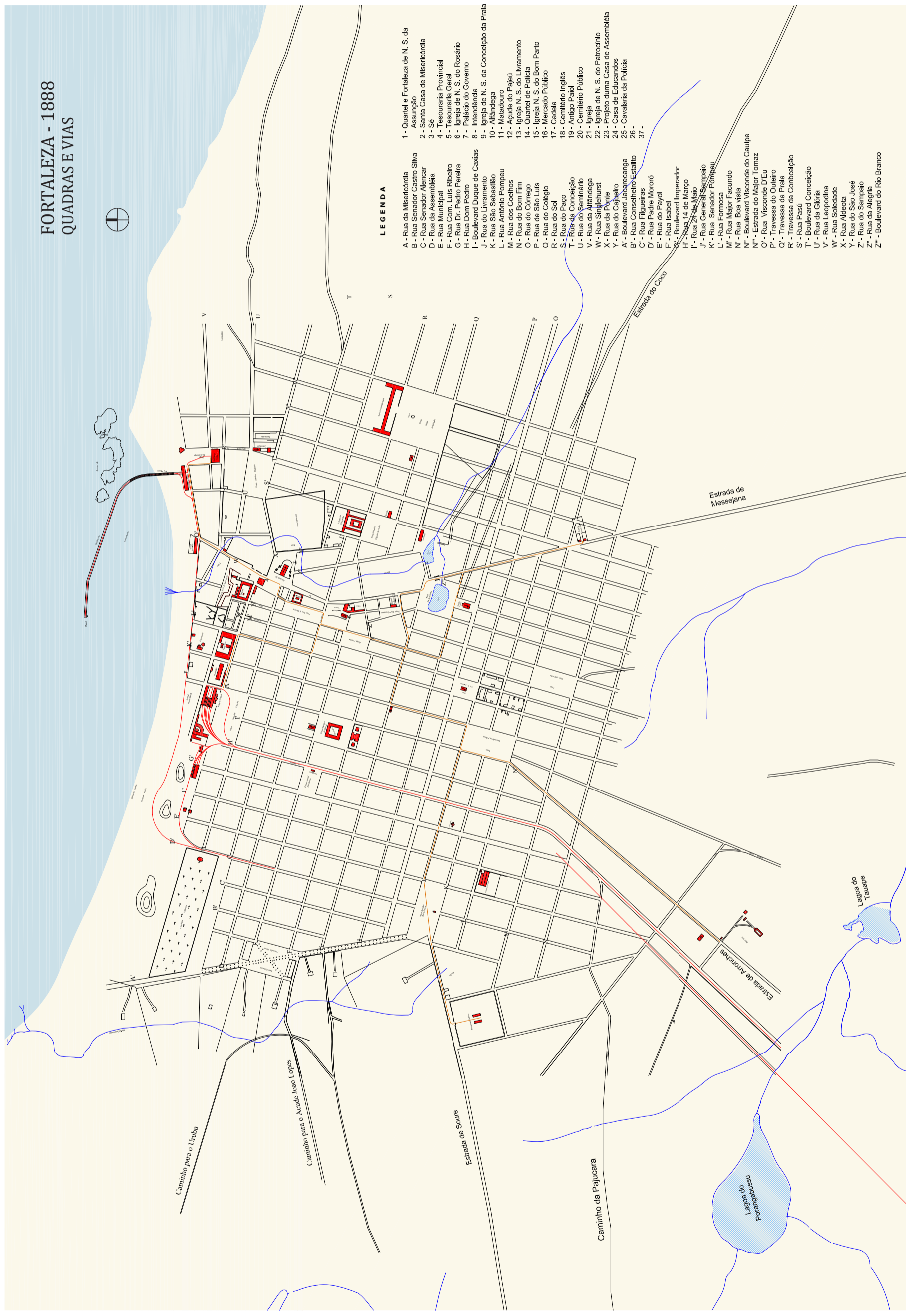


Figura 77: Exercício de reconstrução cartográfica - Fortaleza, 1888; quadras e vias. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: *Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herberster, Ex engo da provincia e Archo apozentado da Camara Municipal, 1888.*
Fonte: Planta da Fortaleza, 1859 e 1888.

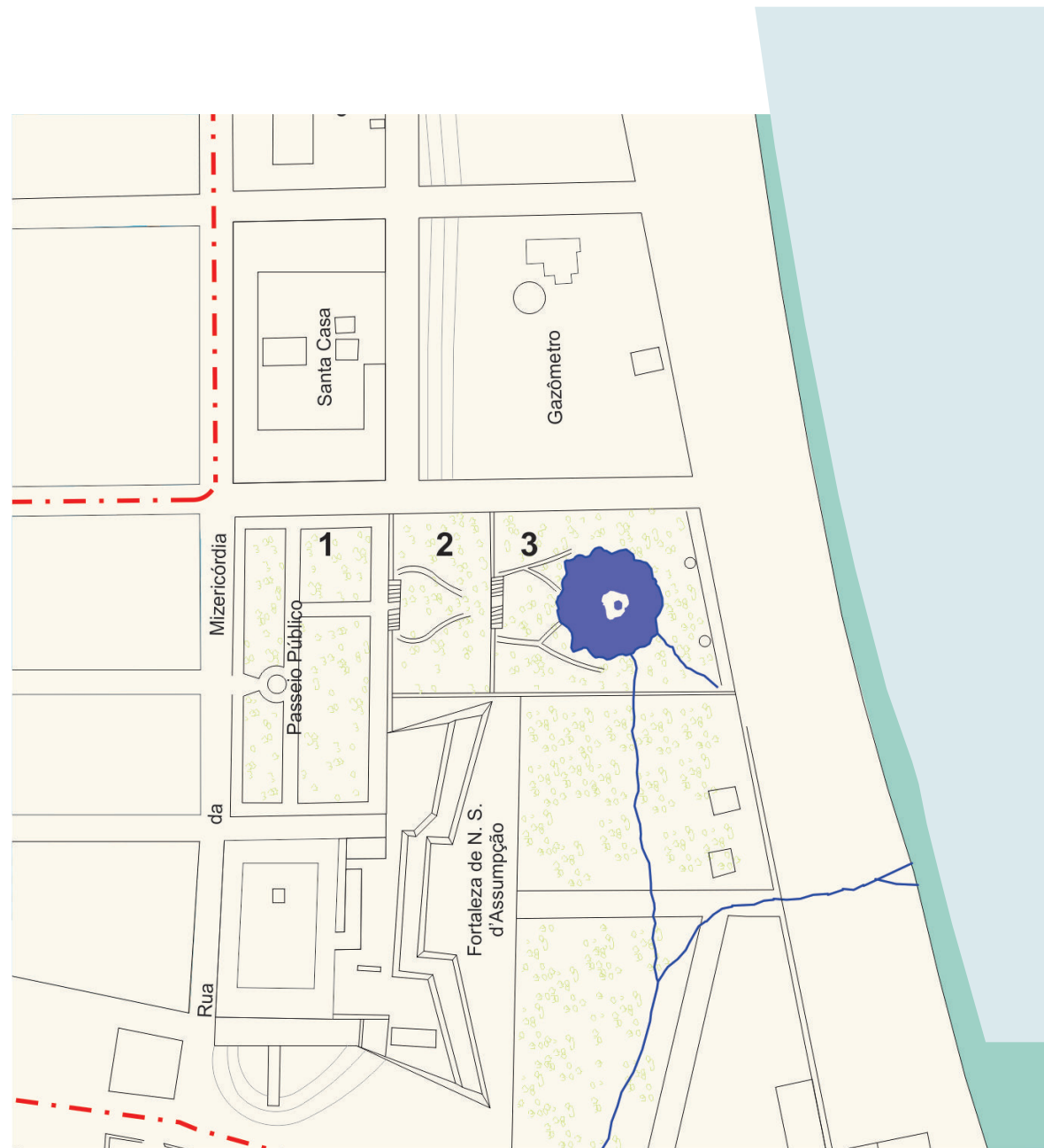


Figura 78: Exercício de reconstituição cartográfica. Fortaleza 1888. Espacialização dos três planos do Passeio Público de Fortaleza, 1888. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engº da provincia e Archº apozentado da Camara Municipal, 1888.* Fonte: Planta de 1888.

Os dados do Censo realizado pela Chefia de Policia, em **1887**, revelam a população urbana de Fortaleza, bem como os respectivos endereços (rua, número), tipologia dos imóveis (casa, sobrado, choupanas), estado civil, idade, situação social (pai, mãe, filhos e agregados) por sexo, grau de instrução, profissão. O Censo registra **27.000 pessoas habitando o perímetro urbano**. Esse mesmo censo registra **4.352** imóveis, dos quais **3.496** são **casas térreas**, **60** sobrados e **796 palhoças**. As casas térreas correspondem a **80% do tecido urbano** e há apenas **60 sobrados**. Enquanto isso, as **palhoças totalizavam 18,0% dos imóveis**. Entre aquelas apontadas como



Figura 79: O 1º plano do Passeio Público.
Fonte: Álbum de vistas do Estado do Ceará, 1908.



Figura 80: O 2º 3º planos do Passeio Público, vendo ao fundo o quebra-mar Hawkshaw e navios.
Fonte: Álbum de vistas do Estado do Ceará, 1908.

casas térreas, estavam compreendidas as casas de porta de duas a cinco portas, algumas feitas de taipa, mas em geral de tijolos e cobertas com telhas de barro. As choupanas eram casas cobertas de palha e espalhavam-se sobretudo pelos arrabaldes e subúrbios.

Com base nas informações do Censo de 1887 e da Décima Urbana de 1890 foram espacializados os imóveis inseridos no perímetro urbano da cidade, seus proprietários, tipologias, finalidades, usos e valor de aluguéis. O Banco de Dados elaborado contém os *boulevards*, as ruas, as travessas, as estradas, as praças, os endereços dos imóveis, e a classificação por tipologias, finalidade (uso próprio ou imóveis alugados) e usos.

O perímetro urbano de Fortaleza, definido pela Décima de 1890 (Figura 81), se amplia, contendo um total de **seis Boulevards**⁴⁰⁰, **50 ruas**⁴⁰¹, **seis travessas**⁴⁰², **uma avenida** (Senador Jaguaribe), **19 praças**⁴⁰³, **duas estradas** (Pacatuba - atual rua Marechal Deodoro - e do Soure - av. Bezerra de Menezes), **uma povoação** denominada **Mucuripe** e um **arraial Moura Brasil**. A povoação

⁴⁰⁰ Jacarecanga, Visconde do Caupe (antiga Estrada do Arronches), Conceição (atual Dom Manuel), Livramento (atual Duque de Caxias), Imperador, Visconde do Rio Branco.

⁴⁰¹ Alagoinha (Tristão Gonçalves), Aldeota (Nogueira Acioly), Arrecife (Senador Almino), Assunção, Barão do Rio Branco (antiga Formosa), Cajueiro (Pedro Borges), Castro e Silva (antiga travessa das Flores), Clarindo de Queiroz (Livramento), Colégio (Coronel Ferraz), Conselheiro Estelita, Conselheiro Tristão, Coronel Ferraz, Costa Barros, Dona Leopoldina, Dom Joaquim (antiga Soledade), Dr. Antônio Pompeu, Dragão do Mar (antiga Alfândega), Filgueiras, Gal Sampaio, Floriano Peixoto (antiga Boa Vista), Gal Bezerril, Gloria (Rodrigues Junior), Governador Sampaio (antiga Sampaio), Guilherme Rocha (antiga Municipal), José Avelino (antiga Roberto Singlehurst e Chafariz), Lago (Barão de Aratanha), Liberato Barroso-Ouvidor (antiga Trincheiras), Major Facundo (antiga Palma), Misericórdia (Dr. João Moreira), Nogueira Acioly (antiga Aldeota), Paço, Padre Mororó (São Cosmo), Pajeu (25 de março), Patrocínio (24 de maio), Pedro I, Pedro Pereira (antiga D. Pedro), Pedro Pereira, Pereira Filgueira (antiga Poço), Praia (Pessoa Anta), Rosário, Rufino de Alencar (Ponte e da Bica), Santa Izabel, São José, São Luiz, São Luiz, São Paulo (Assembléia), Seminário (atual Monsenhor Tabosa), Sena Madureira (antiga Conde d'Eu), Senador Alencar (Travessa das Belas), Senador Pompeu (antiga Amélia), Tereza Cristina (Paiol), Trindade (Solon Pinheiro).

⁴⁰² Boa Vista, Chafariz, Catolé, Tavares, Alfândega, Pajeu.

⁴⁰³ Alfândega, Barão de Ibiapaba (Cristo Rei), Caio Prado (Sé), Coelho (policia Militar), Colégio (Filgueira de Melo), Cristo Redentor (Senador Machado), Dr. Jose Julio, Ferreira, Gal. Tibúrcio, José de Alencar, (antiga Assembleia, atual Valdemar Falcão), Lagoinha (Cel. Teodorico), Livramento, Marques de Herval (Jose de Alencar), Mártires (Passeio Publico), São Sebastião, Senador Castro Carreira (antiga Campo da Amélia), Senador Paulo Pessoa (São Sebastião), Visconde de Pelotas, Voluntários.

⁴⁰⁴ Nesse arrolamento, estão incluídos a povoação Mucuripe (117) e o arraial Moura Brasil (130).



Figura 81: Exercício de reconstituição cartográfica. Fortaleza 1890. Espacialização do perímetro urbano em Fortaleza, segundo a décima urbana de 1890. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engº da provincia e Archº aposentado da Camara Municipal, 1888.* Fonte: Décima urbana de 1890.

continha 117 imóveis e o arraial 130. Foram arrolados **5.560 imóveis**⁴⁰⁴ para fins de tributação, dos quais **1.580 (22,3%)** eram palhoças. Dos imóveis tributados, **4.155 (74,7%)** destinavam-se à **renda de aluguel e 1.405 (25,3%) para uso próprio**.

Comparando esta reconstituição cartográfica de 1888 com a reconstituição anterior de 1875, verifica-se poucas alterações, como, por exemplo, a ampliação do cemitério São João Batista até o *boulevard* da Jacarecanga (atual av. Filomenos Gomes) e mudanças na nomenclatura de várias ruas, (Palma por Major Facundo, Amélia por Senador Pompeu, São Bernardo por Pedro Pereira, Hortas por Senador Alencar) e de várias praças⁴⁰⁵. Na reconstituição da **ocupação** de 1888, nota-se maior adensamento nas direções leste, oeste e sudeste “*consolidando em definitivo as radiais ainda não absorvidas pela expansão da malha ortogonal*” (CASTRO, 1994:70) (Figura 82).

Quanto à **tipologia** dos imóveis, conclui-se que Fortaleza era uma cidade predominantemente térrea, com 3.485 casas, correspondendo a 98% do conjunto do casario, sendo que apenas 58 (1,63%) eram sobrados. (Figura 83). Observa-se ainda um grande número de palhoças⁴⁰⁶ (796) e 13 chácaras inseridas no perímetro urbano ao longo dos *boulevards* Imperador⁴⁰⁷ (2), Visconde do Rio Branco⁴⁰⁸ (2) e do Cauipe, Jacarecanga⁴⁰⁹ (8), na rua Municipal, Estrada de Pacatuba⁴¹⁰ (1) e ao longo do riacho Pajeu (Tabela 24).

Quanto aos **usos**, de um total de 3.556 imóveis cadastrados, 91% do tecido urbano era composto de edifícios residenciais. Os imóveis restantes, 241, eram comerciais e/ou serviços, 44 industriais/oficinas e 36 institucionais (civis e religiosos) (Tabela 25 e Figura 84).

TABELA 24

RELATÓRIO GERAL DO CENSO DE 1887 - TIPOLOGIA		
FREGUESIAS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
São José e N. S. do Patrocínio	3556 ⁴¹¹	100%
TIPOLOGIA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sobrado + Chalé	58	1,63%
Térrea	3.485	98,00%
Chácara	13	0,37%
Palhoças	796	-

Fonte: Censo de 1887

TABELA 25

RELATÓRIO GERAL DO CENSO DE 1887 - USO		
FREGUESIAS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
São José e N. S. do Patrocínio	3.556 ⁴¹³	100%
Uso	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Comercial/Serviço	241	6,77%
Industrial/Oficina	44	1,23%
Institucional	36	1,00%
Residencial	3.235	91,00%

⁴⁰⁵ Lagoinha por Coronel Teodorico, Coração de Jesus por Dr. José Julio, São Sebastião por Senador Paula Pessoa,

⁴⁰⁶ Não estão representadas na planta de 1888.

⁴⁰⁷ Artista Francisco Pereira da Costa e outra chácara sem inquilino.

⁴⁰⁸ s/n - proprietário francês Eugenio Baubier, negociante Ernesto Borges da Sa.

⁴⁰⁹ Joaquim Jose de Lima, Negociante Alfredo Salgado, negociante português João Joaquim Simões, negociante Guilherme Cesar da Rocha, negociante José Monteiro de Aguiar, artista Firmo Beviláqua Fontenelle e criador Luiz Xavier de Castro.

⁴¹⁰ No Censo a chácara foi arrolada sem inquilino, porem segundo a pesquisa de Liberal de Castro sobre a localização da chácara Villa Izabel pode-se supor que seja do proprietário Gualter Rodrigues da Silva. Vale destacar que o referido imóvel esta no limite do perímetro urbano.

⁴¹¹ Incluindo o Arraial Moura Brasil da Boa Esperança (40 imóveis) e o Arraial Aldeota (15 imóveis) e não foi incluído as palhoças (796).

Palhoças (Residencial)	796	-
------------------------	-----	---

Fonte: Censo de 1887

Complementando com os dados da Décima Urbana de 1890, montou-se também um relatório geral quanto à finalidade (aluguel, em construção, fechado, habitado pelo dono e ruína). Em comparação ao Censo de 1887, houve aumento de imóveis arrolados de 3.556 para 5.560 e das palhoças de 796 para 1.580 (Tabela 26). Concluiu-se que dos 5.560 imóveis arrolados, 3.999 eram de aluguel (**71,92%**), 1.405 habitados pelo dono (**25,27%**), 70 estavam em construção, 34 estavam fechados e 52 em ruínas.

Na tabela 27 posicionam-se várias ruas da área central⁴¹² por ordem de pagamento de tributos, registrando a predominância de casas destinadas a renda de aluguel. Conclui-se que a rua Barão do Rio Branco possui o maior número de imóveis alugados, enquanto a rua Floriano Peixoto o menor.

TABELA 26

RELATÓRIO GERAL DA DÉCIMA URBANA DE 1890 - FINALIDADE		
FREGUESIAS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
São José e N. S. do Patrocínio	5.560 ⁴¹⁴	100%
FINALIDADE	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Aluguel	3.999	71,92%
Em construção	70	1,26%
Fechado	34	0,61%
Habitado pelo dono	1.405	25,27%
Ruína	52	0,94%
Palhoças	1.580	

Fonte: Censo de 1887

TABELA 27

A PERCENTAGEM DOS IMÓVEIS ALUGADOS E DE USO PRÓPRIO EM 1890			
LOGRADOURO NORTE A SUL	PERCENTUAL DE CASAS ALUGADAS	PERCENTUAL DE CASAS DE USO PRÓPRIO	TOTAL
Rua Barão do Rio Branco	84,1%	15,9%	291
Rua Senador Pompeu	78,8%	21,2%	283
Rua Major Facundo	80,0%	20,0%	249
Rua Floriano Peixoto	74,8%	25,2%	227
Rua General Sampaio	78,6%	21,4%	154
Rua 24 de Maio	81,3%	18,7%	139

Fonte: Décima Urbana de 1872

⁴¹² Incluindo o Arraial Moura Brasil (40 imóveis) e o Arraial Aldeota (15 imóveis) e não foram incluídas as palhoças (796).

⁴¹³ Este trecho será estudado com melhor detalhamento.

⁴¹⁴ Incluindo o Arraial Moura Brasil (70 imóveis) e a Povoação do Mucuripe (57 imóveis) e sem incluir as palhoças (1.580) pois elas não são arroladas individualmente por lote e sim por ruas.

⁴¹⁵ Segundo dados da Décima Urbana de 1890.

A sobreposição dos dados do Censo de 1887 e da Décima de 1890 à planta do engenheiro Adolpho Herbster, de **1888**, revela que, apesar da área mais densamente construída ter se expandido, ainda não ocupava toda a área planejada em 1863, permanecendo nos arredores grandes chácaras

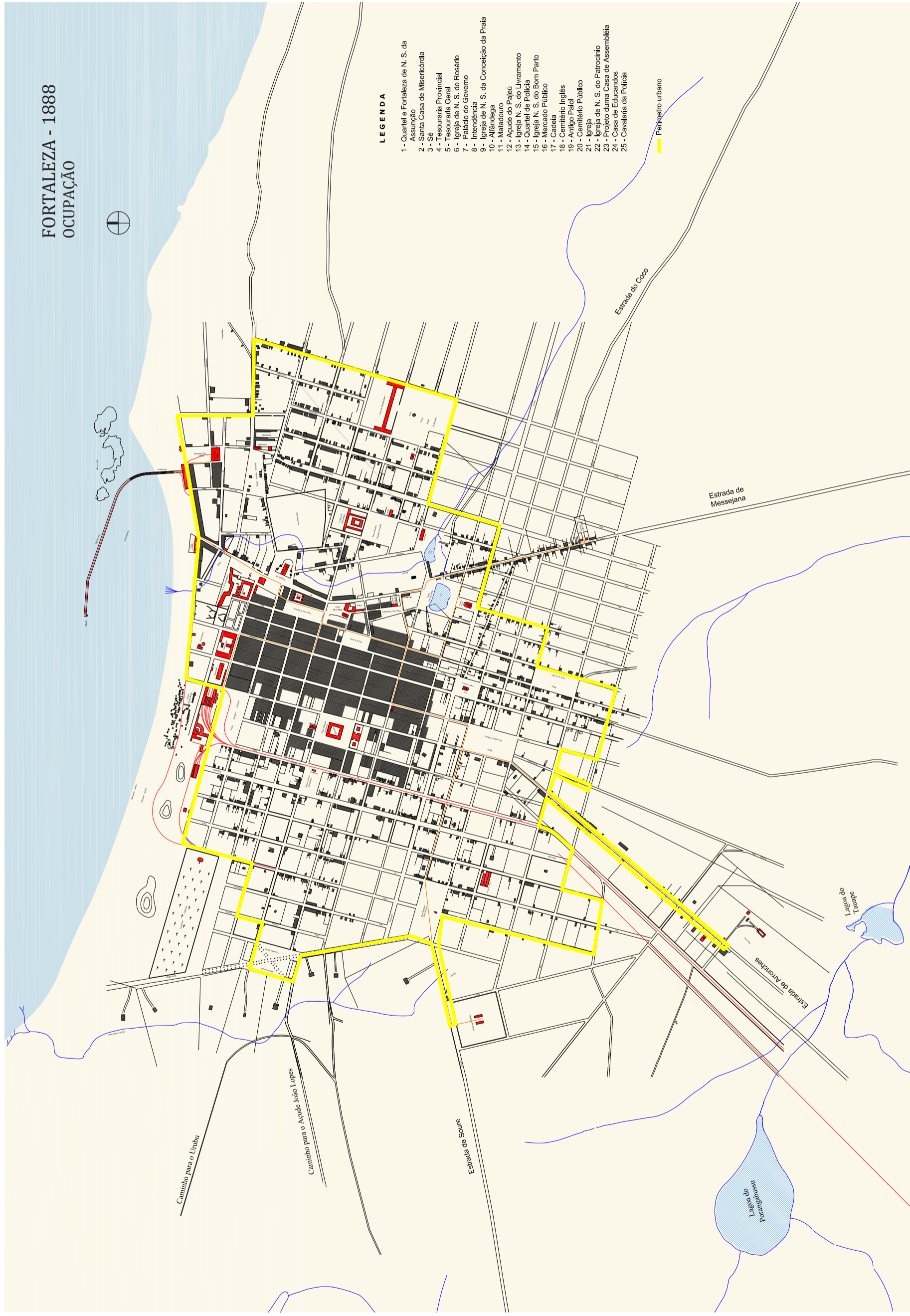


Figura 82: Exercício de reconstrução cartográfica - Fortaleza 1890: Espacialização do perímetro urbano em Fortaleza, segundo a décima urbana de 1890. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: Planta da cidade da Fortaleza capital da Ceará levantada por Adolpho Herberster, Ex-engo da provincia e Archo apontado da Camara Municipal, 1888. Fonte: Décima urbana de 1890.

FORTALEZA - 1888 TIPOLOGIAS



Figura 83: Exercício de reconstrução cartográfica - Fortaleza, 1888: tipologia. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: *Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herberster, Exengo da província e Archo apozentado da Camara Municipal, 1888.* Fonte: Censo, 1887/ Décima urbana, 1890, Planta da Fortaleza, 1859, 1888, 1912 e 1945.

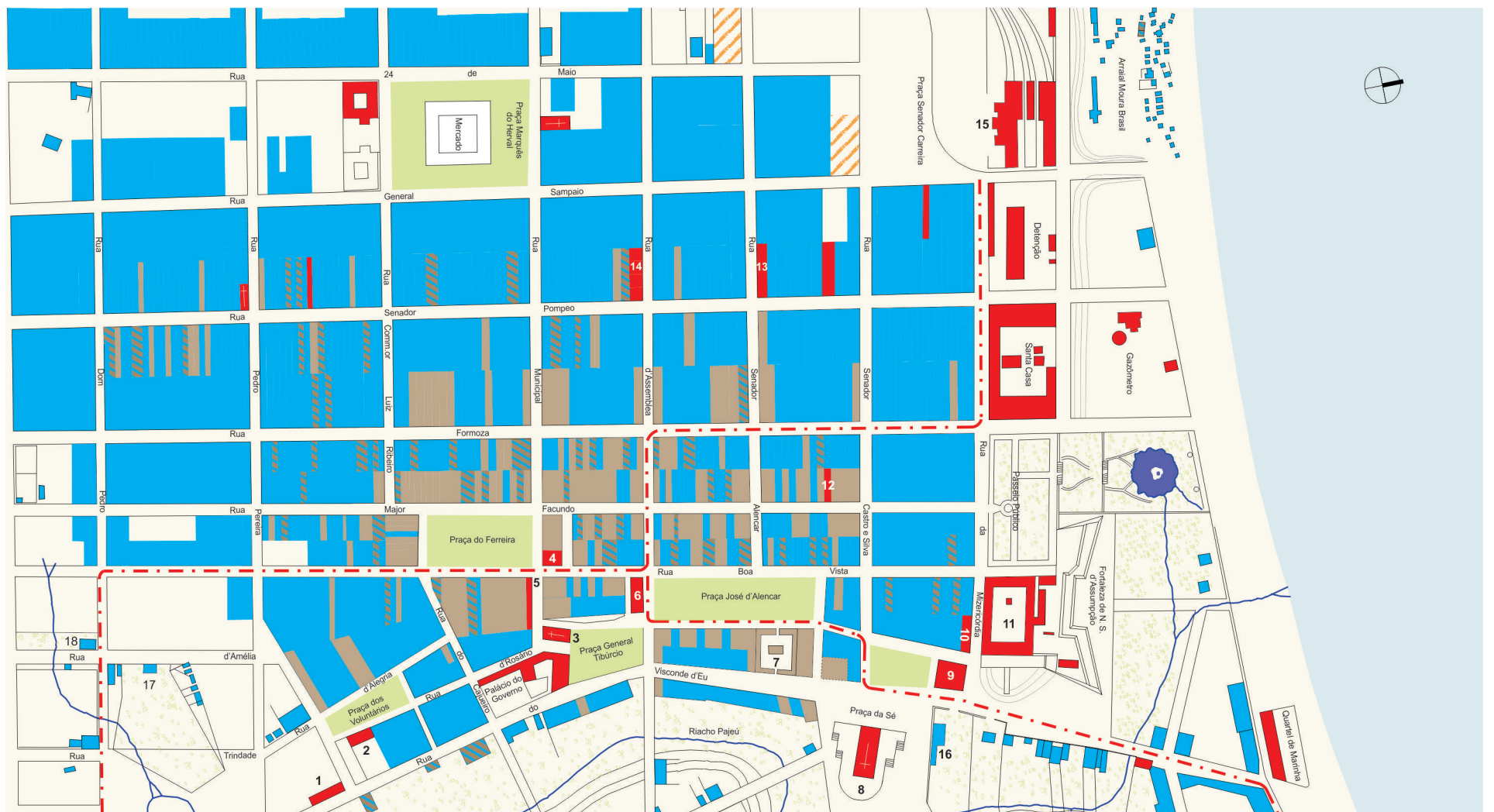


Figura 84: Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza, 1888: uso. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: *Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engo da provincia e Archo aposentado da Camara Municipal, 1888.*
 Fonte: Censo, 1887/ Décima urbana, 1890, Planta da Fortaleza, 1859,1888, 1912 e 1945.

LEGENDA

- | | | | | |
|------------------------------------------------------|---------------------------------------------|--------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| ■ Uso institucional | Casas de palha | 1 Artigos Bélicos | 7 Mercado Público | 13 Tesouraria Geral |
| ■ Uso residencial | Linha dos bondes | 2 Quartel Policial | 8 Sé | 14 Telégrafo Terrestre |
| ■ Uso comercial | ■ Praças | 3 Igreja N.S. do Rosário | 9 Tesouraria | 15 Estação Central da Estrada de Ferro de Baturité |
| Uso misto | | 4 Paço Municipal | 10 Telégrafo Submarino | 16 Chácara de José Sombra (1888)
Comprada de Luís de Seixas Correia |
| | | 5 Escola Estadual | 11 Quartel do 11º Batalhão de Infantaria | 17 Chácara José Joaquim Carneiro (1878) |
| | | 6 Assembléia Legislativa | 12 Tribunal de Relação do Ceará | 18 Chácara Gil Amora (1889) |

(Jacarecanga e Benfica). Pode-se afirmar que, na década 1880, Fortaleza ainda era uma cidade predominantemente térrea, residencial, com mais de 70%⁴¹⁵ das pessoas vivendo em casas alugadas, caracterizando-se pela mistura das funções urbanas – residência, comércio, serviços, indústria e instituições civis e religiosas (Figura 85).



Figura 85: Cartão postal de 1910 mostrando a vista panorâmica da cidade de Fortaleza. Destacam-se os quintais arborizados com os cataventos destinados a extrair AGU ea potável das cacimbas e a predominância de casas térreas com platibandas. À esquerda a Igreja do Carmo no Boulevard Duque de Caxias e ao fundo a serra da Aratanha. Fonte: Reprodução fotográfica a partir de GERODETTI, 2004:196.

A oeste, o ***boulevard Jacarecanga*** era o limite da área urbana. A Décima faz referência à 23 palhoças. Por sua vez, a planta de 1888 e o Censo de 1887 revelam junto do ***boulevard Jacarecanga*** sete chácaras: ***Chácara 1-*** de Joaquim José de Lima, ***Chácara 2-*** Alfredo Salgado ***Chácara 3-*** João Joaquim Simões⁴¹⁶, ***Chácara 4-*** Guilherme Cesar da Rocha⁴¹⁷, ***Chácara 5-*** José Monteiro de Aguiar⁴¹⁸, ***Chácara 6-*** Firmo Bevilaqua Fontenelle⁴¹⁹, ***Chácara 7-*** Luiz Xavier de Castro. Essas chácaras foram parceladas no processo de expansão a oeste da cidade a partir da década de 1920. (Figura 86).

Alguns dos antigos caminhos de saída para o interior foram encobertos pelo plano proposto por Herbster, permanecendo apenas quatro: o ***boulevard Visconde do Cauipe*** (antiga estrada de Arronches, atual Av. da Universidade)(Figura 87), o ***boulevard Visconde do Rio Branco*** (estrada de Messejana, atual Br.116), a ***estrada do Soure*** e a ***estrada de Pacatuba***, que nessa época ainda tinham a mesma denominação. O ***boulevard Visconde do Cauipe*** e o ***boulevard Visconde do Rio Branco*** tinham o maior numero de contribuintes: 309 e 308, respectivamente.

A cidade nesse momento já se adensava no sentido leste-oeste, com a presença de “casas de

⁴¹⁶ Negociante português com 26 anos.

⁴¹⁷ Negociante.

⁴¹⁸ Negociante.

⁴¹⁹ Artista

⁴²⁰ Casas de travessas como foi visto corresponde uma subdivisão dos quintais nos lotes de esquinas das quadras.

⁴²¹ Atual São Paulo, continha 87 imóveis.

⁴²² No 54- Narcizio C. P. & Cia, no 49- Carneiro & D Cia

⁴²³ No 58- Narcizio C. P. & Cia, no 60- Cia de Gás, no 53- Simões, Irmão & Cia, no 55- Mattos & Cia.



Figura 86: Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza, 1888: Jacarecanga, sítios e chácaras. Autora: Margarida Andrade. Mapa base: *Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engo da província e Archo aposentado da Camara Municipal, 1888.*
 Fonte: Inventários, Décima Urbana 1890, Censo de 1887.



Figura 87: Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza, 1888: Benfica, sítios e chácaras. Autora: Margarida Andrade.
 Mapa base: *Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engo da provincia e Archo aposentado da Camara Municipal, 1888.*
 Fonte: Inventários, Décima Urbana 1890, Censo de 1887.

travessas⁴²⁰ entre as ruas Senador Alencar e Dom Pedro, ou seja, apresentando parcelamento dos quintais especialmente dos imóveis de esquina. Na rua da **Assembléia**⁴²¹, entre a rua Formosa e a rua Senador Pompeu, predominavam pequenas casas de aluguel - escritórios de empresas⁴²², armazéns de estivas⁴²³ e uma oficina de sapateiro, - porém os imóveis tornavam-se residenciais à medida que se afastavam da rua Senador Pompeu **no sentido oeste**, abrangendo simultaneamente os seguintes profissionais – serviços domésticos, artistas, jornalheiros, lavadeiras, padeiros, cozinheiros. Na rua das **Trincheiras** (atual Liberato barroso), destacavam-se indivíduos sem profissão - jornalheiros (12), viúvas, agências e meretrizes - com somente uma oficina de torneiro e um armazém de ferragens.

Na rua **Municipal** (atual Guilherme Rocha)⁴²⁴, importante via de ligação para a praça do Fernandes Vieira (atual praça do Liceu), nota-se a subdivisão das portas laterais dos sobrados, assim como na rua Formosa, para uso de armazéns. Algumas casas de travessas são ocupadas por artistas (7). A partir da praça da Lagoinha, observam-se várias residências de pessoas importantes - do advogado **Raimundo Rossio Brigido dos Santos**, dos negociantes **Joaquim Felício de Oliveira Lima** e **Antonio Machado Coelho**, do farmacêutico **João Francisco Sampaio**, do empregado público **Manoel Antonio Garcia**. Nota-se também o parcelamento de algumas chácaras⁴²⁵ como por exemplo, a chácara de Luis Sand⁴²⁶, vendida em 1875 ao advogado Manoel Antônio Torres Portugal. Com a implantação da linha de bonde ao longo dessa rua, acelera-se o parcelamento do solo, formando-se um eixo de expansão oeste para as camadas mais abastadas, resultando em uma série de palacetes na área.

As ruas **Dr. Pedro Pereira** e **Dom Pedro** também vivenciam adensamento semelhante, com 41 e 45 “casas de travessas” arroladas, mas predominam indivíduo sem profissão, meretrizes, pequenos negociantes⁴²⁷, jornalheiro, depósito de materiais, alfaiates⁴²⁸, sapateiro⁴²⁹, caldoreiro, depósito de ferramentas, artistas.

Outro eixo de expansão identificado é no sentido sudoeste, entre a **estrada de Soure**, nas imediações do Matadouro e da linha do trilho do trem, nas proximidades da fábrica de tecidos de Pompeu & Irmão (rua Santa Isabel). Observa-se uma ocupação linear no sentido sul, definido pelas ruas Formosa, Palma e Boa Vista, atingindo o entorno da praça dos Coelhos.

O mesmo ocorre em menor escala na área leste da cidade, denominada **arraial Aldeota**. Segundo o Censo de 1887, nela predominavam ainda características rurais: 12 lavradores, dois vaqueiros, um marchante, nove pescadores, 12 jornalheiros, uma lavadeira, uma parteira, um trabalhador do campo, e dois soldados reformados. A Décima Urbana de 1890 revela nas quadras entre o Colégio dos Educandos e o Asilo de Mendicidade, nas ruas no sentido **norte-sul**, 516 imóveis: Conceição, 148; Glória, 161; Leopoldina, 116; Soledade, 60; Aldeota, 31. Nas ruas sentido **leste-oeste** (Paço, Sol, Colégio e São Luiz), 569 imóveis e 163 palhoças.

Outro arraial é o do **Moura Brasil da Boa Esperança**⁴³⁰, um grupo de casas atrás da estação ferroviária, à beira da praia, considerado por Liberal de Castro como “*a mais antiga forma de pré-favelamento que a cidade conheceu*” (CASTRO, 1982a:72). Segundo o Censo de 1887, foram arrolados **40 imóveis** e **44 palhoças** e nele predominavam: pescadores (3), artistas (8),

⁴²⁴ Foram arrolados 30 imóveis.

⁴²⁵ Vale destacar que essas chácaras estavam inseridas no traçado das quadras do plano de Herbster.

⁴²⁶ Situada nas ruas Padre Mororó, Assembleia (atual São Paulo), Municipal (Guilherme Rocha) e Paiol (atual Princesa Isabel).

⁴²⁷ Na rua Dom Pedro três negociante italianos: Fontana Biorsede Ginseppe, Lamogle Biaze de Giovanne e Ponnì Nicola de Biaze, e José da Silva Reis de Menezes. Na rua Dr. Pedro Pereira, Maria da Conceição Jacob, Dolinda de Paula Campos e Fco Teodoro Maciel.

⁴²⁸ Na rua Dr. Pedro Pereira, três alfaiates: Manoel Rodrigues Leite, Eduardo de Souza, Delfino José dos Santos e Leopoldo de Oliveira Freire.

⁴²⁹ Gouveia José da Costa na rua Dr. Pedro Pereira.

⁴³⁰ A Décima Urbana de 1872 não faz referência a esse arraial.

⁴³¹ No Imposto Predial de 1922 o Arraial atinge 388 imóveis.

jornaleiros (16), lavadeiras (10), negociantes (6), jangadeiros (2), agências (2), lavrador (1) e outros, atingindo **70 imóveis e 60 palhoças** em 1890⁴³¹. Esta área se estenderá ao longo da praia no sentido oeste, dando origem à futura “favela do Pirambu”. Esta solução habitacional só será vista com intensidade em Fortaleza a partir da década de 1930.

A zona do **porto**, no período de 18 anos, cresceu lentamente, passando de 112 imóveis (em 1872) para 138 (em 1887). Um novo equipamento foi inaugurado na rua da Praia - o edifício da Alfândega Nova, “*que representava a junção dos interesses britânicos com o governo e com o grupo de dirigentes do comercio exterior no Ceará*” (CASTRO, 1987:217). Nota-se o adensamento de 19 armazéns distribuídos na **rua da Praia** (11), Alfândega (3), Chafariz (2) e na praça da Alfândega⁴³² (3). Na travessa do **Chafariz**, foram arrolados 16 imóveis⁴³³ com usos bastante variados: jangadeiros (3), servidor da escola da polícia (3), várias viúvas e meretrizes, persistindo somente sete palhoças (CENSO, 1887).

Outro aspecto interessante é o da **praça dos Coelhos**, com 34 imóveis arrolados em 1887, 14 deles pertencentes a tecelões.

Das 1.044 palhoças arroladas, 773 eram de aluguel e 271 de uso próprio. A concentração delas se dava no percurso da ferrovia, na avenida Tristão Gonçalves (118) e em suas imediações – *boulevard* Imperador (75) e rua Tereza Cristina (72). Existia também um agrupamento na praça Senador Paula Pessoa, próximo ao Matadouro Público. Nota-se diminuição gradativa das palhoças no perímetro urbano da cidade, em decorrência dos Códigos de Postura que a partir de 1875, progressivamente proibiram casa de palhas ou de taipa “*dentro do quadro limitado pelas ruas do Pajehú, Livramento e boulevard do Imperador, inclusivamente*”⁴³⁴.

3.5.3 RECONSTITUIÇÃO DA ÁREA URBANIZADA ENTRE 1890 E 1911

Na análise do novo imposto predial publicado no Jornal *A República* de 1911, permite verificar o surgimento de algumas ruas (rua do Lago e da Cruz⁴³⁵ no sentido sul), de novas travessas (Cemitério, Catolé, Madame e Matadouro) e a ocupação efetiva das antigas. No sentido leste, é criado o boulevard Nogueira Accioly (atual Santos Dumont), futuro eixo de expansão do bairro da Aldeota. Dois bairros novos também surgem- o **porto das Jangadas** (futura Praia de Iracema) e o **Alagadiço Grande** no sentido da estrada do Soure.

Confrontando a Décima Urbana de 1872 com a de 1890 na área formada pelas ruas Floriano Peixoto, Major Facundo, Barão do Rio Branco, Senador Pompeu, General Sampaio e 24 de Maio, nota-se uma efetiva ocupação das quadras ao longo da rua General Sampaio (antiga Cadeia), passando de 18 imóveis arrolados para 118⁴³⁶, bem como na rua 24 de maio (antiga Patrocínio), com 23 imóveis cadastrados em 1872, atingindo 76 em 1890⁴³⁷. Outra ocupação linear acontece nas ruas Formosa, Major Facundo e Boa Vista, a partir da rua Pedro Pereira (Figura 88).

O número de estabelecimentos comerciais na rua **Major Facundo**⁴³⁸ corresponde a 50% dos imóveis arrolados na Décima de 1890, passando de 58 casas comerciais para 79⁴³⁹, predominando

⁴³² Com quatro armazéns, alfândega velha e duas oficinas de melhoramento da ponte.

⁴³³ Dentre eles, encontra-se o Quartel da Capitania dos Portos.

⁴³⁴ Resolução no 1.682, de 2 de setembro de 1875.

⁴³⁵ A rua da Cruz será a continuação da estrada do Major Thomaz.

⁴³⁶ Atingindo, em 1922, 184 imóveis.

⁴³⁷ Atingindo em 1922, 201 imóveis.

⁴³⁸ Existiam também quatro farmácias e um hotel.

⁴³⁹ Segundo o Almanaque do Ceará de 1896.

⁴⁴⁰ Cabeleireiro, barbeiro, encadernação e ferreiro.

FORTALEZA - 1888

USOS

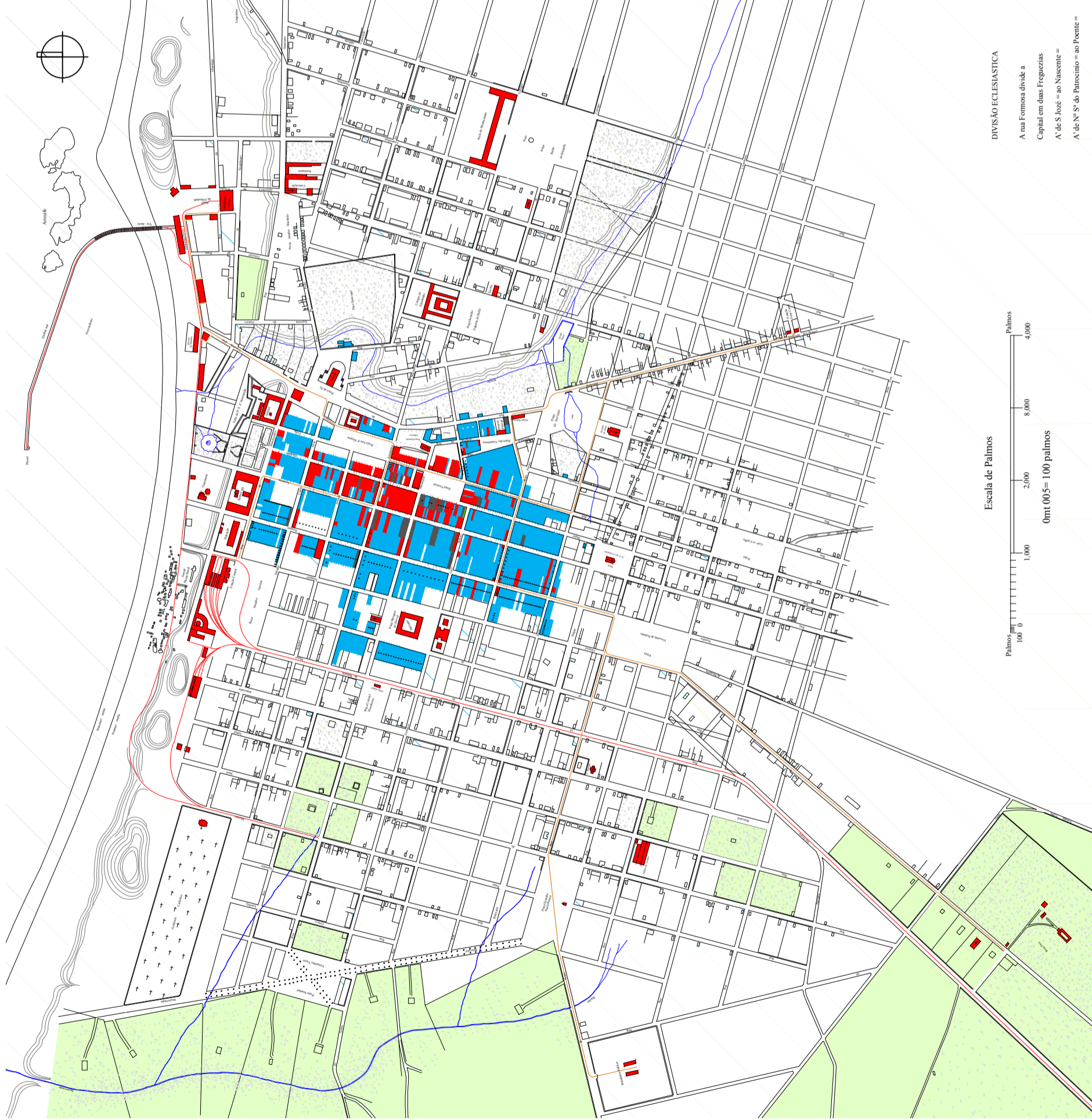


Figura 88: Exercício de reconstrução cartográfica de Fortaleza, 1890. Recorte espacial na cidade da Fortaleza - usos. Autora: Margarida Andrade. Mapa Base: *Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex ergo da província e Archo apozentado da Camara Municipal, 1888.* Fonte: Décima urbana de 1890.

as casas importadoras de “grossos” e a “retalho”, estabelecimentos de modas, mercearias e tavernas (62), armazéns de depósito (4), farmácias (4), livrarias (3), uma fábrica de caju e outra de gelo, escritório comercial (1), hotel (1) e oficinas⁴⁴⁰ (7). A rua **Formosa** destaca-se também pelo comércio mais diversificado da região, abrangendo casas importadoras de “grossos” e a “retalho”, estabelecimentos de modas, mercearias e tavernas (34), armazéns de depósito (11), padarias (2), teatro (1), clube (1), restaurante (1), bilhar (1), drogaria (1), agência de leilão (1) e oficinas⁴⁴¹ (19), num total de 72 edifícios comerciais. Na rua **Senador Pompeu**, observa-se um crescimento significativo de imóveis comerciais, atingindo o total de 41, enquanto a rua Boa Vista continua com o menor número de casas comerciais, passando de 15 imóveis comerciais para 30. Essa área passa gradativamente por mudanças de usos e funções – de predominantemente residencial e térreo para atividades produtivas do setor terciário (comércio, instituições, serviços, administração pública e lazer). Em 1911, pode-se observar na figura 89 o predomínio do uso comercial nas ruas Floriano Peixoto, Major Facundo e Barão do Rio Branco (entre a rua Castro e Silva e a rua Com. Luiz Ribeiro) acentuado principalmente em torno das praças do Ferreira e José de Alencar (antiga Carolina).

Constata-se o deslocamento das residências de alguns proprietários para a rua **General Sampaio**: José Eustáquio Vieira (nº14) e Hildebrando Pompeu de Souza Brasil (nº 82) Na **Rua da Palma** verifica-se a presença de alguns negociantes: comendador João Antonio Machado (n-102, esquina com a praça do Ferreira), Richard P. Hughes (nº 64) e John Willian Studart (nº 27). O imóvel mais caro da rua pertencia ao pequeno comerciante José Felix de Almeida⁴⁴² (nº 84, valor do imposto 144\$000); o segundo, a Diogo José da Silva (nº 71, valor do imposto 129\$000); e o terceiro ao Barão de Aquiráz (nº 86, valor do imposto 120\$000).

O comércio também convivia com residências na **rua Formosa**, marcada pela presença de grandes comerciantes - **Antônio Gonçalves Justa** (nº 94), **Luis Ribeiro da Cunha** (nº 70), **Severiano Ribeiro da Cunha** (nº 84). Os cinco imóveis mais caros pertenciam ao **Barão de Aquiráz** (nº 37, imposto 84\$000, nº 103, nº 105 e nº 104, imposto de 60\$000 cada).

O cartão postal de 1909, mostra um trecho da atual rua Barão do Rio Branco e representa a coexistência de usos na área central da cidade (Figura 90).

Pode-se concluir que após ter se estabelecido o regime republicano⁴⁴³, Fortaleza continuou com o processo de modernização social e tecnológica. As transformações na vida urbana com a chegada de linhas de bondes elétricos (1913) e do automóvel (1909), da rede de esgotos, de abastecimento de água, da iluminação elétrica, o fornecimento de energia em instalações privadas contribui para a transformação da vida urbana. O comércio se apresentava com bases mais sólidas “em parte pela importância já adquirida pelo seu mercado consumidor, em parte pelo estabelecimento de relações diretas com mercados estrangeiros, através da importação de artigos finos” (TINHORÃO, 1966:25). O centro foi então definido enquanto tal, tornando-se o lugar do comércio, dos serviços e do lazer, com a inauguração do teatro **José de Alencar** (1910) e dos cinemas **Polytheama**, (1911), **Majestic** (1917) e **Moderno**, (1920). É um período de intensa efervescência cultural fortalezense, com o surgimento de várias associações científicas e literárias: Clube Literário⁴⁴⁴ (1886), Instituto

⁴⁴¹ Litografias (5), marmorista, alfaiataria (2), fotografia, barbeiro e cabeleireiro (3), encadernação (3), bauleiro, chapeleiro, funileiro, ourivesaria.

⁴⁴² Pequeno comerciante, possuía uma taverna na rua da Palma 73 e outro imóvel na rua Formosa 85 no valor de 40\$000.

⁴⁴³ Não deve ser esquecido o fato de que o Estado enfrentou seguidas secas: 1877-79, 1888 e 1900. Todas provocaram “o fluxo de volumosas correntes migratórias para a Amazônia, então vista como terra de enriquecimento fácil e rápido por via da exploração da borracha” (CASTRO, 1992:71).

⁴⁴⁴ Tinha por objetivo “promover e activar o progresso intelectual de seus associados, só podendo, por isso, enfileirar-se nele os homens realmente dados às letras” (BARREIRA,1986:117).

⁴⁴⁵ Segundo Tinhorão no Instituto Histórico reuniam “os mais velhos e mais responsáveis ligados, na maioria, às famílias dirigentes da Província”, enquanto “os moços, representantes da novíssima geração da classe média, eram absorvidos pela Escola Militar, dentro do espírito previdente das famílias remediadas de onde se originavam, e cujo maior desejo era lhes ‘garantir o futuro’, ao passo que “os literatos da geração de ‘novos’, isto é, os intelectuais não aquinhoados com a distribuição de cargos administrativos, levada a efeito pelos beneficiários da República, iriam alardear a sua disponibilidade na Padaria Espiritual, com a preocupação de épater lês bourgeois”, finalmente o grupo de espírito mais prático e descontentes “com a dispersividade de alguns componentes da nova associação, a Padaria Espiritual” direcionaram para o Centro Literário (1966:65-66).



Figura 90: Cartão Postal de 1909, mostrando o trecho da atual Barão do Rio Branco no sentido do Passeio Público. Destacam-se as casas com 5 portas, 4 portas e 3 portas, alguns sobrados e os transportes: bonde puxado a burro e as carroças. Fonte: Coleção Nirez.



Figura 91: Sede da Fênix Caixeiral, associação dos empregados do comércio, datada de 1905. Localizava-se na esquina rua Municipal (atual Guilherme Rocha) com a rua General Sampaio. Fonte: Coleção Nirez.

do Ceará (1887), Escola Militar (1889), Academia Cearense de Letras (1894), Fênix Caixeiral (1891), Padaria Espiritual (1892), Centro Literário (1894). Assim “à volta de cada uma das novas instituições vinham grupar-se elementos também novos, segundo suas diferentes ‘tendências’ e ‘inclinações’⁴⁴⁵, isto é, mais exatamente, segundo a direção a que os encaminhava a sua posição na escala social” (TINHORÃO, 1966:65).

A arquitetura adquire novos aspectos morfológicos, resultado desse processo de mutações, “assim, começam a aparecer tanto casas de esquina como entrada pelas ‘travessas’ como casas situadas no meio dos quarteirões com a entrada recuada com alinhamento da rua” (CASTRO, 1987:219). A sede da sociedade assistencial e cultural - Fênix Caixeiral (1905) é um exemplo, localizada na praça Marquez de Herval com a rua Guilherme Rocha que reproduzia o novo padrão de casas de esquina com entrada lateral (Figura 91).

Antonio Pinto Nogueira Accioly⁴⁴⁶ (1896-1900 e 1904-1912) assumiu o controle político do Ceará, enquanto a Intendência da capital estava a cargo do coronel **Guilherme Rocha** (1892-1912). Algumas obras de modernização foram realizadas, como a remodelação das praças - Ferreira, Marques de Herval (atual José de Alencar), da Sé, Praça Fernandes Vieira⁴⁴⁷, - e do calçamento de alguns pontos da cidade. Os melhoramentos urbanos pautavam-se no Código de Posturas de 1893, então em vigor, nas linha dos Códigos sanitários vigentes nos demais centros urbanos do Brasil.

Em 16 de agosto de 1909, foi prorrogado por mais 35 anos o prazo concedido à *Ceará Gas Company Limited*, de Londres, para a exploração do serviço de iluminação pública de Fortaleza, ficando obrigada a substituir o atual sistema de iluminação pelo de incandescência, no prazo de três anos⁴⁴⁸.

⁴⁴⁶ Cria também a Faculdade de Direito em 1903.

⁴⁴⁷ Foi realizado o calçamento em 1908 (1.558m).

⁴⁴⁸ Mensagem do Presidente do Estado de 1911.

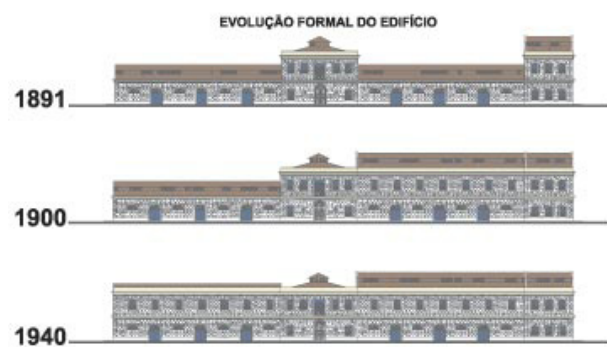


Figura 92: Evolução formal do edifício da Alfândega de Fortaleza.
Fonte: <http://www.ofipro.com.br/preservando/alfandega.htm>



Figura 93: Av. Pessoa Anta. À direita destaca-se o trilho do bonde e a Alfândega, em 1908.
Fonte: Coleção Nirez.

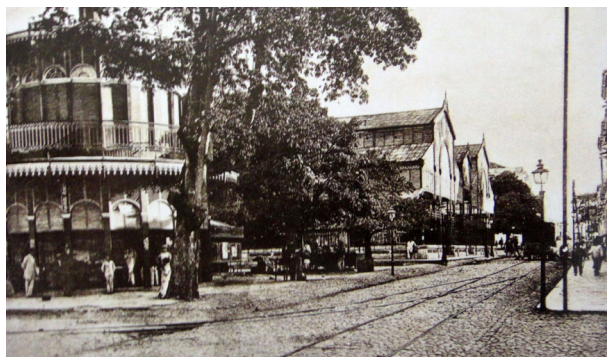


Figura 95: Rua Floriano Peixoto, à esquerda o "Mercado de ferro" inaugurado em 18.04.1897.
Fonte: Coleção Nirez.

Quanto à arquitetura, é indispensável um exame mais atento nas obras construídas neste período até os primórdios do século XX. "As construções em Fortaleza, com raras exceções, eram executadas com alvenaria de tijolos, como aliás no restante do País, usando-se a madeira para o travejamento das cobertas, forros e pisos" (DIOGENES, 2010:101). Com a integração do Ceará ao mercado internacional, as inovações tecnológicas advindas da Revolução Industrial chegam à Província: "um fenômeno completamente novo na arquitetura: os edifícios importados, produzidos pela indústria" conseqüência das "novas condições de transporte, criadas com a instalação das ferrovias e linhas de navegação fluvial" (REIS, 1970:156).

A **Alfândega Nova**⁴⁴⁹ (1884-1891) é um exemplo das inovações tecnológicas então em curso. Construída pela empresa concessionária dos serviços do porto, "Ceará Harbour Coporation", "mostrava uma aparência pesada, com uns toques de arquitetura vernacular britânica em pedra" (CASTRO, 1987:217). No entanto, seus elementos construtivos eram colunas, escadaria, balcões, corrimãos e gradis fornecidos pela empresa Walter Mac Farlane & Cº, de Glasgow, a mesma da futura obra do Teatro José de Alencar (Figuras 92 e 93).

O **Mercado de Ferro**⁴⁵⁰ é outro exemplar. Trata-se de um "mercado aberto"⁴⁵¹ e "constitui-se também de um valioso testemunho da portabilidade da arquitetura do ferro" (SILVA, 1986:171). Situado na praça José de Alencar (antiga Carolina), em frente à Assembleia Provincial, dispunha-se

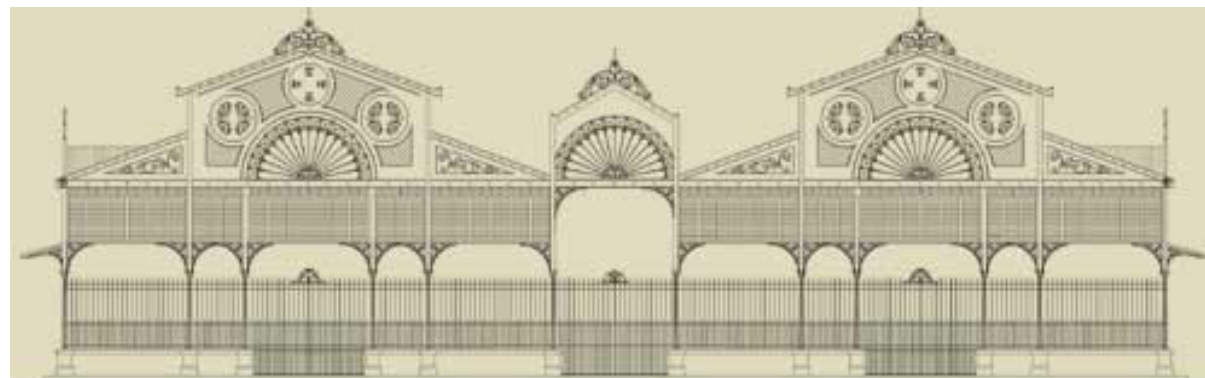


Figura 94: Mercado de Ferro de Fortaleza. O desenho da fachada mostra o partido dos dois pavilhões ligados por uma rua coberta.
Fonte: CAPELO, 2003.

em dois pavilhões paralelos ligados por uma rua coberta de cinco metros de largura. A estrutura metálica fabricada nas oficinas "Guillot Pelletier", de Orleans, é composta de 16 colunas internas de ferro fundido e 28 colunas externas. Manifesta uma elegância "graças à abertura de suas fachadas, guarnecidas por grades de ferro em quase toda sua altura e à esbelteza das colunas que suportam as delgadas treliças de coberta" (SILVA, 1986:171) (Figuras 94, 95, 96, 97 e 98).

A **Igreja do Pequeno Grande** localizada ao lado do Colégio da Imaculada Conceição⁴⁵², inaugurada em 1903, é mais um dos poucos exemplares remanescentes, e segue tendências estéticas do ecletismo, com padrões neogóticos. Liberal de Castro pressupõe que a origem da estrutura metálica seja de procedência belga e o autor do projeto e construção de **Isaac Correia do Amaral**

⁴⁴⁹ Edifício tombado pelo Patrimônio Estadual em 2005.

⁴⁵⁰ Em 1938, o Mercado foi desmembrado, sendo transferido um dos pavilhões para a praça dos Pinhões e o outro para a praça São Sebastião, posteriormente para a praça da Aerolândia.

⁴⁵¹ Classificação sugerida por Geraldo Gomes da Silva, 1986.

⁴⁵² Antigo Colégio das Irmãs inaugurado em 1857 "para servir de hospital aos moradores do Outeiro caso fosse esta capital invadida pelo cólera-mórbus" (BEZERRA DE MENEZES, 1992:85), foi posteriormente designado Casa de Educandos e em 1866 passou a funcionar o Colégio das Órfãs e depois o Colégio da Imaculada Conceição.

em parceria com o engenheiro escocês Robert Gow Bleasby (CASTRO, 1992:75), (Figura 99 e 100).

Segundo descrição de Liberal de Castro,

A igreja consta de nave única, vencida por pórticos de perfis metálicos em H, cujos trechos correspondentes à cobertura apresentam forma pontiaguda, objetivando a formação de abas de telhado bastante íngremes. Um feixe de meios-porticos se reúne na cabeceira posterior da igreja, criando uma espécie de abside poligonal. Forte cabos de aço funcionam como tirantes destinados a absorver os empuxos, ajudados por pequenas rosáceas lobuladas que servem de elementos de reforço estrutural, beneficiando a hiperestaticidade dos pórticos. [...] Contornada exteriormente por paredes de alvenaria de tijolos sem função estrutural. [...] A cobertura, íngreme, é revestida com telhas plana de ardósia, material cuja imitação entrou em moda nos avarandados de muitas casas fortalezenses na época (1992:74).

O **Teatro José de Alencar** é mais outro exemplar, espécie de “teatro de jardim”, seu projeto concilia estrutura de ferro com alvenaria de tijolo⁴⁵³ (Figura 101 e 102). Foi construído em 1910, no governo oligárquico de Antônio Pinto Nogueira Accioly, com estrutura metálica fornecida pela casa Walter Macfarlane & Cº, de Glasgow, na Escócia. Segundo Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará em 1908,

Tornou-se uma verdadeira aspiração popular a construção de uma casa de espetáculos nesta capital. Convencido da sua necessidade e dos resultados indirectos que as diversões artísticas podem trazer ao nosso desenvolvimento social, resolvi, fundado na Lei nº 768, de 20 de agosto de 1904, encomendar aos Srs. Boris Frères, de Paris, um teatro de ferro, de acordo com a planta organizada pelo 1º tenente Bernardo José de Mello. A encomenda foi executada com todas as regras d’arte, e o Governo já se acha de posse do material férreo, [...]. O teatro obedece ao typo dos theatros-jardins, sendo composto de quatro secções (1908:12)⁴⁵⁴.

O projeto do bloco de acesso, em dois pavimentos, foi realizado por Bernardo José de Mello (1868-1910) “segundo os ditames do decorativismo eclético” (CASTRO, 1982b: 8). O pavimento superior é destinado ao *foyer* “com excelente disposição acústica, de modo que deva ser utilizado para concertos, conferencias e sessões literárias” (MENSAGEM, 1908:15).

Segundo palavras de Liberal de Castro,

Trata-se do mais notável remanescente da arquitetura metálica do país, proposta artística ligada às concepções *Art Nouveau*, pelo menos na traça do frontispício. A caixa do palco é de autoria do arquiteto mineiro Herculano Ramos⁴⁵⁵ (1856-1928) que, estando em Natal a projetar e construir o teatro Djalma Maranhão, veio ao Ceará cooperar na construção do teatro José de Alencar (1982b:8).

No plano estadual, alguns administradores da década de 1920 merecem destaque: **Justiniano de Serpa**⁴⁵⁶, **Ildefonso Albano**⁴⁵⁷ (1920-24) e **José Moreira da Rocha**⁴⁵⁸ (1924-1928). Eles

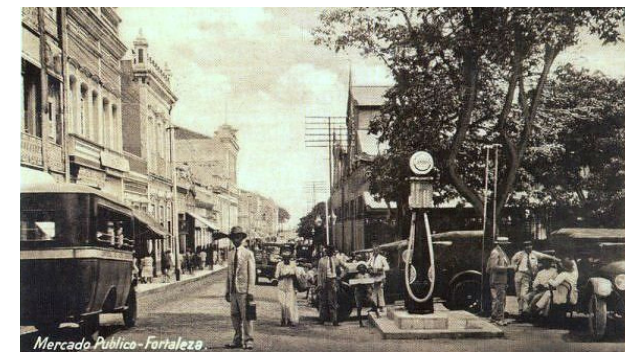


Figura 96: Rua Floriano Peixoto, à direita o “Mercado de Ferro” desmontado em 1938.
Fonte: Coleção Nirez.



Figura 97: As três estruturas metálicas do antigo “Mercado de Ferro” de Fortaleza. Cartão Postal por volta de 1910.
Fonte: Coleção Nirez.

⁴⁵³ Implantado na praça Marquez de Herval (atual José de Alencar), entre o quartel do Batalhão de Segurança e a Escola Normal.

⁴⁵⁴ <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1449/000012.html> (pesquisado em 08.01.2012).

⁴⁵⁵ Diplomado no Rio de Janeiro pela Academia de Belas Artes, “figura como o primeiro arquiteto de formação profissional explícita em atividade no Ceará” (CASTRO, 1982b:8).

⁴⁵⁶ Justiniano de Serpa (1852–1923), jornalista, bacharel em Direito (1888) na Faculdade de Direito de Recife, deputado geral pelo partido conservador entre 1882-1889 e um dos fundadores da Academia Cearense de Letras.

⁴⁵⁷ Ildefonso Albano (1885-1957) foi prefeito de Fortaleza, de 1912 a 1914 e de 1921 a 1923 e governador do Ceará, de 12 de julho de 1923 a 12 de julho de 1924.

⁴⁵⁸ José Moreira da Rocha (1869–1934) governou o Ceará de 1924 a 1928. Bacharel em Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito do Recife.

⁴⁵⁹ Entre 1923 e 1924, Adolfo Gonçalves de Siqueira como presidente da Câmara Municipal assume interinamente a Prefeitura.

⁴⁶⁰ Álvaro Nunes Weyne (1881-1963), comerciante, eleito na primeira eleição de voto secreto em 1928 e afastado do cargo pela revolução 1930. Estudou no Ginásio Cearense e no Instituto de Humanidades. Casou-se com Maria José Rodrigues Weyne. Fundador do Centro Espírita Cearense em 1910 e Presidente do Rotary Clube de Fortaleza, dirigiu o Asilo de Mendicidade e a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. Primeiro Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica do Ceará entre 1928 e 1932.



Figura 98: Antiga Praça Jose de Alencar ao fundo a lateral da estruturas metálicas do antigo "Mercado de Ferro" de Fortaleza. Cartão Postal por volta de 1920. Fonte: Coleção Nirez.



Figura 99: À esquerda a Igreja do Pequeno Grande em Fortaleza, fazendo conjunto com o Colégio Imaculada Conceição em Fortaleza. Fonte: Coleção Nirez.



Figura 100: Interior da Igreja do Pequeno Grande, destacando-se a estrutura metálica. Fonte: Coleção Nirez.

"imprimirão maior ritmo às obras publicas, arrefecido na administração de José Carlos de Mattos Peixoto (1928-1930)" (CASTRO,1987:230). Merecem também destaque os intendentess e prefeitos⁴⁵⁹ nomeados pelos presidentes do Estado nesse período, **Ildefonso Albano** (1921-1923), **Godofredo Maciel** (1924-1928) e **Alvaro Weyne**⁴⁶⁰ (1928-1930).

A administração estadual de **Justiniano de Serpa** (1920-23) e do **Ildefonso Albano** (1923-24) foi marcada pela modernização do sistema educacional, conseqüentemente, foram construídos novas instalações de edifícios escolares. Os primeiros grupos escolares da capital dentro desse plano educacional foram o Visconde do Rio Branco e Fernandes Vieira (atual Juvenal Galeno). Projetado por Armando de Oliveira, estabeleceram um padrão de arquitetura "dita 'tradicionalista' pelos seus prosélitos, porém mais conhecida por neocolonial, não passava de uma tentativa de criar uma versão de uma tentativa de criar uma versão nacional do ecletismo arquitetônico" (CASTRO, 1987:231) (Figura 103 e 104). Por outro lado, duas outras escolas foram projetadas por **José Gonçalves da Justa** (1870-1944) - Grupo Escolar do Benfica⁴⁶¹ (Figura 105 e 106) de "feição classicizante", (1923) (atual Faculdade de Ciências Econômicas) e a Escola Normal (1923). A Escola Normal está situada no meio da praça Figueira de Melo, fazendo conjunto com o Colégio Imaculada Conceição e a Igreja do Pequeno Grande. Segundo o jornal O Nordeste "o estylo da composição é flamengo moderno. A sua composição lembra a nova biblioteca de Lausanne" (apud CASTRO, 1987:240). Destaca-se a escadaria de entrada "entalada entre dois torrões do tipo klokgevel (empena-relógio), que por certo lhe caracterizam o 'estylo flamengo" (CASTRO, 1987:240) (Figura 107 e 108).

Na mesma época, foram realizadas obras públicas importantes, como a construção da Ponte de Desembarque do Porto e a construção do novo prédio da **Secretaria da Fazenda** (1927), projetado por **José Gonçalves da Justa** (1870-1944). A Secretaria é considerada a primeira edificação a utilizar concreto no piso do pavimento superior "com paredes de sustentação em alvenaria de tijolos e escadas de madeira, e obra ainda concebida de acordo com os preceitos de uma arquitetura eclética inspirada na Renascença veneziana" (CASTRO, 1989:127), (Figuras 107 e 108).

Outro projetista desse período é o engenheiro **João Saboia Barbosa**⁴⁶² (1886-1972), tendo realizado vários edifícios residenciais e comerciais para o banqueiro **José Gentil Alves de Carvalho** e o capitalista **Plácido Carvalho**, todos com feições estilísticas bastante variadas. As obras referentes ao empresário Gentil são o **Palacete Ceará**, na praça do Ferreira, (onde funcionou o Rotisserie Sportman no pavimento térreo, o **Club Iracema** nos altos) (Figura 109); o **Banco Frota & Gentil** (1925) na rua Floriano Peixoto com a rua São Paulo (Figura 110), e a própria residência do banqueiro, situada no Benfica, no local da atual Reitoria da UFC.

João Saboia Barbosa também projetou para o capitalista **Plácido de Carvalho** sua residência conhecida por "Castelo da Dona Pierina", situada na avenida Santos Dumont. Outra obra do

⁴⁶⁰ Depois passou a denominar-se Grupo Escolar Rodolfo Teófilo. Abrigou na década de 1950 o Museu Antropológico e o Instituto do Ceará.

⁴⁶¹ Cearense, diplomado em engenharia pela Universidade de Liverpool em 1911 (CASTRO, 1987:238).



Figura 101: Fachada do bloco de acesso do Teatro José de Alencar, “concebido segundo os ditames do decorativismo eclético” (CASTRO, 1982b:8).
Fonte: Coleção Alex Uchoa.



Figura 102: Fachada da platéia do Teatro José de Alencar, em estrutura metálica importada da Escócia segundo às concepções Art Nouveau.
Fonte: Coleção Margarida Andrade.



Figura 103: Fachada principal do Grupo Escolar Fernandes Vieira (atual Juvenal Galeno), 1923, projeto de Armando de Oliveira.
Fonte: Álbum de Fortaleza 1931.



Figura 104: Fachada principal do Grupo Escolar do Benfica, 1923, projeto de José Gonçalves da Justa.
Fonte: Coleção Nirez.

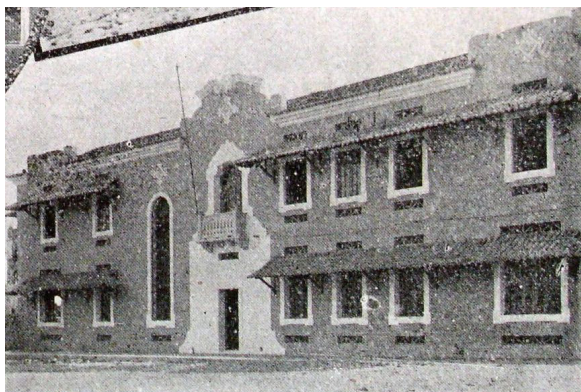


Figura 105: Fachada principal do Grupo Escolar Visconde do Rio Branco, 1923, projeto de Armando de Oliveira.
Fonte: Álbum de Fortaleza 1931.



Figura 106: Escola Normal implantada na Praça Figueira de Melo, 1923.
Fonte: Coleção Nirez.



Figura 107: Secretaria da Fazenda de Fortaleza inaugurada em 1927, projeto de José Gonçalves Justa.
Fonte: Acervo Margarida Andrade.



Figura 108: Detalhe da Secretaria da Fazenda.
Fonte: Acervo Margarida Andrade.



Figura 109: Palacete Ceará, projeto de João Sabóia Barbosa, atual Caixa Econômica Federal do Ceará.
Fonte: Coleção Margarida Andrade.



Figura 110: Banco Frota Gentil (1925), projeto de João Sabóia Barbosa.
Fonte: Acervo Nirez.

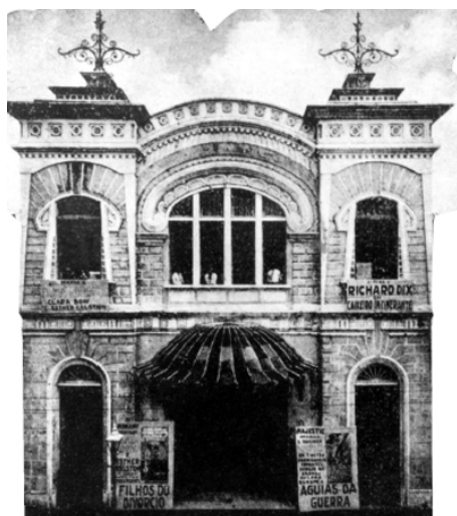


Figura 111: Cine Moderno situado na Major Facundo próximo à Praça do Ferreira.
Fonte: Coleção Nirez.



Figura 112: Palacete Moraes Correa em Jacarecanga.
Fonte: Coleção Nirez.

engenheiro é talvez o **Cine Moderno**, de 1922, de propriedade do capitalista, localizado na rua Major Facundo próxima à praça do Ferreira (Figura 111). Realiza outras obras como o Palacete Moraes Correa, na av. Demostenes Rockert (atual Francisco Sá) esquina com a Praça Fernandes Vieira (Figura 112), bem como o Palacete Jeremias Arruda na praça do Carmo.

3.5.4 RECONSTITUIÇÃO DA ÁREA URBANIZADA EM 1922

A interpretação da planta esquemática de 1922 acrescida dos dados do regulamento da Diretoria Geral da Higiene, de 1918, e do Imposto Predial de 1922, permite verificar as áreas efetivamente ocupadas até esse momento. A parte central da cidade delimitava-se pelas ruas da Misericórdia, Imperador, General Clarindo e Sena Madureira; o bairro da **Praia** concentrava-se entre a Sena Madureira, Alfândega, Seminário e Sé; o bairro do **Outeiro**, desde a rua do Sampaio até a praça Benjamin Constant, bem como entre as ruas do Sol e de São Luiz; o **boulevard Visconde do Rio Branco** até o ponto terminal dos bondes na altura do Tauape; a rua Major Facundo até o ponto do bonde da praça dos Coelhos; o **boulevard do Cauipe** até o Benfica; parte do bairro do Matadouro, entre a Praça de Pelotas e Praça Senador Paula Pessoa e rua Antônio Pompeu e Duque de Caxias e o de Fernandes Vieira até a praça deste nome entre as ruas das Trincheiras, São Paulo e **boulevard Imperador** (Regulamento 1918, art.484) (Figura 113). Constata-se também que os bairros Benfica, Fernandes Vieira, Praia e Outeiro estão inseridos no perímetro urbano da cidade e são servidos pelos bondes elétricos.

Comparando a reconstituição (figura 114) da planta esquemática de 1922 com a de 1888, nota-se uma proposta de expansão do plano de Herbster em varias direções. O deslocamento da ferrovia em 1919 para o seu endereço atual – ao longo da av. José Bastos – permitiu maior ampliação da zona oeste da cidade e o surgimento de um local onde foi mais tarde implantado o novo parque industrial

⁴⁶³ Jacarecanga (atual Filomeno Gomes), Imperador, Visconde do Cauipe (antiga Estrada do Arronches), Visconde do Rio Branco (antiga estrada de Messejana), D. Manoel (antiga Conceição), Duque de Caxias (antiga Livramento), Nogueira Accioly (atual Santos Dumont).

⁴⁶⁴ 2 de Novembro, 24 de maio (antiga Patrocínio), 25 de março (antiga Pajeu), Aldeiota (Nogueira Acioly), Alfândega, Aracaty, Aratanha, Arrecife (atual Senador Almino), Assunção (antiga Cons. Liberato Barroso), Baixa Preta, Barão de Aratanha, Barão do Rio Branco (antiga Formosa), Boris (travessa da Praia), Botija, Calçamento, Capitão José da Penha (D. Joaquim Garcia), Senador Castro e Silva (antiga Flores), Cauipe (atual João Cordeiro), Cavalaria (atual Pinto Madeira), Cel. Guilherme Rocha (Municipal), Coelhos (Domingos Olímpio), Colégio (atual Coronel Ferraz), Conselheiro Estelita, Conselheiro Liberato Barroso (antiga Trincheiras e Com. Luis Ribeiro, atual Ouvidor), Conselheiro Rodrigues Junior (antiga Gloria), Conselheiro Tristão (antiga da Cruz), Coronel Soares, D. Leopoldina (D. Leopoldina), Dom Joaquim (antiga Soledade), Dom Pedro, Dr. Antonio Pompeu, Dr. João Moreira (antiga Misericórdia), Dr. João Thomé (atual Jaime Benévolo), Dr. Pedro Borges (antiga do Cajueiro), Dr. Pedro Pereira, Floriano Peixoto (antiga Boa Vista), Gal Bezerril (antiga Quartel), Gal José Clarindo de Queiroz (antiga Livramento), Gal Mesquita (antiga do Chafariz, Singlehurst, atual Jose Avelino), Gal Sampaio (antiga Cadeia), Gloria (Henrique Rabelo), Governador Sampaio (antiga Sampaio), Guageru (atual Gonçalves Ledo), Guilherme Rocha (antiga Municipal), Igreja, Juvenal Galeno, Lago, Major Facundo (antiga Palma), Major Rangel, Marechal Deodoro (antiga Estrada de Pacatuba, Cachorra Magra), Monte Flor (atual Antonio Augusto), Morro, Nova da Cruz, Paço, Padre Mororó (antiga São Cosmo), Paz, Pé do Morro, Pedro Borges (antiga Cajueiro), Pereira Filgueiras (antiga Poço), Praia (Pessoa Anta), Rosário, Dr. Rufino de Alencar (antiga Ponte, da Bica e Corredor do Bispo), Sampaio, Santa Isabel (antiga D. Isabel e atual Princesa Isabel), Santa Tereza (antiga Paiol, atual Tereza Cristina), São Jorge, São José, São Longuinho, São Paulo (Assembléia), São Sebastião (atual Teodoro Sampaio), Seminário (atual Monsenhor Tabosa), Sena Madureira (antiga Conde d'Eu, Direita dos Mercadores), Senador Alencar (antiga das Horta), Senador Castro e Silva (antiga travessa das Flores), Senador Jaguaribe (antiga gasômetro), Senador Pompeu (antiga Amélia), Sol (atual Costa Barros), Tahuape (Antonio Rodrigues), Trindade (Sólon Pinheiro), Tristão Gonçalves (Alagoinha), Xinchá.

⁴⁶⁵ Beco, Cemitério, Chafariz, Conceição, Lagoa Onça, Matadouro, Mercado, Pajeu, São Luiz, Senador Pompeu, Tavares, Tijubana.



Figura 113: Exercício de reconstituição cartográfica. Fortaleza 1922. Espacialização do perímetro urbano em Fortaleza, segundo a décima urbana de 1922. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta da cidade de Fortaleza de 1922* (Mapa esquemático).

Fonte: Imposto Predial de 1922.

de Fortaleza. Outra constatação é a **ocupação** mais efetiva das áreas destacadas em 1888 (bairros Matadouro, Fernandes Vieira e Outeiro) e as vias radiais - av. João Pessoa (antiga estrada de Arronches), Visconde do Rio Branco (antiga estrada de Messejana). A antiga estrada de Soure (atual Bezerra de Menezes) não fazia parte do perímetro urbano, mesmo estando servida pelos bondes elétricos.

Por outro lado o Imposto Predial de 1922 mostra a ocupação do perímetro urbano de Fortaleza, que continha **sete Boulevards**⁴⁶³, **81 ruas**⁴⁶⁴, **12 travessas**⁴⁶⁵, **uma avenida** (Alberto Nepomuceno, antiga da Ponte), **19 praças**⁴⁶⁶, **duas estradas** (do Cocó, e do Outeiro⁴⁶⁷), **dois povoados** (Mucuripe e Alagadiço) **arraial Moura Brasil**⁴⁶⁸ (388 imóveis), pequenas concentrações **Alto Alegre** (33 imóveis), **Camberinhas** (32 imóveis), **Morro do Moinho** (37 imóveis), **Morro do Croata** (33 imóveis), **Porto das Jangadas** (11 imóveis), **Meiros** (18 imóveis). Notam-se ainda duas estradas remanescentes, a do **Cocó** e a do **Outeiro**, com 29 e nove imóveis respectivamente, enquanto as antigas (Arronches, Messejana)⁴⁶⁹ foram transformadas em *boulevards*. Mesmo assim o perímetro do traçado proposto por Herbster ainda não havia preenchido na sua totalidade.

⁴⁶⁶ Alfândega, Barão de Ibiapaba (atual Cristo Redentor), Benjamin Constant (Filgueira de Mello - antigo Colégio), Caio Prado (Sé), Cel. Teodorico (Alagoinha), Coelhos (polícia Militar), Dr. Jose Julio, (atual Parque das Crianças), Fernandes Vieira, Ferreira, Gal Tibúrcio (na ala sul o Palácio da Presidência), José de Alencar, (antiga Carolina, atual Valdemar Falcão), Livramento, Marques de Herval (Jose de Alencar), Mártires (Passeio Público), São Benedito, Senador Castro Carreira (antiga Campo da Amélia), Senador Machado, Senador Paulo Pessoa (São Sebastião), Visconde de Pelotas, Voluntários.

⁴⁶⁷ Atual Deputado Moreira da Rocha.

⁴⁶⁸ Existiam quatro ruas (rua 1 - Beira Mar, rua 2- Pé4 do Morro, rua 3 - Trilho do Ferro, rua 4- lado da Via Férrea) e três travessas (trav. 1 - atrás da Estação, trav. 2 e trav. 3).

⁴⁶⁹ A Décima Urbana não faz referência à estrada de Soure.

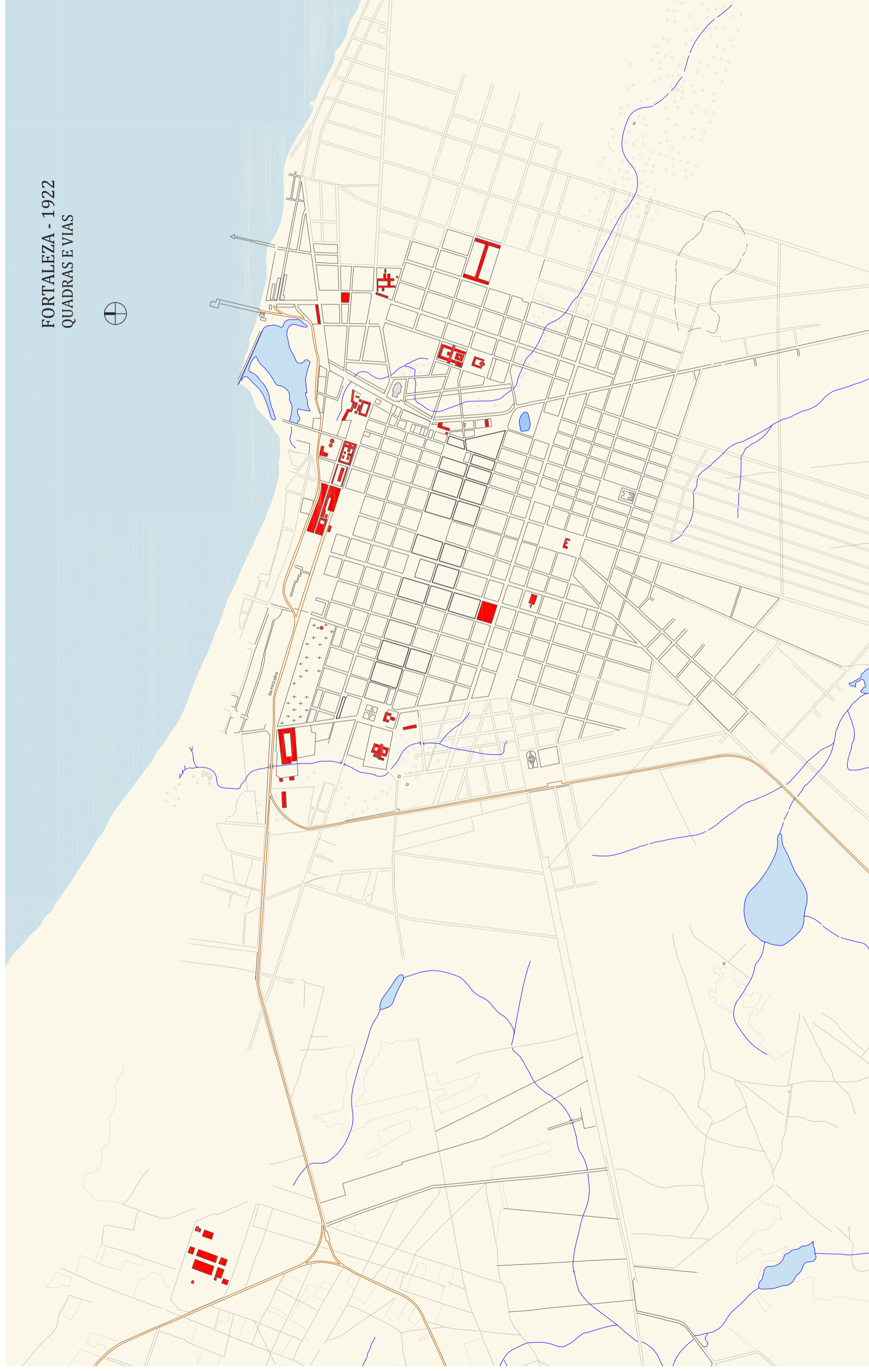


Figura 114: Exercício de reconstrução cartográfica - Fortaleza 1922: quadras e vias. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta da cidade de Fortaleza de 1922* (Mapa esquemático).
Fonte: Imposto Predial de 1922.

— Área de Expansão

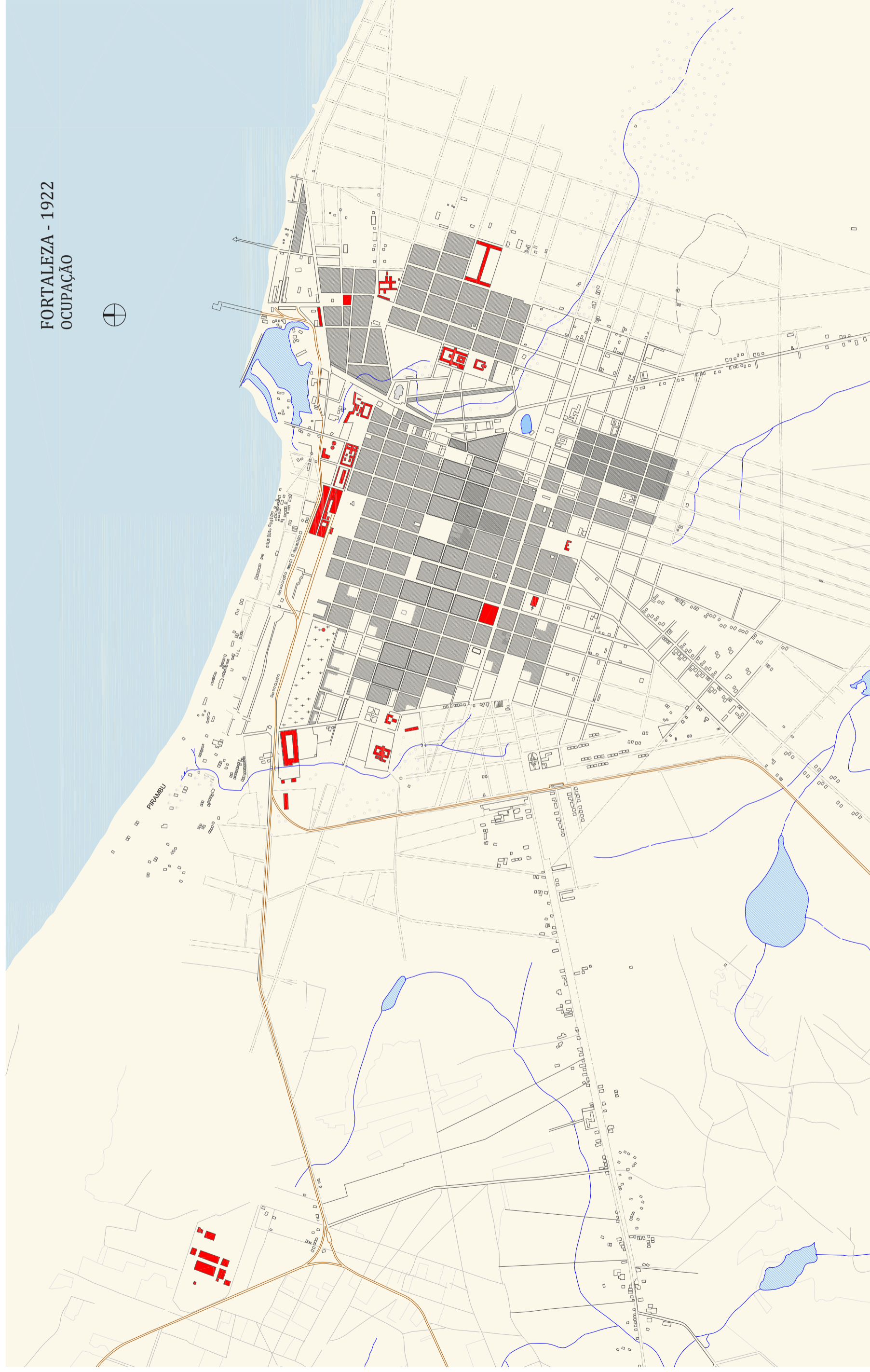


Figura 115: Exercício de reconstrução cartográfica - Fortaleza 1922: Ocupação. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: Planta da cidade de Fortaleza de 1922 (Mapa esquemático). Fonte: Imposto Predial de 1922.

Área de Expansão



Figura 116: Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1920-30: Parcelamento das antigas chácaras de Jacarecanga. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta da cidade de Fortaleza de 1932*. Fonte: Imposto Predial de 1922, Inventários.



Figura 117: Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1922: Praça Fernandes Vieira (atual praça do Liceu) - Jacarecanga - Autora Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta da cidade de Fortaleza de 1932*. Fonte: Imposto Predial de 1922, Inventários.

Confrontando o imposto predial de 1922 com a **Planta** (figura 115) verifica-se que a expansão **oeste** não ultrapassava a praça Fernandes Vieira, entretanto constata-se a mudança dos proprietários das duas antigas chácaras na face oeste da praça. A chacara do intendente Guilherme Rocha é adquirida pelo industrial Cel. Antônio Diogo de Siqueira e o antigo sítio São Luiz passa a pertencer a Dr. Luiz de M. Costa (adquirido posteriormente pelo Cel. Diogo para construir o Asilo de Mendicidade, (figuras 116, 117 e 118) Na face norte da praça, são arrolados três imóveis pertencentes a Dr. Nestor Barbosa Leite (nº 570), a Vicente Ferreira de Ponte (nº 584) e Zacarias Bayma (nº 594). Os outros dois lados (leste e sul) ainda não estavam ocupados, mas logo em 1923 o Grupo Escolar Fernandes Vieira é construído e o serviço de empedramento realizado em 1927. A **rua Guilherme Rocha** (antiga Municipal) que servia de acesso ao bairro totalizava nessa data 53 imóveis (16 no lado par e 37 no ímpar) entre os quais se encontravam alguns palacetes, como “Itapuca Vila”⁴⁷⁰ (nº 375) (Figura 119), pertencente ao comerciante exportador Alfredo Salgado⁴⁷¹. Além deste, na mesma rua havia algumas residências que “se apresentavam à imitação de chalés, outras com torres pontiagudas ou com vãos de esquadrias em circunferência, marcas residuais do floreal” (CASTRO, 1987:235). Algumas famílias destacam-se nessa via: os herdeiros do Dr. Manoel A. S. Torres Portugal; Pedro Filomeno Gomes⁴⁷², Lauro, Lais, Cecil e Lauro Salgado (nº 562); e Dr. Luis de Moraes Correia.

A zona **leste**, com acesso pelo *boulevard* Nogueira Accioly⁴⁷³ (atual Santos Dumont), aparece como uma área de ocupação residencial ainda bastante rarefeita (28 imóveis), seus imóveis conviviam junto a vários sítios, como por exemplo, o de Adolfo Quixada⁴⁷⁴ vizinho ao Castelo do Plácido. Destacam-se na paisagem Colégio Imaculada Conceição, o Colégio Militar⁴⁷⁵ (1919) e o **Palacete do Plácido de Carvalho** (Figura 120) que ocupava a quadra entre as atuais ruas Carlos Vasconcelos, Monsenhor Bruno, Costa Barros e Santos Dumont⁴⁷⁶. O palacete apresentava “*reminiscências de um palazzo comunale italiano, certamente para atender às solicitações nostálgicas da esposa de Carvalho, senhora milanêsa*” (CASTRO, 1987:238). Destaca-se também a residência de **Demonsthenes Brígido** e a antiga casa de chacara de **Antônio Pinto Nogueira Accioly Filho**⁴⁷⁷ encravada no terreno de 500 palmos (110,0m) de largura por 600 palmos (113,0m) de fundos, todo murado, com casa de morada de tijolo e telha, com cata-vento, cacimba, vacaria e mais benfeitorias e servidões, arrematado em 1913⁴⁷⁸. Outros residentes igualmente importante marca o cenário também dessa região: **Antônio Machado Coelho**⁴⁷⁹, **Mirtil Meyer**, **Lazaro Gradvhol** e outros (Figura 121).

Destaca-se ao longo do *boulevard* **Visconde do Cauipe** (antiga estrada de Arronches) uma ocupação mais densa, porém com diferentes tipos de parcelamento fundiário. No início do *boulevard*, próximo à praça de Pelotas, os lotes eram mais amplos, com novo esquema de implantação, recuo no limite lateral, porém conservando o alinhamento da via pública. Como exemplos remanescentes são as duas casas de porão alto⁴⁸⁰ do final do século XIX - a nº 548 (atual nº 1896) de **Manços Valente Cavalcante**, (na época com 53,0 metros de testada, com o imposto predial no valor de 240\$000) (Figura 122) e a de nº 566 (atual nº 1940) de **Neutel Maia** (fachada com adorno listrado, com o valor de 180\$000 réis) (Figura 123). Outros exemplares do final da década de 1920, como o palacete de porão alto na esquina com a rua Dr. Antonio Pompeu (atual nº 1798) pertencente na década de 1930 aos herdeiros **Dr. Meton de Alencar** (Figura 124) e convivem com outras tipologias do lado do sol, marcados por edifícios isolados no centro do lote (Figura 125)



Figura 118: Asilo do Bom Pastor (1928) localizado na Praça Fernandes Vieira. Fonte: Arquivo Nirez.

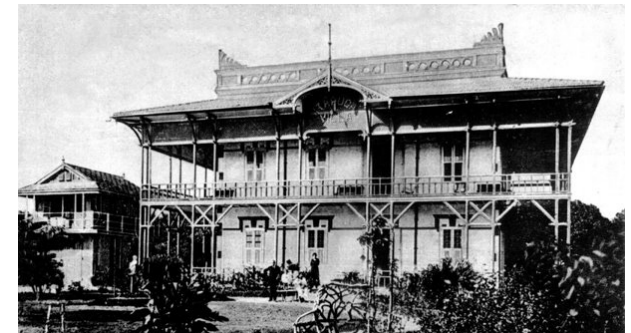


Figura 119: Itapuca Villa nº 375 (nº 1055 em 1936), construída entre 1915-20, na rua Guilherme Rocha, circundada por um amplo jardim “com sintaxe à inglesa”. Fonte: Coleção Nirez.

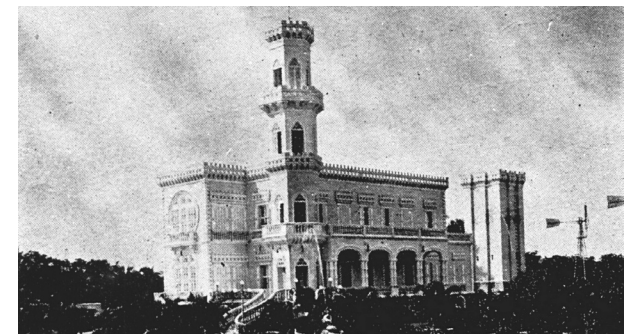


Figura 120: Palacete Plácido de Carvalho localizado nas atuais ruas Carlos Vasconcelos, Monsenhor Bruno, Costa Barros e Santos Dumont. Fonte: Coleção Nirez.

⁴⁷⁰ O número em 1936 era 1055, e o Imposto predial 240\$000

⁴⁷¹ (1855-1947) Filho do português Francisco Luis Salgado.

⁴⁷² Situada na rua Padre Mororó esquina com Guilherme Rocha s/n, logo depois do número 562 e o último imóvel era do Lauro da Rocha Salgado também s/n.

⁴⁷³ Tendo sido realizado as obras de calçamento (1.834,16 m²) no governo do desembargador José Moreira da Rocha em 1925.

⁴⁷⁴ Limitado pela rua Idelfonso Albano até a Carlos Vasconcelos e da Avenida Santos Dumont até à atual Deputado Moreira da Rocha (antigo caminho do Mucuripe).

⁴⁷⁵ Ocupou o Quartel do Batalhão de Segurança, antigo Colégio dos Educandos.

⁴⁷⁶ As ruas Carlos Vasconcelos e Monsenhor Bruno não existiam no Imposto Predial de 1922.

⁴⁷⁷ Filho de Antonio Pinto Nogueira Accioly (1840-1921) e neto do Senador Pompeu.

⁴⁷⁸ Inventário de Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly Filho em 1913.

⁴⁷⁹ Filho do comerciante português no ramo de importação na segunda metade do século XIX. Atualmente proprietário de garage de automóveis “Studebaker”.

⁴⁸⁰ Esses dados foram confrontados com o trabalho do professor José Liberal de Castro (2007:48-49) e o Imposto Predial de 1922.

FORTALEZA - BENFICA - (1920-1932) PARCELAMENTO



LEGENDA

- 1 Chácara do Cel. José Gentil
(atual Reitoria da UFC)
- 2 Parcelamento da chácara do Cel. José Gentil
- 3 Chácara da Família Amaral
- 4 Residência dos padres holandeses do Congresso das Missões
- 5 Igreja dos Remédios
- 6 Chácara Pierrelevée
(antes Manuel José Alpino Pombo, atual Curso de Arquitetura e Urbanismo)
- 7 Chácara Adelaide (Feijó)
- 8 Terreno de Francisco Nunes T. Melo (1893)
- 9 Chácara St. Cloud
- 10 Terras do Coronel Diogo (1922)
- 11 Igreja Otávio Bonfim (N.S. das Dores)
- 12 Usina Gurgel

- Antigos caminhos
- Via Férrea
- ▨ Parcelamento do Cel. José Gentil
- ▨ Parcelamento das antigas chácaras
- Fábricas

Figura 126: Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1920-30: Parcelamento das antigas chácaras do Benfica. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta da cidade de Fortaleza de 1932*.
Fonte: Imposto Predial de 1922, Inventários.

No percurso intermediário, do *boulevard* Visconde do Cauipe observam-se lotes estreitos, ocupados com pequenas casas alinhadas à rua em sua grande maioria, com desenho das platibandas imitando ameias e arcos ogivais nas portas, reminiscências neogóticas. Na parte final do *boulevard* no bairro do Benfica, onde tradicionalmente se implantavam chácaras (Figura 126), surgem alguns exemplares inseridos em grandes lotes: o **Colégio Santa Cecília** nº 910, na antiga chácara correspondendo um quarteirão de terreno, pertencente ao bacharel em Ciências Políticas Carlos Eduardo Saulnier de Pierreleveè (1909)⁴⁸¹. (Figura 127); o Palacete do banqueiro, comerciante coronel **José Gentil Alves de Carvalho**⁴⁸², adquirido da família Garcia (Figura 128) no início do século XX sendo reformado por João Sabóia Barbosa em 1918 (Figura 129); o **Palacete de João Gentil Alves de Carvalho** situado na quadra entre a rua Paulino Nogueira e rua Padre Francisco Pinto (Figuras 130 e 131).

A cidade nessa década inicia também um processo de adensamento na **praia de Iracema**, antiga praia do Peixe, processo acentuado com o prolongamento da linha de bonde na av. Epitácio Pessoa até o casario da Praia. Segundo jornal da época “*arrebalde dos mais populosos, que a esse melhoramento bem fazia jus, sendo uma aspiração louvável dos seus habitantes. E esse desejo a Light, por entre as demonstrações de alegria dos praianos, realizou-o, finalmente*”⁴⁸³. As casas apalacetadas foram sendo erguidas ao longo da “rua beira mar”, denominada “porto das Jangadas”, entre os 11 imóveis nela existente, todas com imposto entre de 42\$000 réis e 240\$000 réis⁴⁸⁴ (Figuras 133, 134 e 135). Uma delas, a “Vila Morena” (atual Estoril) (Figura 136), pertencente ao comerciante pernambucano **José Magalhães Porto**, fazia conjunto com outras de menor porte. Na rua do Calçamento, logo atrás, registram-se 59 imóveis, 20 deles pertencentes ao comerciante Magalhães Porto acima citado. “*Os banhos de mar, ainda de modo reservado, começavam a atrair a população, como forma de lazer coletivo e gratuito, deixando de figurar como tratamento de saúde recomendado pelos médicos*” (CASTRO, 1987:236).

A antiga **estrada do Soure** (atual Bezerra de Menezes), mesmo com a linha de bonde elétrico percorrendo-a em três trechos- Mercado São Sebastião, Igreja São Gerardo, e finalmente até o Colégio Santa Isabel no riacho do Alagadiço Grande - continuava margeada por sítios⁴⁸⁵, permanecendo até 1932 como zona suburbana. O imposto predial de 1922 identifica o “**povoado do Alagadiço**” com 148 imóveis, maior do que os 25 prédios do “**povoado do Mucuripe**”. Em 1924, o prefeito Godofredo Maciel realizou o prolongamento da Avenida Bezerra de Menezes, desapropriando uma faixa de terreno de 2.000 metros de frente por 22,0 metros de fundo.

Na década de 1920, também tem início a construção de vilas para operários por iniciativa das empresas ligadas à indústria têxtil (Figura 137). Observa-se, também, o surgimento de algumas vilas de aluguel, construídas por empreendedores particulares, espalhadas em vários lugares do tecido urbano de Fortaleza (Figura 138). Ambas vão caracterizar um tipo de habitação proletária⁴⁸⁶ posteriormente recorrente.

Assim, pode-se afirmar que uma estrutura espacial estratificada a partir de 1920 já se delineia em Fortaleza, através de espaços específicos para cada grupo social, porém é a década de 1930 que marca a aceleração desse processo.

A superposição dos dados do Imposto predial de 1922 e do Almanaque de 1922-25 à Planta de

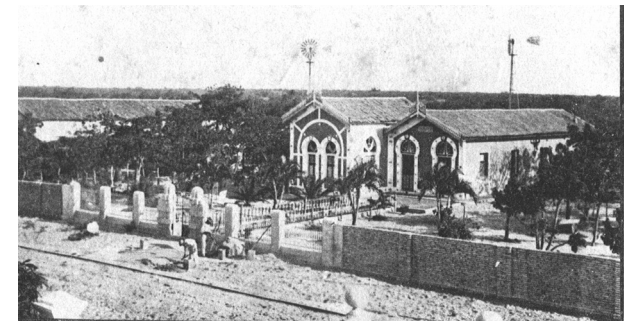


Figura 121: Aspecto do *Boulevard* Nogueira Accioly em torno de 1925, no primeiro plano pequenos chalés e ao fundo os cataventos na paisagem. Fonte: Coleção Nirez.



Figura 122: Casa de porão alto situada no *boulevard* Visconde do Cauipe nº 548 (atual 1896), (antiga Estrada de Arronches), pertencente Manços Valente Cavalcante em 1922. Fonte: Coleção Margarida Andrade.



Figura 123: Casa de porão alto situada no *boulevard* Visconde do Cauipe nº 566 (atual 1940), (antiga Estrada de Arronches), com revestimento listrado, pertencente a Neutel Maia em 1922. Fonte: Coleção Nirez.

⁴⁸¹ Segundo Inventário de 1909, pacote 38. Francisco Andrade Barroso descreve lote por lote sobre o bairro do Benfica no fim da década de 1920.

⁴⁸² Segundo as palavras de Fernando de Castro Lima: recebi o convite do coronel Gentil “para transformar o seu sítio no Benfica na atual Gentilândia. Procedi ao levantamento da área respectiva e projetei as ruas que deviam ser abertas e das praças. Aprovado pelo Cel. Gentil o projeto, dei início aos trabalhos em 1923. Interessante o amor que o Cel. Gentil tinha às mangueiras do seu sítio, mas era preciso derrubar as atingidas pela abertura das ruas projetadas” (LIMA, 1999:33-34). Atualmente funciona a Reitoria da Universidade Federal do Ceará.



Figura 124: Palacete com porão alto, implantado no *boulevard* Visconde de Cauipe (atual 1798) esquina com a rua Dr. Antonio Pompeu. Na década de 1930 pertencia aos herdeiros do Dr. Meton de Alencar.
Fonte: Álbum de Fortaleza de 1931.



Figura 125: Aspecto das residências tipo chácaras pequenas da década de 1920 na Praça de Pelotas.
Fonte: Coleção Nirez.



Figura 127: Aspecto da Av. João Pessoa (antiga Estrada de Arronches) no bairro do Benfica, nota-se a arborização densa dos Palacetes. à esquerda a Escola Santa Cecília e à direita os muros dos Palacetes da família Gentil.
Fonte: Coleção Nirez.



Figura 128: Antiga chácara de Pierreleveè (1909), depois Colégio Santa Cecília, onde funcionou inicialmente o Curso de Arquitetura e Urbanismo.
Fonte: Coleção Nirez.



Figura 129: Família Gentil em frente da antiga chácara no início do século XX.
Fonte: Coleção Nirez.



Figura 130: O novo Palacete do Cel. José Gentil, projeto de João Sabóia Barbosa, 1918.
Fonte: Coleção Nirez.

⁴⁸³ Jornal do Comércio de 24.09.1925, pp.2.

⁴⁸⁴ Imposto Predial de 1922, com apenas uma exceção a casa de João Batista de Carvalho, com o importo de 24\$000.

⁴⁸⁵ No final do século XIX, a margem da estrada de Soure, principalmente do lado norte, existiam vários sítios, com casas de morada, pequenos engenhos para o fabrico de farinha de mandioca, como por exemplo: o sítio agrícola Mortepicú do Barão de Aquiraz, do Raymundo da Paula Ramos, do José Luis Machado, do Antonio Francisco de Góes, do Tenente coronel Fco Xavier de Castro e Silva, do Eduardo Ellery e outros (ESCRITURA DE VENDA, 1889-1892, do 1o Cartório). Em 1931, ainda existia o sítio Mortipicu no bairro São Gerardo (antigo Alagadiço Grande) extremado com o sítio Boatan e Urubú (CARTÓRIO FEIJÓ, SERIE NOTAS, ESCRITURA DIVERSA, Livro 37 de 18.02.1931).

⁴⁸⁶ Ver ANDRADE, 1990.

⁴⁸⁷ Somente a casa exportadora Boris Frères & Cia.

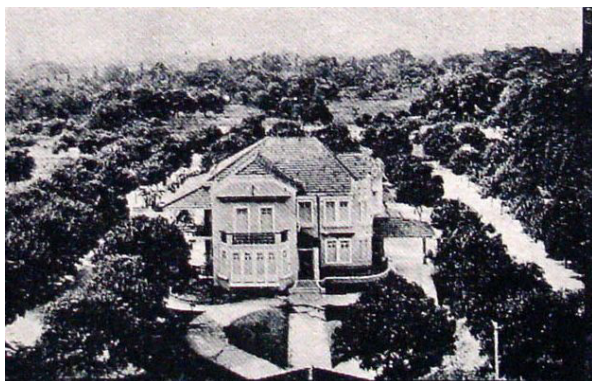


Figura 131: Palacete de João Gentil (filho do cel. Gentil), inserido na quadra entre a rua Paulino Nogueira e rua Pe Francisco Pinto. Observar a concentração da vegetação da antiga chácara.

Fonte: Coleção Nirez.



Figura 132: Palacete de João Gentil (filho do cel. Gentil), em frente a Igreja dos Remédios.

Fonte: Coleção Margarida Andrade.



Figura 133: "Porto das Jangadas" na atual praia de Iracema com seu conjunto das residências, em torno de 1940.

Fonte: Coleção Nirez.



Figura 134: Conjunto das residências localizadas na rua da Beira Mar, atual Praia de Iracema na década de 1930.

Fonte: Coleção Nirez.



Figura 135: Conjunto das residências localizadas na rua da Beira mar (antiga porto das Jangadas) em torno de 1931. À direita a Vila Morena.

Fonte: Coleção Nirez.



Figura 136: Vila Morena antiga residência de José Magalhães Porto.

Fonte: Coleção Nirez.

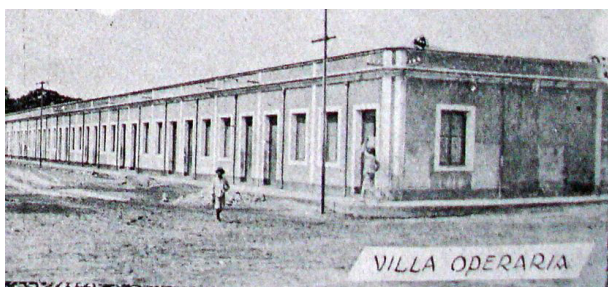


Figura 137: "Vila Diogo" do industrial Antonio Diogo de Siqueira, localizada no boulevard Imperador.

Fonte: Álbum de Fortaleza 1931.



Figura 138: Conjunto de casas de aluguel de propriedade do cel. Francisco Otavio Ferreira Gomes, 1928.

Fonte: Relatório 1934.

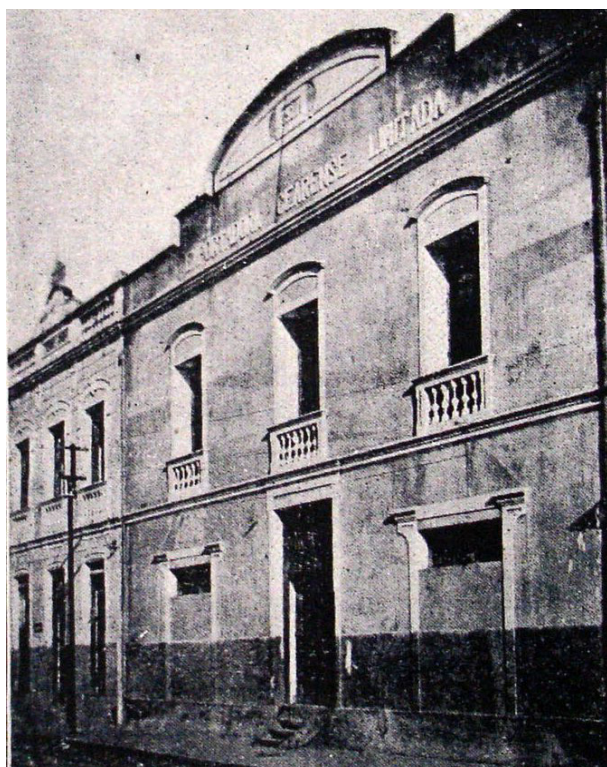


Figura 139: Exportadora Cearense, Ltda., fundada em 1925, firma Antonio Diogo de Siqueira & Filhos, localizada na rua da Alfândega (Dragão do Mar).

Fonte: Álbum de Fortaleza 1931.



Figura 140: Seção marítima de Leite Barbosa & Cia, localizada na Av. Alberto Nepomuceno. Agente de vapores e de Cia de Seguros e estivadores. Fonte: Álbum de Fortaleza 1931.

1922 revela algumas transformações. As ruas relacionadas à **zona portuária** (rua da Alfândega, Boris⁴⁸⁷, José Avelino- (antiga Chafariz)- da Praia, a praça da Alfândega, av. Alberto Nepomuceno e a travessa Chafariz) possui 126 imóveis. A **rua da Praia** (atual Pessoa Anta) concentrava sete imóveis de Gradwohl & Fils, cinco de Salgado Rogers & Cia, quatro da Boris & Frères, e três da Frota Gentil. Compreende também oito armazéns de exportação: Salgado Filho & Cia; Ulisses Borges; Leite Barbosa & Cia G. Gradvhol & Cia; Castelar & Cia; Cia Industrial de Algodão Óleos; Berringer & Cia, Paschen & Cia; e mais o depósito Standart Oil of Brasil. A **rua da Alfândega** contava com 30 imóveis: cinco pertencentes a **Jeremias Arruda**⁴⁸⁸ (nº 39, nº 41, nº 43, nº 49, nº 51 e nº 55); um ao comerciante **José Gentil Alves de Carvalho**⁴⁸⁹ (nº 14); e os dois restantes pertencentes à empresa Boris & Frères (nº 45) e ao empresário Francisco Otávio Ferreira Gomes (nº 47) nelas reuniam-se alguns importadores e exportadores: J. Lopes & Cia. e Jeremias Arruda. Na rua **José Avelino**, o maior proprietário é Boris & Frères, com nove imóveis (nº 87, nº 89, nº 97, nº 99, nº 101, nº 103 nº 105 e nº 117), seguido da Baronesa de Ibiapaba (com três imóveis), a da Gradwohl & Fils (com dois) e da Frota Gentil (somente um). Na **praça da Alfândega**, observa-se o surgimento de novos proprietários: do lado oriental os nove imóveis existentes pertenciam ao banqueiro José Gentil Alves de Carvalho; e do lado sul, os imóveis pertenciam ao industrial Antônio Diogo de Siqueira, a ali funcionava a Usina de beneficiamento de algodão e Óleos “Miriam”. Na **travessa do Chafariz**, foram arrolados 31 imóveis; na **avenida Alberto Nepomuceno** (22 imóveis) e o imposto mais caro, 1.860\$000, pertence ao imóvel do Frota & Gentil nela agrupavam-se as Companhias de Seguro Great American de Neu York, Cia Internacional de Seguros, Sul América Terrestre, o armazém de sal e os Armazéns de exportação (A. D. Siqueira, Barbosa & Cia, Costa Lima & Myrtil, Deodato e Gonçalves & Cia). Dos proprietários registrados na zona portuária: Boris & Frere possuía 14 imóveis, José Gentil Alves de Carvalho, 11; Gradwohl & Fils, nove; Jeremias Arruda, seis; Antonio Diogo de Siqueira, cinco, Baronesa de Ibiapaba, três (Figuras 139, 140, 141, 142 e 143). Isto atesta que investimentos no setor imobiliário eram prósperos também nessa área portuária.

A planta com a reconstituição do tecido urbano da área central⁴⁹⁰ em 1922 (Figura 144), revela a ampliação da área comercial nas ruas Floriano Peixoto, Major Facundo e entre as ruas Pedro



Figura 141: Armazéns Costa Lima & Myrtil localizado na Av. Alberto Nepomuceno.

Fonte: Álbum de Fortaleza 1931.



Figura 142: Armazém de exportação da firma Salgado Filho & Cia localizado na Av. Alberto Nepomuceno.

Fonte: Álbum de Fortaleza 1931.



Figura 144: Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1922: Recorte espacial na cidade de Fortaleza – usos. Autora: Margarida Andrade. Mapa Base: *Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engo da provincia e Archo apoentado da Camara Municipal, 1888.* Fonte: Imposto predial, 1922, Décima urbana, 1922, Almanaque 1922.

LEGENDA

- | | | | | |
|-------------------|------------------|--------------------------|--------------------------|----------------------------------------------------|
| Uso institucional | Casas de palha | 1 Artigos Bélicos | 6 Assembléia Legislativa | 11 Quartel do 11º Batalhão de Infantaria |
| Uso residencial | Linha dos bondes | 2 Quartel Policial | 7 Mercado Público | 12 Tribunal de Relação do Ceará |
| Uso comercial | Praças | 3 Igreja N.S. do Rosário | 8 Sé | 13 Tesouraria Geral |
| Uso misto | | 4 Paço Municipal | 9 Tesouraria | 14 Telégrafo Terrestre |
| | | 5 Câmara Municipal | 10 Telégrafo Submarino | 15 Estação Central da Estrada de Ferro de Baturité |
| | | | | 16 Teatro José de Alencar |
| | | | | 17 Prefeitura Municipal (1928) |



Figura 143: Armazéns Costa Lima & Myrtil localizado na Av. Alberto Nepomuceno.

Fonte: Álbum de Fortaleza 1931.



Figura 146: Loja de Modas e confecções – Torre Eiffel de Paulo Moraes & Filho, situada na rua Major Facundo, 1930.

Fonte: Coleção Nirez.



Figura 145: Rua Major Facundo.

Fonte: Coleção Nirez.



Figura 147: Cartão postal por volta de 1925. trecho da antiga rua Formosa, atual Barão do Rio Branco, quase na rua Guilherme Rocha, sentido do Passeio Público. Destacam-se a variedade de casas de duas, três e quatro portas com vergas retas, arcos ogivais e pleno.

Fonte: Cartão Postal por volta de 1925, GERODETTI, 2004:198.

⁴⁸⁸ Segundo Castro, Jeremias Arruda eram um comerciante dedicado à exportação de “produtos regionais comprados diretamente dos produtores” (2007:6), como couros, borracha, algodão, fibras, ocupando o sobrado no 41 com o escritório da Empresa. Pagava como contribuição do imposto predial dessa área o valor de 402\$000 réis.

⁴⁸⁹ Comerciante matriculado, industrial e proprietário da Casa Bancária Frota & Gentil.

⁴⁹⁰ Composta das ruas: Floriano Peixoto, Major Facundo, Barão do Rio Branco, Senador Pompeu, General Sampaio e 24 de maio.

Apresenta também uma expansão comercial no sentido oeste, além da rua Barão do Rio Branco, principalmente no comércio de secos e molhados: Senador Pompeu (19), General Sampaio (oito) e 24 de maio (10), atingindo fora desse perímetro os *boulevards* Imperador (11), Visconde do Rio Branco (22), Visconde do Cauipe (12) (Figura 145, 146 e 147).

3.5.5 RECONSTITUIÇÃO DA ÁREA URBANIZADA EM 1931-32

A **Planta de 1931/32** é um levantamento preciso da ocupação da cidade entre 1888 e 1932, identificando-se a zona comercial, a central, a urbana e a suburbana, segundo o Decreto nº 70, de 13 de dezembro de 1932. Constitui a **zona central** a área limitada pelas ruas João Moreira, 24 de maio, avenida Duque de Caxias, Visconde do Rio Branco, ruas Sena Madureira, Conde d'eu e Avenida Alberto Nepomuceno. A **área comercial** concentra-se nas ruas João Moreira, Barão do Rio Branco, Av. Duque de Caxias e Floriano Peixoto, Pedro Pereira, prolongamento das ruas da Assunção e Liberato Barroso (projetados), ruas Floriano Peixoto, Pedro Borges, Sena Madureira, Conde d'Eu, Castro e Silva e Floriano Peixoto até a rua João Moreira, bem como nas quadras norte e sul da praça Visconde de Pelotas. A **zona urbana**⁴⁹¹ também foi definida na planta de 1932 (Figura 148). É interessante destacar o fato de que a antiga **estrada do Soure** continua sendo **área suburbana**, mesmo com a linha de bonde elétrico percorrendo-a até o Alagadiço

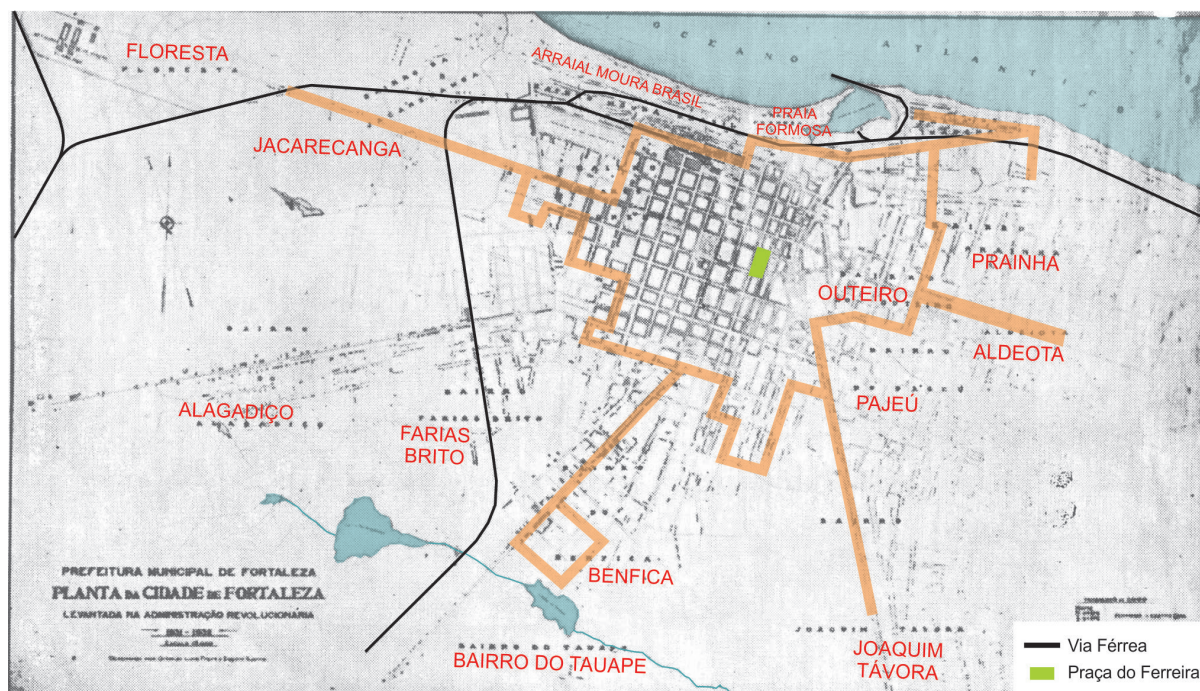


Figura 148: Espacialização do perímetro urbano em Fortaleza, segundo o Código Municipal da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: "Planta da cidade de Fortaleza levantada na Administração Revolucionária, PMF".

Na planta de 1932 evidencia-se o início de novos loteamentos, transpondo a área planejada por Herbster, principalmente ao longo das duas radiais - av. Demonstenes Rockert (antiga caminho do Urubu) e a antiga estrada do Soure (atual av. Bezerra de Menezes) (Figura 149).

Constatam-se os novos loteamentos, transpondo a área planejada por Adolpho Herbster em 1863. Exemplos disso são os dois empreendimentos do final da década de 1920: o **Loteamento Floresta**,

⁴⁹¹ Constitui a área compreendida entre os limites da zona central, rua dos Ararius, orla oceânica, ruas Barão do Rio Branco, Adolfo Caminha, Senador Pompeu, Senador Jaguaribe, General Sampaio, Joao Moreira, 24 de maio, Castro e Silva, Padre Mororó e Guilherme Rocha, praça Fernandes Vieira, ruas Liberato Barroso, Padre Mororo, Meton de Alencar, Santa Tereza, Antonio Pompeu, Tristão Gonçalves, Domingos Olímpio, da Assunção, Avenida Visconde do Rio Branco, rua Rocha Lima, Avenidas D. Luiz e Santos Dumont, ruas D. Leopoldina, tenente Benévolo, Senador Almino e Avenida Pessoa Anta, até a rua dos Ararius e mais os seguintes trechos: Avenida Francisco Sá até a passagem do ramal Baturité, rua Juvenal Galeno até a mesma passagem férrea, avenida Visconde do Cauipe, Gentilândia contornada pelas ruas 13 de maio, Rodolfo Teófilo, Paulino Nogueira, Julio Cesar e Adolfo Herbster: toda a avenida João Pessoa (antiga Estrada de Arronches e Visconde do Cauipe) e Avenida Visconde do Rio Branco e Santos Dumont até o fim da linha de bonde.

de propriedade **Boris Frères Cia Ltda** (Figura 150), fora do perímetro urbano; e o parcelamento da **Chácara Iracema**, no Bairro São Gerardo, de propriedade do Cel. **José Gentil Alves de Carvalho** (Figura 151). Ambos os casos foram projetados por Fernando Lima.

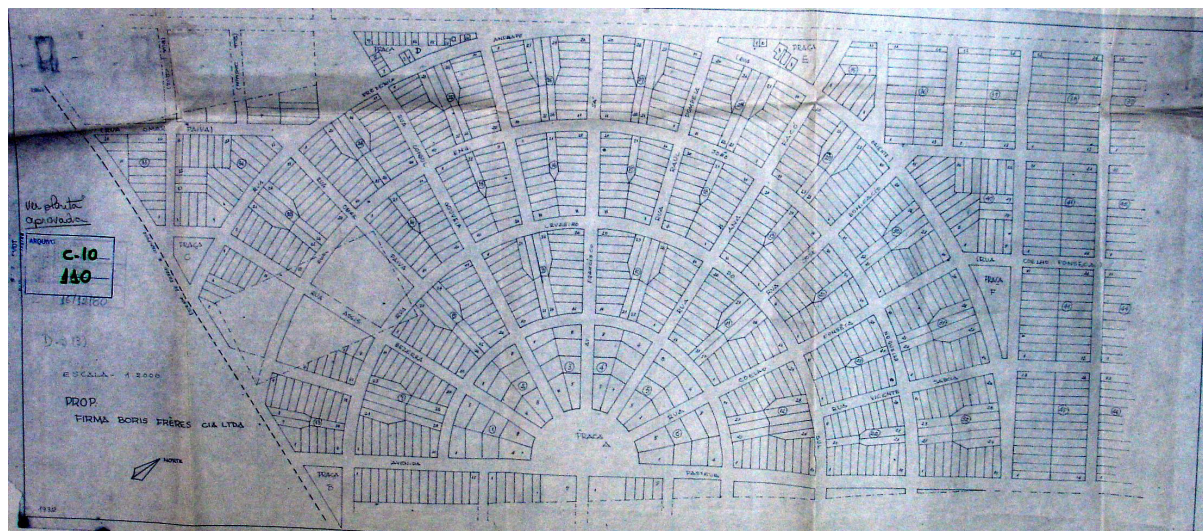


Figura 150: Parcelamento de um terreno no lugar da Floresta, zona oeste da cidade, de propriedade de Boris Frères Cia Ltda. na década de 1930, de acordo com o projeto de Fernando Lima.
Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza.

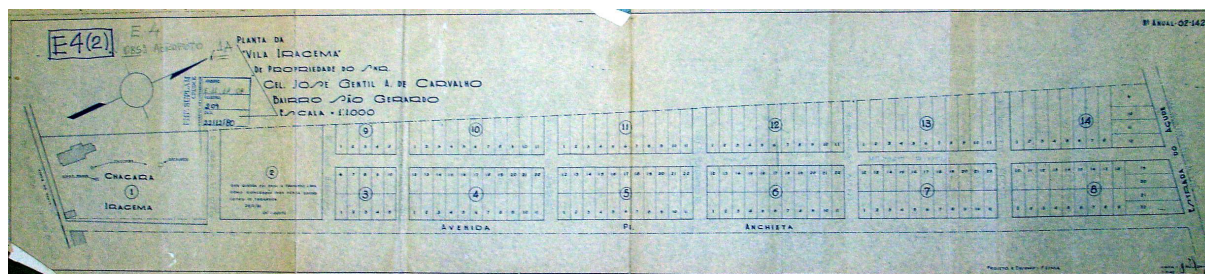


Figura 151: Parcelamento da Chácara Iracema (Vila Iracema) na década de 1930, propriedade de José Gentil Alves de Carvalho, de acordo com o projeto de Fernando Lima.
Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Segundo depoimento do agrimensor,

Fui encarregado [pelo Cel Gentil] de transformar o terreno no Alagadiço, onde agora existe a “Casa dos Cegos”, que tinha de fundos mais de 900 metros em um loteamento que se chamou de Vila Iracema. O primeiro quarteirão ficaria anexo à Casa dos cegos, o segundo onde nasce o riacho Alagadiço Grande, passaria a ser meu como pagamento dos 3 contos de réis relativos aos meus trabalhos de agrimensura. Esse terreno seria loteado e vendido para completar a quantia de trinta contos de réis (LIMA, 1999:34).

Em 1933, o Imposto Predial incidirá sobre o valor locatício dos prédios de modo diferenciado: 1- prédios ocupados por hotéis, bares, restaurantes, cafés e pensões, nas zona central, urbana e



Figura 149: Exercício de reconstrução cartográfica - Fortaleza, 1932: quadras e vias, destacado as zonas: comercial, central e urbana. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta da cidade de Fortaleza de 1932 e 1945*. Fonte: Código Municipal, Decreto 70, 13.12.1932/ Imposto Predial de 1934.

suburbana 13%; 2- prédios alugados e prédios ocupados por estabelecimentos comerciais, ainda que pelo proprietário, nas zonas central, urbana e na parte pavimentada da zona suburbana 12%, na parte não calçada da zona suburbana 10%; 3 – Prédios residenciais ocupados pelo proprietário, nas zonas central, urbana e na parte pavimentada da zona suburbana 6% e na parte não calçada da zona suburbana 4%.

Nessa década, identifica-se um crescimento de bairros residenciais em torno da praça Fernandes Vieira (Jacarecanga), Aldeota, Outeiro, Benfica. A praça **Fernandes Vieira** é um exemplo de propagação desse processo (Figura 152). No final da década de 1920, acelera-se o parcelamento do solo junto a avenida Tomaz Pompeu (antigo *boulevard* Jacarecanga e atual Av. Filomeno Gomes), na avenida Demóstenes Rockert ⁴⁹² (5 de Julho e atual Francisco Sá), e entre a praça e o riacho Jacarecanga, compondo “*um conjunto que se destacava dos demais bairros da cidade, constituído por edificações realizadas consoante as inúmeras variações formais do ecletismo arquitetônico*” (CASTRO, 1987:235) (Figura 153). Na recém-aberta avenida Rockert encontram-se as residências dos industriais do setor têxtil **Pedro Filomeno Gomes** (nº1770) e **José Pinto do Carmo** (nº1946) e do engenheiro **Thomaz Pompeu Sobrinho** (nº1801) (Figura 154), do empresário de ônibus **Oscar Pedreira** (nº 1849) (Figura 155), do ex-prefeito **Raimundo Girão** (nº2052), de **Luis de Moraes Correia** (nº 1733)⁴⁹³, entre outros. Outras casas são implantadas em lotes maiores, ao longo da avenida Thomas Pompeu (Figura 156), a de **Raimundo Brasil Pinheiro de Mello** (nº 836) (Figura 157), do **Juracy Moura** (nº 802), do **Dr. Francisco Ayres Coelho Cintra** (nº 778), de **Aristides Capibaribe** (nº 742), de **Miguel Jorge Rabay** (nº 704). Na praça Fernandes Vieira, na face oeste só existiam dois imóveis, a residência de Meton de Alencar (nº 946) (Figura 158), e o Asilo do Bom Pastor; já na face norte observa-se um desmembramento dos lotes, entre 1922 e 1934, de três para cinco, o de **Zacarias Bayma** divide em dois (nº 1664 e nº 1690⁴⁹⁴), como também o de Nestor Barbosa Leite (nº 1624 e nº 1606⁴⁹⁵). No lado leste só existia o Grupo Escolar Fernandes Vieira (1923).

Outros pontos da cidade foram também ocupados, como por exemplo uma parte do bairro do **Benfica**, denominada Gentilândia, após o parcelamento da chácara do comerciante e banqueiro coronel José **Gentil** Alves de Carvalho (1866-1941), iniciado da década de 1920⁴⁹⁶ pelo topógrafo Fernando Lima (LIMA, 1999:34) (Figura 159). Compreendida, ao oeste, pela av. Visconde do

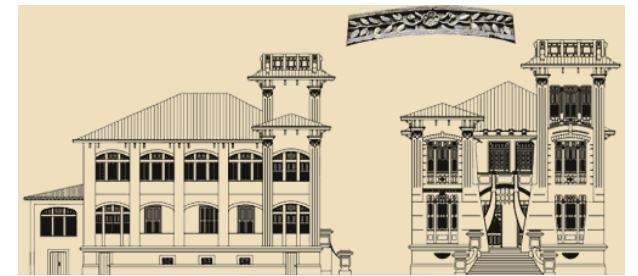


Figura 154: Desenho e fachada do palacete do engenheiro Thomaz Pompeu Sobrinho um dos exemplares da arquitetura Art Nouveau (1929).

Fonte: <http://www.ofipro.com.br/trabalhos/htmls/tomazpompeu.htm>



Figura 155: Palacete Oscar Pedreira (Aristides Capibaribe) situada na Avenida Filomeno Gomes.

Fonte: Coleção Nirez.



Figura 156: Avenida Tomaz Pompeu (antiga boulevard Jacarecanga, atual Filomeno Gomes).
Fonte: Coleção Nirez.



Figura 157: Residência de Raimundo Brasil Pinheiro de Mello, avenida Thomas Pompeu no 836.
Fonte: Coleção Nirez.

⁴⁹² Prolongamento da rua Guilherme Rocha.

⁴⁹³ Segundo dados da Décima urbana de 1934.

⁴⁹⁴ Pertencente ao Dr. Pedro Sampaio (Décima urbana de 1934).

⁴⁹⁵ Pertencente ao Dr. José Pompeu Pinto Accioly, no arrolamento estava fechada (Décima urbana de 1934).

⁴⁹⁶ Notam-se na comparação das plantas da cidade (1932 e 1945) alterações do projeto original.



Figura 158: Palacete Meton de Alencar Gadelha (1930).
Fonte: Álbum de Fortaleza, 1931.



Figura 160: Espacialização do perímetro das terras do coronel José Gentil, denominada Gentilândia. Autora: Margarida Andrade.
Fonte: Fotografia aérea de Fortaleza, na década de 1930.



Figura 162: Matadouro Modelo de Fortaleza, 1926.
Fonte: Álbum de Fortaleza 1931.

⁴⁹⁷ A Lei 1.116 de 9 de setembro de 1913- “*autoriza a Intendencia a vender o terreno onde se acha o matadouro publico, logo que tenha adquirido outro*”, mas somente em 29 de dezembro de 1924 a Lei Municipal autoriza o contrato de construção. As obras foram iniciadas em março de 1925. O interventor Fernandes Távora autoriza a Prefeitura rescindir o contrato pelo Decreto de 28 de abril de 1931, conseqüentemente a Prefeitura assume a direção do Matadouro.

⁴⁹⁸ Tauape, desmembrado do Sítio Aguanambi, em 1791, foi vendido ao padre vigário da Vila de Arronches, Manuel Francisco Rodrigues da Cunha (BEZERRA DE MENEZES, 1992:156).

Cauipe (antiga estrada de Arronches, atual Av. da Universidade), ao leste, pela rua Marechal Deodoro (antiga estrada do Gado), ao norte, pela atual av. 13 de maio, ao sul pela rua Adolpho Herbster “*Logo depois dessas ruas começava uma grande área coberta de capim onde se encontrava a Lagoa do Tauape, alimentada pelo riacho do mesmo nome procedente das bandas do bairro do Parangabuçu e outros menores que se formavam na época do inverno*” (SILVA, 2010:13) (Figura160).



Figura 161: Desenho da Vila Santo Antonio pertencente a Imobiliária Jose Gentil situada na Gentilândia.
Fonte: Coleção Margarida Andrade.

A Imobiliária José Gentil S/A (1933) construiu varias tipos de casas para alugar, “*todas possuíam água encanada, esgoto e outros serviços básicos de qualidade funcionando. Para isso havia uma administração central [...] que dispunha de uma equipe de operários especializados para realizar os serviços relacionados com a manutenção e serventia das casas*” (SILVA, 2010:15). A figura 161, mostra o desenho da fachada da vila de aluguel denominada Santo Antonio.

No Bairro do **Outeiro** (Aldeota) foram abertas pela Prefeitura três ruas, denominadas pela Câmara, Monsenhor Bruno Figueiredo, Dr. Carlos Vasconcelos e Dr. Leonidas Porto, nas quais já existiam varias construções.

Enquanto isso, num processo tímido, a população mais pobre se estabelece nas proximidades da linha férrea nos bairros de Jacarecanga e Farias Brito, acentuando uma tendência já observada no sentido sudoeste. Do mesmo modo, cresce a ocupação da faixa litorânea próxima à linha do trem, com a presença de barracos que começam a ser levantados no arraial do Pirambu, à medida que “*o regime de propriedade da terra não exerceu função restritiva à ocupação daquela área, onde foi se formando a favela do Pirambu, a maior da cidade*” (SOUZA, 1978:79). Essa nova solução habitacional desenvolve-se a partir de 1930 e caracteriza-se por invasões e o não reconhecimento da propriedade da terra. Assim surgem as favelas do Cercado de Zé Padre (1930), Mucuripe (1933) e Lagamar (1933) (SOUZA, 1978:89).

Mesmo assim, a zona oeste em torno da praça Fernandes Vieira ainda permanece por bom tempo um reduto da população das camadas altas, mas certamente esse fenômeno se altera com a implantação das industrias e das vilas operárias ao longo da av. Rockert (atual Francisco Sá).

Quanto ao bairro da Aldeota, gradativamente, “*a alta burguesia passaria a construir em direção ao leste, bem longe do centro, das fábricas e dos pobres, criando um novo espaço de diferenciação social, tentando marcar o seu prestígio e aprendendo tropeçadamente uma certa arte de viver*” (LINHARES, 1992:201).

Observa-se na reconstituição da planta de **ocupação** de 1932 o deslocamento do Matadouro⁴⁹⁷ da antiga Estrada de Soure (atual Bezerra de Menezes) para a antiga Estrada de Pacatuba, no lugar



Figura 152: Exercício de reconstrução cartográfica - Fortaleza, 1932: ocupação, destacado o perímetro urbano. Autora Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta da cidade de Fortaleza de 1932*. Fonte: Código Municipal, Decreto 70, 13.12.1932/ Imposto Predial de 1934.



Figura 153: Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza, 1932: praça Fernandes Vieira, Jacarecanga. Autora Margarida Andrade.

Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.*

Fonte: Código Municipal, Decreto 70, 13.12.1932/ Imposto Predial de 1934, Almanaque de 1932.



Figura 159: Exercício de reconstituição cartográfica de Fortaleza: Gentilândia, 1932.

Fonte: Código Municipal, Decreto 70, 13.12.1932/ Imposto Predial de 1934, Almanaque de 1932.

denominado Tauape⁴⁹⁸. O “Matadouro Modelo”, foi obra realizada pelos capitalistas **Antonio Diogo de Siqueira, Arthur Themoteo, Abel Ribeiro** e outros com menores ações, na administração do desembargador José Moreira da Rocha e do prefeito Godofredo Maciel, segundo a Lei nº 126, de 29 de dezembro de 1924. Segundo relatório à Câmara “a Prefeitura prestou mão forte, atendendo às exigências de higiene e às necessidades que se faziam sentir de um melhoramento de tão grande vulto [...] sem falar na solidez e ótima localização do edifício (PMF, 1927) (Figuras 162 e 163).

A **zona central** da cidade, a partir de 1918, não foi alvo praticamente de alterações, entretanto “os sobrados oitocentistas, guardando ainda harmoniosa volumetria, aparecem revestidas de roupagem nova, de acordo com os ditames da **arquitetura eclética**, cujo ciclo histórico então se encerrava” (CASTRO, 1977:39) (Figuras 164, 165 e 166). A primeira “*cirurgia urbana*” na área central da cidade realiza-se somente em 1933, quando o Decreto nº 99 determina o prolongamento da rua das Trincheiras (atual Liberato Barroso) até a rua Floriano Peixoto. Somente na administração de Tibúrcio Cavalcante (1931-33) e Raimundo Girão⁴⁹⁹ (1933-34) será esboçado o primeiro plano de remodelação idealizado pelo arquiteto pernambucano Nestor de Figueiredo.

O Código Municipal de 1932 (Decreto nº 70) favorece o processo de verticalização na área comercial. Enquanto a zona central se “verticaliza”, a expansão urbana se amplia em novos bairros e se intensifica ao longo dos antigos caminhos, atuais vias radiais- Visconde Cauípe (antiga estrada de Arronches, atual Av. da Universidade) e Visconde do Rio Branco. Não se pode deixar de destacar a relação entre o crescimento dos bairros operários, Jacarecanga e Farias Brito, e a localização das duas fábricas - São José e Usina Gurgel - no bairro da zona oeste.



Figura 163: Matadouro Modelo de Fortaleza inaugurado, 1926. Fonte: Álbum de Fortaleza 1931.



Figura 164: Rua Major Facundo no sentido do Passeio Público, 1940. Fonte: Coleção Nirez.



Figura 166: Vista aérea da área central de Fortaleza. Fonte: Coleção Nirez.



Figura 165: Rua Barão do Rio Branco (antiga rua Formosa) em torno da década de 1930. Fonte: Coleção Nirez.

⁴⁹⁹ Já ocupava o cargo interinamente desde 1o de dezembro de 1932.

⁵⁰⁰ Código Municipal – Decreto no 70 de 18 de dezembro de 1932.



Figura 167: O primeiro "arranha céu" da área central de Fortaleza - Excelsior Hotel (1928-31).
Fonte: Coleção Nirez.



Figura 168: Edifício dos Correios e Telégrafos, (1932-34).
Fonte: Coleção Nirez.



Figura 169: Espacialização dos principais edifícios da cidade - Fortaleza, 1930. Autora: Margarida Andrade.
Fonte: Foto aérea em torno de 1930/ Almanagues/ Décima urbana, 1922.

LEGENDA

1 Praça dos Voluntários	6 Assembléia Provincial	11 Cine Moderno	■ Praças
2 Igreja Presbiteriana	7 Prefeitura e Câmara	12 Excelsior Hotel	■ Institucional
3 Palácio do Governo	8 Clube Iracema	13 Praça Marquês de Herval	■ Lazer e Serviços
4 Igreja do Rosário	9 Praça do Ferreira	14 Teatro José de Alencar	■ Religioso
5 Praça General Tibúrcio	10 Cine Majestic	15 Praça de Pelotas	— Vetores

Somente a partir da década de 1930 “a aplicação do concreto armado tornou-se prática usual nas construções de Fortaleza” (DIÓGENES, 2010:104), surgindo a modernização no campo da arquitetura, com a participação dos engenheiros locais e as mudanças na legislação por meio do novo Código Municipal de 1932⁵⁰⁰. Algumas modificações são introduzidas no aparato de controle urbanístico e edilício do Estado, e nessa época se começa de forma mais incisiva a legislar acerca do zoneamento, da ocupação do solo, do uso do concreto armado e do registro de títulos profissionais por parte dos construtores.

Os art. 63 e 66 do Código de Obras de 1932 determinam

Art. 63 - Somente se concederá registro de título:

- a) aos engenheiros civis, militares, arquitetos e equiparados, que apresentarem diploma passado pelas escolas superiores do país, ou do estrangeiro, oficialmente reconhecidas;
- b) aos mestres de obras que provarem sua capacidade para exercer a profissão, com títulos de institutos nacionais ou estrangeiros, oficialmente reconhecidos no Brasil;
- c) aos mestres de obras sem título, eu tenham demonstrado capacidade na execução

de obras no Município e evidenciarem em exame especial feito na Prefeitura a competência necessária ao exercício da profissão.

Art. 66 - Para as construções com estrutura metálica ou as em concreto armado e para as edificações de vulto, que possam comprometer a segurança pública ou particular, só poderão ser admitidos como construtores os profissionais a que se referem a alínea a do art. 63.

No início da década de 1930 a área central passa por um processo de remodelação e verticalização⁵⁰¹, já percebida na década anterior. O primeiro “arranha-céu” da cidade, com oito pavimentos, foi o **Excelsior Hotel** (1928-31) (Figura 167), substituindo o sobrado do comerciante Coronel Machado⁵⁰², localizado na praça do Ferreira esquina com Guilherme Rocha. Com “*estrutura constituída por pilares, vigas e lajes executados com trilhos de trem foi reforçada posteriormente com uma amarração de concreto armado calculada pelo engenheiro Archias Medrado*” (DIOGENES, 2010:101). É considerado por Liberal de Castro como “*a grande realização final do ecletismo arquitetônico no Ceará*” (CASTRO, 1987:243). Essas primeiras tentativas de verticalização, principalmente na área central, são consequência direta de alguns fatores: a legislação, a tecnologia estrutural, o surgimento do elevador na cidade e a especulação imobiliária. Outro edifício desse período (1932-34) foi o dos Correios e Telégrafos (Figura 168) localizado na praça dos Correios⁵⁰³, apresentando “*um volume único, bem a gosto Déco, com pátio central a partir do primeiro pavimento, condizente com as preocupações em garantir iluminação e ventilação a todos os ambientes, já presentes no Código Municipal de 1932*” (BORGES, 2006:107).

A área central, no entanto, continuou polarizando a maioria das atividades urbanas: o comércio, os serviços, as instituições civis e religiosas (Figura 169).

Nesta fase de modernização, no que se refere à utilização do concreto armado, embora as primeiras realizações do Estado tenham sido anteriores à década de 1930, pode-se afirmar que o marco foi a construção do Pavilhão da Oficina do Urubu (RVC) em 1931, na zona oeste da cidade, calculado pelo engenheiro Emílio Baumgart. Nota-se também a presença de jovens engenheiros construtores: (Alberto Sá⁵⁰⁴, Sylvio Jaguaribe Ekman, Waldir Diogo Siqueira⁵⁰⁵); atuando ao lado dos práticos “licenciados” que receberam o título de arquiteto construtor (Clovis Janja, Emílio Hinko⁵⁰⁶) e outros construtores e empreiteiros que continuaram construindo a arquitetura da cidade. (Edificadora do Norte Ltda⁵⁰⁷, Hinko & Fabrício, Vicente Alexandre Ferreira & Filho Jacinto Matos, L. Gonzaga F. da Silva, João Oscar, Lourenço Justiano Sousa, e José Francisco e José Nogueira) (IMPOSTO PREDIAL, 1932 e ALMANAQUE, 1932). Em 1933 foi criado o estatuto da Imobiliária José Gentil S/A, tendo como maior acionista **José Gentil Alves de Carvalho** (24.000 ações)⁵⁰⁸.

O engenheiro-arquiteto **Silvio Jaguaribe Ekman** (1901-68) contribuiu na modernização material de Fortaleza “*aperfeiçoando os processos construtivos e a mão-de-obra local*” (DIOGENES, 2010:107) e construindo vários projetos importantes na cidade, inclusive na área central (Edifício Carneiro,

⁵⁰¹ Vale destacar que esse momento é diferente do anterior pela linguagem “moderna” e pelo uso do concreto armado.

⁵⁰² Um dos primeiros sobrados com três andares, construído em 1825.

⁵⁰³ A antiga praça da Carolina depois de 1933, após a remoção dos mercados do ferro, foi sendo ocupada por alguns edifícios: Correios e Telégrafos, Banco do Brasil e o Palácio do Comércio, formando pequenas áreas verdes denominadas praça dos Correios e praça Waldemar Falcão.

⁵⁰⁴ Diplomado pela Escola de Engenharia, Minas e Metalúrgica de Ouro Preto, Minas Gerais.

⁵⁰⁵ Filho do industrial Antonio Diogo de Siqueira. Recém-formado na Politécnica da Bahia, em 1932 retorna imediatamente para Fortaleza.

⁵⁰⁶ Arquiteto húngaro, estabeleceu-se em Fortaleza em 1929. Realizou vários projetos: Base Aérea de Fortaleza, Casa do Estudante, Clube Iracema, Hospital de messejana, Igreja dos Missionários, Igreja São Pedro, Jockey Clube Cearense, Náutico Atlético Cearense, várias casas na Aldeota, Jacarecanga, Floriano Peixoto, Av. da Universidade.

⁵⁰⁷ Segundo o Álbum de Fortaleza de 1931, esta companhia foi instalada de 22 de setembro de 1930. Visava a fomentar a economia entre as classes menos favorecidas, facilitando-lhes a aquisição de casas para moradia, por meio de módicas prestações mensais. Explora também o “Plano Título”, de sua propriedade, autorizado e fiscalizado pelo Governo Federal, conforme Carta Patente no 91, emitindo Títulos Nominativos para venda a prestações, mediante sorteio, de móveis e imóvel, com resgate garantido, a partir do segundo ano de vigência.

⁵⁰⁸ Diário Oficial de 23 de dezembro de 1933.



Figura 174: Vista da face oeste (rua Major Facundo).
Fonte: Coleção Nirez.



Figura 175: Vista da face leste (rua Boa Vista).
Fonte: Coleção Nirez.

⁵⁰⁹ “Chamavam de largo das Trincheiras ou Feira Nova para diferenciar da Feira Velha (Praça da Carolina) pois vendia produtos advindos de Messejana e Parangaba” (ADERALDO, 1989:45). Em 1842 foi denominada de Pedro II, do Ferreira em 1871 e Municipal em 1890.

⁵¹⁰ “Portas, em fala fortalezense, designavam portas e também janelas. Na verdade, uma ‘casa de duas portas’ era, de fato, uma ‘casa de porta e janela’. Esses tipos de casas térreas conheceram disseminação nacional, embora recebessem nomenclatura que variava com os locais (CASTRO, 2007:20).

⁵¹¹ Onde funcionava o edifício do Ensino Mútuo, depois Guarda Civil, foi demolido em 1918 para no local ser construído o Palacete Ceará.

⁵¹² Residência do coronel Maximiano Barroso, no4, livraria de Joaquim José de Oliveira, no10, residência de Francisco Parrillo Fernandes Bastos, no14, altos, residência e comércio de Manuel Nunes de Mello, no18, botica do farmacêutico Pedro Nogueira Borges da Fonseca, no24, todos do lado oeste.

Casa Parente, loja A Cearense, Jangada Clube, Edifício Prudência e outros). O arquiteto-húngaro **Emilio Hinko** realizou também vários projetos espalhados na cidade: (Base Aérea de Fortaleza, Casa do Estudante, Clube Iracema, Hospital de Messejana, Igreja dos Missionários, Igreja São Pedro, Jockey Clube Cearense, Náutico Atlético Cearense, varias casas na Aldeota, Jacarecanga, Floriano Peixoto, av. da Universidade).

3.6 A PRAÇA DO FERREIRA, SEUS PROPRIETÁRIOS E USUÁRIOS

Para o entendimento das mudanças e exame da dinâmica do mercado imobiliário ao redor da praça do Ferreira, recorreu-se mais uma vez às Décimas Urbanas, aos almanaques, as plantas, reconstituindo-se lote a lote o perfil das edificações e as mudanças realizadas tanto pelo poder publico como pela iniciativa privada. Esta espacialização das informações baseou-se na metodologia de pesquisa de Beatriz Bueno, elegendo-se este pedaço da cidade como “*uma metonímia, em que a parte explica a dinâmica do todo*” (2008:117).

A área em torno da praça do Ferreira passou gradativamente por várias mudanças de uso, tipologias, finalidades e proprietários, como também por vários melhoramentos realizados por intendentess e prefeitos. **A primeira maior interferência realizada na praça do Ferreira**, outrora denominada Largo das Trincheiras⁵⁰⁹, depois D. Pedro II (1842), foi à eliminação do **beco do Cotovelo** realizada pelo Boticário Ferreira, permitindo a redefinição do seu perímetro, conforme explicado no capítulo anterior (Figura 34). Em 1850 a praça Pedro II (atual Ferreira) ainda predominava o uso residencial, conforme se pode observar na figura 170.

Até 1902, a praça era “*cercada de copadas mongubeiras, [...] não era revestida sequer de um calçamento tosco. Prestavam-se essas arvores ao mister de postes para amarrar animais, dos comboios que traziam, para os negociantes dali, mercadorias do sertão* (GIRÃO, 1959:195), tendo no centro uma cacimba publica. Na Décima Urbana de 1872, foram inventariados 51 imóveis para fins de tributação, dos quais 17 eram residências, 27 edifícios comerciais, quatro edifícios de uso misto e três institucionais, definindo-se assim como uma área com 52,94% de imóveis comerciais (Figura 171). A listagem da décima, lote a lote, revela um **comércio** diversificado, predominando tavernas (nove), loja de fazendas (cinco), boticas (duas), tipografia, escritório, livraria, galeria fotográfica, loja de louça, açougue, oficina de latoeiro e funileiro. Dos quatro imóveis de uso misto, três eram sobrados com lojas no térreo e residência no pavimento superior (Figura 172).

Na reconstituição dos lotes destaca-se a seguinte **divisão fundiária**: lotes largos na face oeste, com imóveis de três a cinco portas⁵¹⁰ (possibilitando uma futura verticalização), lotes bastante estreitos na face leste predominando casas de duas portas, com exceção do lote da esquina da rua Boa Vista com a rua Municipal⁵¹¹ (Figuras 173, 174 e 175).

Quanto à **finalidade**, em 1872, 42 imóveis estavam alugados e apenas nove eram de uso próprio⁵¹², incluindo a Câmara e o Ensino Mútuo. Quanto à **tipologia**, em torno da praça, existiam sete sobrados,



Figura 170: Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza: uso da praça Pedro II, 1850. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972.

LEGENDA

- Uso institucional
- Uso residencial
- Uso comercial

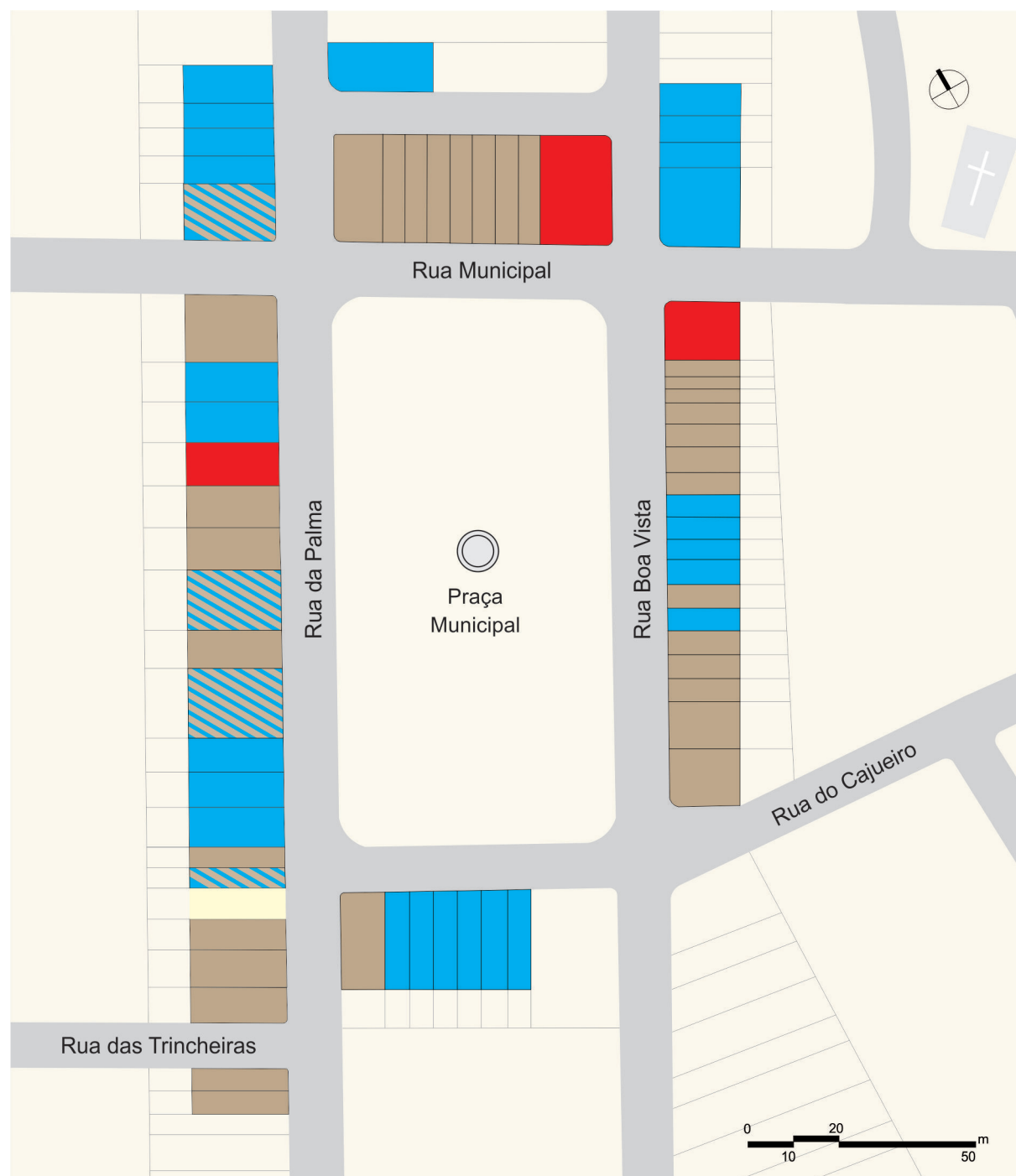


Figura 171: Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza: uso da praça Municipal, 1872. Autora: Margarida Andrade.
 Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*.
 Fonte: *Décima urbana, 1872* / *Almanaque 1870* / *Jornal Constituição, 1872* / GIRÃO, 1959 / ADERALDO, 1989.

LEGENDA

- | | |
|-------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|
| ■ Uso institucional | ■ Não identificado |
| ■ Uso residencial | ○ Cacimba |
| ■ Uso comercial | |
| ■ Uso misto | |

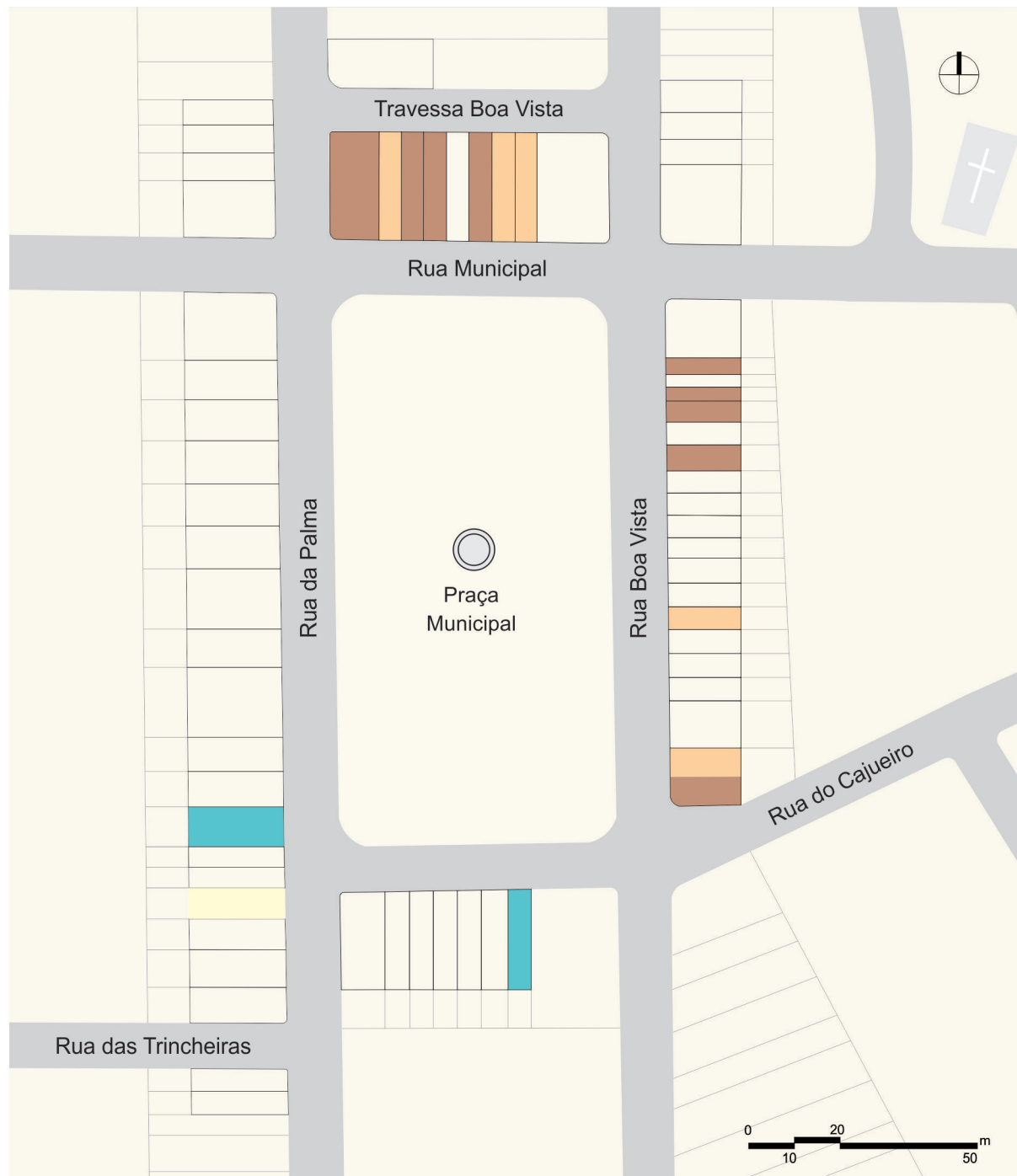


Figura 172: Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza: uso comercial da praça Municipal, 1872. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*. Fonte: *Décima urbana, 1872/ Almanaque 1870/ Jornal Constituição, 1872/ GIRÃO, 1959/ ADERALDO, 1989*.

LEGENDA

- Boticas
- Tavernas
- Lojas de fazendas
- Não identificado
- Cacimba

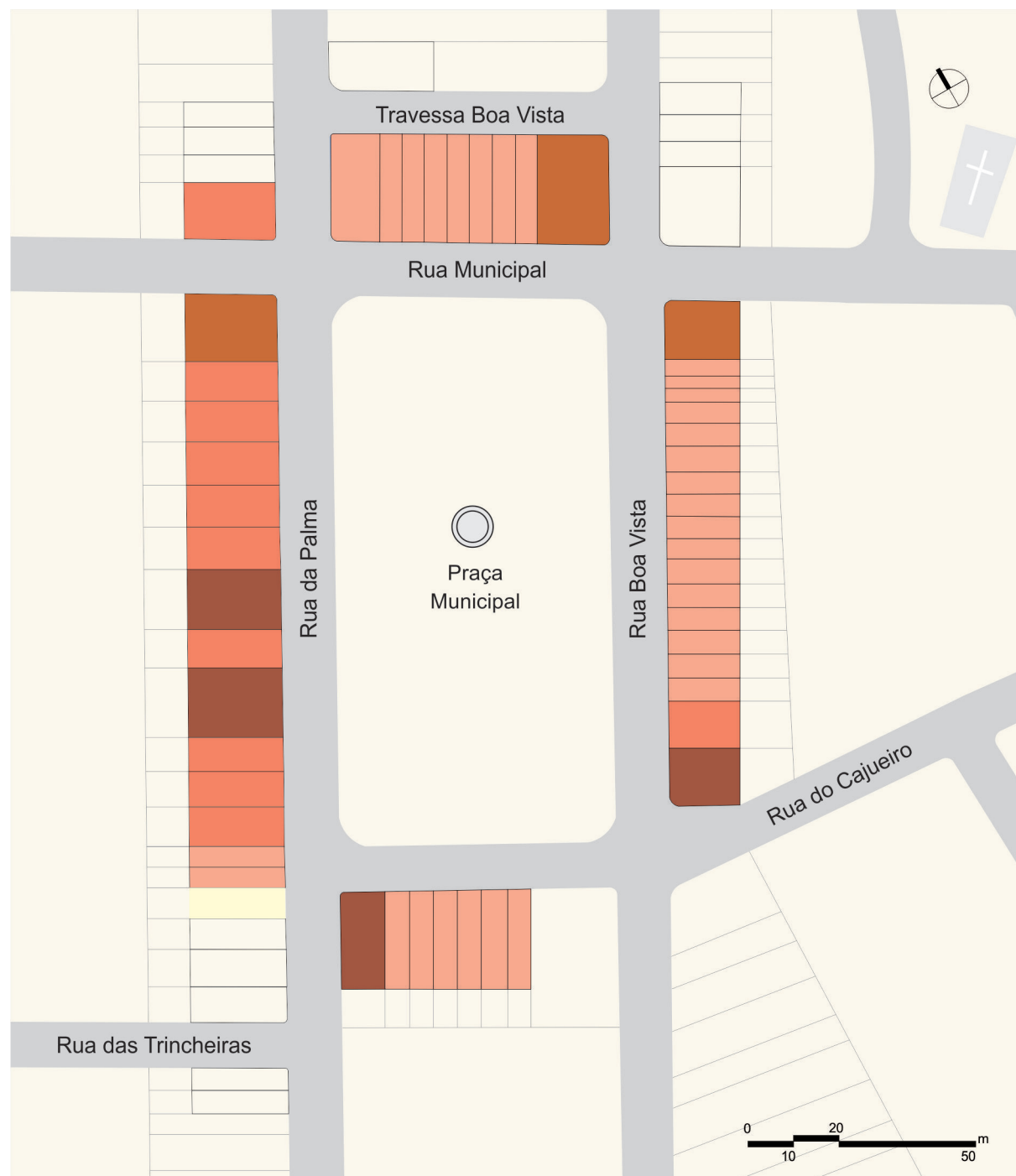


Figura 173: Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza: número de portas dos imóveis ao redor da praça Municipal, 1872. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*. Fonte: *Décima urbana, 1872/ Inventários/Livros de notas*.

LEGENDA

 2 Portas	 Não identificado
 3 Portas	 Cacimba
 4 Portas	
 5 Portas	

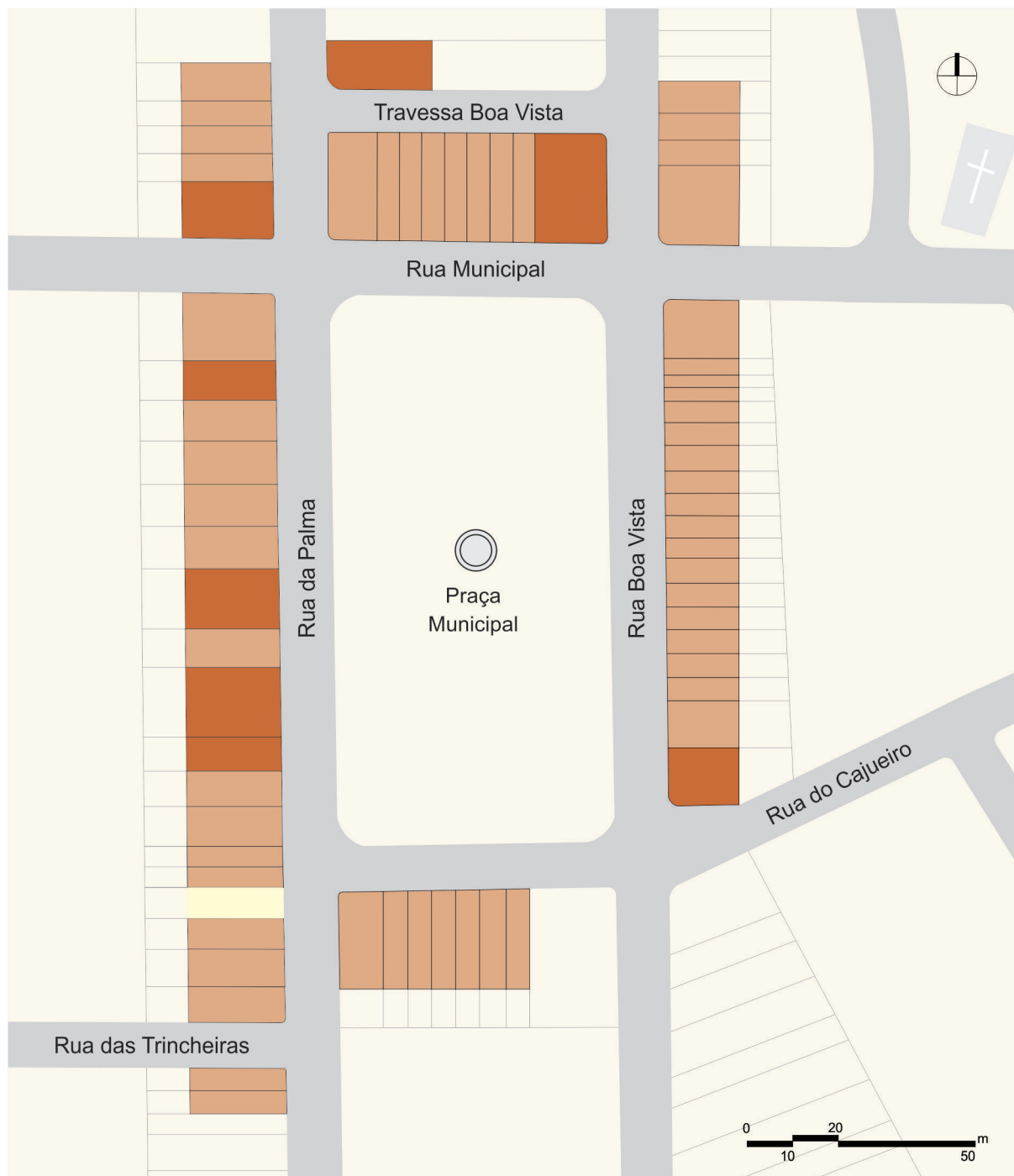


Figura 176: Exercício de reconstituição cartográfica de Fortaleza: tipologias dos imóveis ao redor da praça Municipal, 1872. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*. Fonte: *Décima urbana, 1872/ Inventários/Livros de notas/ ADERALDO, 1989*.

LEGENDA

- Sobrados
- Casas térreas
- Não identificado
- Cacimba

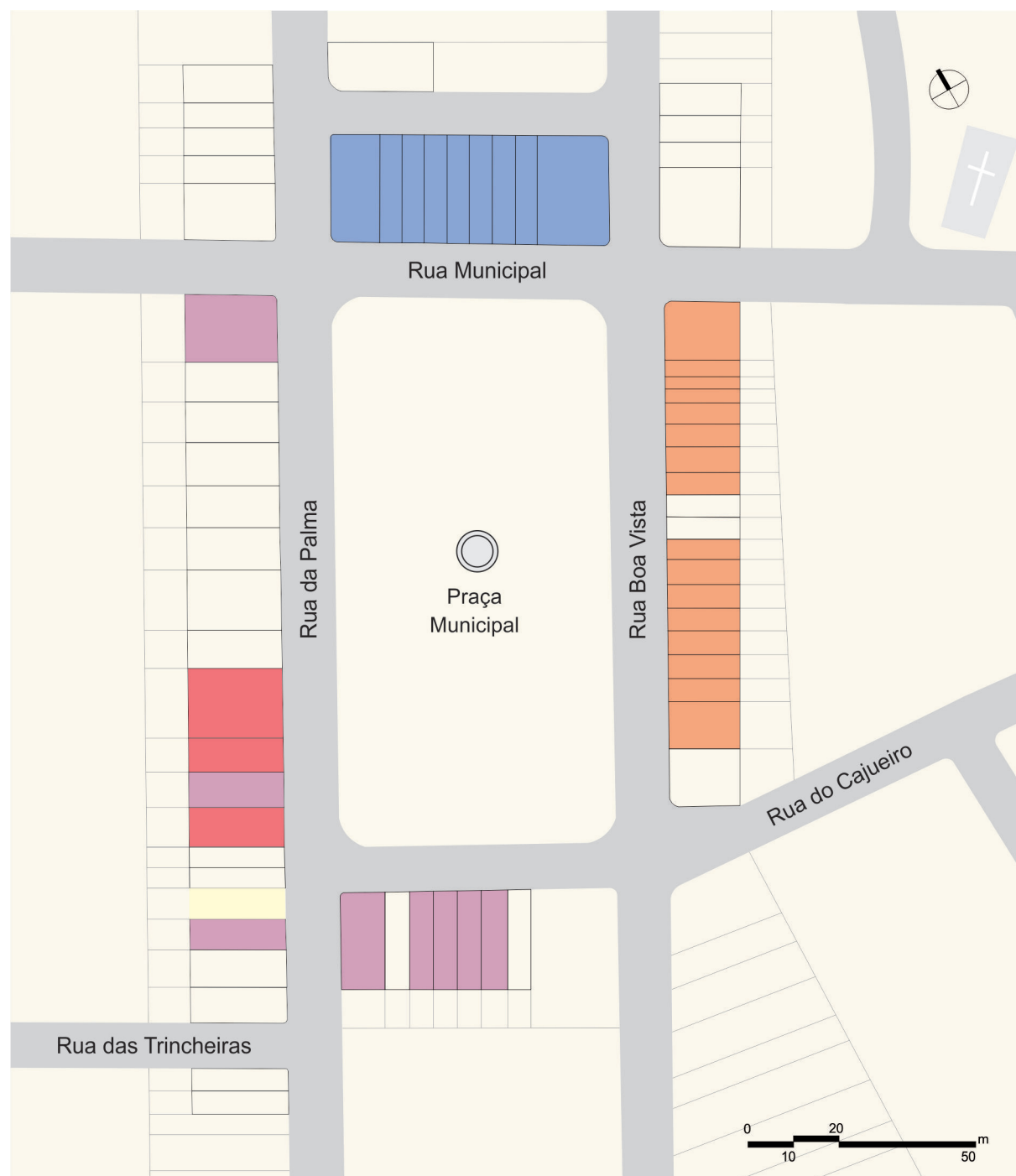


Figura 177: Exercício de reconstituição cartográfica de Fortaleza: grandes proprietários dos imóveis ao redor da praça Municipal, 1872. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*. Fonte: *Décima urbana, 1872/ Almanaque 1870*.

LEGENDA

■ Câmara	■ Não identificado
■ Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira)	○ Cacimba
■ José Martiniano Alencar (Herdeiros)	
■ Manuel Nunes de Mello	

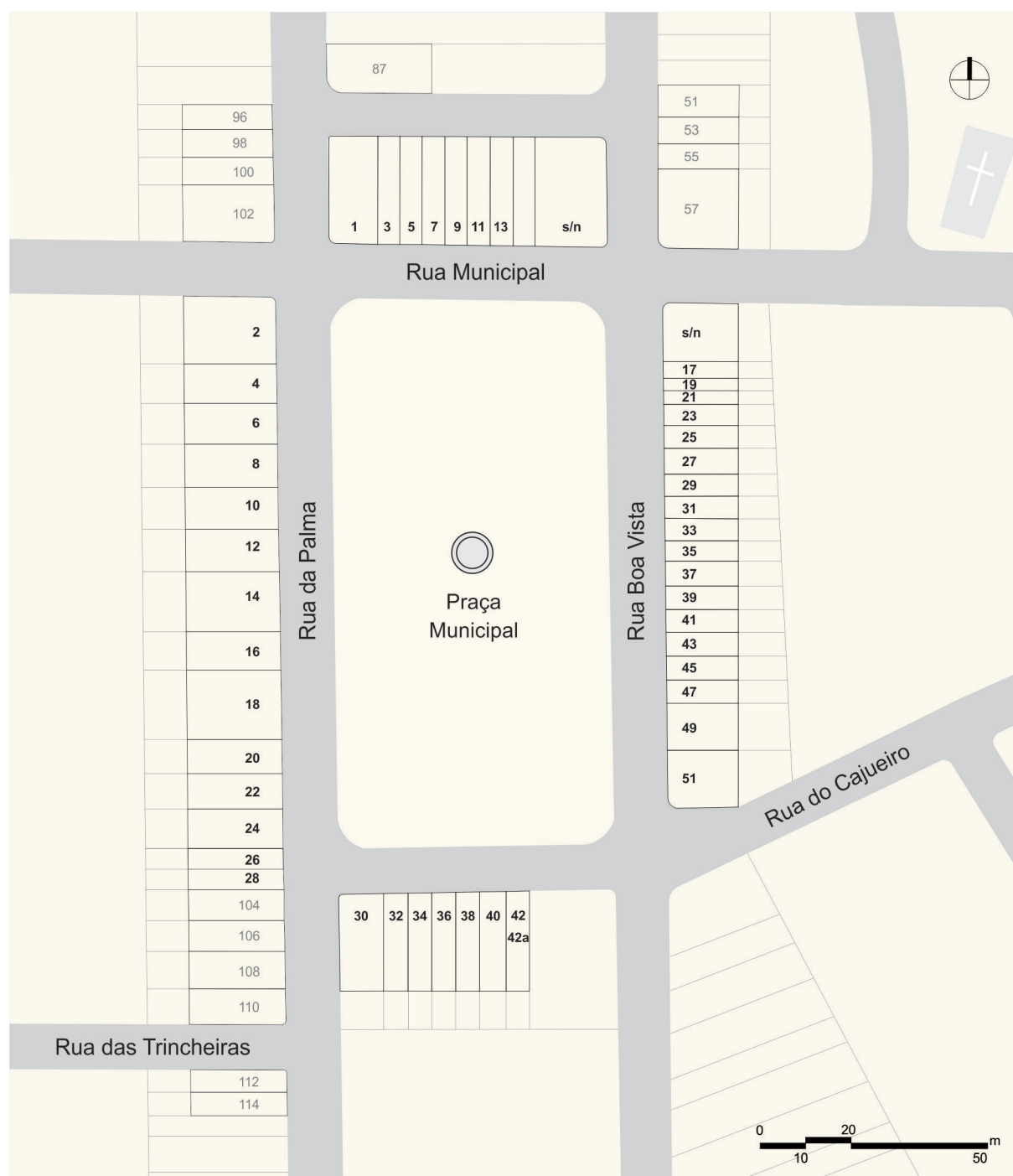


Figura 178: Exercício de reconstituição cartográfica de Fortaleza, 1872: numeração, lotes, proprietários e usos da praça Municipal, 1872. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*. Fonte: *Décima urbana, 1872/ Almanaque 1870*.

LEGENDA



- 96. Barão de Aquiraz
- 98. José Maximiano Barroso
- 100. Manuel da Costa Moura Bravo
- 102. Coronel José Antônio Machado - Residência (do dono) - Alto, e Colégio Cearense - Baixo.

- 2. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira) - Loja de Fazenda (Manuel de Moura Rolim & Sobrinho)
- 4. Cel. José Maximiano Barroso - Residência (do dono)
- 6. herd. Manuel da Costa Moura Bravo - Residência (José Nicolau Afonso Maia)
- 8. José Oriano Menescal - Colégio Cearense
- 10. Joaquim José de Oliveira - Livraria (do dono)
- 12. Francisco Ferreira Borges - Tipografia Juvenal Galeno
- 14. Fco. Paurillo Fernandes Bastos - Residência - Alto (do dono) e escritório - Baixo (Dr. Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos)
- 16. Antônio Gonçalves da Justa Araújo - Taverna
- 18. Manuel Nunes de Mello - Residência e comércio (do dono)
- 20. Manuel Nunes de Mello
- 22. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira)
- 24. Farmacêutico Pedro Nogueira Borges da Fonseca - Botica (do dono)
- 26. Manuel Nunes de Mello - Residência (Antônio Nunes de Mello)
- 28. Manuel Nunes de Mello

- 30. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira) - Loja de Fazenda (Manuel Nunes de Melo)
- 32. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira)
- 34. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira) - Residência
- 36. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira) - Residência
- 38. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira) - Residência
- 40. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira) - Residência
- 42. Pulcheria Izabel Teófilo - Residência
- 42a. Pulcheria Izabel Teófilo - Residência

- 104. Não identificado
- 106. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira)
- 108. Luis do Carmo - Livraria (José Maria Martins)
- 110. Julia Máxima Mendes - Galeria Fotográfica (Leal & Cia.)
- 112. Manuel Duarte Pimentel - Taverna
- 114. Não identificado

- 87. Manuel Francisco da Silva Albano - Residência

- 1. Câmara Municipal - Taverna
- 3. Câmara Municipal - Loja de Fazenda (Paulino Félix Bezerra)
- 5. Câmara Municipal - Taverna
- 7. Câmara Municipal - Taverna
- 9. Câmara Municipal - Armazém de Secos e Molhados (Singlehust & Cia.)
- 11. Câmara Municipal - Taverna
- 13. Câmara Municipal - Loja de Fazenda
- s/n. Câmara Municipal - Sede

- 51. Felícia Joaquina Dutra Macedo - Residência
- 53. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira) - Residência
- 55. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira) - Residência
- 57. Jacó Ferreira da Costa - Residência

- s/n. Ensino Mútuo
- 17. herd. José Martiniano de Alencar - Taverna
- 19. herd. José Martiniano de Alencar - Loja de Louças (João de Costa Bastos)
- 21. herd. José Martiniano de Alencar - Secos e Molhados (João Evangelista Barbosa)
- 23. herd. José Martiniano de Alencar - Taverna
- 25. herd. José Martiniano de Alencar - Quitanda
- 27. herd. José Martiniano de Alencar - Loja de Fazendas (Raimundo Toquarto de Araújo)
- 29. Victoriano do Rego Toscano de Brito - Latoeiro (Máximo & Freitas)
- 31. Victoriano do Rego Toscano de Brito - Funileiro (Rodrigues & Freitas)
- 33. Joaquim Bento de Andrade - Taverna
- 35. herd. José Martiniano de Alencar - Residência
- 37. herd. José Martiniano de Alencar - Residência
- 39. herd. José Martiniano de Alencar - Residência
- 41. herd. José Martiniano de Alencar - Residência
- 43. Joaquim Bento de Andrade - Taverna
- 45. Joaquim Bento de Andrade - Taverna
- 47. herd. José Martiniano de Alencar - Açougue (Pedro Rodrigues Cordeiro)
- 49. Luiza Amanda Rodrigues
- 51. Luiza Amanda Rodrigues - Taverna



Figura 179: O Café do Comércio, situado na esquina noroeste da praça do Ferreira, 1908. Fonte: Álbum de Fortaleza de 1908.



Figura 180: O Café Java, situado na esquina nordeste da praça do Ferreira, 1908. Fonte: Álbum de Fortaleza de 1908.

havendo uma concentração na rua da Palma (atual Major Facundo), permanecendo praticamente com este perfil até 1917 (Figura 176). Dos imóveis registrados, os herdeiros do Senador Alencar (José Martiniano de Alencar) possuíam 11; a Câmara Municipal, nove; o Barão de Aquiráz (Gonçalo Batista Vieira), sete; Manuel Nunes de Mello, quatro; Pulcheria Izabel Teóphilo, Luiza Amanda Rodrigues, Victoriano do Rego Toscano de Brito e Joaquim Brito de Andrade, dois cada um. Os outros três proprietários restantes possuíam somente um imóvel cada qual (Figuras 177 e 178).

Na Décima Urbana de 1890, cresce o número de imóveis arrolados para 55, como resultado das subdivisões, visando ao funcionamento de mais de um negócio na mesma edificação- n^{os} 28/28^a, 30/30^a, 53/55, e da nova construção como no caso do edifício n^o 44. Totalizam assim 42 edifícios comerciais, três residências, cinco imóveis de uso mistos e duas instituições, crescendo os imóveis comerciais de 52,19% para 76,36% num período de 18 anos (Figura 183 e 184). A listagem da Décima revela uma alteração no uso **comercial** com um aumento de duas boticas para cinco e de cinco lojas de fazenda para nove. Desapareceram as tavernas e surgiram lojas de molhado (7), Armazéns (4), alfaiates (2), tipografia, escritório, livraria, galeria fotográfica, loja de louça, açougue, oficina de latoeiro e funileiro (Figura 185). Dos imóveis mistos três eram sobrados com lojas no térreo e residência no pavimento superior. Quanto aos **proprietários**, observa-se uma redução no numero de imóveis de alguns deles - os herdeiros do Barão de Alencar (José Martiniano Alencar) passam de 11 para três; Manuel Nunes de Mello de sete para quatro, Barão de Aquiráz (Gonçalo Batista Vieira) de oito para sete. Por outro lado a Câmara Municipal mantém nove edificações e surgem novos donos com dois imóveis cada um- Pulcheria Izabel Teóphilo, Luiza Amanda Rodrigues, Victoriano do Rego Toscano de Brito e Joaquim Brito de Andrade. Os três proprietários restantes (três) possuíam somente um imóvel cada um (Figuras 186).

O intendente Guilherme Rocha, em 1902, transformou o areal num jardim cercado com grades de ferro na área central (Figura 188 e 189), “em forma de paralelogramo cortado por duas alamedas em cruz” (ADERALDO, 1989:13). Esse espaço foi denominado Jardim 7 de Setembro⁵¹³, onde os cafés estendiam suas mesas e cadeiras. No centro, um catavento puxava água para molhar os canteiros e 28 lampiões a gás os iluminavam.

Confrontando as Décimas Urbanas de 1872 e 1890, constata-se que o aluguel de alguns imóveis diminuíram de preço: n^o 2 (100\$000 para 75\$000), n^o 42 (60\$000 para 42\$200), n^o 33 (80\$000 para 20\$000), porem os imóveis mais caros situavam-se, ao longo dos anos, na face oeste (lado da sombra)(Figura 190).

A partir de 1896, foram construídos quatro quiosques de madeira nos quatro cantos da praça, denominados: **Café Comércio** (no canto noroeste), **Café Java** (no canto nordeste), **Café Iracema** (no canto sudoeste) e **Café Elegante** (no canto sudeste) (Figura 179, 180, 181 e 182). Na face norte, entre os dois cafés, uma guarita servia de posto fiscal da Ceará Light. Nota-se também o percurso norte - sul dos bondes puxados a burro circulando na rua Boa Vista.

Por volta de 1911, a praça não possuía mais nenhum edifício residencial (Figura 191). Dos imóveis **comerciais** constata-se uma grande diversificação de uso - farmácias (seis, fábricas

⁵¹³ As praças de Fortaleza ao serem urbanizadas recebiam dois nomes, o da Praça e do jardim.

⁵¹⁴ Chapéu de Sol, Cigarro, Refinação (2) e Refinação e Torrefação (1).

⁵¹⁵ O primeiro cinema fixo de Fortaleza, o Cinematográfico Art Nouveau, (1908-1914) de propriedade do italiano Victor di Maio, localizado no canto sudoeste da praça. Outro cine-teatro é o Polytheama do empresário José de Oliveira Rola. <http://www.memoriadocinema.com.br/>.

⁵¹⁶ O edifício do Ensino Mútuo passa a ser ocupado pelo Posto Policial.

⁵¹⁷ O responsável técnico holandês John Petter Bernard chega a Fortaleza para instalar a Empresa Telefônica por iniciativa empresarial de Confúcio Pamplona. Sua inauguração acontece em 10 de setembro de 1891.

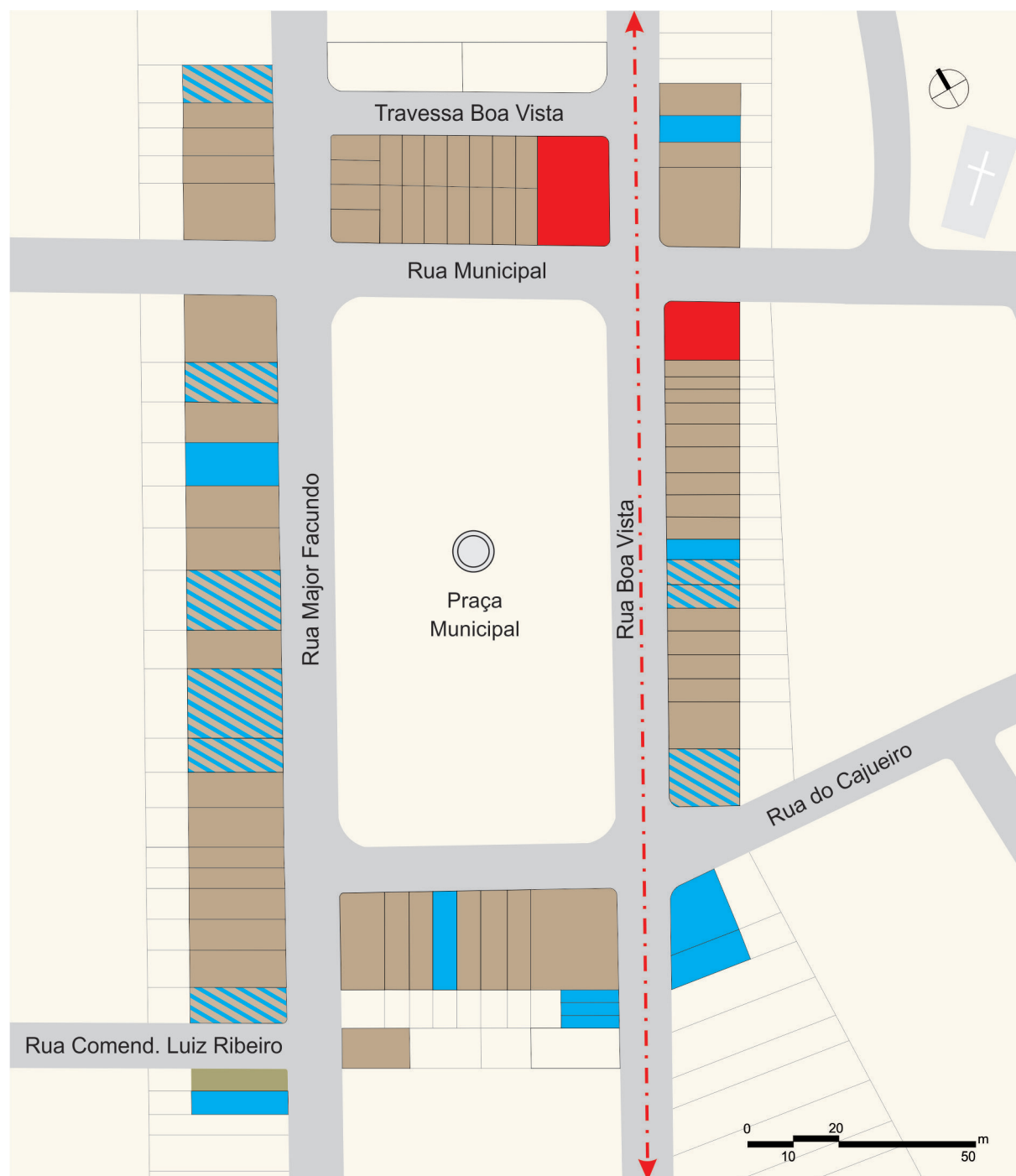


Figura 183: Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1890: usos ao redor da praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*. Fonte: *Décima urbana, 1890/ Inventários / Almanaque 1900/ ADERALDO, 1989*.

LEGENDA

- | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|
| ■ Uso institucional | ■ Ruína |
| ■ Uso residencial | --- Linha dos bondes |
| ■ Uso comercial | ○ Cacimba |
| Uso misto | |



Figura 181: Praça do Ferreira, tendo o Café Elegante localizado no canto sudeste. Fonte: *Álbum de Fortaleza de 1908*.



Figura 182: Café Iracema, situado na esquina sudoeste da praça do Ferreira. Fonte: *Álbum de Fortaleza de 1908*.

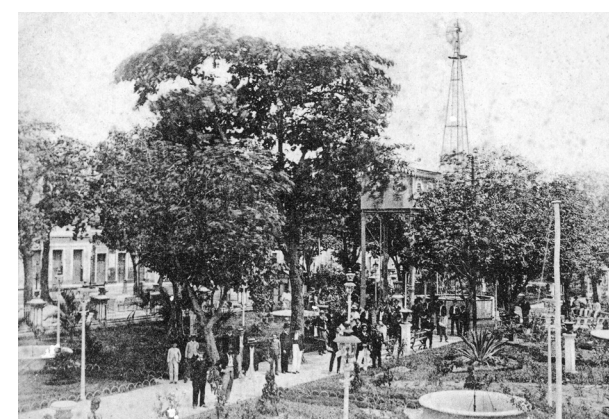


Figura 188: Aspecto parcial do Jardim D. Pedro II (praça do Ferreira), realizado em 1902. Fonte: *Álbum de Fortaleza de 1908*.



Figura 189: Alameda central do Jardim D. Pedro II (praça do Ferreira), realizado em 1902. Fonte: *Álbum de Fortaleza de 1908*.

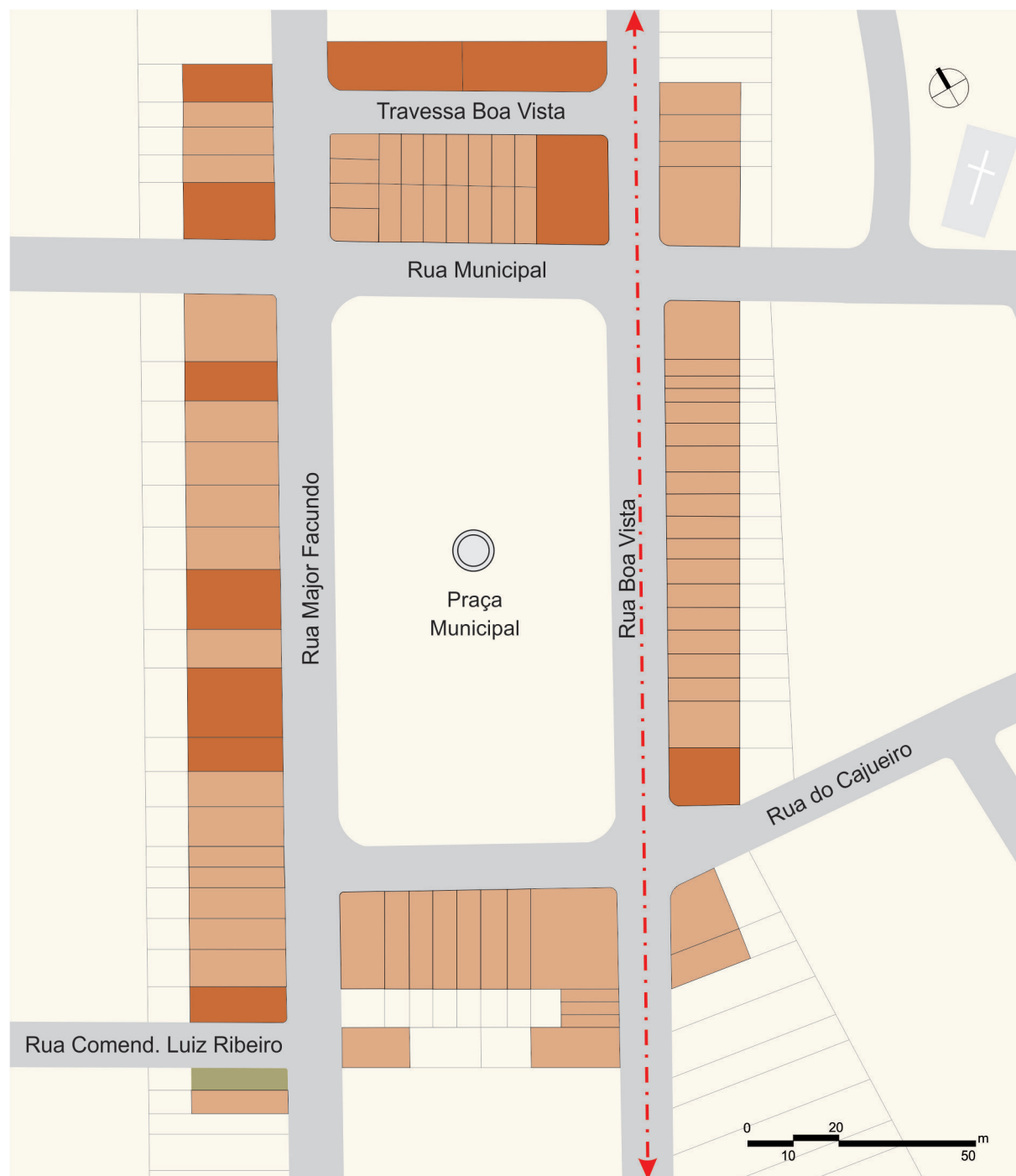


Figura 184: Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1890: tipologias na praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade.
 Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*.
 Fonte: *Décima urbana, 1890/ Inventários/ Almanaque 1900/ ADERALDO, 1989*.

LEGENDA

- Sobrados
- Casas térreas
- Ruína
- Linha dos bondes
- Cacimba

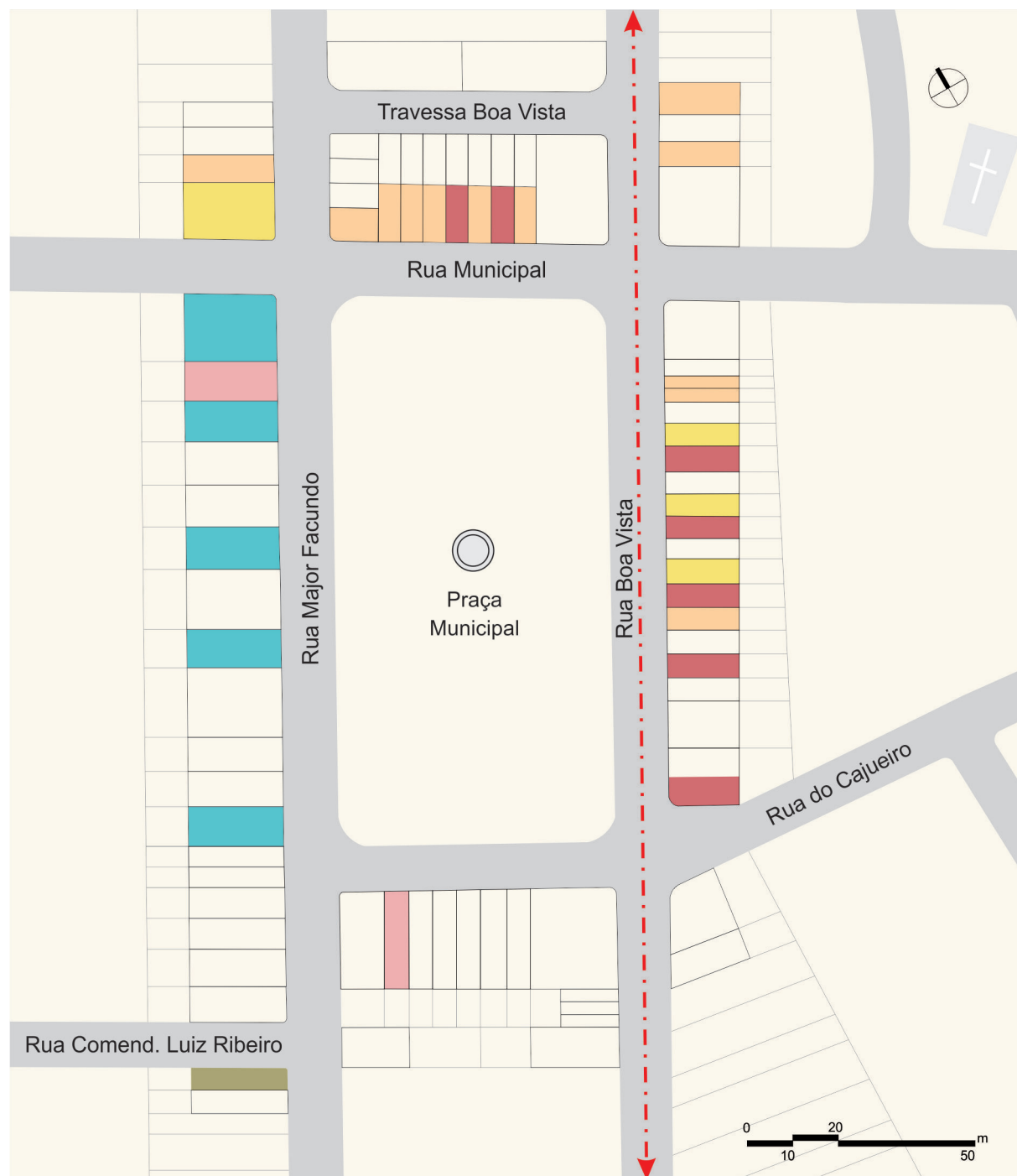


Figura 185: Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1890: uso comercial ao redor da praça do Ferreira 1890. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*. Fonte: *Décima urbana, 1890/ Inventários / Almanaque 1900/ ADERALDO, 1989*.

LEGENDA

- | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Boticas | Alfaiatarias |
| Lojas de Molhados | Ruína |
| Armazéns | Linha dos bondes |
| Lojas de Fazendas e Moda | ○ Cacimba |

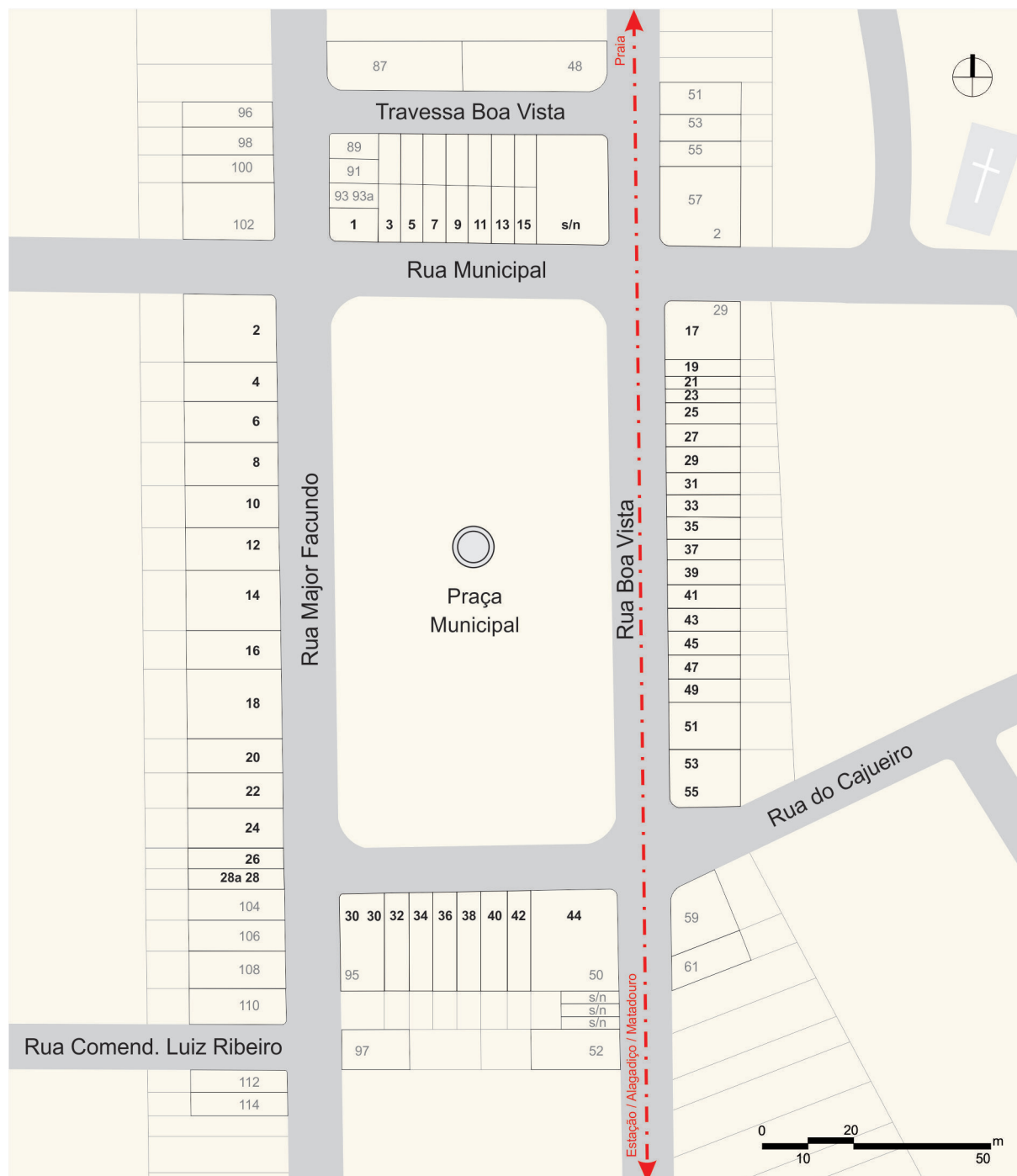


Figura 186: Exercício de reconstituição cartográfica de Fortaleza 1890: grandes proprietários ao redor da praça de Ferreira 1890. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*. Fonte: Décima urbana, 1890/ Inventários / Almanaque 1900/ ADERALDO, 1989.

LEGENDA

- - - Linha dos bondes

○ Cacimba

96. Paulino Joaquim Barroso - Residência e Loja de Moda
98. José Correia do Amaral - Loja de Moda
100. Luisa Amanda Rodrigues - Loja de Fazenda e Moda
102. Neg. Gerson Gradvol - Residência e Armazém

2. José Abdon da Silva - Botica (Farmacêutico Carlos Studart)
4. Silvino da Silveira - Residência e Oficina de Alfaiate
6. M^a da Santa Maia - Farmácia
8. Empregado Público João Severiano Ribeiro - Residência (do dono)
10. Joaquim José de Alencar - Residência e Livraria (do dono)
12. Francisco Ferreira Borges - Farmácia
14. Dr. Gonçalves Souza Fernandes Bastos - Residência e Comércio
16. herd. Dário Teles Menezes - Farmácia
18. Neg. port. Ernesto Prisco Vidal - Residência e Agência Loteria
20. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira) - Residência (do dono) e Agência Leilões

22. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira) - Oficina de Ouriversaria
24. Luis do Carmo e Silva - Farmácia
26. Fco. Nunes Teixeira de Melo - Oficina de Relojoeiro
28. Álvaro Leal de Miranda - Residência
28 a. Álvaro Leal de Miranda - Oficina de Ouriversaria

97. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira) - Oficina de Barbeiro
30/95. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira) - Secos e Molhados
32. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira) - Oficina de Alfaiate
34. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira) - Tipografia
36. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira) - Residência
38. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira) - Oficina de Barbeiro
40. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira) - Residência
42. Pulcheria Izabel Theóphilo - Oficina de Barbeiro
44/50. Pulcheria Izabel Theóphilo - Armazém
s/n, s/n, s/n. Pulcheria Izabel Theóphilo - Quartos
52. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira) - Oficina de Barbeiro

104. Álvaro Leal de Miranda - Residência (do dono)
106. Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira) - Residência (Neg. Antônio de Oliveira Borges)

108. Luis de Castro e Silva - Residência (do dono)
110. Barão de Ibiapaba (Joaquim da Cunha Freire) - Residência e Bodega
112. Ruína
114. Barão de Ibiapaba (Joaquim da Cunha Freire) - Residência

87. Não identificado
48. Não identificado

89. Intendência
91. Intendência
93. Intendência
93a. Intendência

1. Intendência - Loja de Fazenda
3. Intendência - Loja de Fazenda
5. Intendência - Loja de Fazenda
7. Intendência - Loja de Molhados
9. Intendência - Loja de Fazenda
11. Intendência - Loja de Molhados
13. Intendência - Loja de Fazenda
15. Intendência - Loja de Fazenda
s/n. Paço Municipal

51. Francisca Amélia Santabaía - Loja de Fazenda
53. Tito Nunes de Melo - Residência (Neg. Manoel Antônio Rodrigues)
55. Antônio Manoel da Costa - Loja de Fazenda
57/2. Felício Dutra de Macedo

17/29. Escola Estadual
19. José Antônio de Souza - Loja de Fazenda
21. Loureiro Irmão & Cia. - Loja de Fazenda
23. João da Costa Bastos & Filho - Loja de Louça
25. Barão de Alencar - Armazém
27. Ana Alexandra Lima - Loja de Molhados
29. Barão de Alencar - Venda de Carne (Açougue)
31. Barão de Alencar - Armazém
33. Fco. Lopes Ferreira Francy - Loja de Molhados
35. Confúcio Pamplona - Residência
37. Confúcio Pamplona - Residência e Armazém
39. Fco. Lopes Ferreira Francy - Residência e Armazém
41. Antônio Domingues do Santos Silva - Loja de Fazenda
43. Dr. Virgílio Augusto de Moraes - Tipografia
45. Dr. Virgílio Augusto de Moraes - Loja de Molhados
47. Dr. Joaquim Bento de G. de Andrade - Venda de Carne (Açougue)
49. Dr. Joaquim Bento de G. de Andrade - Armazém de Representação
51. Antônio Domingues dos Santos Silva - Bodega
53. M^a Iphigenia de Azevedo Sá - Comércio
55. M^a Iphigenia de Azevedo Sá - Residência e Loja de Molhados

59. Não identificado
61. Não identificado

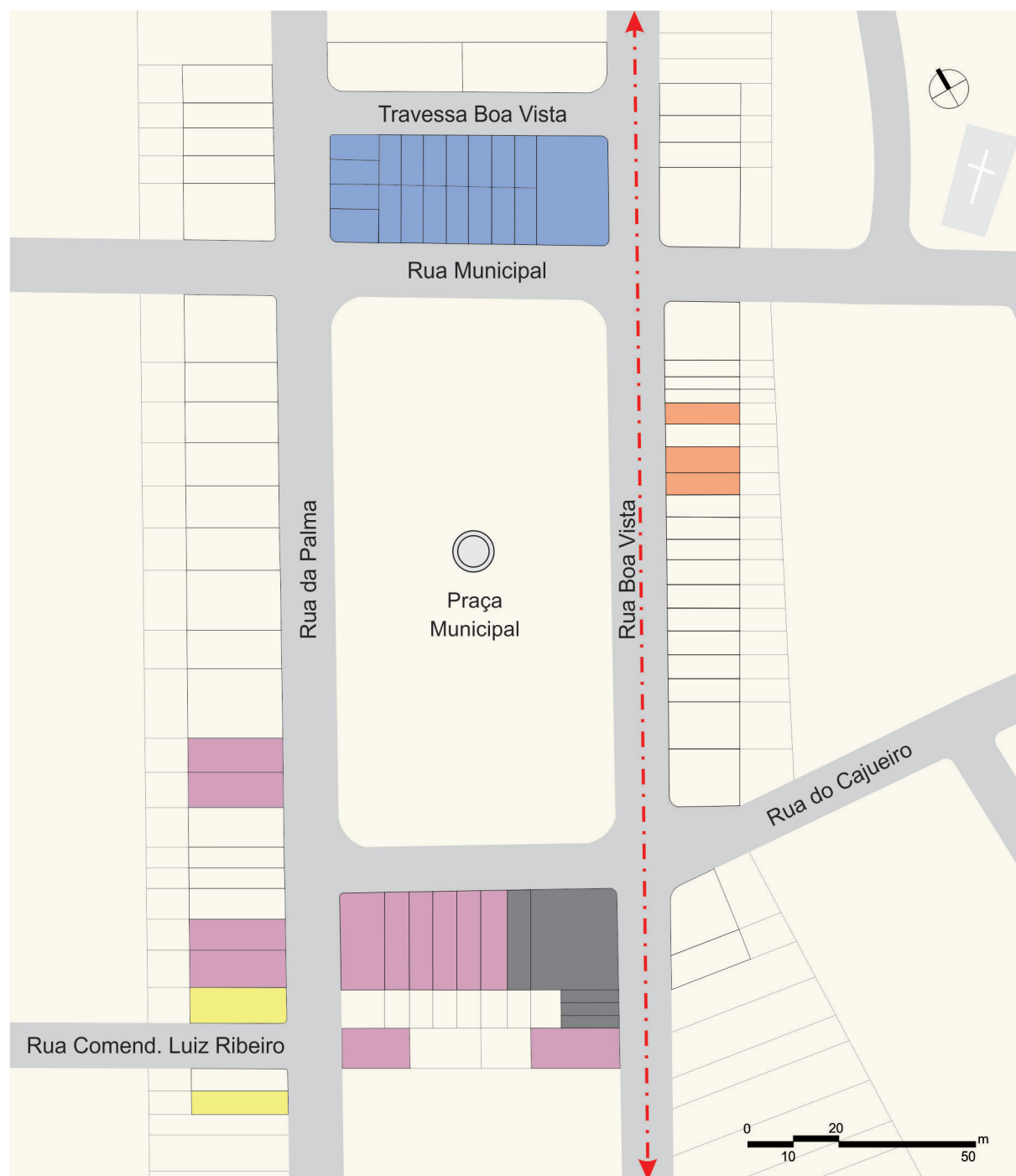


Figura 187: Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1890: numeração, lotes, proprietários e usos da praça Municipal, 1890. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*. Fonte: Décima urbana, 1890/ Inventários / Almanaque 1900/ ADERALDO, 1989.

LEGENDA

- | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Câmara | Pulcheria Izabel Teófilo |
| Barão de Aquiraz (Dr. Gonçalo Batista Vieira) | Linha dos bondes |
| Herdeiros do Senador José Martiniano Alencar | Cacimba |
| Barão de Ibiapaba (xxx) | |

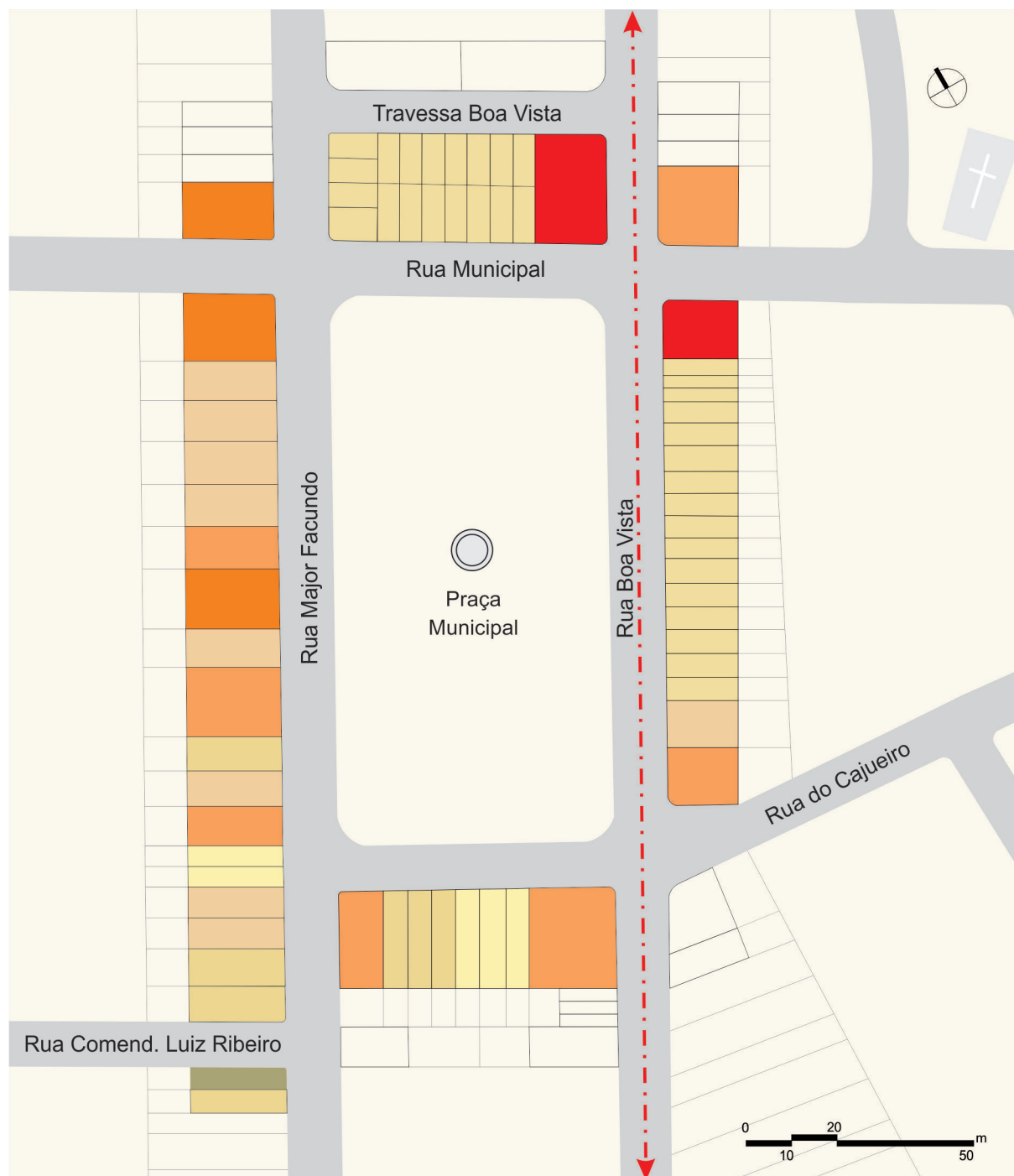


Figura 190: Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1890: valor dos aluguéis em 1890. Autora: Margarida Andrade.
 Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*.
 Fonte: *Décima urbana, 1890*.

LEGENDA

 Institucional	 Aluguel de 20\$000 a 16\$000	 Cacimba
 Aluguel de 83\$000 a 75\$000	 Aluguel de 12\$000 a 10\$000	
 Aluguel de 60\$000 a 45\$000	 Ruína	
 Aluguel de 35\$000 a 25\$000	 Linha dos bondes	

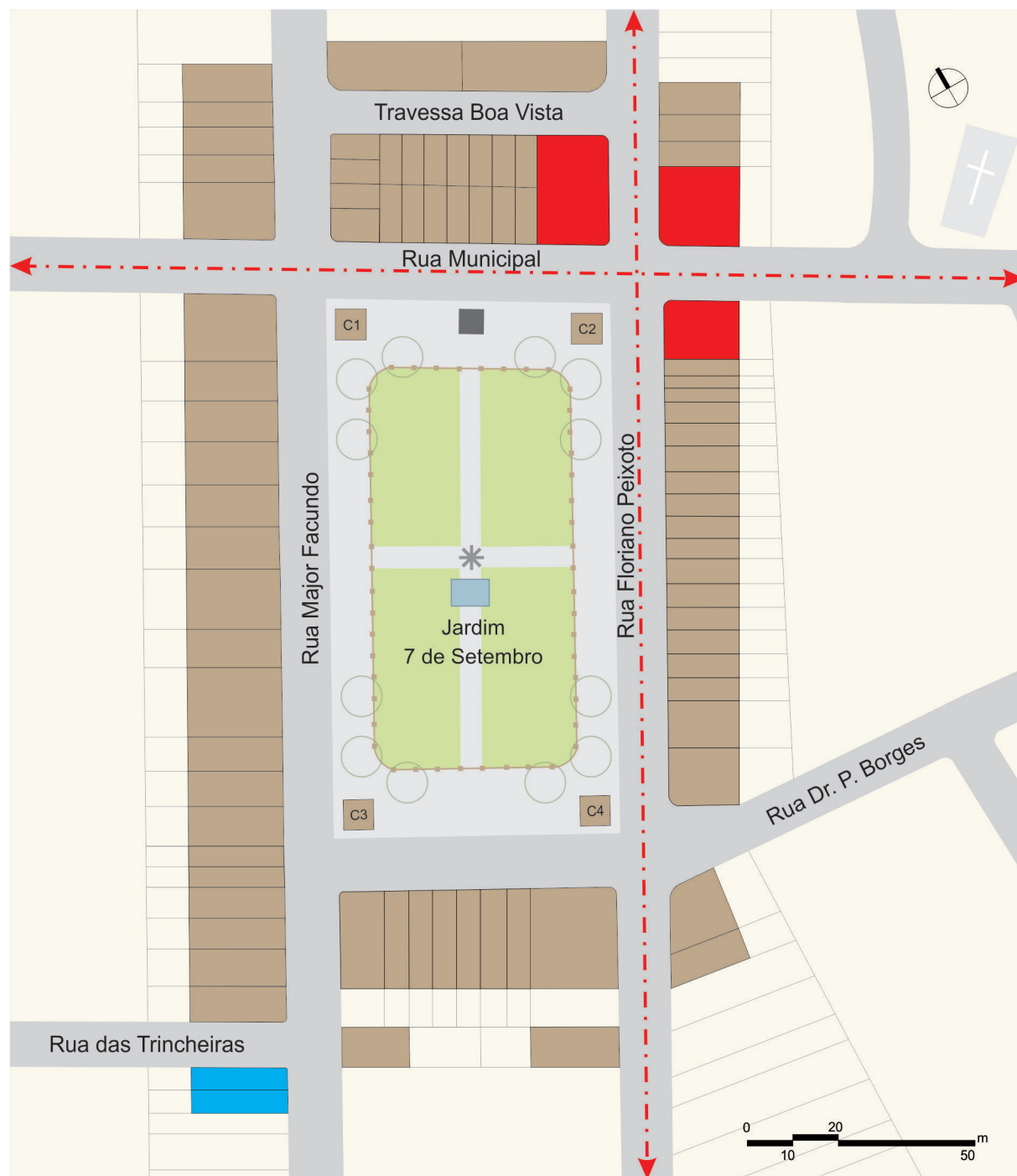


Figura 191: Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1911: uso ao redor da praça Ferreira. Autora: Margarida Andrade.
 Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*.
 Fonte: Décima urbana, 1911/ Almanaque 1910 e 1912/ Anuário Cearense 1912.

LEGENDA

- | | | | | | |
|--|-------------------|----------|------------------|--|--------------|
| | Uso institucional | | Linha dos bondes | | Catavento |
| | Uso residencial | 1 | Café do Comércio | | Caixa d'água |
| | Uso comercial | 2 | Café Java | | |
| | Uso misto | 3 | Café Iracema | | |
| | Posto dos Bondes | 4 | Café Elegante | | |



Figura 195: Praça do Ferreira, 1917.
Fonte: Coleção Nirez.











Figura 196: Cine - teatro Majestic, 1918.
Fonte: Coleção Nirez.



Figura 192: Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1911: uso comercial ao redor da praça Ferreira. Autora: Margarida Andrade.
Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*.
Fonte: *Décima urbana, 1911/ Almanaque 1910 e 1912/ Anuário Cearense 1912*.

LEGENDA

	Farmácias		Fábricas
	Livrarias		Catavento
	Alfaiatarias		Caixa d'água
	Cinemas		Linha dos bondes

(cinco)⁵¹⁴, livrarias (quatro), loja de moda (três), oficinas de alfaiataria (duas), cinema⁵¹⁵/teatro, posto policial⁵¹⁶, Empresa Telefônica do Ceará⁵¹⁷, tipografia, barbearia (figura 192). Na listagem dos **proprietários** nota-se uma variedade de nomes novos com duas propriedades: Boris & Frères, Menescal & Ribeiro, Machado Coelho & Cia, Idelfonso Correia Lima, Luis do Carmo e Silva, Joaquim de Oliveira Torres, José Agostinho, Joaquim Sá, Hyppolito Gomes Brazil (padre), Thereza de Oliveira Pamplona, Virgílio Augusto de Moraes, Joaquim Bento de Souza Andrade (herdeiros), Maria Ephigenia de Azevedo e Sá. Nesse cenário exceção eram os herdeiros do Barão de Aquiráz com três imóveis. Nota-se nas linhas de bondes puxados a burro circulando na rua Boa Vista (no sentido da Praia para norte); no sentido sul (estação do Bonde, Alagadiço e Matadouro); e na rua Municipal no sentido da estação do Trem (oeste) e no sentido do Outeiro (leste) (Figura 193). Não existe alteração na **tipologia** da praça entre 1890-1911.

A partir de 1913, com a inauguração dos bondes elétricos, a praça torna-se o centro de articulação da área central com vários bairros. Ao longo desse período, segundo Mozart Soriano, nela “*pulsou por dilatado período o coração da cidade, com seus quiosques, seus cafés, suas casas de pasto, sua livrarias, seus cinemas, seus bancos, seus jardins, suas arvores.*” (1989:81). A numeração⁵¹⁸ das praças independia das ruas que as contornavam, porém essa situação se altera a partir de 1917, com a introdução de um novo método, ou seja, a numeração passa a ser corrida pelas ruas norte-sul e leste-oeste, trazendo grandes alterações nos números dos imóveis (Figura 194). Em algumas propagandas das lojas nos almanaques nota-se a menção do número “antigo” e do “moderno”.

A área da praça já esboçava uma tendência à verticalização, desde a primeira metade do século XIX. Dois sobrados haviam sido construídos - a casa da Câmara (antiga residência do Pachecão) e o sobrado do Cel Machado. Na década de 1910 inicia de fato a verticalização com construções de mais de dois pavimentos, como, por exemplo, o **Cine Majestic**, (1917, na face oeste) (Figuras 195 e 196), **Cine Moderno** (1921) de propriedade de Luis Severiano Ribeiro (Figura 197) e o **Palacete Ceará**⁵¹⁹, 1918 (Figuras 198, 199 e 200), na esquina com a rua Guilherme Rocha, demonstrando também uma modernização do lazer em torno da praça. Quanto ao **uso comercial** constata-se uma concentração de armazéns de estivas, cereais e miudezas (10) principalmente na face leste da praça, casas de moda (7) Farmácias (2), Cinemas e Teatros (3) (Figura 201).

O **Cine Majestic** uma das três⁵²⁰ reminiscências das obras de arquitetura de ferro importadas, inaugurado em 14 de julho de 1917, de propriedade de Luis Severiano Ribeiro, foi destaque de muitas fotografias da época. Era constituído de dois blocos independentes,

o bloco da frente, provavelmente projetado por José Gonçalves da Justa e construído com alvenaria de tijolos, voltava-se para a Praça do Ferreira. Tinha o pavimento térreo dividido em dois setores, funcionando um deles como entrada e sala de espera do cinema, enquanto o outro era ocupado por uma cervejaria. Os andares superiores, embora destinados a uso comercial, eram alugados para moradia. O bloco dos fundos destinava-se à casa de espetáculos. Estendendo-se até a Rua Barão do Rio Branco, constituía uma edificação construtivamente compósita: exteriormente envolvida por redes de alvenaria de tijolos, tinha os interiores resolvidos por meio de uma estrutura metálica (CASTRO, 1992:72).



Figura 197: Cine Moderno, 1920.
Fonte: Coleção Nirez.



Figura 198: Praça do Ferreira 1925.
Fonte: Coleção Nirez.

⁵¹⁸ Como foi visto a numeração das praças independia das ruas que as contornava, porém essa situação se altera a partir de 1917, com um novo método, ou seja a numeração passa a ser corrida pelas ruas norte-sul e leste-oeste, trazendo grandes alterações nos números dos imóveis. Em 29 de outubro de 1890 o Conselho de Intendência Municipal aprovou uma resolução para alterar os nomes das ruas e travessas por números, como se observa no artigo 1º Fica suprimida a denominação existente das ruas da cidade e substituídas por numeração, pela forma assim determinada: da rua Formosa para o nascente todas as ruas serão ímpares e para o poente pares; do boulevard Duque de Caxias para o norte ímpares e para o sul pares. “Pouco durou aquela Resolução aprovada (29-X-1890) pelo Conselho de Intendência Municipal de Fortaleza” (PORDEUS, 1963:346).

⁵¹⁹ Teatro José de Alencar e a Igreja do Pequeno Grande.

⁵²⁰ Igreja do Pequeno Grande (1903), Mercado de Ferro (1897) e o Teatro José de Alencar (1910-1912).



Figura 199: Cartão Postal da Praça do Ferreira, 1920.
Fonte: Coleção Nirez.



Figura 200: Cartão Postal da Praça do Ferreira, 1920.
Fonte: Coleção Nirez.

A praça do Ferreira mereceu outra grande reforma na administração de Godofredo Maciel, em **1925**, quando foram retirados os quiosques de café, recebendo um “*amplo piso ladrilhado com mosaicos*” sendo “*erguido um coreto que servia de tribuna nas manifestações públicas*” (CASTRO, 1987:232) (Figuras 202 e 203). O relatório dos serviços, obras e melhoramentos executados pela Prefeitura durante o período de 1924 a 1928, assinado pelo arquiteto municipal Rubens Franco da Silva, destaca alguns itens sobre a avenida 7 de Setembro:

- a) Substituição do piso de cimento por mosaicos, com uma superfície total de 4.458,00 m²;
- b) Na parte norte, cortada pela passagem da rua Cel. Guilherme Rocha, houve um recuo de 5,45m para descongestionamento do tráfego;
- c) Nos lados leste e oeste, foram construídos salva-vidas, com 85,0m de comprimento por 3,24m de largura, “*os quais servem não só para refugio de pedestres, como também para espera segura de bondes e automóveis*” (PMF, 1927:90).
- d) “*Separando a avenida dos salva-vidas foram construídas para uso de automóveis duas alamedas de 5,25 de largura por todo o comprimento da praça*”. (PMF, 1927:91).
- e) No interior da praça foram distribuídos sete canteiros gramados, medindo cada um 14,0m por 3,0m, e sendo construído um coreto para retretas, “*com colunas e balaustradas de cimento armado e forma octogonal alongada*” (PMF, 1927:91).

Nesse momento, “*toda a cidade convergia para lá: os bondes, os ônibus, os carros de aluguel antecessores dos taxis*” (GIRÃO, 1997:171) (Figura 204). Em 1923 por meio do Edital nº 3, é estabelecido o preço de 5.000 réis a corrida dos carros de aluguel grandes e pequenos, “*quando tomados à praça do Ferreira ou nas garagens, quando chamados a domicilio, custará 10\$000*”. Entende-se por corrida a viagem direta entre dois pontos da cidade tomando-se como referência as linhas dos tramways da Light “*com exceção porem, das estradas do Alagadiço, Mecejana e Outeiro, que sofrem o accrescimo de 60% além do Matadouro, Estação de Bondes e Collegio Militar, respectivamente* (Edital nº 03 de 08 de janeiro de 1923).

A praça na década de 1930

era a própria cidade, reunindo em si as mais diversas funções, se não todas, pelos menos se se extrapolasse a periferia do circuito para uma faixa de 100 metros de envolvimento. No campo dos transportes, havia bondes, ônibus e automóveis; no do lazer – cinemas⁵²¹, clubes, confeitarias, cafés, retretas, footing, bilhares, bares e casas de jogos de azar, no do poder – a Câmara Municipal e, nas proximidades, a Prefeitura, o Palácio do Governo e a Assembleia Legislativa; no do comercio – as melhores lojas, padarias, farmácias e hotéis. Não muito distante, havia ainda um setor residencial de boa qualidade, alimentando a frequência noturna, sustentada pelo serviço de bondes (CASTRO, 1982a:29).

Confirmam esta asserção os vários editais publicados pela Policia do Estado do Ceará – Inspetoria Geral do Veículo, regulamentando o trânsito em torno da praça do Ferreira sobre as vias

⁵²¹ Politheama (1911), Majestic (1917), Cine Moderno (1921).



Figura 193: Exercício de reconstrução cartográfica – Fortaleza 1911: numeração, lotes, proprietários e usos ao redor da praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*. Fonte: Décima urbana, 1911/ Almanaque 1910 e 1912/Anuário Cearense 1912.

LEGENDA

- C1** Café do Comércio - Arrendatário: José da Rocha Moreira
- C2** Café Java - Arrendatário: Ovídio Leopoldino da Silva
- C3** Café Iracema - Arrendatário: Ludgero Garcia
- C4** Café Elegante - Arrendatário: José Leopoldino da Silva
- *** Catavento
- Caixa d'água
- Linha dos bondes

- 96. Joaquim Barroso - Casa Importadora (do dono)
- 98. José Correia do Amaral - Casa Importadora Reishofer Frères
- 100. G. Gradwohl & Filho
- 102. M. R. & Cordeiro - Agência e Dentista
- 2. Boris Frères - Maison Art Nouveau (A. Pequeno & Cia.)
- 4. Thome A. de Motta - Barbearia Izídio
- 6. Menescal & Ribeiro - Livraria Menescal (do dono)
- 8. Menescal & Ribeiro - Livraria Menescal (do dono)
- 10. Dr. Eduardo Studart - Livraria Cearense (H. Barroso & Cia.)
- 12. Machado Coelho & Cia. - Polytheama
- 14. Machado Coelho & Cia. - Farmácia
- 16. Emilia Borges do Amaral - Farmácia Pasteur (Prático Eduardo de Castro Bezerra)
- 18. Dr. Idelfonso Correa Lima - Livraria (H. Barroso)
- 20. Dr. Idelfonso Correa Lima - Fábrica de chapéu de sol (J. Motta)
- 22. herd. Dr. Ant. Augusto de Menezes - Loja Esperança (Xavier Pinto & Irmão)
- 24. Luis do Carmo e Silva - Farmácia Galeno (Perdigão Nogueira)
- 26. herd. Fco. Nunes de Mello - Farmácia Central (José Motta Studart)
- 28. Luis do Carmo e Silva - Farmácia Normal
- 104. Álvaro Leal de Miranda
- 106. André Batista Vieira - Farmácia Amorim (João Soares Amorim)
- 108. Residência
- 110. Boris Frères - Especialidade em bicicleta (João Nery)
- 112. Baronesa de Ibiapaba - Residência
- 114. Baronesa de Ibiapaba - Residência
- 97. Não identificado
- 30a. Joaquim de Oliveira Torres - Farmácia Moura (Francisco Borges Moura)
- 30/95. Joaquim de Oliveira Torres - Zuca Accioly (José da Cunha Accioly)
- 32. herd. Barão de Aquiraz - Armazém de Estivas (Braga Barroso & Cia.)
- 34. herd. Barão de Aquiraz - Alfaiataria (Amâncio Cavalcante & Irmão)
- 36. herd. Barão de Aquiraz - Alfaiataria (Amâncio Cavalcante & Irmão)
- 38. José Augustinho - Fumo e corda (Alfredo Gurgel)
- 40. José Augustinho - Loja de Secos e Molhados (Alfredo Gurgel)
- 42. Pulcheria Izabel Theophilo - Barbearia (Fenelon Pereira Maia)
- 44. Joaquim Sá - Casa de Billares
- 46. Joaquim Sá - Refinação e torrefação
- 52. Não identificado
- 52a. Não identificado
- 48. João Francisco Albano
- 87. José Albano Filho
- 89. Não identificado
- 91. Não identificado
- 93. Não identificado
- 1. Intendência - Casa Emygdio
- 3. Intendência - Loja Crisantiemo
- 5. Intendência - Rotisserie
- 7. Intendência - Lopes & Cia.
- 9. Intendência - Lopes & Cia.
- 11. Intendência - Fábrica de cigarros Filomeno Lopes Filho
- 13. Intendência - Livraria Araújo
- 15. Intendência - Farmácia
- sin. Paço Municipal

- 51. Antônio Ferreira e Sá
- 53. Marcos Dias & Cia.
- 55. João Carvalho
- 55a. João Carvalho - Tipografia A Republica
- 57. Chefatura de Polícia
- 17. Posto Policial
- 19. Mº de Medeiros Marques - Costa & Filho
- 21. Antônio Augusto Loureiro - Loureiro Irmão & Cia.
- 23. João da Costa Bastos
- 25. Mº Izabel de Castro Vidal - Empório da Moda (R. Liberato & Cia.)
- 27. herd. Raimundo Paula Lima - A. Martins & Cia.
- 29. Padre Hyppolito Gomes Brazil - J. R. da Costa
- 31. Padre Hyppolito Gomes Brazil - Mundo Elegante
- 33. Raymundo Maciel - J.D. Oliveira
- 35. Thereza de Oliveira Pamplona - Empresa Telefônica
- 37. Thereza de Oliveira Pamplona - A Graciosa (Correia Pinto)
- 39. Fco. Ferreira Lopes Francez - J. Leopoldina Silva
- 41. Joaquim da Silva Frota - Aurão Amaral
- 43. Dr. Virgílio Augusto de Moraes - American Typograph
- 45. Dr. Virgílio Augusto de Moraes - Siqueira & Oliveira
- 47. herd. Joaquim Bento de Souza Andrade - Leite Irmão & Cia.
- 49. herd. Joaquim Bento de Souza Andrade - Leite Irmão & Cia.
- 51. Luiz Mosca - Tabacaria Havanesa
- 53. Mº Ephigenia de Azevedo Sá - Adolpho Justi
- 55. Mº Ephigenia de Azevedo Sá - Adolpho Justi
- 59. Joaquim Sá - Fábrica Santa Isabel
- 61. Não identificado



Figura 194: Exercício de reconstrução cartográfica – Fortaleza 1917: nova numeração ao redor da praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*. Fonte: Almanaque 1916 e 1917.

LEGENDA

- C1** Café do Comércio - Arrendatário: J. F. Ramos
- C2** Café Java - Arrendatário: Ovidio Leopoldino da Silva
- C3** Café Iracema - Arrendatário: José Guerreiro
- C4** Café Avenida - Arrendatário: Ellery & Cia.
- *** Catavento
- Caixa d'água
- Linha dos bondes

- 162(96). viúva Joaquim Barroso - Casa Importadora (do dono)
- 166(98). Reishofer Frères - Casa Importadora (do dono)
- 170(100). Mario Campos & Cia.
- 174(102). Luis Severiano Ribeiro - Riche Cinema
- 178(2). Maison Riche Salão de Billar (Ribeiro & Cia.)
- 180(4). Luis Gonther & Cia. - Casa exportadora e importadora (Solon & Valente) e Restaurantie A Gruta (Theophilo Corderio)
- 186(6). Souza Gentil & Cia. - Loja de louça e vidros e miudezas (F. Rosa & Cia.)
- 188(8). Souza Gentil & Cia. - Livraria e papelaria (do dono)
- 192(10). Efreim Gondim - Livraria e papelaria (do dono)
- 194(12). Luis Severiano Ribeiro - Teatro e cinema Polytheama (Raimundo Lima)
- 198(14). Casa Importadora (Machado Coelho & Cia.)
- 202(16). Farmácia Pasteur (Eduardo Bezerra & Cia.)
- 208(18). Luis Severiano Ribeiro - Teatro e cinema e casa de cómodos Majestic
- 210(20). Não identificado
- 212(22). Almeida & Cia. - Casa Almeida (do dono)
- 214(24). Joaquim Studart da Fonseca - Farmácia Galeno (do dono)
- 216(26). Alfaiataria e Barbearia ABC - Alfredo Guimarães
- 220(28). Jayme Studart - Farmácia Normal (Armando Theophilo Marçal)
- 222(104). Não identificado
- 224(106). Não identificado
- 230(108). Residência
- 234(110). Não identificado
- 236(112). Não identificado
- 240(114). Não identificado
- (97). Não identificado
- 30(80a). Não identificado
- 30(30/95). José Guerreiro - Casa de Ferragens (Antônio de Oliveira & Cia.)
- 32(32). Alfredo Guimarães - Armazém de estivas, cereais e miudezas (Braga, Barroso, Andrade & Cia.)
- 34(34). viúva Amâncio Cavalcante - Alfaiataria Amâncio (do dono)
- 36(36). A. Medeiros
- 38(38). R. Agostinho - Casa de fumo (do dono)
- 40(40). R. Agostinho - Loja de Secos e Molhados (Vieira Gurgel & Cia.)
- 42(42). C. Cades
- 44(44). Anthero Coelho Arruda
- 46(46). Anthero Coelho Arruda
- (52). Não identificado
- (52a). Não identificado
- (48). Albano & Irmão
- 157(87). Albano & Irmão
- 167(89). J. Markan - Casa de Moda Bazar Cearense (J. Lopes & Cia.)
- 171(91). F. Caminha Muniz - Casa de Moda Republicana (do dono)
- 173(93). J. Emídio de Castro
- 225(95). Não identificado
- 227(221). Não identificado
- s/n(1). Emygdio & Irmão - Casa de moda (do dono)
- 46(3). M. Guilherme & Irmão - Loja Crisantemo (A. Nunes Valente)
- 48(5). José Castelo Branco
- 50(7). J. Lopes & Cia. - Casa exportadora e importadora (do dono)
- 52(6). Ludgero Garcia - Joalheria Suíssa (Luiz Gonther & Cia.)
- 54(11). Tabacaria Castelo
- 56(13). Não identificado
- 56(15). Não identificado
- (s/n). Paço Municipal
- 161(61). Casa de moda (Antônio Ferreira e Sá)
- 163(63). Casa importadora (Marcos Dias & Cia.)
- 165(65). Casa de moda - Rosa dos Alpes (João Carvalho)
- 169(65a). R. Liberato & Cia. - Casa de moda El Contato (A. Ferreira Sá)
- 173(67). Olsen & Irmão - Casa de moda - Rosa dos Alpes (João Carvalho)
- 175(17). Palacete Ceará - Allos: Clube Iracema / Baixos: Rolisserie Sportmar (Júlio Pinto)
- 175(19). Palacete Ceará - Allos: Clube Iracema / Baixos: Rolisserie Sportmar (Júlio Pinto)
- 179(21). Agência de loteria nacional (Dr. Edgar A. Borges)
- 181(23). R. Liberato & Cia. - Armazém de estivas, cereais e miudezas (Loureiro & Cia.)
- 183(25). R. Liberato & Cia. - Armazém de estivas, cereais e miudezas (Loureiro & Cia.)
- 185(27). Luiz Perdigão Bastos - Loja de moda (R. Liberato & Cia.)
- 187(29). Dr. Edgar Augusto Borges - Armazém de estivas, cereais e miudezas (V. Castro & Cia.)
- 189(31). Abdon Hissa - Armazém de estivas, cereais e miudezas (Menna Barreto & Cia.)
- 191(33). Fenelon Pereira Maia - Barbearia (do dono)
- 193(35). Empresa Telefônica (J. de Oliveira)
- 195(37). Conrado Cabral & Cia.
- 199(39). J. Leopoldina Silva - Armazém de estivas, cereais e miudezas (do dono)
- 201(41). J. Patrício & Cia. - Casa de ferragem (do dono)
- 203(41). Armazém de estivas, cereais e miudezas (Fco. Vieira Perdigão)
- 205(43). Silva, Costa & Cia. - Armazém de estivas, cereais e miudezas (A. Simões & Cia.)
- 207(45). Leilão & Silva - Armazém de estivas, cereais e miudezas
- 209(47). Leilão & Silva - Armazém de estivas, cereais e miudezas
- 211(47). Vasconcelos & Cia. - Armazém de estivas, cereais e miudezas
- 213(49). Zanoluth & Cia.
- 215(61). City Club
- 217(63). H. R. de Oliveira - Casa de Ferragem (Alencar & Saboya)
- 219(65). H. R. de Oliveira - Casa de Ferragem (Alencar & Saboya)
- 225(67). Não identificado
- 219(59). Anthero Irmão & Cia. - Refinação e torrefação Santa Isabel (Joaquim Sá)
- (61). Não identificado



Figura 201: Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1917: uso comercial ao redor da praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*. Fonte: Almanaque 1916 e 1917.

LEGENDA

	Armazém de estivas, cereais e miudezas		Linha dos bondes
	Casa de moda		Catavento
	Teatro e cinema		Caixa d'água
	Farmácias		



Figura 202: Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1920: tipologia ao redor da praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*. Fonte: Almanaque 1920/ ADEARALDO, 1989.

LEGENDA

- | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Edifícios (Maior que 3 andares) | Linha dos bondes elétricos |
| Sobrados | |
| Casas térreas | |
| Demolição | |



Figura 203: Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1920: uso comercial ao redor da praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*.
Fonte: Almanaque 1920 e 1922/ ADERALDO, 1989/ Imposto Predial 1922.

LEGENDA

 Armazém de estivas, cereais e miudezas	 Livrarias
 Casa de moda	 Linha dos bondes
 Teatro e cinema	
 Farmácias	

consideradas contra mão e os estacionamentos proibidos.

Em 1931, a Prefeitura Municipal de Fortaleza adota as seguintes modificações no serviço de tráfego de veículos referente à praça do Ferreira :

1. Nenhum auto-omnibus ou bonde estacionará na praça do Ferreira, senão o tempo estritamente necessario para deixar ou receber passageiro e somente nos locais determinados neste edital, sendo proibido aos guidores abandonar ali a direção dos seus veiculos.
2. Os omnibus de “São Gerardo” e “Joaquim Tavora” deverão receber e deixar passageiros no quarteirão da rua dr. Pedro Borges, lado sul da praça do Ferreira e não poderão contorná-la, devendo voltar pela rua Major Facundo.
3. Os omnibus de “João Pessôa” e “Escola de Aprendizes Marinheiros” receberão e deixarão passageiros no quarteirão da rua Cel. Guilherme Rocha, lado norte da Praça do Ferreira, depois de terem feito o contorno desta.
4. Os omnibus de “Redenção”, “Guaramiranga”, “Maranguape”, “Soure” e “Mecejana”, farão o estacionamento á rua dr. Pedro Pereira, no trecho compreendido entre as ruas da Assunção e Major Facundo, não podendo transitar pela praça do Ferreira (Edital nº 30 da PMF de 17.11.1931).

Alguns levantamentos também confirmam essa afirmação, como, por exemplo, o Edital nº 3, de 7 de Janeiro de 1933 da Inspetoria Geral de Veículos do Estado, manifesta o intuito de melhorar



Figura 205: Aspecto da praça do Ferreira na década de 1930. Observar o movimento de bondes, ônibus e carros de aluguel.
Fonte: Coleção Nirez.

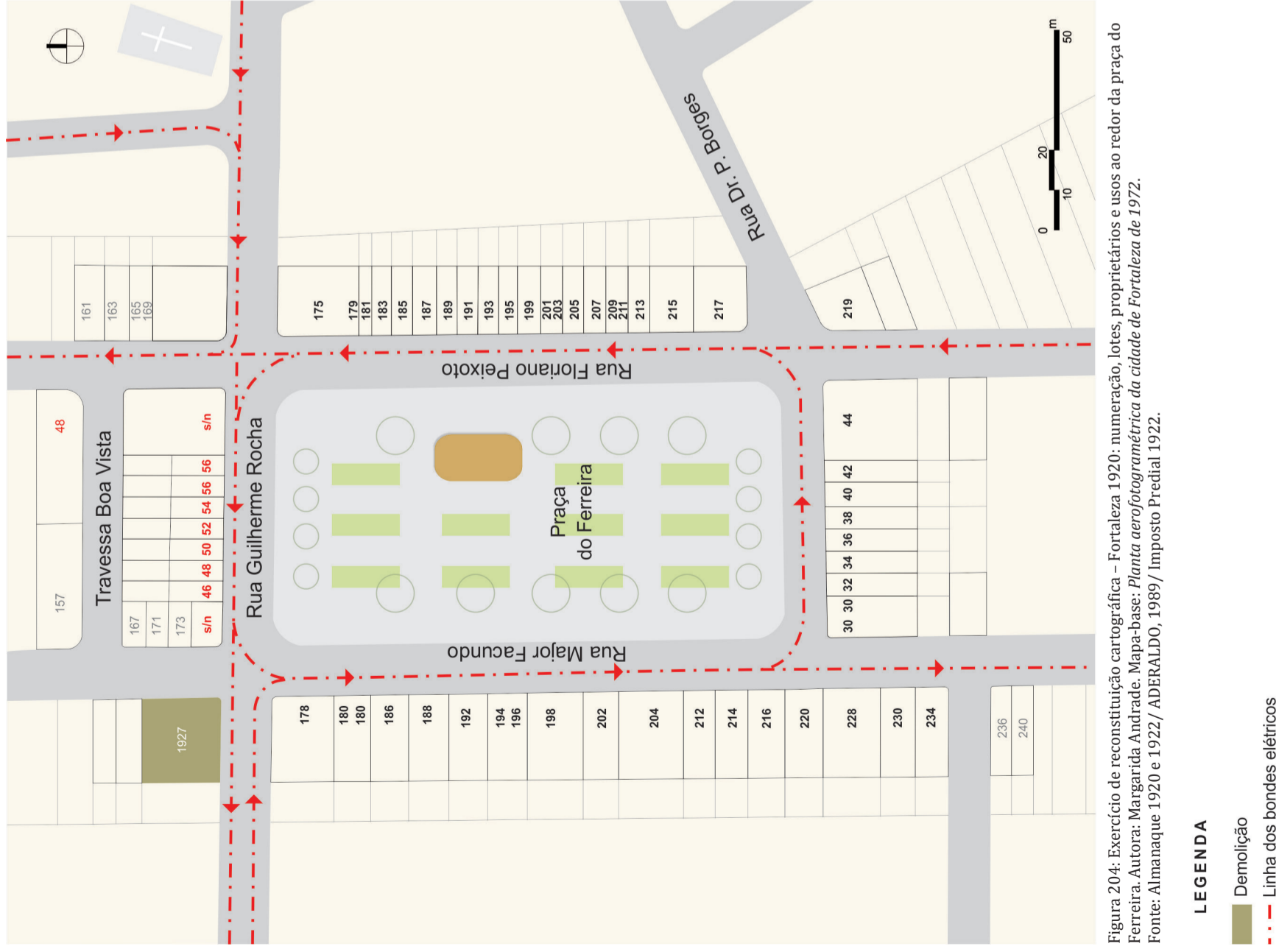


Figura 204: Exercício de reconstrução cartográfica – Fortaleza 1920: numeração, lotes, proprietários e usos ao redor da praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*. Fonte: Almanaque 1920 e 1922/ ADERALDO, 1989/ Imposto Predial 1922.

LEGENDA

- Demolição
- Linha dos bondes elétricos

- | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>162(96). Casa importadora (Benoit Levy & Cia.)</p> <p>166(98). Casa importadora (Reishofer Frères)</p> <p>170(100). Loja de moda Almeida (F. Flúza de Almeida)</p> <p>174(102). Riche Cinema (Luis Severiano Ribeiro)</p> <p>178(2). Maison Riche (Pedro Eugenio & Cia.)</p> <p>180(4). Casa exportadora e importadora (Solon & Valente)</p> <p style="padding-left: 20px;">Restaurante A Gruta (Theophilus Cordeiro)</p> <p>186(6). Casa importadora de louças, vidro e miudezas e Livraria Americana (Sousa Gentil & Cia.)</p> <p>188(8). Casa importadora (Sousa Gentil)</p> <p>192(10). Loja de moda Amadeu (R. Liberato & Cia.)</p> <p>194(12). Teatro e cinema Polytheama (Raimundo Lima)</p> <p>196(12). Polytheama tabacaria (J. Bezerra Neto)</p> <p>198(14). Casa importadora (Machado Coelho & Cia.)</p> <p>202(16). Farmácia Pasteur (Eduardo Bezerra & Cia.)</p> <p>204(18). Teatro e cinema Majestic (Luis Severiano Ribeiro)</p> <p>204(20). Hotel Majestic (Luis Severiano Ribeiro)</p> <p>212(22). Casa Almeida (Almeida & Cia.)</p> <p>214(24). Farmácia Galeno (Joaquim Studart da Fonseca)</p> <p>216(26). Alfaiataria e Barbearia ABC (Alfredo Guimarães)</p> <p>220(28). Livraria Orion e Atelier de retratos (J. Ribeiro)</p> <p>228(104/106). Cine Moderno (Plácido Carvalho)</p> <p>230(108). Ribeiro Óculos</p> <p>234(110). Café Emygdio (Emygdio & Irmão)</p> <p>236(112). Loja de calçados Bota Universal (Marcílio Viana)</p> <p>240(114). Não identificado</p> <p>(97). Não identificado</p> <p>30(30). Mercadinho Torres</p> <p>30(30). Para Todos</p> <p>30(30). Foto Sales</p> <p>30(30). Foto Sales</p> <p>32(32). Armazém de estivas, cereais e miudezas (Braga, Barroso, Andrade & Cia.)</p> <p>34(34). Alfaiataria Amâncio (viúva Amâncio Cavalcante)</p> <p>36(36). Moldura Cearense (A. Medeiros)</p> <p>38(38). Casa de fumo (R. Agostinho)</p> <p>40(40). Loja de Secos e Molhados (Veira Gurgel & Cia.)</p> <p>42(42). Farmácia Vidal</p> <p>44(44). Casa de Moda Maranguape (Agapito Sales & Cia.)</p> <p>44(46). Casa de Moda Maranguape (Agapito Sales & Cia.)</p> <p>(52). Não identificado</p> <p>(52a). Não identificado</p> <p>(48). Albano & Irmão</p> <p>157(87). Casa Forte (Chaves & Cia.)</p> <p>167(89). Casa de Moda Bazar Cearense (J. Lopes & Cia.)</p> <p>171(91). Casa de Moda Republicana (F. Caminha Muniz)</p> <p>173(93). Tabacaria Emygdio (Emygdio & Irmão)</p> <p>s/n (1). Casa de moda (Emygdio & Irmão)</p> <p>46(3). Loja Crysanthemo (A. Nunes Valente)</p> <p>48(5). José Castelo Branco</p> <p>50(7). Escritório The Iron Work Trading CO LTD(J. Lopes & Cia.)</p> <p>52(9). Joalheria Suíça (Luiz Gonther & Cia.)</p> <p>56(11). Não identificado</p> <p>58(13). Não identificado</p> <p>58(15). Não identificado</p> <p>s/n. Câmara Municipal</p> | <p>161(61). Casa de moda (Cisne Telles & Cia.)</p> <p>163(63). Casa de moda (Marcos Dias & Cia.)</p> <p>165(65). Casa de moda Rosa dos Alpes (João Carvalho)</p> <p>169(65a). Casa de moda El Contato (A. Ferreira Sá)</p> <p>171(65a). Casa de moda Olsen (Olsen & Irmão)</p> <p>173(67). Casa de moda Rosa dos Alpes (João Carvalho)</p> <p>175(17). Palacete Ceará - Altos: Clube Iracema / Baixos: Rotisserie Sportmar (Júlio Pinto)</p> <p>175(19). Palacete Ceará - Altos: Clube Iracema / Baixos: Rotisserie Sportmar (Júlio Pinto)</p> <p>181(23). Casa de moda El Contato (Cauby Ribeiro & Cia.)</p> <p>183(25). Casa de moda El Contato (Cauby Ribeiro & Cia.)</p> <p>185(27). Casa de moda Empório Moda (Fontenele & Saboia) e Armazém de estivas, cereais e miudezas (Luis Perdigão Barros)</p> <p>187(29). Armazém de estivas, cereais e miudezas (V. Castro & Cia.)</p> <p>189(31). Loja de fazenda e miudezas (Habid Abbaid & Filho)</p> <p>191(33). Barbearia (Fenelon Pereira Maia)</p> <p>193(35). Empresa Telefônica (J. de Oliveira)</p> <p>195(37). Conrado Cabral & Cia.</p> <p>197(37). Casa de Moda (Paulo Caminha)</p> <p>199(39). Armazém de estivas, cereais e miudezas (J. Leopoldina Silva)</p> <p>201(41). Casa de ferragem (J. Patrício & Cia.)</p> <p>203(41). Armazém de estivas, cereais e miudezas (Fco. Vieira Perdigão)</p> <p>205(43). Armazém de estivas, cereais e miudezas (A. Simões & Cia.)</p> <p>207(45). Armazém de estivas, cereais e miudezas (F. Ribeiro Leitião)</p> <p>209(47). Armazém de estivas, cereais e miudezas (F. Ribeiro Leitião)</p> <p>211(47). Armazém de estivas, cereais e miudezas (Vasconcelos & Cia.)</p> <p>213(49). Zaihouth & Cia.</p> <p>215(61). Gity Club</p> <p>217(63). Oficina de Funiaria São José (Heráclito Rodrigues de Oliveira)</p> <p>217(65). Oficina de Funiaria São José (Heráclito Rodrigues de Oliveira)</p> <p>219(69). Mercaria de F. Ribeiro Leitião</p> <p>(61). Não identificado</p> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

o tráfego na **praça do Ferreira**, proibindo o estacionamento de carros particulares na Praça, na rua Pará e na rua Floriano Peixoto, no trecho compreendido entre as ruas Castro e Silva e São Bernardo (atual Pedro Pereira). Das duas garagens existentes, a Mazine localizava-se na praça do Ferreira nº 38 e a Garage Elite e o posto de Gasolina “The Texas C^o. (South American) Ltda ao seu redor (rua Major Facundo 48 e 105). O imposto de estacionamento de cada automóvel de aluguel nas alas sul e nascente da praça do Ferreira, é de 60\$000 réis por mês, enquanto na rua Pará custa metade, 30\$000 réis⁵²² (Figura 205).

Quanto ao **comércio** - existiam três farmácias e drogeries (Pasteur, Galeno e América); seis lojas de ferragens, louças e vidros; uma mercearia; dois armazéns de estivas; três camisarias; dois armarinhos; três lojas de fazendas e modas; uma loja de molduras e espelhos; uma de máquina de costura; uma de perfumaria; duas lojas de fotografias; uma de automóvel e acessórios; uma de Loteria; uma de instalação sanitária; um de electricista; quatro hotéis e pensão (Excelsior, Rotisserie Sportman, A Gruta, Pensão Frota); quatro cafés, bar e tabacarias; uma Estação Central da Empresa Telefônica; um Clube de danças e recreação (Iracema); três Cinemas e Teatros (Moderno, Majestic-Cine-Teatro e Politeama) (ALMANAQUE,1929-1933) (Figuras 206). Nessa década, quatro lotes são

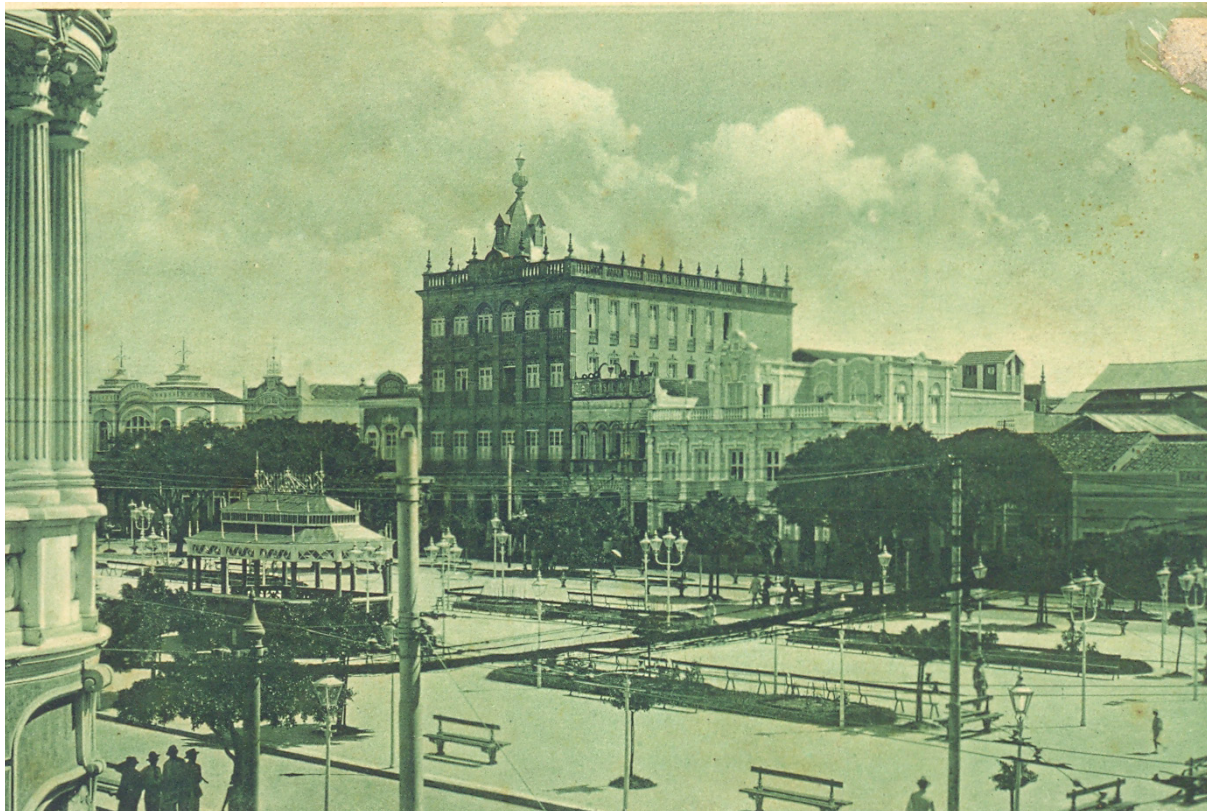


Figura 207: Praça do Ferreira na década de 30 anterior à construção do Cine São Luís.
Fontes: Coleção Nirez.








Figura 209: Praça do Ferreira - Coluna da Hora.
Fontes: Coleção Nirez.



Figura 206: Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1930: tipologia ao redor da praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*. Fonte: Almanaque 1930 e 1936/ ADERALDO, 1989/ Imposto Predial 1932.

LEGENDA

	Edifícios (Maior que 3 andares)		Linha dos bondes elétricos
	Sobrados		Coluna da hora
	Casas térreas		
	Demolição		



- 476(178). Edifício Granito Salas Comercias
- 484(180). Armazinho O Augusto (A. Saliba & Cia.)
- 486(180). Restaurante Gruta
- 494(186). DEMOLIDO Armazinho O Álvaro (Álvaro Monteiro)
- 500(188). DEMOLIDO Loja de Ferragens e Louças e Vidros (Emílio Cabral & Cia.)
- 508(192). DEMOLIDO Loja de moda Amadeu (R. Liberato & Cia.)
- 000(194). Teatro e cinema Polytheama (Raimundo Lima)
- 526(196). Casa Avenida (Aprigio Coelho de Araújo)
- 532(198). Casa importadora (Machado Coelho & Cia.)
- 538(202). Farmácia Pasteur (Eduardo Bezerra & Cia.)
- 548(204). Teatro e cinema e hotel Majestic (Luis Severiano Ribeiro)
- 548(204). Teatro e cinema e salão de bilhar Majestic (Luis Severiano Ribeiro)
- 560(212). Loja de Ferragens e Louças e Vidros Casa Almeida (Almeida & Cia.)
- 560a(212). Empreiteiro e Construtor Alberto Sá & Cia.
- 566(214). Farmácia Galeno (Joaquim Studart da Fonseca)
- 570(214). Confeitaria Para Todos
- 576(216). Camisaria R. Liberato & Cia.
- Dr. Cyro Leal (Consultório) Altos
- Dr. Benjamin H. de Medeiros (Consultório) Altos
- 580(220). Confeitaria Cinelândia
- 584(220). Foto Sales
- 586(220). Confeitaria Queluz
- 594(228). Cine Moderno (Plácido Carvalho)
- 604(230). Confeitaria Cristal
- Dr. Atilo Sendé (Sala comercial) Altos
- Dr. Álvaro Fernandes (Sala comercial) Altos
- Dra. Elisabeth Sendé (Consultório)
- 612(234). Calçados Pio Rodrigues

- 630(236). Loja de calçados Bota Universal (Marcilio Viana)

- 201(38). Casa de fumo (R. Agostinho)

- 000(s/n). São Lourenço
- 124(46). Loja Crisantemo (R. Guilherme Santos)
- 118(50). Café Avenida
- 114(52). Café Iracema
- 106(54). Café Comércio (Luiz Gonthier & Cia.)
- 000(56). Maison Chic
- s/n. Câmara Municipal

* As outras numerações não foram identificadas.

Figura 208: Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1930: numeração, lotes, proprietários e usos ao redor da praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972. Fonte: Almanaque 1930 e 1936/ ADERALDO, 1989/ Imposto Predial 1936.

LEGENDA

- Demolição em 1938
- Linha dos bondes elétricos

inaugurado (Figura 207). Em 1933 a nova numeração métrica é introduzida, sendo orientadas as ruas norte a sul, do mar para o sertão, e as ruas leste oeste começam na rua Conde d'Eu, e seguem cada um para o lado correspondente (Figura 208). Na administração do prefeito Raimundo Girão, substituiu-se o coreto por uma coluna com quatro relógios um em cada face. De concreto armado e revestida em pó de pedra, um típico exemplar do *Art Déco* (Figura 209).

3.7 ESCRITÓRIOS ESTRANGEIROS E NACIONAIS, NEGOCIANTES, CAPITALISTAS E PROPRIETÁRIOS DE TERRAS E IMÓVEIS URBANOS EM MEIO A OUTROS ATORES

Dentre as casas comerciais estrangeiras que se estabeleceram em 1860, atuantes em 1870, pode-se identificar Kalkmann & Cia⁵²³, alterando a razão social para J. Schaeppfer & Cia em 1874; a Bruno & Cia⁵²⁴; a J.U. Graff & Cia⁵²⁵; H. Saxer & Cia; Jeanvenand & Cia, Scheliplay & Cia; juntamente com a Boris Frères (Casa Boris). Outras firmas francesas instalaram-se em Fortaleza: Gradvohl Frères e Levy Frères. A Weill & Cia, a Habisreutinger & Cia e a Brurmschiveiberg⁵²⁶ implantaram-se em Aracati⁵²⁷. Em 1930, Gradvohl era apresentado “como “banqueiro–negociante” e “negociante–exportador” do Ceará, Levy como “negociante –importador” e Boris, diferentemente dos dois anteriores, descrito como um negociante que reunia as três atividades” (TAKEYA, 1995:138).

Segundo TAKEYA,

Interessados em tudo aquilo que beneficiassem a atividade comercial de modo geral e favorecesse a expansão de seus negócios na província, os **comerciantes estrangeiros** estiveram envolvidos em iniciativas como, por exemplo, a criação de bancos (para facilitar o desconto de títulos, as operações de câmbio, etc.), o estabelecimento de estradas de ferro (para o escoamento da produção para os portos litorâneos), e a fundação de companhias de seguros (para garantia das mercadorias transacionadas). É desta forma que se tentou criar o “Banco Comercial”, em 1869 – numa tentativa ainda frustrada -, que se concedeu autorização para formar-se a “Cia. de Seguros União Cearense”, no mesmo ano, com ‘capitais cearenses e ingleses’, que foi assinado o contrato para a construção da primeira ferrovia da província, em 1870, e até mesmo se cuidou da iluminação pública da capital, efetuada em 1867. (1995:113).

Essa polarização dos negócios na capital permanece até segunda década do século XX, como anota Girão:

Até 1920 este quadro não sofreu alteração sensível, tudo progredindo em marcha tardia, mas constante e polarizando-se os negócios a mais e mais na capital, onde se consolidavam casas importadoras e exportadoras de maior importância, como Singlehurst, Boris Frères, Gradvohl & Fils, Levy Frères, Albano & Irmão, Frota & Gentil, Tomé Mota, Machado Coelho, J. Bruno & Cia.

Era pronunciada, agora, a influencia de comerciantes franceses, não somente na mercancia em grosso, como na dos artigos da moda e armarinhos. Os figurinos

⁵²³ Funcionando desde 1867 e durante todo a década de 1870 em Fortaleza, comprava couro para exportação e importava farinha de trigo, alterando em 1874 sua razão social para J. Schaeppfer & Cia. (TAKEYA, 1995:136). A Décima Urbana de 1890 faz referência a empresa Kalkmann.

⁵²⁴ Existiu também durante a década de 1870.

⁵²⁵ Sua matriz era em Paris com filiais no Rio Grande do Norte e Ceará.

⁵²⁶ Na segunda metade da década de 1870.

⁵²⁷ “Embora no século XIX estivesse em curso o processo de hegemonia de Fortaleza, aquela cidade continuou sendo um pólo comercial importante, reforçado nos anos sessenta e parte dos setenta, quando drenou para o litoral a produção de algodão do vale do Jaguaribe. Além disso, Aracati manteve-se como um centro importante no comercio de couros da província e de cera e palha de carnaúba” (TAKEYA, 1995:135).

parisienses esplendem nos salões de sociedades elegantes de alta expressão, como o “Clube Cearense”, que reunia a goma do mundanismo, e o “Clube Iracema”, saído daquele numa como que repulsão aos exageros dum aristocracismo vaidoso. Assim em Fortaleza, como em muitas cidades do interior, realça-se uma gente encartolada e de luvas, que sabe portar-se na rua em cavalheirismo impecável, e em casa se requinta num luxo refinado, imitando o europeu” (GIRÃO, 1947:113-114).

São também essas firmas que criam as usinas de beneficiamento e prensagem, com o objetivo de garantir o padrão de qualidade de exportação do algodão a ser vendido no mercado internacional. Além disso, importavam artigos de luxo bastante diversificados (vinhos, chapéus de feltro, cartolas, espelhos, leques, fazendas bordadas, aguardente, armas, azeite, batatas, bonés, calçados de couro, cartas de jogar, chá, cerveja, chapéus de seda e palha, especiarias, feijão, farinha, livros, louças, vidros etc.). Joseph Clement, Gradwohl & Cia., Singlehurst & Cia., Henri Cals, Henri François Golinac e Pierre Hipolite Girard, principalmente Boris Frères, (BRASIL,1997:416). Segundo Leite, *“a produção interna não era suficiente para suprir a demanda, sobretudo nos períodos de seca, e nas épocas em que se intensifica o plantio do produto de exportação”* (LEITE, 1994:115). A autora também destaca *“a debilidade da produção artesanal local que sofria, ainda mais, com a concorrência dos artigos estrangeiros”* (LEITE, 1994:115). O dono da **Gradvol & Fils**⁵²⁸, Henry Lazare Gradvol, participa em vários negócios, incluindo o algodão, investe em duas usinas de beneficiamento de óleo e algodão⁵²⁹, gerando a fábrica têxtil de Maranguape, destinada à produção de algodõezinhos crus e sacarias. Observa-se assim que as principais atividades econômicas tiveram como protagonistas estrangeiros – especialmente ingleses - destacando-se importantes figuras na economia regional, na política e na administração do Ceará, seguidos pelos Gradwohl e Levy na comercialização dos courinhos (ovinos e caprinos).

Boris Frères⁵³⁰ foi a mais importante firma na economia regional e atuou na política e na administração do Ceará. Expandiu os negócios em vários ramos: importações, exportações, agroindústria, cana-de-açúcar e outros e além disso, organizou uma agência de seguros e navegação e tornou-se proprietário da fábrica têxtil “Ceará Industrial”, dada como pagamento de dívida.

Mirtil Lima & Cia., destaca-se no comércio de fazendas, estivas e miudezas. Pertenciam aos estrangeiros as **joalherias** mais importantes: Albert Roth⁵³¹, Charles Adolph Cranes e Jacques Weil.

Quanto às **indústrias**, destacam-se “Dard Lacorone” na destilação de bebidas, “Altieri & Gabriele” na confecção de gravatas, “Louiz Cholowscki” em oficina tipográfica e de encadernação, “Necor Ascotine” em ourivesaria, “Jacques Weill” no conserto de relógios e “Frederico Skinner” em trabalhos com mármore, sem falar de alguns portugueses com panificadoras. *“Esses comerciantes, quase todos estrangeiros, reuniram-se e fundaram a Associação Comercial do Ceará, procurando proteger seus interesses, opondo-se as medidas fiscais que inibissem o comércio”* (LEITE, 1994:115).

Quanto aos **comerciantes nacionais**, destacam-se os do ramo **farmacêutico** - Antonio Eloy, boticário Antônio Paes da Cunha Mamede⁵³² - e no ramo de **tecidos** - Smith de Vasconcellos (O Barateiro), Barão

⁵²⁸ Proprietários judeus franceses, Gradvol e Henry Lazare Gradvol e filhos, o objetivo da firma é “o comércio de importação e exportação de mercadorias, gêneros de produtos de qualquer natureza, no Brasil e particularmente no Ceará. A sede social se localiza em Paris” (ARAGAO, 1989:43).

⁵²⁹ Almanaque do Ceará 1939.

⁵³⁰ De procedência francesa, se fixa no Estado em 1869, fundando a casa de comércio Theodore Boris & Irmão. Além do Ceará, os negócios se ampliam em outros estados como Piauí, Pernambuco, Rio Grande do norte, Paraíba, Maranhão, Rio de Janeiro e praças comerciais no exterior (SOUZA MOTA, 1982).

⁵³¹ Possuía somente o imóvel onde residia na rua Major Facundo no 58 em 1890.

⁵³² Foi expositor na Exposição Nacional de 1861.

⁵³³ Em 1890 possuía somente dois imóveis localizado na rua Senador Pompeu.

⁵³⁴ Em 1890 possuía oito imóveis, todos na rua Formosa, residindo no número 127.

de Aratanha e seu irmão Antônio Albano (Casa Albano), Antônio Justa, Diogo & Cia., Santos Neves, Bernardino Carvalho, Antonio Garcia, Esmerino Barroso, Salgado & Cia., Seixas Correia & Cia., Frota & Gentil, J. Bruno, Filho & Cia., Cruz Irmão, Sousa Carvalho & Filho, Marques Dias & Cia., J. Barroso & Cia., Costa Freire & Cia. e Jesuino Lopes (SOUZA, 1960). No ramo dos **artigos finos** também se destacam os nacionais - Confúcio Pamplona⁵³³ e Geminiano Maia⁵³⁴ (Barão de Camocim, Lojas “O Profeta” e “Louvre”) -, bem como na importação de **ferragens** - Antônio Valente, Amaral & Filhos e Conrado Cabral & Cia.- e no comércio de **secos e molhados** - Joaquim Barbosa e Osório de Paiva.

Gradativamente o **comércio exportador** mescla nacionais, com ancestrais lusitanos, e os estrangeiros, como se observa no levantamento do *Almanaque do Ceará* de 1900 (Tabela 28).

TABELA 28

CASA EXPORTADORAS ESTRANGEIRAS E NACIONAIS - 1900		
1.	Albano & Irmão	Rua Major Facundo 85
2.	Boris Frères	Rua Boris
3.	Holderness & Salgado	Praça Jose de Alencar 5
4.	João Tiburcio Albano	Rua Floriano Peixoto 48
5.	J. C. Levy & Cia	-----
6.	J. Bruno de Miranda & Cia	Rua Major Facundo 34
7.	Bruno Filhos & Cia	Rua Formosa 101
8.	Justi e Barsi	Praça do Ferreira 27
9.	Joaquim Sá	Praça do Ferreira 51
10.	Levy Freres	Rua Formosa 52
11.	Menescal, Campos & Cia	Rua Major Facundo 60
12.	Silva Mattos & Irmão	Praça do Ferreira 29
TOTAL		12

Fonte: Décima Urbana de 1890, Almanaque de 1900.

No inventário do comerciante exportador **Luis Severiano da Cunha** (Visconde do Cauipe), são identificados vários devedores comerciantes: José Joaquim da Silva Bezerra, Francisco d’Oliveira Cabral, João Brígido dos Santos, Mamede & Irmão, José Joaquim da Costa, Francisco Pinto Brandão. O comerciante Manoel Monteiro da Silva era credor de dois comerciantes ligados ao ramo farmacêutico: herdeiros de Catão Paes da Cunha Mamede e José Eloy da Costa (LIMA,1999:120). Outros comerciantes, como Antônio Gonçalves da Justa, Francisco Castro da Fonseca e Luis Ribeiro da Cunha aparecem como devedores da grande firma estrangeira exportadora Singlehurst.

Assim, segundo Leite,

[...] era através das firmas exportadoras que os financiamentos e empréstimos eram obtidos. As secas afetavam intensamente muitos fazendeiros e comerciantes locais que acabavam contraindo dividas com as casas exportadoras, resgatadas muitas vezes através de produtos exportáveis. (1994:120).

⁵³⁵ Filho do senador Thomaz Pompeu de Souza Brasil (1818-1877).

⁵³⁶ Casado com Maria Teresa de Souza.

“À medida que os tornavam mais proeminentes alcançavam cargos políticos importantes [...] como por exemplo, Joaquim da Cunha Freire [Barão de Ibiapaba], [...] que foi chefe político de uma facções do Partido Conservador” (NOBRE, 1989:56 apud LEITE). O crescimento “do numero de comerciantes na praça de Fortaleza, na década de sessenta, levou à fundação da Associação Comercial do Ceará, em 1866.” Muitas vezes os Presidentes da Província eram convidados para o “quadro honorário [...] de forma a defender seus interesses sem entrar em conflito com o governo, com quem mantinham relações cordiais” (LIMA,1999:122).

A Décima de 1872 aponta que as grandes propriedades urbanas pertenciam aos negociantes portugueses e nacionais e, em menor proporção, aos comerciantes exportadores estrangeiros.

É o caso do Dr. **Thomaz Pompeu de Souza Brasil**⁵³⁵ (1852-1929), juntamente com seu irmão médico, Antônio Pompeu de Sousa Brasil (1851-1886), e seu cunhado Antonio Pinto Nogueira Accioly⁵³⁶ (1840-1921), que instalaram em 1882 a primeira fabrica de fiação e tecidos cearense, denominada Pompeu & Irmão⁵³⁷. Ele era integrante da sociedade anônima da Banco do Ceará⁵³⁸, tornando-se em 1903 o seu presidente ao lado de Alfredo Salgado (secretário) e Antônio Frederico de Carvalho Mota (diretor). Era também sócio da Companhia Ferro Carril do Outeiro (1896), criada para prestar serviço de transporte coletivo por meio de “bondes de burros” no sentido leste da cidade. Assume a presidência da primeira diretoria da Associação Comercial do Ceará e inaugura a Fabrica Progresso (1899), sendo, também, presidente do Centro Industrial Cearense em 1919.

Uma das características da trajetória dos chamados **capitães das indústrias cearenses** é o processo de concentração de riquezas assegurado pela multiplicidade de investimento nos diversos segmentos da economia do Estado.

Outra antiga atividade cearense é a de extração de **óleos vegetais** que “até a década de 1920, era destinada, quase que exclusivamente, à fabricação de sabão nas próprias fabricas onde os óleos eram extraídos.” (VIANA, 1994:392). De acordo com Carlos Viana, já existiam em 1886 duas fábricas de óleos vegetais em Fortaleza de propriedade do **Barão de Ibiapaba**⁵³⁹ e do Dr. **Guilherme Rocha**⁵⁴⁰.

Assim descreve Carlos Viana sobre os dois empreendedores

O **Barão de Ibiapaba** [Joaquim da Cunha Freire](1827-1907), pelo seu caráter empreendedor, ficou conhecido como ‘Mauá Cearense’. Consta, entre seus empreendimentos, a participação como sócio da firma que iniciou a construção da E. F. de Baturité. Esteve ligado também a projetos, na década de 1860, que não se concretizaram, como a exploração da iluminação a gás de Fortaleza e a instalação do Banco Comercial.[...]. Já **Guilherme Cezar da Rocha** (1846-1928), que ficou mais conhecido por suas atividades políticas, sobretudo por ocupar o cargo de Intendente de Fortaleza por 20 anos ininterruptos (1892-1912), era proprietário da firma Guilherme Rocha & Cia, que instalou a Drograria Central, em 1872, na rua Formosa (atual Barão do Rio Branco), e que explorava o comercio de exportação e importação. Em 1896, era ele Presidente do Conselho Fiscal da Caixa Econômica e, em 1903, o agente da Cia de Seguros Paraense em Fortaleza (1994:393).

⁵³⁷ Localizada na rua Dr. Antônio Pompeu com a rua Santa Izabel (atual Princesa Isabel).

⁵³⁸ Este banco foi criado em 1893, situado seu escritório na esquina da praça José de Alencar (antiga Carolina) com Senador Alencar.

⁵³⁹ Segundo Girão, esta fabrica foi fundada em 1876 “com o objetivo de se extrair óleos de oiticica, a partir do qual se produziria sabão” (1971:260).

⁵⁴⁰ Esta “extraia exclusivamente o azeite de mamona” (ALMANAQUE DO CEARA, 1888).

O Decreto 1.663 de 15 de setembro de 1920 autoriza o Presidente do Estado a conceder ao negociante A. Távora, individualmente ou á empresa que organizar, isenção, pelo prazo de 10 annos, de todos os impostos estadoaes e municpaes para o commercio de exportação de productos oleaginosos e outros da oiticica.

⁵⁴¹ Nasceu em Aracati em 1855, acumula capital no Amazonas e retorna para o Ceará como comerciante em Senador Pompeu.

⁵⁴² Em 1912 transfere-se para Fortaleza instalando uma fabrica de óleo e sabão na Praça de Pelotas, no cruzamento da Rua Gen. Sampaio esquina da rua Meton de Alencar, onde funcionou no final do século XIX até 1904, “uma fabrica de sabão pertencente a vários marchantes [Joaquim Martins Jr.,Francisco de Araujo Barros e Antonio José de Souza], dentre os quais Antonio Diogo Siqueira” (VIANA, 1994:407). Em 1919 participa da fundação do Centro Industrial e ocupa o cargo de tesoureiro.

⁵⁴³ A Usina Gurgel além dos fios e redes “suas atividades se estendiam à produção de óleo extraído do caroço do algodão e fabricação de sabão com a marca GURGEL,que conferia à empresa maior elasticidade nos lucros advindos do produto principal, o algodão” (ALMEIDA,1989:51). Em 1930, a firma entra em concordata, sendo encampada pela A. D. Siqueira & Filhos, tornando-se sócia majoritária, sendo esta fundida à Usina Ceará (ALMEIDA, 1989:56).

⁵⁴⁴ Com o objetivo de expandir, a usina foi deslocada para o bairro do Matadouro pois “a retirada dos trilhos da estrada de ferro que passavam nas proximidades de sua [antiga] usina [na rua do Trilho atual Tristão Gonçalves], apressou sua decisão vez que a estrada de ferro representava, para o industrial da época, o único meio de transporte terrestre capaz de agilizar o escoamento de seus produtos como também para fazer chegar até à industria a matéria-prima necessária com custos mais reduzidos.Desse modo, a escolha do novo local teve como fator determinante a proximidade da estrada [de ferro que passava no bairro do matadouro]” (ALMEIDA,1989:51).

⁵⁴⁵ A Siqueira & Gurgel Ltda. e a A. D. Siqueira & Filhos são os “únicos responsáveis pela produção de óleo da capital até o final da década de 20” (ALMEIDA,1989:57).

⁵⁴⁶ Nasceu em Sobral em 1888, inicia suas atividades empresariais no ramo de fumos e depois no ramo têxtil.



Figura 210: Fábrica de tecidos Gurgel, Matadouro.
Fonte: Coleção Nirez.

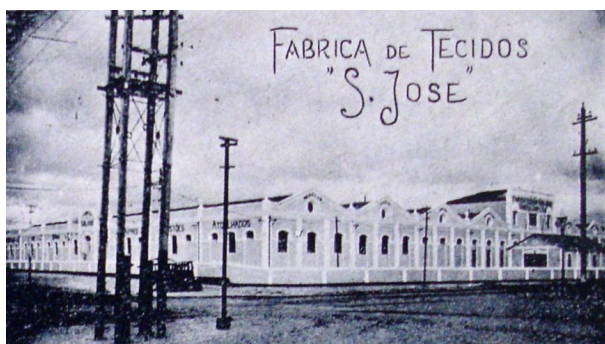


Figura 211: Fábrica de tecidos São José, Jacarecanga.
Fonte: Coleção Nirez.



Figura 212: Anúncio da Fábrica de Fiação S. Eliza.
Fonte: Almanak Hênault, 1913.

Os empreendedores, entre 1919 a 1925, relacionados à indústria de óleo de caroço de algodão⁵⁴¹ do Ceará eram - **Teófilo Gurgel Valente**⁵⁴² dono da Usina Gurgel⁵⁴³ (1919-1930) no bairro do antigo Matadouro⁵⁴⁴, **Antonio Diogo de Siqueira** e filhos (1888-1932) donos da Usina Ceará⁵⁴⁵ (Figura 210 e 211).

Pedro Filomeno Gomes⁵⁴⁶, industrial do ramo de cigarro, posteriormente monta uma fábrica de sabão e só após 1920 investe no setor têxtil. Vale destacar que este empresário era sócio da Siqueira Gurgel Gomes & Cia Ltda (Usina Gurgel) e se junta com a empresa Diogo Siqueira para instalar a Fabrica de Tecidos São José, em sua fase inicial. Nota-se, então, com esses dados que, na década de 1920, o sub-ramo da indústria têxtil de Fortaleza cresce por meio do processo de consolidação dos antigos grupos e do surgimento de dois novos – os grupos **José Pinto do Carmo** e **Pedro Filomeno Gomes**. Em 1924, expande suas atividades, ao lado de **Antônio Diogo de Siqueira**, Teofilo Gurgel e outros, transformando a usina de beneficiamento de algodão numa indústria de óleo sabão – a Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia Ltda. A nova concentração dessas indústrias (Baturité, Usina Gurgel e São José) na zona oeste da cidade acelera o processo de ocupação operária da área próxima às unidades fabris. Destaca-se, também, no setor imobiliário, com a construção de diversos edifícios espalhados pela cidade, a exemplo da indústria hoteleira, vários apartamentos e casas de aluguel e a vila São José para seus operários, nas proximidades da fabrica. Instala, no bairro de Jacarecanga, a Imobiliária Pedro Filomeno Gomes (Figura 212).

3.7.1 PRINCIPAIS FAMÍLIAS DETENTORAS DE IMÓVEIS URBANOS

O inventário *post-mortem* Cel. José Antônio Machado (1772-1869), na década de 1870 permite constatar que a família MACHADO era detentora terras e de diversos imóveis urbanos. Luiza Maria Machado Rodrigues casada com o comerciante Joaquim José Rodrigues, Leopoldina Machado de Azevedo Sá, casada com o Cel. Manuel Felix de Azevedo Sá (f.1871), possuía nesse momento quatro casas: rua da palma nº 98, rua Formosa nº 101, rua Rosário nº 18 e nº 8. Por herança do pai, recebeu terras na estrada de Messejana, medindo 443.015 braças quadrados (21,44km²) a 10 réis cada braça – 4.430\$150 réis, bem como terras em comum com os demais herdeiros junto à cidade e entre as estradas que seguem para Messejana e Tauape (2.327\$177). Todos os bens foram leiloados. Terras denominadas Cocó foram repartidas entre os descendentes, chegando posteriormente a ser uma parte vendida para Barão de Aquiráz. Sua filha Antônia Machado da Fonseca (f.1889), casada com o comendador português Francisco Coelho da Fonseca (f.1896), recebeu uma gleba de terras entre as da irmandade N. S. do Rosário e do Barão de Aquiras. Sua filha Leopoldina Machado de Azevedo Sá, casada com o Cel Manuel Felix de Azevedo e Sá herdou terras que foram depois arrematadas para de pagamento da dívida passiva.

Com base nas Décimas Urbanas de 1872 e 1890, também como nos Inventários *post mortem* e nos almanaques, pode-se identificar e caracterizar perfis semelhantes ao do Cel. José Antonio Machado, notando-se que os homens mais ricos da cidade eram negociantes lusitanos, **proprietários de imóveis urbanos**.

TABELA 29

PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS URBANOS – 1872	
Barão de Aquiráz – Gonçalo Batista Vieira	44
Luis Ribeiro da Cunha, negociante	38
José Joaquim Carneiro, major, negociante	34
Barão de Ibiapaba – Joaquim da Cunha Freire, negociante	28
Thomaz Pompeu de Souza Brazil, senador	26
João Antonio do Amaral, negociante	26
Visconde do Cauipe - Severiano Ribeiro da Cunha	22
Francisco Manoel Alves, capitão, filha casa com Jose Correia do Amaral	22
Barão de Aratanha - José Francisco da Silva Albano	20
Luis de Seixas Correia, negociante	20
Luiz Rodrigues Samico, negociante	18
Diogo José da Silva, negociante	17
Manoel Francisco da Silva Albano	15
José Martiniano de Alencar, Conselheiro	15
Antonio Gonçalves da Justa, comerciante e político	15

Fonte: Décima Urbana de 1872.

Observam-se concomitantemente novos atores emergindo no cenário e assumindo o controle da economia da cidade, convertendo-se nos principais proprietários dos imóveis urbanos até então. Os estrangeiros, donos de casas de exportações e importações, por incrível que pareça não eram os grandes proprietários de imóveis urbanos; ao contrário, eram grandes latifundiários rurais no último quartel do século XIX, destacam-se portanto os comerciantes de origem portuguesa atuantes desde o início do oitocentos.

O negociante **Gonçalo Baptista Vieira** (1819-1896), Barão de Aquiráz - bacharel em Direito, pela Academia de Direito de Olinda (1843), filiou-se ao Partido Conservador. Após a morte de seu primo, o senador Miguel Fernandes Vieira, em 1862, assumiu a chefia do Partido na Província. Deputado à Assembleia Geral, Vice-presidente (1877), recebeu o título de Barão de Aquiraz em 1871, incluído em lista senatorial apresentada à escolha da Coroa (STUDART, 1910: 344) Em 1873, juntamente com o Senador Pompeu (Tomaz Pompeu de Souza Brasil), Barão de Ibiapaba (Joaquim da Cunha Freire), o inglês Henrique Brochlehurst e o engenheiro José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, iniciam a implantação da Companhia Cearense de Via Férrea de Baturité. A Décima Urbana de 1872 registra 44 imóveis em suas mãos totalizando 1:423\$600 de aluguel por mês. Segundo o Almanaque de 1873, residia na praça Municipal nº 14. Seus bens de raiz em 1886 eram: **sítio** no lugar chamado **Damas**, Município de Parangaba, com terras para plantação de cana e outras lavouras com pequena casa de morada- 3:000\$000 réis, **terreno em Damas** com casa de tijolo e telha e terras secas ao poente da estrada empedrada que vai desta capital para aquela vila – 1:000\$000 réis; **terras na estrada** que segue para **Mecejana, boulevard B. do Rio Branco** - 450 braças (990,0m) de frente pela mesma estrada, 640 braças (1408,0m) pelo lado esquerdo, 625 braças (1375,0m) e 900 braças (1980,0m) pelo lado direito. Por compra feita aos herdeiros do Cel Manoel Felício Azevedo e Sá, adquiriu o **sítio Alagadiço Grande** com grande casa de morada, plantações de canas, engenho, fábrica e “locomóvel” a vapor- 16:000\$000; na **rua Gal Sampaio** n^{os}

116, 118, 120, 124, 126, com fundo correspondente para a 24 de Maio, parte de uma cacimba para diversas casas e o imóvel nº 91 com 2 portas; na **rua São Bernardo** nºs 35, 37, 39, 41, 43, 45, 47, 49, imóveis com duas portas e divididos ao meio e parte de uma cacimba que serve para diversas casas; na **rua Formosa** nº 97, casa de tijolo e telhas com 6 portas, com sótão, tendo cinco portas para a Rua Municipal; na **rua Major Facundo** nºs 51 (armazém), 53, 97, 99, 101, 103, 105; na **praça do Ferreira** nº 18 (sobrado), nº 20, (sobrado), nº 30 com cinco portas esquina com a Rua Major Facundo com seis portas, nºs 32, 34, 36, 38, 40, todos com duas portas, na **praça da Sé** nº 9, imóvel com seis portas fazendo esquina com a rua Sena Madureira com cinco portas, na **praça José de Alencar** nº 24, casa com cinco portas e fundo até o meio da cacimba existente no quintal; na **rua Sena Madureira** nºs 47 e 105, casas com quatro portas e três portas e fundo correspondente à rua do Sampaio; na **rua do Quartel** nºs 14, 16, na **Rua Boa Vista** nºs 47 e 63, casas de quatro portas e uma porta, na **rua do Sampaio** seis quartos; e na **rua Senador Pompeu** nº 128 esquina com a Rua das Trincheiras⁵⁴⁷.

Thomaz Pompeu de Souza Brasil é senador (1818-1877), intelectual e influente líder do partido Liberal, jornalista, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife e indicado em 1864 para senador do Império. Desenvolve também algumas atividades empresariais: proprietário da Tipografia Brasileira, sócio do cel. Antônio Pereira de Brito e Paiva⁵⁴⁸, e presidente da “*Companhia Cearense da Via Férrea de Baturité*” constituída com o objetivo de se construir “*uma via férrea que partindo da capital do Estado, fosse ter à cidade de Baturité*” (FERREIRA, 1989:32), cujas ações foram avaliadas em 20\$000 (vinte contos de réis). Possuía também 40 ações da Cia de gás avaliadas em quatro contos de réis (4:000\$000). Segundo seu inventário de 1877, possuía várias **casas**: na rua da Cadeia nº 107, nº 109; rua da Alfândega nº 4, rua da Alagoinha com terreno anexo, rua da Amélia/ rua Municipal, **morada**, Rua Boa Vista nº 4; com 2 portas; na rua Formosa, com 2 portas; na rua da Cadeia (Gen. Sampaio) nº 109, esquina com a rua da Municipalidade; na rua da Cadeia (Gal Sampaio) nº 107 (com 2 portas), nº 118 (com 3 portas) (onde mora o herdeiro Hildebrando), nº 120 (com 2 portas; rua da Cadeia nos fundos da Igreja São Bernardo, com 2 portas, cinco casas na rua do Imperador s/n, anexas; três casas na rua do Patrocínio s/n, anexas, alem dos imóveis, possuía vários **terrenos**: na rua Alagoinha com 30 palmos (6,6m); na rua Alagoinha com 20 palmos (6,6m); na Estrada Empedrada de Arronches, quarteirão do Benfica, na rua do Imperador, na rua do Paiol⁵⁴⁹. Seus bens de raiz foram avaliados em 35:296\$000 réis. O médico **Antonio Pompeu de Souza Brasil** (1851-1886), **Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil**, (1852-1929) seus filhos juntamente com o bacharel **Antonio Pinto Nogueira Accioly** (1840-1921), seu cunhado, iniciam atividades empresariais, constituindo a firma Pompeu & Irmão. Antônio, em 1890, possuía três imóveis no Boulevard Imperador s/n, na Senador Pompeu nº 18, e dois na rua 24 de maio. As propriedades do Dr. Thomaz localizam-se nas proximidades da fabrica na rua do Paiol (atual Tereza Cristina) com 22 unidades, uma na 24 de maio nº 120 e três na Pe Mororo s/n. Nogueira Accioly possuía três imóveis na rua 24 de maio (nºs 37, 110 e 122) um na rua da Lagoinha e outro na rua da Cadeias (atual Gan. Sampaio), nº 104.

⁵⁴⁷ Inventário da baronesa de Aquiráz (Miguelina Fernandes VIEIRA).

⁵⁴⁸ Participava da sociedade anônima com 60 ações.

⁵⁴⁹ Além de um sitio Magnólia em Arronches, duas casas em Messejana e terras em São Francisco.

Luis Ribeiro da Cunha (faleceu em 1889), matriculado na Associação Comercial, com armazém de secos e molhados, loja de fazenda, um armazém de farinha de trigo por atacado, todos na rua

Formosa nº 70 e s/n, além de uma fábrica de sabão (*ALMANAK, 1870*). A firma Luis Ribeiro da Cunha & Sobrinho implantou uma fábrica de sabão fora da cidade em terras de Soure, atual Caucaia, pois esse equipamento exigia “*condições especiais para o processamento da matéria-prima*” (NOBRE, 1989:131). Observa-se que este ramo industrial um “*certo desenvolvimento no Ceará, em 1861-1870, para atender ao consumo crescente da população urbana*” (NOBRE, 1989:131). Era proprietário de **38 imóveis**, dos quais 11 se localizavam na rua Formosa nº 17 na rua Amélia, três na rua da Assembléia e oito na rua das Flores.

O **Barão de Ibiapaba**, coronel **Joaquim da Cunha Freire**⁵⁵⁰ (1827-1907), comerciante, acumulou grande fortuna. Governou várias vezes como vice-presidente da Província. Foi presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, da Junta Comercial, da Caixa Econômica e Monte de Socorro da província (STUDART, 1910). Com Tomaz Rich Brandt, constituiu a empresa que substituiu a iluminação de óleo de peixe pelo gás hidrogenal em Fortaleza, como também participou da sociedade anônima constituída com o objetivo de implantar a Estrada de Ferro de Baturité. Possuía **28 imóveis**: na praça Visconde de Pelotas s/n; na rua da Alegria nº 9; na rua das Hortas s/n; na rua do Rosário nº 36; seis na rua Amélia; seis na rua Boa Vista (nº 25^a b c, nº 66^a, nº 128, nº 130); quatro na rua São Bernardo s/n; seis na rua Formosa (nº 124, nº 126, nº 128, nº 129, nº 156, nº 158, nº 162). Sua firma, denominada Joaquim da Cunha Freire & Irmão, situava-se na rua da Palma nº 54, assim como os seus armazéns de secos e molhados e de açúcar.

O negociante, comendador e vice-consul tenente-coronel **Severiano Ribeiro da Cunha**⁵⁵¹ (1831-1876), **Visconde do Cauipe**, era proprietário de um armazém de secos e molhados na rua Formosa nº 48, juntamente com seu irmão. Era sócio efetivo da Associação Comercial e proprietário de 22 imóveis urbanos: três na rua da Amélia (nºs 27, 49, 58, 64 e 90); nove na rua da Assembléia⁵⁵² (nºs 29, 31, 33, 35, 37, 39, 41, 43 e 47); dois na rua da Cadeia (nºs 94 e 96); dois Patrocínio (nºs 63 e 95); na praça Visconde de Pelotas s/n; na rua da Palma nº 135; na rua Formosa nº 48; na rua do Imperador s/n. Sua filha **Luisa da Cunha Sombra** casa-se com o **Dr. José Sombra**, proprietário de 11 imóveis em 1872, cujo inventário datado de (1888), apresenta 25 imóveis: rua Formosa nº 46; rua 24 de maio esquina com a rua da Assembléia, o que tem uma porta de fundo no nº 89; rua da Assembléia (nºs 73, 75, 77); rua do Livramento (nºs 1, 2, 3, 4 e 12); rua Senador Pompeu (nºs 46, 59, 142, 241); *boulevard* Duque de Caxias nº 72; rua do Rosário nº 7; rua Conde d’Eu nº 82; rua Boa Vista (nºs 107, 109); praça dos Voluntários (nºs 7, 22); rua Major Facundo nº 79; rua da Alegria nº 36; dois quartos pequenos na vila do Arraial desta província, avaliado em 87:375\$000, e um sítio denominado Coqueirinho, com casa⁵⁵³, no lugar Tauape, na antiga estrada de Pacatuba, perto de Arronches, avaliado em 4:000\$000 réis. Quanto aos **bens de raiz** adquiridos durante o matrimônio destacam-se ainda: uma chácara com casa de dez portas de frente para a Praça da Sé, numa esquina da rua Conde D’Eu, comprada a Luis Seixas Correia (30:000\$000 réis); e uma casa com duas portas na rua de Sampaio (900\$000 réis) e alugada para a Escola de Aprendizes Marinheiros⁵⁵⁴ (1:834\$169 réis). Tinha ainda duas cadernetas da Caixa Econômica com três contos de reis cada uma (6:000\$000 réis) e dinheiro em espécie (8:455\$980 réis)⁵⁵⁵.

O negociante major **José Joaquim Carneiro** possuía uma prensa hidráulica a vapor na rua do

⁵⁵⁰ Filho do português Felisberto Correia da Cunha e Custódia Ribeiro da Cunha.

⁵⁵¹ Casado com Eufrásia Gouveia, filha do comendador Manuel Caetano Gouvêa e de Francisca Agrela.

⁵⁵² Esses imóveis são compartimentos dos edifícios de frente para as ruas principais norte e sul.

⁵⁵³ Será parcelado depois de 1930.

⁵⁵⁴ Futuro local onde será implantada a Secretaria da Fazenda na década de 1920.

⁵⁵⁵ Inventário de 1888.

Mercado, um armazém de madeira e uma loja de fazenda na rua da Praia (ALMANAK, 1870). Executava outras atividades de construção: empedramento das ruas⁵⁵⁶ de Fortaleza e construção de Estrada⁵⁵⁷. Participou da sociedade anônima para a construção da Estrada de Ferro desta capital para Baturité com 50 ações, juntamente com outros negociantes. Segundo dados fornecidos pelo seu inventário⁵⁵⁸, possuía grande patrimônio: terreno de 450 palmos (99m) na estrada empedrada de Arroches com 500 palmos (110m) de fundo, extremado ao norte com casas de Padre Pedro Mastro Silva comprado a Bernardo José Pereira, avaliado por 700\$000 réis; terreno de 100 palmos (22m) na mesma estrada empedrada para Arronches do lado nascente, comprado de Adolpho Herbster, avaliado por 200\$000 réis; **terreno** de 100 palmos (22m) na mesma estrada, confinado de norte a sul com terras de José Antonio Vieira da Cunha, comprado de José Paulino Hornholtz; terreno de 650 palmos (143m) e 1050 palmos (231m) de fundo, cercado e foreiro a Câmara Municipal, com uma casa de taipa coberta de telhas no Arroches, comprado de Adolpho Herbster, avaliado 1:300\$000 réis; **sítio** denominado Alagoinha de um lado ao outro da estrada empedrada de Arronches com 100 braças (222,0m) de terreno, que confina ao sul com terreno de Manoel Francisco da Silva Albano, com uma casa de taipa arruinada, fruteiras em terras das Anigas e a lagoa, avaliado 3:000\$000 réis; **terreno** na praça dos Voluntários a contar da rua D'Alegria à rua Cond'Eu, com fundos para a lagoa do Garrote, comprado de Adolpho Herbster, avaliado por 2:000\$000 réis; **casa** coberta de palha em terreno de 30 palmos (6,6m) na rua dos Educandos com fundo correspondente, avaliado em 200\$000 réis; **casas** de palhas em um terreno de 80 palmos (17,60m), na Rua Formosa, comprado em leilão do agente Jatahy, por 869\$000 réis; um quarteirão no **Oiteiro** com 270 palmos (59,40m) na Rua da Gloria (atual Rodrigues Jr.), entre as ruas da Assembléia (atual São Paulo) e a do Colégio (atual Santos Dumont), lado nascente, comprado do Major Luis Thaumaturgo de Guerra Machado, avaliado em 200\$000 réis; uma nesga de terreno com 620 palmos (136,4m) de frente, entre as ruas Conceição (atual av Dom Manuel) e União, com fundos extremado com terras do Patrimônio São José, comprado dos Thaumaturgos, por 200\$000 réis; **terreno** de um quarteirão com 500 palmos (110m) nas ruas Leopoldina, Glória (atual Rodrigues Jr), Colégio (atual Santos Dumont) e São Luiz (atual Franklin Távora), comprado de Adolpho Herbster, avaliado em 400\$000 réis; casa de palha em um terreno na praia confinando ao sul com travessa do Chafariz, ao norte com o inventariado, ao poente com o Maceió e ao nascente com João José de Oliveira, comprado de Manoel Honorato de Nascimento e avaliado em 200\$000 réis; **armazém** de tijolos coberto de telhas situado a rua da praia, com uma porta de frente, nº 25, sem fundos, avaliado em 2:000\$000 réis; **sobrado** de um andar com quatro portas de frente situado na Rua da Praia, nº 27, avaliado em 15:000\$000 réis; **armazém** na Rua da Praia, com uma porta de frente e sem fundo, de tijolo coberto de telhas, avaliado em 2:000\$000 réis; armazém à Rua da Praia s/n, de tijolo, coberto de telhas, dividido em quatro salas, com armação envidraçada e balcão, alugado para o estabelecimento Sluphandler, avaliado em 8:000\$000 réis; armazém à Rua Cond'Eu nº 2, com máquina de prensa para algodão, máquina vertical, maquina e caldeira, máquina de cortar e furar, tudo hipotecado ao Barão de Ibiapaba no valor de 40:000\$000 réis; casa de tijolo coberta de telhas com duas portas de frente, na rua da Praia, junto ao arsenal, avaliada em 2:000\$000 réis; casa de tijolos coberta de telhas com duas portas de frente na rua da Praia, avaliada por 2:000\$000 réis; casa de tijolos coberta de telhas com duas portas de frente na rua da

⁵⁵⁶ Na rua das Flores, entre Rua senador Pompeu e o Cemitério Novo.

⁵⁵⁷ Contratado pelo presidente Marcelino Nunes Gonçalves em 1860 para construir a estrada de Mundaú até o rio.

⁵⁵⁸ Inventário de 1872.

Praia, avaliada por 2:000\$000 réis; terreno com alicerces na rua da Praia a terminar na Travessa do Maceió, avaliado em 400\$000 réis; casa de tijolo coberta de telhas à rua Conde'Eu, com três portas de frente e fundo nº 4, de 4:000\$000 réis; casa de tijolos coberta de telhas com duas portas de frente, à rua Cond'Eu nº 06, 3:000\$000 réis; casa de tijolos coberta de telhas com três portas de frente à rua Cond'Eu nº 8, de 5:000\$000 réis; casa de tijolos coberta de telhas com duas portas de frente e um quarto separado no quintal, na rua Cond'Eu nº 10, de 2:500\$000 réis; casa de tijolos coberta de telhas com duas portas de frente à rua Cond'Eu nº 12, de 2:000\$000 réis; casa de tijolos coberta de telhas com duas portas de frente à rua Cond'Eu nº 14, de 1:800\$000 réis; casa de tijolos coberta de telhas com duas portas de frente à rua Chafariz nº 84 2:000\$000; casa de tijolos coberta de telhas com duas portas de frente à rua Chafariz nº 86, de 2:000\$000 réis; casa de tijolos coberta de telhas com duas portas de frente à rua Chafariz nº 88, hipotecada ao Barão de Ibiapaba, como as duas acima, de 2:000\$000 réis; casa de tijolos coberta de telhas com duas portas de frente à rua Chafariz nº 90, de 2:000\$000 réis; casa de tijolos coberta de telhas com duas portas de frente à rua Chafariz nº 92, hipotecada ao barão de Ibiapaba, de 2:000\$000 réis; casa de tijolos coberta de telhas com duas portas de frente à rua Chafariz nº 94, hipotecada para o barão de Ibiapaba, de 2:000\$000 réis; casa de tijolos coberta de telhas com duas portas de frente à rua Chafariz nº 96, hipotecada ao barão de Ibiapaba, de 2:000\$000 réis; casa de tijolos coberta de telhas com duas portas de frente à rua Chafariz nº 98, hipotecada ao barão de Ibiapaba, de 2:000\$000 réis; casa de tijolos coberta de telhas com três portas de frente à rua Gen. Sampaio, s/n, hipotecada ao barão de Ibiapaba, de 3:500\$000 réis; casa na povoação de Arronches; e terras na Sabiaguaba compradas de Luis Mathes do Nascimento. Em 1878, arremata de Thereza Lima de Jesus casa de uma porta na Rua Conde d'Eu, no baixo da praia nº 12. Nota-se nesta década (1870) um parcelamento já definido por quadras na área do Outeiro nas proximidades do Colégio dos Educandos.

João Antônio do Amaral⁵⁵⁹ (falecido em 1878) português “*tornou-se um opulento negociante na capital cearense: o seu estabelecimento foi a primeira casa de comercio de ferragens aqui montada e onde foi vendida, no Ceará, a primeira maquina de costurar Singer*” (GIRÃO, 1975: 41). Sua loja situava-se no sobrado na rua Formosa nº 120, possuindo uma cocheira na rua Amélia s/n para estacionamento de seus animais. Seu filho **João Antônio do Amaral Junior** possuía uma loja de fazenda, uma taverna na rua da Palma nºs 86 e 79, sendo também proprietário de um imóvel na rua do Livramento s/n. O **português Amaral** possuía ao todo 26 imóveis urbanos, assim distribuídos: seis na rua da Amélia (nºs 141, 143, 174 e três s/n); três na rua das Trincheiras (nºs 4, 6 e 8); oito na rua São Bernardo (nºs 44, 46, 48, 50, e quatro s/n); um na rua Chafariz (nº 125); oito na rua Formosa (nºs 116, 120, 141, 143, 147, 149, 155 e 157). Nota-se que em 1890 seu outro filho, **José Correia do Amaral** (1847-1929), aumenta este patrimônio em mais sete imóveis: rua Senador Pompeu nº 22; rua Formosa (nºs 151 e 153); rua Gen. Sampaio s/n (entre nºs 75 e 77); rua Major Facundo nº 98; rua Senador Pompeu (nºs 158 e 220). Este filho se casa com **Maria Julia Alves**, filha de **Francisco Manoel Alves**, capitão, acionista da Companhia União Cearense, (com dez ações) e sócio efetivo do Club Cearense. Possuía ainda 22 imóveis assim distribuídos: cinco casas na rua Amélia (nºs 8, 10, 18, 20 e 22); uma na casa Boa Vista nº 21, seis na rua da Cadeia (nºs 13, 15, 17, 19, 50, s/n e s/n); três na rua da Palma (nºs 40, 44 e 98); quatro casas na rua Imperador s/n; e duas na rua Formosa (nºs 41 e 45).



Figura 213: Propaganda da Casa Albano, 1912.
Fonte: Almanak Hénault, 1913.

⁵⁵⁹ Inventário 1880 pacote 138.

O capitão **José Francisco da Silva Albano**, filho de Manuel Francisco da Silva, português e comerciante em Fortaleza, recebeu em 1887 o título de **Barão de Aratanha**. Era caixeiro de José Smith de Vasconcelos, criando em 1852 com seu irmão **Manuel Francisco da Silva Albano** a firma Albano & Irmão, conhecida como “Loja do Povo” e depois “Casa Albano”. Era uma grande loja de fazendas nacionais e estrangeiras, vinhos finos e vários outros produtos, situada na rua da Palma (atual Major Facundo). Os 20 imóveis de José Francisco localizavam-se: dois na rua Boa Vista (n^{os} 42 e 44) e na do Rosário (n^{os} 44 e 46); três na rua da Palma (n^{os} 54, 89 e 91); seis na rua das Flores (n^{os} 25, 27, 29, 31, 33, 35); sete na rua Formosa (n^{os} 30, 32, 34, 36, 38, 40 e 42). O irmão Manuel Francisco foi vereador e dirigiu interinamente a Prefeitura, possuía mais 15 imóveis: um na rua Conde d’Eu n^o 64; um na praça da Assembleia n^o 61; seis na rua da Palma (n^{os} 52, 85, 87, 122, 148, 154); e sete na rua Formosa (n^{os} 151, 153, 177, 179, 181, 183) (Figura 213).

Luiz de Seixas Correia, juiz de paz e 4^o capitão do 1^o distrito da capital, era sócio efetivo da Associação Comercial, sócio efetivo do Club Cearense e acionista da Cia União Cearense (com três ações). Sua loja de fazenda localizava-se na rua Formosa n^o 107. Possuía 20 imóveis, a saber: nove na rua Formosa (n^{os} 107, 121, 182, 184, 186, 194, 196, 202 e 204); um no Outeiro dos Educandos s/n; um na rua do Rosário n^o 20; um na praça dos Voluntários n^o 17; oito na rua Amélia (n^{os} 112, 130, 201, 203, 205, 211, 215 e 217).

Luiz Rodrigues Samico Sobrinho foi juiz de órfãos e empregado da Câmara como solicitador. Possuía 15 imóveis: 11 na rua Amélia (n^{os} 63, 65, 72, 74, 76, 78, 80, 82, 86, 98 e 100); cinco na rua das Hortas (n^{os} 51, 53, 55, 57 e 59); e dois na rua Formosa (n^{os} 54 e 56).

O comerciante **Diogo José da Silva** participou com 20 ações da sociedade anônima para a construção da Estrada de Ferro de Baturité, juntamente com o Cel. Joaquim da Cunha Freire (150 ações), Dr. Gonçalo Batista (100 ações), Senador Pompeu (60 ações), José Joaquim Carneiro (50 ações), vigário Francisco Salles de Oliveira Bastos (925 ações). Sua **loja de fazenda** localiza-se na Rua da Palma n^o 71.

Antônio Gonçalves da Justa⁵⁶⁰, tenente-coronel (1831-1878), era comerciante e político vinculado ao partido conservador, bem como tenente coronel da Guarda Nacional, do Corpo de Cavalaria, Tesoureiro da União Conservadora (Grêmio Cearense), quinto Vice Governador do Estado do Ceará e Juiz de Paz. Foi várias vezes vereador da Câmara Municipal de Fortaleza e seu presidente entre 1869 e 1876. Era sócio da firma Antônio Gonçalves da Justa & Cia, sediada na capital. Possuía 15 imóveis: três na praça Visconde de Pelotas s/n; um na rua Amélia n^o 111; dois na rua Formosa (n^o 94 e n^o 96); e nove na rua Municipal s/n.

Entre os maiores proprietários de imóveis urbanos, por família entre 1872 e 1890, destacando-se os **Cunha**, os **Pompeu de Souza Brasil**, o **Barão de Aquiráz**⁵⁶¹, os **Silva** os **Albano**, os **Amaral** e os **Seixas** (Tabela 30).

⁵⁶⁰ Não foram encontrados dados suficiente sobre o parentesco com o português Antônio Gonçalves Justa, falecido em 1852, e grande construtor na rua Amélia, conforme visto no capítulo anterior.

⁵⁶¹ Pois ele casou-se com a viúva do Senador.

TABELA 30

FAMÍLIAS PROPRIETÁRIAS DE IMÓVEIS URBANOS – 1872 – 1890		
	1872	1890
Joaquim da Cunha Freire, Barão de Ibiapaba	28	78
Severiano Ribeiro da Cunha , visconde do Cauipe (em 1890 herdeiros)	22 ⁵⁶²	03
Luis Gouveia da Cunha, filho Severiano Ribeiro da Cunha	11	-
Luiza Gonzaga da Cunha filha de Severiano casada com Dr. José Sombra (1890 herdeiros)	11	(1888) 28 ⁵⁶³
Luis Ribeiro da Cunha ⁵⁶⁴ (1890 herdeiros), comendador	38	30
TOTAL	110	164
Thomaz Pompeu de Souza Brasil , (Senador Pompeu)	26	-
Thomaz Pompeu de Souza Brasil , Dr. (filho)	-	26
Antonio Pompeu de Souza Brasil , médico	-	06
Antonio Pinto Nogueira Accioly	-	05
Hildebrando Pompeu de Souza Brasil, Dr.	-	05
Gonçalo Batista Vieira (Barão de Aquirás)	44	33
TOTAL	70	75
Barão de Aratanha (José Francisco da Silva Albano)	20	23
Manoel Francisco da Silva Albano ⁵⁶⁵ , comerciantes	15	19
TOTAL	35	50
Francisco Manoel Alves , capitão	22	-
João Antonio do Amaral , negociante	23	-
José Correia do Amaral ⁵⁶⁶	-	07
TOTAL	45	07
Luiz de Seixas Correa ⁵⁶⁷	20	11
Luis da Justa Seixas	-	14
Antonio da Justa Seixas	15	20
TOTAL	35	45
Manoel Gomes Barbosa	-	48
TOTAL	201	266

Fonte: Décima Urbana 1872, 1890, Inventários *post mortem* e Almanagues.

Com base nesses dados, é possível concluir que era um ótimo negócio investir no setor imobiliário no oitocentos, sobretudo em função da receita sob a forma de aluguéis (Tabela 31).

TABELA 31

FAMÍLIAS PROPRIETÁRIAS DE IMÓVEIS URBANOS – 1872 – 1890		
	1872	1890
Família Cunha	110 prédios= 3:459\$000	164 prédios= 2:720\$000
Família Souza Brasil e Vieira	70 prédios= 1:730\$600	75 prédios= 1:215\$500
Família Albano	35 prédios= 1:287\$400	50 prédios=1:045\$000

⁵⁶² Após o seu falecimento seus imóveis foram adquiridos por pessoas diferentes restando apenas três: dois na rua Formosa s/n e rua da Boa Vista s/n.

⁵⁶³ A décima de 1890 faz referencia a 16 imóveis, enquanto o inventario de 1888 arrola 28.

⁵⁶⁴ A décima faz referencia a 22 imóveis e no inventario na partilhas dos bens de seu pai Severiano Ribeiro da Cunha são 28.

⁵⁶⁵ Foi vereador da Câmara Municipal de Fortaleza, dirigindo interinamente a intendência municipal.

⁵⁶⁶ Comerciante e continuador dos negócios do pai Antonio José do Amaral.

⁵⁶⁷ Comendador casado com Maria da Justa de Seixas Correa e pai do Dr. Antonio da Justa Seixas Correa (n.1864) médico pelo RJ.

Família Amaral	45 prédios= 746\$000	07 prédios= 180\$000
Família Seixas	35 prédios = 606\$000	45 prédios= 1:015\$000
Gomes Barbosa	-	48 prédios= 1:355\$000

Fonte: Décimas Urbanas de 1872 e 1890, Inventários *post mortem* e Almanques.

Entre as casas exportadoras estrangeiras citadas na Décima Urbana de 1872, encontra-se a **Singlehurst & Comp**⁵⁶⁸, que possuía uma prensa hidráulica a vapor, um depósito de carvão vegetal na rua da Praia nº 3, um armazém de secos e molhados na praça Municipal (atual praça do Ferreira) e um armazém de açúcar na rua do Mercado, nº 53. Era proprietária de **14 imóveis** na cidade: sete na rua Conde d'Eu (n^{os} 40, 42, 45, 47, 49, 51 e 53); um na Praça da Assembléia nº 13; quatro na rua da Praia (n^{os} 1, 3, 5 e 13); e um na rua do Quartel nº 1. Destes, três⁵⁶⁹ eram de uso próprio e 11 estavam alugados. Em 1890, esse número aumentou para **18**. Constata-se investimento imobiliário desta firma na zona portuária. A firma **Kalkmann & Cia**⁵⁷⁰ possuía apenas dois imóveis para uso próprio, ambos situados na rua da Palma nº 25 e da Alfândega nº 63. Na Décima Urbana de 1890, destacam-se ainda a firma Boris Frère⁵⁷¹ com 22 imóveis, a **Singlehurst Comp**⁵⁷² com 16 e a **Gradwohl Frère**⁵⁷³ com cinco (Tabela 32).

⁵⁶⁸ Proprietário e agente na cidade de Fortaleza da Cia de navegação à vapor.

⁵⁶⁹ Armazém de açúcar na rua Conde d'eu no 53 e dois armazéns na rua da Praia no 1 e no 3, ainda alugava um armazém de café na rua Conde d'eu 46, uma loja de fazenda na praça da Assembléia 9 e uma loja de fazenda na praça da Sé 28 (Décima Urbana 1872).

⁵⁷⁰ Henrique Kalkman

⁵⁷¹ Praça Caio Prado 10, 12, 6 e 2, Sen. Figueira de Mello s/n, s/n e s/n, Rua Boa Vista s/n (depois 108), Rua da Alfândega 45, Rua da Praia 17, 19 e 21 (todos ocupados pelo dono), Rua Formosa 21, Rua Municipal s/n, Rua Pe Mororó s/n.

⁵⁷² Praça Caio Prado 32 e 34, Praça da Alfândega 3, Praça José de Alencar 5 e 59, Rua do Quartel 1, 3 e 64 (vizinho ao Quartel General), rua Sena Madureira 62, Rua da Praia (armazém da Alfândega), 1 (armazém da Alfândega), 3 (armazém da Alfândega), 7 (ocupado pelo dono), 9 (ocupado pelo dono), s/n (ocupado pelo dono), rua São Paulo 32, s/n.

⁵⁷³ Rua da Praia s/n (ocupado pelo dono), rua Major Facundo 19, 102 e s/n (entre 102 e 104) e rua Formosa 95.

⁵⁷⁴ A Levy Frères não apresenta nenhum imóvel.

⁵⁷⁵ Desses, apenas 44 eram matriculados e sócios efetivos da Associação Comercial do Ceará.

⁵⁷⁶ Proprietário da casa importadora Leite & Barbosa & Cia na rua Major Facundo 108. Seu filho Maximiano Leite Barbosa Filho casa-se com Cecília, filha do barão de Camocim (Geminiano Maia). Em 1933 sua empresa Leite Barbosa Filho está localizada na praça Gen. Tibúrcio no 146. Em 1932 era agentes da Pillsbury Flour Mills Company (fabricante de farinha de trigo), Atlantic Refining Company of Brasil (Gasolina Alantíc e kerosene "Sol", United States Rubber Export Company LTD (fabricante de pneus e câmaras de ar Royal Cord), Glossop & Cia do Rio de Janeiro (Especialistas e fornecedores de maquinismos e acessórios para fabrica de Fiação e Tecidos), D. J. Scott & Company Ltd de Londres (Casa exportadora de todo e qualquer produto inglês), W. & A. Gilbey Ltd, de Londres (Os maiores fabricantes de bebidas, fornecedores da Casa Real Inglesa), Companhia Americana de Seguros, terrestres, marítimos e em trânsito).

TABELA 32

CASAS EXPORTADORAS ⁵⁷⁴ PROPRIETÁRIAS DE IMÓVEIS URBANOS – 1872 / 1890		
CASAS EXPORTADORAS	1872	1890
Boris Freres	-	22
Gradwohl Frere		05
Kalkmann & Cia	02	-
Singlehurst Comp.	14	18

Fonte: Décimas Urbanas de 1872 e 1890.

Observa-se que a elite imperial ligada ao comércio cresceu ao longo da segunda metade do século XIX, passando de 42 negociantes em 1845 para 131⁵⁷⁵ em 1870, e elevando-se para 430 em 1896. A partir de 1920, nota-se mudança neste cenário: os grandes proprietários de imóveis urbanos são os antigos comerciantes estrangeiros, bem como novos ricos vinculados ao comércio e a bancos - José **Gentil** Alves de Carvalho – ou ligados à indústria Maximiano **Leite Barbosa**⁵⁷⁶ e Antonio **Diogo** de Siqueira (Tabela 33).

TABELA 33

PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS URBANOS – 1922	
CASAS EXPORTADORAS, COMERCIANTES E INDUSTRIAIS	1922
Boris Frères & Cia	75
José Gentil Alves de Carvalho	41
Família Albano	39
Família Leite Barbosa	26
Antonio Diogo de Siqueira	19
Gradvhol Freres	17
Salgado Filho & Cia	15

Fonte: Décima Urbana de 1922.

Tal como demonstrou Mônica Brito para o caso de São Paulo, verifica-se que a diversidade de investimento desses “capitalistas” oitocentistas, simultaneamente envolvidos com empresas particulares, bancos, casas bancárias, Cias de Seguros (Tabelas 34 e 35).

TABELA 34

CIDADE DE FORTALEZA: EMPRESAS PARTICULARES	
Empresa Telefônica	
Ceará Gás Company Limited	
Companhia de navegação – “Loide Brasileiro”	
Navegação Costeira – Loide Nacional, Delta Line e America Brazil Line ⁵⁷⁷	
Chargeurs Reunia, Sud Atlantic, Mala Real Ingleza, Comercio e navegação, Costeira ⁵⁷⁸	
The Booth Steamship Cº . Ltda ⁵⁷⁹	
Lamport & Holt, Ltd e navegação das Lagoas ⁵⁸⁰	
Norddeutscher Lloyd Bremen ⁵⁸¹	
Companhia de Navegação Aérea (Panair do Brasil S/A) ⁵⁸²	

Fonte: Almanaque de 1933.

TABELA 35

CIDADE DE FORTALEZA: BANCOS , CASAS BANCÁRIAS E CIA DE SEGUROS	
Bank of London & South America Ltd. (rua B. Rio Branco nº 134)	
Banco do Brasil, 1916 (Floriano Peixoto / rua São Paulo)	
Banco Auxiliar dos Merceeiros, 1925 (Rua Floriano Peixoto nº 46)	
Banco de Crédito Caixeiral, 1926 (Rua Major Facundo nº 129)	
Banco dos Importadores, 1929 (rua B. Rio Branco nº 97)	
Banco dos Proprietários, 1930 (rua B. Rio Branco nº 103)	
Banco Frota Gentil S/A (Pr. Capistrano de Abreu nº 100)	
Crédito Popular São José (Rua Cel Bezerril nº 77)	
TOTAL	08
Casa Bancaria – Boris Fréres (Rua Boris nº 10)	
Casa Bancária – Berringer & Cia (Rua Pessoa Anta nº 32-34)	
Casa Bancária – J. F. Alves Teixeira (Rua Major Facundo nº 264)	
Casa Bancária – Manços Valente Cavalcante (Rua Major Facundo nº 99)	
Casa Bancária – Monteiro, Pinto & Cia (Praça Capistrano de Abreu)	
TOTAL	05
Cia de Seguro Marítimo e Terrestre – North Bristish & Mercantile Ltd. ⁵⁸³	
Cia de Seguro Marítimo e Terrestre – Royal Exchange Assurance ⁵⁸⁴	
Cia de Seguro Marítimo e Terrestre – Ítalo Brasileira de Seguros Gerais ⁵⁸⁵	
Cia de Seguro Marítimo e Terrestre – Aliança da Baía ⁵⁸⁶	
Cia de Seguro Marítimo e Terrestre – Loide Sul Americana ⁵⁸⁷	
Cia de Seguro Marítimo e Terrestre – Sagres ⁵⁸⁸	
Cia de Seguro Marítimo e Terrestre - Sul America Terrestres, Marítimos e Acidentes ⁵⁸⁹	
Cia de Seguro Marítimo e Terrestre – Internacional de Seguros ⁵⁹⁰	
Cia de Seguro Marítimo e Terrestre – Cia Americana de Seguros ⁵⁹¹	

⁵⁷⁷ Agente Leite Barbosa & Cia na Avenida Alberto Nepomuceno no 2.

⁵⁷⁸ Agente Boris Fréres, na rua Boris no 10.

⁵⁷⁹ Agente Booth & Co., na rua Pessoa Anta no 25.

⁵⁸⁰ Agente V. Castro & Filho na rua Alberto Nepomuceno no 8/10.

⁵⁸¹ Agente Berringer & Cia, na rua Pessoa Anta no 32/34.

⁵⁸² Sede própria à rua Floriano Peixoto esquina com a rua São Paulo.

⁵⁸³ Agente G. Gradvhol & Fils na rua da Praia.

⁵⁸⁴ Agente Álvaro de castro Correia, na rua Major Facundo n.44/46.

⁵⁸⁵ Agente Fiúza Pequeno, na Pr. Capistrano de Abreu n. 118.

⁵⁸⁶ Agente Souza Carvalho, na rua Barão do Rio Branco n.86.

⁵⁸⁷ Agente Leite Barbosa & Cia. Na av. Alberto Nepomuceno.

⁵⁸⁸ Representantes e banqueiros Frota gentil S/A, PR. Capistrano de Abreu 100.

⁵⁸⁹ Agente V. Castro & Filho, na Av. Alberto Nepomuceno n.8/10.

⁵⁹⁰ Agente Machado & Caminha, na Av. Alberto Nepomuceno n.20.

⁵⁹¹ Agente Leite Barbosa Filho, na praça. Gal Tibúrcio 146.

Cia de Seguro Marítimo e Terrestre – Aliance Assurance Co. Ltd ⁵⁹²	
Cia de Seguro Marítimo e Terrestre – Cia de Seguros da Baía ⁵⁹³	
Cia de Seguro de Vida – Equitativa dos Estados Unidos do Brasil ⁵⁹⁴	
Cia de Seguro de Vida – Sul América ⁵⁹⁵	
TOTAL	13

Fonte: Almanaque de 1933.

3.7.2 OS SETORES MÉDIOS DA POPULAÇÃO URBANA

Se por um lado, o Ceará no final do século XIX atravessou tempos difíceis com as seguidas secas (1877-1879, 1888 e 1900), por outro vivenciou “*o despontar de uma serie de movimentos intelectuais destinados a se revelarem um dos mais curiosos capítulos da história da literatura brasileira*” (TINHORÃO, 1966:19). Esses movimentos, desde a Academia Francesa de 1872 até a Padaria Espiritual em 1892, prendem-se, “*fundamentalmente, ao advento de uma classe média nas principais cidades da província e, acima de tudo, em Fortaleza*”, composta “*por amanuenses, empregados em escritórios de grandes firmas, estudantes, profissionais liberais e pequenos comerciantes*” (TINHORÃO, 1966:21).

O censo de 1887 revela a diversidade de atividades produtivas – primárias, secundárias e terciárias – predominantes em Fortaleza naquele momento (Tabela 36).

TABELA 36

CIDADE DE FORTALEZA: ATIVIDADES PRODUTIVAS - 1887	
ATIVIDADES PRODUTIVAS	1887
1. ATIVIDADES PRIMÁRIAS	143
Agricultores	18
Criadores	02
Fazendeiro	01
Lavradores	97
Pescadores	23
Seringueiros	01
Trabalhador do campo	01
Vaqueiros	01
2. ATIVIDADES SECUNDÁRIAS	1.780
Alfaiates	25
Agencias	219
Artistas	364
Caixeiros (cobrança, despachante)	29
Caldoreiros	01
Calceteiros	02
Carniceiros	96
Carpinas	25
Carpinteiros	03
Chapeleiros	05
Charuteiros	01
Cortador de lenha	04
Cozinheiros	16
Desenhistas	01
Douceiro (4)/Douceira (05)	09
Encadernadores	01

⁵⁹² Agente Silvino C. Cabral, na rua São Paulo 99.

⁵⁹³ Agente Borges Monte, na rua Barão do Rio Branco 76.

⁵⁹⁴ Representantes e banqueiro Cecil R. Salgado, na rua Major Facundo 78.

⁵⁹⁵ Representante geral J. Thomé de Saboya na rua Major facundo 48 e banqueiros Salgado, Filho & Cia, na rua Pessoa Anta, n.1

Feitor	01
Ferreiros	05
Ficheira	01
Florista	03
Fogueteiros	02
Industrial	01
Jornaleiros	496
Marceneiros	10
Marchantes	19
Mascates	02
Mecânico	02
Modistas	07
Moldador	01
Ourives	03
Padeiros	18
Pedreiros	20
Pintores	07
Relojoeiros	01
Rendeira	08
Retificador	01
Salgadeira	01
Sapateiros	28
Seleiros	02
Tecelões (41) /tecedeiras (12)/ Rendeiras (8)	61
Tintureiro	01
Torneiro	02
3. ATIVIDADE TERCIÁRIAS	
PROFISSIONAIS LIBERAIS E SERVIÇOS:	495
Advogados	10
Acadêmico	01
Agentes (de leilão, do com)	02
Bacharel	01
Barbeiros /Cabeleireiro	03
Caixeiros despachantes	01
Costureiras	110
Criados	16
Dentista	07
Desenhista	01
Despachantes	02
Engenheiros	10
Engomadeiras	23
Escrivão	05
Farmacêutico	06
Guarda livros	11
Lavadeiras	144
Mágico	02
Magistrado	09
Médico	08
Músicos	03
Parteira	02
Pianistas	01
Quintandeira	10
Retratista	02
Serviços domésticos	84
Solicitador	02
Tipógrafo	06
Educação	18
Professor ⁵⁹⁶	18
COMÉRCIO:	384

⁵⁹⁶ Professor (cinco), Professor aposentado (dois), Professor particular (sete) e Professor Público (quatro).

Negociante	370
Comerciante ⁵⁹⁷	06
Capitalista	06
Empregados do comercio	02
Proprietários	85
TRANSPORTE:	43
Carroceiro	15
Cocheiros	02
Condutor de bonde	03
Empregado da estrada de ferro	06
Empregado do bonde	11
Empregado do porto	01
Empregado da central	02
Maquinista	03

Fonte: Censo de 1887.

Dos 143 indivíduos relacionados às **atividades primárias**, constata-se a presença de 97 **lavradores** (pequenos produtores de alimentos), 23 **pescadores** e 18 **agricultores**. Os lavradores situavam-se principalmente na periferia da área urbanizada: Arraial da Aldeota, Caminho do Cocó, *boulevard* Visconde do Rio Branco, Estrada de Messejana, enquanto os pescadores localizavam-se próximo ao mar, no Arraial Moura Brasil, na rua do Paiol.

Vinculados às **atividades secundárias** destacam-se um número significativo de **costureiras** (110), de **tecelões** (61), de **jornaleiros** (diaristas) (496), de **artistas** (artesãos) (364) e de **agências** (219). Em contrapartida **ferreiros** (5) e **torneiros** (2) eram escassos.

Quanto às **atividades terciárias**, observa-se a presença marcante de sujeitos envolvidos em serviços **domésticos** (84), **lavadeiras** (144), **engomadeiras** (23), **criados** (16), totalizando 267 pessoas. Foram registrados seis tipógrafos, entre eles, Joaquim Lopes Verçosa⁵⁹⁸, Francisco Perdigão, Raimundo Paula Lima⁵⁹⁹, Antônio de Lafayette. Dentre os profissionais liberais, encontram-se 10 **engenheiros**⁶⁰⁰ – Adolpho Herbster⁶⁰¹, Antônio Teixeira Coimbra⁶⁰², Carlos Eduardo Pierrelevée, Epaminondas da Frota, Francisco Cândido de Souza⁶⁰³, Francisco Perdigão de Oliveira, Francisco Sá⁶⁰⁴, Hildebrando Pompeu da Souza Brazil⁶⁰⁵, os ingleses Jean Seiland⁶⁰⁶ e José Wilson. Sobressai também a diversificação de especializações no ramo da **construção civil**: carpinas (25), pedreiros⁶⁰⁷ (20), marceneiros (10), pintores (7), carpinteiros (3) e calceteiros (2). O Almanaque de 1896, revela a presença de empreiteiros (9) ou contratadores de obras: Izaac Correia Amaral⁶⁰⁸, Cassiano Ferreira Gomes, Francisco Alves de Carvalho, Francisco Pedra Branca, João de Goes, João Baptista, Joaquim Lino da Silveira, Victoriano Gomes de Oliveira e Victoriano Ferreira de Souza, o que demonstra a dinâmica de transformação edilícia em uso em fins do século XIX. A empresa de Isaac & Cia empregava pedreiros, marceneiros, carpinteiros, ferreiros etc., *“avulsamente, em suas atividades, tanto em Fortaleza como em outras partes do Estado”* (NOBRE, 1989:196). O Censo de 1887 define 85 **proprietários**, entre os quais verificam-se vários negociantes, comerciantes, industriais⁶⁰⁹ e viúvas de negociantes.

Quanto aos **funcionários públicos**, também compõem o quadro social da cidade em numero significativo (319), conforme se verifica na tabela 37, o que corrobora a hipótese da reestruturação da máquina burocrática então em curso para controle do território e da cidade.

⁵⁹⁷ Três são comerciantes portugueses.

⁵⁹⁸ Tipografia “Brasileira” depois “Cearense”.

⁵⁹⁹ Impressor durante muitos anos do Jornal Pedro II, e dono da Tipografia “Econômica”.

⁶⁰⁰ Nesse período não se faz referencia a arquitetos ou engenheiros-arquitetos.

⁶⁰¹ Residia na praça do Livramento no 11.

⁶⁰² Residia no chalé da rua General Sampaio no 12.

⁶⁰³ Residia na rua Boa Vista s/n.

⁶⁰⁴ Residia na rua 24 de maio no 110.

⁶⁰⁵ Residia na praça Marques de Herval no 26.

⁶⁰⁶ Residia na rua do Sampaio no 1.

⁶⁰⁷ Em 1896 eram 17- Alexandre Goes, Antonio Medeiros, Antonio Pereira B., Cassiano Nery, Candido Brasil, Candido Alves de Siqueira, José Farias da Cruz, João Faustino de Azevedo, João Perdigão, José Macieira, Jacinto José Pavão, José Morcego, José Antonio, Manoel F. da Silva, Manoel Joaquim Rodrigues, Manoel carneiro e Vicente Alexandre.

⁶⁰⁸ Filho de João Antonio Albenás do Amaral, comerciante de ferragens (Inventário 1880).

⁶⁰⁹ Pinto Nogueira Accioly.

TABELA 37

CIDADE DE FORTALEZA: FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS - 1887	
GRUPOS OCUPACIONAIS	NÚMEROS
Alferes (do exército)	04
Cabo	01
Cadete	01
Capitão (cadeia pública, polícia e exercito)	06
Comandante	01
Empregado público	184
Empregado da fazenda	01
Escrivão (relação, órfãos)	05
Fiscal da Câmara	01
Funcionário do estado	01
Guarda (cívico, alfândega, passeio, fiscal)	27
Maestro da polícia	01
Major reformado	01
Marítimo da Escola da Policia	03
Militar (marinha)	07
Musico da policia	01
Oficial (Marinha, Policia, Exercicio, Reformado)	14
Policia	04
Porteiro	04
Praça (policia, exercito e reformado)	28
Sargento (guarda e da policia)	12
Servidor do Matadouro	01
Soldado (Marinho)	09
Secretario da Capitania dos Portos	01
Superintendência da G. C.	01
Tabelião público	01
Tenente do exercito	01
Viúva pensionista	01
TOTAL	319

Fonte: Censo de 1887

Com base nos Almanques 1870 e 1896, no Censo de 1887 e na Descrição da Cidade da Fortaleza de 1895, (de Bezerra de Menezes), pode-se ter uma ideia do crescimento das camadas médias no cenário urbano de Fortaleza na segunda metade do século XIX (Tabela 38). Observa-se o crescimento do número de advogados, de barbeiros, de caixeiros despachantes, de carpinteiros, desenhistas, de despachantes gerais, de empreiteiros de obras, farmacêuticos, guarda-livros, médicos, professores de piano, reforçando à centralidade de Fortaleza em termos regionais..

TABELA 38

CIDADE DE FORTALEZA: PROFISSIONAIS ATUANTES ENTRE 1870 – 1895			
GRUPOS OCUPACIONAIS	1870 ⁶¹⁰	1887 ⁶¹¹	1895 ⁶¹²
Advogados	20	10	17
Afinadores de piano	03	-	-
Agentes de leilões	02	02	04
Agrimensores	02	-	-
Alfaiates	05	25	13
Barbeiros /Cabeleireiros	05	03	16
Caixeiros despachantes	-	01	09
Calceteiros	01	02	-
Carpinteiros	-	03	11
Colcheiros	-	01	01
Dentistas	04	07	04
Desenhistas	-	01	05
Despachantes gerais	-	02	07
Engenheiros	-	10 ⁶¹³	-
Empreiteiros ou contratadores de obras	-	-	09
Farmacêuticos	06	06	10
Fogueteiros	-	02	02
Fotógrafos	04	-	01
Guarda-livros	-	11	16
Mascates	01	02	-
Médicos	08	08	23
Mestres de obras	-	-	04
Pedreiros	23	20	17
Professores de Piano	05	05	09
Pintores	-	07	05
Relojoeiros	03	01	02
Retratistas	01	02	-
Taquígrafos da Assembleia	02	-	-
Tecedeiras	-	12	-
Tipógrafos	28	06	08

Fonte: Censo de 1887, Almanques 1870, 1896 e BEZERRA DE MENEZES, 1992.

É interessante constatar a existência de 428 indivíduos arrolados como **sem profissão e viúvas** (196), correspondendo a 9,8% de um total de 4.352 cabeças de família.

Entre 1920 e 1933, as informações sobre os **profissionais** atuantes na cidade são bastante simplificadas, conforme se pode observar na tabela 39:

⁶¹⁰ Almanaque do Estado do Ceará 1870

⁶¹¹ Censo de 1887.

⁶¹² Almanaque de 1896 e Descrição de Bezerra de Menezes.

⁶¹³ Dois engenheiros são ingleses.

TABELA 39

CIDADE DE FORTALEZA: PROFISSIONAIS ATUANTES ENTRE 1920 - 1933			
	1920	1925	1933
Advogados e Provisionados	26+3	42+8	51
Assistentes ⁶¹⁴ /Parteiras	13	10	48
Dentistas e Práticos	11+9	14+6	36+4
Empreiteiros e Construtores de Obras	07	05	06 ⁶¹⁵
Engenheiros	11	-	-
Farmacêuticos e Práticos	18+09	30	-
Marchantes	14	06	-
Médicos	35	38	82
Professores (Piano, Canto, Violino, Cornetim, Flauta) ⁶¹⁶	-	10	-
Professores (Escola Agronomia, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Liceu, Escola Normal)	92	76	-
TOTAL	142	153	231

Fonte: Almanques do Ceará 1920, 1925 e 1933.

Entretanto, em 1933, constata-se a existência de alguns **sindicatos**, o que demonstra novas formas de organização profissional em curso entre 1920 e 1930: dos pintores, dos alfaiates, dos trabalhadores ambulantes, dos trabalhadores em padarias, dos operários das obras publicas, dos operários das obras do porto, união sindical dos engraxates, união beneficente dos empregados em cafés e hotéis (ALMANAQUE DO CEARÁ, 1933).

3.7.3 ALGUMAS TRAJETÓRIAS

O **Grupo Diogo Siqueira** que, durante as últimas décadas do século XIX, exportava couro e peles, depois investe no setor de sabão, óleo, cigarros e beneficiamento de algodão e, finalmente, no têxtil. Nota-se também uma ampliação dos negócios, especialmente no setor fabril, incorporando diversas fábricas em pontos diferentes da cidade - a fábrica **Santo Antônio**, de fios e tecidos grossos de algodão (estampas, brins, riscadinhos, sacos), por exemplo foi arrematada pelo grupo entre 1925 e 1930. A **Ceará Industrial** passa para o controle do grupo em 1920, responsável pelos tecidos finos (algodãozinho, brins), incluindo no seu espaço uma oficina mecânica para a manutenção de equipamentos de todas as fábricas da empresa. A **São Luiz** produzia fios e redes, enquanto a **Santa Elisa**, a primeira fabrica do grupo, objetivava a fabricação de fios, redes e a prensagem do algodão para a exportação.

Por sua vez, o **grupo Filomeno Gomes** além de investidor do setor têxtil, sabão, óleo vegetal e cigarros, cria em 1925 a Empresa Matadouro Modelo Ltda⁶¹⁷, juntamente com o marchante **Arthur Themoteo**, o capitalista **Abel Ribeiro** e outros sócios minoritários, “*com o objetivo de construir e explorar um matadouro modelo em Fortaleza.*” (VIANA, 1994:419). Em 1932, foi sócio-diretor do Banco dos Importadores, participando de diversas associações patronais: Centro de Importadores e Associação Comercial e Centro Industrial Cearense como vice-presidente. Construiu e manteve o

⁶¹⁴ Diplomadas em obstetrícia pela maternidade “Dr. João Moreira de Fortaleza, com o curso completo de dois anos (Almanaque 1919)

⁶¹⁵ Edificadora do Norte Ltd., Hinko Fabricio, Jacinto Mattos, L. Gonzaga da Silva, Vicente A. ferreira Filho e Emílio Oldebrech & Cia.

⁶¹⁶ Corpo Docente da Escola de Musica Alberto Nepomuceno criada em 1919 pelo maestro Henrique Jorge, funcionando na rua 24 de maio no 92.

⁶¹⁷ A concessão foi suspensa em 1930.

Leprosário Antonio Diogo e foi sócio benemérito da Fênix Caixeiral e do Centro Artístico Cearense.

Nota-se a vinculação desse empresário com novos equipamentos urbanos como **matadouro** e **leprosários**, centrais no âmbito da política higienista então em curso sob o patrocínio e orquestração do Estado. Destaca-se também na estratégia imobiliária, como se pode observar na “*Escritura particular de descrição, avaliação e partilha amigável de bens que entre si fazem a viúva e filhos*” que os imóveis do grupo Diogo estavam implantados em varias áreas da cidade: **terrenos**: no **Alagadiço** a oeste da Linha da Estrada de Ferro de Baturité, com três pequenas casas e um grande prédio em que antigamente funcionou uma fabrica de sabão, medindo 1.500 palmos (330m) de frente e com as extremas constante na escritura⁶¹⁸; outro a **leste** da referida Estrada de Ferro de Baturité, em frente ao terreno anterior, o que mede 100 palmos (22m) de frente, e tem as extremas constantes da predita escritura publica de 19.07.1907; no prolongamento da **rua Guilherme Rocha**, medindo 301 palmos (66,22m) de frente e 495 palmos (108,9m) de fundo, extremando ao Norte com aquela avenida, ao sul com o terreno nos fundos do “Asilo Bom Pastor” acima descrito (Jacarecanga) e a Leste e a Oeste com o terreno que são ou foram de propriedade de Lauro da Rocha Salgado⁶¹⁹; na **av. Imperador**, lado nascente, com 77 palmos (16,94m) de frente murada, fundos de meio quarteirão, benfeitorias e servidões e que foi adquirido pelo inventariado em 07.08.1911⁶²⁰; entre o **boulevard Duque de Caxias** e a **rua do Livramento**, lado poente, com 54 palmos (11,88m) de frente e fundos de ½ quarteirão, adquirido em 22.08.1911⁶²¹; terreno desmembrado do antigo **Sítio “SÃO LUIZ”**, adquirido em 26.09.1918⁶²², sendo que o dito terreno é constituído pela parte restante das terras do mencionado sitio São Luiz, excetuada a que o inventariado fez doação para a fundação do atual Asilo do Bom Pastor, (está situado nos fundos do mesmo Asilo até encontrar a linha da Estrada de ferro de Baturité, no Bairro de Fernandes Vieira, antiga Jacarecanga, limitando-se mais, ao Norte e ao Sul, pelas antigas extremas do referido sitio São Luiz); no bairro **Otávio Bonfim** (antigo Matadouro), na estrada empedrada de **Soure**, com 50 palmos (11,0m) de frente e 250 palmos (55,0m) de fundo, a partir do alinhamento da rua e com as extremas constantes da escritura particular, adquirido em 10.03.1920; na **rua Padre Mororó**, lado leste, confinando ao norte com a rua D. Pedro e ao sul com o **boulevard Duque de Caxias**, medindo 381 palmos (83,82m) frente e fundo de ½ quarteirão, adquirido em 03.12.1931⁶²³; na **rua Santa Tereza** com 57 palmos (12,54m) de frente e fundo de ½ quarteirão, estando nele encravadas duas casas de taipa, adquirido pelo inventario de acordo com a escritura publica de 30.07.1925⁶²⁴. Além dos terrenos nos arredores da cidade, fundamentais e lucrativos para o futuro processo de expansão da cidade, o mesmo industrial tinha: **casas**: na **rua Antonio Pompeu** (1 chalé); na **rua Barão do Rio Branco** (n^{os} 208, 210, 219, 231, 491, 493); na **av. Bezerra de Menezes** (Bairro São Gerardo, antigo Alagadiço- s/n –prédio com 4 portas); na **rua Conceição** (atual Dom Manuel - n^{os} 68 70); no **boulevard Duque de Caxias** (n^o 399, s/n, s/n); na **rua Gen. Mesquita** (n^{os} 168, 170, 172, 174, 176); na **rua Gal. Sampaio** (n^{os} 9, 11, 13, 15, 401, 403, 405); na **rua Guilherme Rocha** (n^{os} 300, 414-Chácara); na **rua do Imperador** (Vila Diogo⁶²⁵ - n^{os} 348, 350, 352, 354, 356, 458, 360, 362, 364, 366, 368, 370, 372, 374; 384, 389, 397); na **rua Liberato Barroso** (n^o 20); na **rua Major Facundo** (n^{os} 232, 234); na **rua Nogueira Acioli** (atual av. Santos Dumont s/n – chalé⁶²⁶ e s/n⁶²⁷); na **rua Pedro Pereira** (n^{os} 204, 206); na **rua Santa Tereza** (Vila Diogo⁶²⁸ - (n^{os} 345, 347, 349, 351, 353, 357, 359, 361, 363, 365, 367, 369, 371, 373, 375, 377, 379, 381), 466, 468, 470); na **rua**

⁶¹⁸ Escritura publica de 19.07.1907, lavrada em notas do tabelião JOAQUIM FEIJÓ DE MELO, registrada sob o n. 3.112.

⁶¹⁹ Inventário Comendador Luis Ribeiro da Cunha, Sítio São Luis, com grande casa de morada abarracada, casa com banho, cacimba de água potável, casa e aviamento de fazer farinha, cercado, com parte do terreno murado, currais de gado, pequeno açude, baixa para capim e muitas fruteiras.

⁶²⁰ Lavrada em notas do Tabelião ALEXANDRINO DIOGENES registrada o n. 3.798.

⁶²¹ Lavrada em notas do tabelião ALEXANDRINO DIOGENES.

⁶²² Lavrada em notas do tabelião LUIZ XAVIER DE CASTRO, e registrada sob o n. 5.123.

⁶²³ Lavrada em notas do Tabelião RAUL DE SOUSA GIRAO e registrada sob o n. 13.468.

⁶²⁴ Lavradas em notas do tabelião ALEXANDRINO DIOGENES, registrada sob o n. 8,821, no livro de transcrição.

⁶²⁵ 14 casas com 28 portas de frente, medindo 286 palmos (62,92m) e 118 palmos (25,96m) de fundo.

⁶²⁶ Chalé de tijolo e telha, com 2 portas de frente, encravada em 208 palmos (45,76m) de terreno de frente sobre 500 palmos (110,0m) de fundo, adquirido pelo inventariado de acordo com a escritura publica em 15.09.1923, lavrado em notas do tabelião ALEXANDRINO DIOGENES, registrada sob o N. 7.335.

⁶²⁷ Prédio de tijolo e telha encravado em um terreno no prolongamento do Boul. Nogueira Acioli, à margem esquerda da linha de bondes, com 300 palmos (66,00m) de frente e fundos pertencentes, adquirido pelo inventariado de acordo escritura publica de 08.08.1923, lavrada em notas do tabelião ALEXANDRINO DIOGENES e registrada sob o n. 7.249.

⁶²⁸ Lado nascente, dezenove casas com 38 portas de frente, medindo 384 palmos de frente e (84,48m) e 109 palmos (23,98m) de fundo, extremando ao norte com a esquina da Rua D. Pedro e ao sul com o Boulevard Duque de Caxias.

do **Seminário** (nº 13); na **rua Senador Pompeu** (nº 505);na **travessa do Cemitério** (nºs 55, 57, 59, 61, 63, 65, 67, 87, 89, 91, 125, 127, 129, 131, 133, 135, 137, 139, 306); no **boulevard Tristão Gonçalves** (nºs 82, 84, 356, 358, 360, 364, 366, 368, 370, 374, 380, 392, 394, 373, 375, 377, 379, 381); na **rua interna da Vila Diogo** (nºs1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36 e 38); no **boulevard Visconde do Rio Branco** (s/n). Além disso, possuía sítios no Porangabussu e Cocó, e uma Vila Operária denominada Diogo, próxima a sua fábrica.

Outro grande proprietário de terras e imóveis urbanos foi o comerciante, empresário e banqueiro **José Gentil Alves de Carvalho** (1867-1941), conhecido como “Coronel José Gentil”. Adquire no início do século XX, a propriedade do antigo sitio que abastecia d’água a cidade, construindo posteriormente a *Vila Gentil* (atual Gentilândia). Em 1893 fundou a casa importadora “Frota & Gentil”, juntamente com seu cunhado José Artur da Frota, localizada na praça José de Alencar (antiga Carolina), transformando-se em 1931 no Banco Frota Gentil S/A. Em 1933 abriu a Imobiliária José Gentil S/A, tendo como sócios: **José Gentil Alves de Carvalho** (majoritário com 24.000 ações), Francisca da Frota Gentil (250 ações), João da Frota Gentil (100 ações), Dr. José Torquato de Aguiar (100 ações), **Dr. Nestor Barbosa Leite** (100 ações), Eugenio Porto Cesar do Amaral (100 ações) Adalberto Costa Sousa (100 ações), José Campos Paiva (100 ações) os outros restantes com 10 ações cada. Foi presidente da Associação Comercial do Ceará durante dois períodos- 1905-1908 e 1913-1936, “não queria misturar política com negócios, mas aceitou, em certa época, ser eleito vice-presidente do Ceará” (BARROSO, 2004:248). Em 1922, possuía 41 imóveis em Fortaleza no imposto predial de 1936 totalizavam mais de 150, a grande maioria concentrava-se no bairro do Benfica, incluindo a Gentilândia (Tabela 40).

TABELA 40

IMÓVEIS URBANOS DA IMOBILIÁRIA GENTIL – 1936 ⁶²⁹	
RUAS DA GENTILÂNDIA	
Adolpho Herbster	17
Francisco Pinto	34
João Pessoa	08
Marechal Deodoro	01
Nossa Senhora dos Remédios	17
Paulino Nogueira	04
Rodolpho Teófilo	26
São José do Tauape	04
Travessa Sobral	11
Visconde do Cauipe	10
TOTAL	132

Fonte: Imposto Predial de 1936.

Na linha do que disseram Nestor Goulart Reis, Monica Brito e Beatriz Bueno, a produção material do território e da cidade em inúmeros ramos de atividades – infraestrutura, serviços urbanos, equipamentos e imóveis - torna-se um excelente negócio.

⁶²⁹ Possuía outros imóveis na área central e nas proximidades do porto (34).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ora apresentada analisou o processo de urbanização de Fortaleza, entre 1810 a 1933, compreendendo o papel do poder público e da iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade. Analisou as mudanças em duas escalas, a do território e a do intraurbano, em três momentos de inflexão (1810, 1863 e 1933). Com isso, pretendeu contribuir com novas possibilidades de interpretação da história do urbanismo, espacializando o processo de formação e transformação da tessitura urbana especialmente na área central e pondo luz nos atores e na dinâmica de produção dos espaços intraurbanos. Contribui assim com uma série de exercícios de reconstituição gráfica e interpretação do espaço intraurbano realizados mediante a sobreposição de documentação textual, cartográfica e iconográfica.

A hipótese central é a de que Fortaleza, entre 1863 e 1933, cresceu induzida por planos e normas de regulação, mas foi edificada de fato pelas mãos da iniciativa privada. O mesmo não se observa a partir da década de 1933, verificando-se a incapacidade do Estado de conduzir as ações da iniciativa privada. Verificou-se que a cidade segue sendo transformada pelas mãos da iniciativa privada, mas que o poder público perde a capacidade de indução e condução constatada anteriormente.

A década de 1860 marca um período de profundas transformações decorrentes da economia do algodão e do papel de Fortaleza como porto exportador do produto para o mercado externo. Nesse momento de prosperidade, o poder público induziu o crescimento da cidade por meio de um plano de expansão proposto pelo engenheiro Adolpho Herbster (1863). O plano segue um padrão de intervenção urbana recorrente no Brasil-Império, optando por uma malha ortogonal semelhante à de outras capitais do Norte e Nordeste. Observa-se também que instrumentos de regulação urbanística (como os códigos de posturas) permaneceram de mesma natureza no Império e ao longo de toda a Primeira República. Da mesma forma, observa-se a manutenção de um processo de terceirização da infraestrutura urbana ao capital privado, cabendo ao poder público fiscalizar a qualidade dos serviços prestados.

Quanto aos instrumentos de controle do uso do solo, a Postura de 1868 exige o disciplinamento do espaço urbano mediante o respeito ao traçado em xadrez e estabelece o zoneamento de funções e usos. Somente em 1932, o Código Municipal favorece a verticalização dos imóveis na zona central e comercial (prédios de dois ou mais pavimentos) e, ao mesmo tempo, estabelece um novo esquema de parcelamento do solo (incluindo recuos laterais nos novos bairros residenciais). Tessituras diversas configuram-se na área central na longa duração.

Ao contrário das décadas precedentes, em que as diversas atividades se misturavam num mesmo espaço, a partir de 1920, delinea-se em Fortaleza uma estrutura com áreas mais definidas para cada grupo social e uso. Na década de 1930 observa-se a aceleração do processo, com a ampliação de novos bairros ao longo das antigas estradas, então transformados em vias radiais. As moradias foram gradativamente deslocadas: primeiramente para novas áreas próximas ao centro (ao longo das ruas Senador Pompeu, 24 de Maio, e em torno de algumas praças) e, num segundo momento



— Prolongamento das ruas Liberato Barroso e Assunção
 — Prolongamento da rua Liberato Barroso

Figura 214: Prolongamento da rua Liberato Barroso e rua Assunção em 1938.

Fonte: Planta de Fortaleza 1945

(com a realocação da via férrea em 1919), ao longo da rua Guilherme Rocha (antiga Municipal) entre a praça da Lagoinha e a praça Fernandes Vieira. No final da década de 1920, a área urbanizada espalha-se até as margens do riacho Jacarecanga, ao longo da avenida Filomeno Gomes (antigo *boulevard* Jacarecanga). Outros pontos da cidade foram também ocupados, como, por exemplo, o bairro do Benfica, fruto do parcelamento da chácara do empresário coronel João Gentil Alves de Carvalho (Gentilândia). Nota-se a aceleração da ocupação também do bairro Aldeota, ao longo da av. Santos Dumont, passando de 18 imóveis arrolados em 1922 para 110 em 1936.

Em paralelo, observam-se grandes comerciantes cearenses e estrangeiros atuando na capital, sobretudo aqueles vinculados às importações e exportações. Estes investem em diversas modalidades de negócios urbanos: comércio, empréstimo de dinheiro a juros, renda de aluguel, obras de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos.

O “**perímetro central**” da cidade é definido como tal e passa por um processo de mutação de usos e tipologias edilícias. De predominantemente residenciais e térreos, os imóveis do **centro** foram progressivamente se verticalizando, cedendo lugar ao comércio, aos serviços, aos edifícios da administração pública e ao lazer⁶³⁰. Nenhum grande plano de remodelação urbana foi realizado, de modo que o centro não mereceu cirurgias urbanísticas de tipo *haussmanniana*, transformando-se ao sabor dos intentos da iniciativa privada. Única exceção é o pequeno prolongamento da rua Liberato Barroso e Assunção em 1938⁶³¹, realizado de acordo com o plano da Secção Técnica da Diretoria de Viação e Obras Públicas Municipais (Figura 214). As intervenções públicas de caráter urbanístico no centro de Fortaleza restringiram-se a melhoramentos de logradouros públicos (arborização das ruas, calçamento, ajardinamento das praças⁶³², iluminação pública). Somente a partir de 1927 algumas novas vias de comunicações foram realizadas: do Outeiro ao Mucuripe e da praça Fernandes Vieira às novas oficinas do Urubu na zona oeste.

A ocupação intensiva para sudoeste deve-se à localização das fábricas têxteis no bairro de Jacarecanga, próxima à linha férrea sul, no cruzamento com a avenida Demóstenes Rockert, seguida de outras indústrias. Estas, por sua vez, atraíram um grande contingente de migrantes do interior do Estado, condicionando inclusive a expansão do Arraial Moura Brasil e do Arraial Pirambu, consolidando-se a periferia sudoeste.

No sentido **leste**, transpondo a antiga barreira do riacho Pajeú, consolida-se o novo bairro da **Aldeota**, “*reduto da burguesia que exercia a sua hegemonia nos diferentes setores da vida urbana*” (JUCÁ, 2003:40). Essa ocupação começa “*a ganhar contornos visíveis [...] de que participavam sertanejos recém-imigrados e gente de cujos bens pouco se sabia a origem, em maior parte beneficiários da seca de 1932*” (CASTRO, 1987:244), limitando-se ao final da linha de bondes, nas proximidades da rua Carlos Vasconcelos. No levantamento dos projetos para novos loteamentos, percebeu-se que grandes glebas foram parceladas, mas permaneceram desabitadas, como, por exemplo, o empreendimento de Antônio Mattos Porto, *Lydianópolis Nova Cidade*, de 1931 (Figura 215), ampliado em 1940 como bairro de Meireles - “*A topografia plana e a estrutura fundiária, com formas rigidamente ortogonais, facilitaram a expansão do bairro, repetindo-se a retícula em todas as direções*” (DIOGENES, 2002:44).

⁶³⁰ Inauguração do **Teatro José de Alencar** (1910), e dos cinemas **Polytheama** (1911), **Majestic** (1917) e **Moderno** (1920).

⁶³¹ Decreto 416 de 7 de novembro de 1938.

⁶³² No período da administração do intendente Guilherme Rocha, urbaniza a praça do Ferreira (1902), e a Praça Marques (1903).

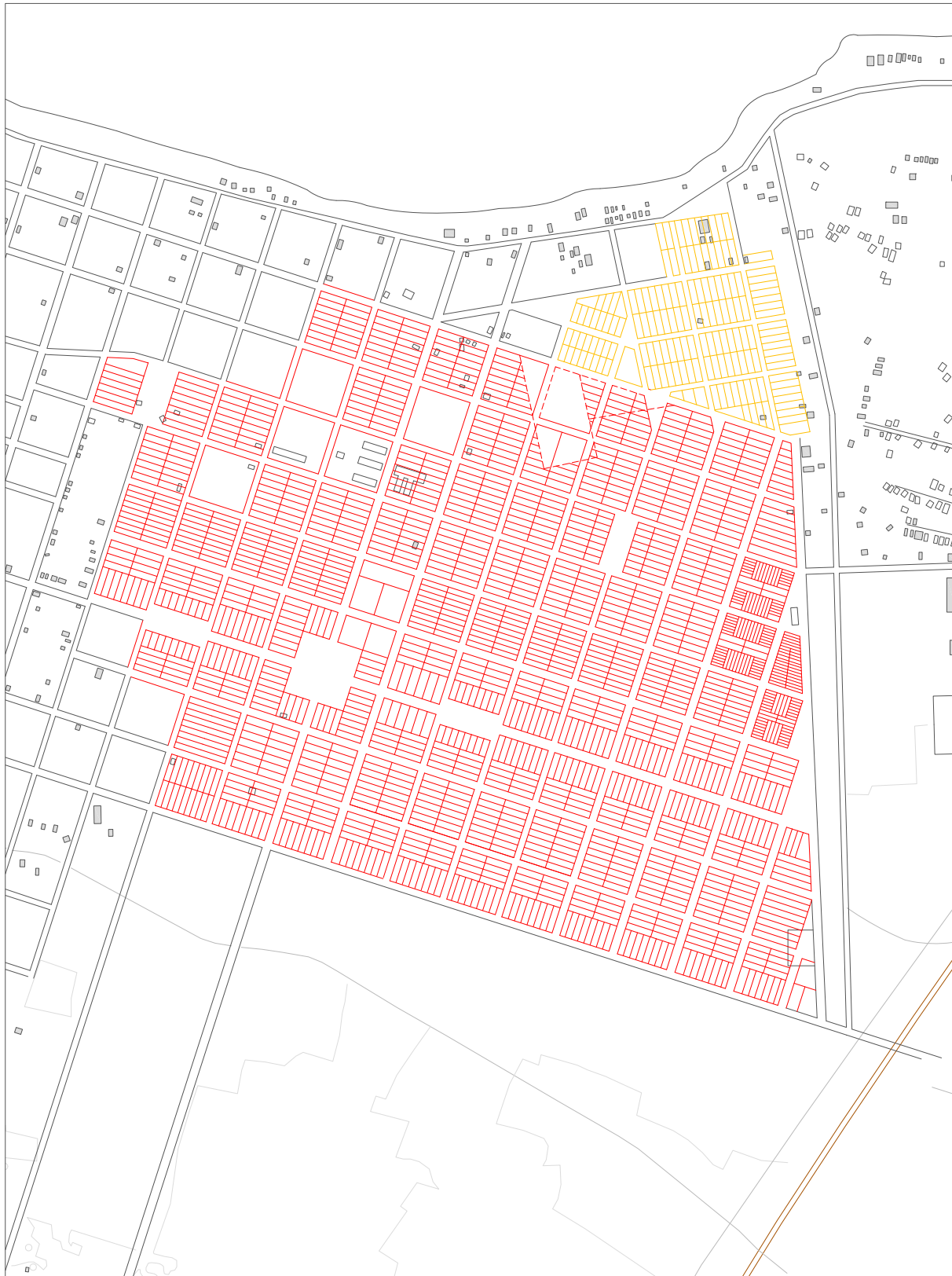


Figura 215: Loteamento Lydianópolis Nova Cidade (1931).
 Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza.

- Projeto de Loteamento - Década de 1930
- Projeto de Loteamento - Década de 1940

Convém ressaltar que, nesse período, iniciativa privada conduziu o processo de expansão segundo a lógica dos seus interesses, cabendo aos proprietários de terra definir as novas áreas a serem incorporadas à cidade. De qualquer forma o parcelamento dos lotes deveria seguir o padrão definido pelo Código de Posturas de 1932, muito diferente daquele definido pelo Plano de Herbster. Na década de 1930, grandes áreas foram loteadas dessa forma nos eixos oeste e sudoeste⁶³³ da cidade, configurando uma tessitura urbana em colcha de retalhos. O Código de Posturas do Município de Fortaleza de 1932 definiu diretrizes específicas para a divisão das quadras e lotes, estabelecendo dimensões mínima para ambas (quadras de 100m X 100m e lotes com testada mínima de 10m e 22m²). Quanto à largura mínima das ruas, determinava que as vias fossem de 18 metros nas ruas dominantes e de 13 metros nas ruas de menor circulação. No artigo 25 determinava que os loteamentos só seriam permitidos se fossem *“devidamente aprovados ou modificados pela Prefeitura os planos respectivos, devendo o interessado requerer, previamente a aprovação de um ante-projeto, com a indicação das ruas a serem abertas”*. Determinava também terrenos com área mínima igual ou superior a 40.000m², sendo que *“o espaço a ser ocupado por vias públicas não poderá ser inferior a 20% da superfície total”* (Art.28). Nesse sentido, a prefeitura não induziu a ocupação de novas áreas mas garantiu a qualidade dos resultados, deixando ao sabor dos interesses dos particulares a colagem de novos loteamentos nas áreas envoltórias da cidade, justapostos de forma *“anárquica”* e não planejada.

O prefeito Tibúrcio Cavalcante, em seu relatório de setembro de 1932, apresentado à Interventoria, relata: *“a construção da planta da cidade (a de 1931) veio tornar evidente a necessidade inadiável de ser adotado um plano para o sistemático desenvolvimento da cidade e a conveniência de ser consultado um urbanista sobre o seu traçado”* (GIRÃO, 1943:205). Para tanto é convidado o arquiteto Nestor de Figueiredo, que se encontrava no Recife e já havia elaborado um plano para a capital pernambucana e outro para João Pessoa. Quando Raimundo Girão assumiu a prefeitura, de posse do memorial, mandou o plano para o Conselho Consultivo.

O parecer emitido pelo conselheiro Eurico Salgado foi favorável:

Fortaleza, cidade de aspecto modelar e que se presta admiravelmente a um plano inteligente de remodelação, bem merece as vistas previdentes dos seus administradores e, assim sendo, este Conselho, estudando convenientemente o relatório do engenheiro Nestor E. de Figueiredo, bem como a proposta apresentada ao Dr. Prefeito Municipal e baseado nas informações deste, quanto à competência e honorabilidade do proponente, devidamente apurados [...] é de parecer favorável à aceitação da proposta apresentada [...].

Assim, foi contratado o arquiteto Nestor Egídio de Figueiredo para elaborar um plano de urbanização para Fortaleza (Decreto nº 108, de 30 de agosto de 1933), considerando-se:

[...] que para evitar constantes embaraços criados à administração pública pelo **desenvolvimento anárquico** da cidade de Fortaleza dentro de certo período de expansão antropogeográfica – resolveu a prefeitura ouvir um técnico em urbanismo, que melhormente a orientasse nas medidas a adotar para a **sistematização do seu crescimento futuro** e **correção dos erros existentes** (grifou-se).

⁶³³ Segundo levantamento dos loteamentos na Prefeitura Municipal de Fortaleza e escrituras particulares do Arquivo Público do Estado.

O conselheiro Julio Rodrigues, pedindo vistas do processo, elaborou novo parecer posicionando-se contrário à proposta: “*considerando a inoportunidade da medida em face das condições do erário público e pela obra suntuária do plano*”. Considerou-o “*obra presentemente desnecessária sobre suntuária para as modestas condições da nossa ‘urbs’ e mais urgente que ela é a criação de um instituto de menores delinquentes ou abandonados*” (GIRÃO, 1943:212).

Diante disso, o prefeito Raimundo Girão reforçou a importância do plano:

Não devemos esquecer que a falta de um plano de desenvolvimento estragou o crescimento da cidade. Enquanto foi observado o plano Adolpho Herbster e os que o antecederam, Fortaleza se desenvolveu inteligentemente, constituindo-se a cidade que hoje admiramos com ufania. O esquecimento do plano Herbster bastou para produzir uma soma de enorme de defeitos, que é indispensável corrigir. O plano atualmente em estudo, organizado nos moldes e nas regras do **moderno urbanismo**, deve merecer o apoio incondicional de todos e nunca prevenções desarrazoadas e personalistas (GIRÃO, 1943:210).

Defendeu assim a urgência de se organizar um plano de urbanização e expansão de Fortaleza, “*cidade de progresso rápido e que desde certa época se vem desenvolvendo sem os indispensáveis cuidados, acarretando tal fato maiores sacrifícios para a administração pública e para a sua população [...]*” (GIRÃO, 1943:213).

Em meio aos pareceres do Prefeito e dos conselheiros municipais, foi possível encontrar algumas justificativas apresentadas por Nestor de Figueiredo para ressaltar a importância do novo plano:

A regularidade do traçado urbano, dando as suas praças e ruas um sistema perfeito de alinhamento, **revela-nos logo a certeza de que estamos numa cidade que não cresceu a vontade**, sem observar uma certa disciplinação, perfeito, sem dúvida, na época em que foi projetada. Isto posto, verificamos que o sistema de urbanização que orientou a cidade desde o ano de 1800 até os nossos dias, resolveu em parte, sem atropelos, as suas necessidades. Era este o sistema preconizado para as cidades que iam surgindo nos princípios do século passado, conforme facilmente observamos nos núcleos de população hispano-americano. Observa ainda que essa disposição de ruas e praças, depois de edificadas, as tornou monótonas e, à proporção que as cidades foram aumentando de densidade, o tráfego e o trânsito começaram a encontrar serias dificuldades para realizar rapidamente as ligações da periferia com a zona central. E conclui: Foi esse princípio de cruzamento retangular de ruas e avenidas que congestionou os grandes centros de Buenos Aires e Filadélfia, por que, tal qual a cidade de Fortaleza, essas duas importantes cidade do nosso continente tem o traçado das ruas em formato de xadrez (GIRÃO, 1943:219) (Grifou-se).

No memorial que acompanha, plano Nestor de Figueiredo⁶³⁴ refere-se “*à determinação de um zoneamento para localizar as diferentes atividades da cidade e ressaltar, para as zonas residenciais, a tranquilidade precisa ao repouso dos seus habitantes*” (GIRÃO, 1943:220). Separa também bairros para o comércio “*subdivididos em zonas dos grandes negócios e zona do comércio varejista*” (GIRÃO,

⁶³⁴ Vale destacar que essas referências estão baseadas nos pareceres do Prefeito e conselheiros municipais publicados na RIC, 1943:205-222.

1943:220), delineando um bairro industrial, universitário e hospitalar, bem como “*espaços verdes e de reservas de ar*” (GIRÃO, 1943:221). Ressalta a localização de um centro cívico e, em conformidade as idéias urbanísticas da época, destaca os “*futuros bosques de recreio, que devem envolver a cidade, e aos bairros-jardins, que devem constituir a zona edificada do seu perímetro*” (GIRÃO, 1943:220-221). Sugere “*praticar a **cirurgia urbana** e aplicar soluções viárias de **feição haussmaniana**, como o encontro de vias de leque, valorizando edifícios ou monumentos comemorativos*” (CASTRO, 1987:234)(Grifou-se) (Figura 216).

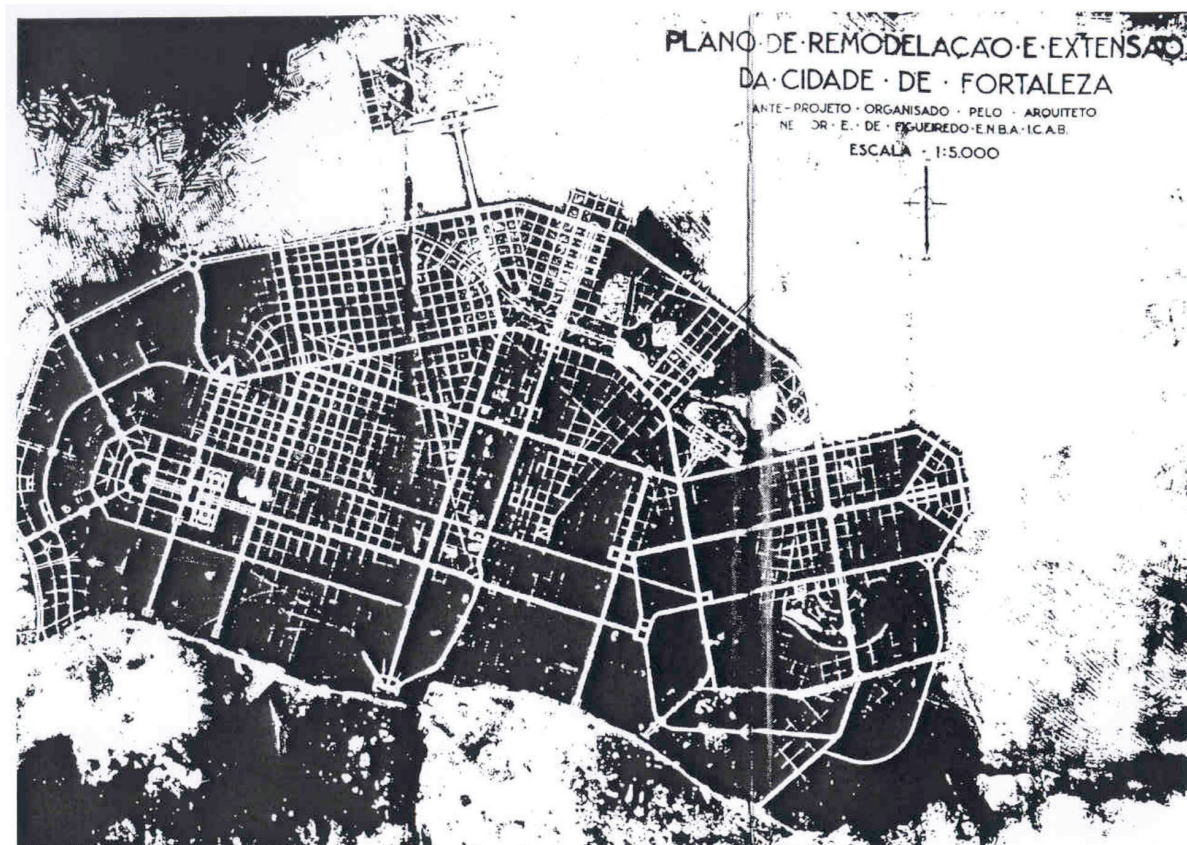


Figura 216: Plano de remodelação e extensão da cidade de Fortaleza, projeto organizado pelo arquiteto Nestor de Figueiredo. Fonte: FORTALEZA, 1979.

Durante a votação do plano no Conselho Consultivo, o conselheiro Júlio Rodrigues, contrário a ele, justifica-se ressaltando a falta de concorrência pública, as condições financeiras da administração pública, destacando que no lugar do plano geral de urbanização delineado em novos moldes urbanísticos se devia apenas “*ampliar e desenvolver o existente, corrigindo-lhe esta ou aquela imperfeição que o tempo tenha evidenciado, para atender às novas necessidades criadas pelo constante progresso de Fortaleza*” (GIRÃO, 1943:220). A título de exemplo, cita a possibilidade de se “*estabelecer a intercomunicação entre os bairros existentes, abrindo novas artérias de ligação, e a de prever a possível expansão da cidade na direção do Mucuripe*”.

Continua sua exposição:

que necessidade há em Fortaleza, por exemplo, de se determinar zona especial para as casas residenciais, de modo a assegurar-lhes a tranquilidade e o repouso? A separação entre a zona comercial e a residencial vai-se operando naturalmente, no curso do desenvolvimento e progresso da cidade. À medida que o centro se comercializa, as famílias, fugindo certamente ao tumulto da vida comercial, se retiram para as zonas mais distanciadas: é um fenômeno de crescimento da cidade, que obedece a leis a bem dizer naturais, sem a necessidade de prescrições artificiais do poder público. Basta apreciar, na história ainda recente da cidade, o que se tem passado com os quarteirões das ruas Major Facundo, Floriano Peixoto e Barão do Rio Branco, mais próximos da Praça do Ferreira” (GIRÃO, 1943: 221).

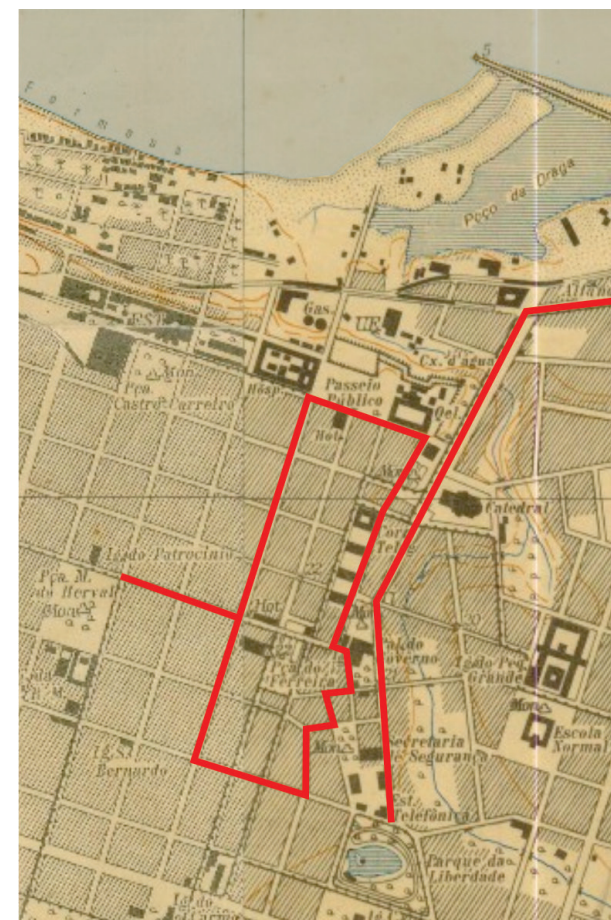
O prefeito Alvaro Weyne, que substituiu Raimundo Girão, rescindiu o contrato com Nestor de Figueiredo: “*por parecer ao recém-empossado, que a cidade precisava de coisas mais importantes do que planos urbanísticos*” (CASTRO, 1982:26).

Assim, a partir de **1933**, com o fracasso do plano regulador, observa-se um momento de inflexão num processo em curso desde meados do Oitocentos: a cidade seguiu sendo transformada pelas mãos dos empreendedores imobiliários que capitanearam a produção de áreas novas, constituindo uma malha viária diversificada e anárquica, e observa-se que o poder público perdeu a capacidade de indução e condução do processo. A Figura 217 apresenta os loteamentos realizados nas décadas de 1930 e 1940, fora do perímetro do plano de Adolpho Herbster. Merece destaque o Parque Trindade, na avenida 13 de Maio, de propriedade da Imobiliária José Gentil, no bairro Joaquim Távora, e as terras da Estância Castelo, na avenida Antonio Sales, de propriedade do Sr. Dionísio Torres⁶³⁵, ambos projetados pelo agrimensor Fernando Lima (Figuras 218).

O centro prosseguiu sua trajetória sem nenhuma “*cirurgia urbana*”. No entanto, as novas legislações vão induzir de maneira decisiva seu processo de verticalização. Esse processo se deve, de forma mais acentuada, aos decretos, que reescreveram o artigo n. 225, do Código Municipal de 1938⁶³⁶.

O Decreto de 1939 induz a verticalização na área central:

Na área delimitada pela face oeste da rua Barão do Rio Branco, desde a rua João Moreira até a rua Pedro Pereira; pela face sul da rua Pedro Pereira desde a rua Barão do Rio Branco até a rua da Assunção; pela face este da rua da Assunção (prolongamento), desde a rua Pedro Pereira até a rua Liberato Barroso (prolongamento); pelas faces Sul da rua Liberato Barroso (prolongamento) e travessa Granja, desde a rua da Assunção até a rua do Rosário; pela face este da rua do Rosário, desde a travessa Granja até a rua Guilherme Rocha; pela face este da rua General Bizerril, desde a rua Guilherme Rocha até a rua João Moreira; e pela face norte da rua João Moreira, desde a rua general Bizerril até a rua Barão do Rio Branco; - na rua Guilherme Rocha, desde a rua Barão do Rio Branco até a rua General Sampaio; nas avenidas Alberto Nepomuceno e Pessoa Anta em toda sua extensão; tratando-se de construções, reconstruções e reformas de prédios, somente serão concedidas licenças para sobrados (Decreto 461, de 4 de julho de 1939 Art. 225) (Figura 219).



— Perímetro do decreto 461 de 04.07.1939

Figura 219: Perímetro do Decreto 461 de 04.07.1939.
Fonte: Planta de Fortaleza de 1945 e o Decreto de 461.

⁶³⁵ Esse bairro será denominado Dionísio Torres.

⁶³⁶ Já modificado pelos decretos nos 384 e 388 de 7 e 28 de julho de 1938, respectivamente

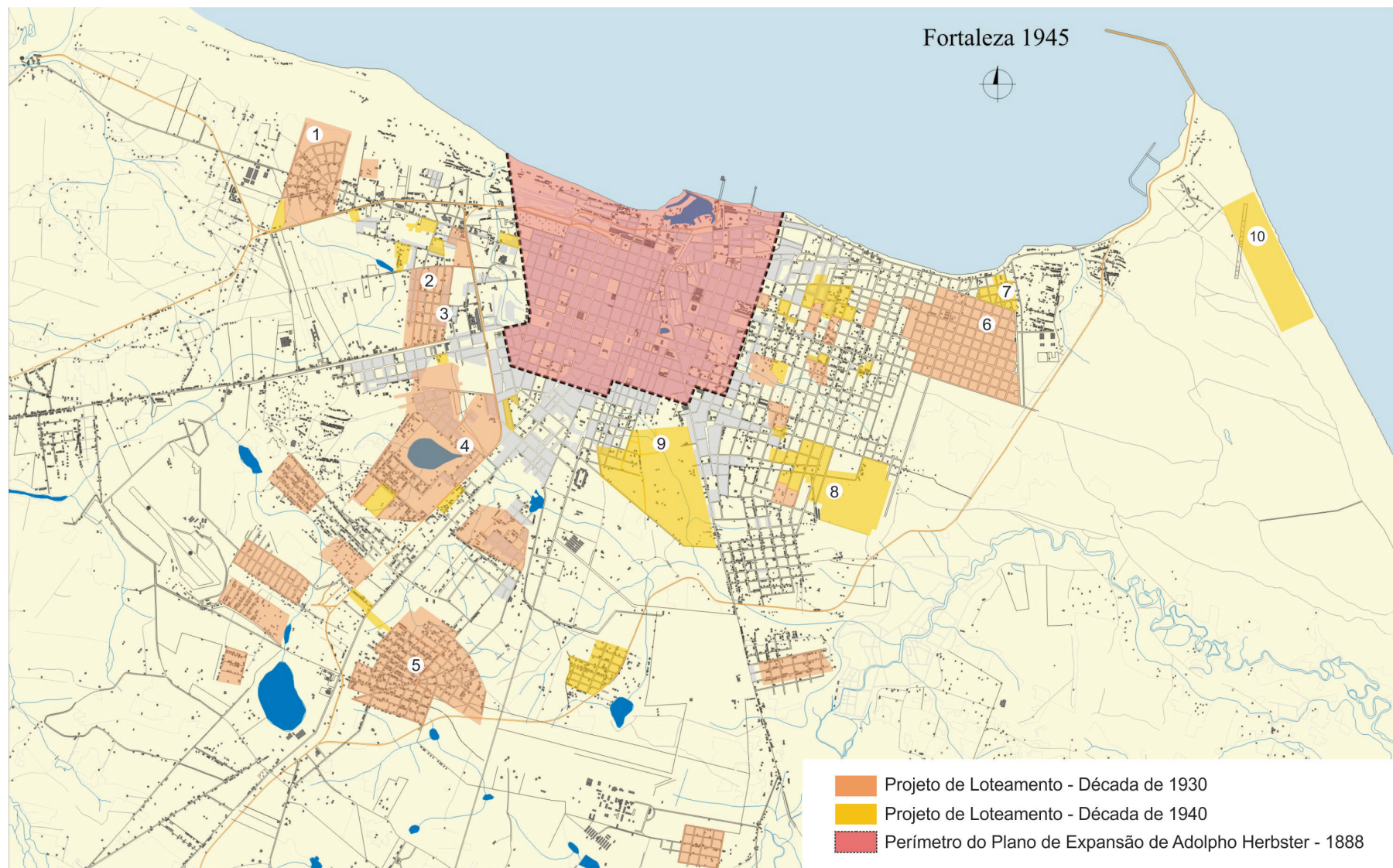


Figura 217: Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1930-1940. Loteamentos das décadas de 1930 e 1940. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: Planta de Fortaleza 1945. Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza.

LEGENDA

- 1 Loteamento **Floresta**, Floresta - Proprietário Boris Frères Cia. Ltda. - Autor: Fernando Lima
- 2 Loteamento **Vila Pontes**, Alagadiço
- 3 Loteamento **Chácara Iracema**, Alagadiço- Proprietário Cel. José Gentil - Autor: Fernando Lima
- 4 Loteamento **Sítio Porangabussu**, Porangabussu - Proprietário Raimundo de Holanda Bessa - Autor: Felon Motta
- 5 Loteamento **Parque Coqueirinho** - Proprietário Boris Frères - Autor: Fernando Lima
- 6 Loteamento **Lydiópolis Nova Cidade**, Meireles - Proprietário Antônio Matos Porto - Autor: Fernando Lima
- 7 Loteamento **Lydiópolis Nova Cidade**, Volta da Jurema - Proprietário Antônio Matos Porto - Autor: Fernando Lima
- 8 Loteamento **Estância Castelo**, - Proprietário Dionísio Torres - Autor: Fernando Lima
- 9 Loteamento **Parque Trindade**, Joaquim Távora - Proprietário Cel. José Gentil - Autor: Fernando Lima
- 10 Loteamento, Praia do Futuro - Proprietário Cel. José Gentil - Autor: Fernando Lima

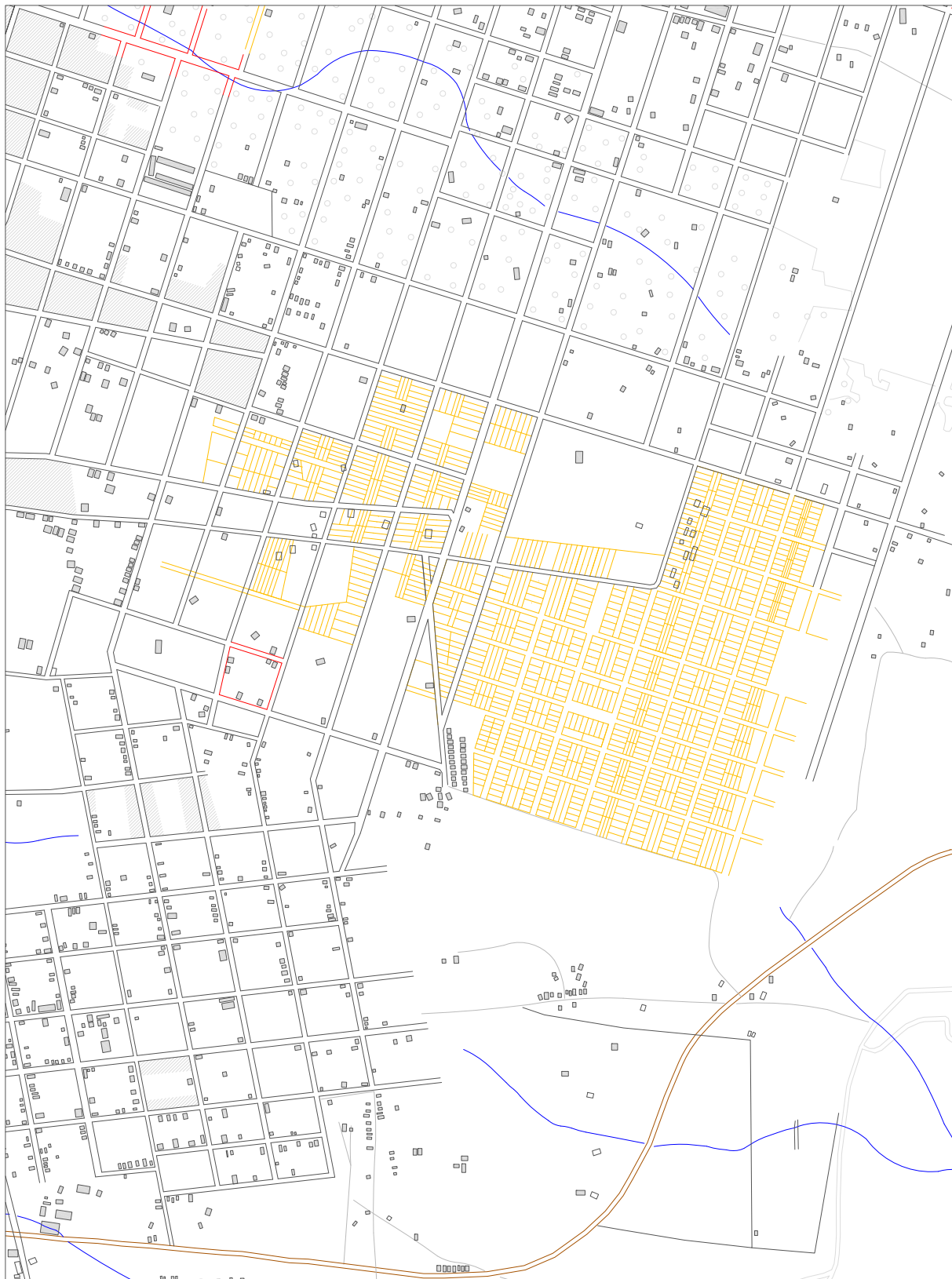


Figura 218: Exercício de reconstituição cartográfica – Fortaleza 1930. Loteamento Estância Castelo. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: Planta de Fortaleza 1945.
 Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza.

- Projeto de Loteamento - Década de 1930
- Projeto de Loteamento - Década de 1940

Assim, vários grandes edifícios foram construídos na área central depois de 1933: o Edifício J. Lopes (1935), com sete pavimentos, na rua Major Facundo; o Edifício Parente (1936), de cinco pavimentos, na rua Guilherme Rocha; o Edifício Abel Ribeiro (1937); o Edifício São Luiz (1937/1959), com 12 pavimentos, o Cine Diogo (1940), com nove pavimentos; o edifício da Secretaria de Polícia e Segurança Pública (1942), com cinco pavimentos, a Secretaria de Finanças do Município, na rua Floriano Peixoto; e o Palácio do Comércio, do francês J. Mounier. Na figura 220, verifica-se a localização dos edifícios na década de 1930 e 1940 e nas figuras 221 e 222 mostra a relação dos edifícios com o entorno.

Quanto à praça do Ferreira, a grande alteração foi a demolição da quadra onde se localizava a antiga Câmara Municipal, logo após o incêndio de 1939, sendo criada uma *“pequena praça separada da outra apenas pela Guilherme Rocha, quando por ela ainda circulavam carros”* (AZEVEDO, 1991:163). Na gestão do prefeito Acrísio Moreira da Rocha (1949) construiu-se o “Abrigo Central” com vários boxes comerciais (Figura 223).

Depois de 1933, destacam-se recorte final desta pesquisa, observa-se a presença de novos atores sociais (pessoa física ou jurídica) na construção do espaço urbano: Edificadora do Norte Ltda⁶³⁷; Hinko & Fabrício; Jacinto Matos; João Oscar (construtor); José Francisco (empreiteiro); José Nogueira (1928) (empreiteiro); L. Gonzaga F. da Silva; Lourenço Justiano Sousa (1921) (construtor); Vicente A. Ferreira & Filho⁶³⁸. Em 1933, surge outra novidade - a Imobiliária José Gentil S/A - que tinha como sócio majoritário **José Gentil Alves de Carvalho** (24.000 ações), além de **Francisca da Frota Gentil** (250 ações) e outros acionistas menores (Antonio da Frota de Carvalho, João da Frota **Gentil**, Dr. José Torquato Aguiar, Dr. Nestor **Barbosa Leite**⁶³⁹). Até 1936, formaram-se outras imobiliárias, dentre elas a **Antonio Diogo, Boris Freres**, multiplicando-se na década de 1940, o que demonstra uma nova tendência então em curso⁶⁴⁰.

Quatorze anos após a elaboração do plano de Figueiredo, surge nova oportunidade de um Plano Diretor de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza (1947). Elaborado por José Otacílio de Saboya Ribeiro, o plano *“previa o fim da mononucleação da cidade, de sorte que insistia na divisão bem demarcada da malha urbana em bairros separados por cintas de avenidas delimitadoras”* (CASTRO, 1982a:26). Apesar de aprovado, não foi posto em prática em virtude da pressão *“dos proprietários de imóveis envolvidos em alargamentos de ruas”* (CASTRO, 1982a: 27), prevalecendo, entretanto, o código urbano redigido pelo urbanista.

No memorial descritivo apresentado à Prefeitura Municipal de Fortaleza em 1947, José Otacílio de Saboya Ribeiro relata o estado atual da cidade:

O crescimento feito à margem das vias radiais que se estendiam fora desses limites (avenida Bezerra de Menezes, avenida Visconde do Cauípe, prolongamento da rua Senador Pompeu, avenida Visconde do Rio Branco, rua Santos Dumont, etc.) é fruto de iniciativa privada, sem que tivesse a guiá-lo nenhum plano geral ou diretrizes urbanísticas [...]. O bairro do Outeiro e da Aldeota, limitando o seu traçado ao xadrez mais ou menos rígido, não alcançaram um elevado padrão urbanístico (RIC, 1955:228).

⁶³⁷ Segundo Álbum 1931, esta companhia visa a fomentar a economia entre as classes menos favorecidas facilitando-lhes a aquisição de casas para morada, por meio de módicas prestações mensais. Foi instalada em 22.09.1930. Consultor Jurídico- Dr. Francisco Menezes Pimentel; Presidente- Dr. Erminio Araujo e Silva; Conselho Administrativo- Lesko Araújo, Dr. Waldemar Barros e Francisco Anísio de Oliveira Paula. Conselho Fiscal- Raimundo Bezerra Lima, Raimundo Gurgel e Horácio Alves de Lima. Explora também o “Plano Título”, de sua propriedade, autorizado e fiscalizado pelo Governo Federal, conforme Carta Patente n. 91, emitindo Títulos nominativos para venda a prestações, mediante sorteio, de móveis e imóveis, com resgate garantido, a partir do segundo ano de vigência.

⁶³⁸ Almanaque do Ceará de 1932.

⁶³⁹ Diário Oficial de 23 de dezembro de 1933.

⁶⁴⁰ Antonio Albino Ferreira, Antonio Ferreira, Arthur Arcanjo, Construtora Limitada, Construtora Limitada José Monteiro, Domingos C. Reis, Dr. Silvio I. Ekman, Dr. Alberto Sá, Dr. Armando Campello, Dr. Clovis Janja, Dr. Valdir Diogo Siqueira, Imobiliária José Gentil S/A, João Ferreira Oriá, João Oscar Carvalho, José Barros Maia, José Belizardo de Souza, José Brasil, Manoel Chagas, Manoel E. dos Santos, Manoel Nobre de Souza, Manoel Ribeiro Abreu, Orlando Luna Freire, Raymundo N. Gomes, Raymundo P. Oliveira, Vicente Alves dos Santos (Diário Oficial de 1936),totalizando 25.



Figura 220: Espacialização dos edifícios das décadas de 1930 e 1940 da cidade de Fortaleza.
 Fonte: Foto aérea de Fortaleza, 1940. BORGES, 2006: 132.
 Autora: Margarida Andrade.

LEGENDA

- | | | |
|-----------------------------------|----------------------------------------|-------------------------------------------|
| 1 Edifício Carneiro | 7 Loja A Cearense | ■ Praça do Ferreira |
| 2 Empresa Telefônica de Fortaleza | 8 Edifício J. Lopes | ■ Edifícios construídos na década de 1930 |
| 3 Sede do Jornal O Nordeste | 9 Edifício Epitácio Oliveira | ■ Edifícios construídos na década de 1940 |
| 4 Excelsior Hotel | 10 Palácio do Comércio | |
| 5 Edifício Granito | 11 Secretaria de Finanças do Município | |
| 6 Edifício Parente | 12 Edifício Cine Diogo | |

Assim, nos anos 1933 inicia-se um novo capítulo desta história, já contemplado em outros estudos, fugindo assim do escopo deste trabalho. Ao cobrir um tempo longo sob outro ponto de vista, espera-se contribuir para a história da urbanização do Brasil, em geral, e de Fortaleza, em específico, desenvolvendo uma nova metodologia de espacialização de documentação primária raramente mobilizada pela historiografia.



Figura 221: Casa Parente situado na rua Guilherme Rocha com a rua Barão do Rio Branco(1936).
Fonte: Coleção Nirez



Figura 222: Cine Diogo na rua Barão do Rio Branco (antiga rua Formosa). Observar a escala do edifício com as edificações ao redor. Fonte: Coleção Nirez.

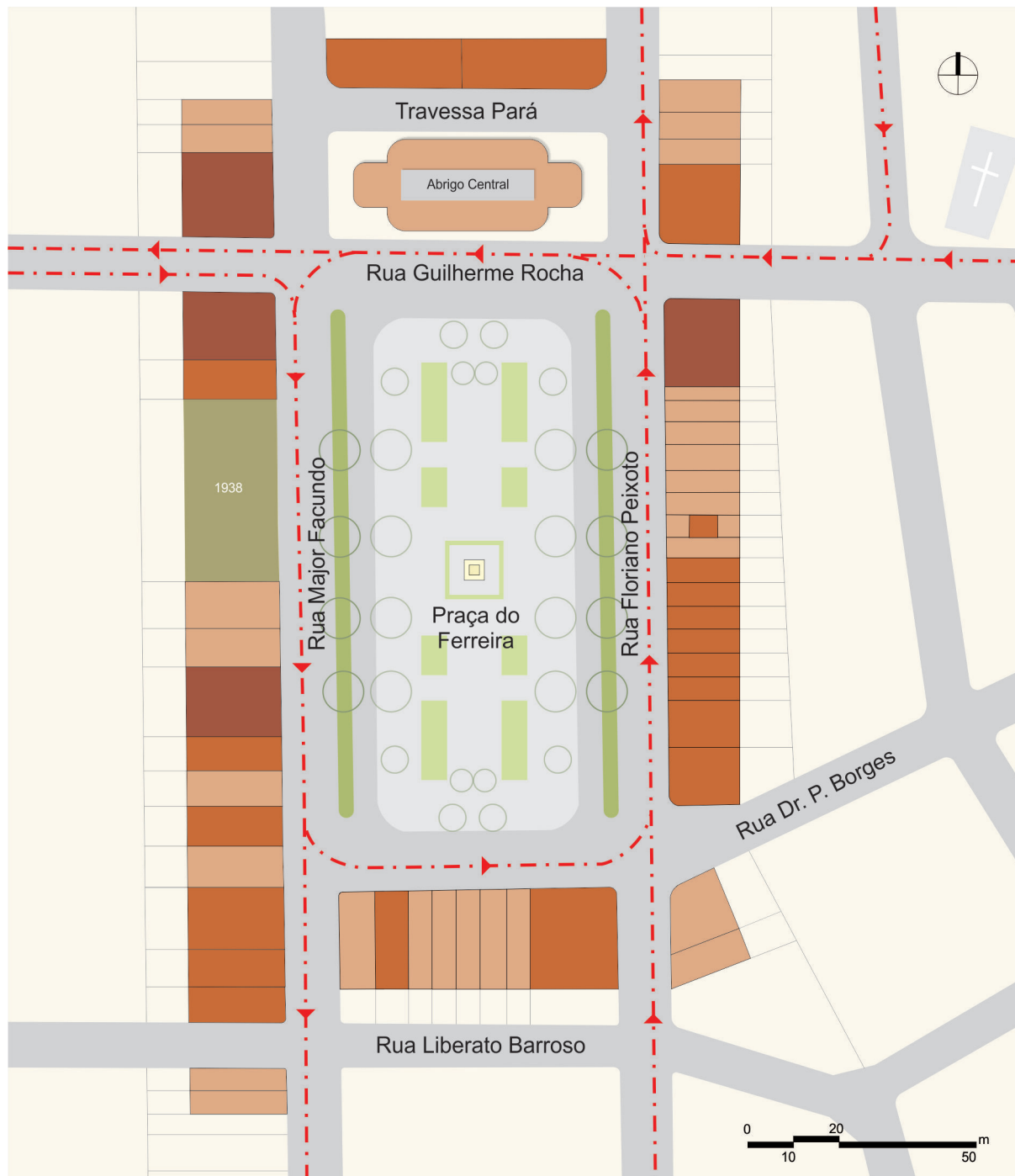


Figura 223: Exercício de reconstituição cartográfica - Fortaleza 1940: tipologia ao redor da praça do Ferreira. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: *Planta aerofotogramétrica da cidade de Fortaleza de 1972*. Fonte: Almanaque 1940/ ADERALDO, 1989.

LEGENDA

- | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  Edifícios (Maior que 3 andares) |  Linha dos bondes elétricos |
|  Sobrados |  Coluna da hora |
|  Casas térreas | |
|  Demolição | |

ANEXO

REDES DE CIRCULAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Como já se mostrou, a **planta de 1875** representa os trilhos do trem, consequência do contrato de 1870 entre o Governo Provincial e a Cia Cearense da Via Férrea de Baturité, objetivando maior desenvolvimento da lavoura e da indústria da Província. Após dois anos, foi inaugurado o primeiro trecho, que partia da estação ferroviária na praça Castro Carreira, subia pela av. Tristão Gonçalves na direção sul, servindo como elemento indutor do primeiro processo de ocupação nas proximidades do eixo ferroviário por parte das primeiras indústrias e de algumas vilas operárias⁶⁴¹, apesar de as primeiras unidades fabris propriamente ditas só terem início a partir de 1881.

A segunda **Planta de Adolpho Herbster**⁶⁴² de **1888**, embora seja uma atualização da planta anterior (1875), reflete as mudanças ocorridas no período entre a grande seca de 1877/79 e o ano de sua impressão. Destacam-se as linhas de bonde a burro comandando o crescimento da cidade de 1880 a 1914, quando o bonde elétrico começa a funcionar, até 1947 (Figuras 224, 225 e 226).



Figura 224: Espacialização das linhas de bonde em 1888. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: "Planta da Cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará, levantada por Adolpho Herbster, Ex. Engº da Província e Archº aposentado da Câmara Municipal, 1888".
Fonte: <http://bancodedados.cepimar.org.br/bdceara/principal1.php>

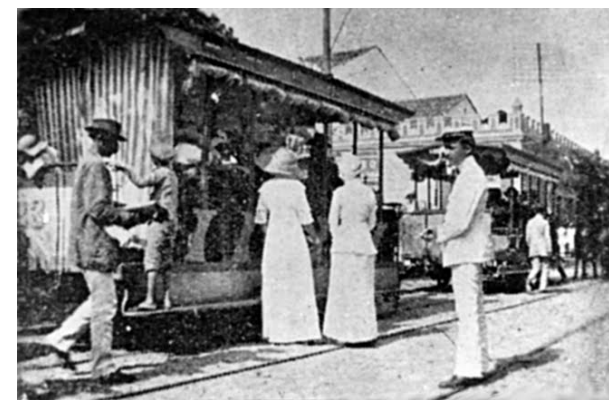


Figura 225: Bonde a burro.
Fonte: Coleção Nirez.



Figura 226: Bonde a burro.
Fonte: Álbum de Boris.

⁶⁴¹ Vila Diogo e Vila Pompeu a partir de 1920.

⁶⁴² Nesse período, Herbster já se encontrava afastado de suas atividades profissionais.



Figura 227: Bonde elétrico na av. Visconde do Cauipe.
Fonte: Coleção Nirez.



Figura 228: Bonde elétrico na rua Major Facundo.
Fonte: Coleção Nirez.

Foram implantadas as seguintes linhas, partindo da praça da Assembléia⁶⁴³ e seus arredores: para a **Estação de Bondes (3)**, em 1880⁶⁴⁴, situada na antiga Estrada de Messejana, atual Visconde do Rio Branco; para o **Matadouro**⁶⁴⁵ (5), em 1880, situada na estrada de Soure (atual Bezerra de Menezes); a linha para o **Porto (7)**, em 1880, a linha para a Praia; para a **Estação do Trem (8)**, em 1883⁶⁴⁶, para a **Praça de Pelotas (4)**, em 1885; para a **Fábrica de Tecidos**⁶⁴⁷, em 1886; para o **Bairro do Benfica (6)**, em 1888⁶⁴⁸; para a estrada dos Arronches. Alguns desses percursos apresentam uma estrutura radial (antigos caminhos de penetrações), ultrapassando a área ocupada, como, por exemplo, a via de Cauípe, estrada de Messejana, estrada de Soure⁶⁴⁹. Observa-se também, na planta, a primeira fabrica têxtil, Pompeu & Irmão. Consequentemente, é criada no fim da década de 1890 uma linha de bonde direcionada à fabrica de tecido, partindo da praça do Ferreira das “7 horas da manhã, de hora em hora, até as 5 horas da tarde, sendo, posteriormente, em 1906, absorvida pela Linha do Matadouro”⁶⁵⁰.

A lei 319 do Estado do Ceará de 31 de agosto de 1896,

Art. 1º - Autoriza a Câmara da Fortaleza a conceder privilégio a **Manuel Rodrigues dos Santos Moura**, para construção de uma via-férrea de tração animal ou dinâmica que partindo da Praça Benjamin Constant, nesta capital, vai ter ao Sitio Cocó da propriedade do concessionário, não podendo exceder de 35 anos (Grifou-se).

§ único – A referida concessão compreenderá também um ramal até o povoado do Mucuripe

A partir de 1913, o ponto central dos “tramways” é a praça do Ferreira, “de onde partem, de 10 em 10 minutos e de 15 em 15 para as seguintes linhas: Estação, Fernandes Vieira, Praia, Via-Férrea, Matadouro, Alagadiço, Mororo, Praça dos Coelhos, Benfica e Outeiro”⁶⁵¹ (ALMANAQUE, 1916) (Figuras 227 e 228).

Merece destaque o alargamento de 30 metros da avenida Alberto Nepomuceno, em 1913, realizado pelo presidente do Estado, Marcos Franco Rabello, permitindo a ligação da área central com o porto (Figura 229).

A **Planta esquemática de 1922** dá uma ideia da ocupação de 1888 até a década de 1920. Inicialmente, observa-se o deslocamento da via férrea da rua Tristão Gonçalves para a Av. Francisco Sá (1919); em direção ao norte do Estado, e outro ramal no sentido sul, onde veio posteriormente a ser implantado o parque industrial de Fortaleza. Nota-se também a expansão das linhas de bonde elétrico para a zona oeste com os seguintes destinos: **Fernandes Vieira (4)**, expansão oeste; **Mororó, (3)**, 1889, ligando o cemitério; **Alagadiço, (6)**, 1903. Notam-se os vários pontos de partida para diversos destinos⁶⁵²: da **Estação dos Bondes (8)** saíam linhas para o Matadouro Público (6), o Mercado Público (praça da Assembléia), a praça de Pelotas, a rua da **Praia (1)** e a estação da Via Férrea de Baturité (2); do **Mercado Publico** saíam para a rua da Praia (Alfândega), a praça de Pelotas e a estação da via Férrea; da **praça de Pelotas**, saíam para o bairro do Benfica, o Mercado e para Alfândega Velha; da **praça do Ferreira**, direcionavam-se linhas ao bairro do Alagadiço, ao Benfica, à estação dos Bondes, à fábrica de tecidos (5), ao bairro de Jacarecanga, à rua Padre Mororó (Cemitério), à praça Fernandes Vieira; à rua da Praia e à estação ferroviária ao Outeiro (9); da **Via Férrea (2)**, saíam as linhas para o Matadouro Publico e a Praça de Pelotas⁶⁵³ (Figura 230).

⁶⁴³ Em 1884, a linha de da praça da Assembleia a Estação da via férrea cria um desvio na Praça do Ferreira

⁶⁴⁴ Esta foi à primeira linha inaugurada, partindo da frente do Mercado, juntamente com a do Matadouro. Seguia pela Praça da Assembléia (lado L), passava em frente à Assembléia, ganhava a rua Boa Vista, dobrava na de S. Bernardo e, entrando por um beco hoje fechado, cortava a Rua Alegria; passava ao lado N, e em frente aos Artigos Bélicos e pela rua do Coude d’Eu entrava no largo do Garrote, donde, pela estrada de Mecejana, ia, em linha reta, à Estação, construída em 1879. (NOGUEIRA, 1981:167-168) Em 01.05.1887, foi aberto o ramal da linha de bondes, compreendendo desde a rua da Boa Vista até a estação do Boulevard Rio Branco, passando pela igreja do Coração de Jesus (STUDART, 1896).

⁶⁴⁵ O ramal do Matadouro começava no cruzamento da rua Boa Vista com a São Bernardo. Seguia por esta até a rua Amélia (Senador Pompeu), pela qual subia a praça de Pelotas. Dobrando na esquina do Formiga, seguia pela rua do Livramento, atravessava em diagonal a praça de S. Sebastião e entrando pela estrada de Soure chegava ao Matadouro (NOGUEIRA, 1981:168). Esta ampliada ao Alagadiço em 1903.

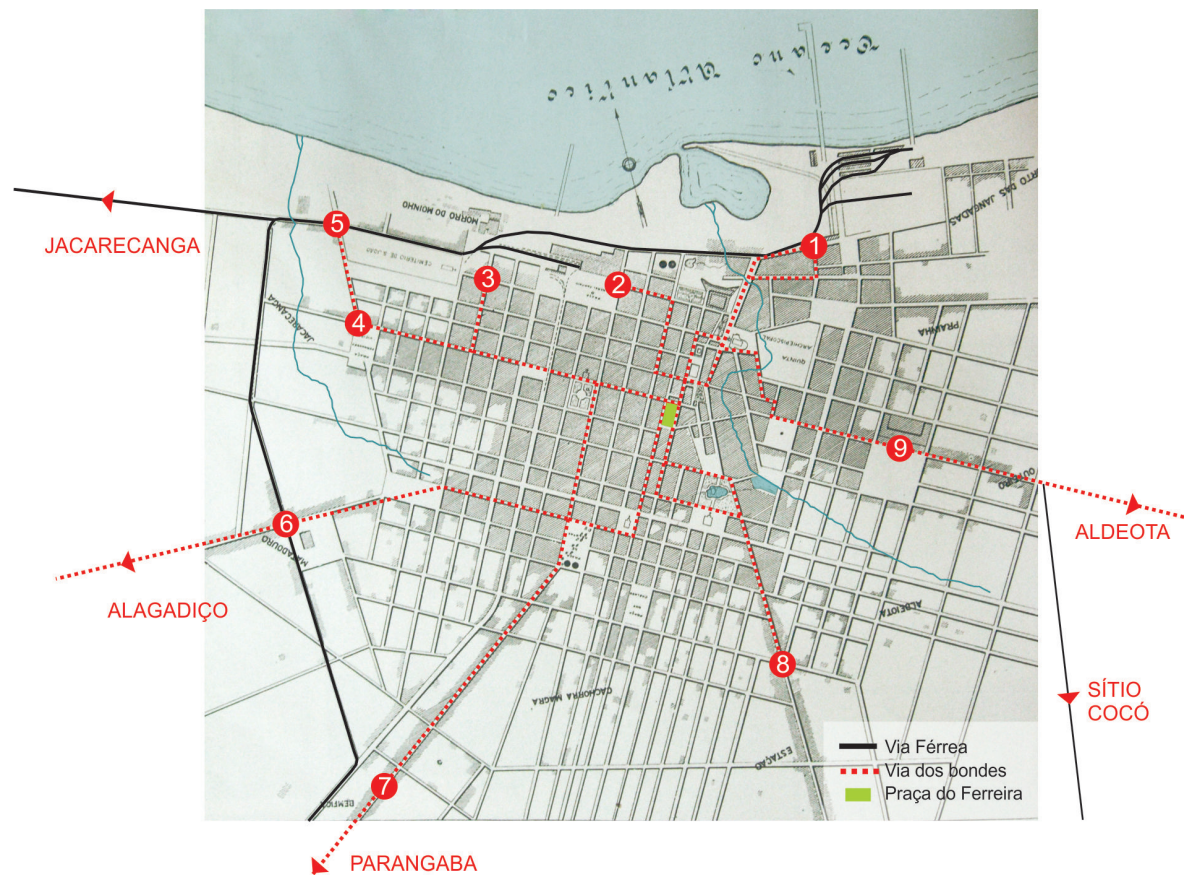


Figura 230: Espacialização das linhas de bonde em 1922. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: “Planta esquemática de Fortaleza de 1922, comemoração de 100 anos da independência”.

Fonte: <http://bancodedados.cepimar.org.br/bdceara/principal1.php> ALMANAQUE DO CEARÁ, 1922.

Em 1926, existiam 23 bondes de 1ª Classe e 17 bondes de 2ª classe e, em 1929, combinavam-se os bondes elétricos com ônibus da própria empresa. Em 1923, o jornal *A Tribuna*⁶⁵⁴ registra o estado dos transportes da companhia inglesa: “os bondes são sujos, sem conforto e nos dias de chuva os passageiros sofrem bastante. Existe um fiscal do governo junto à Light, mas sua ação não se conhece, pois vae fechando os olhos às violações do contrato existente”. A mudança da estrada de ferro em 1919 vai viabilizar a ocupação das novas indústrias na área de Jacarecanga, articuladas às moradias para a população operária. A abertura da **avenida Demosthenes Rockert** (antigo caminho do Urubu e atual Francisco Sá) foi um importante indutor de expansão da cidade no sentido oeste

O prefeito **Godofredo Maciel** (1924-28) investiu em várias obras públicas⁶⁵⁵: construiu o pontilhão do beco do Pocinho sobre o riacho Pajeu na direção leste (Figura 231), possibilitando o melhor acesso entre o bairro do Outeiro e a área central; no alinhamento e prolongamento da Avenida Bezerra de Menezes (antiga estrada do Soure) no Alagadiço⁶⁵⁶ e da rua Antonio Pompeu na altura do *boulevard* Visconde do Rio Branco (antiga estrada de Messejana); na abertura de três ruas⁶⁵⁷ no bairro do Outeiro (Aldeota); na abertura da “Avenida Demosthenes Rockert”⁶⁵⁸ (atual Francisco Sá), comunicando o bairro Fernandes Vieira ao subúrbio do Urubu onde estavam localizadas as



Figura 229: Alargamento de 30,0 metros, na Av. Sena Madureira realizada em 1913, no governo do Presidente Marcos Franco Rabelo. À esquerda o Quartel e o Forte; ao fundo o mar com o pontilhão. Fonte: Coleção Nirez.

⁶⁴⁶ O jornal Cearense de 24.11.1883 divulga o início do assentamento de trilhos para ligar a estação da via férrea de Baturité aos armazéns da praia (inicia na praça da Assembléia, segue pela rua da assembléia, pela Formosa, Misericórdia até a frente da estação). Essa nova linha “começa a nova linha da praça da assembléia, segue pela rua do mesmo nome, pela Formosa, Misericórdia até em frente à estação. As mercadorias, quer as vindas pela estação de ferro, quer as importadas pela alfândega, poderão transitar pela nova linha com vantagens para seus donos e para a companhia” (24.11.1883).

⁶⁴⁷ Em 1886, foi inaugurado o “ramal da linha de bondes de Fortaleza pondo em comunicação com a fabrica de tecidos a parte que conduz ao matadouro publico.” (Jornal Cearense, 02.12.1886) Esta linha partia da praça do Ferreira às 7 da manhã, de hora em hora, até às 5 horas da tarde, sendo, posteriormente, em 1906, absorvida pela Linha do Matadouro (ALMANAQUE DO CEARÁ, 1899); mas a planta de 1888 não faz referência.

⁶⁴⁸ Em 04.03.1888, foi inaugurada a linha de bondes compreendida entre a praça de Pelotas até o Benfica, na extensão de 1.518 metros. O jornal Cearense (19.07.1888) anuncia a “compra de 20 burros novos, grandes, gordos e bem árdegos.”

⁶⁴⁹ <http://bancodedados.cepimar.org.br/bdceara/principal1.php>

⁶⁵⁰ Almanaque do Estado 1899.

⁶⁵¹ O trafego iniciava as 5,30 horas da manhã até 10 da noite nos dias úteis e até as 11 da noite aos domingos.

⁶⁵² Durante o dia esses destinos serão indicados pela inscrição das tabuletas e a noite pelas luzes: cor verde indica que os carros se destinam a Pelotas/cor encarnada indica que os carros se destinam à Estação /cor azul indica que os carros se destinam à Praia / cor amarela indica que os carros se destinam à Via Férrea /cor verde encarnada indica que os carros se destinam ao Merc. Publico/ cor branca indica que os carros se destinam a Praça da Ferreira. (Jornal Cearense de 29.01.1886:01).

⁶⁵³ <http://bancodedados.cepimar.org.br/bdceara/principal1.php>

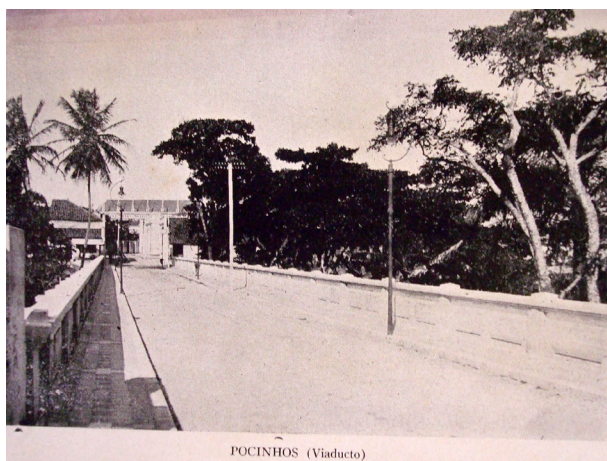


Figura 231: Beco do Pocinho sobre o riacho Pajeu, na direção leste da cidade. Ao fundo a Igreja do Pequeno Grande.
Fonte: PMF - Relatório de 1927.

⁶⁵⁴ Jornal de 17 de agosto de 1923.

⁶⁵⁵ Foram realizadas reconstruções de calçamentos (1.606,20m) e novas construções (3.363,30m).

⁶⁵⁶ Foi desapropriada uma faixa perto de 2.000,0m de frente por 22,0m de fundo.

⁶⁵⁷ Monsenhor Bruno Figueiredo, Dr. Carlos de Vasconcelos e Dr. Leônidas Porto (atual Idelfonso Albano).

⁶⁵⁸ Segundo a lei de 5 de junho de 1927 que autoriza o prefeito a prolongar a Avenida até encontrar o Rio Ceará.

⁶⁵⁹ (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1928:26-28) Partia do lugar de Damas, na Estrada de Parangaba, ao denominado “Alto da Balança”, na Estrada de Messejana.

⁶⁶⁰ Almanaque Dio Ceará de 1932, p.201.

⁶⁶¹ Almanaque Dio Ceará de 1932, p.202.

⁶⁶² A Lei no 916 de 24.08.1907 decretou: A Câmara Municipal da Fortaleza fica autorizada a conceder ao cidadão Thomé A. da Motta privilegio para o estabelecimento, uso e gozo, por si ou companhia que organizar, de uma usina geradora de energia electrica para a tração dos carris da Empresa Ferro Carril do Ceará e outros misteres correlativos, e bem assim para o fornecimento e distribuição de força motriz e luz ás casas particulares, respeitado o contracto celebrado com a Ceará Gas Company Limited, na parte referente ao serviço de iluminação pública. No dia 08.05.1911 foi criada a Usina de Luz e Força do Passeio Publico para alimentar os bondes de tração eléctrica. Observa-se no entanto a substituição gradativa dos bondes puxados a burros pelos eléctricos, orem administrados pela Light.

⁶⁶³ Excepcionalmente nos dias de corridas no Jockey Club (<http://bancodedados.cepimar.org.br/bdceara/principal1.php>).

Oficinas da Rede Viação Cearense (Figura 232) . Investiu também em **rodovias**: no percurso entre Fortaleza e Mucuripe, que só se fazia pela orla do mar, em horas de maré favorável, foi aberta a estrada que partia do Outeiro da Prainha até aquele povoado de pescadores, num percurso de quatro quilômetros; outra aberta para facilitar o transporte de carnes verdes do Matadouro Modelo a Messejana e Parangaba⁶⁵⁹. Investiu ainda no prolongamento da **avenida Bezerra de Menezes** no Alagadiço, onde foi desapropriada uma faixa de terreno de 2.000m de frente por 22,0m de fundo. Reconstrução de calçamentos (1606,20m) construções novas (3.364,3m).

Na curta administração do engenheiro **Antônio Ulpiano de Almeida** (02.05.1931 a 19.10.1931) foi rescindido o contrato da Empresa Matadouro Modelo Ltd., “*mediante a indenização de 693:778\$527, valor do prédio, terreno e instalações*”⁶⁶⁰. Em 1931, foi inaugurado um Forno Crematório para incineração de lixo no bairro de Jacarecanga e executados levantamentos e desenhos dos bairros: praia de Iracema, Santos Dumont, Joaquim Távora, Jacarecanga e Otavio Bonfim “*visando o perfeito alinhamento das ruas da capital nas extremidades desses bairros*”⁶⁶¹.

Na gestão do **Major Manoel Tibúrcio Cavalcante** foram realizados, pela seção de Topografia chefiada por Fernando Lima, alguns prolongamentos: o da avenida Pessoa Anta, que finalizava na praça Almirante Barroso; o da avenida Aquidabã “*em parte ocupada pelo ramal férreo do Mucuripe*” (LIMA, 1999:54).

A **Planta de 1931/32** levantada pela Prefeitura mostra que a cidade ainda não havia conseguido ocupar a área loteada segundo o plano do engenheiro Adolpho Herbster de 1863, “*salvo, pelo menos de modo descontínuo ao longo das radiais e no trecho da parte leste mais próxima do centro, já no bairro emergente da Aldeota.*” (CASTRO, 1994:70). Esse processo de ocupação sequênciava as linhas de bonde elétrico e os ônibus que articulam a área central aos novos bairros ou ultrapassar o final da linha de bonde nas radiais. Exemplo disso é a Empresa Cruzeiro, no sentido Joaquim Távora (**8**), estava dividida em três seções: “*cem reis até a estação, duzentos reis até o fim da linha de bonde e trezentos reis até a 3ª secção (final do calçamento).*”

O serviço de bondes elétricos inaugurado em 1913⁶⁶² apresentou novos destinos até 1930: praia de Iracema (**1**), 1925; avenida Epitácio (ou Atlântica em 1919); praça José Bonifácio e Prado, prolongamento da linha Fernandes Vieira (**4**) até a Escola de Aprendizes Marinheiros, em 1926 (**5**). Verificam-se as distâncias percorridas pelos bondes elétricos em 1913, tomando como ponto de partida a praça do Ferreira: linha da Praia, 1914 (1530m); a da via Férrea (em 1930); estação (2450m); a Fernandes Vieira (1800 m); a Benfica (2630m); a Alagadiço (5440m); a Outeiro, em 1924 (2500) e a da praça dos Coelho (1100m)⁶⁶³. O bonde do Alagadiço era a linha mais longa, sendo dividida em três seções: a primeira da praça do Ferreira ao Mercado São Sebastião; a segunda, Farias Brito (Igreja N. S. das Dores) pela av. Bezerra de Menezes (antiga estrada do Soure) até a Igreja São Gerardo; e a última pela Bezerra de Menezes até o Colégio Santa Izabel. Na década de 1930, este serviço é realizado por 40 “*tramways*” de primeira e segunda classe, gradativamente articulado aos 16 ônibus introduzidos. Nota-se uma alteração no sistema de transporte coletivo na cidade, iniciando-se a substituição gradativa dos trilhos dos bondes por linhas de ônibus mais versáteis e espalhadas. Por causa da pavimentação em pedra tosca, os ônibus trafegavam sobre os

trilhos dos bondes. Este fato levou a uma série de reclamações por parte da Light, fazendo com que a Prefeitura construísse, na primeira etapa, as “faixas de lajes de granito lisas e paralelas, à guisa de trilhos de ônibus” (CASTRO, 1987:232). Nessa época, existiam 12 linhas regulares, realizadas pelo ônibus, por veículos, e por 11 ferro carris elétricos. Nota-se uma substituição gradativa do bonde elétrico pelo ônibus. Além disso, varias ruas começam a ser pavimentadas e alargadas, a fim de facilitar a comunicação entre os vários bairros (Figura 233).

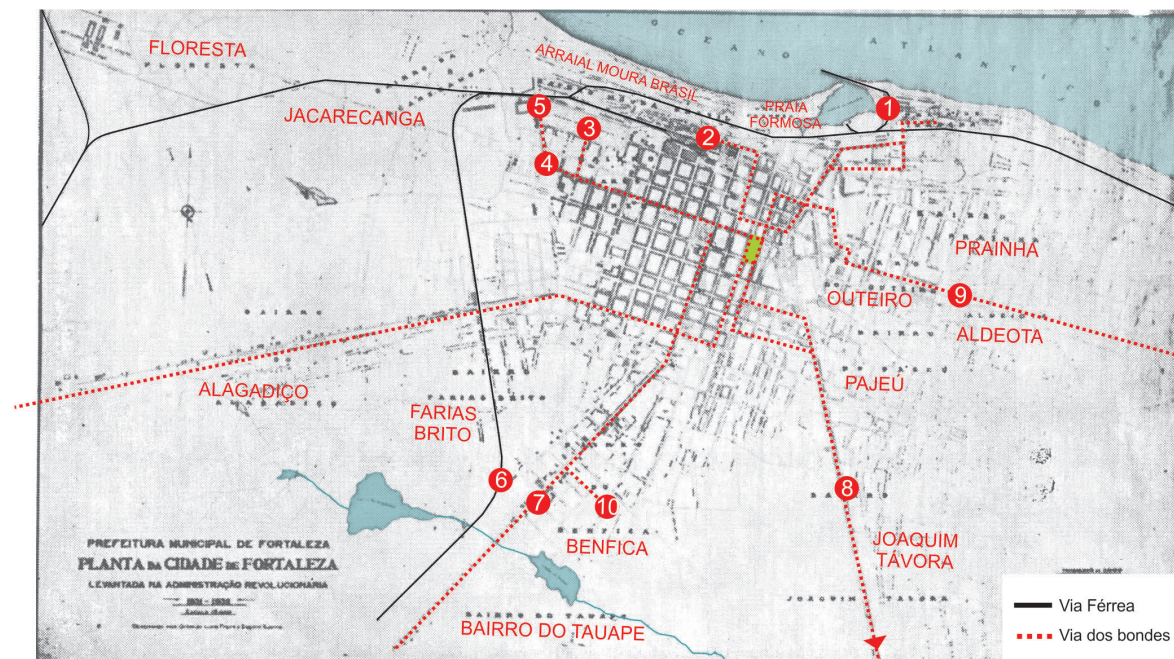


Figura 233: Espacialização das linhas de bonde em 1932. Fortaleza. Autora: Margarida Andrade. Mapa-base: “*Prefeitura Municipal de Fortaleza, Planta da Cidade de Fortaleza levantada pela Administração Revolucionária, 1931-1932*”. Fonte: Fonte: <http://bancodedados.cepimar.org.br/bdceara/principal1.php>. ALMANAQUE DO CEARÁ, 1932.



Figura 232: Avenida Rockert sentido oeste, próximo às Oficinas da RVC (Oficina do Urubu) no canto à direita. Fonte: PMF - Relatório de 1927.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

Arquivo Público do Estado do Ceará

Inventários - Cartórios dos órfãos, Fortaleza

ABREU, Thelesphoro Caetano de, 1898; ACCIOLY FILHO, Antonio Pinto Nogueira, 1913; AGUIAR, Canuto José, 1889; ALBANO FILHO, Jose, 1917; João Antônio Albenas, 1878; AMARAL, João Antonio, 1880; AMARAL, Manoel Franklim do, 1875; AMARAL, Manoel Pacheco, 1901; AMARAL, Maria Correia do, 1896; AMORA, Gil, 1889; AZEVEDO, Manoel Felix de, 1871;

BARBOSA, Antonia de Faria, 1889; BARBOSA, Theresa da Fonseca, 1890; BASTOS, Filomena Augusta Vieira, 1891; Baronesa de Aquiráz (Ana Fernandes Vieira), 1886; BASTOS, Lusía da Encarnação, 1887; BATISTA, João José, 1883; BEVILAQUA, Alexandre, 1891; BEZERRA DE MENEZES, Francisco Barbosa, 1825; BORGES, Martinho de Oliveira, 1864; BRAGA, Antonio José Pereira, 1876; BRASIL, Antonio Pompeu de, 1886; BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa, 1877, BRAVO, João de Moura Taveira, 1879; BRAVO, Manoel da Costa Moura, 1872;

CAHN, Jacob, 1872; CAMPA, José de Paula Ferreira, 1885; CAMPO, Anna Holanda, 1891; CARMO, Julio Pinto do, 1917; CARNEIRO, José Joaquim, 1872; CARVALHO, Joaquim Alves, 1889; CATOLÉ, Vicencia Maria da, 1889; CARVALHO, Antonio Joaquim, 1890; CARVALHO, Joauim Alves de, 1889; CARVALHO, Manoel Alves de, 1861; CASTRO, Fco Xavier de, 1905; CASTRO e SILVA, João Lourenço, 1888; COHN, Jacob, 1872; CONCEIÇÃO, Ana Joaquina da, 1831; CORLETT, Carlos, 1877; CUNHA, José Antonio Vieira da, 1883; CUNHA, Luiz Ribeiro da Cunha, 1888; CUNHA, Narcisio Antonio Vieira da, 1882; ELLERY, Henrique, 1856;

FERNANDES VIEIRA, João de Carvalho, 1885; FERREIRA, Francisco Verino, 1892; FREIRE, Maria Pessoa, 1901; FREIRE, Valdivino Soares, 1891; FREITAS, Manoel de Jesus, 1876;

GOIS, Angelina de Castro, 1891; GOIS, Antonio Francisco de, 1886; GOIS, Manoel Xavier, 1870; GOUVEIA, Francisca Agrella, 1871; GOUVEIA, Manuel de, 1865; GUIMARÃES, Antonio Mendes da Cruz, 1878; GUIMARÃES, Manoel Mendes, 1855; GUIMARÃES, Maria Baptista Freitas, 1889;

HARVEY, Alfred, 1847; HERBSTER, Adolpho, 1894;

JATAHY, João Crisóstomo da Silva, 1890; JESUS, Germana Maria, 1890; JESUS, Germana Maria de, 1890; JUSTA, Antonio Gonçalves, 1852;

LANDIM, Arlindo Granjeiro, 1928;

MACHADO, Florinda Leopoldina, 1878; MACHADO, José Antonio (Cel), 1869; MACHADO, José Pio, 1855; MACIEIRA, José Dias, 1876; MAIA, João Crysostomo, 1890; MAMEDE, Francisca Borges da Cunha, 1889; MARIA, Thereza Jesus, 1879; MELLO, Francisco Nunes Teixeira, 1893; MENEZES, Dario Telles, 1889; MOREIRA, Joaquim da Rocha, 1882; MURINELLY, João Vicente, 1884;

NOBRE, Francisco de assiz, 1822;

OLIVEIRA, Antonio Jorge de, 1870; OLIVEIRA, Francisco Manoel Borges de, 1834; OLIVEIRA, Joaquim Antunes, 1826; OLIVEIRA, Liberalina Gomes, 1890;

PACHECO, Matias José, 1870; PAIVA, Antonio Pereira de Brito, 1901; PIERRE LEVÉE, Carlos Eduardo Saulnier, 1909; PINHEIRO, Abel da Costa, 1876; PIRÃO, Anonio Francisco Carneiro Monteiro, 1890;

REINALDO, Alexandre José, 1889; RIBEIRO, Francisco das Chagas, 1878; RODRIGUES, Luiza Machado, 1883;

SALGADO, Francisco Luis, 1869; SAMICO, Ângelo Rodrigues, 1852; SAMICO, Anna Bresida, 1844; SAMICO, José Henrique, 1852; SAMPAIO, Jesuína Leal de, 1890; SANTOS, José Gonçalves dos, 1891; SILVA, Antonio Domingues da, 1890; SILVA, Antonio Francisco da, 1837; SILVA, Antonio Thomaz, 1825; SILVA, Diogo José da, 1872; SILVA, Manoel Monteiro da, 1916; SIQUEIRA, João Nepomuceno Siqueira, 1891; SOMBRA, José, 1888; SOUTO, João Nepomuceno Siqueira, 1891;

TORRES, Francisco Xavier, 1847;

VASCONCELOS, Manoel José de, 1867; VIANA, João Fagundes, 1891; VIEIRA, José Maria Eustáquio, 1854; VIEIRA, Miguelina Fernandes (baronesa de Aquiraz), 1886; VIEIRA, João de Carvalho Fernandes, 1885; VIEIRA, José Eustáquio, 1854;

Correspondência expedida

1881 a 1894 (Câmara Municipal)

1889 a 1891 (Repartições de obras públicas)

1901-1902 (Câmara Municipal)

1908

Escrituras de venda

1857 – 1860

Junho 1930 – maio 1932

1º Cartório Feijó, janeiro de 1889 a agosto de 1892; junho 1917 a novembro 1918 e 1930

2º Cartório Diógenes, novembro de 1918 e maio 1920, livro nº 29; julho 1922 a maio 1923, nº 32
maio 1925 a outubro de 1926, 1928 a 1929, nº 39

Cartório Pontes, outubro 1931 a abril 1932, Livro 15

2º Cartório Diogenes e Martins, 1935, Livro 45

Escritura de hipoteca

Fundo 1º Cartório Feijó –1866-1900, 1876-1938, 1884 a 1900, livro 75, caixa 05.

Fundo 1º Cartório Feijó, Serie: Notas, Subsérie: Escrituras Diversas, Local Fortaleza, Ceará, Livros 47 e 48, Data: 1929-1946, Caixa 01.

Fundo 1º Cartório Feijó, Serie: Notas, Subsérie: Escrituras Diversas, Local Fortaleza, Ceará, Livros 56 e 57, data 1901-1915, Caixa 3.

Fundo 2º Cartório Diógenes, julho 1924 a dezembro 1927, nº 35.

Jornal Pedro II, 07.06.1885

Lançamento da décima urbana

1890 – Caixa 42A

Livros de Notas

1º Cartório de Fortaleza, Livro 15 (1831-1835)

Cartório Feijó de Fortaleza, (1853-1857)

2º Cartório de Fortaleza, Caixa 03 (1816-1835) e (1834-1838)

Livros de Registros de Officio e Ordens

Livro 1 – Registro de Officio e Ordens dirigidas por este Governo ao Vendor da gente de guerra e aos chefes e mais officiais de linha e melicias. In: **Livro 33 (antigo 65A) série governo da Capitania do Ceará aos militares da capitania, Officios**, 26 de abril 1812: Officio ao tenente Coronel Ant.º Joze da Silva Paulet p.^a nivelar o terreno para se fazer hu chafariz publico.

Livro 1 – Registro de Officio e Ordens dirigidas por este Governo ao Vendor da gente de guerra e aos chefes e mais officiais de linha e melicias. In: **Livro 33 (antigo 65A) série governo da Capitania do Ceará aos militares da capitania, Officios**, 20 de maio 1812: Registro de hum officio dirigido ao Ten.^{te} C.^{el} Antonio Joze da S.^a Paulet.

Livro 1 – Registro de Officio e Ordens dirigidas por este Governo ao Vendor da gente de guerra e aos chefes e mais officiais de linha e melicias. In: **Livro 33 (antigo 65A) série governo da Capitania do Ceará aos militares da capitania, Officios**, 19 de junho 1812: Registro de hum officio dirigido ao Ten.^{te} Coronel Antonio Joze da S.^a Paulet encarregando o da inspecção sobre todos os novos edificios que pertendem edificar nesta Villa varias pessoas a afim de ficarem alinhadas e com a devida regularidade.

Livro 1 – Registro de Officio e Ordens dirigidas por este Governo ao Vendor da gente de guerra e aos chefes e mais officiais de linha e melicias. In: **Livro 33 (antigo 65A) série governo da Capitania do Ceará aos militares da capitania, Officios**, 27 de junho 1812: Registro de hum officio dirigido ao Tenente Coronel Antonio Joze da Silva Paulet ordenando lhe examinando com madureza o plano desta Villa proponha a Camera da d.^{ta} V.^a as modificações e alterações que nelle ha a fazer.

Livro 1 – Registro de Officio e Ordens dirigidas por este Governo ao Vendor da gente de guerra e aos chefes e mais officiais de linha e melicias. In: **Livro 33 (antigo 65A) série governo da Capitania do Ceará aos militares da capitania, Officios**, 23 de novembro 1812: Officio dirigido ao Tenente Coronel Ant.º para levantar o plano desta Villa

Biblioteca Pública do Ceará

Censo efetuado pela chefatura de Polícia -1887 (Setor de Microfilmagem)

Cadastro das casas comerciais do Estado do Ceará - 1922 – Praça de Fortaleza

Projeto Resgate de documentação histórica.

[post. 1799, janeiro, 17]. FORTALEZA. “**LISTA de homens brancos que habitam a vila de Fortaleza**”. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. Conselho Ultramarino/ Brasil. Documentos manuscritos avulsos da capitania do Ceará (1618 – 1832). CT:AHU_ACL_CU_017.Caixa13.Doc.721.

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS**Arquivo Público do Estado do Ceará**Diário Oficial do Estado

1914 (Janeiro a março)

1917 (janeiro a dezembro)

1918 (julho a dezembro)

1922 (Diário do Ceará, parte oficial)

1933 decreto 108 de 30.06.1933

1936 (Janeiro a março)
1938 (abril – julho)

Escritura Particular

Cel. Antonio Diogo de Siqueira – 1932.

Biblioteca Pública do Ceará

Almanaque e Anuário

ALMANACH Administrativo, Mercantil e Industrial da província do Ceará – 1870.
ALMANACH Administrativo, Mercantil e Industrial da província do Ceará - 1896
ALMANACH Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1890
ALMANACH Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1899
ALMANACH Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1914
ALMANACH Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1918
ALMANACH Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1919
ALMANACH Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1920
ALMANACH Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1921
ALMANACH Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1922
ALMANACH Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1925
ALMANACH Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1928
ALMANACH Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1929
ALMANACH Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1932
ALMANACH Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1933
ALMANACH Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1935

ANUARIO CEARENSE, 1912.

Código de obras.

Códigos de Obras da República - Lei 72, de 16 de agosto de 1893.

Décima Urbana.

Décimas Urbanas, 1872 – Jornal Constituição, 1872

Décimas Urbanas, 1911 - Jornal A República, 1911.

Imposto Predial.

Imposto Predial, 1922 – Diário do Ceará, parte oficial

Imposto Predial, 1936 - Diário Oficial do Estado do Ceará

Posturas Municipais.

Posturas da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza – Lei nº 135 de 1 de setembro de 1838.

Posturas da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza - Lei nº 308, de 24 de julho de 1844.

Posturas da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza - Lei nº 328, de 19 de agosto de 1844.

Posturas da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza - Resolução nº 1.162, de 3 de agosto de 1865.
Posturas da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza - Resolução nº 1.356, de 3 de novembro de 1870.

Posturas da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza - Resolução nº 1.365, de 20 de novembro de 1870.

Posturas da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza - Resolução 1.731, de 19 de agosto de 1876.
Posturas da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza - Resolução 1.818, de 1 de fevereiro de 1879.
Posturas da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza - Resolução 1.870, de 25 de outubro de 1879.
Posturas da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza - Resolução 1.875, de 25 de novembro de 1879.
Posturas da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza - Resolução nº 1.896, de 18 de agosto de 1880.
Posturas da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza - Resolução nº 1.942, de 19 de agosto de 1881.
Posturas da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza - Lei nº 1.955, de 12 de setembro de 1881.
Posturas da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza - Lei 2.128, de 20 de novembro de 1886.

Decretos e Leis.

Decretos e Leis do Estado do Ceará - 1870
Decretos e Leis do Estado do Ceará - 1890 a 1898
Decretos e Leis do Estado do Ceará - 1908 a 1911
Decretos e Leis do Estado do Ceará - 1913 a 1919

Jornais

Constituição: 1865, 23.02.1872 a 14.03.1872.
A República: 1893 e 1911.
Cearense: 1868, 1871, 1881, 1889.
Gazeta do Norte: 05.03.1884, 06.03.1884 e 05.08.1889.
Pedro II: 1885.
O Povo: janeiro a março de 1928.
Unitário - 1903.

Relatórios

CEARÁ - Secretário dos negócios do interior. Relatório apresentado ao Exmº Sr. Presidente do Estado do Ceará Dr. Pedro Augusto Borges. Fortaleza: Tipografia Moderna, 1903.

CEARÁ - Secretário dos negócios do interior. Relatório apresentado ao Exmº Sr. Presidente do Estado do Ceará Dr. Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly. Fortaleza, 1906.

CEARÁ - Relatório da administração Carneiro de Mendonça, 22 de setembro de 1931 a 5 de setembro de 1934. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1936.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Relatório de 1927 apresentado a Câmara Municipal de Fortaleza pelo prefeito Dr. Godofredo Maciel. Fortaleza: Tipographia Gadelha, 1925.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Relatório de 1927 apresentado a Câmara Municipal de Fortaleza pelo prefeito Dr. Godofredo Maciel. Fortaleza: Tipographia, 1928.

Revistas

Instituto Polytechnico do Ceará n^{os} 2 e 3 de 1925.
 Revista dos Industriais n^o 1 (1928), n^o 3 (1929), n^o 4 (1929).
 Valor (1921).

FONTES CARTOGRÁFICAS - CARTAS, MAPAS, PLANOS E PLANTAS**Arquivo Histórico do Exército (AHEx)– Rio de Janeiro.**

Plano aproximado da Enseada da Villa da Fortaleza-1810, tirado pelo capitão de fragata Francisco Antônio Marques Giraldes. Cartas guardadas no Arquivo Histórico do Exército /AHEx (Casa da Memória do Exército) com o número 014 e sob o numero 206 no Catálogo da Mapoteca da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército (DSGEx).

Prospecto da Villa da Fortaleza de N. S^{ra} d'Assumpção ou Porto do Seará [Francisco Antonio Marques Giraldes. 1810] Cartas guardadas no AHEx (Casa da Memória do Exército) com o número 052. Foi transcrita no livro de REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Imprensa Oficial/ EDUSP/ FAPESP, 2000.

Planta da cidade da Fortaleza da Capital da Província do Ceará (1888), levantada por Adolpho Herbster. Publicação, ex-Eng^o. da Província e Arch^o. Aposentado da Câmara Municipal, 1888. Litografia a cores, Gravé & Imprimé chez Becquet Frères. Cartas guardadas no AHEx (Casa da Memória do Exército) com o número 077.

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

Planta da cidade de Fortaleza (1850), organizada por Antônio Simões Ferreira de Daria. Desenhada em escala reduzida por J. J. de Oliveira em 1883.

Arquivo Público do Estado do Ceará.

Planta elaborada por Adolpho Herbster, em 1874, definindo as terras do Patrimônio de São José, de Nossa Senhora do Rozário, dos herdeiros do Coronel J. Antonio Machado e do Comendador Francisco Coelho da Fonseca da cidade de Fortaleza (ANEXO II).

Planta da cidade de Fortaleza (1931-1932) retirado do Relatório da administração Carneiro de Mendonça, 22 de setembro de 1931 a 5 de setembro de 1934.

Planta definindo as terras do Barão de Aquiraz – Fortaleza, no Inventário de 1886, da Baronesa de Aquiraz (ANEXO III).

Biblioteca Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal do Ceará.

FORTALEZA. (D.V.O.P). Planta da cidade de Fortaleza, 1932 (Cópia), Fortaleza, [1935?].

BRASIL. Carta da cidade de Fortaleza, arredores, levantada, desenhada e impressa pelo Serviço Geográfico do Exército, 9s.l) (s.n) [1945], 8f.

FORTALEZA. Levantamento aerofotogramétrica - cidade de Fortaleza, Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1973.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Porto do Ceará, Brasil: Plano mostrando os melhoramentos propostos/Charles Neate.

Planta da Villa da Fortaleza e seu Porto. Detalhe da Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará, levantada pelo ajudante de ordens Antonio José da Silva Paulet em 1817.

Planta da Villa da Fortaleza e seu porto. Detalhe da Carta Geográfica do Ceará, província do Império do Brasil, redigida segundo uma carta manuscrita levantada em 1817 por Antônio da Silva Paulet e segundo as observações e as cartas marítimas de B. Roussin, por Schwarzmann e Martius, 1831. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Gabinete de Estudos de Engenharia Militar – Portugal.

Carta Marítima e Geographica/Captania do Ceará/ Levantada por ordem/ do Govº Manoel Ignacio de Sampaio/ por seu ajudante d'ordens/ Antonio José da As Paulet, 1817.

Mapoteca do Itamarati.

Carta da / Capitania do Ceará e costa / correspondente levantada por // ordem do Governador Manoel / Ignácio de Sampaio; pelo seu ajudante de ordens Antonio / José da Silva Paulet no / anno de 1813. Foi transcrita no livro de ADONIAS, Isa. *Imagens da formação territorial brasileira.* Rio de Janeiro, Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

Planta do Porto da Villa da Fortaleza. Detalhe da Carta da / Capitania do Ceará e costa / correspondente levantada por // ordem do Governador Manoel / Ignácio de Sampaio; pelo seu ajudante de ordens Antonio / José da Silva Paulet no / anno de 1813. Foi transcrita no livro de ADONIAS, Isa. *Imagens da formação territorial brasileira.* Rio de Janeiro, Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

Planta do Porto da Villa da Fortaleza. Detalhe da Carta da Capitania do Ceará, levantada pelo ajudante de ordens Antônio José da Silva Paulet no ano de 1813. Faz parte do acervo da Mapoteca do Itamarati, no Rio de Janeiro. Foi transcrita no livro de ADONIAS, Isa. *Imagens da formação territorial brasileira.* Rio de Janeiro, Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

Plano hidrográfico da enseada da Vila N. S. da Assunção ou Porto do Ceará. Detalhe da Carta Topográfica da Capitania do Ceará de 1812. Catálogo da Mapoteca da DSGEX, nº 206.

Carta topográfica da Capitania do Ceará – 1812, que SAR o Principe Regente Nosso Senhor Dedicou Luiz Barba Alardo de Menezes Anno de 1812 [atribuída a João da Silva Feijó].

FONTES CARTOGRÁFICAS IMPRESSAS EM LIVROS

Planta da cidade de Fortaleza, levantada pelo padre Manuel do Rego Medeiros em 1856. In: FORTALEZA, 1979:63.

Planta Exacta da Capital do Ceará (1859), levantada por Adolfo Herbster. In: FORTALEZA, 1979:64.

Plano de expansão da cidade de Fortaleza (1863), elaborado por Adolfo Herbster. Foi transcrito no Atlas do Império do Brazil organizado por Candido Mendes ALMEIDA, Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

Planta da cidade da Fortaleza e subúrbios (1875), elaborada por Adolfo Herbster. In: FORTALEZA, 1979: 66.

Planta da cidade de Fortaleza de 1922. In: CEARÁ. O Ceará no centenário da Independência do Brasil. In: **O Ceará**: Clima - hidrografia - relevo-esboço geológico - rochas - vidas - secas. Fortaleza:Minerva, 1922, p. 3-152.

Plano de remodelação e extensão da cidade de Fortaleza, projeto organizado pelo arquiteto Nestor de Figueiredo em 1933, Planta do sistema viário. In: FORTALEZA, 1979:68.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA**Loteamentos registrados na PMF**

1930 a 1940

BIBLIOGRAFIA

ABREU, João da Cruz. Presidentes do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: tomo XXXIII, 1919, p.110-197.

_____. Presidentes do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: tomo XXXVI, 1922, p.04-43.

_____. Presidentes do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: tomo XLII, 1928, p.33-63.

_____. Presidentes do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: tomo XLIX, 1935, p.101-160.

ACCIOLY, Vera Mamede. O ciclo do algodão e o urbano em Fortaleza: evidência das contribuições urbanas. In: FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de F. (Orgs.) **Cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos sec. XIX e XX**. Salvador: MAU-UFBA, 1992. p.107-115.

ALBANO, Idelfonso. **A cultura algodoeira no Ceará**. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará.

ÁLBUM de vistas do Estado do Ceará. Nancy: Imprimeries Reunies, 1908.

ALBUM DE FORTALEZA, 1931.

ALMEIDA, Candido Mendes (org.). **Atlas do Império do Brazil**. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

ALMEIDA, Maria Iselda Rocha. **A história da indústria de óleos vegetais no Ceará: 1900-1960**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/ Stylus Comunicações, 1989.

ADERALDO, Mozart Soriano. **História abreviada de Fortaleza**. Fortaleza e Crônicas sobre a cidade amada. Imprensa Universitária da UFC, 1974.

_____. **A Praça**. Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipogresso Ltda., 1989.

ALMANAK Amazonense Manaus: Editor Almanak Hénault, Rio de Janeiro, 1912-1913.

ALMEIDA, Candido Mendes (org.). Atlas do Império do Brazil. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

ALMEIDA, Maria Cecília Fernandes de. A lagoa no Centro das atenções: o parque Solon de Lucena e a criação de espaços verdes públicos na capital paraibana na primeira metade do século XX. In: **VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, Niterói: 2004, p.01-13.

ANDRADE, Francisco de Paula Dias de. **Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras**. Tese de concurso da cátedra de Engenharia Urbana na Escola Politécnica da USP, 1966.

ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1974.

_____. *A Questão do Território no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ANDRADE, Margarida. **Onde moram os operários?** Vilas Operarias em Fortaleza: 1920-1945. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

_____. A Verticalização e a Origem do Movimento Moderno em Fortaleza. In: **Anais do 3º DOCOMOMO Brasil: A permanência do Moderno, São Paulo, 1999**.

ANDRADE, João Mendes de. A Oligarquia Acciolina e a Política dos Governadores. In SOUZA, Simone, coord. **História do Ceará**. Fortaleza: UFC/Fundação Demócrito Rocha, 1989, p. 207-240

ANDRADE, Paulo Bonavides Paes de . **História Constitucional do Brasil**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Paz e terra, p.593-600.

ARAGÃO, Elisabeth Fiúza. **Origem e formas de acumulação no Ceará**: reflexões a partir da indústria têxtil, Fortaleza, NUDOC, Serie idéias, n.08, 1987.

ARAGÃO, Elisabeth Fiuza. **A trajetória da indústria têxtil no Ceará**: o setor de fiação e tecelagem – 1880-1950. Fortaleza: Ed. UFC/Stylum Comunicações, 1989.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Fiscais e Meirinhos**: A administração no Brasil Colonial/ coordenação de Graça Salgado, 2º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. Mensagem do presidente do Estado coronel Dr. José Freire Bezerril Fontenelle. Fortaleza:A República, 1894.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). **Fortaleza de ontem e de hoje**. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1991.

AZEVEDO, Otacílio. **Fortaleza descalça**. 2ª Edição. Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar, 1992.

_____. Notas sobre sua vida. In **Revista do Instituto do Ceará**, 1929 (tomo especial), p.11-34.

ARQUIVO MUNICIPAL WASHINGTON LUÍS. **Guia do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís**, São Paulo: DPH, 2007.

AZEVEDO, Miguel Angelo de (NIREZ). **Fortaleza ontem e hoje**. Fortaleza: PMF, Fundação de Cultura e Turismo de Fortaleza, Fortaleza, 1991.

BARBUY, Heloisa. **A cidade – exposição**: Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BARREIRA, Dolor. **História do Ceará**, História da literatura cearense. (Edição fac-similar). Fortaleza: Instituto do Ceará, 1986.

BARRETO, Paulo Tedim. **O Piauí e a sua Arquitetura**. In: Arquitetura Civil I. São Paulo: FAUUSP/ MEC-IPHAN, 1975.

- BARROSO, Francisco de Andrade. **O Benfica de ontem e de hoje**. Fortaleza: Gráfica LCR, 2004.
- BARROSO, Gustavo. **A margem da história do Ceará**. Vol. 1. 3ª edição, Rio-São Paulo-Fortaleza: ABC Editora, 2004.
- BARROSO, José Liberato. **Compilação das leis provinciais do Ceará (1835-1861)**. Rio de Janeiro: Tip. Univ. de laemmert, t.1, 1863.
- BASTOS, Aureliano Candido Tavares. **A Província**: estudo sobre a descentralização no Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília, INL. 1975.
- BEZERRA DE MENESES, Antonio. Descrição da cidade da Fortaleza. Fortaleza: **Revista do Instituto do Ceará**, tomo IX, p.147-290, 1895.
- _____. **Descrição da cidade de Fortaleza**. Introdução e notas de Raimundo Girão. Fortaleza: edições UFC/PMF, 1992.
- BEZERRA NETO, Eduardo. O Banco Provincial do Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: tomo CXX, 2006.
- BEZERRA, Paulo (org.) **Álbum de Fortaleza**. Fortaleza, P. Bezerra, 1931.
- BIBLIOGRAFIA. Dr. Casimiro José de Moraes Sarmento. Coronel José Antonio Machado. **Revista do Instituto do Ceará**. t. XX, p. 345-354, 1906.
- BOMFIM, Suzete. Aracaju – capital de Sergipe, 150 anos. Considerações sobre seu surgimento e crescimento. In: Revista Urbanismo de Origem Portuguesa nº 7, 2007. **Anais eletrônicos do I Simpósio Luso Brasileiro de cartografia Histórica**, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://revistas.ceurban.com/numero7/artigos.htm>. Acesso em: 4 jan. 2011.
- BORGES, Marília Santana. **Quarteirão sucesso da cidade**: o Art Déco e as transformações arquitetônicas na Fortaleza de 1930 e 1940. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil**. São Paulo: Alameda, 2010.
- BRASIL. **Coleção das Leis do Império (1808-1889)**. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>, Acesso em: 05 fev. 2010.
- BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa (Senador Pompeu) [1863]. **Ensaio estatístico da província do Ceará**, 1997. Ed. Fac. Sim., Fortaleza, Fundação Waldemar de Alcântara.
- _____. Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense, In: **Revista do Instituto Ceara**, 1929, p. 5-9.
- BRAZ e SILVA, Ângela Martins Napoleão. **O Plano de implantação da cidade de Teresina (1852)**. Disponível em: http://www.atlas.ufba.br/visoes_urbanas_2008/Cadernos_atlas_angelabraz.pdf. Acesso em: 03 mar. 2010.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Saberes eruditos e técnicos na configuração e reconfiguração do espaço urbano: Estado de São Paulo, séculos XIX e XX. São Paulo: FAPESB, 2006. **Documento interno**. Projeto Temático FAPESP. IFCH- UNICAMP. (instituições vinculadas: CEATEC – PUC-Campinas, FAAC – Unesp- Bauru e Scuola Studi Avanzati – IUAV- Veneza).

BRÍGIDO, João. A Capitania do Ceará, seu comércio. **Revista do Instituto do Ceará**. t. 24, 1910, p.172-185.

_____. **A Fortaleza de 1810**. Fortaleza: edições UFC, 1980.

_____. **Ceará** (Homens e fatos). Rio de Janeiro: Tipografia de Bernard Frères, 1919. 2º ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

BRITO, Mônica Silveira. **A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890- 1911**. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 4ª edição, 1991:442, vol. II. Burgo dos estudantes (1828-1872).

BUENO, Beatriz. Tecido Urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo: USP/ Museu Paulista. v.13, jan-jun. 2005.

_____. **Aspectos do mercado imobiliário em perspectiva histórica: São Paulo (1809-1950)**. São Paulo: FAUUSP, 2008.

_____. A cidade como negócio: mercado imobiliário em São Paulo no século XIX. In: FRIDMAN, Fania e ABREU, Maurício. **Cidades latino-americanas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. P.145-165.

CALS, Maurício. **O centro histórico de Fortaleza/ ensaio fotográfico**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2002.

CAMPOS, Eduardo. **Capítulos de História da Fortaleza do século XIX: O social e o Urbano**. Fortaleza: Edições UFC (PROED), 1985.

_____. **A Fortaleza provincial: rural e urbana**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

CAPELO FILHO, José e SARMIENTO, Lídia. **Mercado de Ferro; Notas sobre a restauração do mercado dos Pinhões**. Fortaleza, Oficina de Projetos S/C Ltda., 2003.

----- **Guia Arquitetônico**, Fortaleza Centro. Fortaleza, Oficina de Projetos S/C Ltda, 2006.

CAPELO, Peregrina, CHAVES, Gylmar e VELOSO, Patrícia (orgs). **Ah Fortaleza!** Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2006.

CASTRO, Jose Liberal de. **Pequena Informação Relativa à Arquitetura Antiga no Ceará**, Fortaleza, Imprensa Universitária da UFC, 1973.

_____. **Fatores de localização e de extensão da cidade de Fortaleza.** Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1977.

_____. Cartografia urbana Fortalezense na Colônia e no Império e outros comentários. In: **Prefeitura Municipal de Fortaleza**, Administração Lucio Alcântara, março 1979 – maio 1982a, p.23-81.

_____. **Ceará, sua arquitetura e seus arquitetos**, In: Panorama da Arquitetura Cearense. São Paulo, Projeto Editores Associados, 1982b.

_____. Arquitetura Eclética no Ceará. In: **Ecletismo na Arquitetura brasileira**. Org. Annateresa Fabris. São Paulo, Nobel/Edusp, 1987.

_____.Arquitetura do Ferro no Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza: tomo 106, 1992: 63-93.

_____.Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: tomo CVIII, 1994, p.43-90.

_____. Cartografia Cearense no Arquivo Histórico do Exército. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: tomo CXI, 1997, p. 09-79.

_____. Tombamento do sobrado do Dr. José Lourenço. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: tomo CXVII, 2003, p. 103-133.

_____. A localização da chácara Villa Izabel, propriedade do livreiro Gualter da Silva. **Revista trimestral do Instituto do Ceará**. Fortaleza: tomo CXVIII, 2004, p. 83-114.

_____. Uma planta Fortalezense de 1850 reencontrada. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: tomo CXIX, 2005, p. 93-123.

_____. **O Palacete Jeremias Arruda**. Comentários apreciativos, justificando o tombamento provisório. Fortaleza, 2007 (circulação restrita).

_____. **Passeio Público: espaços, estatuária e lazer**. In: Separata da Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza: tomo 123, 2009.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista**. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CAVALCANTI, Verônica Robalino. **La production de l'espace à Maceio (1800-1930)**. Tese (Doutorado em Ciencia Social, Sociologia) - Institut d'étude du developpement economique et Social, Universite de Paris I, Pantheon-Sorbonne,. Paris, 1998.

CEARÁ - Instituto do Ceará. Auto do 1º lançamento da décima urbana. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza: tomo IX, 1895, p. 139.

CEARÁ. O Ceará no centenário da Independência do Brasil. In: **O Ceará: Clima – hidrografia - relevo-esboço geológico – rochas – vidas - secas**. Fortaleza: Minerva, 1922, p. 3-152.

CHAVES, G., VELOSO, P. CAPELO, P. **Ah, Fortaleza**. 2 ed. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2009.

CORDEIRO, J. Apontamentos biográficos de João Cordeiro. **Revista do Instituto do Ceara**. Fortaleza: tomo LIX, 1945, p. 270-292.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. A cidade e o pensamento médico: uma leitura do espaço urbano. In: *Revista de Geografia da UFC*, ano 01, numero 02, 2002.

_____. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000100004 . Acesso em: 10 de jul. 2010.

_____. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: **Ceará: um novo olhar geográfico**, organizadores José B. da Silva, Tercia C. Cavacante e Maia Salette de Sosa ...[ET AL]. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005, p.51-100.

DAMASCENO, Ângela Nunes- Rio de Janeiro: a cidade que os médicos pensaram e os engenheiros produziram. In: **IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, Rio de Janeiro: FAU, 1996, p.51-64.

DIAS, Arthur. Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceara**. Fortaleza: tomo XXVII, 1913, p. 228-242.

DIOGENES, Beatriz Helena Nogueira. **A centralidade da Aldeota como expressão da dinâmica intraurbana de Fortaleza**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Arquitetura e estrutura: o uso do concreto armado em Fortaleza**. Fortaleza: SECULT/CE, 2010.

DUARTE, Cristovão Fernandes. Anotações preliminares sobre a utilização da grelha na planificação de cidades. In: **IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, Rio de Janeiro, 1996, p.65-78.

_____. Belém, In: PESSOA, José. **Atlas de centros históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007:54-63.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FARIA, Geraldo Majela Gaudêncio. Maceió, 1820-1841: planta cadastral e plano urbanístico, uma nova modalidade de configuração do tecido espacial. In: **IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, Rio de Janeiro, 2004.

FARIAS FILHO, José Almir. O plano moderno e a morfologia do traçado: narrativa sobre um traçado em xadrez que aprisiona o discurso de projeto social. In: **X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Recife: programa de pós-graduação, 2008.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERNANDES, Ana, SAMPAIO, Heliodoro, GOMES, Marco Aurélio. A constituição do urbanismo moderno na Bahia, 1900-1950. In: LEME, Cristina. (org.) **Urbanismo no Brasil, 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUS, FUPAM, 1999.

FERNANDES, Francisco Ricardo Cavalcanti. **Transformações espaciais no centro de Fortaleza: estudo crítico das perspectivas de renovação urbana.** Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

FERREIRA, Benedito Genésio. **A estrada de Ferro Baturité: 1870-1930.** Fortaleza: UFC/ Stylus Comunicações, 1989.

FONSECA, Claudia Damascena. Autoridade regia e poder local: o controle e a regularização da forma urbana nas Minas Gerais Setecentistas. In: **A construção da cidade brasileira**, coord. Manuela C. Teixeira. Lisboa: Livros Horizontes, 2004.

FONSECA, Paulino Nogueira Borges da. A vida de Antonio Rodrigues Ferreira. **Revista do Instituto do Ceara.** Fortaleza: tomo I, 1887, p.13-51.

FORTALEZA – CODEF/PMF. **Fortaleza: evolução urbana (1603-1979).** Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1979.

FRAGOSO, João Luis R. **Homens de grossa aventura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

GERODETTI, João Emílio e CORNEJO, Carlos. **Lembranças do Brasil: as capitais brasileiras nos cartões-postais e álbuns de lembranças.** São Paulo: Solaris, Edições Culturais, 2004.

GIRALDES, Marques. Descrição do Porto de Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará,** Fortaleza: tomo XII, 1898, p.58-60.

GIRÃO, Raimundo. O Comendador José Antonio Machado e sua descendência. (Pequena contribuição para a genealogia cearense). In: **Revista do Instituto do Ceará,** Fortaleza: tomo LVI, 1942, p. 13-32.

_____. Plano de urbanização de Fortaleza. (subsídios para sua historia). In: **Revista do Instituto do Ceará.** Fortaleza: tomo LVII, 1943, 205-222.

_____. **Historia Econômica do Ceará.** Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947.

_____. **Geografia Estética de Fortaleza.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 1959a.

_____. **Pequena História do Ceará.** Fortaleza, 1959b.

_____. **Pequena Historia do Ceará.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.

_____. **Famílias de Fortaleza.** Fortaleza, 1975.

_____ e SOUSA, Maria da Conceição. **Dicionário da literatura cearense.** Fortaleza: Imprensa Oficial, 1987.

GLEZER, Raquel- Persistência do antigo Regime na legislação sobre a propriedade territorial urbana no Brasil: o caso da cidade de SP (1850-1916), p. 205. In: **Revista Complutense de História de América**, 2007, vol. 33, p. 197-215.

GONDIM, Linda M. F. **Uma dama da belle époque de Fortaleza**: Maria de Lourdes H. Gondim: ensaios sobre imaginário, memória e cultura urbana. Fortaleza: Gráfica LCR, 2001.

GUIMARÃES, Joaquim Mendes da Cruz. **Almanak administrativo, mercantil e industrial da província do Ceará**. Odorico Colás, Fortaleza, 1870.

GONÇALVES, Adelaide, apresentação do livro de NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à História do Jornalismo Cearense**- edição fac-similar. Fortaleza: NUDOC/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará/Arquivo Publico do Ceara, 2006.

GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. **O Império das Províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUABIRABA, Maria Célia de Araújo. **A agricultura cearense no século XIX**. Fortaleza, 1978

HAWKSHAW, John, Sir. Relatório de Sir John Hawkshaw em 1875 sobre melhoramentos dos portos do Brasil, Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: tomo XXIII, 1909, p. 183-188.

HONORATO, Cezar T. O Estado Imperial e a modernização portuária. In: **História Econômica da Independência e do Império**, São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da USP/ Imprensa Oficial, 2002.

HOBSBAWM, E. **Da revolução industrial inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1979.

JUCÁ, Gisafran Nazareno. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume, 2003.

JUCA NETO, Clovis. **Urbanização do Ceará Setecentista, as vilas de N. S. da Expectação do Ico e de Santa Cruz do Aracati**. Salvador: Tese (Doutorado), UFBA, 2007.

_____. Desenhando o Ceará. In: **3º Simpósio Iberoamericano de história da cartografia**, São Paulo, Universidade De São Paulo, 2010.

KIDDER, Daniel Parish. Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil. Belo Horizonte. São Paulo: Italiaia, Edusp, 1980.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução, Prefácio e Comentários de Luis Câmara Cascudo, 12º Ed. Rio - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. O município representativo no Brasil. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.

LEITÃO, Cláudia Sousa. **Memória do comercio cearense**. Rio de janeiro: Editora SENAC, 2001.

LEITE, Ana Cristina. **O Algodão no Ceará**: estrutura fundiária e capital comercial, 1850-1880. Fortaleza: SECULT, 1994.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil, 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel,

1999.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade: conflito de hegemonias**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LEPETITI, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.

LIMA, Herman. **Imagens do Ceará**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

LIMA, Fernando de Castro. **Algo de minha vida e da cidade onde nasci**. Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar, 1999.

LINHARES, Paulo. **Cidade de água e sal**. Por uma antropologia do Litoral Nordeste sem cana e sem açúcar. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

MALMMANN, E. **Fortaleza histórica**: álbum, fotografias e diversos aspectos da cidade, de seus bens principais, representantes no comércio, indústria, cinecias, artes. Fortaleza 1931.

MARQUES, Regina Elizabeth do Rego Barros. **Urbanização, dependência e classes sociais: o caso de Fortaleza**. Dissertação de mestrado defendida no departamento de Ciências Sociais e filosofia do centro de Humanidades da UFC, 1986.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Bahia, século XIX**. Uma província no Império. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992.

MENESES, Antonio Bezerra de. **Descrição da cidade da Fortaleza**. In: Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza: tomo IX, 1895, p.147-221.

_____. **Descrição da cidade da Fortaleza**. Introdução e notas de Raimundo Girão. Fortaleza, Edições UFC/ Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.

MENEZES, Diatahy Bezerra de (Org.) **O pensamento brasileiro de clássicos cearenses**. Jornal O Povo, Fortaleza, 2005.

MERCADANTE, Paulo. **A Consciência Conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965.

MONTEIRO, Denise Mattos. O Capital mercantil estrangeiro no Brasil do século XIX: atuação da casa Boris Frères no Ceará. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral. **História Econômica da independência e do Império**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP/Imprensa Oficial, 2002, p.210.

MOREIRA, Fernando Diniz. A aventura do urbanismo moderno na cidade do Recife, 1900-1965. In LEME, Maria Cristina da Silva (org.) **Urbanismo no Brasil, 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUS, FUPAM, 1999, 141-166.

_____. Idéias e planos do urbanismo moderno na cidade do Recife no segundo quartel do século XX. In: **IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, Rio de Janeiro, 1996.

NOBRE, Geraldo da Silva. A independência no Ceará através das atas da Câmara de Fortaleza. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: tomo especial, [1972], p. 182-197.

_____. **Água para o progresso de Fortaleza**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos, 1981.

_____. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza: SENAI/DR-CE. Coordenação de divulgação, 1989.

_____. **Historicidade da Associação Comercial do Ceará**. Fortaleza, Stylus Comunicações, 1991.

_____. A capital do Ceará: evolução política e administrativa. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1997.

_____. **Historicidade da Associação Comercial do Ceará**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

_____. [1974]. **Introdução à História do Jornalismo Cearense** (edição fac-similar), com apresentação de Adelaide Gonçalves. Fortaleza: NUDOC/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará- Arquivo Público do Ceará, 2006 p. 67.

NOGUEIRA, João. **Fortaleza velha**; crônicas [1954]. Apresentação de Otacílio Colares. 2º Ed. Fortaleza: Ed. UFC/Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1980.

NOGUEIRA, Paulino. O naturalista João da Silva Feijó. **Revista do Instituto do Ceará**. tomo II, 1888, p. 247-276.

_____. Presidentes do Ceará, 1º Reinado, 4º Presidente, Marechal de campo Manoel Joaquim Pereira da Silva, **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: tomo X, 1896, p. 06-121.

OLIVEIRA, Carla Silvino de. **Cidade (in) salubre: idéias e práticas médicas em Fortaleza (1838-1853)**. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em História Social da UFC, 2007.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a casa e o armazém**. Relações sociais e experiência da urbanização São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005.

OUTRO ARAMAC (João Brígido). Fortaleza de 1845. **Fortaleza, Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza: tomo LXXII, 1958, p. 230-256.

PAIVA, Maria Arair Pinto. **A elite política do Ceará Provincial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979

PASSOS, Maria Lucia Perrone & Emídio, Teresa. **Desenhando São Paulo**: mapas e literatura: 1877-1954. São Paulo: Editora SENAC São Paulo/Imprensa Oficial, 2009.

PAULET, José da Silva. Descrição geográfica abreviada da Capitania do Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza: tomo XII, 1898, p.05-33.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém do Pará** – Estudo de Geografia Urbana. Universidade Federal do Pará, 1968.

PEIXOTO, Eduardo M. . A camara da vila de N. S. da Assumpção do Ceará Grande, o seu edificio. Lucta dos governadores da capitania 1725-1816. O Pelourinho da vila em 1817 a vila em 1820. In:

Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza: tomo XX, 1906, p.03-36.

PESSOA, José. As cidades e a construção do território brasileiro. In: **Atlas de centros históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

PINHEIRO, Heloisa Petti. **Europa, França e Bahia**. Difusão e adaptação de modelos urbanos. (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA, 2002.

PINHEIRO, H. P. e GOMES, M. A. F. (org.). **A Cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo**. Salvador: EDUFBA, 2004.

PONTE, S. R. **Fortaleza Belle Èpoque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1993.

PORDEUS, Ismael de Andrade. Fortaleza – casas e ruas numeradas. In: **Revista do Instituto do Ceará**, 1963, p.335-352.

PORTO, Fernando. **A cidade do Aracaju 1855/1865**. 2º ed. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1991.

PRADO JUNIOR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Código Municipal** (Decreto nº 70, de 18 de dezembro de 1932). Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933.

REGO, Joaquim Marcos de Almeida. Presidentes do Ceará, segundo Reinado, 18º presidente (de 9 de julho de 1851 a 28 de abril de 1853). In: **Revista do Instituto do Ceará**, 1935:101-160.

REIS, Nestor Goulart. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira Ed., 1968.

_____. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

_____. Notas sobre o Urbanismo barroco no Brasil. **Caderno de pesquisa do LAP**, Série Urbanização e Urbanismo, USP/FAU: nº 03 1994.

_____. Notas sobre o Urbanismo no Brasil. Primeira parte: período colonial. **Caderno de pesquisa do LAP**, Série Urbanização e Urbanismo, USP/FAU: nº 08, Jul/Ago 1995.

_____. Notas sobre a Evolução dos estudos de História da Urbanização e do Urbanismo no Brasil. **Caderno de pesquisa do LAP**, Série Urbanização e Urbanismo, USP/FAU: nº 29, Jan/Jun 1999.

_____. (org.). **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Imprensa Oficial; Edusp; Fapesp, 2000.

_____. **São Paulo, vila, cidade e metrópole**, São Paulo: Via das Artes, 2004.

_____. **Notas sobre Urbanização dispersas e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

_____. **Dois séculos de projetos no estado de São Paulo**: grandes obras e urbanização. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, 2010, vol. 1, 2 e 3.

RIBEIRO, João O. de Saboya. Memorial justificativo do plano diretor para a cidade de Fortaleza. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza: tomo LXIX, 1955, p. 215-243.

RODRIGUES, José Honório e BOECHAT, Leda. **Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará do Tomo I ao LXVIII**. Fortaleza: ABC Editora, 2002.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei, legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1997.

SALGADO, Ivone. Condições sanitárias nas cidades brasileiras de fins do período colonial (1777-1822): teorias e práticas em debate. In: **Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822**, Coimbra 1999a, p. 349-357.

_____. Condições sanitárias nas cidades brasileiras de fins do período colonial (1777-1822): teorias e práticas em debate. In: ROSSA, Walter & ARAUJO, Renato, coordenadores. **Colóquio Internacional, Universo Urbanístico Português (1415-1822)**, Actas, Coimbra, 1999b, p.349-357.

_____. A Modernização da Cidade Setecentista: O Contributo das Culturas Urbanísticas Francesa e Inglesa. In: **VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2000, pp.1-16.

SALGADO, I e BUENO, B. P. Pierre Patte e a cultura urbanística do iluminismo francês. **Caderno de Pesquisa do LAP** nº 38, Série Urbanização e Urbanismo, USP/FAU, 2003.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Apresentação in LEPETIT, Bernard. **Por uma nova Historia Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.2001.

SANTOS, Pedro Antonio de Lima. A questão sanitária e o disciplinamento de Natal: 1850-1935. In: **V Seminário da História da Cidade e do Urbanismo**, Campinas, 1998a, p. 01-10.

_____. **Natal século XX do urbanismo ao planejamento urbano**. Tese de doutorado da FAUUSP, 1998b.

SANTOS, Paulo. Introdução. In: FERREZ, M. **O Álbum da Avenida Central**: 8 de março de 1903 – 15 de novembro de 1906. Rio de Janeiro: F. Bevilacqua & Cia./ Ex Libris, 1983. (Um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco).

SANTOS, Renato Marinho Brandão. A gestão da cidade: o papel da Intendência Municipal na construção de uma Natal Moderna (1890-1930), In: **Revista Espacialidades** [online], 2009, vol 2, nº 1, p.1-21. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/espacialidades/index.htm>, Acesso em: 27 de mar 2010.

SILVA, Geraldo Gomes da. **Arquitetura do Ferro no Brasil**. São Paulo: Nobel:1986.

SILVA, José B. da. O papel de Fortaleza na rede urbana cearense. In: ANDRADE, Manoel C. (org.). **Capítulos de geografia do Nordeste**. Recife: União Geográfica Internacional, 1982.

_____. O algodão na organização do espaço. In: Sousa, Simone (coord.). **História do Ceará** (vários autores). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/ Fundação Demócrito Rocha/ Stylus Comunicações, 1989.

SILVA, Ligia Tavares da. Esquecimento e urbanização na Paraíba (1822-1860). In: **X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, Recife, 2008, p. 02-12.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da escravidão no Ceará, das origens à extinção**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

_____. A Gentilândia e o bairro do Benfica (A Vila Gentil). In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza: tomo CXXIV, 2010, p. 63-93.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. O setor de obras públicas e as origens do urbanismo na cidade de São Paulo. In: FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de F. (Orgs.) **Cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos sec. XIX e XX**. Salvador: MAU-UFBA, 1992. p.125-130.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e Evolução Urbana**. Análise da evolução Econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife. São Paulo, Nacional, 1977.

SOUZA, Maria Salete de. Fortaleza uma análise da estrutura urbana: guia de excursões. In: **III Encontro Nacional de Geógrafos**, AGB?SUDEC/UFCA, Fortaleza, 1978, p. 79.

_____. Ceará bases de fixação do povoamento e crescimento das cidades. In: **Ceará: um novo olhar geográfico**, organizadores José B. da Silva, Tércia C. Cavacante e Maia Salete de Sousa...[et al]. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005, p.13-31.

SOUZA MOTA, Francisco Assis. **A secular casa Boris e a importância de seu arquivo**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.

SOUZA, José Bonifácio de. **O comércio Cearense no século passado**. Correio do Ceará, Fortaleza, 22.03.1960.

STUDART, Guilherme (Barão de). **Datas e Factos para a História do Ceará**, v.2. Fortaleza: Typ. Studart, 1896.

_____. A correspondência de Bernardo Manoel de Vasconcellos e João Carlos Augusto d'Oeynhausen com os ministros D. Rodrigo de Souza Coutinho e Visconde de Anadia como subsídio para a história de seus governos no Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza: tomo III, 1989, p. 141-176.

_____. Administração Barbo Alardo. Resumo cronológico In: **Revista do Instituto do Ceará**, tomo XXII, 1908, p. 327-369.

_____. Dicionario Bio-bibliographico Cearense. V.1, Fortaleza: Typolithographia a vapor, 1910.

_____. Dicionario Bio-bibliographico Cearense. V.2, Fortaleza: Typolithographia a vapor, 1910.

_____. Dicionario Bio-bibliographico Cearense. V.3, Fortaleza: Typolithographia a vapor, 1910.

_____. Estrangeiros e Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceará**, tomo XXXII, 1918, p.191-274.

_____. Geographia do Ceará, Cartographia, Mappas, Cartas etc referentes ao Ceará. Fortaleza: In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza: tomo XXXVII, 1923, p. 335-384.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará**. São Paulo: Hucitec, 1995.

TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida. **O Urbanismo Português: séculos XII - XVIII, Portugal - Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

_____. **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Livros Horizontes, 2004.

TEÓFILO, Rodolfo. **A seca de 1915**. Fortaleza: Moderna Carneiro, 1919.

TINHORÃO, José Ramos. **A Província e o Naturalismo**. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira S.A, 1966.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial**. A burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VASCONCELOS FILHO, Luis Gonzaga. **Da ribeira do sabonete ao Pajeú**. Apontamentos genealógicos sobre os Diogos de Siqueira de Fortaleza. Fortaleza, 2002.

VASCONCELOS, Pedro Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In. CASTRO, Iná E. de Castro, GOMES, Paulo Cesar Gomes e CORREA, Roberto L. (org.) **. Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

VAZ, Lilian Fessler. Projetos urbanísticos do século XIX para a cidade do Rio de Janeiro - atualidade e história, Anais do **V seminário de História da cidade e do urbanismo**, 1998, p. 01-15.

VIANA, Carlos Negreiros. A indústria de óleo de caroço de algodão no Ceará, O surto de investimentos de 1919 a 1925. In: **Revista Econômica de Fortaleza**, v.25, nº 3, p.385-437, 1994.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

